

MINISTÉRIO DO TURISMO

SECRETARIA-EXECUTIVA

UPC SE/MTur

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA
ANUAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO
EXERCÍCIO DE 2015**

Brasília-DF, março de 2016

MINISTÉRIO DO TURISMO
SECRETARIA-EXECUTIVA
UPC SE/MTur

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA
ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO
DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como tomada de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e nº 72/2013; das Decisões Normativas nº 146/2015 e nº 147/2015, da Portaria TCU nº 90/2014, em subsidiariedade ao e-Contas e à Portaria TCU nº 321/2015, além das diretrizes emanadas pelo TCU por meio do sistema E-Contas.

Brasília-DF, março de 2016

Siglas e abreviações

ABAV	Associação Brasileira de Agência de Viagens
AECI	Assessoria Especial de Controle Interno
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ASPAR	Assessoria Parlamentar
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Cadastur	Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas do setor do turismo
Caixa/CEF	Caixa Econômica Federal
CAU	Central de Atendimento ao Usuário
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGCV	Coordenação-Geral de Convênios
CGMC	Coordenação-Geral de Monitoramento, Fiscalização e Avaliação de Convênios
CGPI	Coordenação Geral de Proteção à Infância
CGPOF	Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças
CGRL	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
CGTI	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGU-PR	Controladoria Geral da União, Presidência da República
CID	Código Internacional de Doenças
CIFAT	Comitê Interministerial de Facilitação Turística
CNT	Conselho Nacional de Turismo
COGEP	Coordenação-Geral de Gestão Pessoas
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CONJUR	Consultoria Jurídica
CPC	Comissão Permanente de Correição
CTCE	Comissão de Tomada de Contas Especial
D.O.U	Diário Oficial da União
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DEPES	Departamento de estudos e Pesquisas
DEPROD	Departamento de Produtos e Destinos
DGE	Diretoria de Gestão Estratégica
DGI	Diretoria de Gestão Interna
DIETU	Departamento de Infraestrutura Turística
DN	Decisão Normativa
DP	Diretor de Programa
DPMKN	Departamento de Promoção e <i>Marketing</i> Nacional
Embratur	Instituto Brasileiro de Turismo
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
FORNATUR	Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo
Fungetur	Fundo Geral de Turismo
GEOLIMPÍADAS	Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016
GM	Gabinete do Ministro
GESPÚBLICA	Programa nacional de Gestão Pública e Desburocratização
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IN	Instrução Normativa
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MF	Ministério da Fazenda
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTur	Ministério do Turismo
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
OCI	Órgão de Controle Interno
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMT	Organização Mundial do Turismo
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PACET	Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo
PGTur	Plataforma de Gestão do Turismo
PNT	Plano Nacional do Turismo
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPA	Plano Plurianual
PRONATEC	Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
PSS	Plano de Seguridade Social
RAIS	Relação Anual de Informações
RENAI	Rede Nacional de Informações sobre o Investimento
RP	Restos a pagar
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRODETUR	Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo
SBClass	Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem
SE	Secretaria-Executiva
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEAIN/MP	Secretaria de Assuntos Internacionais
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema de Administração de Serviços Gerais
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SICONV	Sistema de Gerenciamento de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SNPDTur	Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo
SNPTur	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
SNRHos	Sistema Nacional de Registro de Hóspedes
SPOA	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE	Tomada de Contas Especial
TED	Termo de Execução Descentralizada
TCU	Tribunal de Contas da União

TSI	Turismo Sustentável e Infância
UCP	Unidade de Coordenação de Programa
UF	Unidade da Federação
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UO	Unidade Orçamentária
UPC	Unidade Prestadora de Contas

Lista de Quadros e Gráficos

Quadro 3.1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada Apresentadora de Contas	15
Quadro 3.1.2 A – Identificação da UJ Secretaria Nacional de Política de Turismo.....	16
Quadro 3.1.2 B – Identificação da UJ Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo	17
Quadro 3.6 Organograma do Ministério do Turismo, de acordo com o Decreto nº 8102, de 08 de setembro de 2013	27
Quadro 3.3.1 – Organograma da UJ SNPTur/ MTur	29
Quadro 3.3.2 – Organograma da UJ SNPDTur/ MTur	30
Quadro 3.3.3 – Organograma da UJ SE/MTur.....	31
Quadro 3.3.4 – Organograma da UJ GM/MTur	32
Quadro 3.3.5 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	33
Quadro 3.7 - Mapeamento dos macroprocessos finalísticos	42
Quadro 3.8 – Macroprocessos de Apoio	51
Quadro 4.1 A – Mapa estratégico do Ministério do Turismo.....	64
Quadro 4.1 B – Vinculação entre o Planejamento Estratégico do MTur e os demais instrumentos de planejamento.	64
Quadro 4.1.1 – Estruturação dos objetivos do Plano de Ação 2015.	66
Quadro 4.1.3 A – vinculação da missão institucional do Ministério do Turismo a planos e documentos balizadores	68
Quadro 4.1.3 B – vinculação dos objetivos estratégicos com as competências designadas no Regimento Interno	69
Gráfico 4.1.4.1 – Quantidade de demandas enviadas ao MTur durante o exercício de 2015.....	81
Quadro 4.1.4.2 – Quantidade de transferências voluntárias que acarretaram denúncias relacionadas às suas execuções, durante o exercício de 2015	82
Quadro 4.1.4.3 A - Produtos do Escritório de Processos	83
Quadro 4.1.4.3 B – Sistemas de apoio a gestão do Ministério do Turismo Desenvolvidos em 2015	84
Quadro 4.1.4.4.1 – Aquisições e Contratações de Serviços Formalizados em 2015	86
Quadro 4.1.4.4.4 A – Interação da CEOF com as unidades Gestoras do MTur	89
Quadro 4.1.4.4.4 B – Ferramentas informatizadas que a CEOF utiliza	91
Quadro 4.1.4.4.4 C – Execução de despesas com diárias, passagens e locomoção em 2014 (em R\$).....	92
Quadro 4.1.4.4.4 D – Limites para execução de despesas com diárias, passagens e locomoção para 2015	93
Quadro 4.1.4.4.4 E: Execução de despesas com diárias, passagens e locomoção em 2015 (em R\$)	93
Quadro 4.1.4.5 A – Período Jan/2015 a Dez/2015, conforme Plano de Ação MTur.	94
Quadro 4.1.4.5 B – Comparativo de produção de análise de prestação de contas na CGCV	94
Quadro 4.1.4.5 C – Comparativo do quantitativo de Servidores de análise de prestação de contas	94
Quadro 4.1.4.5 D – Período Out/2014 a Set/2015, conforme Portaria GM/MTur nº 145/2015, DOU de 04/09/2015.	95
Quadro 4.1.4.5 E – Prestação de Contas Conclusivas	95
Quadro 4.1.4.5 F – Período Out/2014 a Set/2015	96
Quadro 4.1.4.5 G – Demonstrativo dos quantitativos de parcelamentos concedidos.....	96
Quadro 4.1.4.5 H – Demonstrativo da arrecadação financeira, relativa aos parcelamentos concedidos.....	97
Quadro 4.1.4.5 I – Registros SICONV.....	97
Quadro 4.1.4.5 J – Registros SICONV	97
Quadro 4.1.4.5 K – Quantitativos de empenhos emitidos em 2015	98
Quadro 4.1.4.5 L – Valores empenhados em 2015	98
Quadro 4.2 – Sistemas de monitoramento do Ministério do Turismo.....	100
Quadro 4.3.1 A – Financiamento do Programa - 2076 – Turismo	103
Quadro 4.3.1 B – Financiamento do Programa - 2076 – Turismo	104
Quadro 4.3.1 C – Financiamento do Programa - 2076 – Turismo	105
Quadro 4.3.1 D – Financiamento do Programa - 2076 – Turismo	106
Quadro 4.3.1 E – Evolução dos Indicadores do Programa - 2076 – Turismo	108
Quadro 4.3.1.1 A– Situação do PRODETUR Nacional – Contratos em execução.....	112
Quadro 4.3.1.1 B – Situação do PRODETUR Nacional – Contratos em preparação.....	113
Quadro 4.3.1.1 C – Evolução da Meta 02D8 – Quantidade alcançada (cumulativa)	114
Quadro 4.3.1.1 D – Evolução da Meta 02DA – Quantidade alcançada (cumulativa)	115
Quadro 4.3.1.1 E – Evolução da Meta – Quantidade alcançada (cumulativa)	115

Quadro 4.3.1.2 – Evolução da Meta 02DH– Quantidade alcançada (cumulativa)	116
Quadro 4.3.1.3– Evolução da Meta 02DJ– Quantidade alcançada (cumulativa)	118
Quadro 4.3.1.4 A – Dados Comparativos do Turismo no Brasil e no Mundo	119
Quadro 4.3.1.4 B – Ficha Síntese do Brasil da Pesquisa Internacional da Demanda Turística Internacional do Brasil	120
Quadro 4.3.1.4 C – Evolução da Meta 03SJ – Quantidade alcançada (cumulativa)	121
Quadro 4.3.1.5 A – Evolução da Meta 02DQ – Quantidade alcançada (cumulativa)	123
Quadro 4.3.1.5 B – Evolução da Meta 02DT – Quantidade alcançada (cumulativa)	124
Quadro 4.3.2.1 A – Ações SNPTur	125
Quadro 4.3.2.1 B – Ações SNPDTur	127
Quadro 4.3.2.1 C – Convênios empenhados/celebrados em 2015	129
Quadro 4.3.2.1 D – Programação Orçamentária e Financeira Ação 2C01 – Exercício de 2015	132
Quadro 4.3.2.1 E – Execução Orçamentária Ação 2C01- Exercício 2015	132
Quadro 4.3.5 1 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores - SE	145
Quadro 4.3.5 2 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores – SNPTur (Em R\$)	146
Quadro 4.3.5 3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores- SNPDTur (Em R\$)	147
Quadro 4.3.6 A – Resumo dos convênios celebrados pelo MTur e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	148
Quadro 4.3.6 B – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pelo MTur na modalidade de convênio	149
(Em R\$)	149
Quadro 4.3.6 C – Situação da análise das contas de convênios prestadas no exercício de referência do relatório de gestão (R\$)	149
Quadro 4.3.6 D – Perfil dos atrasos na análise das contas de convênios do MTur prestadas por recebedores de recursos	149
Quadro 4.3.6 E – Quantidade de Análises de prestação de contas de convênios do MTur realizadas nos últimos três exercícios	151
Quadro 4.3.6 F – Acordos de Cooperação Técnica celebrados pela SNPTur nos últimos três exercícios	152
Quadro 4.3.6 G – Termos de Execução Descentralizada (TED) celebrados pela SNPTur nos últimos três exercícios	153
Quadro 4.3.6 H – Resumo dos instrumentos celebrados pela SNPDTur nos três últimos exercícios	157
Quadro 4.3.6 I – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	158
Quadro 4.3.6 J – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	158
Quadro 4.3.6 K – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.	159
Quadro 4.3.6 L – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.	160
Quadro 4.3.6 M – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2015	161
Quadro 4.3.6 N – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores - 540007	161
Quadro 4.3.6 O – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	162
Quadro 4.3.6 P – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.	162
Quadro 4.3.6 Q – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	163
Quadro 4.3.6 R – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014	164
Quadro 4.3.6.1 A – Quantidade de Servidores designados para realizar análise de prestação de contas de convênios nos últimos três exercícios	166
QUADRO 4.3.6.1 B – Quantidade de Servidores Designados para Realizar a Prestação de Contas da Análise da Execução Física do Objeto de Convênios	166
Quadro 4.3.7. A – Despesas por modalidade de contratação – Créditos de Movimentação - SE	169
Quadro 4.3.7. B – Despesas por Modalidade de Contratação – SNPTur	170
Quadro 4.3.7. C – Despesas por Modalidade de Contratação – SNPDTur	170
Quadro 4.3.7.E – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - SNPTur	173
Quadro 4.3.7.1.1 A – Aquisições/Serviços formalizadas por Dispensa de Licitação	175
Quadro 4.3.7.1.4 – Dispensas e Inexigibilidades Firmadas em 2015	176
Quadro 4.3.7.1.6 – Distribuição do valor absoluto em materiais em dezembro/2015	177
Quadro 4.5 A – Grau de satisfação pré-definido no Sistema de Monitoramento	178
Gráfico 4.5.1 – Desenvolver competências técnicas e gerenciais	179
Gráfico 4.5.2 – Tratamento às demandas encaminhadas ao Serviço de Informação ao Cidadão -SIC	179

Gráfico 4.5.3 – Execução dos contratos formalizados até 31/12/2014 no âmbito do Contrato de Empréstimo BID nº 2229/OC-BR	180
Gráfico 4.5.4 – Análise conclusiva dos processos de prestação de contas.....	180
Quadro 4.5 B – Análises Conclusivas de Prestação de Contas 2015 – Jan a Dez	181
Quadro 4.5 C – Comparativo de produção de análise de prestação de contas na CGCV	181
Gráfico 4.5.5 – Elaboração do PPA 2016/2019	181
Gráfico 4.5.6 – Elaboração do Programa de Gestão do Conhecimento	182
Gráfico 4.5.7 – Desenvolvimento do sistema integrado de apoio ao controle interno	183
Gráfico 4.5.8 – Realização de estudos e pesquisas que contribuam para a estruturação do Sistema Nacional de Estatísticas de Turismo.	184
Gráfico 4.5.9 – Pesquisa sobre o perfil do turista.....	184
Gráfico 4.5.10 – Elaboração da Metodologia de Categorização de Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro.....	185
Gráfico 4.5.11 – Elaboração de cartilha explicativa do Processo de categorização de municípios do Mapa do Turismo Brasileiro	185
Gráfico 4.5.12 – Minuta da portaria que institui a categorização de municípios do Mapa do Turismo Brasileiro.....	186
Gráfico 4.5.12 – Sistema de informação ao investidor	187
Gráfico 4.5.13 – Realização e/ou participação em eventos para atração de investimentos no setor de turismo ..	188
Gráfico 4.5.14 – Celebração do acordo técnico de cooperação técnica com o Ministério do Turismo e o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	188
Gráfico 4.5.15 – Financiamentos concedidos por bancos públicos federais	189
Gráfico 4.5.16 – Financiamento concedido.....	189
Gráfico 4.5.17 – Portaria encaminhada	190
Gráfico 4.5.18 – Profissional qualificado.....	190
Gráfico 4.5.19 – Gestor público formado.....	191
Gráfico 4.5.20 - Política Nacional Elaborada.....	191
Gráfico 4.5.21 – Projeto apoiado	192
Gráfico 4.5.22 – Acordo de cooperação técnica celebrado	192
Gráfico 4.5.23 – Projeto de lei de revisão da Lei Geral do Turismo submetido	193
Gráfico 4.5.24 – Normativo atualizado	193
Gráfico 4.5.25 – Projetos avaliados	194
Gráfico 4.5.26 – Contrato de repasse celebrado.....	194
Gráfico 4.5.27 – Banco de Projetos implementado.....	195
Gráfico 4.5.28 – Elaboração de planos nos polos turísticos priorizados	195
Gráfico 4.5.29 – Calendário turístico nacional elaborado	197
Gráfico 4.5.30 – Campanhas promocionais realizadas	198
Gráfico 4.5.31 – Banco de imagens produzido	198
Gráfico 4.5.32 – Evento de divulgação no mercado internacional realizado	199
Gráfico 4.5.33 – Participação em feiras internacionais realizadas	199
Gráfico 4.5.34 – Jornalista internacional participante de <i>press trip</i>	200
Gráfico 4.5.35 – Matéria publicada no exterior	200
Gráfico 4.5.36 – País abrangido nas campanhas de divulgação do turismo no mercado internacional.....	201
Gráfico 4.5.37 – Instrumento de Cooperação Formalizado	202
Gráfico 4.5.38 – Missão Internacional Realizada	202
Gráfico 4.5.39 – Projeto de Cooperação Implementado	203
Gráfico 4.5.40 – Execução das ações, projetos e programa gerenciados	203
Gráfico 4.5.41 – Atuação do CNT Reestruturada	204
Gráfico 4.5.42 – Sistema de Monitoramento Implementado.....	204
Gráfico 4.5.43 – Agenda Legislativa Integrada	205
Gráfico 4.5.44 – Acordo assinado.....	205
Gráfico 4.5.45 – Plano de Ação elaborado.....	206
Gráfico 4.5.46 – Pessoa sensibilizada	206
Quadro 4.5 D – Síntese do Desempenho do Plano de Ação 2015.....	207
Quadro 4.5 E – Síntese das informações dos indicadores do plano de ação 2015	208
Quadro 4.6.1 A – Distribuição dos servidores do MTur conforme escolaridade e tipologia de cargos (*).....	211
Quadro 4.6.1 B – Treinamentos ofertados à força de trabalho do MTur no exercício de 2015	212
Quadro 4.6.1 C – Cursos Oferecidos em Turmas Fechadas no ano de 2015.....	214

Quadro 4.6.1 D – Participação de Servidores em Cursos de Capacitação em 2015.....	214
Quadro 4.6.1 E – Total de Servidores Capacitados em 2015	216
Quadro 4.6.1 F – Gráfico de CapacitaÇÕES por Lotação em 2015.....	216
Quadro 5.3 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	220
Quadro 6.1.1 – Quantidade de demandas por assunto.....	223
Quadro 6.1.3 – Demandas E-ouv	227
Quadro 6.1.1.1 – quantidade de pedidos registrados por mês	228
Quadro 6.1.1.2 – Quadro geral dos recursos	229
Quadro 6.1.1.3 – Quadro geral dos Pedidos de Acesso à Informação em 2014.....	229
Quadro 6.1.1.4 – Quadro geral dos Pedidos de Acesso à Informação em 2015.....	229
Quadro 7.1 Situação Dos Bens Patrimoniais E Despesa De Depreciação De 2015.....	233
Quadro 8.1 A – Força de Trabalho do MTur e a sua evolução desde 2003 até 2015	235
Quadro 8.1 B – Gráfico sobre a composição da força de trabalho por gênero: (57% da força de trabalho do MTur composta por mulheres).	236
Quadro 8.1 C – gráfico de distribuição do pessoal do MTur por Unidade Administrativa:	237
Quadro 8.1 D – quadro da composição da força de trabalho e a sua distribuição por unidade administrativa: ...	237
Quadro 8.1 E – Quadro demonstrativo da movimentação de pessoal em 2015	238
Quadro 8.1 F – Histórico do quantitativo de vagas decorrentes de concursos públicos para provimentos de cargos efetivos:.....	239
Quadro 8.1 G – Controle das Publicações de atos no Diário Oficial da União em 2015	239
Quadro 8.1 H – Ocorrências de Afastamentos em 2015.....	240
Quadro 8.1 I – Ocorrências de Férias.....	241
Quadro 8.1 J – Controle de Frequência de servidores	241
Quadro 8.1 K – Boletim de Pessoal e Serviço – publicação em 2015.....	242
Quadro 8.1 L – Atos de Admissão e vacância	242
Quadro 8.1 N – Crédito Orçamentário para Despesas com Pessoal em 2015.	243
Quadro 8.1 O – Valores representam os gastos mensal com a folha de pagamento dos servidores do MTur, de janeiro a dezembro de 2015.	243
Quadro 8.1 P – Demonstrativo de recebimento de Auxílio Moradia	244
Quadro 8.1 Q – Ressarcimento Salário	244
Quadro 8.1 R – Ajuda de Custo Indenização de Transporte em 2015	245
Quadro 8.1 S – Demonstrativo de valores gastos com Benefícios dos Servidores do MTur de janeiro a dezembro de 2015.....	245
Quadro 8.1 T – Demonstrativo do valor gasto com a GEAP relativo ao convênio de Adesão celebrado entre a União (por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) e a Fundação de Seguridade Social – GEAP, bem como Indenização de PER CAPITA de outros planos de saúde.	246
Quadro 8.1 Y – Controle de Atestados Médicos Recebidos pela COGEP e encaminhados para perícia e homologação de licenças pela Unidade SIASS-MDIC em 2015	247
Quadro 8.1 Z – Quantitativo Autorizado de Estagiários por Lotação	248
Quadro 8.1 A.a – Bolsa Auxílio de Estágio – Valores Pagos em 2015.....	248
Quadro 8.1.1 A – Força de Trabalho do MTur em 31/12/2015(*)	251
Quadro 8.1.1 B – Distribuição da Lotação Efetiva	252
Quadro 8.1.1 C – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do MTur.....	252
Quadro 8.1.2 A – Despesas do pessoal	255
Quadro 8.1.4 A – Composição do Quadro de Estagiários do MTur em 2015.....	263
Quadro 8.2 A – situação dos bens patrimoniais adquiridos pelo Ministério do Turismo.....	264
Quadro 8.2 B – situação dos bens patrimoniais adquiridos pelo Ministério do Turismo	264
Quadro 8.2.1 A – Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade do MTur.....	265
Quadro 8.2.1 B – Média anual de quilômetros rodados por grupo de veículos.....	266
Quadro 8.2.1 C – Idade média da frota, por grupo de veículos	267
Quadro 8.2.1 D – Despesas Associadas à manutenção da frota	267
Quadro 8.2.3.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	268
Quadro 8.2.3.2 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional ...	268
Quadro 8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial locados de terceiros	269
Quadro 8.3.2 A – Área de capacitação/cursos previstos dentro do plano de capacitação – PDTI 2015- 2016	272
Quadro 8.3.2 B – Cursos efetivamente realizados em 2015 por área de capacitação	273
Quadro 8.3.2 C – servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade e aos servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades	274

Quadro 8.3.2 D – Quantitativo de pessoal terceirizado auxiliar à força de trabalho	274
Quadro 8.3.2 E – EAP – estrutura analítica do programa de implantação dos Processos ITIL.....	275
Quadro 8.3.2 F – EAP – Estrutura Analítica do Projeto – Catálogo de Serviços.....	276
Quadro 8.3.2 G – EAP – Estrutura Analítica do Projeto– Segurança da Informação	279
Quadro 8.3.2 H – EAP – Estrutura Analítica do Projeto – Incidentes de Ti	280
Quadro 8.3.2 I – Sustentação da infraestrutura de TI.....	282
Quadro 8.4.1 – Aspectos da gestão ambiental.....	282
Quadro 8.5.1 A – Identificação do Fundo	283
Quadro 8.5.1 B – Plano de Ação 2015 e as atividades específicas do Fungetur	285
Quadro 8.5.1 C – Série dotação orçamentária 2012-2016.....	286
Quadro 8.5.1 D – Demonstrativo da receita total 2012-2016*	287
Quadro 8.5.1 E – Comportamento dos valores financiados	288
Quadro 8.5.1 F – Volume de financiamento acumulado.....	289
Quadro 8.5.1 G – Participações acionárias do Fungetur – Controle Público	290
Quadro 8.5.1 H – Participações acionárias do Fungetur – Controle Privado	291
Quadro 8.5.1 I – Relação dos empreendimentos concebidos com recursos do FUNGETUR.....	292
Quadro 8.5.1 J – Demonstrativo dos valores liberados pelo Fungetur – EMP.PÚBLICAS.....	294
Quadro 8.5.1 K – Demonstrativo dos valores liberados pelo Fungetur – EMP.PRIVADAS.....	295
Quadro 8.5.1 L – Declaração com Ressalva sobre a Conformidade Contábil dos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial.....	297
Quadro 9.2 - Quantitativo e situação atualizada das recomendações expedidas pela CGU em 2015 no Relatórios de Auditoria Anual de Contas CGU nº 201503435 e nº 201503436.....	333
Quadro 9.3 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2015	335
Quadro 9.6 – Despesas com Publicidade e Propaganda.....	337
Quadro Anexo I – Contratações/Aquisições em 2015	338
Quadro Anexo VIII – Contratos Celebrados em 2015	355
Quadro Anexo IX – Contratos firmados com Inexigibilidade de Licitação	361
Quadro Anexo X – Contratos prorrogados/vigentes em 2015	363
Quadro Anexo XI – Atas de Registros de Preços realizadas em 2015.....	368
Quadro Anexo XIII A – Balanço Financeiro	374
Quadro Anexo XIII B – Balanço Orçamentário.....	376
Quadro Anexo XIII C – Balanço Patrimonial	380
Quadro Anexo XIII D – Demonstrações do Fluxo de Caixa.....	383
Quadro Anexo XIII E – Demonstração das mutações do patrimônio líquido – Todos os orçamentos	386
Quadro 8.3.1 A - Descrição dos principais sistemas de informação da UPC (unidade prestadora de contas), especificando, pelo menos, seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.	390
Quadro Anexo XV - EAP – Consolidação os principais projetos executados no exercício de 2015	424
QUADRO 11.1 A: PROCEDIMENTOS NA SITUAÇÃO DE INSTAURADOS EM 2015	434
QUADRO 11.1 B: PROCEDIMENTOS NA SITUAÇÃO DE “A INSTAURAR”	435
Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	440
Quadro 11.2.5.1 – Declaração COM ressalva sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....	443
Quadro 11.2.5.2 – Declaração SEM ressalva sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....	446
Quadro 11.2.5.3 – Declaração COM ressalva sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....	447
Quadro 11.2.6.1 – Declaração do Contador COM Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações contábeis no SIAFI.....	449
Quadro 11.2.6.2 – Declaração do Contador SEM Ressalvas Sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis no SIAFI.....	452
Quadro 11.2.6.3 - Declaração do Contador COM Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis no SIAFI.....	453

Sumário

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS.....	6
2 APRESENTAÇÃO.....	13
3 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	15
3.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	15
3.1.1 <i>Identificação da Unidade Jurisdicionada Apresentadora de Contas</i>	15
3.1.2 <i>Identificação das Unidades Jurisdicionadas Vinculadas</i>	16
3.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	19
3.2.1 <i>Secretaria Nacional de Políticas de Turismo (SNPTur)</i>	19
3.2.2 <i>Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (SNPDTur)</i>	21
3.2.3 <i>Secretaria-Executiva (SE)</i>	22
3.2.4 <i>Gabinete do Ministro (GM)</i>	24
3.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	27
3.3.1 <i>Organograma Funcional da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo</i>	29
3.3.2 <i>Organograma Funcional da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo</i> ..	30
3.3.4 <i>Organograma Funcional do Gabinete do Ministro</i>	32
3.3.5 <i>Informações sobre áreas ou Subunidades Estratégicas e Unidades Jurisdicionadas Vinculadas</i>	33
3.7 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	42
COORDENAÇÃO-GERAL DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO (CGMF).....	46
SUPERVISÃO DE CONTRATOS DE REPASSE	48
3.8 MACROPROCESSOS DE APOIO	51
3.9 PRINCIPAIS PARCEIROS	62
4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	63
4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL.....	63
4.1.1 <i>Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício</i>	66
4.1.2 <i>Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico</i>	67
4.1.3 <i>Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos</i>	67
4.1.4 <i>Informações sobre outros Resultados da Gestão</i>	79
4.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS	100
4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	101
4.3.1 <i>Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade do órgão e resultados alcançados</i>	101
4.3.1.1 <i>Objetivo: 0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro</i>	109
4.3.1.2 <i>Objetivo: 0738 - Estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os megaeventos esportivos</i>	116
4.3.1.3 <i>Objetivo: 0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil</i>	117
4.3.1.4 <i>Objetivo: 0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento</i>	118
4.3.1.5 <i>Objetivo: 0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil</i>	121
4.3.2 <i>Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade</i>	125
4.3.6 <i>Execução descentralizada com transferência de recursos</i>	148
4.3.7 <i>Informações sobre a execução das despesas</i>	169
4.3.8 <i>Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal</i>	178
4.4 RENÚNCIA DE RECEITAS	178
4.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	178
4.6 INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS AO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.....	211
4.6.1 <i>Desenvolvimento e Capacitação de Pessoas</i>	211
<i>Qualificação e capacitação da Força de Trabalho</i>	211
5 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA.....	217
5.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	217

5.2	ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	219
5.3	GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	220
6	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	223
6.1	CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	223
6.1.1	SIC	228
6.2	CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	229
6.3	AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS.....	230
6.4	MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE .	230
6.5	MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES.....	230
7	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	232
7.1	TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	232
7.2	SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	233
7.3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS.....	234
8	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	235
8.1	GESTÃO DE PESSOAS	235
A)	FORÇA DE TRABALHO.....	235
I.	Cadastro de Pessoal.....	238
II.	Concursos realizados e/ou em andamento:.....	239
III.	Sistema de Apreciação de Atos de Admissão do Tribunal de Contas da União - SISAC.....	242
IV.	Consultas para provimento de função no SIORG	242
B)	PAGAMENTO DE PESSOAL	243
C)	BENEFÍCIOS.....	245
D)	PROGRAMA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO EM 2015.....	246
E)	PROGRAMA DE ESTÁGIO EM 2015	248
F)	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	248
G)	PLANO DE AÇÃO	250
8.1.1	Estrutura de Pessoal da Unidade	251
8.1.2	Demonstrativo das Despesas com Pessoal	255
8.1.3	Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal.....	256
	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.....	258
8.1.4	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	262
8.1.5	Contratação de Consultores com Base em Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais.....	263
8.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	264
8.2.1	Gestão de Frota de Veículos.....	265
8.2.2	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.....	268
8.2.3	Gestão do Patrimônio imobiliário da União	268
8.2.3.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	268
8.2.3.2	Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional	268
8.2.3.3	Análise Crítica	269
8.2.4	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas	269
8.2.5	Informações sobre imóveis locados de terceiros	269
8.3	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	270
8.3.1	Principais sistemas de informações.....	270
8.3.2	Informações sobre Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação	270
8.4	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.....	282
8.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	282
8.5	GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS	283
8.5.1	Identificação e informações dos fundos na unidade.....	283
8.5.1.1	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Fungetur em 31 de Dezembro de 2015.....	313

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDA DOS ÓRGÃO DE CONTROLE	315
9.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	315
9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	331
9.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO.....	335
9.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993.....	335
9.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO.....	335
9.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	336
10. ANEXOS E APÊNDICES	338
ANEXO I – CONTRATAÇÕES/AQUISIÇÕES EM 2015- CGRL.....	338
ANEXO II – PORTARIA Nº 12.....	344
ANEXO III – PORTARIA Nº 13	347
ANEXO IV – PORTARIA SE/MTUR Nº 88	348
ANEXO V – PORTARIA SE/MTUR Nº 89.....	353
ANEXO VI – PORTARIA SE/MTUR Nº 105	354
ANEXO VII – CONTRATOS CELEBRADOS EM 2015 - CGRL	355
ANEXO VIII - CONTRATOS FIRMADOS COM INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - CGRL	361
ANEXO IX – CONTRATOS PRORROGADOS/VIGENTES EM 2015 - CGRL.....	363
ANEXO X – ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS REALIZADAS EM 2015 - CGRL	368
ANEXO XI - RELATÓRIO DE DESPESAS E DE REDUÇÃO DE GASTOS DO MTUR.....	369
ANEXO XII - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64	374
Nota explicativa das Demonstrações Contábeis.....	389
ANEXO XIII – DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA UPC.....	390
ANEXO XIV – PETI 2015-2016	394
ANEXO XV – PRINCIPAIS PROJETOS DE TI EXECUTADOS EM 2015.....	424
11. RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES.....	434
11.1 RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO	434
11.2 DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE	437
11.2.1 Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes na Administração Pública Federal.....	437
11.2.2 Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões	438
11.2.3 Declaração de Cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e renda.....	439
11.2.4 Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.....	442
11.2.5 Declaração sobre conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial	443
11.2.5.1 Secretaria-Executiva.....	443
11.2.5.2 Secretaria Nacional de Políticas de Turismo	446
11.2.5.3 Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo	447
11.2.6 Declaração do Contador sobre fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.....	449
11.2.6.1 Secretaria Executiva	449
11.2.6.2 Secretaria Nacional de Políticas de Turismo	452
11.2.6.3 Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo	453

2 APRESENTAÇÃO

No exercício de 2015, o Ministério do Turismo focou suas ações na melhoria do ambiente de negócios, na promoção dos ajustes favoráveis ao desenvolvimento do setor e no fortalecimento do turismo na agenda econômica do governo, além da manutenção de investimentos em infraestrutura e promoção. Entre as ações desenvolvidas, destacam-se a divulgação do Estudo de Competitividade Mundial do Turismo, que mostrou avanço de 23 posições do Brasil em relação à última edição, de 2013, passando do 51º lugar para o 28º, em um *ranking* composto por 141 países, e a publicação da Portaria Interministerial nº 216, de 30 de janeiro de 2015, que isenta a necessidade de vistos para turistas norte-americanos, canadenses, japoneses e australianos entrarem no Brasil durante o período dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, de 1º de junho a 17 de setembro.

Cabe mencionar, ainda, o papel de liderança exercido pela Pasta nas negociações com a Receita Federal e o Ministério da Fazenda para reduzir de 33% para 6,38% a alíquota do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), o que foi formalizado por meio da Medida Provisória nº 713, de 1º de março de 2016.

Em que pese o cenário político desafiador e um agudo contingenciamento orçamentário, o Ministério do Turismo envidou esforços na articulação de soluções que contribuíram para o desenvolvimento do turismo nacional.

O presente relatório foi elaborado de acordo com as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU), tendo em vista as disposições das Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e nº 72/2013; das Decisões Normativas nº 146/2015 e nº 147/2015, das Portarias TCU nº 90/2014 e nº 321/2015.

Foram utilizadas as orientações emanadas do Tribunal de Contas da União – TCU disponibilizadas por meio do Sistema E-Contas, até o dia 04 de março de 2016, tendo em vista a necessidade de requisitar informações para as unidades do Ministério do Turismo e consolidá-las a tempo de atender à Decisão Normativa – TCU nº 146/2015. O Fórum “Elaboração de prestação de contas de 2015”, organizado e monitorado pelo TCU, também serviu de subsídio para a composição do conteúdo.

No relatório, descrevem-se as metas estabelecidas; as ações realizadas; os resultados alcançados; bem como os meios orçamentários, financeiros, patrimoniais e logísticos utilizados para o cumprimento dos objetivos institucionais, ao longo do exercício de 2015.

São apresentadas, ainda, informações acerca das ações, iniciativas e dos indicadores do plano de ação, das recomendações emanadas pelos órgãos de controle no decorrer do exercício e as medidas adotadas, sendo assinalados os avanços obtidos e os obstáculos que dificultaram a consecução de algumas ações.

A UPC Secretaria-Executiva – SE do Ministério do Turismo apresenta, conforme a DN-TCU Nº 146, de 30 de setembro de 2015, as informações sobre a gestão do exercício de 2015,

considerando os dados sobre a gestão das demais unidades da estrutura do Ministério do Turismo, quais sejam: Gabinete do Ministro, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo e Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo.

3 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

3.1 Identificação da Unidade Prestadora de Contas

Conforme a Decisão Normativa – TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015, a Secretaria Executiva do Ministério do Turismo (SE/MTur), deve apresentar as informações sobre a gestão do exercício de 2015, considerando as informações sobre a gestão das demais unidades da estrutura do Ministério do Turismo.

3.1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada Apresentadora de Contas

QUADRO 3.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA APRESENTADORA DE CONTAS

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Turismo			Código SIORG: 72084
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação Completa: Secretaria-Executiva			
Denominação Abreviada: SE/MTur			
Código SIORG: 72567	Código LOA: 54101	Código SIAFI: 540003	
Natureza Jurídica: órgão público		CNPJ: 05.457.283/0001-19	
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(61) 2023-7111	(61) 2023-7112	(61) 2023-7123
Endereço Eletrônico: secretaria.executiva@turismo.gov.br			
Página na Internet: http://www.turismo.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, 2º andar, sala 204, CEP 70065-900, Brasília, DF.			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas			
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Código SIORG
SPOA	05.457.283/0001-19	540001	73546
Gabinete Ministro	05.457.283/0001-19	540002	72568
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Medida Provisória nº 103, de 1/1/2003, publicada no D.O.U da mesma data, convertida na Lei nº 10.683, de 28/05/2003, publicada no DOU de 29/05/2003; e alterações da Lei nº 11.958, de 26/06/2009, publicada no DOU de 29/06/2009;			
Decreto nº 5.203, de 03/09/2004, publicado no D.O.U de 06/09/2004;			
Decreto nº 6.546, de 25/08/2008, publicado no D.O.U de 26/08/2008;			
Decreto nº 8.102, de 06/09/2013, publicado no D.O.U de 09/09/2013.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Portaria MTur nº 179, de 26 de Abril de 2012;			
Portaria GM/MTur nº 284, de 28 de agosto de 2012;			
Portaria GM/MTur nº 112, de 24 de maio de 2013;			
Portaria GM/MTur nº 274, de 8 de outubro de 2013;			
Portaria SE/MTur nº 01, de 03 de janeiro de 2014;			
Portaria GM/MTur nº 37, de 12 de fevereiro de 2014;			
Portaria GM/MTur nº 191 de 17 de agosto de 2014;			
Portaria GM/MTur nº 223, de 23 de setembro de 2014;			
Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015;			
Portaria GM/MTur nº 198, de 20 de novembro de 2015.			
Manuais e publicações relacionados às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Informativo Mensal da Execução Orçamentária e Financeira do Ministério do Turismo;			
Relatório Mensal consolidado do Plano de Ação 2015.			

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
540001	Coordenação – Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças
540002	Gabinete do Ministro
540003	Secretaria-Executiva
540004	CGRL e CGTI
540009	Setorial Contábil
540010	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
540011	Subsecretaria de Planejamento, Orçam. Administração
540012	Coordenação-Geral de Convênios
540014	Coordenação da UCP – Prodetur Nacional
540015	Projeto BID
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
540001	00001
540002	00001
540003	00001
540004	00001
540009	00001
540010	00001
540011	00001
540012	00001
540014	00001
540015	00001
Unidades Orçamentárias Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas	
Código SIAFI	Nome
54101	Ministério do Turismo

3.1.2 Identificação das Unidades Jurisdicionadas Vinculadas

QUADRO 3.1.2 A – IDENTIFICAÇÃO DA UJ SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICA DE TURISMO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Turismo			Código SIORG: 72084
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo			
Denominação Abreviada: SNPTur			
Código SIORG: 73565	Código LOA: 54101	Código SIAFI: 540006	
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 05.457.283/0007-04	
Principal Atividade: Regulação das Atividades Econômicas			Código CNAE: 8413-2
Telefones/Fax de contato:	(061) 2023-7702	(061) 2023-7703	(061) 2023-7704
Endereço Eletrônico: snptur@turismo.gov.br			
Página na Internet: http://www.turismo.gov.br			
Endereço Postal: Ministério do Turismo/Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 2º Andar, Gabinete – CEP: 70.065-900 – Brasília/DF			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 10.683, de 28/05/2003, publicada no D.O.U de 29/05/2003;			
Lei nº 11.958, de 26/06/2009, publicada no D.O.U de 29/06/2009;			
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			

Decreto nº 8.102, de 06/09/2013, publicado no D.O.U de 09/09/2013; Decreto nº 7.994, de 24/04/2013, publicado no D.O.U de 25/04/2013; Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
Plano Nacional do Turismo 2013-2016; Programa de Regionalização; Mapa do Turismo Brasileiro 2013; Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores; Guia “Viaje Legal”; Passaporte Verde.	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada*	
Código SIAFI	Nome
540004	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - Coordenação Geral de Orçamento e Finanças – CEOF (até 08/10/2015)
540012	Coordenação-Geral de Convênios (até 08/10/2015)
540006	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo (a partir de 09/10/2015) - contratos
540012	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo (a partir de 09/10/2015) - convênios
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Recursos do Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
540004	00001
540012	00001
540006	00001

* Conforme Portaria nº 84, de 07 de outubro de 2015, publicada no DOU de 09/10/2015, (nº 194, Seção 1, pág. 82), que subdelega competência para prática de atos administrativos, no âmbito do Ministério do Turismo, e dá outras providências. Este instrumento, delega competência aos Secretários Nacionais a praticarem atos administrativos necessários a execução dos programas, projetos, ações, iniciativas e atividades no âmbito de suas respectivas Secretarias, especialmente:

I - celebrar contratos, convênios, termos de execução descentralizada, instrumentos congêneres e seus respectivos termos aditivos;

II - ordenar despesas dos recursos disponibilizados à respectiva unidade gestora; e

III - decidir sobre a aprovação das prestações de contas dos recursos vinculados à respectiva unidade gestora, com fundamento em pareceres técnicos e financeiros conclusivos, devidamente aprovados pelos titulares das respectivas unidades.

QUADRO 3.1.2 B – IDENTIFICAÇÃO DA UJ SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Turismo			Código SIORG: 072084
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo			
Denominação Abreviada: SNPDTur			
Código SIORG: 072084	Código LOA: 54101	Código SIAFI: 540005	
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 05.457.283/0006-23	
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6-00
Telefones/Fax de contato:	(061) 2023-7887	(061) 2023-7895	
Endereço Eletrônico: SNPDT@turismo.gov.br			

Página na Internet: http://www.turismo.gov.br	
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, bloco “U”, 3º andar, sala 358, CEP 70.065-900, Brasília DF	
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada	
Lei Complementar nº 101, de 4/05/2000; LDO – Lei nº 11.768, de 14/08/2008; Decreto nº 6.170, de 25/07/2007; Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 127, de 29/05/2008; Lei nº 10.683, de 28/05/2003, publicada no D.O.U de 29/05/2003; Portaria GM/MTur nº 109-B, de 11 de outubro de 2005, publicada no D.O.U de 24/10/2005; Decreto nº 6.222/07, de 04/10/2007; Decreto nº 6.546/08, de 26/08/2008; Decreto nº 8.102, de 06/09/2013, publicado no D.O.U de 09/09/2013; Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015.	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada	
Ofício nº 81/DFPIT/SNPDT/2004; Ofício nº 459/DIETU/2005; Ofício nº 3910/2009/DIETU; Contrato Administrativo nº 19/2011, de 25 de outubro de 2011; Contrato publicado no D.O.U de 27 de outubro de 2011, 1º Termo Aditivo nº 1/2012, publicado no D.O.U de 23 de março de 2012.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
Regulamento Operacional do PRODETUR NE II, disponível no link: http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/gerados/regulamento_operacional_prod_2.asp ; Portaria GM/MTur nº 112, de 24 de maio de 2013; Manual Técnico de Orçamento – 2015.	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada*	
Código SIAFI	Nome
540001	Coordenação Geral de Planejamento Orçamento e Finanças – CGPOF
540004	Coordenação Geral de Orçamento e Finanças – CEOF
540007	CEF/Ministério do Turismo/MTur
540012	Coordenação Geral de Convênios – CGCV
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
540001	00001
540004	00001
540005	00001
540007	00001
540012	00001
540016	00001
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
54101	Ministério do Turismo

*Conforme Portaria nº 84, de 07 de outubro de 2015, publicada no DOU de 09/10/2015, (nº 194, Seção 1, pág. 82), que subdelega competência para prática de atos administrativos, no âmbito do Ministério do Turismo, e dá outras providências. Este instrumento, delega competência aos Secretários Nacionais a praticarem atos administrativos necessários a execução dos programas, projetos, ações, iniciativas e atividades no âmbito de suas respectivas Secretarias, especialmente:

I - celebrar contratos, convênios, termos de execução descentralizada, instrumentos congêneres e seus respectivos termos aditivos;

- II - ordenar despesas dos recursos disponibilizados à respectiva unidade gestora; e
- III - decidir sobre a aprovação das prestações de contas dos recursos vinculados à respectiva unidade gestora, com fundamento em pareceres técnicos e financeiros conclusivos, devidamente aprovados pelos titulares das respectivas unidades.

3.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Ministério do Turismo (MTur) tem o objetivo de desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social.

Desse modo, competem ao MTur assuntos relacionados a política nacional de desenvolvimento do turismo; a promoção e divulgação do turismo nacional no Brasil e no exterior; o estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas; o planejamento; a coordenação; a supervisão e a avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo; a gestão do Fundo Geral de Turismo e o desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Certificação e Classificação das atividades, empreendimentos e equipamentos de prestadores de serviços turísticos.

No exercício de 2015, até o dia 29 de dezembro de 2015, a composição da estrutura organizacional do MTur abrangeu a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo (SNPTur) e a Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (SNPDTur), além da Secretaria Executiva (SE) e do Gabinete do Ministro (GM).

Cabe ressaltar que, em 30 de dezembro de 2015, foi publicado o Decreto nº 8.627, que alterou a estrutura do Ministério do Turismo. Contudo, a nova estrutura regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas passaram a vigorar apenas a partir do dia 14 de janeiro de 2016, conforme artigo 8º do referido decreto.

3.2.1 Secretaria Nacional de Políticas de Turismo (SNPTur)

A Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur é um órgão específico singular, hierarquicamente subordinado ao Ministro de Estado do Turismo. Seu papel principal é o de subsidiar a formulação e o monitoramento da Macropolítica para o Setor do Turismo do País em âmbito nacional, visando o desenvolvimento da atividade. Para tal, o Órgão é auxiliado pelo Conselho Nacional do Turismo e pelo Comitê Interministerial de Facilitação Turística, cujas diretrizes norteiam os trabalhos do Ministério como um todo. Além da Macropolítica, a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo também coordena a elaboração e propositura do Plano Nacional de Turismo, bem como de outros instrumentos e normativos regulamentares do Setor. Orienta e acompanha ainda a execução de projetos de qualificação dos serviços e produtos turísticos, bem como a estruturação, diversificação, e promoção da oferta turística no país.

Além de monitorar e avaliar a execução dessa Política, a SNPTur busca implementar o modelo de gestão descentralizada e regionalizada do turismo nas suas dimensões gerencial e

territorial, alinhando as ações do Ministério do Turismo (MTur) com o Conselho Nacional de Turismo (CNT), o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur) a Associação Nacional de Secretários e Dirigentes Municipais do Turismo (Anseditur) e os Fóruns/Conselhos Estaduais de Turismo instituídos nas 27 Unidades da Federação.

A Secretaria é ainda responsável, em articulação com o Gabinete do Ministro, pela promoção e *marketing* do turismo interno, por meio do apoio à realização de eventos que fomentem a atividade turística pelo país, bem como por meio da criação de campanhas para ampliação das viagens domésticas, e para incentivar o brasileiro a incluir o turismo em sua cesta de consumo.

Constitui também atribuição da Secretaria a realização de pesquisas, levantamentos e estruturação de indicadores relativos ao turismo e, por fim, exercer ações relacionadas ao Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no que compete às competências do Ministério do Turismo.

As atividades/competências da SNPTur estão formalmente definidas pelos artigos 8º a 11º, do Anexo I, do Decreto 8.102, de 06 de setembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 09 de setembro de 2013, e estão listadas abaixo:

Art. 8º À Secretaria Nacional de Políticas de Turismo compete:

- I. subsidiar a formulação e monitorar a Política Nacional de Turismo, de acordo com as diretrizes por ela propostas e com os subsídios fornecidos pelo Conselho Nacional de Turismo;*
- II. analisar e avaliar a execução da Política Nacional de Turismo;*
- III. coordenar a elaboração e propor ao Ministro de Estado o Plano Nacional de Turismo, e acompanhar sua execução;*
- IV. conceber instrumentos e propor normas sobre a Política Nacional de Turismo;*
- V. coordenar a elaboração dos planos, programas e ações do Ministério, necessários à consecução da Política Nacional de Turismo;*
- VI. conceber as diretrizes para a formulação de estudos, pesquisas, análises e levantamentos de dados destinados à formulação e avaliação da Política Nacional de Turismo;*
- VII. desempenhar as funções de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Turismo e do Comitê Interministerial de Facilitação Turística;*
- VIII. orientar, acompanhar e supervisionar a execução dos projetos de qualificação dos serviços turísticos, estruturação e diversificação da oferta turística, e de incentivo ao turismo no mercado interno, compreendendo a divulgação dos produtos turísticos brasileiros no mercado nacional;*
- IX. orientar o levantamento e a estruturação de indicadores relativos ao turismo;*
- X. promover a cooperação e articulação com os órgãos das administrações federal, estadual, distrital e municipal, do setor produtivo e do terceiro setor, em projetos que possam contribuir para o fortalecimento e para o desenvolvimento do turismo nacional;*

- XI. *promover a cooperação e articulação com os fóruns, conselhos, consórcios e entidades articuladoras do turismo nos âmbitos regional, estadual e municipal;*
- XII. *articular-se com órgãos governamentais e entidades da administração pública em seus programas, projetos e ações que interajam com a Política Nacional de Turismo;*
- XIII. *exercer ações relacionadas ao Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; e*
- XIV. *supervisionar e coordenar a execução das atividades de marketing no âmbito do Ministério, em articulação com o Gabinete do Ministro de Estado.*

3.2.2 Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (SNPDTur)

A Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (SNPDTur) é um órgão específico singular, hierarquicamente subordinado ao Ministro de Estado do Turismo. Sua atuação é orientada para subsidiar a formulação dos planos, dos programas e das ações destinados ao fortalecimento do turismo nacional. As atividades/competências da SNPDTur estão formalmente definidas pelos Artigos 12 a 16, do Anexo I, do Decreto 8.102, de 06 de setembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 09 de setembro de 2013, e estão listadas abaixo:

- I. *subsidiar a formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento e fortalecimento do turismo nacional, necessários à consecução da Política Nacional de Turismo;*
- II. *subsidiar a formulação e acompanhar os programas de desenvolvimento regional de turismo e a promoção do apoio técnico, institucional e financeiro para o fortalecimento da execução e da participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios nesses programas;*
- III. *subsidiar o desenvolvimento e supervisionar a execução de planos, projetos e ações para o estímulo e a captação de investimentos privados nacionais e internacionais, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Turismo;*
- IV. *promover a cooperação e a articulação dos instrumentos da administração pública para financiamento, apoio e promoção da atividade turística;*
- V. *regulamentar e apoiar a certificação das atividades, empreendimentos e equipamentos dos prestadores de serviços turísticos, e fixar os critérios de avaliação dos organismos de certificação de conformidade;*
- VI. *apoiar a qualificação profissional e a melhoria da qualidade da prestação de serviços para o turista;*
- VII. *apoiar a diversificação da oferta turística, mediante incentivo à produção associada ao turismo;*
- VIII. *propor diretrizes e prioridades para aplicação de recursos do Fungetur; e*
- IX. *orientar, acompanhar e supervisionar a execução dos projetos e programas regionais de desenvolvimento do turismo, de capacitação, de infraestrutura, de*

financiamento, de fomento e captação de investimento nacional e estrangeiro para o setor de turismo.

3.2.3 Secretaria-Executiva (SE)

A Unidade Jurisdicionada Secretaria-Executiva do Ministério do Turismo – UJ SE/MTur é um órgão de apoio que presta auxílio, por meio de atividades de administração e planejamento, ao ministro e às secretarias nacionais do turismo. Assim sendo, compete à UJ SE/MTur apoiar o Ministro de Estado do Turismo na definição de diretrizes, bem como na implementação de políticas e ações da área de competência do Ministro. Cabe ainda à esta UJ promover a articulação intergovernamental, com o objetivo de identificar os mecanismos de articulação específicos das políticas públicas do turismo.

As competências da Secretaria-Executiva estão dispostas no artigo 6º, do Anexo I, do Decreto nº 8.102, de 6 de setembro de 2013, o qual apresenta a estrutura regimental do Ministério do Turismo, conforme disposto adiante:

- I. I - assistir o Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias que integram a estrutura do Ministério e da autarquia a este vinculada;*
- II. II - supervisionar e coordenar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de administração dos recursos de informação e informática, de organização e inovação institucional, de pessoal civil e de serviços gerais, no âmbito do Ministério; e*
- III. III - auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das políticas e ações da área de competência do Ministério.*

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, a ela subordinada, a função de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec, de Administração de Recursos de Informação e Informática - Sisp, de Serviços Gerais - Sisg, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal, de Organização e Inovação Institucional - Siorg e do Sistema Nacional de Arquivos - Sinar.

A seguir apresenta-se a composição de unidades da Secretaria-Executiva do Ministério do Turismo:

- i) Secretaria-Executiva (SE);
 - i.1 Gabinete do Secretário-Executivo;
 - i.2 Diretor de Programa;
 - i.3 Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA);
 - i.3.1 Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP);
 - i.3.2 Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL);
 - i.3.3 Coordenação-Geral de Convênios (CGCV);

- i.3.4 Coordenação-Geral de Tecnologia de Informação (CGTI); e
i.3.5 Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças (CGPOF).

O Diretor de Programa é responsável por coordenar, propor, normatizar e implementar planos, programas, projetos e atividades - administrativos e organizacionais - relacionados com desenvolvimento, organização, normatização, modernização, racionalização, desburocratização e melhoria contínua. Além disso, organiza ações de gestão do conhecimento, no âmbito do Ministério do Turismo, e coordena a definição, coleta, processamento, sistematização e divulgação das informações necessárias aos processos de planejamento e tomada de decisão. Também atua na elaboração de relatórios de ação de governo, como Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional, Prestação de Contas do Presidente da República ao Congresso Nacional e demais relatórios necessários à execução dos objetivos do Ministério do Turismo.

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA é a unidade da Secretaria-Executiva responsável pela função de órgão setorial dos Sistemas de Governo Federal, nos termos do parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 8.102/2013. A SPOA atua por meio das seguintes unidades organizacionais: Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças – CGPOF; Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – COGEP; Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL; Coordenação-Geral de Convênios – CGCV e Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI.

A CGPOF é responsável por coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à elaboração, análise e encaminhamento das propostas orçamentárias anuais, bem como das reformulações que se fizerem necessárias no decorrer do exercício. Além disso, realiza o acompanhamento e o controle da execução orçamentária e financeira das unidades orçamentárias. Também promove, acompanha e monitora a execução orçamentária e financeira das ações orçamentárias no âmbito do Ministério.

A COGEP é responsável por planejar, coordenar, controlar, monitorar e avaliar as atividades relacionadas às políticas de administração e desenvolvimento de pessoal e de saúde do servidor, seguindo as diretrizes oriundas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil – Sipep.

A CGRL é responsável por planejar, coordenar, acompanhar, orientar, avaliar e executar, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas às políticas de organização institucional, sistemas administrativos, administração de material, patrimônio, obras, transportes, comunicações administrativas e documentação seguindo as diretrizes emanadas do órgão central do Sistema de Serviços Gerais – SISG e do Sistema de Organização e Modernização Administrativa – SOMAD.

Já a CGTI tem por competência planejar, coordenar e controlar as atividades relacionadas à Tecnologia da Informação – TI, envolvendo as áreas de planejamento, de contratações, de processos, de gerenciamento de projetos, de segurança da informação e comunicação, de desenvolvimento de sistemas e de sustentação de produtos e serviços de TI, dentre outras.

3.2.4 Gabinete do Ministro (GM)

O Gabinete do Ministro-GM tem como finalidade assistir ao Ministro em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho de expedientes; acompanhar o andamento dos projetos de interesse ou iniciativa do MTur, em tramitação no Congresso Nacional, e assessorar o Ministro no atendimento às consultas e requerimentos formulados por parlamentares e órgãos de controle; exercer as atividades de comunicação social relativas às realizações do MTur; coordenar, no âmbito do MTur, as atividades relacionadas à ouvidoria; coordenar e desenvolver atividades, no âmbito internacional, que auxiliem a atuação institucional do MTur, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e outros órgãos da Administração Pública.

O GM/MTur é composto pela Coordenação Técnica Administrativa, Coordenação do Cerimonial, Ouvidoria, Assessoria Parlamentar, Assessoria Especial de Relações Internacionais, Assessoria de Comunicação Social. Além disso, o assessoramento ao Ministro conta com a participação da Consultoria Jurídica, que é um órgão de Assistência Direta e Imediata ao Ministro de Estado e setorial da Advocacia-Geral da União e da Assessoria Especial de Controle Interno, que tem por objetivo assistir ao Ministro nos assuntos relacionados aos órgãos de controle.

O Art. 3º, do Anexo I, do Decreto 8.102, de 06 de setembro de 2013, apresenta as competências do Gabinete do Ministro, que são:

I - assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente pessoal;

II - providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional, e acompanhar o andamento dos projetos de interesse do Ministério;

III - providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação do Ministério;

IV - planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades de comunicação social do Ministério;

V - assistir o Ministro de Estado em seus deslocamentos no território nacional e no exterior;

VI - coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades de ouvidoria;

VII - receber, registrar, responder e solucionar reclamações, sugestões, elogios e denúncias na defesa dos direitos e dos interesses dos usuários dos serviços turísticos; e

VIII - exercer outras competências que lhe forem atribuídas pelo Ministro de Estado.

O Art. 10 da Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015, trata das competências da Assessoria Parlamentar, que são:

I. acompanhar o Ministro nas audiências que envolvam a participação de parlamentares, governadores e prefeitos, quando realizadas no Gabinete ou em audiências externas, prestando-lhe o apoio necessário;

- II. supervisionar, orientar e controlar as atividades relacionadas ao acompanhamento e solicitações de audiência de parlamentares com o Ministro e demais setores afins;
- III. supervisionar, orientar e controlar as atividades relacionadas ao acompanhamento de Emendas Parlamentares de Bancada, Individuais, de Comissão e de relatoria de interesse Orçamentário do Ministério, junto ao Poder Legislativo;
- IV. supervisionar, orientar e controlar as atividades relacionadas ao acompanhamento de matérias legislativas e outros assuntos de interesse do Ministério, junto ao Poder Legislativo;
- V. solicitar às áreas técnicas do Ministério parecer sobre projetos de lei de interesse do Ministério em tramitação no Poder Legislativo;
- VI. analisar, compatibilizar e providenciar o encaminhamento de pareceres à Presidência da República ou às lideranças do Governo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal;
- VII. providenciar o atendimento aos requerimentos de informações do Poder Legislativo em articulação com os demais setores do Ministério, respeitando os prazos legais;
- VIII. submeter aos órgãos técnicos os pleitos de informa - de parlamentares e providenciar o respectivo atendimento;
- IX. preparar, consultando os órgãos técnicos, o posicionamento conclusivo do Ministério sobre matérias de seu interesse em fase de sanção presidencial, indicando as razões de veto ou de apoio
- X. examinar e compatibilizar os subsídios fornecidos pelos órgãos técnicos chamados a opinar sobre as proposições legislativas ou pleitos de parlamentares;
- XI. realizar estudos e análises sobre ações parlamentares;
- XII. acompanhar e manter atualizados os pronunciamentos parlamentares sobre assuntos da área de competência do Ministério;
- XIII. desenvolver e manter atualizado arquivo sobre o perfil dos parlamentares;
- XIV. acompanhar e manter atualizadas as proposições legislativas de interesse do Ministério e os requerimentos de informações;
- XV. elaborar relatórios sobre o andamento de projetos de lei, pleitos e pronunciamentos dos parlamentares;
- XVI. encaminhar solicitações de Deputados e de Senadores e prestar-lhes esclarecimentos e informações sobre matérias de competência do Ministério;
- XVII. manter os contatos necessários ao bom andamento das matérias de interesse do Ministério em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal;
- XVIII. acompanhar as autoridades do Ministério em visitas e audiências na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, prestando- lhes o apoio necessário; e
- XIX. informar às Bancadas Parlamentares sobre a presença do Ministro de Estado nas respectivas regiões.

Art. 11 À Coordenação de Apoio, tendo em vista a Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015, compete:

- I. elaborar relatórios sobre o andamento dos projetos;*
- II. manter atualizadas as correspondências da Assessoria; e*
- III. manter atualizado o sistema e os serviços informatizados da Assessoria.*

A AERI atua na cooperação técnica internacional, com atividades relacionadas ao estreitamento de laços com outros agentes da comunidade internacional com vistas à promoção do turismo e à troca de experiências no setor, e na participação do MTur em organismos multilaterais, como a Organização Mundial do Turismo - OMT, a União de Nações Sul-Americanas - UNASUL, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA e o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, com apoio, acompanhamento, avaliação e implantação de políticas e decisões internacionais relacionadas ao desenvolvimento do turismo.

O Artigo 12 da Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015, traz as competências da Assessoria Especial de Relações Internacionais, a saber:

- I. apoiar, planejar, coordenar e acompanhar a celebração de acordos e instrumentos de cooperação técnica internacional;*
- II. apoiar, planejar, coordenar, desenvolver atividades e acompanhar a atuação e a participação do Ministério em fóruns e organismos internacionais de interesse do turismo nacional, de acordo com a política externa do País;*
- III. apoiar, planejar, coordenar, acompanhar e promover estudos e iniciativas para subsidiar a atuação do Ministério e do governo brasileiro nas negociações de acordos comerciais que tratem de produtos e serviços turísticos;*
- IV. apoiar, planejar, coordenar e acompanhar a articulação do Ministério com órgãos e instituições governamentais com atuação no cenário internacional; e*
- V. pesquisar, identificar, analisar e divulgar novas práticas de desenvolvimento e gestão do turismo, realizadas no âmbito internacional, visando aprimorar a qualidade e a competitividade do turismo brasileiro.*

O Artigo 15 da Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015, apresenta as competências da Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, que são:

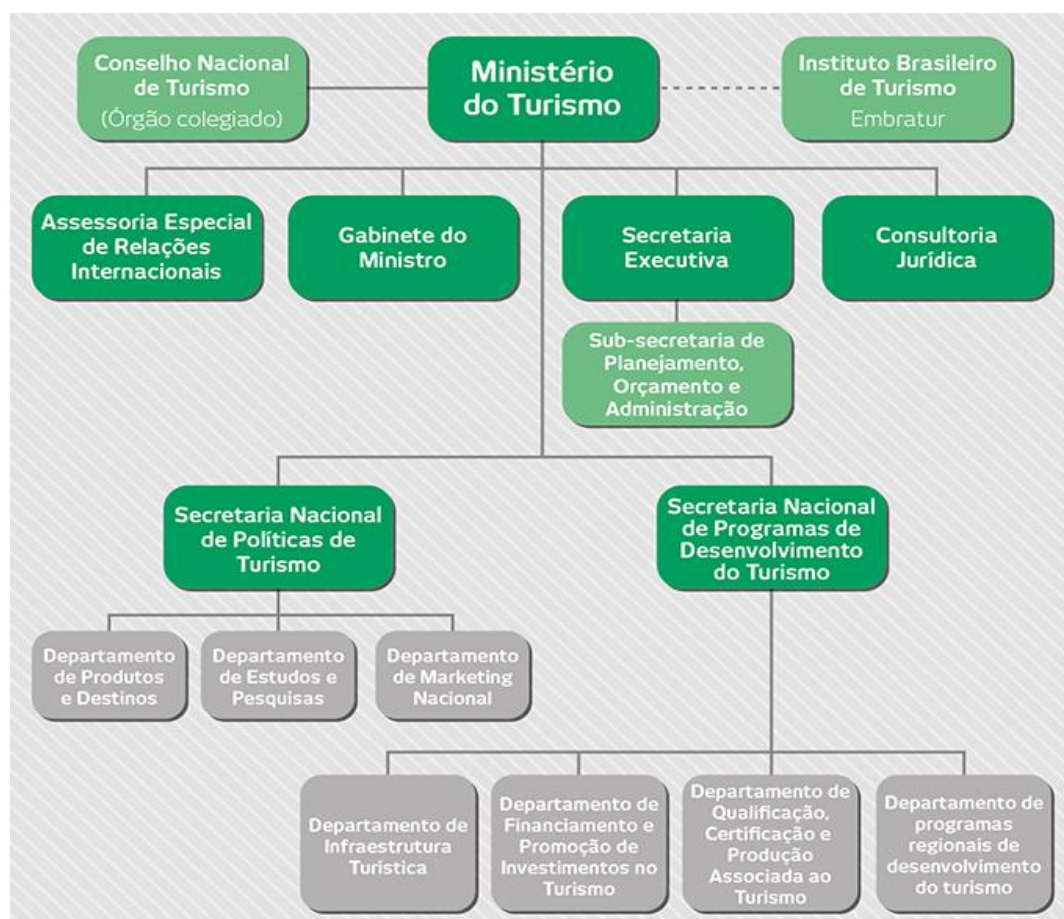
- I. prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério;*
- II. fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos atos normativos, a ser uniformemente seguida na área de atuação do Ministério quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;*
- III. atuar, em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério, na elaboração de propostas de atos normativos submetidas ao Ministro de Estado;*
- IV. realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos;*
- V. assistir o Ministro de Estado no controle interno da legalidade administrativa dos atos do Ministério e das entidades a ele vinculadas; e*
- VI. examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério:*

- a) os textos de edital de licitação e os contratos ou instrumentos congêneres a serem publicados e celebrados; e
- b) os atos pelos quais se reconheça a inexigibilidade ou se decida pela dispensa de licitação.

3.3 Organograma Funcional

A estrutura regimental vigente em 2015, na qual a Secretaria-Executiva era integrada pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), está de acordo com o Decreto nº 8.102, de 08 de setembro de 2013, conforme representado no organograma a seguir:

QUADRO 3.6 ORGANOGAMA DO MINISTÉRIO DO TURISMO, DE ACORDO COM O DECRETO Nº 8102, DE 08 DE SETEMBRO DE 2013



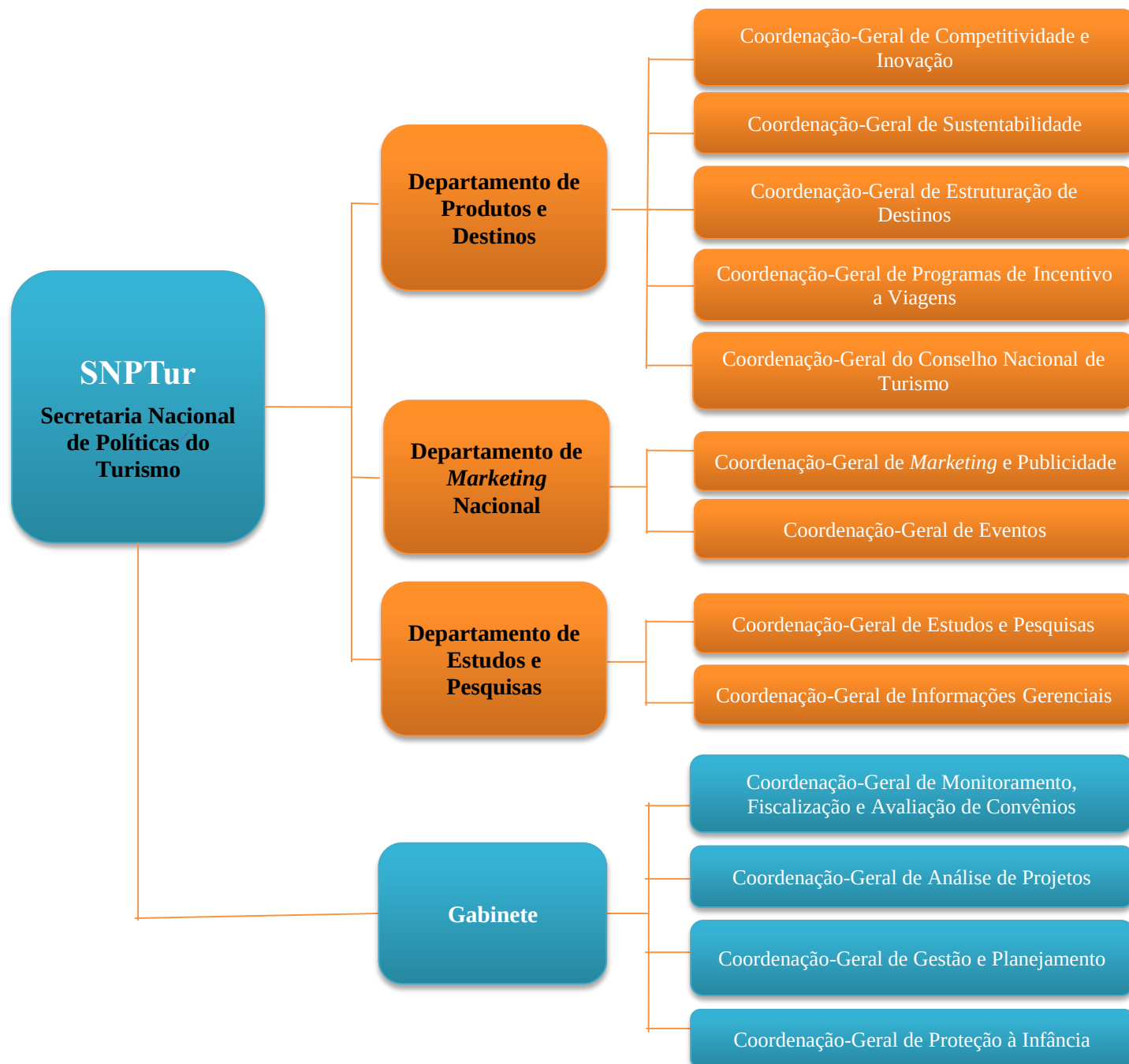
Fonte: www.turismo.gov.br (acesso em 25/02/2016).

Observa-se que o organograma vigente, no exercício de 2015, guarda correspondência tanto com o Decreto nº 8.102, de 08 de setembro de 2013, o qual aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo, quanto com a Portaria GM/MTur nº 64, 29 de abril de 2015, que aprova o Regimento Interno do Ministério do Turismo .

Cabe destacar que, em 30 de dezembro de 2015, foi publicado o Decreto nº 8.627, que aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério do Turismo, altera o Decreto nº 6.705, de 19 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Turismo, e remaneja cargos em comissão. O Decreto entrou em vigor em 14 de janeiro de 2016 e um novo Regimento Interno foi publicado por meio da Portaria GM/MTur nº 86, de 5 de fevereiro de 2016.

3.3.1 Organograma Funcional da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo

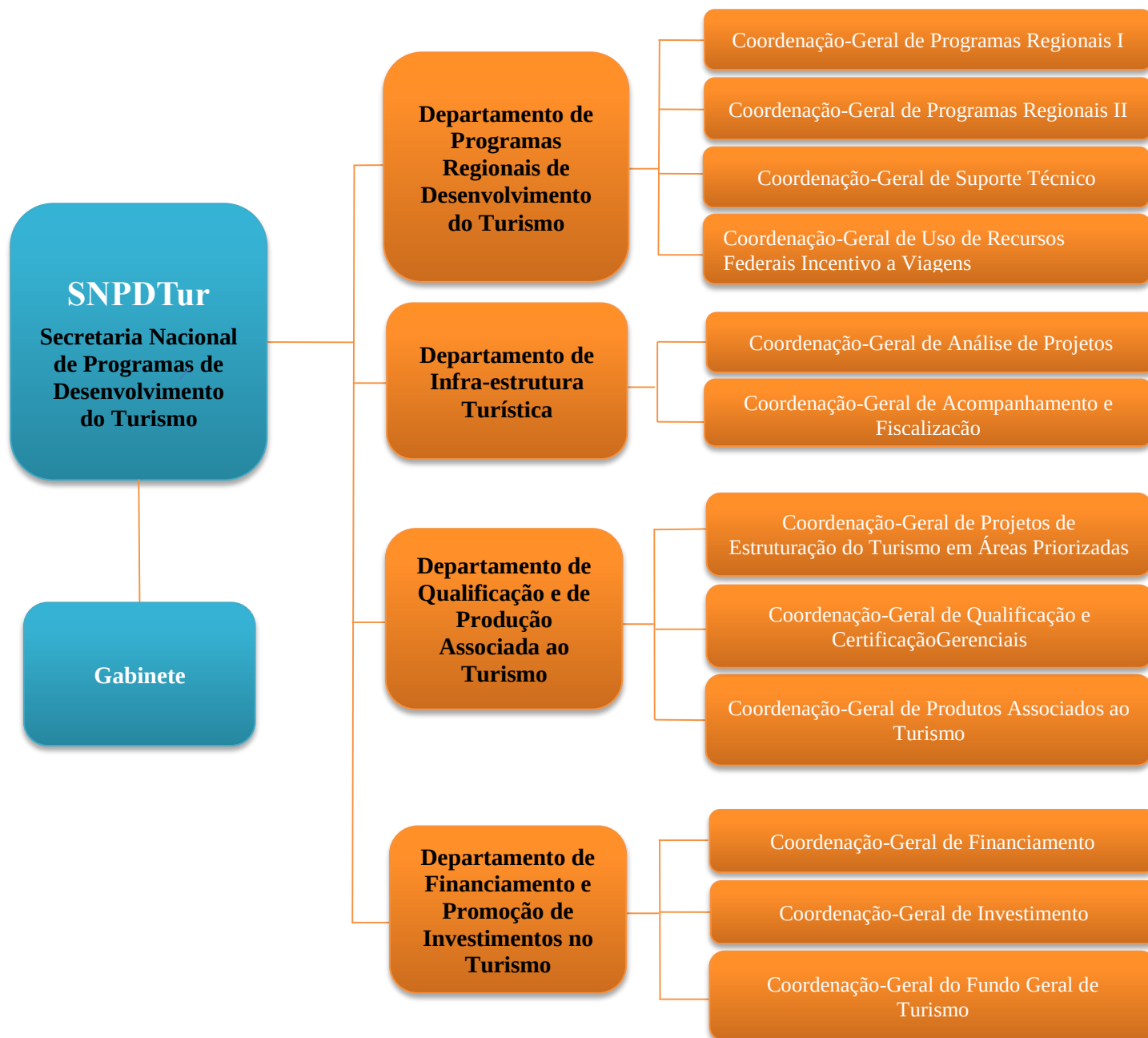
QUADRO 3.3.1 – ORGANOGRAMA DA UJ SNPTUR/ MTUR



Fonte: www.turismo.gov.br (acesso em 25/02/2016).

3.3.2 Organograma Funcional da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo

QUADRO 3.3.2 – ORGANOGRAMA DA UJ SNPDTur/ MTur

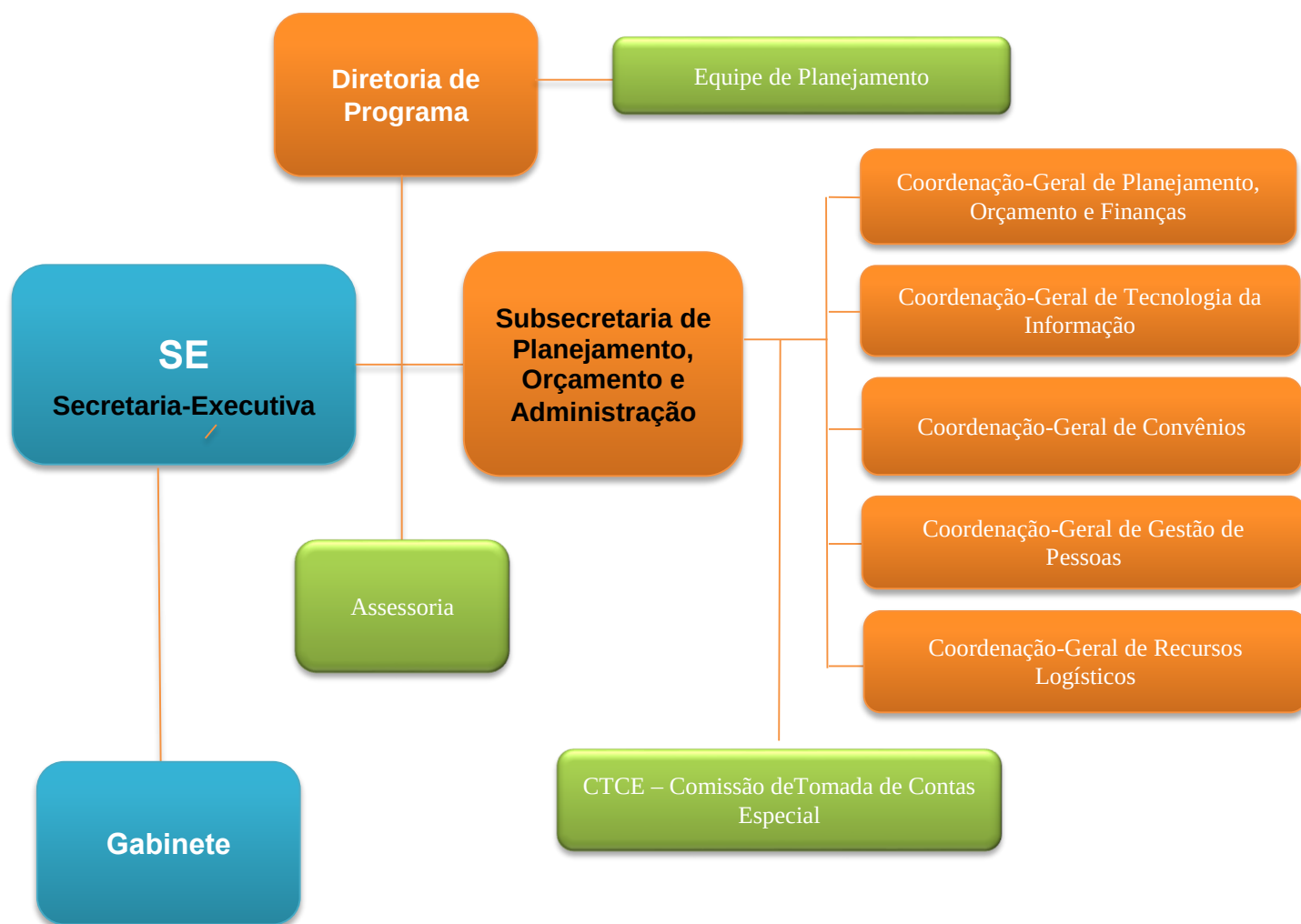


Fonte: www.turismo.gov.br (acesso em 25/02/2016).

3.3.3 Organograma Funcional da Secretaria-Executiva

O organograma funcional da UJ SE/MTur, abaixo, apresenta nos retângulos a estrutura formal definida no Decreto Regimental nº 8.102/2013 e nos retângulos destacados em verde as equipes especializadas com tarefas definidas, mas não contempladas no Decreto.

QUADRO 3.3.3 – ORGANOGRAMA DA UJ SE/MTUR



Fonte: www.turismo.gov.br (acesso em 25/02/2016).

3.3.4 Organograma Funcional do Gabinete do Ministro

O organograma funcional da UJ GM/MTur, abaixo, apresenta a estrutura formal definida no Decreto nº 8.102/2013. No retângulo destacado em verde está a equipe especializada com tarefas definidas, mas não contempladas no Decreto:

QUADRO 3.3.4 – ORGANOGAMA DA UJ GM/MTUR



Fonte: www.turismo.gov.br (acesso em 25/02/2016).

3.3.5 Informações sobre áreas ou Subunidades Estratégicas e Unidades Jurisdicionadas Vinculadas

QUADRO 3.3.5 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo				
Gabinete da SNPTur	Assistir e assessorar diretamente o Secretário em assuntos de natureza técnica, administrativa, planejamento e de representação política e social, bem como desenvolver outras atividades por ele determinadas. Organizar a agenda do Secretário e ocupar-se do preparo e despacho de seu expediente pessoal. Planejar, coordenar e supervisionar os assuntos administrativos e de desenvolvimento organizacional da SNPTur. Transmitir às demais unidades da SNPTur, as instruções e orientações emanadas do Secretário, Órgãos de Controle Interno e Externo. Coordenar o trâmite de processos relacionados à SNPTur. Coordenar, articular e apoiar a participação de representantes da SNPTur em órgãos colegiados, grupos de trabalho e assemelhados.	Sandro Ricardo	Chefe de Gabinete	De 15/01/2013 a 13/07/2015
		Hercy Ayres Rodrigues Filho		De 19/08/2015 a 31/12/2015
Coordenação Geral de Monitoramento, Fiscalização e Avaliação de Convênios	Fiscalização e análise de prestação de contas (parte técnica) dos eventos geradores de fluxo turístico.	Soemes Castilho da Silva	Coordenadora Geral de Monitoramento, fiscalização e Avaliação de Convênios	De 01/04/2014 a 14/01/2016
Coordenação Geral de Análise de Projetos	Realização de eventos geradores de fluxo turístico.	Bernardo de Castro Soares	Coordenador Geral de Análise de Eventos	De 01/04/2014 a 14/01/2016
Coordenação Geral de Gestão de Planejamento	Propositura e coordenação da elaboração do Plano Nacional de Turismo.	Breno Pockszevnicki	Coordenador Geral de Gestão e Planejamento	De 07/03/2013 a 30/06/2015
		Brenno Leopoldo Cavalcante de Paula		De 15/07/2015 a 31/12/2015
Coordenação Geral de Proteção à Infância	Ações de prevenção e combate à exploração sexual de crianças e adolescentes na cadeia turística.	Adelino Silva Neto	Coordenador Geral de Proteção à Infância	De 12/09/2011 a 31/12/2015
Departamento de Estudos e Pesquisas	Responsável pelos estudos, pesquisas e compilações de dados referentes à atividade turística no país. Esses documentos atingem tanto a vertente conjuntural do turismo (econômica e atividades características do turismo) como a estrutural (dados de oferta e demanda turística).	José Francisco Lopes Salles	Diretor do Departamento de Estudos e Pesquisas	De 01/01/2015 a 31/12/2015
Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas	Produzir estudos e pesquisas que propiciem o conhecimento do comportamento e as tendências do turismo nacional e internacional. Promover a realização de encontros, seminários e reuniões para divulgar estudos, pesquisas e suas metodologias. Promover a participação em conjunto com organismos internacionais de estudos, que incorporem novas metodologias e tecnologias de investigação das atividades turísticas. Promover o intercâmbio com instituições correlatas que possam contribuir para o desenvolvimento de suas atividades. Sistematizar informações que garantam as bases para estruturação do Sistema Nacional de Estatísticas de Turismo de apoio à tomada de decisão da área pública e do setor privado.	Neiva Aparecida Duarte	Coordenadora Geral de Estudos e Pesquisas	De 01/01/2015 a 31/12/2015

Coordenação Geral de Informações Gerenciais	Promover a execução de ações relacionadas à disseminação de informações sobre o turismo junto ao setor público, privado e a sociedade civil, de forma a facilitar o acesso da população a dados, indicadores e análise da atividade turística. Promover o intercâmbio com instituições correlatas que possam contribuir para o desenvolvimento de suas atividades. Promover a participação em conjunto com organismos internacionais de estudos que incorporem novas tecnologias para disseminação de informação na área de turismo.	Gilce Zelinda Battistuz	Coordenadora Geral de Informações Gerenciais	De 01/01/2015 a 31/12/2015
Departamento de Produtos e Destinos	Coordenar, acompanhar, supervisionar e articular políticas, planos, programas, projetos e ações para a estruturação e diversificação da oferta turística. Coordenar e exercer a cooperação e articulação com os órgãos da administração federal, estadual, distrital, municipal e entidades não governamentais em programas, projetos e ações de fiscalização, classificação e cadastramento de serviços e empreendimentos turísticos. Apoiar o planejamento de programas e projetos no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios, que contribuam para o fortalecimento e desenvolvimento sustentável da atividade turística.	Wilken Souto	Diretor (a) do Departamento de Produtos e Destinos	De 01/07/2014 a 14/10/2015
		Aparecida Maria Borges Bezerra		De 15/10/2015 a 31/12/2015
Coordenação Geral de Competitividade e Inovação	Planejar, desenvolver e disseminar estratégias voltadas à promoção da inovação e competitividade de equipamentos, empreendimentos e produtos turísticos. Subsidiar a formulação de políticas e atos normativos regulamentares que propiciem a competitividade e a inovação em equipamentos, empreendimentos, e produtos turísticos.	Jair Galvão Freire	Coordenador (a) Geral de Competitividade e Inovação	De 01/01/2015 a 05/01/2015
		Tamara Galvão Veiga Barros		De 09/01/2015 a 31/12/2015
Coordenação Geral de Sustentabilidade	Propor políticas públicas de desenvolvimento sustentável para orientar a atuação do Ministério do Turismo e do setor turístico brasileiro. Apoiar e promover programas, projetos e ações do Ministério do Turismo, relacionados ao desenvolvimento sustentável da atividade turística. Apoiar e realizar ações de sensibilização acerca do desenvolvimento sustentável na atividade turística.	Isabel Cristina Barnasque	Coordenadora Geral de Sustentabilidade	De 01/01/2015 a 31/12/2015
Coordenação Geral de Estruturação de Destinos	Propor estratégias de desenvolvimento territorial por meio do turismo. Definir diretrizes e estratégias para a estruturação de destinos turísticos com base nos princípios da regionalização. Promover estudos e pesquisas para subsidiar a estruturação e a gestão de destinos e regiões turísticas. Disseminar informações sobre a estruturação de destinos turísticos. Conduzir o processo de definição do Mapa do Turismo Brasileiro. Estabelecer critérios e parâmetros para categorizar os municípios das regiões turísticas brasileiras, de modo a orientar a implementação de políticas públicas de turismo e a distribuição de recursos públicos. Estimular a formação de uma rede nacional de suporte à gestão descentralizada do turismo.	Cristiano Araújo Borges	Coordenador Geral de Estruturação de Destinos	De 01/01/2015 a 31/12/2015
Coordenação Geral de Programas de Incentivo a Viagens	Propor diretrizes, elaborar, coordenar, monitorar e avaliar programas, projetos e ações de incentivo a viagens. Apoiar o desenvolvimento de base de dados para subsidiar a disseminação de informações turísticas dos destinos brasileiros. Realizar ou apoiar estudos e pesquisas para subsidiar a implementação dos programas, projetos e ações sob responsabilidade desta Coordenação-Geral. Propor e articular diretrizes e estratégias para o desenvolvimento de segmentos turísticos de demanda.	Vitor Iglezias Cid	Coordenador (a) Geral de Programas de Incentivo a Viagens	De 22/09/2014 a 01/10/2015
		Rafaela Levay Lehmann		Substituta até o final do exercício de 2015.
Coordenação Geral do Conselho Nacional do Turismo	Prestar apoio técnico e administrativo ao Conselho Nacional de Turismo – CNT – e suas Câmaras Temáticas. Monitorar o relacionamento público e privado no âmbito do CNT. Estimular a criação e apoiar o fortalecimento de colegiados de suporte à gestão descentralizada do turismo, nos âmbitos estadual, regional e municipal.	Lena Maria Alexandre Brasil	Coordenadora Geral do Conselho Nacional do Turismo	01/01/2015 a 31/12/2015

Departamento de <i>Marketing</i> Nacional	Responsável pela divulgação de campanhas e outras formas publicitárias, visando estimular o brasileiro a viajar mais por seu País. Trata também de ações de apoio à comercialização junto ao trade turístico, tendo em última análise o mesmo objetivo de incrementar o fluxo turístico brasileiro.	Luciana Paiva Fernandes	Diretor (a) do Departamento de Marketing Nacional	Até 14/05/2015
		Walter Ferreira do Nascimento		De 21/05/2015 a 26/10/2015
		Márcio Ferreira do Nascimento		De 12/11/2015 a 31/12/2015
		Roberta Carneiro Bastos		Na condição de Substituta Eventual.
Coordenação Geral de <i>Marketing</i> e Publicidade	Planejar, desenvolver, propor e executar ações de propaganda, publicidade e promoção. Formular, analisar, avaliar, acompanhar e controlar todas as ações de promoção, produção de campanhas de propaganda e publicidade nacional, assim como a produção de material técnico do Ministério do Turismo, provenientes de ações vinculadas às agências licitadas. Coordenar e aprovar as campanhas publicitárias junto à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM.	Roberta Bastos Carneiro Campos	Coordenadora Geral de <i>Marketing</i> e Publicidade	01/01/2015 a 31/12/2015
		Sandra Maria Ericeira Batalha		Na condição de Substituta
		Tais da Rocha Araújo		Na condição de Substituta
Coordenação Geral de Eventos	Elaborar parecer técnico de proposta de apoio e participação em eventos nacionais; propor o calendário de participação do Ministério em feiras e eventos turísticos nacionais; acompanhar e avaliar a participação do Ministério em feiras e eventos turísticos nacionais; e dar suporte técnico aos demais departamentos do Ministério para participação em eventos nacionais.	Marcelo Borella	Coordenador Geral de Eventos	01/01/2015 a 31/12/2015
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo - SNPDTur				
Secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo	I - subsidiar a formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento e fortalecimento do turismo nacional, necessários à consecução da Política Nacional de Turismo; II - subsidiar a formulação e acompanhar os programas de desenvolvimento regional de turismo e a promoção do apoio técnico, institucional e financeiro para o fortalecimento da execução e da participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios nesses programas; III - subsidiar o desenvolvimento e supervisionar a execução de planos, projetos e ações para o estímulo e a captação de investimentos privados nacionais e internacionais, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Turismo; IV - promover a cooperação e a articulação dos instrumentos da administração pública para financiamento, apoio e promoção da atividade turística; V - regulamentar e apoiar a certificação das atividades, empreendimentos e equipamentos dos prestadores de serviços turísticos, e fixar os critérios de avaliação dos organismos de certificação de conformidade; VI - apoiar a qualificação profissional e a melhoria da qualidade da prestação de serviços para o turista; VII - apoiar a diversificação da oferta turística, mediante incentivo à produção associada ao turismo; VIII - propor diretrizes e prioridades para aplicação do Fungetur; e IX - orientar, acompanhar e supervisionar a execução dos projetos e programas regionais de desenvolvimento do turismo, de capacitação, de infraestrutura, de financiamento, de fomento e captação de investimento nacional e estrangeiro para o setor de turismo.	Neusvaldo Ferreira Lima	Secretário Nacional	01/01/2015 a 31/12/2015

Gabinete do Secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo	I - assistir ao Secretário Nacional em sua representação administrativa e política, ocupar-se dos despachos do seu expediente pessoal; II - providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Gabinete do Ministro e Secretaria Executiva, e acompanhar o andamento dos programas e projetos de interesse do Secretário; III - providenciar a publicação oficial dos instrumentos administrativos relacionados com a área da Secretaria; IV - planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades da Secretaria; VI - coordenar, no âmbito da Secretaria, as atividades de ouvidoria; VII - receber, registrar, responder e solucionar reclamações, sugestões, elogios e denúncias na defesa dos direitos e dos interesses dos convenientes da Secretaria; e	Edson José Trentin Tibério	Chefe de Gabinete	01/01/2015 a 31/12/2015
Diretor do Departamento de Infraestrutura Turística - DIETU	I - formular, coordenar e acompanhar os planos, programas e ações do Ministério voltados à implementação de projetos de infraestrutura turística; II - coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a aplicação de recursos de responsabilidade do Ministério em projetos de infraestrutura turística; III- analisar investimento em saneamento básico e ambiental integrante de projeto turístico estruturado ou em estruturação, em conformidade com a Política Nacional de Turismo; e IV - articular com os demais órgãos governamentais e entidades da Administração Federal, Estadual e Municipal em seus programas, projetos e ações de infraestrutura que interagem com a Política Nacional de Turismo.	Marcia Beatriz Beiró Lourenço	Diretora Substituta	01/01/2015 a 22/07/2015
		Marcelo Moreira Ribeiro	Diretor	De 23/07/2015 a 31/12/2015
Diretor do Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo - DPRDT	O Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo tem entre suas competências a função de coordenar a formulação, apoiar e acompanhar os programas regionais de desenvolvimento do turismo, além de prover o apoio técnico, institucional e financeiro ao fortalecimento da execução e participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios nesses programas.	Viviane de Faria	Diretora Substituta	De 29/10/2014 a 22/03/2015
			Diretora	De 23/03/2015 a 30/12/2015
Diretor do Departamento de Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo - DFPIT	O Departamento de Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo é responsável pelas seguintes atribuições: formulação da política e do gerenciamento de ações de estímulo e de fomento à mobilização da iniciativa privada, nacional e internacional; gerenciamento do desenvolvimento de planos, projetos e eventos que objetivem a captação e o estímulo aos investimentos nacionais e internacionais; atuação junto às instituições financeiras para formulação de linhas de crédito e outros instrumentos financeiros voltados para o turista e para as empresas da cadeia produtiva do turismo; acompanhamento da execução dos projetos e programas de financiamento de obras, serviços e atividades turísticas no âmbito do Fungetur, e elaboração de estudos versando sobre a uniformização de normas e procedimentos operacionais inerentes às atividades do Fungetur.	Eduardo Ribeiro Golin	Diretor	De 01/01/2015 a 11/05/2015
		Márcio Luiz de Matos Vantil	Coordenador-Geral de Financiamento	De 12/05/2015 a 18/06/2015
		Rogério Antonio Cóser	Diretor	De 19/06/2015 a 31/12/2015
Diretor do Departamento de Qualificação, Certificação e Produção Associada ao Turismo - DCPAT	Art. 16. Ao Departamento de Qualificação, Certificação e Produção Associada ao Turismo compete: I - formatar, implementar e apoiar os planos, programas e ações voltados ao desenvolvimento, à promoção e à comercialização da produção artesanal e demais produtos associados ao turismo; II - formatar e implementar os programas e ações voltados ao desenvolvimento da qualificação e certificação de profissionais, equipamentos e serviços turísticos; III - coordenar as ações voltadas à qualificação profissional e à melhoria da qualidade dos serviços prestados ao turista; IV - desenvolver, implementar e apoiar projetos estruturantes, em regiões alvo de investimentos turísticos, geradores de impactos econômicos e sociais; V - articular, apoiar e acompanhar a promoção de apoio técnico, institucional e financeiro às regiões com potencial turístico e de baixa renda per capita, de acordo com o Plano Nacional de Turismo; VII - coordenar a formulação, apoiar e acompanhar os planos, programas e ações voltados à geração de novas alternativas de desenvolvimento local com base nos segmentos turísticos e sua cadeia produtiva, de acordo com a Política Nacional de Turismo; e VIII - articular programas, projetos e ações relacionados ao turismo com os demais órgãos e entidades das administrações federal, estadual, distrital e municipal, do setor produtivo e terceiro setor.	Neuza Helena Portugal dos Santos	Diretora Substituta	De 01/01/2015 a 15/05/2015
			Diretora	De 15/05/2015 a 31/12/2015
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação

Secretaria-Executiva				
Gabinete do Secretário-Executivo	Assistir o Secretário-Executivo na execução de suas atribuições; coordenar a pauta de trabalho do Secretário-Executivo e solicitar o preparo de expediente para seu despacho; orientar e controlar as atividades administrativas no âmbito da Secretaria-Executiva; assessorar o Secretário-Executivo na coordenação do processo de planejamento estratégico institucional e na supervisão e avaliação do mesmo; e assistir o Secretário-Executivo na supervisão e coordenação da ação institucional.	Mauro Borges Ribeiro Formiga	Chefe de Gabinete - DAS 101.4 - Requisitado do Banco do Brasil	De 14/07/2014 a 03/09/2015
		Susana Santana Lima	Chefe de Gabinete - Substituta - DAS 101.4	De 04/09/2015 a 21/10/2015
		Saskia Freire Lima	Chefe de Gabinete - DAS 101.4 – Técnico de Nível Superior	De 22/10/2015 a 31/12/2015
Diretor de Programa	Coordenar, propor, normalizar, implementar planos, programas, projetos e atividades – administrativos e organizacionais; planejar, coordenar, compatibilizar a elaboração do planejamento estratégico, planos e programas, propor indicadores, acompanhar e monitorar a execução e avaliar os resultados do Ministério e da entidade vinculada; planejar, coordenar, acompanhar, monitorar, avaliar, revisar e produzir informações gerenciais do Plano Plurianual (PPA); coordenar e subsidiar a elaboração de relatórios de ação de governo como Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional, Prestação de Contas do Presidente da República ao Congresso Nacional e demais relatórios necessários à execução dos objetivos do Ministério do Turismo; analisar, desenvolver, implementar e avaliar os processos de trabalho, com vistas à utilização eficiente de recursos, prevenção e solução de problemas, eliminação de atividades redundantes promovendo o redesenho e melhoria dos processos de trabalho; supervisionar e orientar a elaboração de projetos de estruturação organizacional, bem como os processos de elaboração, revisão e atualização de regimentos internos, no âmbito do Ministério; e organizar ações de gestão do conhecimento no âmbito do Ministério do Turismo.	Jun Alex Yamamoto	Diretor de Programa - DAS 101.5	De 12/05/2014 a 31/12/2015
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	Planejar, coordenar e supervisionar, no âmbito do Ministério, a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de administração dos recursos de informação e informática, de organização e inovação institucional, de pessoal civil, de serviços gerais e de arquivo; informar e orientar os órgãos do Ministério e a entidade a ele vinculada quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas; desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil no âmbito do Ministério, atuar na elaboração, acompanhamento, avaliação e revisão do plano plurianual, da proposta e da programação orçamentárias, e propor medidas para correção de distorções; analisar e avaliar as prestações de contas do Ministério, parciais ou finais, quanto aos seus aspectos técnicos e financeiros, e propor a instauração de tomada de contas especial e demais medidas de sua competência quando não forem elas aprovadas; e realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesas e de responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa à perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.	Rubens Portugal Bacellar	Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Gestão - DAS 101.5	De 23/07/2007 a 10/05/2015
		Marcelo Fiadeiro	Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Gestão - DAS 101.5 -	De 11/05/2015 a 03/09/2015
		Mauro Borges Ribeiro Formiga	Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Gestão - DAS 101.5 – Requisitado do Banco do Brasil	De 04/09/2015 a 31/12/2015

Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças	Planejar, coordenar, avaliar e promover a articulação das atividades relacionadas com o sistema federal de planejamento, orçamento, programação financeira e contabilidade, observando as diretrizes dos Órgãos Centrais; coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à elaboração, análise e encaminhamento das propostas orçamentárias anuais, bem como das reformulações que se fizerem necessárias no decorrer do exercício; promover, acompanhar e monitorar a execução orçamentária e financeira das ações das orçamentárias no âmbito do Ministério; acompanhar e controlar a execução orçamentária e financeira das unidades orçamentárias; e prestar orientação técnica aos órgãos do Ministério e entidade vinculada na elaboração de planos, programas e ações.	Luiz Otávio Tavares Pereira	Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e Gestão – DAS 101.4 - Analista de Planejamento e Orçamento – Requisitado do MPOG	De 23/09/2013 a 16/06/2015
		Marcos da Costa Avelar	Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e Gestão – DAS 101.4 - Analista de Planejamento e Orçamento – Requisitado do MPOG	De 19/06/2015 a 23/08/2015
		Deusivaldo Ferreira de Jesus	Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e Gestão – Substituto - DAS 101.4 – Agente Administrativo MTur	De 24/08/2015 a 13/01/2016
			Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e Gestão – DAS 101.4 – Agente Administrativo MTur	De 14/01/2016 a 31/12/2015
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	Planejar, coordenar, controlar, monitorar e avaliar as atividades relacionadas às políticas de administração e desenvolvimento de pessoal e de assistência médica; controlar, implementar e atualizar os atos pertinentes à vida funcional dos servidores, ao preparo da folha de pagamento de pessoal, à aplicação da legislação de pessoal, tanto em procedimentos administrativos quanto judiciais no âmbito do Ministério; subsidiar a elaboração da proposta orçamentária relativa à área de administração de recursos humanos; definir requisitos, coordenar e avaliar os sistemas de administração de recursos humanos; controlar e avaliar a prestação de serviços que envolvam os sistemas de administração de recursos humanos; fornecer ao órgão central do SIPEC elementos necessários à sua gestão; assistir as unidades descentralizadas nos assuntos de sua área de atuação; estruturar, organizar e manter sistema de informações gerenciais sobre as ações e os gastos com recursos humanos; e propor o desenvolvimento de sistemas informatizados necessários à gestão de pessoal.	Jaqueline Cameiro Ribeiro	Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas - DAS 101.4	De 01/07/2014 a 28/07/2015
		Elisa Midori Okamura	Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas substituta - DAS 101.4 – Requisitada Embratur	De 29/07/2015 a 31/12/2015
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	Planejar, coordenar, acompanhar, orientar, avaliar e executar as atividades relacionadas às políticas de organização institucional, sistemas administrativos, administração de material, patrimônio, obras, transportes, serviços gráficos, telecomunicações, comunicações administrativas e documentação, seguindo as diretrizes emanadas do órgão central do Sistema de Serviços Gerais - SISG e Sistema de Organização e Modernização Administrativa - SOMAD; propor o desenvolvimento de projetos de sistemas de informações; analisar e instruir de processos relativos a pregão, convite, tomada de preços e concorrência destinados à aquisição de materiais e contratação de serviços e obras de engenharia.	Simone Maria da Silva Salgado	Coordenadora-Geral de Recursos Logísticos - DAS 101.4 – Administradora – Requisitada do MPS	De 11/11/2006 a 31/12/2015

Coordenação-Geral de Convênios	Acompanhar a edição de normas e instruções emanadas pelos órgãos centrais do sistema gestor de transferências voluntárias e dar-lhes divulgação aos órgãos do Ministério do Turismo; acompanhar as normas, orientações e procedimentos praticados pelos órgãos do Ministério, de forma a propor harmonização às normas e instruções de transferências voluntárias e às orientações ou determinações dos órgãos de controle; auxiliar os órgãos centrais do sistema gestor de transferências voluntárias no desenvolvimento dos sistemas eletrônicos disponibilizados; acompanhar e avaliar os instrumentos de transferências voluntárias celebrados pelo Ministério do Turismo, quanto ao cumprimento dos prazos e a regularidade dos procedimentos pertinentes; emitir os documentos relativos à execução orçamentária e financeira; avaliar as prestações de contas e encaminhar à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração proposta de resultado conclusivo; propor a instauração de processo de TCE; dar provimento ao pedido de ressarcimento ao Erário, formulado por convenientes ou responsáveis por convênios, quando da devolução de glosas apuradas em análise de prestação de contas; registrar o resultado final da análise de prestações de contas ou os efeitos delas decorrentes. subsidiar a Assessoria Especial de Controle Interno e à Consultoria Jurídica no atendimento às diligências externas, em assuntos de sua competência; e supervisionar as atividades relativas à execução e à prestação de contas de transferências voluntárias.	Francisco Moreira da Silva	Coordenador-Geral de Convênios - DAS 101.4 – Analista de Finanças e Controle – Requisitado da CGU	De 04/10/2012 a 31/12/2015
		Italo Oliveira Mendes	Coordenador-Geral de Convênios - DAS 101.4 – Técnico de Nível Superior MTur	De 14/01/2016 a 31/12/2015
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação	Coordenar, monitorar e controlar as atividades relacionadas com a administração dos recursos de TI; planejamento e gestão de TI; gerenciamento da infraestrutura de TI; gerenciamento do desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação; e, segurança da informação e comunicações; atender às deliberações do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação; apoiar a definição, desenvolvimento e execução do modelo de Governança de Tecnologia da Informação do órgão; aplicar as políticas e diretrizes do Governo Federal relativos à TI; identificar e propor procedimentos que melhor assegurem a relação custo/benefício dos recursos computacionais; gerenciar a estratégia e portfólio de serviços de TI; aprovar estudos, pareceres, notas técnicas elaboradas no âmbito da CGTI; conduzir a elaboração e gerir a execução do Planejamento Estratégico de TI, do Plano Diretor de TI e demais planos decorrentes das atividades de planejamento e gestão;; gerenciar conhecimento de serviços, gestão e governança de TI no Ministério e promover a adoção de melhores práticas de governança e gestão de TI; gerenciar as operações dos serviços de rede e comunicações; prestar o suporte técnico aos usuários quanto à utilização e manutenção dos recursos de TI; gerenciar o ambiente físico da infraestrutura de TI do Ministério do Turismo; gerenciar a Central de Serviços, configurações e ativos de serviço, incidentes, problemas, mudanças, liberações e eventos relacionados à Tecnologia da Informação; monitorar e gerenciar capacidade e desempenho de TI; garantir a continuidade dos serviços de TI; zelar pela disponibilidade, integridade, confidencialidade e a autenticidade das informações; e gerenciar riscos e controlar acessos aos ativos de informação.	Paulo Roberto de Souza Lemos	Coordenador-Geral de TI - DAS 101.4 -Agente Administrativo do MTur	De 22/02/2013 a 01/09/2015
		Sâmia Firmino Pinto	Coordenador-Geral de TI - Substituta - DAS 101.4 – Agente Administrativo MTur	De 02/09/2015 a 31/12/2015
			Coordenador-Geral de TI - DAS 101.4 - Agente Administrativo MTur	De 14/01/2016 a 31/12/2015
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Gabinete do Ministro				
Gabinete do Ministro	Assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente pessoal; providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional, e acompanhar o andamento dos projetos de interesse do Ministério; providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação do Ministério; planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades de comunicação social do Ministério; assistir o Ministro de Estado em seus deslocamentos no território nacional e no exterior; coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades de ouvidoria; receber, registrar, responder e solucionar reclamações, sugestões, elogios e denúncias na defesa dos direitos e dos interesses dos usuários dos serviços turísticos; e exercer outras competências que lhe forem atribuídas pelo Ministro de Estado.	Adriana Soares de Holanda	Chefe de Gabinete - DAS 101.5	De 28/03/2014 a 22/04/2015
		Ana Paula de Magalhães Albuquerque Lima	Chefe de Gabinete - DAS 101.5 – Requisitada Câmara dos Deputados	De 23/04/2015 a 31/12/2015

Cerimonial	Planejar, coordenar e controlar a execução das atividades de cerimonial do Gabinete; assistir ao Ministro de Estado em sua representação social, mediante a organização de sua agenda de compromissos e preparação de sua participação em eventos nacionais; III - participar do planejamento, organização e acompanhamento de viagens do Ministro de Estado, bem como assessorá-lo em seus deslocamentos no Brasil, em eventos promovidos por este Ministério.	Sergio Henrique Sousa Rodrigues	Coordenador-Geral –DAS 101.4 -	De 02/06/2014 a 31/12/2015
Ouvidoria	Assegurar o atendimento ao disposto na Lei de Acesso a Informação e ao decreto que a regulamenta; estimular a participação de usuários e entidades da sociedade no processo de avaliação dos serviços prestados; receber e analisar pedidos de informações, solicitações, reclamações e elogios emanados da sociedade civil, referentes a procedimentos do órgão, com vistas à ampliação do acesso e à melhoria dos serviços de turismo; assegurar a preservação dos aspectos éticos, de privacidade e confidencialidade no processamento das reclamações apresentadas ou informações solicitadas; e elaborar relatórios estatísticos do atendimento às demandas sob sua responsabilidade.	José Raimundo Machado dos Santos	Ouvidor –DAS 101. 4	De 24/11/2011 a 31/12/2015
Assessoria de Comunicação Social	Planejar, orientar, controlar e supervisionar a execução das atividades de comunicação social do Ministério, observadas as diretrizes do órgão responsável pela Comunicação Social da Presidência da República; elaborar matérias de interesse do Ministério e do setor de turismo, e distribuí-las para os veículos de imprensa; subsidiar a definição de estratégias de divulgação das ações e serviços do Ministério; coordenar a execução das ações de publicidade institucional e legal do Ministério, bem como a editoração e a publicação técnica e institucional; promover e acompanhar, junto à mídia, a formação de opinião pública relativa ao Ministério; receber, avaliar e dar andamento à demanda de serviços de edição das publicações técnicas e institucionais do Ministério; pesquisar, selecionar e analisar matérias e notícias divulgadas na mídia relativas ao Ministério, ou de seu interesse; organizar e manter arquivo de assuntos de interesse do Ministério captados na imprensa; facilitar a gestão por meio da difusão correta e eficaz da cultura, ações e metas do Ministério do Turismo bem como suas Secretarias; criar e/ou apoiar campanhas internas, em parceria com a Comissão de Qualidade de Vida no Trabalho e outros setores do Ministério, voltadas para a participação e interação dos servidores e colaboradores da pasta; elaborar informativos internos para divulgação de matérias de interesse do Ministério, do setor turístico e dos servidores e colaboradores; fazer cobertura de eventos internos; e criar conteúdo e atualizar a intranet.	Rodrigo Bauer do Carmo	Chefe da Assessoria de Comunicação- DAS 101.4	De 25/04/2014 a 26/05/2015
		Velza Maria de Aguiar Fregapani	Chefe da Assessoria de Comunicação- Substituta - DAS 101.4	De 12/06/2015 a 25/08/2015
		Adriana Meirelles da Motta F. Gaudêncio	Chefe da Assessoria de Comunicação- DAS 101.4	De 26/08/2015 a 31/12/2015
Assessoria Parlamentar	Acompanhar o Ministro nas audiências que envolvam a participação de parlamentares, governadores e prefeitos; supervisionar, orientar e controlar as atividades relacionadas ao acompanhamento e solicitações de audiência de parlamentares com o Ministro e demais setores relacionados; supervisionar, orientar e controlar as atividades relacionadas ao acompanhamento de Emendas Parlamentares, de Bancada, de Comissão e outros de interesse Orçamentário do Ministério junto ao Poder Legislativo; supervisionar, orientar e controlar as atividades relacionadas ao acompanhamento de matérias legislativas e outros assuntos de interesse do Ministério junto ao Poder Legislativo; realizar estudos e análises sobre a ação parlamentar; acompanhar e manter atualizado os pronunciamentos parlamentares sobre assuntos da área de competência do Ministério; desenvolver e manter atualizado arquivo sobre o perfil dos parlamentares; acompanhar e manter atualizadas as proposições legislativas de interesse do Ministério e os Requerimentos de Informações; elaborar relatórios sobre o andamento de projetos de lei, pleitos e pronunciamentos dos parlamentares; encaminhar solicitações de Deputados e de Senadores e prestar-lhes esclarecimentos e informações sobre matérias de competência do Ministério; manter os contatos necessários ao bom andamento das matérias de interesse do Ministério em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; acompanhar as autoridades do Ministério em visitas e audiências na Câmara dos Deputados, no Senado Federal; e informar às Bancadas Parlamentares sobre a presença do Ministro de Estado nas respectivas regiões.	Luis Vannucci Cantanhede Cardoso	Chefe da Assessoria Parlamentar –DAS 101.4	De 13/11/2012 a 31/12/2015

Assessoria Especial de Relações Internacionais	Apoiar, planejar, coordenar e acompanhar a celebração de acordos e instrumentos de cooperação técnica internacional; apoiar, planejar, coordenar, desenvolver atividades e acompanhar a atuação e a participação do Ministério em fóruns e organismos internacionais de interesse do turismo nacional, de acordo com a política externa do País; apoiar, planejar, coordenar, acompanhar e promover estudos e iniciativas para subsidiar a atuação do Ministério e do governo brasileiro nas negociações de acordos comerciais que tratem de produtos e serviços turísticos; apoiar, planejar, coordenar e acompanhar a articulação do Ministério com órgãos e instituições governamentais com atuação no cenário internacional; e pesquisar, identificar, analisar e divulgar novas práticas de desenvolvimento e gestão do turismo, realizadas no âmbito internacional, visando aprimorar a qualidade e a competitividade do turismo brasileiro.	Acir Pimenta Madeira Filho	Diretor da Assessoria Especial de Relações Internacionais - DAS 101.5- Ministro Requisitado do MRE	De 13/02/2013 a 31/12/2015
Assessoria Especial de Controle Interno Assessoria Especial de Controle Interno	Assessorar o Ministro de Estado nos assuntos de competência do controle interno; orientar os administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas; submeter à apreciação do Ministro de Estado os processos de tomadas e prestação de contas, para o fim previsto no art. 52 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992; auxiliar os trabalhos de elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República; acompanhar a implementação, pelos órgãos e pelas unidades, das recomendações do Sistema de Controle Interno e do Tribunal de Contas da União; e, coletar informações dos órgãos da jurisdição, para inclusão de ações de controle nos planos e programas do órgão central do Sistema, com vistas a atender às necessidades dos ministérios.	Ricardo Cardoso dos Santos	Assessor Especial de Controle Interno do Ministério do Turismo, código DAS 102.5	De 20/4/2011 a 6/4/2015
		Brenno d'Aguiar de Souza	Assessor Especial de Controle Interno do Ministério do Turismo, código DAS 102.5	De 15/5/2015 a 31/12/2015
Consultoria Jurídica	Prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério; fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos atos normativos, a ser uniformemente seguida na área de atuação do Ministério quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União; atuar, em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério, na elaboração de propostas de atos normativos submetidas ao Ministro de Estado; realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos; assistir o Ministro de Estado no controle interno da legalidade administrativa dos atos do Ministério e das entidades a ele vinculadas; examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério: a) os textos de edital de licitação, e os contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados; e b) os atos pelos quais se reconheça a inexigibilidade ou se decida a dispensa de licitação.	Manoelina Pereira Medrado	Consultora jurídica - DAS 101.5	De 25/05/2006 a 31/12/2015

3.7 Macroprocessos finalísticos

QUADRO 3.7 - MAPEAMENTO DOS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Secretaria Nacional de Políticas do Turismo- SNPTur

a) Coordenação-Geral de Eventos Turísticos - CGAP

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Eventos Turísticos	Este macroprocesso é composto pelos seguintes processos: 1- Realizar análise de viabilidade de projetos geradores de fluxo turístico; 2- Acompanhar e fiscalizar eventos geradores de fluxo turístico; 3- Executar análise de prestação de contas de eventos geradores de fluxo turístico.	1º Aprovação ou Rejeição da Proposta; 2º Monitoramento e Fiscalização do Evento in loco; 3º Verificação da correta aplicação dos recursos públicos.	1º, 2º e 3º Cliente externo.	Coordenação-Geral de Monitoramento, Fiscalização e Avaliação de Convênios Coordenação-Geral de Análise de Projetos

b) Turismo Sustentável e Infância -TSI

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Turismo Sustentável e Infância (TSI)	Este macroprocesso é composto pelos seguintes processos: 1- Implementar Campanhas de Prevenção ao Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo; 2- Promover Seminários de Sensibilização; 3 -Disseminar o tema do Enfrentamento e da Prevenção a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e Tráfico de Pessoas	1º Pessoa sensibilizada.	- Agentes de turismo; - Agentes de saúde; - estudantes; - Professores; - Sociedade civil organizada; - Interessados na temática de prevenção.	Coordenação-Geral de Proteção à Infância

c) Departamento de Estudos e Pesquisas - DEPES

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão do Sistema de Inteligência Competitiva do Turismo	Realização estudos e pesquisas que contribuam para a estruturação do Sistema Nacional de Estatísticas Turísticas Este macroprocesso é composto pelos seguintes processos: 1- Formulação do Plano de Ação Anual; 2- Monitoramento e controle da execução de estudos e pesquisas sobre a atividade turística; 3- Compilação e sistematização relacionadas às atividades turísticas; 4- Produção do conteúdo para disponibilização aos usuários finais internos e externos, por meio portal do Turismo Brasileiro, na seção – Dados e Fatos.	1º Anuário Estatístico de Turismo; 2º Estudos da Demanda Turística Internacional; 3º Sondagem de consumidor - Intenção de viagem; 4º Receita cambial Turística.	- Todas as áreas do MTur; - População em geral; - Iniciativa privada; - Academia; - Imprensa.	Departamento de Estudos e Pesquisas-DEPES Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas Coordenação-Geral de Informações Gerenciais

d) Departamento de Produtos e Destinos Turísticos - DPROD

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Competitividade e Inovação	Este macroprocesso é composto pelos seguintes processos: 1- Planejar estratégias voltadas à <u>promoção</u> da inovação e competitividade de equipamentos, empreendimentos e produtos turísticos; 2- Desenvolver ações voltadas a inovação e competitividade de equipamentos, empreendimentos e produtos turísticos; 3- Disseminar estratégias da inovação e competitividade de equipamentos, empreendimentos e produtos turísticos; 4- Formular políticas e atos regulamentares de competitividade e inovação.	1º - Matérias voltadas aos projetos veiculadas nas mídias . 2º - Análises situacionais voltadas ao aperfeiçoamento do Cadastur, SBClass, SNRHos e à implementação da fiscalização dos prestadores de serviços turísticos. 3º - Módulo guia de turismo e meios de hospedagem do Cadastur versão 3.0. 4º - Lei nº11.771/2008 revisada, Portaria nº27/2013 revisada.	1º - Turistas / Consumidores/ Prestadores de Serviços Turísticos/ Empreendimentos Turísticos; 2º Turistas/Consumidores/ Prestadores de Serviços Turísticos/ Empreendimentos Turísticos; 3º - Prestadores de Serviços Turísticos/ Empreendimentos Turísticos; 4º Turistas/Consumidores/ Prestadores de Serviços Turísticos/ Empreendimentos Turísticos;	Departamento de Produtos e Destinos (DPROD); Coordenação-Geral de Competitividade e Inovação.
Sustentabilidade	Este macroprocesso é composto pelos seguintes processos: 1- Promover programas de desenvolvimento sustentável da atividade turística; 2- Apoiar e realizar ações de sensibilização de desenvolvimento sustentável.	1º Parecia com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) na Campanha Passaporte Verde. - Parceria no Programa Braztua de Sustentabilidade (PBS) no Prêmio Braztua de Sustentabilidade. 2º Palestras de sensibilização em eventos do setor.	1º Turistas e empreendedores do setor de turismo. 2º Cadeia produtiva do turismo.	Departamento de Produtos e Destinos (DPROD); Coordenação-Geral de Sustentabilidade.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Estruturação de Destinos Turísticos	Este macroprocesso é composto pelos seguintes processos: 1- Propor estratégias de desenvolvimento territorial; 2- Estruturar os destinos turísticos; 3- Promover estudos e pesquisas; 4- Disseminar a cultura sobre a estruturação dos destinos turísticos; 5- Definir o Mapa do Turismo Brasileiro; 6- Categorizar os municípios das regiões turísticas brasileiras; 7- Dar suporte à gestão descentralizada.	1° e 2° Programa de Regionalização do Turismo; 3° Índice de Competitividade do Turismo Brasileiro; 4° Oficina para Formação de Interlocutores do Programa de Regionalização do Turismo; 5° Mapa do Turismo Brasileiro; 6° Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro; 7° Orientações.	1° e 2° Órgãos Estaduais de Turismo e Municípios; 3° MTur, Órgãos Estaduais de Turismo, Órgãos Municipais de Turismo e Empresários do Setor; 4° Órgãos Estaduais de Turismo, Instâncias de Governança Regional; 5° MTur e Órgãos Estaduais de Turismo; 6° MTur e Órgãos Estaduais de Turismo. 7° Órgãos Estaduais e Municipais de Turismo e Instâncias de Governança Regional.	Departamento de Produtos e Destinos (DPROD); Coordenação Geral de Estruturação de Destinos.
Gestão de Incentivo a Viagens	Este macroprocesso é composto pelos seguintes processos: 1° Propor diretrizes voltados ao incentivo a viagens; 2° Acompanhar e monitorar ações de incentivo a viagens; 3° Manter atualizada a base de dados contendo informações turísticas dos destinos brasileiros; 4° Articular estratégias para o desenvolvimento de segmentos turísticos.	1° e 2° Viaja Mais Melhor Idade e Programa Turismo Acessível; 3° Base de dados; 4° Programa de Estruturação dos Segmentos.	1° e 2° Idosos e Pessoas com Deficiência; 3° MTur e Empresários do Setor; 4° Órgãos Estaduais e Municipais de Turismo e Empresários do Setor.	Departamento de Produtos e Destinos (DPROD); Coordenação-Geral de Programas de Incentivo a Viagens.
Gestão do Conselho Nacional de Turismo	Este macroprocesso é composto pelo processo: 1-Coordenar as ações do Conselho Nacional de Turismo.	1°. Reuniões dos conselhos organizadas.	- Instituições públicas com ações de interface no turismo; - Organizações da sociedade civil representadas pela entidades privadas; - Indicações da Presidência da república dentre brasileiros com notório saber e atuação no Turismo.	Departamento de Produtos e Destinos (DPROD); Coordenação-Geral do Conselho Nacional do Turismo.

e) Departamento de *Marketing* Nacional - DPMKN

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão das Ações de <i>Marketing</i>	Este macroprocesso é composto pelos seguintes processos: 1- Realizar pesquisa sobre o perfil do turista; 2-Elaboração de um calendário de eventos nacionais contendo eventos permanentes das capitais dos principais municípios e com relevância cultural e econômica.; 3- Produção de materiais promocionais; 4- Coordenar e aprovar campanhas publicitárias junto à SECOM.	1º Campanhas Publicitárias; 2º Calendário de Eventos Turísticos para Promoção; 3º Compra de Banco de Imagens; 4º Material promocional diversos.	Público interno e externo .	Departamento de <i>Marketing</i> Nacional; Coordenação-Geral de <i>Marketing</i> e Publicidade.
Gestão de Eventos Institucionais	Este macroprocesso é composto pelos seguintes processos: 1- Propor calendário de eventos turísticos institucionais; 2- Avaliar e coordenar participação do Ministério em eventos turísticos institucionais.	1ºCalendário elaborado; 2ºEvento participado.	1º Institucional; 2ºMercado turístico.	Coordenação-Geral de Eventos.

Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo - SNPDTur

f) Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo - DPRDT

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Apoiar o desenvolvimento regional do turismo, por meio da implantação do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR Nacional.	Este macroprocesso é composto pelos seguintes processos: 1- Contribuir para que os Estados, Distrito Federal e capitais estaduais elegíveis, possam propor e executar operações de crédito no âmbito do PRODETUR Nacional. 2- Atuar na formalização de transferências voluntárias de recursos do Orçamento Federal aos entes públicos, de modo a apoiar a elaboração de planos e estudos prévios. 3- Acompanhar junto aos parceiros federais e aos agentes financiadores a execução e preparação desses contratos.	Apoio a elaboração de planos e estudos nas áreas de gestão ambiental, fortalecimento institucional, desenvolvimento integrado do turismo sustentável e estratégias de comercialização. Apoio técnico e institucional aos entes públicos na preparação e articulação junto aos principais parceiros em nível federal e agentes financiadores	Municípios brasileiros com mais de um milhão de habitantes, Estados, Distrito Federal e capitais estaduais, conforme critérios estabelecidos pela Portaria GM/MTur nº 112/2013, atualizada.	Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo – DPRDT.

g) Departamento de Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo - DCPAT

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Promover ações de qualificação profissional para o setor de turismo	Este macroprocesso é composto pelos seguintes processos: 1- Promoção da oferta de cursos de qualificação profissional para o setor. 2- Construção de uma Política Nacional de Qualificação em Turismo	Elevação da qualidade hospitalidade na prestação dos serviços aos turistas e promoção da competitividade nos destinos turísticos.	Profissionais do setor e pessoas em busca de oportunidade de trabalho no setor.	Coordenação-Geral do Qualificação e Certificação; e Coordenação-Geral de Planejamento.
Integrar a Produção Associada na Cadeia produtiva do turismo	Apoio a projetos ou ações de promoção e comercialização para integrar a produção local à cadeia produtiva do turismo, desenvolvimento de novas atividades turísticas, formação de redes que garantam a sustentabilidade das iniciativas locais.	Oferta turística incrementada com diferencial competitivo de destinos e roteiros turísticos.	Beneficiários externos: População dos destinos turísticos e turistas que o visitam.	Coordenação-Geral de Produção Associada e Desenvolvimento Local.

Fomentar o Turismo de Base Comunitária	Apoio a projetos ou ações para o desenvolvimento local e sustentável do turismo particularmente com relação a produtos e serviços turísticos de base comunitária com representatividade da cultura local, valorização do modo de vida ou defesa do meio ambiente	Oferta turística promovida e diversificada; Geração de trabalho e renda; Valorização da cultura e do modo de vida local.	Beneficiários externos: População dos destinos turísticos e turistas que o visitam.	Coordenação-Geral de Produção Associada e Desenvolvimento Local.

h) Departamento de Infraestrutura Turística - DIETU

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Análise de viabilidade de Projetos de Obras de Infraestrutura Turística	Responsável por analisar proposta que contemplem melhoria de infraestrutura turística de estados e municípios que participam do Programa de regionalização do Turismo. A modalidade de contratação pode ser por Convênio ou Contrato de Repasse. Predominantemente, é por meio de Contrato de Repasse que o Ministério do Turismo viabiliza suas ações de infraestrutura turística e tem como agente financeiro responsável pela operacionalização desses contratos, a CAIXA.	- Abertura de Programas no Sistema de Convênios do Governo Federal – SICONV – para recebimento de propostas; - Análise de viabilidade de propostas cadastradas no SICONV; - Aprovação de propostas cadastradas no SICONV; - Orientação aos proponentes - Acompanhamento da execução Orçamentária da área - Emitir relatórios gerenciais de acompanhamento da execução orçamentária das emendas parlamentares e programação de responsabilidade da área.	Estados e municípios.	Coordenação Geral de Infraestrutura (CGIE)

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Acompanhamento de Obras de Infraestrutura Turística	Responsável por acompanhar os convênios e inspecionar suas obras. Engenheiros e/ou arquitetos realizam viagens com o intuito de supervisionar as obras apoiadas e validar ou solicitar retificações das informações repassadas pelos solicitantes.	Supervisão e acompanhamento de Convênios de Infraestrutura	- Estados e Municípios tomadores de recursos.	Coordenação-Geral de Monitoramento e Fiscalização (CGMF)

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Atendimento às Demandas Externas	Responsável pelas atividades relacionadas ao atendimento das demandas externas que solicitam informações sobre contratos de repasse e convênios firmados pelo Departamento de Infraestrutura Turística Estas solicitações versam, dentre outros assuntos, sobre apresentação de denúncias, requisições de ações de controle e pedidos de informação acerca de contrato de repasse e convênios referente à obra de infraestrutura turística. Nesse sentido, as demandas podem ser classificadas em: - Denúncia; - Aprovação da prestação de contas; - Cumprimento de decisão judicial; - Solicitação de subsídios para defesa da União; - Prorrogação da vigência do contrato; - Solicitação de utilização dos rendimentos de aplicação financeira dos recursos dos contratos; - Reclamação quanto à liberação de recurso; - Reclamação referente à prestação de serviços realizados pela CAIXA; - Alteração do Plano de Trabalho e etc.	- Encaminhamento e esclarecimentos de demandas.	- Ministério Público Federal; - Polícia Federal; - Promotoria de Justiça dos Estados; - Controladoria Geral da União; - Tribunal de Contas da União; - Procuradoria Geral da União; - Conveniente; - Demais Órgão Públicos; - Ouvidoria; e - Caixa Econômica Federal.	Coordenação-Geral de Monitoramento e Fiscalização (CGMF)

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Supervisão de Contratos de Repasse	Responsável pela supervisão dos contratos de repasse pelo Ministério do Turismo poderá recair sobre qualquer contrato e envolverá, anualmente, no mínimo, cinco por cento do número de contratos de repasse celebrados no exercício anterior, selecionados por amostragem, observando-se, preferencialmente, a seguinte proporção: I - 10% de contratos de repasse que se encontrem em situação paralisado; II - 10% de contratos de repasse que se encontrem em situação atrasado; III - 10% de contratos que tenham tido indicação de supervisão in loco pelos órgãos de controle ou que seja verificado pelo gestor, após a análise da demanda, a necessidade de supervisão; IV - 20% de contratos de repasse que se encontrem em situação normal; V - 30% de contratos de repasse que se encontrem em situação encerrada; VI - 20% de contratos de repasse que tenham valor superior a cinco milhões de reais. § 1º Caso existam contratos de repasse aptos à supervisão em quantidade superior ao percentual estabelecido para cada situação elencada nos incisos I a VI, caberá ao gestor, em decisão fundamentada, selecionar aqueles que serão supervisionados. § 2º Inexistindo quantidade suficiente de contratos de repasse aptos à supervisão, poderá haver acréscimo de contratos a serem supervisionados em qualquer uma das situações elencadas nos incisos I a VI, ficando a seleção sob a responsabilidade do gestor, mediante decisão fundamentada. §3º O Ministério do Turismo registrará em formulário específico o resultado da supervisão realizada, promovendo a padronização e tabulação dos parâmetros avaliativos e a emissão de pareceres quanto aos resultados da supervisão. §4º Para fins de realização da supervisão, serão observados, ainda, a disponibilidade orçamentária, de pessoal e de suporte logístico, podendo haver a realização parcial ou ainda a suspensão temporária da supervisão, devendo ser devidamente justificado pelo gestor os motivos ensejadores da suspensão do processo de supervisão." (NR).	Supervisão <i>in loco</i> das obras de Infraestrutura apoiadas pelo MTur.	- Estados e Municípios tomadores de recursos	Coordenação-Geral de Monitoramento e Fiscalização (CGMF).

i) Departamento de Financiamento e Promoção de Investimentos -DFPIT

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Incrementar as Linhas de Financiamento à Iniciativa Privada	Responsável em promover crédito adequado para financiamento às atividades produtivas do turismo, articulando com órgãos governamentais, instituições financeiras e entidades organizadas do setor, na captação de recursos, disponibilização de crédito, na melhoria ao acesso, na divulgação do ambiente creditício e na aprovação de projetos de interesse do turismo. Processos envolvidos: 1- Disponibilizar linhas de crédito para financiamento; 2- Melhorar as condições de acesso ao crédito; 3- Divulgar as condições e forma de acesso às linhas de crédito; 4- Acompanhar os recursos alocados ao setor de turismo; 5- Aprovar os projetos de interesse turístico; e 6- Apoiar tecnicamente a Câmara Temática de Financiamento e Investimento ao Turismo. Nota: Processos identificados, porém, com necessidade de revisão	- Linhas de crédito adequadas e disponibilizadas pelas instituições financeiras para as empresas ligadas ao setor; - Instrumentos de orientação e divulgação dos produtos financeiros; - Participações em fóruns de debate, conferências e seminários com temas ligados ao crédito de fomento ao turismo; - Relatórios gerenciais sobre os recursos alocados ao setor; - Projetos de interesse do setor de turismo aprovados junto aos órgãos governamentais e instituições financeiras; - Orientações técnicas acerca do macroprocesso.	Empresas ligadas ao setor de turismo.	Coordenação – Geral de Financiamento.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Promoção e atração de investimento	Responsável por formular e coordenar ações de estímulo e de promoção de investimentos privados por meio da divulgação de projetos nacionais, bem como articular junto a órgãos federais, estaduais e municipais a fim de fomentar os investimentos no turismo. Este macroprocesso é composto pelos seguintes processos: Identificar e divulgar oportunidades de investimento no turismo brasileiro; 1. Coordenar ações de encontro entre empresários nacionais da indústria turística e potenciais investidores; 2. Coletar dados e informações de órgãos públicos, de entidades privadas e do mercado turístico em geral; 3. Fornecer informações do setor a potenciais investidores; 4. Acompanhar tendências do mercado turístico. Nota: Processos identificados, porém, não mapeados.	Realização de eventos, de seminários e de painéis para atração de investimentos; Participação em feiras direcionadas ao turismo, em especial ao setor hoteleiro; Realização de visitas técnicas e missões de benchmarking; Publicação de materiais informativos voltados a potenciais investidores, apresentando o Brasil enquanto destino de investimentos. Elaboração e manutenção de sistema de informação ao investidor.	Empresários nacionais e internacionais da indústria turística; Órgãos Públicos Federais; Entes subnacionais (Estados e Municípios); e Agências nacionais de promoção de investimentos.	Coordenação-Geral de Investimento

3.8 Macroprocessos de Apoio

QUADRO 3.8 – MACROPROCESSOS DE APOIO

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Planejamento Estratégico	Responsável em analisar a organização sob vários ângulos, definindo seus rumos por meio de um direcionamento que possa ser monitorado nas suas ações concretas, utilizando-se, para tanto, de um instrumento denominado “Mapa Estratégico”. Composto por dois grandes assuntos: Planejamento Estratégico compostos pelos seguintes processos: 1. Formular Políticas e Diretrizes Estratégicas; 2. Orientar na Definição de Metas e Indicadores de Desempenho. Monitoramento e Avaliação composto pelos seguintes processos: 1. Acompanhar e Monitorar o Plano de Ação; 2. Acompanhar Avaliação de Desempenho Institucional para GDPGPE; 3. Promover Melhorias nos Sistemas de Monitoramento; e 4. Estruturar e Consolidar Relatórios Anuais.	Planejamento Estratégico: 1º processo: - Plano Nacional do Turismo; - Planejamento Estratégico Institucional; - Plano de Ação; - Plano Plurianual – PPA; 2º processo: - Indicadores de Desempenho; Monitoramento e Avaliação: 1. - Plano de Ação monitorados; 2. - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE/GDACE) avaliado; 3. - Sistemas de Monitoramento customizados; e 4. - Relatórios Anuais estruturados e consolidados.	Planejamento Estratégico, Monitoramento e Avaliação: Gestores do MTur, Servidores, Órgãos de Controle (CGU e TCU), Ministério do Planejamento, Casa Civil.	Diretor de Programa.

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Tecnologia da Informação	Responsável em planejar, coordenar e controlar as atividades relacionadas à Tecnologia da Informação (TI). Este macroprocesso é composto pelos seguintes processos: 1. Gerenciamento de Projetos; 2. Operação do Escritório de Gerenciamento de Projetos de TI (EGP-TI); 3. Manutenção de Sistemas - Gestão de Sistemas; 4. Gestão de Banco de Dados - Gestão de Sistemas; 5. Gestão de Infraestrutura; 6. Administração CGTI; 7. Gerenciamento do Contrato de Soluções de TI; 8. Gestão do Help Desk; 9. Relacionamento com o cliente; 10. Escritório de Planejamento e Gestão (anteriormente Escritório de Governança): • Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI; • Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI; • Plano de Metas e Ações (em desenvolvimento); • Estrutura, Processos, Operação e Gestão; • Medição de Desempenho; 11. Gestão da Segurança da Informação e Comunicações.	- Gerenciamento de projetos de TI, implantação e uso da Metodologia de Gerenciamento de Projetos/PMBOK, operação do EGP-TI; - Manutenção de sistemas; - Bancos de dados padronizados e gerenciados; - Infraestrutura de TI (Gestão de: Perfil de Acesso; Serviços de correio eletrônico; Serviços de telefonia e ponto físico: Servidores, ativos e equipamentos; e Sistema elétrico) - Contratos de Soluções de TI gerenciados; - Contratação de Soluções de TI com base na Instrução Normativa Nº 04/ SLTI; - Informação/Serviço prestado ao cliente externo (Relacionamento com Cliente) - Prestação de Suporte Técnico (Help Desk); - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI - Garantir a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade – DICA das informações.	- Áreas usuárias de TI; - Servidores; e - Sociedade.	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Pessoas	Responsável em planejar, coordenar, controlar, monitorar e avaliar as atividades relacionadas às políticas de administração e desenvolvimento de pessoal, promoção de saúde e qualidade de vida, seguindo as diretrizes oriundas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil. Este macroprocesso é composto pelos seguintes processos: 1. Planejar estrategicamente as metas de gestão de pessoas para o Plano de Ação Anual e para concessão de Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo; 2. Prover cargos públicos do Quadro de Pessoal do MTur com candidatos aprovados em concurso público; 3. Promover Saúde Ocupacional e Qualidade e Vida dos Servidores; 4. Desenvolver Competências Técnicas e Gerenciais por meio de capacitação de servidores; 5. Avaliar o desempenho de servidores para acompanhar estágio probatório, promoção/progressão funcional e concessão de gratificação de desempenho; 6. Organizar, controlar e manter atualizados registros dos servidores do Ministério, referentes a dados cadastrais e funcionais, frequência, férias, movimentação, afastamentos e licenças, e provimento de cargos (nomeação e desligamento); 7. Preparar, controlar e executar as ações de pagamento de remuneração, incluindo encargos relativos à concessão de direitos, vantagens e obrigações; 8. Examinar e emitir pareceres de acordo com a legislação vigente, quanto aos procedimentos administrativos relativos à concessão de vantagens e requerimentos diversos de servidores do Ministério. Nota: Processos identificados, porém, não mapeados.	1º processo: - Metas e indicadores. 2º processo: - Provimento de cargos públicos; e - Alocação de servidores. 3º processo: - Ações de promoção de saúde e melhoria da qualidade de vida dos servidores. 4º processo: - Ações de capacitação de servidores. 5º processo: - Avaliação de Desempenho de servidores. 6º processo: - Cadastro de servidor atualizado. 7º processo: - Remuneração paga a servidor. 8º processo: - Processo analisado.	- Servidores.	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas-COGEP

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Recursos Logísticos	Responsável pelas atividades relacionadas às políticas de organização institucional e sistemas administrativos, como administração de material, patrimônio, obras, transportes, serviços gráficos, telecomunicações, comunicações administrativas e documentação. Analisa e institui processos relativos a pregão, convite, tomada de preço e concorrência, relacionados à aquisição de materiais, contratação de serviços e obras de engenharia. Este macroprocesso é composto pelos seguintes processos: 1. Arquivo; 2. Almoxarifado; 3. Aquisição e contratação de produtos e serviços; 4. Patrimônio; 5. Protocolo; 6. Reprografia; 7. Serviços Gerais; e 8. Transporte. Nota: Processos identificados, porém, não mapeados.	1° Processos físicos arquivados; 2° Fornecimento de material de consumo para os servidores; 3° Materiais, serviços e equipamento licitados; 4° Bens patrimoniados; 5° Entrada e saída de documentos internos e externos; 6° Serviços reprográficos; 7° Consertos e reformas em geral; 8° Transportes: - Prestação de serviço no deslocamento dos servidores e documentos; e - Manutenção da frota patrimoniada.	- Servidores.	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Orçamento e Finanças	Responsável pela transferência de créditos orçamentários e recursos financeiros às diversas unidades gestoras do MTur, bem como as transferências externas a título de Termos de Execução Descentralizada e dos créditos de emendas ao orçamento e do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Elabora e consolida o PLOA, acompanha e controla a execução das dotações consignadas na Lei Orçamentaria Anual e suas alterações. Orienta, analisa, coordena e acompanha a elaboração e consolidação de propostas orçamentárias das Unidades Administrativas do MTur e da Embratur. Emite relatórios gerenciais de controle e acompanhamento da execução orçamentaria e financeira das ações orçamentarias aprovadas na Lei Orçamentaria Anual. Composto por dois grandes assuntos: Descentralização e acompanhamento da execução Orçamentária e Financeira composto pelos seguintes processos: 1. Descentralizar Recurso Orçamentário e Financeiro; 2. Orientar as Unidades Gestoras sobre Execução Orçamentária e Financeira; 3. Realizar Alterações e Ajustes pertinentes ao Orçamento Anual; e 4. Emitir relatórios gerenciais para acompanhamento da execução da Lei Orçamentária Anual, das emendas parlamentares e do PAC. Contabilidade composto pelos seguintes processos: 5. Realizar Conformidade Contábil; 6. Orientar as Unidades Gestoras quanto as Rotinas Contábeis; 7. Elaborar Informativo Orçamentário e Financeiro; e 8. Realizar Registro de Responsabilidade referente à Tomada de Contas Especial – TCE. Nota: Processos identificados, porém, não mapeados.	Descentralização e acompanhamento da execução Orçamentária e Financeira: 1 ° NC/Nota de crédito (descentralização de crédito orçamentário) PF/Programação financeira (liberação de recurso financeiro). 2° Informativos, memorandos e orientações técnicas por meio eletrônico. 3° ND/Nota de dotação (ajustes e detalhamentos nos créditos de dotação inicial da LOA. Controle SIOP/Para alteração, cancelamento e suplementação nos créditos de dotação inicial da LOA. 4° Relatório emitido, planilhas, gráficos e tabelas. Contabilidade: 5° Analise da execução realizada no SIAFI pela as unidades gestoras. 6° Orientações técnicas e contábeis por meio eletrônico. 7° Boletim mensal com relatórios, planilhas, gráficos e tabelas da execução do orçamento. 8° NL/Nota de Lançamento	1- Unidades Gestoras e Executoras Internas e Externas; 2- Todas as Áreas gerencias e departamentos da Unidade Administrativa direta e indireta; 3- Unidades Gestoras e Executoras internas e externas e Órgãos Centrais; 4- Gestores ligados aos gabinetes, diretorias e coordenações do MTur, além dos Órgãos Centrais e de Controle; 5-Unidades Gestoras e Executoras internas e externas e Órgãos Centrais; 6-Unidades Gestoras e Executoras internas e externas e Órgãos Centrais; 7-Unidades Gestoras e Executoras internas; e 8-Gestores do contrato/convênio e por inscrições genéricas os responsáveis.	Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças – CGPOF Setorial Contábil/CGPOF Coordenação de Programação Orçamentária e Financeira Divisão de Programação Orçamentária e Financeira Coordenação de Planejamento e Orçamento

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Convênios	Planejamento, coordenação, orientação, acompanhamento e avaliação das atividades relativas à execução e prestação de contas de convênios celebrados entre o Ministério do Turismo e entes públicos e privados. Este macroprocesso se divide em cinco etapas, que agrupam os processos abaixo relacionados: 1. Proposição: seleção e aprovação da proposta. 2. Celebração: Emissão da nota de empenho; assinatura do termo do convênio; publicação do extrato do convênio; cancelamento da nota de empenho; e anulação do convênio. 3. Execução: Liberação dos recursos; fiscalização; aditivo de prazo; prorroga de ofício; aditivo de recursos suplementares. 4. Prestação de Contas: Comprovação da prestação de contas; análise da prestação de contas; aprovação do convênio; conclusão do convênio; devolução dos recursos em parcela única; devolução parcelada dos recursos; registro de inadimplência; suspensão de inadimplência; registro no Cadin; proposição de instauração de TCE. 5. Tomada de Contas Especial: Instauração e prosseguimento de TCE; pronunciamento ministerial;	1º Proposta de Convênio aprovada; 2º Termo de Convênio assinado. 3º Execução física e financeira do convênio acompanhado; 4º Prestação de contas analisada; 5º Processo de TCE disponibilizado para CGU e Pronunciamento Ministerial.	- Áreas técnicas; - Conveniente (entidades públicas e privadas); - Controladoria-Geral da União (CGU); e - Tribunal de Contas da União (TCU).	Coordenação-Geral de Convênios – CGCV Áreas finalísticas Comissão Permanente de Tomada de Conta Especial – CTCE Consultoria Jurídica - Conjur Assessoria Especial de Controle Interno - AEI

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ouvidoria	Responsável por receber, examinar e encaminhar as manifestações do público externo, quais sejam: pedidos de informação, denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios, recomendando a correção dos problemas identificados, com a finalidade de melhorar os serviços prestados. Este macroprocesso é composto pelos seguintes processos: 1. Receber, examinar e encaminhar as manifestações do público externo; 2. Atender as demandas do e-SIC; 3. Propor medidas visando assegurar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011); 4. Recomendar a correção de problemas identificados a partir das demandas da Ouvidoria/SIC; e 5. Implementar políticas de estímulo à participação social. Nota: Processos identificados, porém, não mapeados.	1º processo: - Atendimento às demandas do público externo. - Relatório Mensal da Ouvidoria 2º processo: - Atendimento às demandas do público externo, abrangidas pela Lei de Acesso à informação. - Relatório de pedidos de acesso à informação - Relatório de recursos e 3º processo: - Encaminhamento das recomendações às áreas. 4º processo: - Encaminhamento das recomendações às áreas. 5º processo - Implantação de boas práticas proveniente de eventos, cursos e benchmarking. - Implantação de software de propriedade pública por meio de acordo de cessão de uso no ministério.	- Todas as áreas gerencias; - Cidadão; e - Controladoria-Geral da União (CGU).	Ouvidoria

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Comunicação Social	Responsável em planejar, orientar, controlar e supervisionar a execução das atividades de comunicação do Ministério e acompanhar, junto à mídia em geral, a formação de opinião pública e reputação relativa ao Ministério e a seus órgãos. Este macroprocesso é composto pelos seguintes processos: 1. Planejar, orientar, controlar e supervisionar a execução das atividades de comunicação social do Ministério, observadas as diretrizes do órgão responsável pela Comunicação Social da Presidência da República; 2. Definir estratégias de divulgação dos programas, ações e serviços do Ministério; 3. Coordenar a execução das ações e conteúdo de comunicação institucional e legal, bem como a editoração e publicação técnica; 4. Produzir conteúdo Jornalístico; 5. Atender solicitações da imprensa; e 6. Monitorar notícias referentes ao Ministério do Turismo e seus porta-vozes na mídia, utilização de mídias digitais para divulgação de informações do MTur e interação com usuários. Nota: Processos identificados, porém, não mapeados.	1º processo: - <i>Briefings</i>; - Eventos e Campanhas de Comunicação Interna; - Gerenciamento e execução da política de comunicação institucional; - Planejamento anual de comunicação - Planos especiais de comunicação (eventos, períodos, lançamentos de programas/ações, etc.). 2º processo: - Ações de relações públicas e relacionamento com a imprensa e públicos de interesse; - Acompanhamento e apoio a porta-vozes em eventos fora de Brasília; - Acompanhamento e orientação de porta-vozes; - Artigos; - Coletivas de imprensa – organização e realização; - Discursos e pontos de fala; - <i>Hangouts</i>; <i>Periscope</i>; - Infográficos; - Notas para a imprensa. 3º processo: - Mensagens do ministro; e - Publicações editoriais. 4º processo: - Banco de personagens; - Fotografia – eventos, porta-vozes e pautas diversas; - Press kits; - Produção de vídeos para as redes sociais; - Publicações diversas para perfis das redes sociais; - Reportagens, avisos de pauta e releases (texto, áudio); - Selos para redes sociais; e - Cobertura jornalística. 5º processo: - Atendimento à imprensa; e - Redação de entrevistas assinadas por porta-vozes. 6º processo: - Relatórios de análise de mídia; e - Relatórios de monitoramento de redes sociais.	- Imprensa; - Sociedade; - Servidores; - Terceirizados; - Entidades de Classe do Setor.	Assessoria de Comunicação Social-ASCOM.

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Assessoramento Parlamentar	Responsável em prestar assistência direta e imediata ao ministro e mantém a relação entre o MTur, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Acompanha matérias legislativas e outros assuntos de interesse do ministério junto ao Poder Legislativo. Assessoria as autoridades do ministério em visitas e audiências na Câmara ou no Senado, encaminha solicitações de deputados e senadores e presta esclarecimentos sobre matérias de competência do ministério. Responsável por demandar das áreas técnicas pareceres oficiais sobre os assuntos, para posterior envio à Casa Civil. Este macroprocesso é composto pelos seguintes processos: 1. Supervisionar, orientar e controlar as atividades relacionadas ao acompanhamento de matérias legislativas e outros assuntos de interesse do Ministério junto ao Poder Legislativo; e 2. Encaminhar e responder todas as demandas solicitadas pelo Congresso Nacional. Nota: Processos identificados, porém, não mapeados.	1º processo: - Assessoramento ao Ministro de Estado do Turismo; e - Acompanhamento de matérias legislativas e outros assuntos de interesse do ministério. 2º processo: - Encaminhamento e esclarecimentos de demandas.	- Ministro de Estado do Turismo; - Servidores; - Câmara dos Deputados; - Senado Federal; e - Casa Civil.	Assessoria Parlamentar- ASPAR.

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Assessoramento Internacional	Responsável por auxiliar o Ministro de Estado do Turismo e as diversas áreas do MTur em assuntos de caráter internacional. Viabiliza e acompanha ações de cooperação e intercâmbio com governos estrangeiros e organismos internacionais, tais como a celebração de memorandos de entendimento e acordos de cooperação técnica internacional e a participação em fóruns e organismos internacionais. Planeja e coordena projetos que visam à excelência do turismo brasileiro frente às novas tendências internacionais. Este macroprocesso é composto pelos seguintes processos: 1. Coordenar e supervisionar as atividades de caráter internacional; 2. Articular com os demais órgãos do Ministério, quanto às ações internacionais, em estrita observância aos ditames da política externa brasileira; e 3. Prospecção das melhores práticas em turismo Nota: Processos identificados, porém, não mapeados.	1º processo: - Missões de Representação Institucional em Fóruns Nacionais e Internacionais; - Acompanhamento e Assessoramento às Autoridades do Ministério em atividades no âmbito internacional. 2º processo: - Assinaturas de Instrumentos Jurídicos; - Realização de Atividades de Cooperação Técnica. 3º processo: - Elaboração e Implementação de Projetos de Qualificação Internacional.	1º processo: - Ministro de Estado do Turismo - Secretários, Diretores e Coordenadores do Ministério. - Governos Estrangeiros e Organismos Internacionais 2º processo: - Secretarias e Departamentos do MTur; - Governos Estrangeiros e Organismos Internacionais 3º processo - Estudantes brasileiros; - Trade turístico	Assessoria Especial de Relações Internacionais – AERI; CGPAR – Coordenação Geral de Parcerias Bilaterais e Multilaterais.

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Assessoramento Jurídico	Composto pelos seguintes processos: 1. Assessorar o Ministro de Estado do Ministério do Turismo. 2. Exercer a coordenação do órgão jurídico da entidade sob sua coordenação jurídica. 3. Fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação e coordenação quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União. 4. Elaborar estudos e preparar informações, por solicitação do Ministro de Estado do Ministério do Turismo. 5. Assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem	- Pareceres. - Notas. - Informações. - Cotas. - Despachos. - Ofícios. - Memorandos.	- Ministro de Estado do Turismo; - Gestores; - Unidades da Advocacia-Geral da União; do Poder Judiciário; e das Procuradorias Estaduais, do Distrito Federal e Municipais.	Consultoria Jurídica-CONJUR.

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	por ela praticados ou já efetivados, e daqueles oriundos de entidade sob sua coordenação jurídica. 6. Examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério: a) os textos de edital de licitação, como os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados; e b) os atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade, ou decidir a dispensa, de licitação. 7. Responder demandas de órgãos externos atinentes a processos judiciais e assuntos de natureza jurídica. Nota: Processos identificados, porém, não mapeados.			

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Controle Interno	Responsável por assessorar o Ministro de Estado nos assuntos de competência de controle interno e por orientar os gestores de bens e de recursos públicos, inclusive sob a forma de prestar contas. A área também coleta informações de outros órgãos públicos, para desenvolver análise comparativa, de modo a incluir ações de controle e aprimorar as práticas executadas no Ministério. Além disso, cabe ao Assessor auxiliar nos trabalhos de elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República, bem como acompanhar a implementação das deliberações, determinações e recomendações da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), sob responsabilidade de órgãos deste Ministério e entidades vinculadas. Este macroprocesso é composto pelos seguintes processos: 1. Assessorar o Ministro nos assuntos de competência de controle interno; 2. Auxiliar nos trabalhos de elaboração na prestação de contas anual do Presidente da República; e, 3. Acompanhar as medidas adotadas, pelas unidades do Ministério do Turismo, das deliberações, determinações e recomendações dos Órgãos de Controle Interno e Externo. Nota: Processos identificados, porém, não mapeados.	1º processo: - Pareceres, Notas Técnicas e Despachos com orientações em processos decisórios que possam ter alguma implicação na atuação dos órgãos de controle. 2º processo: - Orientação, apoio e coordenação de reuniões com os gestores responsáveis pela elaboração de informações no desenvolvimento da prestação de contas anual a ser encaminhada ao TCU. 3º processo: - Acompanhamento e monitoramento das demandas advindas de órgãos de controle interno e externo, via Sistema de Controle de Demandas Externas (SCDE) e Sistema de Monitoramento do Plano de Providências Permanente - CGU (SMPPP), inclusive com elaboração de relatório das providências.	Ministro de Estado do Turismo; - Servidores, colaboradores e gestores do Ministério do Turismo; - Controladoria-Geral da União; - Tribunal de Contas da União; - Tribunais de Contas dos Estados e Municípios; - Ministérios Públicos Federal e Estadual; e, - Departamentos da Polícia Federal.	Assessoria Especial de Controle Interno – AECL.

3.9 Principais Parceiros

Os principais parceiros externos do Ministério do Turismo são o Instituto Brasileiro do Turismo – EMBRATUR, o Conselho Nacional de Turismo – CNT, o Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – FORNATUR, a Associação Nacional de Secretários e Dirigentes Municipais do Turismo – ANSEEDITUR e os Órgãos delegados das Unidades da Federação. Destaca-se ainda a parceria com a Caixa Econômica Federal – Caixa; o Ministério da Educação – MEC; o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC; o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN; o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro- IFRJ; Universidade de Brasília – UnB; Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF; Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN/MPOG; Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF. Adicionalmente, frisa-se que os órgãos de controle (TCU, CGU, entre outros) atuam como parceiros do MTur, no sentido de alertar acerca dos riscos de gestão, bem como assessorar os gestores da Pasta com vistas a aprimorar a sua gestão em prol de melhores resultados.

4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

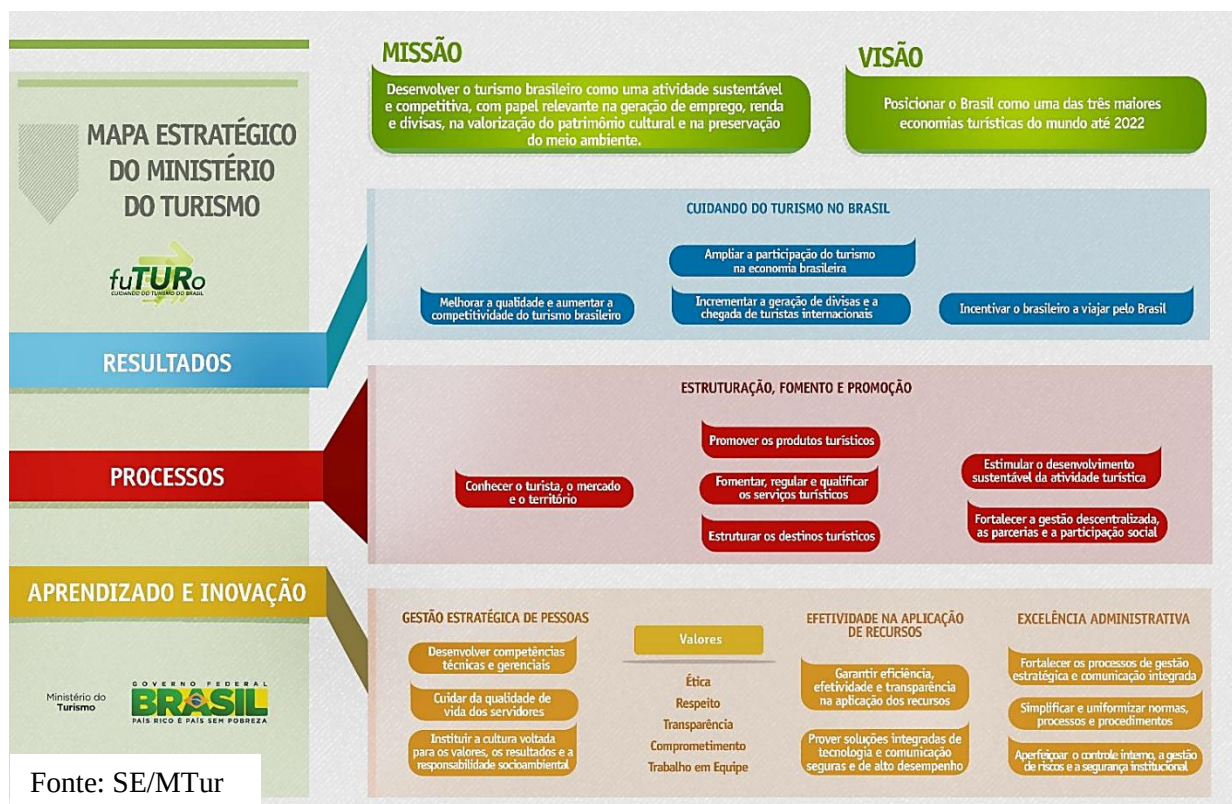
4.1 Planejamento Organizacional

No exercício de 2015, as ações relacionadas ao Planejamento Estratégico do Ministério do Turismo foram coordenadas pela Equipe de Planejamento vinculada ao Diretor de Programa da Secretaria-Executiva.

O Planejamento Estratégico do Ministério do Turismo, publicado pela Portaria GM/MTur nº 179, de 26 de abril de 2012, e alterado pelas Portarias GM/MTur nº 37, de 12 de fevereiro de 2014, e nº 211, de 23 de dezembro de 2015 - seguiu a metodologia do *Balanced Scored Card* - BSC. A gestão estratégica do Ministério está representada graficamente no Mapa Estratégico do órgão (Quadro 4.1 A), que sintetiza o conjunto de objetivos que terão de ser alcançados para a consecução da Visão e para o cumprimento da Missão. Os objetivos estão agrupados em perspectivas, conforme descrito a seguir:

- Perspectiva Resultados: contempla objetivos voltados para o atendimento às demandas da sociedade e dos parceiros do turismo;
- Perspectiva Processos: contém objetivos de estruturação, excelência administrativa e fomento e promoção do turismo;
- Perspectiva Aprendizado e Inovação: congrega objetivos de gestão estratégica de pessoas, de efetividade na aplicação de recursos e de excelência administrativa.

QUADRO 4.1 A – MAPA ESTRATÉGICO DO MINISTÉRIO DO TURISMO



O Planejamento Estratégico do MTur foi elaborado em estrita consonância com o Plano Nacional do Turismo - PNT - e o Plano Plurianual - PPA, de modo que os objetivos são convergentes (quadro 4.1 B).

QUADRO 4.1 B – VINCULAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MTur E OS DEMAIS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO.

Objetivos PPA 2012-2015	Objetivos PNT 2013-2016	Objetivos Planejamento Estratégico MTur
0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.	Preparar o turismo brasileiro para os megaeventos;	Ampliar a participação do turismo na economia brasileira;
0738 - Estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os megaeventos esportivos.	Incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas estrangeiros;	Melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro;
0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil.	Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil;	Incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas internacionais;
0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento	Melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro.	Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil.
0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil.	Relaciona-se a todos os objetivos do PNT 2013-2016.	Relaciona-se a todos os objetivos do Planejamento Estratégico do MTur.

O Plano Nacional de Turismo 2012-2015 é um documento-chave para o turismo nacional, já que consolida a Política Nacional de Turismo e apresenta as orientações estratégicas para o desenvolvimento da atividade, no Brasil, durante os próximos anos. Resulta do esforço integrado do Governo Federal para a consecução das metas do Turismo no país, envolvendo a iniciativa privada e o terceiro setor, por meio do Conselho Nacional de Turismo - CNT, sob a coordenação do Ministério do Turismo.

O PNT também define as contribuições do setor para o desenvolvimento socioeconômico e a erradicação da pobreza. Além disso, aponta as diretrizes que devem nortear o desenvolvimento do turismo brasileiro e, tendo em vista o comportamento da atividade no mercado nacional e internacional e os desafios impostos, estabelece objetivos a serem alcançados.

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento de governo que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública. O PPA declara as escolhas pactuadas com a sociedade e contribui para viabilizar os objetivos fundamentais da República. Ainda, organiza a ação de governo na busca de um melhor desempenho da Administração Pública.

O PPA 2012-2015 é constituído por Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. O Programa Temático, que retrata a agenda de governo organizada pelos Temas das Políticas Públicas e orienta a ação governamental, se desdobra em Objetivos e Iniciativas. Os objetivos do Turismo Nacional estão contemplados no Programa 2076 – Turismo.

Cabe destacar que as ações relacionadas à Secretaria-Executiva, características de área meio, estão contempladas no Programa 2128 - Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo.

No âmbito da gestão estratégica implementada no Ministério do Turismo, destaca-se a classificação do SIACOR – Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse como 3º colocado do 19º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, organizado pela ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. Foi concedida, como premiação, visita técnica ao Canadá para os 4º primeiros colocados do Concurso. Desse modo, foram apresentados os recursos do Sistema ao governo canadense, que demonstrou interesse em implementar técnicas semelhantes naquele país.

Cabe destacar que o desafio econômico e político vivido pelo País, ao longo do exercício de 2015, influenciou o nível macro da gestão – a publicação, em abril, da Lei Orçamentária Anual de 2015, por meio da Lei nº 13.115, o contingenciamento orçamentário agudo e a restrição da capacidade de pagamento do MTur - o que terminou por comprometer alguns aspectos da atuação do Ministério do Turismo.

Um risco substancial enfrentado pela Pasta foi a Reforma Administrativa proposta pelo Governo Federal, a qual somada à janela de transição do PPA e à ausência de novo PNT, dificultou sobremaneira a definição de novos objetivos e cursos de ação. Assim sendo, foi publicada a Portaria GM/MTur nº 211, de 23 de dezembro de 2015, que estendeu a vigência do Planejamento Estratégico do Ministério do Turismo para o quinquênio 2012-2016. O objetivo

dessa medida foi mitigar o risco de ocorrer desarranjo entre os instrumentos de planejamento, bem como evitar a falta de aderência dos objetivos estratégicos ao cenário político e econômico do País.

Cabe notar que, no exercício de 2016, há previsão para a elaboração do Plano Nacional de Turismo 2016-2019 e do Planejamento Estratégico do MTur 2016-2019, ambos com horizonte temporal alinhado ao PPA 2016-2019.

4.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

O Planejamento Estratégico do Ministério do Turismo se desdobra em Planos de Ação Anuais, os quais configuram pacotes de entrega que convergem para o alcance dos objetivos e metas previstos no PPA 2012-2015 e no PNT 2013-2016 (Quadro 4.1.1).

QUADRO 4.1.1 – ESTRUTURAÇÃO DOS OBJETIVOS DO PLANO DE AÇÃO 2015.



Fonte: SE/MTur

O Plano de Ação 2015, publicado pela Portaria GM/MTur nº 57, de 14 de abril de 2015, e alterado pela Portaria GM/MTur nº 146, de 31 de agosto de 2015, foi composto por 37 iniciativas e 48 indicadores, os quais estavam orientados para o fomento, estruturação, promoção do turismo brasileiro e para a modernização da gestão da Pasta.

O Plano de Ação 2015 foi organizado em torno de 4 focos estratégicos: gestão estratégica de pessoas; efetividade na aplicação de recursos; excelência administrativa; estruturação, fomento e promoção. No foco de Gestão Estratégica de Pessoas, tem-se 2 objetivos: desenvolver competências técnicas e gerenciais; instituir cultura voltada aos valores, aos resultados e à responsabilidade socioambiental. No foco de Efetividade na Aplicação de Recursos tem-se o objetivo de garantir a eficiência, efetividade e transparência na aplicação dos recursos.

No foco de Excelência Administrativa tem-se 3 os objetivos: fortalecer os processos de gestão estratégica e comunicação integrada; simplificar e uniformizar normas, processos e procedimentos; aperfeiçoar o controle interno, a gestão de riscos e a segurança institucional.

No foco de Estruturação, Fomento e Produção tem-se 6 objetivos: conhecer o turista, o mercado, e o território; estruturar os destinos turísticos; fomentar, regular e qualificar os

serviços turísticos; promover os produtos turísticos; estimular o desenvolvimento sustentável da atividade turística; fortalecer a gestão descentralizada, as parcerias e a participação social.

A avaliação e o acompanhamento das iniciativas estratégicas foram realizados por meio do Sistema de Monitoramento de Desempenho, que é um sistema de informações gerenciais que consolida o desempenho das iniciativas/ações no período. A avaliação dos resultados foi realizada mensalmente, de modo que os responsáveis pelas ações preencheram um formulário eletrônico de execução no Sistema.

4.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

A implementação do Planejamento Estratégico 2012-2016 do Ministério do Turismo representou o 1º ciclo de esforço do órgão no sentido de tornar mais claros os objetivos a serem perseguidos, bem como os cursos de ação a serem traçados para sua consecução.

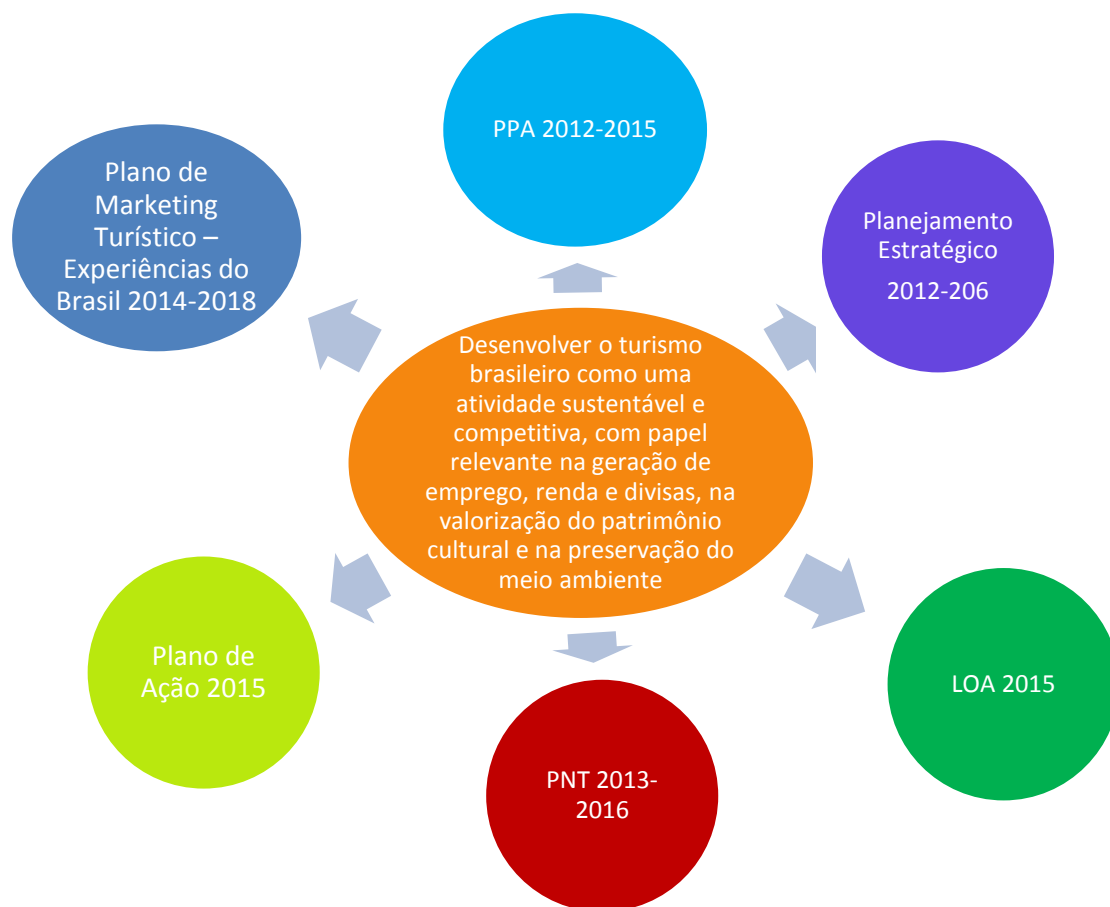
Cabe notar que a curva de amadurecimento do processo é lenta, sendo que o envolvimento dos atores ainda precisa ser ampliado. Contudo, houve importantes avanços, especialmente no que tange ao uso de ferramentas mais adequadas de gestão e à transparência das ações desenvolvidas.

Acredita-se que o conhecimento acumulado irá permitir a formulação de um 2º ciclo mais robusto e, para tanto, têm-se concentrado esforços na elaboração de instrumentos que apresentem aderência aos objetivos estratégico do PPA 2016-2019, bem como alinhamento temporal ao período de vigência do Plano.

4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A missão do Ministério do Turismo é “desenvolver o turismo brasileiro como uma atividade sustentável e competitiva, com papel relevante na geração de emprego, renda e divisas, na valorização do patrimônio cultural e na preservação do meio ambiente”. As intenções fundamentais formalizadas na missão, as quais possuem estrita aderência às competências institucionais do MTur, são a linha de base do Planejamento Estratégico do órgão, bem como de outros documentos e planos, como o Plano Plurianual, o Plano Nacional do Turismo, o Plano de Ação 2015, o Plano de Marketing Turístico – Experiências do Brasil 2014-2018 e a Lei orçamentária Anual de 2015 (Quadro 4.1.3 A).

QUADRO 4.1.3 A – VINCULAÇÃO DA MISSÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DO TURISMO A PLANOS E DOCUMENTOS BALIZADORES



Fonte: SE/MTur

Observa-se que as competências institucionais do MTur claramente permeiam os objetivos e indicadores fixados para o exercício de 2015 (Quadro 4.1.3 B).

QUADRO 4.1.3 B – VINCULAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS COM AS COMPETÊNCIAS DESIGNADAS NO REGIMENTO INTERNO

Foco: Gestão estratégica de pessoas

Objetivo Estratégico: Desenvolver competências técnicas e gerenciais					
Iniciativa	Indicador	Unidade	PPA	LOA	Artigo de referência no Regimento Interno do MTur (Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015)
Capacitar os servidores do Ministério do Turismo	Servidor capacitado	COGEP/ SPOA	Programa 2128	Ação 2000	Art. 31. À Divisão de Desenvolvimento e Capacitação de Pessoas compete: I - executar a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal no âmbito do Ministério do Turismo, nos termos do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006; II - propor diretrizes, normas e procedimentos de desenvolvimento de recursos humanos no âmbito do Ministério; III - elaborar a programação anual das ações de capacitação do Ministério, em consonância com as necessidades de suas unidades; IV - conduzir as ações de avaliação de desempenho para evolução funcional dos servidores nos cargos e carreiras do Ministério; V - efetuar levantamento e procedimentos para a aprovação de atos para progressão funcional; VI - adotar as providências necessárias à participação de servidores do Ministério em programas de pós-graduação, cursos, palestras, seminários e outros eventos; VII - elaborar e implantar projetos visando ao estímulo do desenvolvimento profissional dos servidores no âmbito do Ministério; VIII - orientar, acompanhar e analisar a programação, execução e avaliação das atividades de estágio supervisionado no âmbito do Ministério; IX - prestar apoio técnico em ações de desenvolvimento de recursos humanos promovidas por outras unidades do Ministério; X - analisar os resultados da implementação do Plano Anual de Capacitação e propor os ajustes necessários; XI - estruturar, organizar e manter sistema de informações gerenciais sobre as ações e os gastos com desenvolvimento de recursos humanos; e, XII - promover o desenvolvimento de atividades voltadas para a valorização do servidor e a melhoria da sua qualidade de vida.

Objetivo Estratégico: Instituir a cultura voltada para os valores, os resultados e a responsabilidade socioambiental					
Iniciativa	Indicador	Unidade	PPA	LOA	Artigo de referência no Regimento Interno do MTur (Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015)
Dar tratamento a 100% das demandas encaminhadas ao Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, abrangidas pela Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011	Demanda atendida	Ouvidoria	Programa 2128	Ação 2000	Art. 7º À Ouvidoria compete: I - assegurar o atendimento ao disposto na Lei de Acesso à Informação e ao decreto que a regulamenta; II - estimular a participação de usuários e entidades da sociedade civil no processo de avaliação dos serviços prestados; III - receber e analisar pedidos de informações, solicitações, reclamações e elogios emanados da sociedade civil, referentes a procedimentos do órgão, com vistas à ampliação do acesso e à melhoria dos serviços de turismo; IV - assegurar a preservação dos aspectos éticos, de privacidade e confidencialidade no processamento das reclamações apresentadas ou informações solicitadas; e V -- elaborar relatórios estatísticos do atendimento às demandas sob sua responsabilidade.

Foco: Efetividade na Aplicação de Recursos

Objetivo Estratégico: Garantir a eficiência, efetividade e transparência na aplicação de recursos					
Iniciativa	Indicador	Unidade	PPA	LOA	Artigo de referência no Regimento Interno do MTur (Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015)
Executar 100% dos contratos formalizados até 31/12/14 no âmbito do Contrato de Empréstimo BID 2229/OC-BR	Produtos entregues	UCP/SE	02V6	14TJ	As competências dessa unidade não foram objeto da Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015.
Analisar conclusivamente (aprovar/reprovar) os processos de prestação de contas	Prestação de contas conclusiva analisada	CPC/SE	2128	2000	As competências dessa unidade não foram objeto da Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015.

Foco: Excelência administrativa

Objetivo Estratégico: Fortalecer os processos de gestão estratégica e comunicação integrada					
Iniciativa	Indicador	Unidade	PPA	LOA	Artigo de referência no Regimento Interno do MTur (Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015)
Elaboração do PPA 2016/2019	PPA 2016/2019 elaborado	DP	2128	2000	Art. 20. Ao Diretor de Programa compete: (...) II - planejar, coordenar e compatibilizar a elaboração do planejamento estratégico, planos e programas, propor indicadores, acompanhar e monitorar a execução e avaliar os resultados do Ministério e da entidade vinculada, observando as diretrizes do órgão central do Sistema de Planejamento Federal; III - planejar, coordenar, acompanhar, monitorar, avaliar, revisar e produzir informações gerenciais do Plano Plurianual (PPA) - no aspecto qualitativo - referente ao programa, objetivos, iniciativas e ações de responsabilidade do órgão e entidade vinculada ao Ministério do Turismo; X - organizar ações de gestão do conhecimento no âmbito do Ministério do Turismo.

Objetivo Estratégico: Simplificar e uniformizar normas, processos e procedimentos					
Iniciativa	Indicador	Unidade	PPA	LOA	Artigo de referência no Regimento Interno do MTur (Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015)
Elaborar Programa de Gestão do Conhecimento	Programa elaborado	DP	2128	2000	Art. 20. Ao Diretor de Programa compete: (...) X - organizar ações de gestão do conhecimento no âmbito do Ministério do Turismo.

Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar o controle interno, a gestão de riscos e a segurança institucional					
Iniciativa	Indicador	Unidade	PPA	LOA	Artigo de referência no Regimento Interno do MTur (Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015)

Desenvolver sistema integrado de apoio ao controle interno, envolvendo os subsistemas SCDE, PPP e TCU	Sistema desenvolvido	AECI	2128	2000	As competências dessa unidade não foram objeto específico da Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015.

Foco: Estruturação, fomento e produção

Objetivo Estratégico: Conhecer o turista, o mercado e o território					
Iniciativa	Indicador	Unidade	PPA	LOA	Artigo de referência no Regimento Interno do MTur (Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015)
Realizar estudos e pesquisas que contribuam para a estruturação do Sistema Nacional de Estatísticas de Turismo	Estudo realizado	DEPES	02W9	20Y4	Art. 51. Ao Departamento de Estudos e Pesquisas compete: I - realizar estudos, pesquisas, análises e levantamentos de dados e indicadores para a formulação, implementação e avaliação da Política Nacional de Turismo; II - acompanhar a dinâmica do mercado turístico nacional e internacional com o objetivo de subsidiar a formulação, implementação e a avaliação da Política Nacional de Turismo; III - propor, coordenar, supervisionar e apoiar a realização de estudos, pesquisas, análises, levantamentos e sistematização de dados estatísticos sobre o setor turístico, com o objetivo de orientar as políticas públicas de competência do ministério; IV - criar base de dados de informações gerenciais sobre a oferta e demanda turística para apoiar a tomada de decisão pública;
Realizar pesquisa sobre o perfil do turista	Pesquisa realizada	DPMKN	02W0	20Y3	Art. 68. À Coordenação-Geral de <i>Marketing</i> e Publicidade compete: I - planejar, desenvolver, propor e executar ações de propaganda, publicidade e promoção; II - formular, analisar, avaliar, acompanhar e controlar todas as ações de promoção, produção de campanhas de propaganda e publicidade nacional, assim como a produção de material técnico do Ministério do Turismo, provenientes de ações vinculadas às agências contratadas; e III - coordenar e aprovar as campanhas publicitárias junto à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da república.
Elaborar Metodologia de Categorização de Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro	Metodologia elaborada	DEPROD	02W4	20Y4	Art. 57. Ao Departamento de Produtos e Destinos compete: I - coordenar, acompanhar, supervisionar e articular políticas, planos, programas, projetos e ações para a estruturação e diversificação da oferta turística; V - criar e gerenciar instrumentos e mecanismos de comunicação, estabelecendo redes de informação e relacionamentos para subsidiar a implantação do Plano Nacional do Turismo e fortalecer a atividade turística;
Elaborar Cartilha Explicativa do Processo de Categorização de Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro	Cartilha elaborada	DEPROD	02W4	20Y4	
Elaborar Minuta de Portaria instituindo a Categorização de Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro	Minuta de Portaria elaborada	DEPROD	02W4	20Y4	

Objetivo Estratégico: Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos					
Iniciativa	Indicador	Unidade	PPA	LOA	Artigo de referência no Regimento Interno do MTur (Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015)
Desenvolver Sistema de Informação ao Investidor	Sistema desenvolvido	DFPIT	02VF	2C01	Art. 84. Ao Departamento de Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo compete: I - coordenar a formulação, apoiar, acompanhar e avaliar as ações de estímulo e fomento à mobilização da iniciativa privada, nacional e internacional, para a sua participação ativa na implementação da Política Nacional de Turismo; IV - coordenar, apoiar e acompanhar o desenvolvimento, junto às instituições financeiras, de linhas de crédito e de instrumentos financeiros voltados para o financiamento ao turista e às empresas da cadeia produtiva do turismo; V - coordenar e acompanhar a integração das ações de sua competência com a EMBRATUR; VI - orientar, acompanhar e supervisionar a execução dos projetos e programas de financiamento de obras, serviços e atividades turísticas no âmbito do Fungetur; e VII - elaborar estudos e relatórios com vistas à uniformização de normas e procedimentos operacionais do Fungetur, propor, se for o caso, ajustes em sua regulamentação e exercer o controle de suas operações financeiras.
Realização e/ou participação em eventos para atração de investimentos no setor de turismo	Realização e/ou participação em eventos para atração de investimentos no setor de turismo	DFPIT	02VF	2C01	Art. 84. Ao Departamento de Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo compete: I - coordenar a formulação, apoiar, acompanhar e avaliar as ações de estímulo e fomento à mobilização da iniciativa privada, nacional e internacional, para a sua participação ativa na implementação da Política Nacional de Turismo; II - coordenar, apoiar e acompanhar o desenvolvimento de planos, projetos e eventos que objetivem o estímulo e a captação de investimentos nacionais e internacionais em ações integradas com as diretrizes e nas regiões beneficiadas pelos programas de desenvolvimento do turismo;
Celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Turismo e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio para ingresso do MTur na RENAI, Rede Nacional de Informações ao Investidor	Acordo de Cooperação formalizado	DFPIT	02VF	2C01	Art. 84. Ao Departamento de Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo compete: I - coordenar a formulação, apoiar, acompanhar e avaliar as ações de estímulo e fomento à mobilização da iniciativa privada, nacional e internacional, para a sua participação ativa na implementação da Política Nacional de Turismo; II - coordenar, apoiar e acompanhar o desenvolvimento de planos, projetos e eventos que objetivem o estímulo e a captação de investimentos nacionais e internacionais em ações integradas com as diretrizes e nas regiões beneficiadas pelos programas de desenvolvimento do turismo;
Incrementar as linhas de financiamento à iniciativa privada	Financiamentos concedidos por bancos públicos federais	DFPIT	02VF	2C01	Art. 84. Ao Departamento de Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo compete: (...) IV - coordenar, apoiar e acompanhar o desenvolvimento, junto às instituições financeiras, de linhas de crédito e de instrumentos financeiros voltados para o financiamento ao turista e às empresas da cadeia produtiva do turismo;

Fomentar e qualificar os serviços turísticos.	Financiamento concedido	DFPIT Fungetur	02VF	0454	Art. 84. Ao Departamento de Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo compete: VI - orientar, acompanhar e supervisionar a execução dos projetos e programas de financiamento de obras, serviços e atividades turísticas no âmbito do Fungetur; e, VII - elaborar estudos e relatórios com vistas à uniformização de normas e procedimentos operacionais do Fungetur, propor, se for o caso, ajustes em sua regulamentação e exercer o controle de suas operações financeiras.
Definir e publicar as novas condições do Fungetur	Portaria encaminhada	DFPIT Fungetur	02VF	0454	
Promover ações de qualificação profissional para o setor de turismo	Profissional qualificado	DCPAT	02VH	PRONATEC	Art. 91. Ao Departamento de Qualificação, Certificação e Produção Associada ao Turismo compete: I - formatar, implementar e apoiar os planos, programas e ações voltados ao desenvolvimento, à promoção e à comercialização; da produção artesanal e demais produtos associados ao turismo; II - formatar e implementar os programas e ações voltados ao desenvolvimento da qualificação e certificação de profissionais, equipamentos e serviços turísticos; III - coordenar as ações voltadas à qualificação profissional e à melhoria da qualidade dos serviços prestados ao turista; IV - desenvolver, implementar e apoiar projetos estruturantes, em regiões alvo de investimentos turísticos, geradores de impactos econômicos e sociais; V - articular, apoiar e acompanhar a promoção de apoio técnico, institucional e financeiro às regiões com potencial turístico e de baixa renda per capita, de acordo com o Plano Nacional de Turismo; VI - coordenar a formulação, apoiar e acompanhar os planos, programas e ações voltados à geração de novas alternativas de desenvolvimento local com base nos segmentos turísticos e sua cadeia produtiva, de acordo com a Política Nacional de Turismo; e VII - articular programas, projetos e ações relacionados ao turismo com os demais órgãos e entidades das administrações federal, estadual, distrital e municipal, do setor produtivo e terceiro setor.
			02VH	4590	
Promover ações de formação para os gestores públicos.	Gestor Público formado	DCPAT	02V6	14TJ	Art. 91. Ao Departamento de Qualificação, Certificação e Produção Associada ao Turismo compete: (...) III - coordenar as ações voltadas à qualificação profissional e à melhoria da qualidade dos serviços prestados ao turista; IV - desenvolver, implementar e apoiar projetos estruturantes, em regiões alvo de investimentos turísticos, geradores de impactos econômicos e sociais;
Promover a elaboração da Política Nacional para Qualificação em Turismo – Fase 1	Política Nacional de Qualificação Elaborada	DCPAT	02V6	14TJ	Art. 91. Ao Departamento de Qualificação, Certificação e Produção Associada ao Turismo compete: (...) IV - desenvolver, implementar e apoiar projetos estruturantes, em regiões alvo de investimentos turísticos, geradores de impactos econômicos e sociais;
Promover a valorização da gastronomia regional como fator diferencial de competitividade dos destinos turísticos – Chamada Pública 001/2015	Projeto apoiado	DCPAT	02VD e 02VJ	4590	Art. 91. Ao Departamento de Qualificação, Certificação e Produção Associada ao Turismo compete: (...) III - coordenar as ações voltadas à qualificação profissional e à melhoria da qualidade dos serviços prestados ao turista; V - articular, apoiar e acompanhar a promoção de apoio técnico, institucional e financeiro às regiões com potencial turístico e de baixa renda per capita, de acordo com o Plano Nacional de Turismo; VI - coordenar a formulação, apoiar e acompanhar os planos, programas e ações voltados à geração de novas alternativas de desenvolvimento local com base nos segmentos turísticos e sua cadeia produtiva, de acordo com a Política Nacional de Turismo; e VII - articular programas, projetos e ações relacionados ao turismo com os demais órgãos e entidades das administrações federal, estadual, distrital e municipal, do setor produtivo e terceiro setor.
Celebrar acordo de cooperação técnica como Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, no âmbito	Acordo de cooperação técnica celebrado	DCPAT	02VD e 02VJ	4590	

do programa Brasil Orgânico e Sustentável					
Revisar a Lei Geral do Turismo e submeter o Projeto de Lei à Câmara dos Deputados	Projeto de Lei submetido	DEPROD	02W4	20Y4	Art. 57. Ao Departamento de Produtos e Destinos compete: I - coordenar, acompanhar, supervisionar e articular políticas, planos, programas, projetos e ações para a estruturação e diversificação da oferta turística; III - apoiar o planejamento de programas e de projetos no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que contribuam para o fortalecimento e para o desenvolvimento sustentável da atividade turística; IV - subsidiar a formulação de políticas, atos normativos regulamentares e de fiscalização para ordenamento e qualificação dos serviços turísticos e da atividade turística em geral; VI - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a Política Nacional de Turismo; VII - coordenar a elaboração e avaliação do Plano Nacional de Turismo; VIII - elaborar os instrumentos e normas destinados à implementação da Política Nacional de Turismo;
Atualizar a Portaria GM/MTur nº 112, de 24 de maio de 2013	Normativo atualizado	DEPROD	02W4	20Y4	
Analisar e avaliar o ciclo de vida de projetos pontuais	Projetos avaliados	DEPROD	02W4	20Y4	

Objetivo Estratégico: Estruturar os destinos turísticos					
Iniciativa	Indicador	Unidade	PPA	LOA	Artigo de referência no Regimento Interno do MTur (Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015)
Melhorar a infraestrutura nas regiões turísticas	Contrato de repasse celebrado	DIETU	02V4	10V0	Art. 81. Ao Departamento de Infraestrutura Turística compete: I - coordenar e acompanhar os planos, programas e ações do Ministério voltados à implementação de projetos de infraestrutura turística; II - coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar a aplicação de recursos de responsabilidade do Ministério em ações de infraestrutura turística; III - apoiar a formulação de propostas de recuperação de patrimônio histórico que integre produto turístico estruturado ou em estruturação; IV - apoiar a formulação de propostas de investimento em saneamento básico e ambiental que integre projeto turístico estruturado ou em estruturação, de acordo com a Política Nacional de Turismo; e V - articular-se com órgãos e entidades da administração federal, estadual, distrital e municipal em seus programas, projetos e ações de infraestrutura que integrem a Política Nacional de Turismo.
	Banco de Projetos implementado	DIETU	02V4	10V0	
Apoiar a elaboração de planos nos polos turísticos priorizados	Planos elaborados	DPRDT	02V6	14TJ	Art. 73. Ao Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo compete: I - coordenar a formulação, apoiar, acompanhar e avaliar os programas regionais de desenvolvimento do turismo que beneficiem as populações locais e incrementem a renda gerada pelo turismo nacional e internacional; II - prover apoio técnico, institucional e financeiro ao fortalecimento da execução e participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios nos programas regionais de desenvolvimento do turismo; III - coordenar a formulação, promover e acompanhar a estrutura institucional e financeira adequada para a execução dos programas regionais de desenvolvimento do turismo; IV - promover, coordenar e acompanhar o aporte de recursos de sua responsabilidade, em conformidade com as diretrizes e a matriz de financiamento de cada programa.

Objetivo Estratégico: Promover os Produtos Turísticos					
Iniciativa	Indicador	Unidade	PPA	LOA	Artigo de referência no Regimento Interno do MTur (Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015)
Promover os produtos turísticos brasileiros para os brasileiros	Calendário Turístico Nacional elaborado	DPMKN	02W0	20Y3	Art. 68. À Coordenação-Geral de <i>Marketing</i> e Publicidade compete: I - planejar, desenvolver, propor e executar ações de propaganda, publicidade e promoção; II - formular, analisar, avaliar, acompanhar e controlar todas as ações de promoção, produção de campanhas de propaganda e publicidade nacional, assim como a produção de material técnico do Ministério do Turismo, provenientes de ações vinculadas às agências contratadas; e III - coordenar e aprovar as campanhas publicitárias junto à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.
	Campanhas promocionais realizadas				
	Banco de Imagens produzido				
Promover o Brasil no exterior	Evento de divulgação no mercado internacional realizado	EMBRATUR	02W3	20Y5	As competências da entidade vinculada estão elencadas em Relatório de Gestão diverso, elaborado pela Embratur.
	Participação em feiras internacionais realizadas				
	Jornalista internacional participante de <i>presstrip</i>				
	Matéria publicada no exterior				
	País abrangido nas campanhas de divulgação do turismo no mercado internacional				

Objetivo Estratégico: Fortalecer a gestão descentralizada, as parcerias e a participação social					
Iniciativa	Indicador	Unidade	PPA	LOA	Artigo de referência no Regimento Interno do MTur (Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015)
Fortalecer e ampliar a cooperação internacional	Instrumento de cooperação formalizado	AERI	02W8	20Y4	Art. 12. À Assessoria Especial de Relações Internacionais compete: I - apoiar, planejar, coordenar e acompanhar a celebração de acordos e instrumentos de cooperação técnica internacional; II - apoiar, planejar, coordenar, desenvolver atividades e acompanhar a atuação e a participação do Ministério em fóruns e organismos internacionais de interesse do turismo nacional, de acordo com a política externa do País; III - apoiar, planejar, coordenar, acompanhar e promover estudos e iniciativas para subsidiar a atuação do Ministério e do governo brasileiro nas negociações de acordos comerciais que tratem de produtos e serviços turísticos; IV - apoiar, planejar, coordenar e acompanhar a articulação do Ministério com órgãos e instituições governamentais com atuação no cenário internacional; e V - pesquisar, identificar, analisar e divulgar novas práticas de desenvolvimento e gestão do turismo, realizadas no âmbito internacional, visando aprimorar a qualidade e a competitividade do turismo brasileiro.
	Missão internacional realizada				
	Projeto de cooperação implementado				
Gerenciar as ações, projetos e programas relacionados aos Jogos Olímpicos Rio 2016 por meio do GT Turismo	Execução das ações, projetos e programas gerenciados	DP	2128	2000	Art. 20. Ao Diretor de Programa compete: (...) III - planejar, coordenar, acompanhar, monitorar, avaliar, revisar e produzir informações gerenciais do Plano Plurianual (PPA) - no aspecto qualitativo - referente ao programa, objetivos, iniciativas e ações de responsabilidade do órgão e entidade vinculada ao Ministério do Turismo;
Reestruturar o modelo de atuação do CNT	Atuação do CNT reestruturada	DEPROD	02W5	20Y4	Art. 57. Ao Departamento de Produtos e Destinos compete: (...) X - prestar apoio técnico e administrativo ao Conselho Nacional de Turismo e ao Comitê Interministerial de Facilitação Turística; e XI - acompanhar a gestão descentralizada do Plano Nacional de Turismo nas ações dos conselhos e fóruns regionais, estaduais e municipais.
Gerenciamento integrado da agenda legislativa do MTur	Sistema de monitoramento implementado	ASPAR	2128	2000	Art. 10. À Assessoria Parlamentar compete: I - acompanhar o Ministro nas audiências que envolvam a participação de parlamentares, governadores e prefeitos, quando realizadas no Gabinete ou em audiências externas, prestando-lhe o apoio necessário; II - supervisionar, orientar e controlar as atividades relacionadas ao acompanhamento e solicitações de audiência de parlamentares com o Ministro e demais setores afins; III - supervisionar, orientar e controlar as atividades relacionadas ao acompanhamento de Emendas Parlamentares de Bancada, Individuais, de Comissão e de relatoria de interesse Orçamentário do Ministério, junto ao Poder Legislativo; IV - supervisionar, orientar e controlar as atividades relacionadas ao acompanhamento de matérias legislativas e outros assuntos de interesse do Ministério, junto ao Poder Legislativo;
	Agenda legislativa integrada				

					V - solicitar às áreas técnicas do Ministério parecer sobre projetos de lei de interesse do Ministério em tramitação no Poder Legislativo; VI - analisar, compatibilizar e providenciar o encaminhamento de pareceres à Presidência da República ou às lideranças do Governo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; VII - providenciar o atendimento aos requerimentos de informações do Poder Legislativo em articulação com os demais setores do Ministério, respeitando os prazos legais; VIII - submeter aos órgãos técnicos os pleitos de informação - de parlamentares e providenciar o respectivo atendimento; XIV - acompanhar e manter atualizadas as proposições legislativas de interesse do Ministério e os requerimentos de informações; XV - elaborar relatórios sobre o andamento de projetos de lei, pleitos e pronunciamentos dos parlamentares;
Elaborar e executar o Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Pesca - MPA	Acordo assinado	DEPROD	02W4	20Y4	Art. 57. Ao Departamento de Produtos e Destinos compete: (...) III - apoiar o planejamento de programas e de projetos no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que contribuam para o fortalecimento e para o desenvolvimento sustentável da atividade turística;
	Plano de Ação elaborado				

Objetivo Estratégico: Estimular o desenvolvimento sustentável da atividade turística					
Iniciativa	Indicador	Unidade	PPA	LOA	Artigo de referência no Regimento Interno do MTur (Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015)
Estimular o desenvolvimento sustentável da atividade turística	Pessoa sensibilizada	CGPI	00TP	4641	Art. 45. À Coordenação-Geral de Proteção à Infância compete: I - coordenar, acompanhar, monitorar e avaliar políticas públicas acerca da violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes relativas às atividades turísticas brasileiras; II - promover a integração de políticas públicas de turismo, em âmbitos nacional, regional, estadual, distrital e municipal, que se refiram ao combate à violência, ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, ao trabalho infantil e ao tráfico de pessoas; III - apoiar ações que contribuam para o enfrentamento e a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes, em âmbitos nacional, estadual, regional e municipal, no que se refere à atividade turística brasileira; IV - apoiar a articulação e o fortalecimento de redes de políticas públicas relacionadas ao combate à violência, ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, no que se refere à atividade turística brasileira; V - apoiar a criação e/ou participar de grupos e colegiados nacionais ou internacionais para debater assuntos e políticas relativas ao combate à violência, ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, no âmbito do turismo; VI - apoiar a elaboração de pesquisas e estudos nacionais e internacionais que possibilitem a identificação, avaliação e divulgação de novas práticas de combate à violência, ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, no que se refere ao turismo; VII - articular-se com as demais instâncias do Ministério do Turismo para elaboração e cumprimento das suas atribuições; VIII - desempenhar outras atribuições afins ou correlatas, as que vierem a ser legalmente estabelecidas ou determinadas, e as que forem regularmente designadas pela Secretaria Nacional de Políticas de Turismo; e IX - apoiar ações que contribuam para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para atividades econômicas a longo prazo, para o social e para o fortalecimento e divulgação da cultura local em âmbitos nacional, regional, estadual, distrital e municipal, no que se refere à atividade turística brasileira.

Fonte: SE/MTur com colaboração do GM, da SNPTur e da SNPDTur.

4.1.4 Informações sobre outros Resultados da Gestão

Neste item são informados outros resultados da gestão, notadamente os que não são auferidos por mecanismos diretamente afetos ao PPA e ao orçamento durante o exercício de 2015.

4.1.4.1 Assessoria de Relações Internacionais

No campo das relações internacionais do turismo, o ano de 2015 foi muito positivo por colher os resultados conquistados com a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e por servir de parâmetro para melhor planejar o aproveitamento da visibilidade externa do País a ser gerada com a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Neste sentido, foi intensa a participação do Governo Federal em foros de alto nível e em organismos regionais e multilaterais de turismo com vistas a estreitar as relações com parceiros externos e a desenvolver iniciativas que se traduzam no aumento dos fluxos turísticos.

No âmbito da presidência “pro tempore” do Mercosul, o Brasil realizou, em Foz do Iguaçu, a LIX Reunião Especializada em Turismo do Mercosul (RET) e a XV Reunião de Ministros de Turismo do Mercosul. Além disso, no primeiro semestre de 2015, participou da Reunião do Conselho de Assuntos Gerais e Política da Conferência Internacional de Direito Privado da Haia, na Holanda, e da 58ª Reunião da Comissão Regional das Américas (CAM) da Organização Mundial do Turismo (OMT), em Porto Príncipe, no Haiti. Esteve igualmente presente na 100ª Reunião do Conselho Executivo da OMT, em Rovinj, na Croácia, e no Encontro Ministerial Ibero-Americano da OMT, em Buenos Aires, na Argentina.

No segundo semestre, integrou o XXIII Congresso Interamericano de Ministros e Altas Autoridades de Turismo, organizado pela OEA em Lima, no Peru, e esteve representado na XXI Assembleia Geral da OMT, realizada em Medellín, na Colômbia. Organizou e participou, em Milão, do Seminário sobre Negócios e Investimentos em Turismo no Brasil, no âmbito das comemorações da Data Nacional do Brasil na Expo Milão, na Itália. Participou, ainda, no mês de setembro, da Reunião de Ministros do Turismo do T20, em Antália, na Turquia, e do Fórum Empresarial Brasil-Rússia, ocorrido por ocasião da reunião da Comissão de Alto Nível Brasil-Rússia (CAN), em Moscou, na Rússia. Em seguida, fez-se representar no Encontro Empresarial Brasil-Polônia, em Varsóvia, na Polônia. No mês de outubro, participou da LX Reunião Especializada em Turismo do Mercosul e da XVI Reunião de Ministros do Turismo do Mercosul, realizadas em Assunção, no Paraguai. Como complemento dos trabalhos de difusão no plano externo, vale mencionar a participação brasileira, ocorrida no início do mês de novembro, na maior feira de turismo do mundo, a *World Travel Market – WTM*, em Londres, na Inglaterra, onde, entre outras ações, se promoveram os destinos turísticos brasileiros ligados à realização dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016.

Ainda, no que diz respeito à promoção internacional, o Governo Federal buscou aprimorar a articulação e a harmonização das ações entre o Ministério do Turismo e as áreas de promoção comercial das representações diplomáticas e consulares do Brasil no exterior, de modo a potencializar os recursos disponíveis e incrementar a promoção

turística do Brasil no plano externo. Nesse contexto, o Brasil assinou dois importantes Memorandos de Entendimento de cooperação em turismo: um com o México, durante a visita da Presidenta Dilma Rousseff àquele país, no mês de maio; e outro com a Polônia, no mês de setembro, durante a missão do Vice-Presidente da República a Varsóvia.

Vale destacar, por fim, outra importante iniciativa empreendida pelo Governo com o propósito de ampliar a atração de visitantes estrangeiros ao País e incrementar a receita turística em 2016. Trata-se da medida adotada por portaria conjunta dos Ministérios do Turismo, das Relações Exteriores e da Justiça que instituiu, tendo em vista a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, uma política de dispensa unilateral e temporária da exigência de visto consular para cidadãos australianos, canadenses, americanos e japoneses que venham ao Brasil para fins de turismo, no período de 1º de junho a 18 de setembro de 2016. A dispensa terá validade de 90 dias, contados a partir da primeira data de entrada no País.

Para o ano de 2015, foi prevista a celebração de 3 instrumentos de cooperação (México, Polônia e Tunísia). Porém, somente 2 ocorreram, pois a missão do chanceler brasileiro à Tunísia foi cancelada, adiando-se, assim, a assinatura de Memorando de Entendimento com aquele País. Ainda, foram previstos 2 projetos de cooperação, porém nenhum pôde ser realizado devido ao contingenciamento orçamentário.

Quanto às Missões Internacionais, as metas da Assessoria Internacional foram superadas: foram previstas 12 e realizadas 18. Isso porque a mudança de Ministro em abril de 2015 afetou o calendário de missões internacionais planejado, tendo em vista que o atual Ministro prioriza a maior participação do Brasil nos foros internacionais e o fortalecimento dos laços de cooperação internacional. Deste modo, a nova política externa para o turismo resultou na realização de 6 missões a mais para o estrangeiro.

4.1.4.2 Assessoria Especial de Controle Interno (AECI)

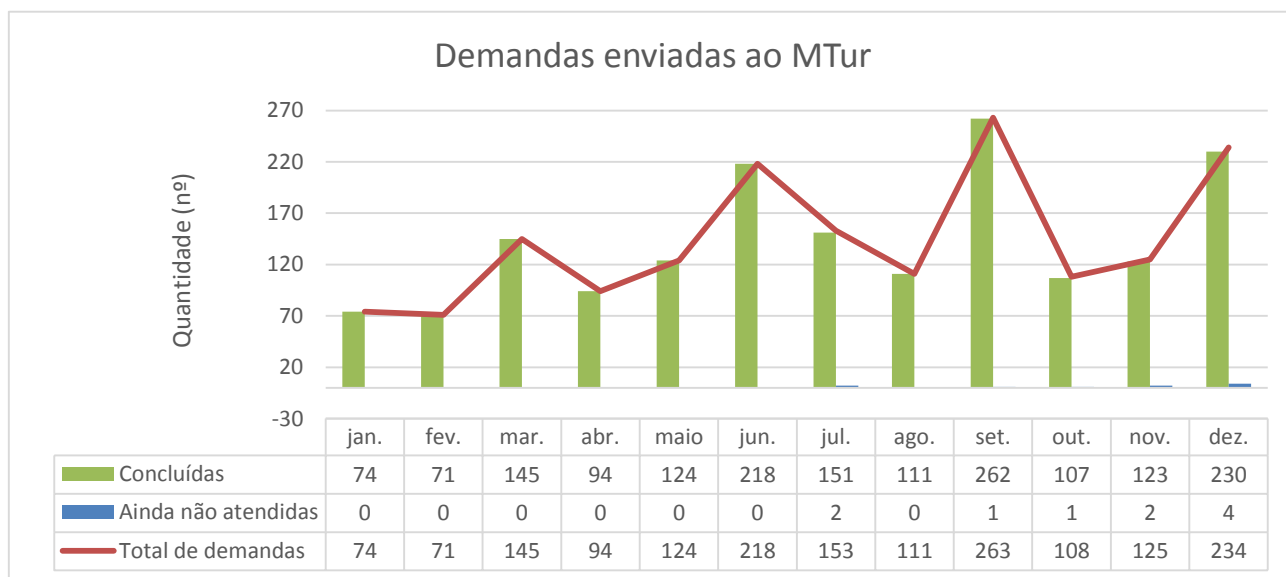
Em cumprimento às suas atribuições legais, a AECI expediu orientações e recomendações aos gestores do MTur, participou de grupos de trabalhos para auxiliar na análise de processos relacionados a transferências voluntárias firmadas pela Pasta, manifestou-se tecnicamente em processos de convênios e instrumentos congêneres, quando consultada pelas unidades técnicas.

Os documentos originários de órgãos de controle e de segurança - Ministérios Públicos Federal e Estaduais, Departamentos de Polícia Federal, Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral da União, entre outros - devem ser encaminhados à AECI, para conhecimento e adoção das medidas que se fizerem necessárias, assim como estabelecido na Portaria GM/MTur nº 211, de 14 de agosto de 2013. Sendo assim, as deliberações advindas desses órgãos são concentradas nessa Assessoria, que designa a área específica segundo as competências estabelecidas no Regimento Interno deste Ministério.

O MTur usa o Sistema de Controle de Demandas Externas (SCDE) desde 2012, sendo que nesse ano era utilizado somente no âmbito da Secretaria-Executiva e, a partir de 2013, passou a ser operacionalizado no âmbito de todo o Ministério, com a coordenação da AECI. Esse Sistema tem como principal funcionalidade o

acompanhamento e o monitoramento das solicitações e deliberações dos órgãos citados na Portaria GM/MTur nº 211, de 14 de agosto de 2013, bem como das providências adotadas pelas áreas técnicas responsáveis por atendê-las. O gráfico a seguir demonstra a quantidade total de demandas enviadas ao MTur no exercício de 2015, classificando-as em concluídas e ainda não atendidas segundo a data limite estabelecida pelo órgão que requisitou informações, documentações ou adoção de providências das unidades deste Ministério.

GRÁFICO 4.1.4.1 – QUANTIDADE DE DEMANDAS ENVIADAS AO MTUR DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015



Fonte: SCDE/MTur. Acessado em 23 de fevereiro de 2016.

Cabe também à AECI dar seguimento ao trâmite dos processos de Tomada de Contas Especial (TCE) assim que são devolvidos pela Controladoria-Geral da União (CGU), com os seguintes documentos elaborados por essa Controladoria: Relatório de Auditoria, Certificado de Auditoria e Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno. A Assessoria, então, prepara os Pronunciamentos Ministeriais dos processos, para submetê-los ao Ministro de Estado, e os Ofícios, para posteriormente enviá-los ao TCU. Encaminharam-se cerca de 943 processos de TCE a esse Tribunal no ano em questão.

Além disso, a Assessoria despachou ofícios ao Ministério Público, informando sobre convênios e afins com indícios de irregularidades verificados pelas áreas técnicas responsáveis pela análise da prestação de contas, com a finalidade de denunciar possíveis práticas de crimes na execução desses convênios. E, assim, a Procuradoria da República realizar a devida apuração dos fatos e adoção das medidas consideradas cabíveis.

Apresentam-se, a seguir, o detalhamento e o quantitativo das denúncias encaminhadas.

QUADRO 4.1.4.2 – QUANTIDADE DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS QUE ACARRETARAM DENÚNCIAS RELACIONADAS ÀS SUAS EXECUÇÕES, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015

Transferência Voluntária	Justificativa/Denúncia	Quantidade
Convênio (Eventos)	Possível tentativa de fraude na comprovação do evento objeto do convênio, uma vez que foram apresentadas fotografias com indícios de sobreposição de imagens, na tentativa de comprovar a realização do evento.	4
Contrato de Repasse (Infraestrutura)	Terreno objeto de obras financiadas pelo Contrato de Repasse em tela é de propriedade particular, além de apresentar outras possíveis irregularidades.	1

Fonte: AECI/MTur, 2016.

Em abril de 2015, o SCDE passou a integrar o Sistema Apolo (<http://apolo.turismo.gov.br/>), o qual funciona como uma plataforma eletrônica de autenticação integradora das ferramentas de controle interno, também desenvolvido e mantido pelos servidores do MTur com custo zero.

Devido à facilidade de programação do Sistema, é possível adaptar e atualizar as suas funcionalidades segundo as necessidades verificadas pelos servidores e colaboradores do MTur, visando à melhoria das novas condições de trabalho, ao aprimoramento do sistema, à transparência nos atendimentos aos órgãos de controle, bem como à otimização dos recursos disponíveis ao Ministério.

Em agosto do mesmo ano, disponibilizou-se uma nova versão do SCDE, com atualizações desenvolvidas a partir de constatações feitas, principalmente, pela equipe da AECI, com o intuito de: aprimorar os controles internos administrativos e as práticas de monitoramento; reduzir as falhas na execução das atividades operacionais; dar celeridade nos trâmites de diligências; agilizar os métodos de pesquisas dentro do Sistema; e, desenvolver uma base de dados com histórico das solicitações, inclusive dispondo de dados estatísticos.

4.1.4.3 Diretor de Programa

Além da gestão do planejamento da unidade, relatado no item 4.1, o Diretor de Programa coordenou a elaboração de relatórios de ação de governo, como Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional, Prestação de Contas do Presidente da República ao Congresso Nacional (referente ao exercício de 2014), e Relatório de Gestão (referente ao exercício de 2014). Atuou ainda na avaliação institucional e intermediária da avaliação da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GPDGPE e da Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos – GDACE.

Podem-se destacar ainda outros resultados:

Mapeamento de processos

Foram executadas ações de análise e aperfeiçoamento de processos no âmbito do Ministério do Turismo. Ao longo do exercício de 2015 foram gerados 80 produtos, conforme quadro a seguir:

QUADRO 4.1.4.3 A - PRODUTOS DO ESCRITÓRIO DE PROCESSOS

Processos	Quantidade de Processos Mapeados
Gestão de Convênios - novos	8
Revisão dos processos Gestão de Convênios	15
Revisão dos processos Gestão de Riscos - SGSI	9
Sistema de Gestão da Segurança da Informação e Comunicações - Novos	5
Gestão de Incidentes	9
GDPGPE/GDACE	10
Mensagem Presidencial	1
Gestão de Demandas	1
Contratos de Repasse	6
UCP	14
Prestação de Contas*	1
Relatório de Gestão*	1
Total	80
*em processo de finalização	

Fonte: SE/MTur

Foram desenvolvidas ainda ações de caracterização e parametrização no Sistema de Permissão/ Sistema Eletrônico de Informação (SIP/SEI).

Elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019

As políticas públicas voltadas para o setor do turismo estão expressas no PPA 2016-2019, por meio do Programa Desenvolvimento e Promoção do Turismo, que está amparado na diretriz estratégica de “promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo com melhoria do ambiente de negócios, ampliando a produtividade, a competitividade e a sustentabilidade da economia”.

A elaboração do PPA 2016-2019 ocorreu de forma participativa, sendo que todas as áreas do MTur, bem como da entidade vinculada, puderam enviar propostas e participar das oficinas conduzidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O programa possui dois objetivos que se relacionam aos objetivos estratégicos da Política de Nacional de Turismo:

- Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos;
- Promover os destinos, produtos e serviços turísticos brasileiros no País e no exterior.

As Metas estabelecidas pelo Programa propõem, dentre outras ações: qualificar 24 mil profissionais, concluir 2.000 obras de infraestrutura turística, e aumentar a entrada de turistas estrangeiros no Brasil.

Gestão do conhecimento

O programa de Gestão do Conhecimento é de suma importância para o Ministério do Turismo, pois complementa outros projetos, como o de mapeamento de processos e do plano anual de capacitação. Em 2015, foi realizada a etapa preparatória do programa: reuniões de planejamento, treinamentos e definição do escopo. Acredita-se que a

institucionalização do programa esteja completa até término da vigência do atual PPA, em 2019.

Jogos Olímpicos Rio 2016

Com participação ativa no Geolimpíadas; na Câmara Temática de Cultura, Turismo e Imagem do Brasil e no Grupo Operacional de Turismo, o planejamento das ações em apoio à organização dos Jogos Rio 2016 avançou de forma consistente. Dentre os principais projetos, destacam-se: Casa Brasil (espaço de degustação da cultura, turismo, esportes, negócios do Brasil); Qualificação (previsão de qualificar até 9.000 profissionais do setor turístico); facilitação de viagens (liberação da necessidade de visto para japoneses, americanos, canadenses e australianos); revezamento da tocha (apoio à organização do revezamento da Tocha); dentre outros.

Sistemas de Apoio à Gestão

Existe uma unidade avançada da área de tecnologia do Ministério do Turismo para construir sistemas e dar suporte tecnológico para os processos de gestão estratégica. Em 2015, essa equipe foi responsável por conceber sistemas que apoiaram diversas unidades, conforme quadro a seguir:

QUADRO 4.1.4.3 B – SISTEMAS DE APOIO A GESTÃO DO MINISTÉRIO DO TURISMO DESENVOLVIDOS EM 2015

Sigla	Nome	Descrição	Endereço
PNT	Plano Nacional de Turismo	Sistema de gerenciamento e acompanhamento da elaboração do PNT	http://se.MTur.gov.br/pnt
-	Futuro	Gerenciador de acesso e permissões integradas dos novos sistemas da SE	http://se.MTur.gov.br/futuro
-	Sistema de Informações do Programa de Regionalização do Turismo	Coleta informações de modo a facilitar a composição do Mapa do Turismo Brasileiro e a auxiliar na formação de uma Rede Nacional de Regionalização do Turismo, que englobe interlocutores estaduais, regionais e municipais do Programa.	http://sistema.mapa.turismo.gov.br/
-	e-deliberações	Sistema para monitorar os prazos, os responsáveis e as respostas quanto ao mérito das determinações, recomendações, alertas e ciências direcionados ao Ministério do Turismo	http://gm.MTur.gov.br/e-deliberacoes/
-	Portal de Competências	Com o objetivo de registrar, conhecer e identificar o potencial humano, bem como conhecer a formação acadêmica, profissional e as áreas de interesse dos servidores	http://se.MTur.gov.br/portaldecompetencias/

Fonte: SE/MTur

4.1.4.4 Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL

À Coordenação-Geral de Recursos Logísticos compete planejar, coordenar, acompanhar, orientar, avaliar e executar, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas às políticas de organização institucional, sistemas administrativos, administração de material, patrimônio, obras, transportes, serviços gráficos, telecomunicações, comunicações administrativas e documentação, seguindo as diretrizes emanadas do órgão central do Sistema de Serviços Gerais – SISG.

Tendo em vista que o presente Relatório se refere ao exercício de 2015, considerou-se a estrutura do MTur vigente naquele exercício, aprovada por meio da Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015, publicada no D.O.U de 30 de abril de 2015, conforme apresentado a seguir:

1. Coordenação-Geral de Recursos Logísticos:
 - 1.1. Coordenação de Administração de Material;
 - 1.2. Coordenação de Serviços Gerais;
 - 1.3. Coordenação de Documentação;
 - 1.4. Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira;
 - 1.4.1. Divisão de Coordenação Orçamentária e Financeira.

Compõe, ainda, a CGRL, uma Comissão Permanente de Licitação.

4.1.4.4.1 Coordenação de Administração de Material

À Coordenação de Administração de Material compete planejar e coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades referentes a compras, contratos, patrimônio e almoxarifado.

Após concluída a Licitação, Inexigibilidade ou a Dispensa, o processo passa a ser de responsabilidade da área de Contratos, de tal forma que poderá gerar Contrato e/ou Atas de Registros de Preços.

O Controle de contratos compreende:

- ✓ Acompanhamento da vigência;
- ✓ Notificação do fiscal com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, sobre o interesse ou não na prorrogação;
- ✓ Notificação ao fornecedor contratado sobre o interesse na renovação, nos casos de contratos continuados, art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93;
- ✓ Pesquisas de preços;
- ✓ Solicitação de reserva orçamentária/financeira;
- ✓ Solicitação de emissão de empenho;
- ✓ Emissão do Contrato/Termo Aditivo; e
- ✓ Solicitação de pagamento.

Apresentam-se, a seguir, as aquisições e contratações de serviços formalizadas no exercício de 2015 (Quadro 4.1.4.4.1):

QUADRO 4.1.4.4.1 – AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS FORMALIZADOS EM 2015

Tipo	Quantitativo	Total Contratado
		Valores (R\$)
Inexigibilidade	19	8.117.476,70
Adesão à RP	5	994.126,76
Dispensa de Licitação	146	6.357.360,50
Termo de Compromisso	1	250.000,00
Atas de Registro de Preços	5	364.709,80
Concorrências/Pregões	9	5.249.465,72
Concorrências BID	0	0,00
Termo de Execução Descentralizada TED	12	9.070.676,19
TOTAL		21.333.139,48

Fonte: CAM/CGRL/SPOA

Maiores informações sobre contratações/aquisições em 2015 estão disponíveis no Anexo I.

4.1.4.4.2 Coordenação de Serviços Gerais

As ações da Coordenação de Serviços Gerais são as atividades ligadas à conservação e limpeza, apoio operacional, serviço de vigilância e segurança patrimonial, condomínio predial, prestação de serviços de telefonia, reprográficos e de transportes.

No Setor de Transporte há o controle geral de veículos oficiais do Órgão, transporte de carga leve, bem como os serviços de transporte terceirizados nos estados da Federação, atendendo aos servidores no desempenho das atividades de interesse da Administração. Vale ressaltar que via PGTur (Plataforma de Gestão do Turismo), atendemos, no ano de 2015, a 8.125 solicitações internas.

Na reprografia são executados serviços inerentes à cópia, à digitalização e à impressão de documentos, sendo a mesma compartilhada com o Ministério de Minas e Energia.

No primeiro semestre de 2015, realizou-se a devolução do Depósito no SOF/Sul, sendo os materiais transferidos para o Depósito no MTur/Shopping “ID”.

Metas para 2016: Estamos projetando para o final do primeiro semestre de 2016, a devolução do 12º andar do Shopping “ID”.

4.1.4.4.3 Coordenação de Documentação

Compete à Coordenação de Documentação planejar, coordenar, acompanhar, avaliar e gerenciar a execução das atividades de arquivo, gestão de documentos e protocolo, bem como elaborar as normas e procedimentos para a gestão de documentos de acordo com as diretrizes do Arquivo Nacional, do Conselho Nacional de Arquivos e do Sistema de Gestão de Documentos-SIGA.

A) Arquivo

O Arquivo Central, como setor de acervo documental, tem como finalidade principal a manutenção e guarda de todos os documentos acumulados desde a criação do MTur.

O Arquivo Central tem como atividades: agendamento de transferência de documentos ao arquivo; orientação aos setores para correto envio documental; recebimento e conferência da documentação; assepsia, descrição, análise e avaliação de documentos e processos para a posterior classificação de acordo com os códigos e tabelas do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ; elaboração de espelhos para a correta localização posterior no acervo; preservação do material arquivístico; acondicionamento e armazenamento adequado para cada tipo documental; tramitação e consulta de processos/documentos no MTurdoc; empréstimo e desarquivamento de documentos aos setores solicitantes (inclusive através do e-mail arquivo@turismo.gov.br); devolução; separação dos documentos a serem eliminados; acesso e solicitações através do PGTur.

Continuamos com as medidas anteriormente adotadas, como agendamento para arquivamento, e-mail orientativo, visitas nos setores para orientação *in loco* e triagem de documentos, sendo que ao longo do ano de 2015 houve 596 solicitações de empréstimos de processos e documentos e foram arquivadas 1.339 caixas.

B) Protocolo

Ao Protocolo compete executar as atividades referentes ao recebimento, registro, tramitação, expedição de documentos, zelando pela uniformização de procedimentos; bem como o envio de correspondências e encomendas.

Objetivos e atribuições

- I. executar as atividades de protocolo referentes ao recebimento, registro, tramitação, expedição de documentos, zelando pela uniformização de procedimentos; bem como, o envio de correspondências e encomendas;
- II. organizar e proceder a autuação e movimentação dos processos gerados e recebidos pelo Ministério;
- III. controlar a recepção e expedição de correspondências e encomendas; e
- IV. controlar os prazos de entrega de material e execução de serviços contratados e propor a aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor aos inadimplentes.

Demonstrativo de atividades realizadas

O resultado do desempenho da unidade está expresso pela quantidade de informações documentais produzidas e acumuladas, conforme a seguir:

ATIVIDADES /ANO	Abertura de Documento	Autuação de Processos	Tramitação de Documentos	Expedição de Documentos pelos Correios	Entrega de Documentos pelos Motociclistas
2014	3.715	3.530	7.618	15.627	-
2015	2.801	2.077	5.284	7.418	-

Fonte: Protocolo/CGRL/SPOA

O Protocolo controla o recebimento e executa a distribuição de jornais de grande circulação e revistas semanais para as unidades internas do Órgão.

Metas para 2016

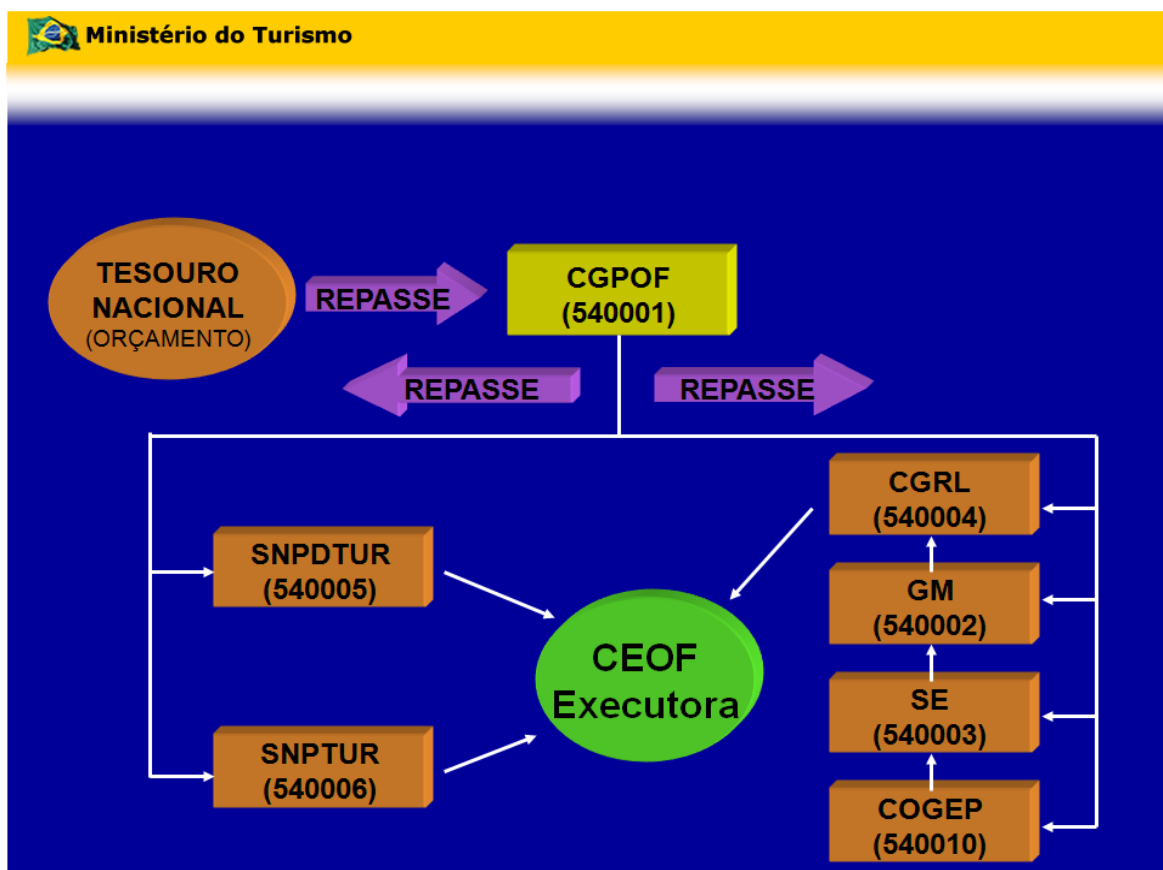
- ✓ Implantar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no MTur;
- ✓ Qualificar os usuários por meio de cursos e treinamentos, em relação à orientação e operacionalização do Sistema SEI;
- ✓ Continuar a descentralizar as atividades de protocolo, como seja: todas as Coordenações do Ministério autuando os seus próprios processos.

4.1.4.4.4 Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira

A Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira é a Unidade do MTur responsável pela execução e acompanhamento do orçamento destinado Ministério do Turismo. Suas atividades compreendem os procedimentos que vão desde a geração de informações para subsidiar a elaboração da Proposta Orçamentária Anual do Ministério do Turismo até a efetiva execução orçamentária e financeira das despesas.

Compete também à esta Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira – CEOF a gestão das atividades relacionadas aos deslocamentos de pessoal, servidores, convidados e colaboradores eventuais, em viagens a serviço do MTur, no Brasil ou no Exterior, utilizando-se, para isso, da ferramenta de uso obrigatório pela Administração Pública Federal disponibilizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão denominada Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP.

A figura a seguir demonstra a interação da CEOF com as demais Unidades Gestoras do MTur:



Fonte: CEOF/GRL/MTur

I – Execução Orçamentária E Financeira

No exercício de 2015, os créditos orçamentários para esta Unidade Executora – 540004, foram disponibilizados pela Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças – CGPOF, a princípio, em doze avos do valor total do orçamento autorizado, considerando a não aprovação da Lei Orçamentária Anual – LOA 2015 ainda no exercício anterior. Em consequência, foram sendo geradas Notas de Empenho parciais para cada contrato administrativo continuado existente para fazer face às despesas que viriam a ser realizadas em cada contrato. As despesas não continuadas, que acontecem de acordo com a necessidade, eram empenhadas à medida que as demandas eram colocadas e de acordo com a disponibilidade orçamentária existente.

Com a aprovação da LOA-2015, os recursos orçamentários foram disponibilizados em duas etapas: primeiramente para complementar as previsões de gastos para o primeiro semestre e, posteriormente, para cobrir todas as despesas previstas para o segundo semestre do exercício de 2015. Em função disso, os empenhos para cobertura das despesas com os contratos administrativos foram reforçados com as liberações realizadas no primeiro e segundo semestres, respectivamente.

No que concerne ao aspecto financeiro, cabe ressaltar que no exercício de 2015 houve alguma dificuldade na obtenção, tempestiva, dos recursos necessários ao

pagamento das despesas realizadas, em função de medidas de contingenciamentos emanadas da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tal situação requereu desta Coordenação um acompanhamento mais rigoroso das programações de desembolso de modo a que uma priorização adequada fosse definida no objetivo de que todos os compromissos pudessem ser honrados, sem prejuízos aos fornecedores e/ou ao Ministério do Turismo, o que realmente foi alcançado.

Importante ressaltar a satisfatória interação estabelecida entre esta Coordenação e a Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças – CGPOF, o que permitiu maior agilidade no atendimento às demandas.

Destacamos que no exercício de 2015 o Ministério do Turismo realizou pagamentos à Caixa Econômica Federal - CEF, totalizando o montante de R\$ 12.595.335,31 (doze milhões quinhentos e noventa e cinco mil trezentos e trinta e cinco reais e trinta e um centavos) relativos à dívida com aquela instituição, inscritos em Restos a Pagar (RAP) nos exercícios de 2011 a 2014, por conta de Contrato de Prestação de Serviços de Operacionalização e Acompanhamento dos Programas e Ações consignados no Orçamento Geral da União.

II – Execução de Diárias e Passagens

Ao Setor de Concessão de Diárias e Passagens compete a execução das atividades relacionadas aos deslocamentos de servidores, colaboradores eventuais e convidados (Passagens e Diárias) em missões de interesse do Ministério do Turismo, desde o cadastramento das viagens até a efetiva prestação de contas, compreendendo, dentre outras, as atividades abaixo:

- Acompanhamento e atualização da Legislação pertinente;
- Gerenciamento dos limites orçamentários (Diárias e Passagens);
- Análise das solicitações de viagens;
- Emissão de Empenhos;
- Pagamento de Diárias;
- Ressarcimento de despesas;
- Reembolso de bilhetes não utilizados;
- Acompanhamento das prestações de contas;
- Conferência e pagamento de faturas;
- Auditoria interna dos processos das solicitações de viagens;
- Treinamento para usuários do sistema SCDP; e,
- Elaboração de relatórios gerenciais.


Ministério do Turismo

SISTEMAS UTILIZADOS



Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP
Utilização Obrigatória a partir de 19 de novembro de 2007 – Dec. 6258



Sistema de Requisição de Diárias e Passagens – RT



Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI
CONSIAFI; e Siafi Gerencial

Fonte: CEOF/CGRL/MTur

III - Estratégia de Atuação

O setor de concessão de diárias e passagens continua buscando promover a aproximação com os usuários por meio de orientação na operação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP de modo a que problemas possam ser minimizados tanto na parte administrativa quanto na realização da própria viagem, evitando transtornos como a devolução de documentos para acertos com possíveis reflexos na liberação de numerários, pagamento de diárias, emissão de bilhetes e colocando-se sempre à disposição para o esclarecimento de dúvidas.

O Setor de Concessão de Diárias e Passagens é responsável ainda pela geração das informações relacionadas aos gastos com diárias e passagens de todas as Unidades Administrativas do MTur para subsidiar a composição de seus Relatórios de Gestão com as despesas realizadas.

Em 11 de fevereiro de 2015, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP editou a Instrução Normativa nº 3 dispondo sobre as novas diretrizes a serem seguidas pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional para aquisição de passagens aéreas diretamente das companhias aéreas TAM, GOL, AZUL e AVIANCA e, para as viagens internacionais, ou demandas por viagens nacionais não atendidas por elas, por meio de uma Agência de Viagens Única TRIPS PASSAGENS E

TURISMO LTDA-EPP, definida em procedimento licitatório conduzido pela Central de Compras do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Considerando que nosso contrato de agenciamento de viagens nº 003/2014 tinha sua vigência até 04/03/2015 e, tendo em vista o fato de que a nova sistemática havia sido utilizada apenas como um “piloto” no MP, o MTur optou, objetivando evitar possíveis problemas na sua implementação, pela prorrogação de seu contrato com a empresa APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, até 05/03/2016. Esta decisão foi respaldada pelas informações contidas no Ofício Circular nº 003/2015/CENTRAL/ASEGE/GM-MP, de 23/04/2015.

Em que pese termos prorrogado nosso contrato de agenciamento de viagens, e seguindo ainda orientação do Ofício Circular nº 001/2015-MP, de 19/01/2015, providenciamos, ainda no mês de março/2015, a adoção das medidas pertinentes à implementação da nova sistemática de compras de passagens aéreas, assinando Proposta de Adesão ao Contrato nº 01/2014, firmado com o Banco do Brasil, para emissão do Cartão de Pagamento do Governo Federal – Passagem Aérea (CPGF), constituído exclusivamente para esse fim, com vista a estarmos aptos a migrar para a nova modalidade de aquisição de passagens aéreas tão logo fosse possível.

No mês de maio/2015 houve mudança do Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração e ficamos no aguardo de tomada de decisão para a implantação da nova sistemática.

Até setembro/2015, não houve sinalização para implantação da nova sistemática. Ocorreu, nesse mês, nova mudança do Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração. Continuamos no aguardo de tomada de decisão para a implantação da compra direta.

No mês de outubro/2015 houve mudança no MTur com a descentralização dos Ordenadores de Despesas. Tivemos então que providenciar o cadastramento das novas Unidades Executoras junto ao Banco do Brasil, atividade que demandou algum tempo.

Finalmente, tendo sido todos os procedimentos necessários à implantação da compra direta concluídos no mês de novembro/2015, optou-se por programá-la para o início do exercício de 2016, tendo em vista que o mês de dezembro é bem atípico com atividades específicas relacionadas ao fechamento contábil do exercício o que poderia, de alguma forma, trazer dificuldades ao pleno êxito do projeto.

IV - Desempenho Operacional

QUADRO 4.1.4.4.4 C – EXECUÇÃO DE DESPESAS COM DIÁRIAS, PASSAGENS E LOCOMOÇÃO EM 2014 (EM R\$)

	Tipo de Viagem	Quantidade	Passagens	Diárias
2014	INTERNACIONAL	37	214.070,11	137.057,95
	NACIONAL	715	1.133.580,14	464.291,47
		752	1.347.650,25	601.349,42

Despesa total com diária e passagens:

R\$ 1.948.999,67

Fonte: CEOF/CGRL/MTur

QUADRO 4.1.4.4.4 D – LIMITES PARA EXECUÇÃO DE DESPESAS COM DIÁRIAS, PASSAGENS E LOCOMOÇÃO PARA 2015

UNIDADE ADMINISTRATIVA	ATÉ DEZ
GM	800.000,00
SE	416.000,00
SNPDTUR	400.000,00
SNPTUR	400.000,00
TOTAL	2.016.000,00

Fonte: CEOF/CGRL/MTur

QUADRO 4.1.4.4.4 E: EXECUÇÃO DE DESPESAS COM DIÁRIAS, PASSAGENS E LOCOMOÇÃO EM 2015 (EM R\$)

	Tipo de Viagem	Quantidade	Passagens	Diárias
2015	INTERNACIONAL	47	433.688,47	249.679,70
	NACIONAL	502	637.754,04	225.898,77
		549	1.071.442,51	520.578,47

Despesa total com diária e passagens: 1.592.020,98

Fonte: CEOF/CGRL/MTur

Destaque-se que a efetiva realização de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2015 – R\$ 1.592.020,98 (um milhão quinhentos e noventa e dois mil e vinte reais e noventa e oito centavos) - ficou aproximadamente 21,04% abaixo do limite fixado pelo MTur.

4.1.4.4.5 Comissão Permanente de Licitação - CPL

Cabe à área de Licitações a elaboração de Editais requisitados pelas Secretarias/Departamentos/Coordenações do MTur relativos à Pregão, Convite, Tomada de Preços e Concorrência, através de Termo de Referência/Projeto Básico, destinados à aquisição de materiais, equipamentos e contratações de serviços.

Para atender as demandas do Ministério do Turismo no exercício de 2015, foram abertos 10 (dez) processos licitatórios na modalidade de Pregão Eletrônico.

Desses processos, foram homologadas, em 2015, as seguintes licitações:

- ✓ Material de expediente;
- ✓ Serviços de apoio às atividades administrativas – Copeiragem e Recepcionista;
- ✓ Atualização de licença de software estatístico IBM-SPSS;
- ✓ Atualização de licença para solução integrada de segurança McAfee;
- ✓ Clipping de vídeo;
- ✓ Solução em TI - DDoS;

- ✓ Organização de eventos - Reuniões do CNT 2015;
- ✓ Organização de eventos – Ano Olímpico para o Turismo; e,
- ✓ Fornecimento de Combustível.

O valor Total Estimado das licitações concluídas, em 2015, foi de R\$ 6.000.233,43, e o valor Total Homologado, nesse período, foi de R\$ 5.249.465,72, gerando economia nas licitações no valor aproximado de R\$ 750.767,71 (12,5%).

4.1.4.5 Coordenação Geral de Convênios

A Coordenação Geral de Convênios – CGCV estabeleceu metas institucionais para o exercício 2015 no Plano de Ação do Ministério do Turismo, Portaria GM/MTur nº 57/2015, D.O.U de 16/04/2015, alterada pela Portaria GM/MTur nº 146, de 31 de agosto de 2015, e para fins de concessão da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo-GDPGPE na Portaria GM/MTur nº 145/2015, de 31 de agosto de 2015, publicada no D.O.U de 04/09/2015, conforme a seguir descritas:

I - Meta estabelecida pelo Plano de Ação do Ministério do Turismo correspondente ao período de janeiro a dezembro de 2015:

Analisar conclusivamente (aprovar/reprovar) 1.600 processos de prestação de contas.

Meta 1: Inicialmente prevista: “analisar conclusivamente (aprovar/reprovar) 1.600 processos de prestação de contas”, foi alterada, em razão de restrição de força de trabalho, para: “analisar 504 prestações de contas”, para o período de Jan/2015 a Dez/2015, cujo alcance é demonstrado nos quadros a seguir:

QUADRO 4.1.4.5 A – PERÍODO JAN/2015 A DEZ/2015, CONFORME PLANO DE AÇÃO MTUR.

2015												Total
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
63	57	10	37	156	52	58	45	34	21	17	23	588

Fonte: monitoramento.MTur.gov.br/planodeacao/2015/2.1.2/1; 2 – Controle interno-MTur/PGTur

QUADRO 4.1.4.5 B – COMPARATIVO DE PRODUÇÃO DE ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS NA CGCV

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2014 ¹	65	66	73	50	79	37	35	58	83	73	80	60	759
2015 ²	63	57	10	37	156	52	58	45	34	21	17	23	588

Fonte: Controle interno-MTur/PGTur

QUADRO 4.1.4.5 C – COMPARATIVO DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES DE ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2014 ¹	4	3	5	3	5	2	3	4	5	6	7	3
2015 ²	9	9	7	10	14	12	9	8	6	6	6	4

Fonte: Controle interno-MTur/PGTur

II- Metas Institucionais do Ministério do Turismo, para fins de concessão da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo-GDPGPE, sexto ciclo, que corresponde ao período de 1º de outubro de 2014 a 30 de setembro de 2015:

- ✓ Analisar 300 (trezentas) prestações de contas de convênios (área financeira), sendo 210 (duzentas e dez) conclusivas;
- ✓ Atender 100% das diligências dos órgãos de controle;
- ✓ Instruir e acompanhar 100% dos convênios em processo de instauração de Tomada de Contas Especial.
- ✓ Acompanhar e manter 100% atualizado o controle dos parcelamentos concedidos, dos haveres e obrigações a eles vinculados;
- ✓ Acompanhar e manter 100% atualizado, no SIAFI e no SICONV, os registros relativos aos convênios;
- ✓ Acompanhar e manter 100% atualizado o controle das solicitações de empenho e pagamento relativos aos convênios.

As metas foram escolhidas em razão da recorrente e grande demanda dos órgãos de controle, volume de parcelamentos solicitados pelos convenientes, estoque de convênios com pendências para instauração de TCE, e necessidade de redução do passivo de prestações de contas pendentes de análise conclusiva (aprovada/reprovada).

III-Portaria GM/MTur nº 145/2015, DOU de 04/09/2019 - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo-GDPGPE:

Meta 1: Analisar 300 (trezentas) prestações de contas de convênios (área financeira), sendo 210 (duzentas e dez) conclusivas.

QUADRO 4.1.4.5 D – PERÍODO OUT/2014 A SET/2015, CONFORME PORTARIA GM/MTur Nº 145/2015, DOU DE 04/09/2015.

2014 ¹			2 0 1 5 ²									Total
Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	
73	80	60	63	57	10	37	156	52	58	45	34	725

Fonte: Controle interno GCCV/ 2 -Controle interno-MTur/PGTur

QUADRO 4.1.4.5 E – PRESTAÇÃO DE CONTAS CONCLUSIVAS

2014 ¹			2 0 1 5 ²									Total
Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	
67	66	44	55	45	7	36	134	44	50	39	22	609

Fonte: 1 – Controle interno GCCV/ 2 -Controle interno-MTur/PGTur

Foram analisadas 725 prestações de contas, sendo 609 conclusivas, no período de outubro/2014 a setembro/2015. O que correspondeu a 241% e 290%, respectivamente, do volume para o período de 01/10/2014 a 30/09/2015. Sendo assim, a meta foi cumprida integralmente.

Meta 2: Atender 100% das diligências dos órgãos de controle.

A Coordenação-Geral de Convênios recebeu 553 demandas de órgãos de controle, no período de outubro/2014 a setembro/2015, demandas judiciais, oriundas da AGU e das Justiças Federais e Estaduais, e administrativas, oriundas do TCU, da CGU, dos MP Federais e Estaduais e da PF. Todas as demandas foram concluídas.

Meta 3: Instruir e acompanhar 100% dos convênios em processo de instauração de Tomada de Contas Especial

O estoque apurado em outubro/2014 das prestações de contas pendentes de envio para instauração de Tomada de Conta Especial contabilizava 107 processos, já em setembro/2015 esse montante foi reduzido a 21 processos.

QUADRO 4.1.4.5 F – PERÍODO OUT/2014 A SET/2015

	2014 ¹			2 0 1 5 ²									Total
	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	
CGCV	107	56	61	43	18	80	-	-	-	-	-	-	365
CEPC*	-	-	-	-	-	-	77	16	13	17	10	21	154
Total	107	56	61	43	18	80	77	16	13	17	10	21	519

* Portaria SE/MTur nº 12 de 4/3/2015, com republicação de Portaria SE/MTur nº 13 de 5/3/2015; e, posterior substituição pela CEAPC - Portaria SE/MTur nº 89 de 21/10/2015.

Fonte: 1 - Controle interno-CGCV/; 2 - Controle interno-MTur/PGTur

Meta 4: Acompanhar e manter atualizado o controle dos parcelamentos concedidos, dos haveres e obrigações a eles vinculados

A atualização e o controle dos parcelamentos concedidos, relativos aos acordos de devolução de débitos apurados nas análises de prestações de contas efetiva-se por meio de informações extraídas dos controles internos realizados pela Coordenação:

QUADRO 4.1.4.5 G – DEMONSTRATIVO DOS QUANTITATIVOS DE PARCELAMENTOS CONCEDIDOS

PARCELAMENTOS INICIADOS NO MÊS (QTDE)			
MÊS	2013	2014	2015
JAN	7	15	1
FEV	3	6	1
MAR	7	4	6
ABR	9	6	3
MAI	11	6	8
JUN	3	13	4
JUL	8	12	4
AGO	32	7	5
SET	24	5	2
OUT	19	8	0
NOV	23	10	2
DEZ	48	14	1
TOTAL	194	106	37

Fonte: CGCV/MTur

QUADRO 4.1.4.5 H – DEMONSTRATIVO DA ARRECADAÇÃO FINANCEIRA, RELATIVA AOS PARCELAMENTOS CONCEDIDOS

VALORES ARRECADADOS DE PARCELAMENTOS (em R\$)			
MÊS	2013	2014	2015
JAN	585.117,72	4.960.548,34	2.805.183,59
FEV	651.270,10	4.393.853,10	2.718.935,04
MAR	602.406,17	2.782.626,40	2.752.571,64
ABR	700.571,83	2.473.277,92	2.958.469,80
MAI	740.719,19	2.535.827,01	2.836.773,53
JUN	990.297,54	2.620.378,36	2.816.625,39
JUL	999.368,13	2.671.147,54	2.752.340,49
AGO	2.832.059,02	2.999.004,86	1.269.548,89
SET	4.105.128,34	2.996.175,87	228.011,71
OUT	4.448.555,57	3.121.278,33	332.218,78
NOV	4.474.700,16	3.067.925,99	361.626,12
DEZ	4.633.584,78	3.147.832,31	584.868,20
TOTAL	25.763.778,55	37.769.876,03	22.417.173,18

Fonte: CGCV/MTur

Meta 5:Acompanhar e manter 100%, no SIAFI e no SICONV, os registros relativos aos convênios

Foram acompanhados, no SIAFI e no SICONV, e mantidos atualizados todos os registros relativos aos convênios, conforme discriminado nos quadros apresentados a seguir:

QUADRO 4.1.4.5 I – REGISTROS SICONV

Registros SICONV	Quantidade
Ajustes do saldo do Convênio	102
Aprovação/Conclusão de Convênio	87
Anulação de Convênio	9
Registrar inadimplência	91
Suspender inadimplência	163

Fonte: CGCV/MTur

QUADRO 4.1.4.5 J – REGISTROS SICONV

Registros SIAFI	Quantidade
Ajustes do saldo do Convênio	18
Aprovação/Conclusão de Convênio	49
Anulação de Convênio	1
Registrar inadimplência	45
Suspender inadimplência	36

Fonte: CGCV/MTur

Meta 6: Acompanhar e manter 100% atualizado o controle das solicitações de empenho e pagamento relativos aos convênios;

Foram acompanhadas e mantidas atualizadas as solicitações de empenho e pagamento relativos aos convênios, conforme informações quantitativas abaixo:

QUADRO 4.1.4.5 K – QUANTITATIVOS DE EMPENHOS EMITIDOS EM 2015

Mês de lançamento	Tipo de Empenho				Totais
	Ordinário	Reforço	Anulação	Cancelamento de RP	
Janeiro	-	-	-	2	2
Fevereiro	-	-	-	2	2
Março	-	-	-	2	2
Abril	-	-	-	-	-
Maio	-	-	-	2	2
Junho	2	-	-	-	2
Julho	2	-	-	-	2
Agosto	2	-	-	1	3
Setembro	6	-	3	30	39
Outubro	6	-	4	2	12
Novembro	35	-	1	-	36
Dezembro	28	-	10	-	38
Totais	81	-	32	41	140

Fonte: SIAFI Gerencial

QUADRO 4.1.4.5 L – VALORES EMPENHADOS EM 2015

Mês de Lançamento	Tipo de Empenho (Em R\$ 1,00)			Cancelamento de RP	Totais (em R\$)
	Ordinário	Reforço	Anulação		
Janeiro	-	-	-	186.270,52	(186.270,52)
Fevereiro	-	-	-	1.242.800,00	(1.242.800,00)
Março	-	-	-	1.009.650,00	(1.009.650,00)
Abril	-	-	-	-	-
Maio	-	-	-	54.511,81	(54.511,81)
Junho	500.000,00	-	-	-	500.000,00
Julho	290.000,00	-	-	-	290.000,00
Agosto	270.000,00	-	-	100.000,00	170.000,00
Setembro	1.275.249,90	-	399.899,90	3.616.703,96	(2.741.353,96)
Outubro	768.875,00	-	568.875,00	10.000.000,00	(9.800.000,00)
Novembro	7.836.197,06	-	1.000.000,00	-	6.836.197,06
Dezembro	10.492.166,94	-	2.161.548,76	-	8.330.618,18
Totais	21.432.489,06	-	4.130.323,66	16.209.936,29	1.092.228,95

Fonte: SIAFI Gerencial

4.1.4.6 Coordenação-Geral de Sustentabilidade (CGSU)

Site “Viaje Legal:

- ✓ Atualização de conteúdo do site “Viaje Legal”. Disponibilizado no endereço: <http://turista.turismo.gov.br/viajelegal/>

Código de Ética Mundial para o Turismo (OMT)

- ✓ Tradução do texto do “Código de Ética Mundial para o Turismo” para a versão em português, disponibilizado no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=mKIFDHA-UQI> e impressão de (1.000 exemplares) do Código de Ética Mundial para o Turismo – OMT, para distribuição em eventos.

Prêmio Braztoa de Sustentabilidade:

- ✓ Distribuição de 500 exemplares da “Coletânea dos cases vendedores do 3º Prêmio Braztoa de Sustentabilidade”, sendo: 250 exemplares para a Braztoa/WTM e 250 exemplares distribuídos para: Entidades do CNT; Secretarias de Turismo Estaduais e Municipais/65 Destinos Indutores; ABAV e ABRASEL Estaduais /27 Ufs; e nos eventos: “Diálogos com a Sociedade – Turismo Sustentável” – Porto Seguro/BA; e na Palestra para alunos de mestrado do CET/UnB “Ações do MTur voltadas para o Turismo Responsável” – Brasília/DF.
- ✓ Divulgação nas mídias sociais e portal do MTur do vídeo do case vencedor da categoria “TOP Sustentabilidade” - 3º Prêmio Braztoa de Sustentabilidade. Disponibilizado no endereço: www.youtube.com e <https://www.youtube.com/watch?v=mKIFDHA-UQI>
- ✓ Envio de e-mail marketing, por meio da base de dados do Cadastur, a todos os prestadores de serviços turísticos do sistema Cadastur (aproximadamente 56.000 registros) – para divulgação do período de inscrição para participação no Prêmio Braztoa de Sustentabilidade – Edição 2015.

Cadastur:

- ✓ Inserção de um diferencial no sistema Cadastur, representado por um símbolo (folha) criado pela TI/MTur, para identificar os empreendimentos hoteleiros certificados pela norma NBR 15.401 – Meios de Hospedagem – Sistema de gestão da sustentabilidade.

4.1.4.7 Coordenação-Geral de Proteção à Infância (CGPI)

Por meio do Programa Turismo Sustentável e Infância, foram realizados 16 seminários de sensibilização em 14 estados e no Distrito Federal, entre janeiro e dezembro de 2015, contando com a participação de 1400 pessoas. Além da realização de palestras, também ocorreu a participação no “II *Encuentro Internacional de Prevención de la Explotación Sexual Comercial de Niños, Niñas – ESCNNA y Adolescentes en Viajes y Turismo – VIII Reunión del Grupo de Acción Regional Para Las Americas*” em Bogotá – Colômbia. Ocorreu ainda a participação na Frente Nacional de Prefeitos – Brasília/DF e no “Festival

Binacional Peru-Brasil unidos por uma infância livre do trabalho infantil” que teve como resultado a assinatura de um acordo binacional que reforça o compromisso de ações conjuntas contra o trabalho infantil Peru-Brasil. O encontro ocorreu na cidade peruana de Iquitos.

4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

O Ministério do Turismo acompanha e monitora o cumprimento dos objetivos traçados no PPA, no PNT, no Planejamento Estratégico e no Plano de Ação por meio de relatórios gerenciais periódicos, prestações de contas aos órgãos de controle (CGU e TCU), além de utilizar sistemas de apoio a gestão (Quadro 4.2).

QUADRO 4.2 – SISTEMAS DE MONITORAMENTO DO MINISTÉRIO DO TURISMO

Sigla	Nome	Descrição	Endereço
PNT	Plano Nacional de Turismo	Sistema de gerenciamento e acompanhamento da elaboração do PNT.	http://se.MTur.gov.br/pnt
-	Futuro	Gerenciador de acesso e permissões integradas dos novos sistemas da SE.	http://se.MTur.gov.br/futuro
-	Sistema de Informações do Programa de Regionalização do Turismo	Coleta informações de modo a facilitar a composição do Mapa do Turismo Brasileiro e a auxiliar na formação de uma Rede Nacional de Regionalização do Turismo, que englobe interlocutores estaduais, regionais e municipais do Programa.	http://sistema.mapa.turismo.gov.br/
-	e-deliberações	Sistema para monitorar os prazos, os responsáveis e as respostas quanto ao mérito das determinações, recomendações, alertas e ciências direcionados ao Ministério do Turismo.	http://gm.MTur.gov.br/e-deliberacoes/
-	Portal de Competências	Com o objetivo de registrar, conhecer e identificar o potencial humano, bem como conhecer a formação acadêmica, profissional e as áreas de interesse dos servidores.	http://se.MTur.gov.br/portaldecompetencias/
SMPPP	Sistema de Monitoramento do Plano Permanente de Providências - CGU	Concebido com a intenção de prover o monitoramento das ações do Plano de Providências Permanente.	http://ppp.MTur.gov.br/
Olimpíada	Sistema de Monitoramento das Ações em Turismo dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016	Concebido para acompanhar e monitorar as ações de turismo relativos aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.	http://gm.MTur.gov.br/olimpiada/

Monitoramento	Sistema de Monitoramento de Desempenho	Concebido para monitorar a execução e desempenho das ações do Ministério em seis diferentes módulos: Plano Plurianual, Plano Nacional de Turismo, Planejamento Estratégico, Plano de Ação, Orçamento e GDPGE.	http://monitoramento.MTur.gov.br/
SIACOR	Sistema de Acompanhamento de Repasse	O SIACOR proporciona uma visão gerencial detalhada de todos os contratos de repasse firmados entre a CEF e o MTUR.	http://repasse.MTur.gov.br/
CDE	Sistema de Controle das Demandas Externas	O CDE foi concebido com a intenção de prover a rastreabilidade das demandas oriundas de órgãos externos	http://cde.MTur.gov.br/
Sistur	Sistur	Sistema repositório de informações do MTur.	http://sistur.turismo.gov.br

Fonte: SE/MTur

4.3 Desempenho Orçamentário

4.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade do órgão e resultados alcançados

O turismo brasileiro tem aumentado sua participação relativa na economia, além de cumprir importantes papéis que lhe vem sendo atribuídos pela sociedade, especialmente no que tange à redução das disparidades regionais e sociais, com geração de emprego e renda. Assim sendo, a expectativa é de que o turismo se consolide como um forte setor da economia brasileira, o que reforça a importância não só do planejamento estratégico, mas também do modelo de gestão.

O modelo de gestão para o turismo seguiu se aperfeiçoando, no horizonte do Plano Plurianual 2012-2015, de modo a consolidar a rede básica do Sistema Nacional de Turismo, instituída pela Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771/2008), que proporciona a integração entre as diversas instâncias de governo (de modo intersetorial), com a participação simultânea da iniciativa privada e de representações da sociedade civil.

Para enfrentar o conjunto de oportunidades e de desafios, além de ganhar competitividade internacional no setor, aproveitando a realização dos megaeventos esportivos, com destaque para a Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, foram elencados cinco objetivos para o Plano Plurianual 2012-2015 - Programa Temático Turismo: 0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro; 0738 - Estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os megaeventos esportivos; 0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil; 0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento; e 0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil.

O programa também contou com indicadores, que permitiram acompanhar a evolução das políticas públicas implementadas pelo governo e as atividades executadas pela sociedade como um todo.

Os quadros a seguir apresentam a alocação de recursos ao longo do tempo de vigência do PPA, tendo em vista os valores previstos e realizados:

QUADRO 4.3.1 A – FINANCIAMENTO DO PROGRAMA - 2076 – TURISMO
Exercício 2012

PROGRAMA: 2076 - Turismo

Financiamento do Programa por Esfera (valores em mil R\$)

Esfera	LOA Previsto	LOA+Créditos Atual	Empenhado(*)	Liquidado/Realizado	Valor Pago(*)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.576.652,33	3.366.467,07	1.120.988,88	187.012,46	185.578,01

Financiamento do Programa por Grupo de Natureza da Despesa (valores em mil R\$)

Categoria Econômica	GND	LOA Previsto	LOA+Créditos Atual	Empenhado(*)	Liquidado/Realizado	Valor Pago(*)
Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes	639.888,40	498.993,93	207.844,83	141.778,82	140.344,37
Despesas de Capital	Inversões Financeiras	32.119,49	43.186,80	32.119,49	32.119,49	32.119,49
Despesas de Capital	Investimentos	1.904.644,45	2.824.286,35	881.024,57	13.114,15	13.114,15
Totais		2.576.652,33	3.366.467,07	1.120.988,88	187.012,46	185.578,01

Fonte: SIOP. Emitido em 25/02/2016.

Observações:

. Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

(i) Os valores financeiros apresentados até o fechamento do período correspondem à última carga do SIAFI. Última carga em: 24/02/2016

(ii) Os valores financeiros do período só podem ser considerados definitivos após o fechamento do seu último mês. Último mês fechado: 01/2016

(*) As colunas Empenhado e Valor Pago não se aplicam ao Orçamento de Investimento

QUADRO 4.3.1 B – FINANCIAMENTO DO PROGRAMA - 2076 – TURISMO
Exercício 2013

PROGRAMA: 2076 - Turismo

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)

Esfera	Global PPA 2012-2015	Dotação Posição Final - 2012	Dotação Posição Final - 2013	Remanescente
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	9.571.000.957	3.366.467.072	3.520.245.323	2.684.288.562
Orçamento de Investimentos - OI	0	0	0	0
Outras Fontes	9.692.940.675	1.786.056.633	2.349.109.960	5.557.774.082
Total	19.263.941.632	5.152.523.705	5.869.355.283	8.242.062.644

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013 (em R\$ 1,00)

Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2013)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
2.070.009.939,17	161.653.528,08	160.771.324,66	882.203,42	1.908.356.411,09	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	Posição em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	933.976.421,12	95.528.894,85	94.878.944,85	-17.427.124,99	821.687.181,01
Processados	1.434.449,74		0,00	-1.258.082,71	176.366,99

Fonte: SIOP. Emitido em 25/02/2016.

QUADRO 4.3.1 C – FINANCIAMENTO DO PROGRAMA - 2076 – TURISMO
Exercício 2014

PROGRAMA: 2076 - Turismo

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)

Esfera	Global PPA 2012-2015	Acumulado Dotações/Posições 2012 e 2013	Dotação/Posição 2014	Remanescente
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	8.794.878.634	6.886.712.395	1.496.841.881	411.324.358
Orçamento de Investimentos - OI	0	0	0	0
Outras Fontes	9.330.940.675	4.135.166.593	2.564.428.713	2.631.345.369
Total	18.125.819.309	11.021.878.988	4.061.270.594	3.042.669.727

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2014 (em R\$ 1,00)

Lei Orçamentária 2014					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2014)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
728.803.733,57	117.777.965,99	117.777.965,95	0,04	611.025.767,58	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	Posição em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	2.729.393.642,10	695.325.230,35	283.990.894,76	-207.861.688,79	2.237.649.437,33
Processados	1.708.520,50		979.703,51	0,00	728.816,99

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2014 (em R\$ 1,00)

54000 - Ministério do Turismo					
Dotação OFSS	1.460.826.579,00	Dotação OI		Outras Fontes	2.564.428.713,00

QUADRO 4.3.1 D – FINANCIAMENTO DO PROGRAMA - 2076 – TURISMO
Exercício 2015

PROGRAMA: 2076 - Turismo

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)

Esfera	Global PPA 2012-2015	Acumulado Dotações/Posições 2012, 2013 e 2014	Dotação/Posição 2015
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	10.340.756.086	8.383.554.276	1.957.201.810
Orçamento de Investimentos - OI	0	0	0
Outras Fontes	9.330.940.675	6.699.595.306	2.631.345.369
Total	19.671.696.761	15.083.149.582	4.588.547.179

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2015 (em R\$ 1,00)

Lei Orçamentária 2015					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2015)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
554.815.761,61	74.655.615,20	69.738.122,33	4.917.492,87	480.160.146,41	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	Posição em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	2.437.340.869,32	423.455.336,25	382.306.132,11	26.136.874,46	2.028.902.910,63
Processados	412.063.152,58		96.167.981,21	0,00	315.895.171,37

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2015 (em R\$ 1,00)

54000 - Ministério do Turismo					
Dotação OFSS	150.000,00	Dotação OI		Outras Fontes	

Relativamente à política de gestão relativa aos restos a pagar do Ministério do Turismo, observa-se a intenção do gestor em reduzir o saldo, priorizando a execução das despesas dentro do próprio exercício financeiro. Por se tratar de montante pouco expressivo, não foram observados impactos significativos decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores. Os valores que permaneceram inscritos em restos a pagar ao término do exercício financeiro de 2014 atendem aos requisitos da Lei Nº 4.320/64 e do Decreto Nº 93.872/86. Os restos a pagar praticamente inexistem, visto que o montante inscrito em dezembro/2014 se refere ao empenho de despesas que serão pagas no primeiro trimestre do exercício seguinte. Não foi identificado no órgão qualquer evento significativo a ponto de interferir na gestão dos restos a pagar. Em relação à existência de restos a pagar com origem em exercício anterior ao exercício de referência do relatório de gestão, trata-se de despesa de contratação de serviços de TI.

No que concerne aos indicadores, observa-se que alguns refletiram o desempenho resultante, isto é, retrataram o que ocorreu no setor em função da evolução global da economia; são eles: Chegada de Turistas Internacionais; Estoque de Empregos Formais nas Atividades Características do Turismo; Viagens Realizadas no Mercado Doméstico; Receita Cambial Gerada pelo Turismo. Já outro refletiu o desempenho da execução de políticas públicas: o Índice de Competitividade do Turismo Nacional (Quadro 4.3.1 E).

QUADRO 4.3.1 E – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA - 2076 – TURISMO

PROGRAMA: 2076 - Turismo

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012*		Valor Apurado 2013*		Valor Apurado 2014*		Valor Apurado 2015*	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Chegadas de turistas internacionais	milhão	31/12/2010	5,16	31/12/2011	5,43	31/12/2012	5,6768	31/12/2013	5,8133	31/12/2014	6,4298
Estoque de empregos formais nas Atividades Características do Turismo (ACTs)	milhão	31/12/2010	2,53	31/12/2010	2,53	31/12/2013	3,0141	30/12/2014	3,1579	20/12/2015	3,19
Índice de Competitividade do Turismo Nacional	pontos	31/12/2010	56	31/12/2011	57,5	31/12/2013	58,8	31/12/2014	59,5	31/12/2015	60
Receita cambial gerada pelo turismo	US\$ bilhão	31/12/2010	5,7	08/02/2013	6,645	31/12/2013	6,709	31/12/2014	6,914	31/12/2015	5,252
Viagens realizadas no mercado doméstico	milhão	31/12/2010	186	30/09/2012	190,88	31/12/2013	201,76	31/12/2013	201,76	31/12/2014	206

Fonte: SIOP. Emitido em 25/02/2016.

Observação: Dados originados das avaliações anuais.

4.3.1.1 Objetivo: 0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

No âmbito da promoção da sustentabilidade, em seus diferentes aspectos (social, ambiental e cultural), destaca-se, no ano de 2012, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, e agendas paralelas ao Evento, como o Painel “Inovação Verde no Turismo”, e o evento “Turismo por um Futuro Sustentável”. Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Turismo (MTur) apresentou, durante a Rio+20, a campanha Passaporte Verde - Turismo Sustentável por um Planeta Vivo. O objetivo foi estimular o turista a adotar atitudes de consumo responsável e favorecer o desenvolvimento da atividade com base em padrões de sustentabilidade.

Com o objetivo de promover uma estrutura de cooperação e entendimento, além de facilitar a colaboração entre as partes no âmbito do processo de preparação e realização da Copa do Mundo Fifa 2014, foi lançada uma edição especial da campanha **Passaporte Verde**. A campanha teve o objetivo de promover a valorização da natureza e dos recursos naturais e, nessa edição especial, atualizou-se a linguagem e os meios de comunicação, de modo que foram disponibilizados um *website*, um aplicativo para *smartphone*, perfis nas redes sociais, um *layout de display*, adesivos e cartazes em 60 “roteiros Passaporte Verde”, nas doze cidades-sede da Copa. Essas ferramentas proporcionam ao turista a oportunidade de comentar e compartilhar suas experiências durante e depois do Mundial.

A continuação da campanha foi validada junto aos consultores do Programa das Nações Unidas para o meio Ambiente – PNUMA, porém, não foi dado andamento ao processo de assinatura, visto que houve manifestação por parte Programa para reavaliar as cláusulas do Memorando de Entendimento. Até o momento, não houve decisão no sentido de dar continuidade à parceria. Porém, apesar de não haver acordo para atuação nas ações dos jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, o Ministério do Turismo continua atuando como parceiro estratégico da **Campanha Passaporte Verde**, de forma geral.

Em se tratando de sustentabilidade social e combate a situações de vulnerabilidade humana, o Ministério do Turismo fortaleceu em sua agenda institucional o compromisso de articular ações conjuntas com outros órgãos governamentais, visando à promoção de campanhas e peças publicitárias que sensibilizem os setores produtivos do turismo a coibir e denunciar práticas de exploração sexual de crianças e adolescentes, por meio dos Conselhos Tutelares ou pelo Disque Denúncia (Disque 100). Durante a Copa das Confederações, também foi realizada **campanha contra a exploração sexual de crianças e adolescentes** nos locais de circulação de turistas.

No âmbito da acessibilidade, que compõe um dos pilares da sustentabilidade: o social, o Ministério do Turismo lançou em 2013, o Programa Turismo Acessível, que se constitui em um conjunto de ações para promover a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida à atividade turística com segurança e autonomia. O Programa impulsionou a criação de diversos projetos e ações em seus seis eixos de atuação, como o Guia Turismo Acessível (www.turismoacessivel.gov.br), um guia colaborativo onde é possível

avaliar a acessibilidade de pontos turísticos, hotéis, restaurantes e atrações diversas, auxiliando o turismo desse importante público consumidor.

O MTur desempenhou, ainda, uma série de ações e projetos com vistas a ordenar as atividades turísticas, buscando proporcionar mais qualidade aos destinos e aos produtos turísticos, por meio da orientação e regulamentação do setor. O Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem – SBClass visa promover a competitividade entre os meios de hospedagem e auxiliar os turistas em suas escolhas. O processo de classificação consiste na avaliação, pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, das condições de infraestrutura, prestação de serviços e critérios de sustentabilidade. O SBClass classifica sete tipos de meios de hospedagem: hotel, resort, flat, pousada, hotel fazenda, hotel histórico e cama & café.

No ano de 2013, foram realizadas ações de estímulo à adesão dos empreendimentos ao SBClass, de modo que as equipes do MTur fizeram visitas às cidades-sede da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e da Copa do Mundo 2014. Em 2014, o Ministério assinou o Acordo de Cooperação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, que atuou, principalmente, na promoção e disseminação do sistema em todo o território nacional.

Atualmente, o SBClass dispõe do total de 59 meios de hospedagem classificados, sendo que, no exercício de 2015, apenas um meio de hospedagem concluiu o processo de classificação. Parte desse resultado pode ser atribuído à descontinuidade da parceria firmada com o SEBRAE. A referida iniciativa previa, inicialmente, a sensibilização dos meios de hospedagem de todo o território nacional, a qual não pôde ser efetivada, devido às mudanças de gestão ocorridas neste Ministério. Ademais, a partir da realização de pesquisa de intenções, foram identificadas as principais dificuldades de consolidação do sistema, que se vinculam: a) ao caráter voluntário; b) ao custo de adesão para o meio de hospedagem; c) aos procedimentos considerados burocráticos; e d) ao desinteresse por parte dos grandes empreendimentos.

Nessa perspectiva, o MTur, com o apoio do Conselho Técnico Nacional de Classificação dos Meios de Hospedagem – CTClass, órgão consultivo do projeto representado pelas entidades do setor, decidiu reavaliar a arquitetura do SBClass, tendo em vista adequá-lo às necessidades do setor, bem como às expectativas do mercado.

Outro projeto relevante para a atividade é o Sistema Nacional de Registro de Hóspedes – SNRHos, criado para informatizar a Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FNRH, facilitando o envio, pelos meios de hospedagem, das informações exigidas pela Lei nº 11.771/2008 e Decreto nº 7.381/2010. O objetivo é qualificar, modernizar e tornar mais eficiente o levantamento de estatísticas sobre o turismo no País, bem como trazer maior segurança aos empreendimentos e aos turistas. Tal ferramenta permite que o governo federal realize o tratamento dessas informações identificando o perfil do turista e as taxas de ocupação hoteleira de cada região, possibilitando a melhoria da elaboração de políticas públicas direcionadas ao setor turístico. Em 2015, 353 municípios participaram, totalizando cerca de 13 milhões fichas.

Atualmente, o projeto encontra-se em fase de manutenção, sem expressivos investimentos. Durante o ano de 2014, 1.808 meios de hospedagem, distribuídos em 452

municípios, utilizaram o sistema. Já em 2015, 353 municípios participaram, totalizando cerca de 13 milhões fichas.

Há também o Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas – Cadastur, que foi ajustado em 2013 e tornou-se mais simples e inclusivo, a partir da publicação da Portaria MTur nº 197/2013. As novas regras permitem que os Microempreendedores Individuais – MEI façam parte do cadastro de prestadores de serviço do setor em qualquer atividade. Para algumas modalidades de serviço turístico, o registro é obrigatório (conforme a Lei nº 11.771/2008), como meios de hospedagem, agências de turismo, transportadoras turísticas, organizadoras de eventos, parques temáticos, acampamentos turísticos e guias de turismo.

Em 2015, teve início a reformulação do Cadastur, que contempla a reestruturação de todos os módulos do sistema. Já foram reestruturados os módulos de cadastramento dos guias de turismo e dos meios de hospedagem. Essa ação, em cumprimento ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, tem por finalidade, ainda, modernizar o sistema, para facilitar o acesso dos prestadores de serviços turísticos ao sistema e o tornar mais atrativo.

Destaca-se que, do previsto para o PPA 2012/2015, houve um aumento dos prestadores de serviços turísticos cadastrados no decorrer desses quatro anos (cerca de 290%). O total em 2015 foi de 56.362 prestadores e empreendimentos turísticos cadastrados. Esse resultado, deve-se, inicialmente, às ações de estímulo e às visitas de equipes do MTur às cidades-sede da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e da Copa do Mundo 2014, além da publicação da Portaria GM/MTur nº 197/2013, e, por fim, à renovação dos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre o MTur e os Órgãos Delegados Oficiais de Turismo dos Estados. Os acordos permitem ao Ministério do Turismo descentralizar ações sob sua responsabilidade, atribuindo-as às secretarias estaduais. Algumas das mais importantes ações dizem respeito ao cadastro de prestadores de serviços e à fiscalização dos empreendimentos turísticos.

A política de Estruturação de Destinos tem evoluído ao longo dos anos e, em 2013, ganhou contornos substanciais com a reformulação do Programa de Regionalização do Turismo. Esse programa com enfoque territorial trabalha a convergência e a interação de ações para apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no País, a partir de 8 eixos estruturantes e de um enfoque regional.

Para sua implementação, foram previstas algumas estratégias - mapeamento, categorização, formação, fomento, comunicação e monitoramento -, que vem sendo postas em prática. O Mapa do Turismo Brasileiro está sendo atualizado; a Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro foi lançada em setembro de 2015 (Portaria GM/MTur nº 144/2015), trazendo informações sobre o desempenho da economia do turismo nos municípios brasileiros; o processo de formação também foi iniciado em 2015, com a capacitação dos interlocutores do Programa; para induzir o fomento aos municípios do Programa, uma proposta de atualização da Portaria GM/MTur nº 112/2013, que cria regras para a transferência de recursos também foi elaborada em 2015 e encontra-se em tramitação no MTur; no que se refere à comunicação, a Rede do Programa de Regionalização foi retomada em 2015 e vem sendo

ampliada e alimentada constantemente; o monitoramento tem se dado, especialmente, pelo Índice de Competitividade do Turismo Nacional, realizado em 65 destinos brasileiros.

No quadriênio 2012-2015, destaca-se, ainda, o Prodetur Nacional, programa do Ministério do Turismo que tem por objetivo fortalecer a Política Nacional de Turismo e consolidar a gestão turística de modo democrático e sustentável, alinhando os investimentos regionais, estaduais e municipais, com o intuito de gerar novos empregos e diminuir as desigualdades regionais. Possui como diferencial o apoio aos entes públicos no acesso a recursos provenientes de financiamentos externos, cujos projetos devem estar pautados por prévios processos de planejamento dos territórios priorizados, que objetivem diagnosticar os fatores que ocasionam a baixa competitividade das áreas turísticas no mercado nacional e internacional.

Conforme apresentado a seguir, o Prodetur Nacional constituiu US\$ 896.066.370,00 (oitocentos e noventa e seis milhões, sessenta e seis mil e trezentos e setenta dólares) em contratos assinados entre o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e as capitais Fortaleza/CE e Manaus/AM, como também entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os Estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e Sergipe, além do contrato assinado com o Ministério do Turismo.

QUADRO 4.3.1.1 A- SITUAÇÃO DO PRODETUR NACIONAL – CONTRATOS EM EXECUÇÃO

Em US\$ 1.000						
Mutuário	UF	Custos				Data da assinatura
		BID	CAF	CP	TOTAL	
Município de Fortaleza	CE	-	50.000,00	50.000,00	100.000,00	14/05/2012
Município de Manaus	AM	-	21.512,85	21.649,52	43.162,37	13/11/2012
Estado da Bahia	BA	50.822,00	-	33.882,00	84.704,00	23/04/2014
Estado do Ceará	CE	150.000,00	-	100.000,00	250.000,00	25/11/2010
Estado de Pernambuco	PE	75.000,00	-	50.000,00	125.000,00	02/12/2010
Estado do Rio de Janeiro	RJ	112.000,00	-	75.000,00	187.000,00	08/08/2011
Estado de Sergipe	SE	60.000,00	-	40.000,00	100.000,00	18/12/2013
Ministério do Turismo	-	3.750,00	-	2.450,00	6.200,00	17/06/2010
Totais e Médias		451.572,00	71.512,85	372.981,52	896.066,37	

Fonte: SEAIN/MPOG-Set/2015

É importante destacar que ao longo do período, com vistas à negociação da proposta de financiamento, os municípios de Boa Vista/RR, Florianópolis/SC, Salvador/BA e os Estados de Tocantins, Espírito Santo, Pará e Paraíba deram início a novas propostas de contratação, as quais ainda se encontram em fase de preparação, totalizando US\$ 508.780.000,00 (quinhentos e oito milhões e setecentos e oitenta mil dólares), conforme demonstrado adiante:

QUADRO 4.3.1.1 B – SITUAÇÃO DO PRODETUR NACIONAL – CONTRATOS EM PREPARAÇÃO

Em US\$ 1.000					
MUTUÁRIO PROPONENTE/SITUAÇÃO	UF	CUSTOS			
		BID	CAF	CP	TOTAL
EM PREPARAÇÃO/AGUARDANDO GTEC					
Município de Boa Vista	RR	25.000,00	-	25.000,00	50.000,00
Município de Florianópolis	SC	35.711,00	-	35.711,00	71.422,00
EM PREPARAÇÃO/AGUARDANDO NEGOCIAÇÃO					
Município de Salvador	BA	52.512,00	-	52.512,00	105.024,00
Estado do Tocantins	TO		72.000,00	48.000,00	120.000,00
EM PREPARAÇÃO/AGUARDANDO ASSINATURA					
Estado do Espírito Santo	ES	48.000,00	-	32.000,00	80.000,00
Estado do Pará	PA	26.400,00	-	17.600,00	44.000,00
Estado da Paraíba	PB	23.000,00	-	15.334,00	38.334,00
Totais		210.623,00	72.000,00	226.157,00	508.780,00

Fonte: SEAIN/MPOG-Set/2015

Somando-se as operações de crédito em execução com os contratos em preparação, o Prodetur Nacional alcança uma carteira de aproximadamente US\$ 1,4 bilhão (um bilhão e quatrocentos milhões de dólares), considerando os investimentos do financiamento e a contrapartida aportada pelos mutuários.

No período de 2012-2015, pelas ações orçamentárias 10X0 e 14TJ - Participação da União na Implementação do Prodetur Nacional, foi investido, aproximadamente, o valor de R\$ 294.000.000,00 (duzentos e noventa e quatro milhões) para a elaboração de Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS, de *Marketing*, Fortalecimento Institucional e Avaliação Ambiental Estratégica de polos turísticos inseridos no Programa, além do repasse de recursos para o andamento de ações de infraestrutura, imprescindíveis para o apoio a novas contratações, bem como para o desenvolvimento regional integrado e sustentável do turismo no país.

Para 2016, é fundamental o apoio aos avanços na implantação das ações inerentes ao Programa, junto aos estados e municípios brasileiros, com vistas ao desenvolvimento das políticas públicas e fortalecimento do turismo no Brasil.

Por fim, o Ministério do Turismo é o responsável por coordenar e acompanhar planos, programas e ações voltados à implementação de projetos de infraestrutura turística, conforme a Política Nacional de Turismo.

No período do PPA 2012 – 2015, as ações de infraestrutura executadas pelo MTur foram pautadas pelos seguintes desafios:

- identificação das necessidades de infraestrutura visando permitir a expansão da atividade turística e a melhoria da qualidade e oferta do produto para o turista nas diversas regiões do país;

- contribuição para criação de condições adequadas para que o desenvolvimento coordenado e sustentável do turismo;

- criação de condições para implantação de equipamentos turísticos; e,

- facilitação do acesso aos turistas, de maneira universal, inclusive aos portadores de deficiência física ou mobilidade reduzida.

Cabe destacar que, no período em apreço, foi criado o PAC Turismo. Esse foi concebido para apoiar obras estruturantes, em diversas regiões do país, tais como a construção centros de convenções e a implantação de sinalizações turísticas. Além desses, destaca-se a reforma do Autódromo de Interlagos e a Construção da fábrica do Samba, ambos em São Paulo. No total o PAC Turismo, quando foi criado, contemplou 47 obras. Recentemente, em janeiro de 2016, mais 02 obras foram incluídas na carteira do PAC Turismo: Duplicação das AL-101 norte e AL-220, ambas importantes rodovias para desenvolvimento do turismo no Estado de Alagoas.

Ressalta-se, também, a participação do MTur na adequação da Infraestrutura Turística Pública para os Grandes Eventos Esportivos, ação criada para atender as demandas, das 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA2014, por centros de atendimento ao turista, sinalização turística e acessibilidade às pessoas com deficiência sensorial ou motora ou com mobilidade reduzida. Destaca-se, no entanto, que estados e municípios responsáveis pela execução das referidas obras não lograram, em sua maioria, êxito na condução das referidas obras.

Nestes 4 anos que abrange o PPA, foram apoiadas mais de 4300 obras em todo o país. Essas somaram, aproximadamente, R\$3,4 bilhões investidos em obras diversos tipos de obras, tais como: Centros de Eventos, Centros de Convenções, Centros Culturais e Centros de Atendimento ao Turista; Sinalização Turística; Portais e Pórticos; Pavimentação; Construção/reforma de praças; Requalificação de Orlas lacustres, fluviais e marítimas.

META: 02D8 CADASTRAR 33.852 PRESTADORES DE SERVIÇOS TURÍSTICO

QUADRO 4.3.1.1 C – EVOLUÇÃO DA META 02D8 – QUANTIDADE ALCANÇADA (CUMULATIVA)

Evolução da meta – Quantidade alcançada			
2012	2013	2014	2015
19.560	30.606	42.051	56.362

Fonte: SIOP

O aumento dos prestadores de serviços turísticos cadastrados no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos – Cadastur, no decorrer desses quatro anos (cerca de 290%) deve-se, inicialmente, às ações de estímulo e às visitas de equipes do MTur às cidades-sede da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e da Copa do Mundo 2014, além da publicação da Portaria GM/MTur nº 197/2013, e, por fim, à renovação dos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre o MTur e os Órgãos Delegados Oficiais de Turismo dos Estados.

META: 02DA CLASSIFICAR 4.000 EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

QUADRO 4.3.1.1 D – EVOLUÇÃO DA META 02DA – QUANTIDADE ALCANÇADA (CUMULATIVA)

Evolução da meta – Quantidade alcançada			
2012	2013	2014	2015
21	49	58	59

Fonte: SIOP

No momento, esse processo está sendo feito para empreendimentos hoteleiros mediante o sistema de estrelas, de acordo com a qualificação alcançada segundo as regras estabelecidas pela Portaria GM/MTur nº 100/2011 do Sistema Nacional de Classificação dos Meios de Hospedagem – SBClass. Está sendo reformulado, adequando ao cenário que mais atende ao trade.

META: 02DB - QUALIFICAR 186.750 GESTORES E PROFISSIONAIS DA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO

Essa meta foi estimada dentro do contexto dos Programas “Bem Receber Copa” e “Olá Turista”, no entanto, os Programas não foram bem sucedidos, em decorrência de irregularidades apontadas pela CGU e TCU. Dessa forma, o alcance da meta restou prejudicado em decorrência da suspensão dos repasses de recursos e da interrupção da execução dos convênios celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos, por força do Decreto nº 7.592/2011. Assim, no decorrer do quadriênio do PPA, foram qualificados somente 1.354 profissionais, decorrentes de instrumentos celebrados com entes públicos.

Nesse contexto, o MTur realinhou as ações de qualificação e optou por construir uma Política Nacional de Qualificação em Turismo – PNQT, que indicará o rumo a ser trilhado para a qualificação do setor de turismo no País. Primeiro foram elaboradas as Diretrizes Nacionais para Qualificação em Turismo, documento que subsidia a construção da PNQT. O documento orienta as ações formativas e de certificação, apresentando 2 linhas de atuação: “formação profissional” e “certificação de pessoas e serviços turísticos”. Além disso, aponta às estratégias iniciais para a formulação e operacionalização da PNQT, que, está sendo empreendida por meio de um diálogo com os atores do setor, em consulta à sociedade e de acordo com os referenciais do Governo Federal. As ações empreendidas contribuirão para a formação de um banco de dados, contendo informações sistematizadas sobre a demanda e a oferta de qualificação e, a elaboração de um plano com programas, projetos e ações de formação, constituindo-se em uma importante ferramenta de gestão e planejamento, uma vez que permitirá ao gestor diagnosticar a demanda, estabelecer prioridades e, sobretudo a efetividade na aplicação dos recursos, propiciando o aumento na qualidade e na competitividade dos destinos turísticos.

QUADRO 4.3.1.1 E – EVOLUÇÃO DA META – QUANTIDADE ALCANÇADA (CUMULATIVA)

Evolução da meta – Quantidade alcançada			
2012(*)	2013	2014	2015
17.374	1.254	1.354	1.354

Fonte: SIOP

(*) Houve reestruturação da política e descontinuidade na contagem de 2012.

4.3.1.2 Objetivo: 0738 - Estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os megaeventos esportivos.

Como estratégia para a elevação da qualidade da oferta dos serviços aos turistas, busca-se qualificar e priorizar o aperfeiçoamento de profissionais da cadeia produtiva do turismo, assim como desenvolver ações que auxiliem a suprir a necessidade de mão de obra no setor.

A escolha do Brasil como sede dos eventos da Copa das Confederações 2013, da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 representou uma oportunidade de promover uma imagem positiva do País para aqueles que estarão visitando as cidades brasileiras. Sendo esse um importante legado para o país.

Uma ação orçamentária foi criada, exclusivamente, para o atendimento às demandas de infraestrutura e sinalização turística, nas cidades que sediaram os grandes eventos esportivos, para onde foram destinados recursos nos anos de 2013 e 2014. Em se tratando dessa ação orçamentária, todos os recursos destinados foram investidos na execução de objetos voltados à implementação de infraestrutura e sinalização turística nas cidades sede, contribuindo para o aumento da competitividade turística desses destinos, mesmo após a realização dos grandes eventos esportivos.

As ações de qualificação para o segmento turístico estão sendo executadas por intermédio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, com a disponibilização de 279 cursos do Catálogo FIC. Considerando-se que, a oferta desses cursos ocorre de forma compartilhada com outros demandantes, até dezembro de 2015 foram matriculados 399.546 alunos, sendo 141.069 concluintes, com turmas ainda em execução, conforme planilha apresentada pelo MEC, gestor do Programa. Para as Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016, será reforçada a oferta de cursos de qualificação em idiomas para o efetivo da segurança pública que atuará nas 5 cidades onde serão sediados os jogos, bem como a oferta de cursos de idiomas para as pessoas que atuam no receptivo turístico. Além disso, também para as Olimpíadas e Paralimpíadas, em 2015, foi celebrada parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ, para qualificar 9.000 pessoas em 2016.

META: 02DH QUALIFICAR 162.000 PROFISSIONAIS DA LINHA DE FRENTE DO TURISMO, COM FOCO NAS CIDADES-SEDE DA COPA DO MUNDO FIFA DE FUTEBOL.

QUADRO 4.3.1.2 – EVOLUÇÃO DA META 02DH– QUANTIDADE ALCANÇADA (CUMULATIVA)

Evolução da meta – Quantidade alcançada			
2012	2013	2014	2015
39.392	124.965	180.561	399.546

Fonte: SIOP

Após a Copa do Mundo FIFA 2014 e considerando a continuidade das ações de qualificação no âmbito do MTur, com o foco na melhoria da prestação de serviços do setor de turismo, o PRONATEC TURISMO foi reformulado, tendo como principais mudanças alteração da nomenclatura, novo recorte de cursos e municípios e inserção de mais uma linha de ação

voltada a um público específico. O Programa, atualmente, encontra-se subdividido da seguinte forma: PRONATEC Turismo Cidadão, PRONATEC Turismo na Empresa, PRONATEC Turismo Social e PRONATEC Turismo Desenvolvimento Local. O resultado alcançado, até dezembro de 2015, foi de 399.546 matrículas. Dessas matrículas, 141.069 alunos concluíram os cursos, que tinham o objetivo de promover a inserção no mercado de trabalho, bem como o aperfeiçoamento do atendimento nos serviços prestados.

As informações e a legislação aplicável ao PRONATEC podem ser vistas no site do MEC (www.pronatec.mec.gov.br). O sistema de execução e acompanhamento do PRONATEC é o SISTEC, onde são inseridas as ofertas de cursos e realizadas as pré-matrículas e matrículas dos beneficiários do PROGRAMA.

4.3.1.3 Objetivo: 0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil.

A promoção do turismo interno e do produto turístico brasileiro é feita, prioritariamente, por meio da veiculação de campanhas promocionais (veiculadas em TV, revistas, jornais, mídias sociais e internet); ações de publicidade e propaganda; além da produção de material institucional, de forma a motivar o brasileiro a viajar e conhecer o seu País, aumentando o fluxo interno.

Para o ano de 2015, estavam previstas a produção e veiculação de 3 campanhas publicitárias visando o incentivo ao turismo interno. No entanto, foram realizadas 8 campanhas (2 novas e 6 continuidades):

- I. Continuação da Campanha “#PartiuBrasil” - Turismo Interno, para incentivar os brasileiros a conhecerem o seu país e convencer os brasileiros a optarem pelas viagens internas, que estimulam a qualidade dos serviços de turismo e promovem o crescimento econômico.
- II. Continuação da Campanha “#PartiuBrasil” - Ação de Grafiteagem na cidade do Recife/PE. Ação de Publicidade conhecida como "Making Places".
- III. Continuação da Campanha “#PartiuBrasil” - Veiculação da campanhas em revistas, jornais e internet, objetivando maior alcance para o público alvo.
- IV. Continuação da Campanha “#PartiuBrasil” - Veiculação da campanha no evento ABAV, assim como produção de materiais para o referido evento.
- V. Continuação da Campanha “#PartiuBrasil” - Veiculação da campanha especificamente na Região Nordeste, importante pólo turístico brasileiro, objetivando o incentivo ao turismo regional.
- VI. Campanha “#VivadePerto” - Turismo Interno, para incentivar os brasileiros a conhecerem o seu país, gerando o sentimento de pertencimento e instigando o turista a viver as experiências de viagens.
- VII. Continuação da Campanha “#VivadePerto” - plano complementar para a campanha #VivadePerto.
- VIII. Nova Edição da Campanha Turismo Acessível - publicidade de utilidade pública para divulgar o *site* do Turismo Acessível.

Além das 8 campanhas mencionadas, houve ainda a veiculação da Campanha contra a Microcefalia para o Ministério da Saúde.

Outras importantes iniciativas foram: lançamento do guia Viaje Legal (versões *online* e impressa, que visa divulgar informações úteis para quem viaja de avião, ônibus, navio e automóvel); a segunda edição do Projeto Viaja Mais Melhor Idade, lançada em 2013, cujo objetivo foi promover a inclusão social de pessoas com mais de 60 anos, de aposentados e de pensionistas, proporcionando-lhes oportunidades de viajar e usufruir os benefícios da atividade turística, como forma de fortalecimento do setor no Brasil. Um portal de ofertas com descontos e vantagens exclusivas para o público do projeto foi lançado em www.viajamais.gov.br. Até o final de 2015, o portal obteve mais de 485 mil acessos, sendo oferecidas mais de 500 ofertas para 95 destinos brasileiros.

Em relação às ações de apoio à comercialização, por meio de locação de estande para distribuição de materiais de divulgação dos programas, projetos e ações vigentes, o MTur vem participando de eventos tradicionais e relevantes, destacando-se: *Lacte Latin American*, Salão Paranaense de Turismo, 32º Congresso da Federação de Entidades Organizadoras de Congressos e Afins da América Latina, 57º Congresso Nacional de Hotéis (Conotel), Convenção da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa), Fórum Panrotas, 38ª Aviesp, *World Travel Market Latin America* (WTM), *Brazil National Tourism Mart* (BNTM), Mostra Viajar, Congresso Brasileiro de Guias, Seminário da Associação Brasileira das Empresas de Eventos (ABEOC), *Workshop* Visual, Festival Turismo Cataratas, Salão Rota 101, 19ª Feira da Associação dos Agentes de Viagens de Ribeirão Preto e Região (AVIRRP), Centro-Oeste Tur, 4th *Icca Latin American Meeting*, 43ª ABAV Expo Internacional de Turismo, Festival de Turismo de João Pessoa e Festival de Turismo de Gramado.

META: 02DJ REALIZAR 16 CAMPANHAS PROMOCIONAIS VOLTADAS PARA O MERCADO DOMÉSTICO

QUADRO 4.3.1.3– EVOLUÇÃO DA META 02DJ– QUANTIDADE ALCANÇADA (CUMULATIVA)

Evolução da meta – Quantidade alcançada			
2012	2013	2014	2015
6	7	5	8

Fonte: SIOP

A meta refere-se à realização de campanhas e materiais promocionais voltadas para o mercado turístico interno.

4.3.1.4 Objetivo: 0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento.

O PPA 2012 – 2015 da Embratur foi elaborado com base, entre outros, no Plano Aquarela 2010 – 2020 – *Marketing* Turístico Internacional do Brasil – que mapeou as possibilidades do impacto dos megaeventos na economia turística do país – no Documento

Referencial – 2011 – 2014 elaborado pelo Conselho Nacional de Turismo para ser entregue aos candidatos à Presidência da República com as expectativas do setor e no Plano Nacional de Turismo.

Entretanto, os cenários traçados nesses Planos não viraram realidade. O orçamento foi o item que sofreu a maior distorção entre o planejado e o realizado. Assim, as metas sofreram um impacto maior que o esperado, que foi mitigado pelos fatos que passa-se a expor.

Paradoxalmente, entre 2012 e 2015 o turismo brasileiro viveu e continua vivendo um dos melhores períodos da sua história ocasionado pelos megaeventos realizados no país. Cita-se, especificamente, a Rio+20 em 2012, a Jornada Mundial da Juventude e a Copa das Confederações em 2013; a Copa do Mundo FIFA de Futebol em 2014 e neste ano de 2016 os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro.

Ao contrário do que muitos pensam, as realizações desses megaeventos foram fundamentais para o turismo brasileiro, não pelos investimentos em infraestrutura, treinamento e articulação, mas, sim pela exposição gratuita da imagem do país no exterior.

Não se consegue mensurar, com precisão, qual o impacto que esses megaeventos terão a longo prazo. É possível, entretanto, dizer que nunca mais o turismo no país será o mesmo. Nesse contexto, os números brasileiros, apesar da retenção orçamentária e do paradoxo, se portaram na forma do quadro disposto adiante:

QUADRO 4.3.1.4 A – DADOS COMPARATIVOS DO TURISMO NO BRASIL E NO MUNDO

Turismo do Brasil no Mundo	2011	2012	2013	2014
Brasil no <i>Ranking</i> ICCA ³	7º	7º	9º	10º
Cidades Elencadas no <i>Ranking</i> ICCA ³	57	60	55	61
Nº de Eventos Internacionais Realizados no País ³	304	360	315	291
¹ Dados do Ministério do Turismo disponíveis na Internet ² Dados da Organização do Mundial do Turismo Disponíveis na Internet ³ Dados da ICCA - <i>International Congress and Convention Association</i>				

Fonte: SIOP

Além desses dados, foram geradas diversas pesquisas por conta das milhares de entrevistas realizadas nos megaeventos. Seria preciso um trabalho *stricto sensu* para tabular e entender o futuro do turismo no país depois desses megaeventos. Entretanto e mesmo sem eles, o turismo no país e no mundo vem mudando. O Quadro 4.3.1.4 a seguir, Ficha Síntese do Brasil da Pesquisa Internacional da Demanda Turística Internacional do Brasil, realizada pelo Ministério do Turismo, evidencia que as compras pela internet estão crescendo em um volume muito maior do que os outros itens elencados. Com base nesses dados, a estratégia da Embratur está sendo reformulada para dar maior atenção as mídias digitais, conforme Decreto nº 8.664, de 21 de janeiro de 2016.

QUADRO 4.3.1.4 B – FICHA SÍNTESE DO BRASIL DA PESQUISA INTERNACIONAL DA DEMANDA TURÍSTICA INTERNACIONAL DO BRASIL

Perfil da demanda turística internacional - Síntese Brasil - 2010-2014

Característica da viagem						2010	2011	2012	2013	2014
Motivo da viagem ^(1, 2)	2010					2011				
Lazer	46,1	46,1	46,8	46,5	54,7					
Negócios, eventos e convenções	23,3	25,6	25,3	25,3	21,9					
Outros motivos	30,6	28,3	27,9	28,2	23,4					
Motivação da viagem ⁽³⁾	2010					2011				
Sol e praia	60,2	62,1	64,2	65,9	49,2					
Natureza, ecoturismo ou aventura	26,9	24,6	21,3	19,0	12,8					
Cultura	8,5	9,4	10,6	11,4	10,3					
Esportes	1,7	1,6	1,9	1,8	1,7					
Diversão noturna	0,7	0,9	0,9	0,9	0,4					
Viagem de incentivo	0,6	0,4	0,3	0,3	0,2					
Outros	1,4	1,0	0,8	0,7	25,4					
Tipo de alojamento utilizado	2010					2011				
Hotel, flat ou pousada	52,9	52,3	50,6	50,8	48,2					
Casa de amigos e parentes	27,0	26,8	27,4	26,4	25,6					
Casa alugada	9,7	10,2	11,9	11,2	12,7					
Camping ou albergue	4,3	4,2	4,9	4,9	6,5					
Casa própria	3,3	3,1	2,5	2,3	2,5					
Resort	1,3	1,5	1,4	1,5	1,3					
Outros	1,5	1,9	1,3	2,9	3,2					
Composição do grupo turístico	2010					2011				
Sozinho	38,9	39,1	38,5	38,0	37,4					
Família	22,7	24,1	24,7	24,5	23,6					
Amigos	12,3	10,7	10,9	12,3	16,5					
Casal sem filhos	19,2	17,9	17,9	16,9	15,2					
Outros	6,9	8,2	8,0	8,3	7,3					
Gasto médio per capita dia no Brasil	2010					2011				
Lazer	70,53	72,68	73,77	68,55	86,98					
Negócios, eventos e convenções	119,38	127,94	120,25	102,18	103,06					
Outros motivos	48,58	50,29	46,41	46,76	45,49					
Total	66,27	71,35	68,94	65,36	73,12					
Permanência média no Brasil	2010					2011				
Lazer	12,0	12,2	11,9	12,6	13,4					
Negócios, eventos e convenções	12,7	14,1	13,3	15,7	15,7					
Outros motivos	28,2	28,8	27,0	27,3	30,3					
Total	17,2	17,3	16,5	17,3	17,7					
Destinos mais visitados										
Lazer	2010					2011				
Rio de Janeiro - RJ	27,3	26,7	29,6	30,2	45,2					
São Paulo - SP	9,9	11,0	10,5	10,7	19,4					
Florianópolis - SC	19,3	19,7	18,1	18,7	14,6					
Foz do Iguaçu - PR	23,4	19,8	17,3	17,0	12,4					
Armação dos Búzios - RJ	7,5	6,4	7,9	8,3	7,5					
Negócios, eventos e convenções	2010					2011				
São Paulo - SP	51,3	51,6	48,3	47,6	44,3					
Rio de Janeiro - RJ	23,9	24,4	23,9	24,4	27,5					
Belo Horizonte - MG	4,5	3,8	3,5	3,6	4,5					
Porto Alegre - RS	4,6	3,7	4,1	4,7	4,4					
Curitiba - PR	4,8	4,9	4,4	4,7	4,1					
Outros motivos	2010					2011				
São Paulo - SP	30,2	30,0	28,5	28,4	28,6					
Rio de Janeiro - RJ	22,5	22,1	20,6	29,7	27,0					
Salvador - BA	6,2	5,6	5,3	5,1	6,0					
Curitiba - PR	5,8	5,5	5,3	5,2	5,4					
Belo Horizonte - MG	6,3	5,9	5,5	5,6	5,4					
Organização da viagem										
Fonte de informação	2010					2011				
Internet	30,9	32,6	33,6	37,0	42,5					
Amigos e parentes	28,4	28,5	29,9	27,2	28,1					
Viagem corporativa	16,0	18,9	18,6	18,4	15,8					
Agência de viagens	14,5	11,4	9,9	8,9	6,1					
Guias turísticos impressos	6,2	5,3	4,4	4,0	4,2					
Feiras, eventos e congressos	1,4	1,1	1,7	1,7	1,2					
Folders e brochuras	0,4	0,2	0,3	0,1	0,2					
Outros	2,2	2,0	1,6	2,7	1,9					

	2010	2011	2012	2013	2014
Utilização de agência de viagem	2010				
Pacote	15,5	14,1	11,7	11,7	8,4
Serviços avulsos	19,1	15,8	15,4	16,6	12,6
Não utilizou	65,4	70,1	72,9	71,7	79,0
Fidelização ao destino					
Frequência de visita ao Brasil	2010				
Primeira vez	32,0	31,0	31,1	32,3	35,9
Outras vezes	68,0	69,0	68,9	67,7	64,1
Intenção de retorno ao Brasil	2010				
Sim	96,0	95,4	95,7	96,1	95,1
Não	4,0	4,6	4,3	3,9	4,9
Perfil socioeconômico					
Gênero	2010				
Masculino	60,4	61,6	61,1	60,4	66,3
Feminino	39,6	38,4	38,9	39,6	33,7
Grupo de idade	2010				
18 a 24 anos	10,7	10,3	10,2	11,4	12,2
25 a 31 anos	21,1	20,2	20,2	20,1	22,9
32 a 40 anos	23,3	24,7	24,4	24,2	24,5
41 a 50 anos	22,3	23,0	22,4	22,8	20,2
51 a 59 anos	13,0	12,9	13,1	12,5	11,9
60 anos ou mais	9,6	8,9	9,7	9,0	8,3
Grau de instrução	2010				
Sem educação formal	0,4	0,4	0,3	0,2	0,2
Fundamental	4,2	4,0	4,0	3,2	2,5
Médio	27,1	26,5	25,7	25,5	24,6
Superior	43,4	43,9	43,5	44,3	46,5
Pós-graduação	24,9	25,2	26,5	26,8	26,2
Renda média mensal	2010				
Familiar	4.376,32	4.641,50	4.639,74	4.491,74	4.697,34
Individual	3.136,80	3.298,66	3.502,62	3.344,74	3.486,54
Grau de satisfação em relação à viagem					
Nível de satisfação com a viagem	2010				
Superou	31,5	29,6	30,6	32,7	36,0
Atendeu plenamente	53,8	53,7	53,9	52,3	49,1
Atendeu em parte	13,0	14,7	13,5	13,0	12,6
Decepcionou	1,7	2,0	2,0	2,0	2,3
Avaliação positiva da viagem					
Infraestrutura	2010				
Limpeza pública	80,3	79,0	80,5	79,2	79,9
Segurança pública	82,5	82,9	82,9	81,9	82,2
Serviço de táxi	90,2	88,8	88,8	89,1	89,4
Transporte público	81,5	79,7	78,5	76,3	79,4
Telecomunicações	73,8	71,7	67,7	64,8	62,6
Sinalização turística	76,5	76,0	76,5	75,3	76,9
Infraestrutura turística	2010				
Aeroporto	78,2	73,0	73,0	72,9	74,3
Rodovias	66,4	68,0	70,0	70,6	69,9
Restaurante	95,0	94,3	94,5	94,6	93,6
Alojamento	94,0	92,6	93,2	93,5	92,4
Diversão noturna	90,5	89,9	90,8	90,7	91,5
Serviços turísticos	2010				
Guias de turismo	90,6	88,9	88,8	89,5	89,6
Informação turística	86,1	85,6	85,4	85,6	87,3
Hospitalidade	97,8	97,6	97,7	97,6	97,2
Gastronomia	95,5	95,0	95,5	95,1	94,4
Preços	59,9	50,2	56,1	58,2	56,4

Fonte: Ministério do Turismo - MTur e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, Estudo da Demanda Turística Internacional - 2004-2014

⁽¹⁾ Em 2014 foi realizada uma etapa adicional de pesquisa durante a Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil.

⁽²⁾ Os turistas que visitaram o Brasil devido à Copa do Mundo foram classificados nas categorias "Lazer" ou "Negócios ou trabalho", conforme cada caso.

⁽³⁾ Os turistas que visitaram o Brasil em viagens a lazer motivadas pela Copa do Mundo foram classificados dentro da categoria "Outros", na subcategoria "Lazer relacionado à Copa do Mundo".

Obs. As informações sobre a entrada de turistas internacionais e geração de divisas encontram-se no site: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/demanda_turistica/internacional.

META: 03SJ AUMENTAR DE 9 MILHÕES PARA 11,5 MILHÕES O NÚMERO DE DESEMBARQUES INTERNACIONAIS DE PASSAGEIROS EM AEROPORTOS BRASILEIROS

Os dados de desembarques internacionais apurados junto à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) estão comprometidos, pois não registram os movimentos aeroportuários de Guarulhos, Campinas, Galeão e Brasília, que tiveram suas gestões terceirizadas. Guarulhos é o primeiro aeroporto nos desembarques internacionais; Brasília é o segundo nesse tipo de desembarque. Uma apuração sem esses aeroportos não reflete a realidade. Ou seja, excluí-los do levantamento compromete a meta e não permite uma análise razoável. O assunto já foi tratado com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que pode exigir esses dados das operadoras privadas. É de se destacar que o aumento nos desembarques internacionais não implica, necessariamente, na chegada de turistas estrangeiros, pois pode representar a volta de brasileiros ao país. Essa métrica é uma condição necessária para a meta de chegada de turistas estrangeiros, mas não necessariamente indica seu alcance. A meta alcançada informada foi feita com base nos dados disponíveis no sítio do Ministério do Turismo na internet e são referentes ao ano de 2013.

QUADRO 4.3.1.4 C – EVOLUÇÃO DA META 03SJ – QUANTIDADE ALCANÇADA (CUMULATIVA)

Evolução da meta – Quantidade alcançada			
2012	2013	2014	2015
0	6.582.121,00	13.762.934,00	9.467.994,00

Fonte: SIOP

4.3.1.5 Objetivo: 0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil.

A política de estruturação de destinos, que tem a gestão compartilhada como um de seus pilares, tem evoluído bastante nos últimos anos. A reformulação do Programa de Regionalização do Turismo - programa lançado pelo MTur em 2004 com enfoques territorial e regional, que trabalha a convergência e a interação de ações para apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no País – e sua reorganização em 8 eixos estruturantes, ocorrida em 2013, trouxe novo ânimo para os envolvidos no turismo.

Para sua implementação foram previstas algumas estratégias - mapeamento, categorização, formação, fomento, comunicação e monitoramento -, que vem sendo postas em prática. O Mapa do Turismo Brasileiro está sendo atualizado; a Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro foi lançada em setembro de 2015 (Portaria GM/MTur nº 144/2015), trazendo informações sobre o desempenho da economia do turismo nos municípios brasileiros; o processo de formação também foi iniciado em 2015, com a capacitação dos interlocutores do Programa; para induzir o fomento aos municípios do Programa, uma proposta

de atualização da Portaria GM/MTur nº 112/2013, que cria regras para a transferência de recursos também foi elaborada em 2015 e encontra-se em tramitação no MTur; no que se refere à comunicação, a Rede do Programa de Regionalização foi retomada em 2015 e vem sendo ampliada e alimentada constantemente; o monitoramento tem se dado, especialmente, pelo Índice de Competitividade do Turismo Nacional, realizado em 65 destinos brasileiros.

O modelo da gestão compartilhada e descentralizada do turismo consiste em uma rede nacional de entidades, instituições e fóruns, que envolve as três esferas de governo, a iniciativa privada e o terceiro setor. Os órgãos e entidades que compõem cada um desses três setores estão, por sua vez, organizados em três níveis, o que permite o amplo debate e a implementação participativa da Política Nacional para o Setor Turístico.

No âmbito federal, está o Sistema Nacional de Turismo, composto pelo Ministério do Turismo - MTur, o Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur, o Conselho Nacional de Turismo - CNT e o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – Fornatur. Na esfera estadual, o modelo de gestão compartilhada abrange os órgãos oficiais de turismo das Unidades Federadas - UFs; os fóruns/conselhos estaduais de turismo e as instâncias de governança das macrorregiões. Esse modelo de gestão compartilhada se completa com o núcleo regional/municipal, do qual participam os órgãos municipais de turismo, os conselhos municipais de turismo e as instâncias de governança regionais.

Com o propósito de consolidar esse modelo de gestão compartilhada da atividade turística no Brasil, foram realizados importantes fóruns e encontros:

- I. Reuniões do Conselho Nacional de Turismo ou de seu Comitê Gestor;
- II. Encontros do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – Fornatur,
- III. Instituição do Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016; e,
- IV. Encontro Nacional de Turismo.

Duas iniciativas do MTur, em especial, são executadas por meio desse modelo de gestão compartilhada e descentralizada: o Programa de Regionalização do Turismo e o Inventário da Oferta Turística.

Por meio de um trabalho elaborado no Ministério do Turismo, com o suporte técnico da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, lançou-se a “Agenda Estratégica do Turismo” com visão prospectiva para 2022. A Agenda constitui uma diretriz para os programas, projetos e ações do Plano Nacional de Turismo – PNT, no sentido de permitir a formulação de documentos de caráter executivo, com orientações estratégicas e de ações táticas para a implementar um conjunto de políticas públicas, programas e ações voltadas ao desenvolvimento do turismo no País. Acredita-se que o estudo deve possibilitar a orientação de recursos públicos e privados para solução dos gargalos que têm impedido ou adiado a plena expansão da atividade turística no País, notadamente no que diz respeito ao tratamento fiscal / tributário – demanda recorrente das entidades que fazem parte do Conselho Nacional de Turismo.

Dentre estudos e pesquisas ligados ao setor turístico brasileiro, realizados e disponibilizados no período 2012-2015 podemos destaca-se:

- I. Pesquisas sobre a caracterização e dimensionamento do turismo internacional no Brasil; Divulgação dos dados de Chegada de turistas não residentes;
- II. Divulgação dos Anuários Estatístico de Turismo;
- III. Sondagens mensais de intenção de viagens pelos consumidores;
- IV. Pesquisas Anuais de Conjuntura Econômica do Turismo – PACET;
- V. Boletins Trimestrais de Desempenho Econômico do Turismo;
- VI. Estudo de Demanda Turística Doméstica - 2012;
- VII. Divulgação de resultados sobre demanda internacional - Copa 2014;
- VIII. Divulgação de resultados da demanda doméstica - Copa 2014;
- IX. Índice de Competitividade dos Destinos Turísticos Indutores - 2015;
- X. Atendimento às demandas de organismos internacionais - Anuários Estatísticos e *Compendium* OMT e publicações OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico;
- XI. Atendimento às demandas de organismos nacionais - IBGE - Brasil em Números - 2015;
- XII. Elaboração do Diagnóstico e Plano Nacional Estratégico de Estatísticas de Turismo - 2015;
- XIII. Compilação e sistematização de dados secundários (Receita Cambial Turística; Desembarques nacionais e internacionais; dentre outros); e,
- XIV. Manutenção e atualização das informações disponibilizadas na área de Dados e Fatos, no portal do turismo brasileiro, endereço eletrônico www.turismo.gov.br/dadosefatos.

META: 02DQ CONSOLIDAR 154 INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA ESTADUAIS, REGIONAIS E MUNICIPAIS

QUADRO 4.3.1.5 A – EVOLUÇÃO DA META 02DQ – QUANTIDADE ALCANÇADA (CUMULATIVA)

Evolução da meta – Quantidade alcançada			
2012	2013	2014	2015
145	0	0	0

Fonte: SIOP

Em 2012, foi realizado levantamento, pelo MTur, que apontou que havia 145 instâncias de governança em funcionamento. Com a reestruturação do Programa de Regionalização do Turismo, em 2013, optou-se por reiniciar a contagem, uma vez que se avaliou que a consolidação de instâncias é parte inerente à implementação do Programa. Assim, alguns passos anteriores ao apoio à consolidação das instâncias foram desenvolvidos: em 2015 estabeleceu-se a categorização dos municípios pertencentes às regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro para orientar o desenvolvimento de políticas públicas federais de turismo específicas, de acordo com suas categorias (www.mapa.turismo.gov.br). Além da categorização, foi

iniciado o processo de atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, que está sendo realizada por meio de um Sistema de Informações do Programa de Regionalização do Turismo. Esse sistema permite o cadastramento dos interlocutores do Programa em âmbito regional e municipal e o fortalecimento da Rede Nacional de Regionalização do Turismo, passos fundamentais para a consolidação das instâncias de governança de turismo regionais e municipais.

META: 02DT FORTALECER INSTITUCIONALMENTE OS 27 ÓRGÃOS OFICIAIS DE TURISMO DOS ESTADOS

QUADRO 4.3.1.5 B – EVOLUÇÃO DA META 02DT – QUANTIDADE ALCANÇADA (CUMULATIVA)

Evolução da meta – Quantidade alcançada			
2012	2013	2014	2015
7	20	25	26

Fonte: SIOP

A ação de fortalecimento institucional realizada englobou apoio ao planejamento estratégico dos órgãos estaduais por meio de reuniões realizadas eventos específicos do setor (Feira da ABAV, Salão Estadual de Turismo de Minas Gerais e Salão Estadual de Turismo da Bahia), bem como por encontros de interlocutores do Programa de Regionalização do Turismo realizados em Brasília.

Em 2015, foram dados importantes passos para fortalecer os órgãos oficiais de turismo das Unidades Federadas. Por meio de uma parceria com a Escola Nacional de Administração Pública, o Ministério do Turismo realizou nos meses de agosto e outubro, “Oficina de Formação de Facilitadores de Processos Participativos”, voltada para a capacitação dos interlocutores estaduais do Programa de Regionalização do Turismo. Esses interlocutores são os responsáveis, em âmbito estadual/distrital, pelo planejamento, execução, acompanhamento, avaliação de processos e resultados das políticas e programas do Ministério do Turismo – como é o caso do Programa de Regionalização do Turismo - e projetos relacionados à Política Nacional de Turismo. Considera-se que o processo de formação de capital social é um importante instrumento para o desenvolvimento do turismo e o fortalecimento da gestão compartilhada da atividade. No campo das dificuldades encontradas, cabe mencionar a escassez de recursos humanos e financeiros dos órgãos estaduais de turismo, que dificultou a participação das UFs nas oficinas e dificulta a realização das ações em âmbito estadual.

Para 2016, a intenção é realizar encontros periódicos entre os interlocutores estaduais do Programa de Regionalização, com o objetivo de fortalecer essa rede e, em consequência, os órgãos oficiais e colegiados estaduais de turismo, contribuindo assim para articular a gestão territorial e institucional em favor do turismo no país. Também está prevista a elaboração de cartilhas, com orientações direcionadas aos gestores públicos, sobre a estruturação do turismo e o entendimento da participação social como método de políticas públicas. No campo das dificuldades encontradas, cabe mencionar a escassez de recursos humanos e financeiros dos órgãos estaduais de turismo, que dificultou a participação das UFs nas oficinas e dificulta a realização das ações em âmbito estadual.

4.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

A UPC não executa ações diretamente ligadas ao Programa Temático 2076 – Turismo, mas ao Programa 2128 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo. Por se tratar de um Programa de Gestão, as metas elencadas não impactam diretamente na consecução dos objetivos de médio e longo prazo do Programa 2076 – Turismo. Não existiram ações que apresentaram problemas de execução. O programa apresenta apenas ações de funcionamento do órgão. Os restos a pagar são bastante baixos, visto que o montante inscrito em dezembro/2014 se refere ao empenho de despesas que serão pagas no primeiro semestre do exercício seguinte.

4.3.2.1 Ações relacionadas ao programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

QUADRO 4.3.2.1 A – AÇÕES SNPTUR

Identificação da Ação						
Código	20Y3		Tipo: Atividade			
Título	Promoção e marketing do turismo no mercado nacional					
Iniciativa	02W0 – Realização de campanhas de promoção do turismo interno					
Objetivo	Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil		Código: 0739			
Programa	Turismo		Código: 2076		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	54101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						(Em R\$)
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
93.140.628,00	84.290.628,00	50.876.359,04	25.867.213,08	25.867.213,08	0,00	25.009.145,96
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Iniciativa Implementada			Unidade	25	35	35
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
33.910.257,86	13.306.022,67	1.222.606,72	Iniciativa Implementada		Unidade	1

Fonte: Tesouro Gerencial

Identificação da Ação						
Código	20Y4		Tipo: Atividade			
Título	Articulação e ordenamento turístico					
Iniciativa	02W5 – Apoio a desenvolvimento da gestão compartilhada e ao planejamento integrado do sistema nacional de turismo					
Objetivo	Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil Código: 0741					
Programa	Turismo		Código: 2076		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	54101					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira					(Em R\$)	
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
28.602.160,00	22.902.160,00	6.604.311,50	4.830.815,23	4.823.515,23	7.300,00	1.773.496,27
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Iniciativa Implementada			Unidade	71	24	24
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
5.724.642,24	1.120.100,52	869.316,39	Apoio realizado		Unidade	1

Fonte: Tesouro Gerencial

PO 000B - O orçamento previsto para a área de estudos e pesquisas para 2015 era de mais de R\$17.000.000,00. Entretanto, após contingenciado o orçamento foi para cerca de R\$7.000.000,00 o que já impôs uma necessidade de readequação das atividades previstas para execução em 2015.

Priorizou-se, então, a manutenção de atividade que garantiam o pagamento e a manutenção da série histórica das seguintes pesquisas listadas:

- Demanda turística internacional receptiva - execução (2015) e 2016 (contratação com a inclusão das etapas de Olimpíada);
- Sondagens conjunturais - mensal, trimestral e anual. - execução (2015) e 2016 (contratação)
- Índice de competitividade do Turismo - 2015;
- Emprego no Turismo - Atualização e disponibilização de ferramenta de consulta aos do emprego relacionado ao Turismo, utilizando a base RAIS e PNAD.

Não foi concluído no prazo esperado o processo administrativo necessário para descentralização de recursos ao IBGE necessários para a realização da Pesquisa de Serviços de Hospedagem - 2015. Sua execução foi transferida para 2016.

Identificação da Ação						
Código	4641		Tipo: Atividade			
Título	Publicidade de utilidade pública					
Iniciativa	Implementação, em âmbito nacional, de ações preventivas e de sensibilização no que se refere à exploração sexual de crianças e adolescentes na cadeia produtiva do turismo, prioritariamente nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014					
Objetivo	Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento. Código:					
Programa	Turismo		Código: 2076		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	54101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						Em R\$
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
150.000,00	150.000,00	49.505,34	48.108,51	48.108,51	0,00	1.396,83
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Não se aplica			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Não se aplica		-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

QUADRO 4.3.2.1 B – AÇÕES SNPD TUR

Identificação da Ação						
Código		10V0		Tipo: Projeto		
Título		Apoio a Projetos de Infraestrutura turística				
Iniciativa		02V4 – Adequação da infraestrutura turística pública para o desenvolvimento sustentável do turismo				
Objetivo		Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro Código: 0737				
Programa		Turismo		Código: 2076		Tipo: Temático
Unidade Orçamentária		54101				
Ação Prioritária		() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira (Em R\$)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.099.623.681,00	1.286.223.681,00	295.241.653,74	292.500,00	292.500,00	0,00	294.949.153,74
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado

Desenvolvimento do turismo nos Municípios brasileiros, com recursos do OGU e contrapartida do tomador, principalmente por meio de estudos, projetos e obras, para a adequação da infraestrutura turística de forma que permita a expansão das atividades e a melhoria da qualidade do produto para o turista.(*)			Projeto realizado	217	217	269
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.911.799.835,25	518.354.104,03	16.267.062,56	(*)	Projeto Realizado	-	

Fonte: Tesouro Gerencial

Identificação da Ação							
Código	14TJ Tipo: Projeto						
Título	Participação a união na implantação do programa de desenvolvimento do turismo - PRODETUR						
Iniciativa	02V6 – Apoio aos entes públicos na contratação e execução dos projetos com recursos oriundos de financiamentos externos para o desenvolvimento sustentável do turismo						
Objetivo	Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro Código: 0737						
Programa	Turismo Código: 2076 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	54101						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira					(Em R\$)		
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
79.683.000,00	79.683.000,00	74.408.981,87	631.202,39	631.202,39	0,00	73.777.779,48	
Execução Física							
Descrição da meta				Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogra mado	Realizado
O Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo busca organizar intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística por meio de ações voltadas para o planejamento de regiões turísticas. O Prodetur Nacional tem por objetivo fortalecer a Política Nacional de Turismo e consolidar a gestão turística de modo democrático e sustentável, alinhando investimentos regionais, estaduais e municipais ao modelo de desenvolvimento turístico nacional, a fim de promover a criação de emprego e renda, em especial para a população local. As transferências voluntárias dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, referentes à implantação do Prodetur Nacional, serão destinadas para os Municípios com mais de um milhão de habitantes, os Estados, o Distrito Federal e as capitais estaduais, desde que possuam carta-consulta para financiamento apresentada à Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEAIN/MPOG ou Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS apresentado ao Ministério do Turismo. São passíveis de apoio a elaboração do PDITS, bem como as ações limitadas territorialmente à abrangência da(s) área(s) turística(s) definida(s) na carta-consulta ou no PDITS, desde que pertinentes à estratégia de produto turístico, à estratégia de comercialização, ao fortalecimento institucional, à infraestrutura (projetos e obras) e à gestão ambiental. (**)				Projeto realizado	20	20	48
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1ºjaneiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
79.279.647,96	19.120.392,85	77.873,16	(**)		Projeto realizado	-	

Fonte: Tesouro Gerencial

A concentração dos empenhos se concentrou no último trimestre do exercício de 2015 e se deve principalmente à liberação centralizada de recursos no período, o que também explica a superação da meta estabelecida inicialmente de 400 contratos de repasse. No exercício de 2015, quase todas as Unidades de Federação receberam recursos para infraestrutura turística. No total foram apoiados 622 projetos novos e ocorreu reforço de empenho de 11 projetos de exercícios anteriores, perfazendo um total aproximado de R\$ 364 milhões. 63% dos recursos apoiados são provenientes de emendas, 9% de Medida Provisória e 28% de recursos da programação (Ação 10V0 e 14TJ). Os principais objetos apoiados foram: centros de eventos, centros de convenções, centros culturais e centros de atendimento ao turista, sinalização Turística, portais e pórticos, infraestrutura urbanística diretamente ligada ao turismo, orlas lacustres, fluviais e marítimas e construção/reforma de praças.

O Quadro acima retrata valores da Ação 14TJ, no entanto a ação é detalhada pelo Grupo de Natureza de Despesa, GND 3 – Outras Despesas Correntes e GND 4 – Investimentos. Para o Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo – DPRDT que atua no Grupo GND 3, o valor redistribuído para uso da dotação orçamentária no exercício de 2015, foi de R\$ 2.083.000,00 (dois milhões e oitenta e três mil reais).

O DPRDT participa da implantação do Prodetur Nacional, por meio do aporte de recursos para o apoio aos entes públicos na preparação de suas propostas para obtenção de financiamento externo, por meio de ações relacionadas à elaboração de planos e estudos nas áreas de planejamento turístico, gestão ambiental, fortalecimento institucional e comercialização, destacando-se que os planejamentos turísticos, indicam e orientam ações de infraestrutura para investimento nas regiões turísticas no âmbito do Programa.

Neste contexto, considerando a dotação redistribuída, no exercício de 2015, foram empenhados cerca de R\$ 1.960.262,66 (um milhão, novecentos e sessenta mil, duzentos e sessenta e dois mil e sessenta e seis reais) para o desenvolvimento das ações do Prodetur Nacional, conforme demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 4.3.2.1 C – CONVÊNIOS EMPENHADOS/CELEBRADOS EM 2015

(Em reais)

UF	CV / CR	Conveniente	OBJETO	EMPENHO 2015
RN	822517/2015	Município de Natal/RN	Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional da Gestão Municipal do Turismo de Natal/RN	284.160,00
PA	822518/2015	Governo do Estado do Pará – Secretaria de Estado do Turismo do Pará	Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) Dos Polos Amazônia Atlântica, Araguaia, Tocantins e Xingu no Estado do Pará.	460.000,00
MT	822519/2015	Governo do Estado do Mato Grosso – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.	Elaboração do Plano de Marketing Turístico para o Polo Pantanal de Mato Grosso.	427.500,00

MS	822520/2015	Governo do Estado do Mato Grosso do Sul – Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul.	Elaboração do Plano de Marketing do polo turístico Campo Grande e Região – Caminhos dos Ipês no Estado do Mato Grosso do Sul	340.000,00
MG	822671/2015	Município de Belo Horizonte – Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte.	Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica do Prodetur Nacional no Município de Belo Horizonte	448.602,66
TOTAL				1.960.262,66

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e Portal de Convênios - SICONV.

Cumpra salientar que conforme a Portaria GM/MTur nº 208, de 11 de setembro de 2014, a Coordenação-Geral de Programas Regionais I – CGPRI a quem compete a execução da dotação orçamentária pertinente ao Grupo GND 4 – Investimentos da ação orçamentária 14TJ, foi remanejada para compor a estrutura do Departamento de Infraestrutura Turística (DIETU).

Identificação da Ação						
Código	4590		Tipo: Atividade			
Título	Qualificação, certificação e produção associada ao turismo					
Iniciativa	02VH – Qualificação de profissionais e gestores da cadeia produtiva do turismo e incentivo a certificação de pessoas, equipamentos, serviços e produtos					
Objetivo	Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro Código: 0737					
Programa	Turismo		Código: 2076		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	54101					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						Em R\$
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.850.000,00	12.850.000,00	9.084.243,73	691.081,91	691.081,91	0,00	8.393.161,82
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Apoio à realização de cursos e seminários de qualificação e ações que visem à certificação dos profissionais do turismo; à elaboração de estudos e pesquisas; ao desenvolvimento de ações junto aos fornecedores da cadeia produtiva do turismo para promoção e incentivo à comercialização de produtos associados ao turismo. (***)			Pessoa qualificada	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20.736.030,35	758.506,07	1.028.059,20	(***)	Pessoa qualificada	-	

Fonte: Tesouro Gerencial

Em observância ao princípio da anualidade, as ações de qualificação profissional e as de produção associada ao turismo, para 2015, foram planejadas, inicialmente, para atender um universo razoável de destinos, contemplando as cinco regiões brasileira.

Posteriormente, em decorrência dos sucessivos cortes de recursos orçamentários, fez-se necessário reduzir e redefinir o escopo dos destinos e dos públicos a serem atendidos, de modo a promover o reequilíbrio físico e financeiro.

No entanto, até mesmo para as ações pactuadas, ainda que observado todos os procedimentos formais para a realização da despesa, com o planejamento prévio da previsão orçamentária, do empenho da liquidação e do pagamento, houve atrasos na liberação dos recursos orçamentários e financeiros, impactando sobremaneira em atrasos nos cronogramas de execução.

Identificação da Ação							
Código	2C01		Tipo: Atividade				
Título	Promoção de investimentos privados e financiamento no setor de turismo						
Iniciativa	02VF – Promoção de investimentos privados e financiamento no setor de turismo						
Objetivo	Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro Código: 0737						
Programa	Turismo		Código: 2076		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	54101						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira					(Em R\$)		
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
5.000.000,00	5.000.000,00	638.506,18	173.499,36	173.499,36	0,00	465.006,82	
Execução Física							
Descrição da meta				Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogr mado	Realizado
Realização de estudos e pesquisas e divulgação de informações acerca das oportunidades de investimento e financiamento no setor turístico brasileiro, com base no desenvolvimento de ações de identificação de oportunidades de investimentos no setor e elaboração de estratégias, mapeamento, desenvolvimento e adequação de linhas de crédito e outros instrumentos financeiros, divulgação e orientação do setor e dos investidores, com participação em eventos nacionais e internacionais.				Iniciativa implementada	10	10	12
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00					

Fonte: Tesouro Gerencial

Para o exercício de 2015, a programação orçamentária e financeira previu uma dotação de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). Desse montante, foi contingenciado o valor de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), sendo realizado R\$ 638.506,18 (seiscentos e trinta e oito mil, quinhentos e seis reais e dezoito centavos), o que representou uma execução de 42,6% dos recursos previstos para a ação em referência, conforme indica o demonstrativo abaixo.

Com relação à execução financeira, insta esclarecer que no decorrer do ano, vários fatores inesperados aconteceram e que somados ao costumeiro contingenciamento do orçamento, prejudicou sobre maneira as atividades executivas do Departamento. Uma delas foi a letargia amplamente sentida que se instalou, devido à crise econômica mundial refletindo fortemente

nas ações dos órgãos executivos como um todo. Corroborou ainda a mudança ocorrida na coordenação do Ministério e o pedido de exoneração do Diretor, que consequentemente refletiu no Departamento, ocasionando uma paralisação até a nomeação e posse do novo Diretor.

QUADRO 4.3.2.1 D – PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA AÇÃO 2C01 – EXERCÍCIO DE 2015

(Em R\$)

Previsto				Realizado			
Física (unidade)		Financeira (em R\$)		Física (unidade)		Financeira (em R\$)	
10	100,0%	1.5000,00	100,0%	12	100%	638.506,18	42,6%

Fonte: Tesouro Gerencial

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos recursos investidos na execução dos trabalhos de promoção e divulgação das oportunidades de investimento no setor turístico brasileiro, objeto da ação em referência:

QUADRO 4.3.2.1 E – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA AÇÃO 2C01- EXERCÍCIO 2015

Descrição	Valor - R\$
Promoção e divulgação	577.925,67
Passagens e diárias	60.580,51
Total	638.506,18

Fonte: Tesouro Gerencial

4.3.2.3 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

As ações abaixo apresentadas, em sua maioria, são ações que foram desativadas a partir de 2012, e faziam parte do Programa Temático 1166 - Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão, e não há registros ativos dessas ações, como meta ou realizado por ação, dado que o monitoramento era elaborado por meio do SIGPLAN, sistema esse que encontra-se hoje desativado.

Identificação da Ação					
Código		2658		Tipo: Atividade	
Título		Fiscalização dos prestadores de serviços turísticos			
Iniciativa		02VC – Fiscalização dos serviços turísticos			
Objetivo		Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro Código: 0737			
Programa		Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão Código: 1166 Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária		54101			
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Em R\$)			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
91.500,00	0,00	91.500,00	Fiscalização do cumprimento dos dispositivos da legislação em vigor quando da prestação de serviços turísticos	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Os valores de restos a pagar foram cancelados tendo em vista a não liquidação e o não pagamento das obrigações empenhadas.

Identificação da Ação					
Código	2968		Tipo: Atividade		
Título	Fortalecimento do Sistema Nacional de Turismo				
Iniciativa	02W5 - Apoio ao desenvolvimento da gestão compartilhada e ao planejamento integrado do Sistema Nacional de Turismo				
Objetivo	Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil. Código: 0741				
Programa	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão Código: 1166 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Em R\$)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancela do	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizad o
38.443,70	0,00	0,00	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Identificação da Ação					
Código	4038		Tipo: Atividade		
Título	Campanha para Promoção do Turismo no Mercado Nacional				
Iniciativa	02W0 - Realização de campanhas de promoção do turismo interno				
Objetivo	Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil.		Código: 0739		
Programa	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão Código: 1166 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Em R\$)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelad o	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.400.665,08	30.050,40	589.174,93	Realização de campanhas promocionais, veiculação, produção de material de divulgação e ações promocionais para divulgação e promoção do turismo interno, de forma a motivar o brasileiro a viajar e conhecer o seu País, aumentando o fluxo interno.	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Identificação da Ação					
Código	4044		Tipo: Atividade		
Título	Cadastramento das Empresas, dos Empreendimentos e dos Profissionais de Turismo				
Iniciativa	02V7 - Cadastramento das empresas, dos empreendimentos e dos profissionais do turismo				
Objetivo	Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro. Código: 0737				
Programa	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão Código: 1166 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Em R\$)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
91.500,00	0,00	91.500,00	Cadastramento das empresas, empreendimentos, equipamentos e dos profissionais de turismo com vistas ao controle de qualidade dos prestadores de serviços turísticos.	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Os valores de restos a pagar foram cancelados tendo em vista a não liquidação e o não pagamento das obrigações empenhadas.

Identificação da Ação					
Código	4048		Tipo: Atividade		
Título	Classificação das Empresas, Empreendimentos e Equipamentos Turísticos				
Iniciativa	02V9 - Estabelecimento de padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança para a prestação de serviços e equipamentos turísticos				
Objetivo	Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro. Código: 0737				
Programa	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão Código: 1166 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Em R\$)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
21.138,11	0,00	0,00	Classificação das empresas, empreendimentos e equipamentos com vistas ao controle de qualidade dos prestadores de serviços turísticos.	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Esse valor de restos a pagar refere-se a despesas realizadas no ano de 2012. Não há o que se justificar a falta de cancelamento.

Identificação da Ação					
Código	4084		Tipo: Atividade		
Título	Inventário da Oferta Turística				
Iniciativa	02W6 - Apoio a realização do inventário da oferta turística				
Objetivo	Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil. Código: 0741				
Programa	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão Código: 1166 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Em R\$)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
87.865,00	0,00	87.865,00	Elaboração e estabelecimento de metodologia oficial unificada para inventariar a oferta turística; sistematização, avaliação e hierarquização de informações de interesse turístico e desenvolvimento de um sistema de informações e de canais de disseminação e disponibilização de dados e informações.	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Identificação da Ação					
Código		4092		Tipo: Atividade	
Título		Apoio ao Desenvolvimento das Regiões Turísticas Brasileiras			
Iniciativa		02W4 - Apoio a gestão e desenvolvimento das regiões turísticas brasileiras			
Objetivo		Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil. Código: 0741			
Programa		Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão Código: 1166 Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária		54101			
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Em R\$)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.305.715,00	0,00	434.000,00	Apoio realizado		-

Fonte: Tesouro Gerencial

Os valores de restos a pagar foram cancelados tendo em vista a não liquidação e o não pagamento das obrigações empenhadas.

Identificação da Ação					
Código	4120		Tipo: Atividade		
Título	Cooperação Técnica Internacional em Turismo				
Iniciativa	02W8 - Incorporação de melhores práticas internacionais no setor de turismo brasileiro				
Objetivo	Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil. Código: 0741				
Pograma	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão Código: 1166 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Em R\$)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
6.570,00	0,00	0,00	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Identificação da Ação					
Código	4620		Tipo: Atividade		
Título	Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno				
Iniciativa	02W1 - Realização de eventos temáticos geradores de fluxo turístico para a comercialização de roteiros, destinos e produtos				
Objetivo	Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil. Código: 0739				
Pograma	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão Código: 1166 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Em R\$)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
761.455,80	0,00	594.789,13	Realização de ação pontual promocional, que divulga e agrega valor à imagem do destino turístico de maneira pública, ofertando-o como produto ao mercado brasileiro, possibilitando, na oportunidade, aumento de emprego e renda e incremento do fluxo turístico local.	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Identificação da Ação					
Código		10W8		Tipo: Projeto	
Título		Participação da União na Elaboração, Execução e Acompanhamento do PRODETURNE II			
Iniciativa		02V6 - Apoio aos entes públicos na contratação e execução dos projetos com recursos oriundos de financiamentos externos para o desenvolvimento sustentável do turismo			
Objetivo		Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro. Código: 0737			
Programa		Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão Código: 1166 Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária		54101			
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Em R\$)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.022.728,00	573.090,77	0,00	Reforçar o potencial turístico dos Estados do Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo via priorização de ações que mantenham e expandam a crescente indústria turística, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional.	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Embora as Ações orçamentárias não sejam previstas na LOA, ainda há convênios e/ou contratos de repasses, com Estados e Municípios, em execução.

Identificação da Ação					
Código	10WU		Tipo: Projeto		
Título	Participação da União na Elaboração, Execução e Acompanhamento do PRODETUR Sul				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão Código: 1166 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Em R\$)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
351.000,00	0,00	0,00	Projeto realizado	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Os valores são correspondentes a empenhos ainda ativos. A Secretaria já fez um levantamento de empenhos nesta situação e solicitou a Coordenação Geral de Convênios o cancelamento.

Identificação da Ação					
Código	10X0		Tipo: Projeto		
Título	Participação da União na Implantação do Prodetur Nacional				
Iniciativa	02V6 - Apoio aos entes públicos na contratação e execução dos projetos com recursos oriundos de financiamentos externos para o desenvolvimento sustentável do turismo				
Objetivo	Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro. Código: 0737				
Programa	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão Código: 1166 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Em R\$)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
126.936.051,88	7.626.471,68	11.292.702,00	Auxiliar os Estados e Municípios elegíveis na preparação de suas propostas para obtenção de financiamento internacional e implantação dos Programas PRODETUR nas diversas regiões do país.	-	-

Fonte: TESOURO GERENCIAL

Embora as Ações orçamentárias não sejam previstas na LOA, ainda há convênios e/ou contratos de repasses, com Estados e Municípios, em execução.

Esta Ação orçamentária, correspondia ao PPA 2008-2011, substituída no PPA 2012-2015 pela Ação orçamentária 14TJ.

Identificação da Ação					
Código	2301		Tipo: Projeto		
Título	Sinalização Turística				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão Código: 1166 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Em R\$)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
617.370,00	10.305,70	0,00	Apoio à implementação de projetos de sinalização turística nos municípios ou em rotas turísticas que abranjam uma região com um produto turístico pré-definido.	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Embora as Ações orçamentárias não sejam previstas na LOA, ainda há convênios e/ou contratos de repasses, com Estados e Municípios, em execução.

Identificação da Ação					
Código		2B39		Tipo: Atividade	
Título		Fomento a Projetos de Desenvolvimento Turístico Local e de Inclusão Social			
Iniciativa		02VJ - Qualificação dos produtos e serviços turísticos de base local e/ou comunitária na cadeia produtiva do turismo			
Objetivo		Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro. Código: 0737			
Programa		Turismo		Código: 2076	Tipo:
Unidade Orçamentária		54101			
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Em R\$)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidad o	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.209.668,11	0,00	269.919,00	Fomento e apoio a formulação e/ou implementação de projetos ou ações para o desenvolvimento integrado e sustentável do turismo e a melhoria da qualidade de vida da população local.	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Os valores de restos a pagar foram cancelados tendo em vista a não liquidação e o não pagamento das obrigações empenhadas.

Identificação da Ação					
Código	4030		Tipo: Atividade		
Título	Certificação de Empreendimentos, Equipamentos e Produtos do Segmento Turístico				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão Código: 1166 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Em R\$)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelad o	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realiza do
2.000.391,50	0,00	0,00	Apoio à elaboração de normas e regulamentos, assim como a avaliação e certificação de empreendimentos, equipamentos e produtos do segmento turístico.	-	-

Fonte: TESOIRO GERENCIAL

Os valores são correspondentes a empenhos ainda ativos. A Secretaria já fez um levantamento de empenhos nesta situação e solicitou a Coordenação Geral de Convênios o cancelamento.

Identificação da Ação					
Código	4052Tipo: Projeto				
Título	Fomento à Produção Local e Distribuição de Produtos para Uso dos Empreendimentos Turísticos				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de InclusãoCódigo: 1166Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Em R\$)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelad o	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realiza do
396.082,58	50.176,40	0,00	Apoio ao desenvolvimento e/ou adequação dos produtos e serviços dos segmentos econômico industrial, agropecuário ou artesanal para associação e agregação de valor ao turismo, que resultem na ampliação dos gastos do turista.	-	-

Fonte: TESOIRO GERENCIAL

Embora as Ações orçamentárias não sejam previstas na LOA, ainda há convênios e/ou contratos de repasses, com Estados e Municípios, em execução.

Identificação da Ação					
Código	4198Tipo: Atividade				
Título	Certificação de Profissionais Associados ao Segmento de Turismo				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão Código: 1166 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Em R\$)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.085.826,50	0,00	0,00	Apoio a elaboração de normas e regulamentos, assim como a avaliação e certificação de profissionais associados ao turismo	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Os valores são correspondentes a empenhos ainda ativos. A Secretaria já fez um levantamento de empenhos nesta situação e solicitou a Coordenação Geral de Convênios o cancelamento.

Identificação da Ação					
Código	5112		Tipo: Projeto		
Título	Adequação da Infraestrutura do Patrimônio Histórico e Cultural para Utilização Turística				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão Código: 1166 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Em R\$)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.294.795,60	491.715,48		Identificação dos patrimônios históricos e culturais que têm potencial e atratividade para visitação turística; realização de obras para a implantação de facilidades de acesso, conforto e segurança para permitir a utilização dos estabelecimentos pelo turista.	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Embora as Ações orçamentárias não sejam previstas na LOA, ainda há convênios e/ou contratos de repasses, com Estados e Municípios, em execução.

Identificação da Ação					
Código	5701		Tipo: Projeto		
Título	Implantação de Centros de Informações Turísticas				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão Código: 1166 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Em R\$)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
384.366,78	26.321,03	0,00	Apoio à implantação em Municípios turísticos de centros de informações turísticas, para divulgar o turismo local e regional, como pontos turísticos, meios de transporte, hotéis e restaurantes, dentre outros. Implantação de local para a divulgação e a venda do artesanato local e sala de reunião para o trade turístico local e para os conselhos municipais de turismo.	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Embora as Ações orçamentárias não sejam previstas na LOA, ainda há convênios e/ou contratos de repasses, com Estados e Municípios, em execução.

Identificação da Ação					
Código	14KP		Tipo: Projeto		
Título	Adequação da infraestrutura turística pública para grandes eventos esportivos				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Turismo		Código: 2076 Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Em R\$)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realiza do
90.109.388,13	4.246.941,25	12.700.352,50	Dotar os destinos de infraestrutura turística adequada com o fim de garantir a qualidade dos produtos e serviços turísticos quando da realização dos megaeventos esportivos	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Esta Ação orçamentária, foi específica para os grandes eventos esportivos que aconteceriam nos anos de 2014 e 2016. A ação foi executada totalmente nos anos de 2012 e 2013, totalizando o valor de R\$ 200.000.000,00.

Identificação da Ação					
Código	7H66		Tipo:		
Título	Revitalização da feira Central de Campina Grande-PB				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão Código: 1166 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Em R\$)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realiza do
17.863.190,67	92.173,35	0,00	Revitalização da feira Central de Campina Grande-PB	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Embora as Ações orçamentárias não sejam previstas na LOA, ainda há convênios e/ou contratos de repasses, com Estados e Municípios, em execução.

Identificação da Ação					
Código		0173		Tipo: Projeto	
Título		Participação da União na Elaboração, Execução e Acompanhamento do PRODETUR NE II			
Iniciativa					
Objetivo					
Programa		Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão Código: 1166 Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária		54101			
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Em R\$)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidad o	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.300.000,00	0,00	0,00	Reforçar o potencial turístico dos Estados do Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo via priorização de ações que mantenham e expandam a crescente indústria turística, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional.		

Fonte: Tesouro Gerencial

Os valores são correspondentes a empenhos ainda ativos. A Secretaria já fez um levantamento de empenhos nesta situação e solicitou a Coordenação Geral de Convênios o cancelamento.

Identificação da Ação					
Código		0316Tipo: Projeto			
Título		Participação da União na Elaboração, Execução e Acompanhamento do PRODETUR Sul			
Iniciativa					
Objetivo		Código:			
Programa		Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de InclusãoCódigo: 1166Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária		54101			
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Em R\$)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
4.784.663,95	0,00	0,00	Reforçar o potencial turístico da Região Sul e do Mato Grosso do Sul via priorização de ações que mantenham e expandam sua crescente indústria turística, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional.		

Fonte: Tesouro Gerencial

Os valores são correspondentes a empenhos ainda ativos. A Secretaria já fez um levantamento de empenhos nesta situação e solicitou a Coordenação Geral de Convênios o cancelamento.

Identificação da Ação					
Código	0564		Tipo: Projeto		
Título	Apoio a projetos de infraestrutura turística				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão Código: 1166 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Em R\$)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
16.894.188,29	597.122,20	9.426.222,00	Desenvolver o turismo nos Municípios brasileiros, principalmente por meio de adequação da infraestrutura de forma que permita a expansão das atividades turísticas e a melhoria da qualidade do produto para o turista.		

Fonte: Tesouro Gerencial

Embora as Ações orçamentárias não sejam previstas na LOA, ainda há convênios e/ou contratos de repasses, com Estados e Municípios, em execução.

4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Em virtude da significativa redução do orçamento, por força do contingenciamento sofrido baseado no Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, o Ministério do Turismo teve um corte de aproximadamente 65% da sua dotação inicial, da LOA 2015, onde os valores mais afetados foram os recursos das emendas parlamentares.

A Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur, deteve cerca de 6,81% do orçamento do Ministério do Turismo em 2015. Dos quais, 61,16% eram recursos provenientes do orçamento, e 38,84% tratavam-se de emendas parlamentares. Dessa forma, dentro dos limites estabelecidos, a Secretaria empenhou 47% de seu orçamento, sendo 28% de emendas e 72% da programação.

A Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo - SNPDTur, deteve cerca de 62% do orçamento do Ministério do Turismo em 2015. Dos 62% do orçamento, apenas 10% eram recursos provenientes da programação os outros 90 tratavam-se de emendas parlamentares. A SNPDTur, no entanto, empenhou 99% dos limites estabelecidos à Secretaria, cujo os valores correspondem a 55% do orçamento de todo o Ministério do Turismo.

4.3.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não houve ocorrência de obrigações assumidas de obrigações sem o respectivo crédito autorizado no orçamento durante o exercício de 2015.

4.3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores

4.3.5.1 Secretaria Executiva

Relativamente à política de gestão restos a pagar na Secretaria-Executiva do Ministério do Turismo, observa-se a intenção do gestor em reduzir o saldo, priorizando a execução das despesas dentro do próprio exercício financeiro. Por se tratar de montante pouco expressivo, não foram observados impactos significativos decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores. Os valores que permaneceram inscritos em restos a pagar ao término do exercício financeiro de 2015 atendem aos requisitos da Lei nº 4.320/64 e do Decreto nº 93.872/86. Os restos a pagar praticamente inexistem, visto que o montante inscrito em dezembro/2015 se refere ao empenho de despesas que serão pagas no primeiro trimestre do exercício seguinte. Não foi identificado no órgão nenhum evento significativo a ponto de interferir na gestão dos restos a pagar. Em relação a existência de restos a pagar com origem em exercício anterior ao exercício de referência do relatório de gestão, trata-se de despesa de contratação de serviços de TI.

QUADRO 4.3.5 1 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - SE

Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	6.071.675,24	4.255.890,61	401.097,91	1.414.686,72
2013	0,00	15.196,50	0,00	766.856,10
2012	0,00	0,00	0,00	200.360,78
2011	0,00	0,00	0,00	0,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	242,06	0,00	0,00	242,06
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	1.400,00	0,00	0,00	1.400,00

Fonte: SIOP

4.3.5.2 Secretaria Nacional de Políticas de Turismo

Referente à política de gestão de restos a pagar adotada pelo Ministério do Turismo, observa-se a intenção em reduzir o saldo, por meio da reanálise dos objetos e também pelo pagamento dos projetos aptos a tal. Porém, concernente à Ação 20Y3 – Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional – como mostra o quadro constante no item 5.2.3.1 – Ações da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, de um total de R\$ 16.998.109,00 (dezesseis milhões, novecentos e noventa e oito mil, cento e nove reais) em restos a pagar existentes no começo do ano, houve um aumento de R\$ 8.011.037,00 (oito milhões, onze mil, trinta e sete reais), cerca de 72,51% do montante inicial, sendo o saldo final em restos a pagar de R\$ 25.009.146,00 (vinte e cinco milhões, nove mil, cento e quarenta e seis reais).

Já em relação à Função 20Y4 – Articulação e Ordenamento Turístico – houve um aumento de R\$ 489.143,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil, cento e quarenta e três reais), cerca de 72,42% do montante inicial de R\$ 1.284.353,00 (um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e três reais). Sendo, portanto, o saldo final em restos a pagar de R\$ 1.773.496,00 (um milhão, setecentos e setenta e três mil, quatrocentos e noventa e seis reais). Os valores que permaneceram inscritos em restos a pagar ao término do exercício financeiro de 2015 atendem aos requisitos da Lei nº 4.320/64 e do Decreto nº 93.872/86.

QUADRO 4.3.5.2 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES – SNPTUR (EM R\$)

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	19.118.411,48	13.050.849,08	1.935.738,40	4.131.824,00
2013	0,00	1.375.274,11	156.184,71	18.985.029,80
2012	0,00	30.050,40	0,00	1.425.434,26
2011	0,00	0,00	1.524.884,39	422.157,30
2010	0,00	0,00	363.944,67	871.715,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	166.666,67

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	0,00	0,00	0,0	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,0	0,00
2010	5.979.236,32	0,00	895.000,00	5.084.236,32
2009	115.234,38	0,00	0,00	115.234,38

Fonte: SIOF

4.3.5.3 Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo

A Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, por meio da Portaria GM/MTur nº 112/2013, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização das transferências voluntárias, discrimina como serão realizadas essas transferências:

“Parágrafo único: A transferência voluntária de recursos ocorrerá mediante a celebração de convênios, contratos de repasse, termos de parceria ou termos de cooperação, consoante disposições da Portaria Interministerial nº 507/2011/MPOG/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011, e legislação correlata”.

Nesse sentido, as transferências à Caixa Econômica Federal são para celebração de contratos de repasses. Para tanto, há etapas a serem cumpridas pelo tomador do recurso, para que ocorra a liberação de recurso financeiro, e seja possível dar início à obra por meio da Caixa. Essas etapas são classificadas pela Clausula Suspensiva, que pode ser de 180 dias, prorrogável por igual período.

No entanto, contratos firmados, geralmente, só recebem a liberação para início da obra no exercício seguinte, em virtude do cumprimento da cláusula suspensiva. Isso justifica os altos valores de restos a pagar do MTur.

De acordo com o princípio da anualidade, somente se aplica a obrigatoriedade de execução do Orçamento Geral da União, do ano em curso, no que se refere à dotação orçamentária, sendo que, a execução financeira pode se dar no ano seguinte, e ainda, no segundo ano da inscrição desses créditos nos restos a pagar, de acordo com o disposto no Decreto nº 93.872/1986.

QUADRO 4.3.5 3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES- SNPD TUR (EM R\$)

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	545.247.613,68	52.212.936,18	2.330.612,37	490.704.065,13
2013	0,00	279.454.264,14	19.811.367,47	1.409.662.425,44

2012	0,00	27.189.777,07	49.902,00	68.043.022,64
2011	0,00	695.697,27	1.000,00	22.513.176,94
2010	0,00	56.432.564,76	2.890.532,41	298.783.979,78
2009	0,00	61.706.255,85	2.884.294,72	253.230.065,24
2008	0,00	22.658.692,06	12.399.340,45	172.452.028,14
2007	0,00	596.732,20	9.696.141,00	12.667.352,29
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	21.479.430,21	14.159.149,48	0,00	7.320.280,73
2012	390.583.722,37	82.008.831,73	0,00	308.574.890,64
2011	211.656.912,47	49.626.690,69	3.266.250,00	158.763.971,78
2010	35.622.437,80	10.908.369,78	312.278,88	24.401.789,14
2009	3.860.835,36	890.985,46	0,00	2.969.849,90
2008	1.041.989,63	303.371,60	0,00	738.618,03
2007	11.900.000,00	0,00	0,00	11.900.000,00

Fonte: SIOP

4.3.6 Execução descentralizada com transferência de recursos

Apresentam-se, a seguir, dados sobre a descentralização de recursos para outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, para a execução de ações ou atividades de responsabilidade da UPC. As informações foram organizadas em tópicos relativos a convênios, que abrange informações de toda a estrutura do Ministério do Turismo, e a outros instrumentos congêneres, onde as informações estão divididas por Secretaria Nacional.

- **Convênios**

Este tópico consolida informações sobre as descentralizações de execução, com transferência de recursos, por meio de convênios no âmbito do Ministério do Turismo.

QUADRO 4.3.6 A – RESUMO DOS CONVÊNIOS CELEBRADOS PELO MTUR E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Ministério do Turismo					
UG/GESTÃO:	540012 - CGCV					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	57	33	66	R\$18.096.827,52	R\$31.492.767,47	R\$18.225.285,63

Fonte: SICONV/SIAFI

QUADRO 4.3.6 B – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELO MTUR NA MODALIDADE de convênio

(Em R\$)

Unidade Concedente			
Nome: Ministério do Turismo			
UG/GESTÃO: 540012 - CGCV			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)
			Convênios
2015	Contas Prestadas	Quantidade	17
		Montante Repassado	R\$3.073.070,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	14
		Montante Repassado	R\$3.316.445,00
2014	Contas Prestadas	Quantidade	76
		Montante Repassado	R\$29.619.839,32
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	77
		Montante Repassado	R\$ 32.228.380,56
2013	Contas Prestadas	Quantidade	236
		Montante Repassado	R\$128.704.055,80
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	76
		Montante Repassado	R\$ 394.532.188,88

Fonte: PGTur/ SICONV

QUADRO 4.3.6 C – SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE CONVÊNIOS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO (R\$)

Unidade Concedente ou Contratante		
Nome: Ministério do Turismo		
UG/GESTÃO: 540012 - CGCV		
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos
		Convênios
Contas Analisadas	Quantidade aprovada	238
	Quantidade reprovada	228
	Quantidade de TCE instauradas	384
Contas NÃO Analisadas	Quantidade	122

Fonte: PGTur/ SICONV

QUADRO 4.3.6 D – PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS DE CONVÊNIOS DO MTUR PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério do Turismo					
UG/GESTÃO:540012 - CGCV					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	4	14	24	21	996

Fonte: PGTur/SICONV

*Conforme quadro acima as prestações de contas que se encontram pendentes de análise totalizam 1.059.

Análise Crítica

O Ministério do Turismo possui volume significativo de prestação de contas reprovadas, o que ocasiona a inscrição de grande número de convênios na inadimplência do SIAFI. Diante disso, o órgão normatizou, por meio da Portaria GM/MTur nº 112, de 23 de maio de 2013, em seu art. 92, o procedimento de parcelamento de débito, o que tem ocasionado a redução no número de convênios inadimplentes, pois possibilita ao conveniente parcelar os valores glosados (não aprovados) na prestação de contas de forma menos onerosa.

O MTur tem promovido esforços restituição ao erário quanto aos recursos repassados por meio de convênios e que não tiveram aprovação da Prestação de Contas, desta forma buscamos junto aos convenientes a celebração dos Termos de Parcelamento de Débito, de modo que, em 2015, foram assinados 37 Termos, e devolvido a união, um montante de R\$ 22.417.173,18.

Existe um total de 104 convênios em parcelamento e 80 convênios com parcelamento finalizado que aguardam análise financeira para posterior conclusão e arquivamento dos processos.

Quanto às razões para eventuais oscilações de transferência de recursos, destaca-se que, nos últimos exercícios, não houve alteração significativa no volume de recursos transferidos.

Não obstante aos esforços para aperfeiçoar a análise da prestação de contas no decorrer dos três últimos exercícios, o MTur tem desenvolvido ações para mitigar o passivo existente, que é significativo. Contudo, há dificuldades relacionadas ao quantitativo de servidores da área, bem como grande rotatividade dos mesmos.

Cabe destacar que o normativo interno deste Ministério (Portaria GM/MTur nº 112/2013, art. 87) permitiu tornar o processo de análise mais célere, já que limita a realização de diligências, para no máximo duas, antes da emissão de parecer conclusivo. Essa regulamentação pode ser considerada um avanço, pois antes da publicação da Portaria eram realizadas diversas diligências, o que terminava por atrasar a conclusão do processo.

Entre os meses de janeiro e fevereiro de 2015, a Coordenação de Análise de Prestação de Contas, vinculada à Coordenação Geral de Convênios, contava com 9 (nove) servidores responsáveis pela análise financeira da prestação de contas dos convênios celebrados com o Ministério do Turismo.

Em março de 2015, em função do elevado número de processos de convênios aguardando análise financeira, foi instituída por meio da Portaria SE/MTur nº 12, de 04 de março de 2015 (anexo II), a Comissão Especial de Prestação de Contas (CEPC), subordinada à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA). As competências definidas para a Comissão incluem: elaborar plano de ação, propor metodologia de trabalho, dimensionar o resultado das ações a serem desenvolvidas, estabelecer cronograma de trabalho, e sobretudo concluir a análise dos processos de convênios. Foram designados 14 (quatorze) servidores para compor a referida Comissão, conforme disposto na Portaria SE/MTur nº 13, de 05 de março de 2015 (anexo III), a qual deveria finalizar os trabalhos previstos até 31/03/2016. Cabe ressaltar que, no decorrer dos trabalhos da Comissão, servidores foram redistribuídos a outras áreas, reduzindo o efetivo de pessoal para a realização das análises de prestação de contas. Atualmente, restam 6 (seis) servidores na comissão.

Posteriormente, em outubro de 2015, tendo em vista a necessidade de harmonizar as competências da Comissão Especial de Prestação de Contas (CEPC) com as competências da Coordenação-Geral de Convênios, bem como a necessidade de dar celeridade à redução do estoque de prestações de contas pendentes de análise financeira e a indispensabilidade de atender às deliberações dos órgãos de controle, em especial àquelas exaradas do Acórdão nº 1.702/2014-TCU-1ª Câmara e do Acórdão nº 2.927/2013-TCU-Plenário, foi publicada a Portaria SE/MTur nº 88, de 20 de outubro de 2015 (anexo IV), que, revogando a Portaria SE/MTur nº 12, de 04 de março de 2015, instituiu a Comissão Especial de Análise de Prestação de Contas (CEAPC), que é subordinada à Coordenação Geral de Convênios. O escopo de atuação da CEAPC abrange a análise financeira da prestação de contas de convênios celebrados pelo Ministério do Turismo até 31 de dezembro de 2010. Para a referida Comissão foram designados 7 (sete) servidores, conforme Portaria SE/MTur nº 89, de 21 de outubro de 2015 (anexo V).

Em ato posterior, por meio da Portaria SE/MTur nº 105, de 03 de dezembro de 2015 (anexo VI), foi extinta a Comissão Especial de Prestação de Contas (CEAPC), instituída pela Portaria SE/MTur nº 88, de 20 de outubro de 2015, ficando a atribuição restituída à Coordenação-Geral de Convênios. Os membros da Comissão destituída retornaram às unidades de origem ou foram designados para nova lotação. A partir de então, a Coordenação de Análise de Prestação de Contas passou a contar com 4 (quatro) servidores, dedicados à análise da prestação de contas dos convênios celebrados, e um coordenador.

Por fim, a redução da análise da prestação de contas, verificada ao longo dos três últimos exercícios, justifica-se pela grande rotatividade de servidores, além da falta de capacitação destes. Uma vez que os servidores alocados para a Comissão Especial de Análise de Prestação de Contas eram de outras áreas, houve necessidade de capacitá-los, o que ocasionou uma demora significativa nas análises realizadas.

QUADRO 4.3.6 E – QUANTIDADE DE ANÁLISES DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS DO MTUR REALIZADAS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2013	80	85	93	117	189	144	151	175	112	116	173	119	1.554
2014	65	66	73	50	79	37	35	58	83	73	80	60	759
2015	63	57	25	37	156	52	58	45	34	21	17	23	588

Fonte: CGCV/MTur

• Outros Instrumentos Congêneres

Neste tópico, apresentam-se as descentralizações de execução dos instrumentos de transferência relacionados a acordos de cooperação técnica, contratos de repasse e Termos de Execução Descentralizada (TED) no âmbito das Secretarias Nacionais.

Secretaria Nacional de Políticas de Turismo (SNPTur)

QUADRO 4.3.6 F – ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CELEBRADOS PELA SNPTUR NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Acordo de Cooperação Técnica	05	20	–	Sem repasse de recursos	Sem repasse de recursos	–

Fonte: Diário Oficial da União

QUADRO 4.3.6 G – TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED) CELEBRADOS PELA SNPTUR NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

UG/Gestão Favorecida	Nome Gestora Favorecida	UG Executora	PT	Início da Vigência	Fim da Vigência	Processo	TED	SIAFI	Situação	Finalidade	VALOR TED	NC Emitidas	PF Emitidas
											a	b	c
153163/15237	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	540006	23695207620Y40001	20/04/2013	20/02/2014	72031.008011/2013-23	TED MTUR 01/2013	674338	FASE: PRESTAÇÃO DE CONTAS	Consultoria especializada para apoio técnico ao Ministério do Turismo na formulação de políticas, programas e ações, voltadas à execução do Plano Nacional de Turismo, com visão prospectiva para 2022.	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00
154003/15279	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - Capes	540006	23695207620Y40001	11/11/2013	31/12/2014	72031.006872/2013-58	TED 001/2013 - SNPTUR	676781	FASE: PRESTAÇÃO DE CONTAS	Conceder bolsas de estudos no exterior, na modalidade de capacitação, para estudantes brasileiro das áreas de turismo e/ou hotelaria.	939.628,36	939.628,36	918.409,16
154040/15257	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	540006	23126100111Y10001	16/12/2011	15/06/2013	72031.007811/2011-46	TED 014/2011		FASE: PRESTAÇÃO DE CONTAS	Descentralização para atender TED 014/2011, construção de um arcabouço teórico metodológico, 72031.007811/2011-46.	564.379,20	564.379,20	240.347,60
113601/11302	INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA	540006	23695207620Y40001	21/11/2014	20/05/2016	72031005426/2014-15	TED 001/2014 -SNPTUR	682182	FASE: EM EXECUÇÃO	Desenvolvimento de ações de cooperação mútua, voltados ao aprimoramento e atualização do Sistema de Informações Sobre o Mercado de Trabalho do Setor Turismo-SIMT, visando a subsidiar o MTur na formulação das políticas e estratégias para o desenvolvimento do turismo, bem como o IPEA no cumprimento de suas atribuições relacionadas à elaboração, formulação, avaliação e aprimoramento das políticas públicas.	303.880,00	303.880,00	303.880,00

200336/00001	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	540006	23695207620Y40001	29/10/2015	31/12/2016	72031.006839/2014-17	TED SNPTUR 001/2015	685263	FASE: EM EXECUÇÃO	Ampliação da contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de recepção, apoio administrativo e operacional no aeroporto e nos postos migratórios terrestres na cidade de Foz do Iguaçu.	497.608,92	497.608,92	370.888,64
280101/00001	COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS - MDIC	540006	23695207620y30001	29/02/2016	31/12/2016	72031.000545/2016-35	TED 002/2016	685881	FASE: EM EXECUÇÃO	Projeto Especial Casa Brasil 2016 (espaço de referência do Governo Federal brasileiro e de promoção da imagem - país, durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016)	5.000.000,00	5.000.000,00	500.000,00

Fonte: CGPOF

LEGENDAS	
UG	Unidade Gestora
TED	Termo de Execução Descentralizada
NC	Nota de Crédito
PF Emitidas	Programação Financeira/Valores pagos
PT	Plano de Trabalho

Análise Crítica

Conforme Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013 – que trata da alteração do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 – o Termo de Execução Descentralizada é o instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática.

Dessa forma, por serem de interesse recíproco e realizados em regime de mútua colaboração, os Termos de Execução Descentralizada celebrados pela Secretaria Nacional de Políticas de Turismo contribuíram nas diversas áreas a que se propuseram.

Assim sendo, os Termos de Execução Descentralizada colaboraram para:

- a formulação e diagnóstico do Plano Nacional de Turismo, por meio de consultoria especializada para apoio técnico ao Ministério do Turismo na elaboração de políticas, programas e ações, voltadas à execução do Plano Nacional de Turismo, com visão prospectiva para 2022;
- a capacitação de estudantes brasileiros, por meio da concessão de bolsas de estudos no exterior, nas áreas de turismo e/ou hotelaria;
- o desenvolvimento de ações de cooperação mútua, voltados ao aprimoramento e atualização do sistema de informações sobre o mercado de trabalho do setor de turismo, visando a subsidiar o Ministério do Turismo na formulação das políticas e estratégias para o desenvolvimento do turismo;
- a ampliação da contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de recepção, apoio administrativo e operacional no aeroporto e nos postos migratórios terrestres na cidade de Foz do Iguaçu, em colaboração com o Departamento da Polícia Federal;
- o projeto especial Casa Brasil 2016, espaço de referência do Governo Federal brasileiro e de promoção da imagem do país, durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.
- construção de um arcabouço teórico metodológico, firmado com a Fundação Universidade de Brasília – FUB.

Ressaltamos que desses 6 (seis) Termos de Execução Descentralizada, 03 (três) encontram-se em fase de Prestação de Contas e 03 (três) em execução, sendo que tais informações constam no Quadro 4.3.6 G com os demais dados referentes ao instrumento.

No tocante a análise qualitativa dos respectivos Termos de Execução Descentralizada, destacamos a importância apresentada por cada área finalística, conforme abaixo:

- Termo firmado com a Fundação Universidade de Brasília:

A partir da celebração do TED nº 014/2011, cujo objeto foi “Cooperação técnica para a construção de um arcabouço teórico metodológico, fundamentado nas Ciências e Técnicas de Governo para dotar o Ministério do Turismo e seus sistemas de capacidade para desenhar, conduzir e implementar políticas para o desenvolvimento sustentado do turismo brasileiro”, foi realizada a descentralização de crédito orçamentária no valor de R\$ 564.379,20 à Fundação Universidade de Brasília – FUB, mediante 2011NC000091, em 16 de dezembro de 2011. A devida análise dos relatórios e documentos apresentados pela FUB para comprovação da execução do objeto e respectivos resultados, mediante Nota Técnica Nº 002/2013/DEPAT/SNPTur/MTur, concluiu pela execução parcial, no montante de R\$ 174.347,80, cabendo à FUB a devolução orçamentária de R\$ 390.031,40. Neste contexto, considerando a execução parcial do objeto, as ações que foram executadas geraram alguns resultados no âmbito da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo-SNPTur, na medida em

que subsidiaram o direcionamento da tomada de decisão dos gestores, na priorização das ações para 2012 e na formulação de compromissos das áreas técnicas com a Secretaria. Outro aspecto referente ao resultado deste trabalho foi a internalização da cultura de Planejamento Estratégico pelas áreas técnicas da SNPTur, o que auxiliou na formulação de propostas de redesenho de programas e projetos do Ministério do Turismo, como o programa de Regionalização do Turismo e o CADASTUR.

Página DOU:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=19/12/2011&jornal=3&pagina=181&totalArquivos=256>

- Termo firmado com a Universidade Federal de Santa Catarina:

A partir da celebração do TED Nº 1/2013, cujo objeto foi “Consultoria especializada para apoio técnico ao Ministério do Turismo na formulação de políticas, programas e ações, voltadas à execução do Plano Nacional de Turismo, com visão prospectiva para 2022”, foi realizada a descentralização de crédito orçamentária em duas parcelas, a saber: R\$ 700.000,00 mediante 2013NC000048, em 22 de abril de 2013, e R\$ 700.000,00 mediante 2013NC000643, em 03 de dezembro de 2013. A Universidade Federal de Santa Catarina apresentou documentos e produtos pertinentes à execução do TED e aos resultados esperados, que se encontram em análise técnica.

Página DOU:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=124&data=22/03/2013>

- Termo firmado com o Departamento de Polícia Federal:

O Termo de execução descentralizada no. 01 2015 celebrado com o Departamento de Polícia Federal em 29 de outubro de 2015 encontra-se em execução – vigência 31 de dezembro de 2016 – e tem por objeto “Ampliação de contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de recepção e apoio administrativo e operacional no aeroporto e posto migratórios na cidade de Foz do Iguaçu para exercício 2015-2016”. A área técnica responsável, Departamento de Estudos e Pesquisas – DEPES, está acompanhando a execução e o valor desembolsado em 2015 foi de R\$ 185.444,32.

Página DOU:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=13/11/2015&jornal=3&pagina=196&totalArquivos=296>

- Termo firmado com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA:

O Termo de execução descentralizada no. 01 2014 celebrado com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA em 21 de novembro de 2014 encontra-se em execução - vigência 18 meses e tem por objeto “Desenvolvimento de ações de cooperação mútua, voltada ao aprimoramento e atualização do Sistema de Informação sobre o mercado de trabalho do setor de turismo – SIMT, visando a subsidiar o MTur na formulação das políticas e estratégias para o desenvolvimento do turismo, bem como o IPEA no cumprimento de suas atribuições relacionadas à elaboração. Formulação, avaliação e aprimoramento das políticas públicas’. No momento, está em análise um aditivo de prazo do mesmo, sendo que o valor pago em 2015 foi de R\$ 173.880,00.

O presente Termo conta ainda, com uma página de divulgação dos dados do Sistema de Informação sobre o Mercado de Trabalho do Setor Turismo – SIMT, conforme link <http://www.ipea.gov.br/extrator/>.

Página DOU:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=25/11/2014&jornal=3&pagina=148&totalArquivos=240>

- Termo firmado com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC:

O Termo de Execução Descentralizada nº02/2016 firmado com o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior - MDIC tem o objetivo de apoiar o Projeto Especial Casa Brasil 2016, espaço de referência do Governo Federal Brasileiro e de promoção da imagem -país, durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizado descentralização de crédito orçamentário no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) dos quais 3 milhões de reais compreendiam ao MTur e os outros 2 Milhões a EMBRATUR. A execução do termo com MDIC será feito mediante celebração de convênio entre MDIC e APEX, partes componentes do Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 do qual este Ministério também faz parte. O recurso é proveniente da ação 23.695.2076.20Y3.0001, que compreende a Participação do Ministério do Turismo em eventos nacionais.

Página DOU:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=126&data=01/03/2016>

Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (SNPDTur)

Em conformidade com a Portaria Interministerial nº 507/2011, com o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas alterações (Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013), que dispõem sobre normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, a Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo opera alguns instrumentos de transferência de recursos da União mais comumente: convênios (já tratados no item anterior), contratos de repasse, Termos de Execução Descentralizada e acordos de cooperação técnica.

QUADRO 4.3.6 H – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA SNPDtur NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Ministério do Turismo					
UG/GESTÃO:	540005 - Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Contrato de Repasse	501	849	1646	579.091.438,39	356.874.927,66	430.914.757,72
Termo de Execução Descentralizada	6	4	7	8.172.341,93	5.214.368,20	21.696.822,14

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

O Ministério do Turismo executa diversas ações, dentre as quais destaca-se a Ação 10V0, que apresenta o maior número de repasses. Os repasses são realizados, basicamente, com a Caixa Econômica Federal, mandatária em todo o território nacional e que possui a expertise na instrumentação, acompanhamento e execução da infraestrutura. A prestação de contas relacionada aos repasses junto à Caixa está apresentada a seguir. Ressalta-se que a elaboração da prestação de contas, bem como a instauração da Tomada de Contas Especial é feita pela Caixa Econômica Federal, cabendo ao MTur o acompanhamento das informações.

- **Prestação de contas relacionada aos repasses junto à Caixa**

MINISTÉRIO DO TURISMO

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA/EMBRATUR – UG 187003

Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

QUADRO 4.3.6 I – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Cancelamento	Pagamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2013	-	-	-	0,00
2012	-	-	-	0,00
...	-	-	-	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Cancelamento	Pagamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2013	-	-	-	0,00
2012	-	-	-	0,00
...	-	-	-	0,00

Cabe destacar que não há movimentação de restos a pagar referentes a exercícios anteriores.

Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

QUADRO 4.3.6 J – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	EMBRATUR					
CNPJ:						
UG/GESTÃO:	CAIXA/EMBRATUR – UG 187003					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF

Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de contratos de repasse.

QUADRO 4.3.6 K – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em reais

Unidade Concedente				
Nome: EMBRATUR				
CNPJ:		UG/GESTÃO: CAIXA/EMBRATUR UG 187003		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2015	Contas Prestadas	Quantidade		1
		Montante Repassado		90.000,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		2
		Montante Repassado		450.000,00
2014	Contas Prestadas	Quantidade		0
		Montante Repassado		0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		0
		Montante Repassado		0,00
2013	Contas Prestadas	Quantidade		0
		Montante Repassado		0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		0
		Montante Repassado		0,00
Anteriores a 2013	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		2
		Montante Repassado		359.120,00
Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF				

Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

QUADRO 4.3.6 L – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.

Posição 31/12 em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: EMBRATUR					
CNPJ:			UG/GESTÃO: CAIXA/EMBRATUR – UG 187003		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2015	Quantidade de Contas Prestadas				0
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		0
			Quantidade Reprovada		0
			Quantidade de TCE		0
			Montante Repassado (R\$)		0,00
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0
			Montante Repassado (R\$)		0,00
			Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	
		Quantidade Reprovada			0
		Quantidade de TCE			0
		Montante Repassado (R\$)		0,00	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	
		Montante Repassado (R\$)		0,00	
2014	Quantidade de contas prestadas				0
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			1
		Quantidade Reprovada			0
		Quantidade de TCE			0
		Montante repassado			90.000,00
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			0
		Montante repassado (R\$)			0,00
2013	Quantidade de Contas Prestadas				0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			0
		Quantidade Reprovada			0
		Quantidade de TCE			0
		Montante Repassado			0,00
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			0
		Montante Repassado			0,00
Exercício Anterior a 2013	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			0
		Montante Repassado			0,00
Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF					

Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2015

No exercício de 2015, não houveram situações identificadas de dano ao erário.

QUADRO 4.3.6 M – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2015

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
0	0	0	0	0	0	0	0	0

Observação: Esclarecemos que compete à Caixa Econômica Federal, enquanto mandatária da União, representada pelo MTur, a instauração e envio dos autos dos processos de TCE à Controladoria-Geral da União.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA/MTUR – UG 540007

Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

QUADRO 4.3.6 N – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - 540007

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante	Cancelamento	Pagamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	522.570.050,27	2.229.475,66	44.748.461,90	475.592.112,71
2013	1.677.695.163,38	19.806.571,82	266.377.910,69	1.391.510.680,87
2012	75.494.093,23	0,00	21.223.516,90	54.270.576,33
2011	2.996.565,25	0,00	122.606,50	2.873.958,75
2010	231.236.507,74	1.647.732,41	54.932.564,76	174.656.210,57
2009	289.697.860,53	2.884.294,72	61.706.255,85	225.107.309,96
2007	174.467.601,76	2.399.340,45	22.658.692,06	149.409.569,25
2007	15.504.413,54	9.696.141,00	596.732,20	5.211.540,34
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante	Cancelamento	Pagamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	0,00			
2013	20.531.762,17	0,00	13.380.458,12	7.151.304,05
2012	390.407.355,38	0,00	82.008.831,73	308.398.523,65
2011	211.656.912,47	3.266.250,00	49.626.690,69	158.763.971,78
2010	35.158.001,80	312.278,88	10.908.369,78	23.937.353,14
2009	3.860.835,36	0,00	890.985,46	2.969.849,90
2008	1.041.989,63	0,00	303.371,60	738.618,03

Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

QUADRO 4.3.6 O – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	MTUR					
CNPJ:						
UG/GESTÃO:	CAIXA/MTUR – UG 540007					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	501	849	1646	579.091.438,39	356.874.927,66	430.914.757,72
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	0	0	47	44.259.405,36	42.088.455,55	0,00
Totais	501	849	1693	623.350.843,75	398.963.383,21	430.914.757,72

Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF

Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de contratos de repasse.

QUADRO 4.3.6 P – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome:	MTUR			
CNPJ:	CAIXA/MTUR			
	UG/GESTÃO:	UG 540007		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2015	Contas Prestadas	Quantidade		850
		Montante Repassado		343.204.188,30
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		343
		Montante Repassado		150.586.167,22
2014	Contas Prestadas	Quantidade		1.299
		Montante Repassado		485.235.064,35
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		90
		Montante Repassado		28.878.031,43
2013	Contas Prestadas	Quantidade		1.494

		Montante Repassado		607.483.252,44
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		51
		Montante Repassado		14.569.551,54
Anteriores a 2013	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		0
		Montante Repassado		0,00
Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF				

Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

QUADRO 4.3.6 Q – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.
Posição 31/12 em R\$
1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: MTUR						
CNPJ:			UG/GESTÃO: CAIXA/MTUR – UG 540007			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2015	Quantidade de Contas Prestadas					
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		507	
			Quantidade Reprovada		0	
			Quantidade de TCE		1	
			Montante Repassado (R\$)		236.794.075,15	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		451	
			Montante Repassado (R\$)		129.105.424,63	
			Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		15
				Quantidade Reprovada		0
		Quantidade de TCE			1	
		Montante Repassado (R\$)			4.221.750,00	
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade		59	
			Montante Repassado (R\$)		18.124.181,15	
2014	Quantidade de contas prestadas					
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			1125	
		Quantidade Reprovada			0	
		Quantidade de TCE			0	
		Montante repassado			497.394.301,78	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			226	
		Montante repassado (R\$)			73.564.335,56	
2013	Quantidade de Contas Prestadas					
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			1492	
		Quantidade Reprovada			0	
		Quantidade de TCE			0	

		Montante Repassado		615.502.032,99
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		69
		Montante Repassado		18.239.669,35
Exercício Anterior a 2013	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		60
		Montante Repassado		12.729.090,25
	Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF			

Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014

QUADRO 4.3.6 R – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2014

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
26	0	0	3	0	0	6	0	17

*Outros casos de TCE não instauradas: refere-se aos contratos em que houve cancelamento ou suspensão do procedimento após a instauração do processo, seja pela retomada da execução do objeto, seja pela apresentação/aprovação da prestação de contas final.

Observação: Esclarecemos que compete à Caixa Econômica Federal, enquanto mandatária da União, representada pelo MTur, a instauração e envio dos autos dos processos de TCE à Controladoria-Geral da União.

Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis sobre a gestão Caixa/Embratur, Caixa/MTur e do Prodetur Nordeste II.

QUADRO A.12.4.1 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR AFIRMATIVA DA FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento e Turismo, agregando as informações sobre a gestão da CEF/EMBRATUR, da CEF/Mtur e do PRODETUR/NE II.			187003 540007
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	30 JAN 2015
Contador Responsável	WALDINEY DE JESUS SILVA CARVALHO	CRC n.º	009616/O-3 DF


 WALDINEY DE JESUS SILVA CARVALHO
 Gerente Executivo
 Matr. 022789-6 CRC/DF - 009616/O-3
 CEEC/O-03 Carteira de Terceristas
 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Cabe destacar que, em relação à Gestão 2015, não houve nenhuma ação do PRODETUR NORDESTE II, porque o Programa está encerrado desde 2012. Cabe esclarecer que o Programa foi executado por meio de Contratos de Empréstimo com o BID, que se encerraram em 2012. Ou seja, não houve nenhuma ação ou gestão do PRODETUR NORDESTE II, no exercício 2015. Atualmente, existem 21 Convênios no passivo da prestação de contas como sendo do PRODETUR Nordeste II.

Destaca-se que, no âmbito da SNPDTur, foram firmados, em 2015, 86 acordos de cooperação técnica com estados e municípios em todo país, tendo como objeto a promoção da qualificação de pessoas para o segmento turístico no âmbito das ações do PRONATEC Turismo Cidadão, PRONATEC Turismo Desenvolvimento Local e PRONATEC Turismo na Empresa, porém esses acordos não envolvem recursos financeiros, mas somente obrigações recíprocas entre os partícipes.

Informa-se ainda, que a elegibilidade na execução orçamentaria da ação 14KP atende o disposto na Portaria GM/MTur nº 112/2013, a saber:

“Art. 36. As transferências voluntárias dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, referentes às ações realizadas com recursos correntes para implantação do Prodetur Nacional, serão destinadas aos Municípios com mais de um milhão de habitantes, aos Estados, ao Distrito Federal e às capitais estaduais, desde que possuam carta-consulta para financiamento apresentada à Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEAIN/MPOG ou Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS apresentado ao Ministério do Turismo.

Parágrafo Único. As transferências voluntárias referentes aos projetos de infraestrutura turística no âmbito do Prodetur Nacional, serão destinadas aos estados, ao Distrito Federal, e aos municípios turísticos constantes do Mapa de Regionalização do Turismo, que possuam, preferencialmente, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) validado pela instância de governança de turismo do território, protocolado no Ministério do Turismo.”

No que tange a execução dos recursos, essa ocorre por meio da celebração, com estados e municípios, de contratos de repasse. Para celebração e execução desses, CAIXA e MTur valem-se do manual de contratos, que está disponível no link: <http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/480-manual-de-instru%C3%A7%C3%B5es-para-contrata%C3%A7%C3%A3o-e-execu%C3%A7%C3%A3o-de-contratos-de-repasse.html>.

4.3.6.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Entre os meses de janeiro e fevereiro de 2015 a Coordenação de Análise de Prestação de Contas, vinculada à Coordenação-Geral de Convênios, contava com 9 (nove) servidores responsáveis pela análise financeira da prestação de contas dos convênios celebrados com o Ministério do Turismo.

Em março de 2015, em função do elevado número de processos de convênios aguardando análise financeira, foi instituída por meio da Portaria SE/MTur nº 12, de 04 de março de 2015 (anexo II) a Comissão Especial de Prestação de Contas (CEPC), subordinada à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, com as competências de elaborar plano de ação, propor metodologia de trabalho, dimensionar o resultado das ações a serem desenvolvidas, inclusive o estabelecimento de cronograma, e sobretudo concluir a análise dos processos de convênios. Ato contínuo, foram designados 14 (quatorze) servidores para compor a referida Comissão, conforme disposto na Portaria SE/MTur nº 13, de 05 de março de 2015 (anexo III). A CEPC deveria finalizar os trabalhos previstos até 31/03/2016. Cabe ressaltar, que no decorrer dos trabalhos da Comissão, servidores foram redistribuídos a outras áreas, reduzindo o efetivo de pessoal para a realização das análises de prestação de contas.

Posteriormente, em outubro de 2015, considerando a necessidade de harmonizar as competências da Comissão Especial de Prestação de Contas (CEPC) às competências da Coordenação-Geral de Convênios, previstas no Regimento Interno do MTur, a necessidade de dar celeridade à redução do estoque de prestações de contas pendentes de análise financeira e a necessidade de atendimento às deliberações dos órgãos de controle, em especial aquelas exaradas do Acórdão nº 1.702/2014-TCU-1ª Câmara e do Acórdão nº 2.927/2013-TCU-Plenário, foi publicada a Portaria SE/MTur nº 88, de 20 de outubro de 2015 (anexo IV), que, revogando a Portaria SE nº 12, de 04 de março de 2015, instituiu a Comissão Especial de Análise de Prestação de Contas (CEAPC), subordinada à Coordenação Geral de Convênios, e tendo como escopo a análise financeira da prestação de contas de convênios celebrados pelo Ministério do Turismo até 31 de dezembro de 2010. Para a referida Comissão foram designados 7 (sete) servidores, conforme Portaria SE/MTur nº 89, de 21 de outubro de 2015 (anexo V).

Em ato posterior, a Portaria SE/MTur nº 105, de 03 de dezembro de 2015 (anexo VI), extinguiu a Comissão Especial de Prestação de Contas (CEAPC), instituída pela Portaria SE/MTur nº 88, de 20 de outubro de 2015, ficando a atribuição restituída à Coordenação-Geral de Convênios, e os membros da Comissão ora destituída retornado às unidades de origem ou nova lotação a critério da Administração. A partir de então, a Coordenação de Análise de Prestação de Contas passou a contar com 4 (quatro) servidores dedicados à análise da prestação de contas dos convênios celebrados.

Por fim, no que se refere às metas de desempenho, há que se fazer referência que ao longo do ano de 2015 foram realizadas 588 análises de prestação de contas, destas 495 conclusivas.

QUADRO 4.3.6.1 A – QUANTIDADE DE SERVIDORES DESIGNADOS PARA REALIZAR ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2013	7	7	7	5	7	9	8	8	7	7	9	6
2014	4	3	5	3	5	2	3	4	5	6	7	3
2015	8	9	6	10	14	12	9	8	6	6	5	5

Fonte: CGCV/MTur

A seguir, apresentam-se informações sobre a estrutura de pessoal para análise de prestação de contas – Convênios no âmbito da **Secretaria Nacional de Políticas de Turismo**:

QUADRO 4.3.6.1 B – QUANTIDADE DE SERVIDORES DESIGNADOS PARA REALIZAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ANÁLISE DA EXECUÇÃO FÍSICA DO OBJETO DE CONVÊNIOS

Ano	Coordenação-Geral	Quantitativo de Pessoal	Quantidade Convênios Analisados
2015	Coordenação-Geral de Eventos CGEV	03	18
	Coordenação-Geral de Marketing e Publicidade - CGMP	02	13
	Departamento de Produtos e Destinos - DEPROD	16	06
	Coordenação-Geral de Monitoramento, Fiscalização e Avaliação de Convênios - CGMC	04	90

Fonte: CGEV/CGMP/CGCI/DEPES/CGPI/CGSU/DEPROD/CGMC – Secretaria Nacional de Políticas de Turismo/MTur

I) Coordenação-Geral de Eventos – CGEV:

No ano de 2015 a Coordenação-Geral de Eventos contou com 3 servidores para fazer análise de prestação de contas e propiciar a participação do Ministério do Turismo em 21 eventos institucionais, quantitativo notadamente insuficiente frente ao passivo de convênios pendentes de análise na Coordenação.

Ainda assim, em 2015, 18 processos tiveram suas prestações de contas analisadas e em janeiro de 2016 ainda restavam 38 convênios pendentes de análise.

II) Coordenação-Geral de Marketing e Publicidade – CGMP:

Atualmente, a área conta com 2 servidores para análise de propostas e prestação de contas de convênios. No ano de 2015, tendo em vista o contingenciamento aplicado ao orçamento da área, não houve recurso de programação para celebração de convênios. Foram analisadas 5 propostas de emenda parlamentar, das quais 4 vieram a se tornar convênios. Além disso, durante o ano 13 prestações de contas foram analisadas.

VI) Departamento de Produtos e Destinos – DEPROD:

Cabe registrar que além dos 6 convênios analisados conclusivamente, outros 32 encontravam-se em análise em 2015, aguardando documentação do conveniente ou resposta de diligência técnica.

VII) Coordenação-Geral de Monitoramento, Fiscalização e Avaliação de Convênios – CGMC:

Convém destacar que 90 convênios foram analisados conclusivamente e encaminhados ao setor financeiro. Além destes, emitimos 22 pareceres de pedidos de reconsideração, fora os convênios que foram reanalisados e diligenciados.

No âmbito da **Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo**, foi respondido, recentemente, Ofício do TCU (Ofício nº 0831-2015-TCU-SECEX-DESENVOLVIMENTO) sobre a Prestação de Contas ou a instauração de Tomada de Contas Especial. Na oportunidade, foi informado que a quantidade de servidores/técnicos, com perfil para a análise de Prestação de Contas, está aquém do que seria necessário para dar vazão aos processos, o que gera acúmulo de demandas e sobrecarga de trabalho.

Atualmente, após a reestruturação, o Departamento de Infraestrutura Turística – DIETU, que se tornou o responsável por todo o passivo de convênios na área de infraestrutura, conta com 6(seis) engenheiros para um passivo total de 54 (cinquenta e quatro) prestações de contas que estão aguardando análise técnica em virtude de reprovação total ou parcial da prestação de contas.

No que tange aos Contratos de Repasse, a operacionalização da prestação de contas final, bom como, da instauração de processos de Tomada de Contas Especial cabe à mandatária da União, a Caixa Econômica Federal.

4.3.6.2 Informações sobre a descentralização de recursos para o atendimento das ações preparatórias dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016

Projetos e investimentos estratégicos do Ministério do Turismo em apoio à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016:

- a) **Facilitação de viagens:** Dispensa unilateral de visto de turismo para nacionais dos Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão no período de 01/06 a 18/09/2016.
 - Publicada Lei nº 13.193, de 24 de novembro de 2015, que incluiu o art. 130-A na Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 (Estatuto do Estrangeiro), de modo a permitir, com a inclusão do art. 130-A, que portaria conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores, da Justiça e do Turismo, pudesse

dispor sobre a dispensa unilateral da exigência de visto de turismo, com prazo de estada de até noventa dias;

- Portaria Conjunta MTur/MRE/MJ nº 216, de 24 de dezembro de 2015, foi publicada pelo Ministério do Turismo em 31 de dezembro de 2015 no Diário Oficial da União;

b) **Sinalização Turística:** O Projeto de sinalização turística na cidade do Rio de Janeiro voltado para pedestres, buscando atender as necessidades desse público. Para isso, o sistema de instalação das peças foi pensado para que o pedestre possa percorrer o caminho de forma segura, sempre atravessando as ruas pelas faixas ou passarelas, sem que haja obstruções. A localização das peças na calçada também visa possibilitar boa visualização e legibilidade, atendendo diferentes usos e estratégias de leitura e distância física do usuário. Além disso, o sistema foi desenvolvido para o uso de todo tipo de público, independentemente do nível de conhecimento da cidade. Há quatro diferentes tipos de peças, oferecendo todas as informações necessárias ao pedestre, estando elas em pontos turísticos da cidade e conectando o usuário a outros atrativos.

- Resultado: Instalação de 500 peças de sinalização turística (*totens*, *Finger Sign*, *Overview* e Identificadores de modal de transporte público);
- Celebração de contrato do repasse n.º 0385247-02;
- Empenho de R\$14.525.372,43.

c) **Casa Brasil:** Espaço de promoção do país, referência do Governo Federal durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

- Ação conta com a participação de 22 órgãos do Governo Federal;
- Localização: Píer Mauá, local onde será ativado o *Boulevard* Olímpico;
- Papel do Ministério do Turismo: tem como objetivo promover o turismo nacional, proporcionando vivências dos destinos turísticos brasileiros, apresentando toda sua diversidade e fortalecendo a marca Brasil;
- Período de realização da ação: durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016.

d) **Qualificação:** PRONATEC Turismo - qualificação em idiomas (inglês, francês, espanhol) e libras para 1.680 (mil seiscentos e oitenta) profissionais da segurança pública do Rio de Janeiro que atuarão nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Além do PRONATEC, há também ação de qualificação profissional de aproximadamente 9.000 (nove mil) profissionais que já atuam no turismo como: quiosqueiros, barraqueiros da orla da praia e profissionais do receptivo de *hostels* ou albergues do Rio de Janeiro.

- Para qualificação profissional (exceto PRONATEC) - celebração de Termo de Execução Descentralizada – TED nº 006/2015, entre o MTur e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ, visando a execução de ações de qualificação profissional para profissionais do setor de turismo com foco nas Olimpíadas e Paralimpíadas Rio 2016. O valor total do TED é de R\$ 5.949.940,00.

e) **Estudos e Pesquisas:** realizar as Pesquisas de Demanda Internacional, Demanda Doméstica e Jornalistas Estrangeiros para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016.

- Trata-se do mesmo conjunto de pesquisas realizado durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014;
- Levantamento e divulgação da movimentação de turistas estrangeiros e domésticos e de jornalistas estrangeiros durante os eventos;
- Face a venda de ingressos para turistas domésticos e internacionais, fazer a análise conclusiva sobre a capacidade dos meios de hospedagem do Rio de Janeiro para o recebimento dos visitantes esperados;

f) **Turismo Responsável:** O objetivo das ações de Turismo Responsável para os Jogos Olímpicos é sensibilizar o trade turístico quanto à importância da adoção de práticas de sustentabilidade no setor,

orientar como melhor atender os turistas com deficiência ou mobilidade reduzida e transmitir orientações quanto ao enfrentamento e prevenção da exploração de crianças e adolescentes no setor de turismo, incentivando a denúncia pelo “Disque 100”.

- Realização de seminários de sensibilização de empresários e sociedade;
- Realização de seminários de sensibilização de combate à exploração de crianças e adolescentes no Turismo;
- Fortalecimento da parceria Ministério do Turismo e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA para divulgação do Passaporte Verde;
- Divulgação do Portal e aplicativo turismo acessível;
- **Promoção Turística Nacional:** Tendo como plataforma os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, realizar campanha para fortalecer o turismo doméstico, antes, durante e depois do período dos Jogos.
- Aproveitar este cenário e a alta do dólar para registrar os melhores números possíveis para a Temporada de verão 2016/2017;
- Serão realizadas ações de promoção dos destinos turísticos brasileiros em 56 cidades do roteiro do revezamento da Tocha;
- Serão realizados cinco *press trips* (viagem técnica com jornalistas especializados) durante o tour da tocha. Os destinos pré-selecionados por chamada pública foram: Porto Seguro (BA), Joinville (SC), Santarém (PA), Cabo Frio (RJ) e Dourados (MS);

4.3.7 Informações sobre a execução das despesas

As principais alterações verificadas na programação orçamentária do Ministério do Turismo são decorrentes da inclusão, pelo Congresso Nacional, de emendas ao projeto de Lei Orçamentária original, gerando um aumento importante no valor final da proposta orçamentária (Programação + Emendas). Entretanto, os limites estabelecidos no Decreto de Contingenciamento não permitiram a execução orçamentária da totalidade das ações programadas e incluídas pelo Congresso Nacional.

Os limites estabelecidos no Decreto de Contingenciamento levou o órgão a rever a sua forma de atuação frente às demandas do setor, inviabilizando a execução da totalidade do orçamento programado para algumas Ações inseridas no Plano Nacional de Turismo.

Não foi identificado no órgão nenhum outro evento significativo a ponto de interferir na execução orçamentária.

QUADRO 4.3.7. A – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO - SE

Unidade Orçamentária: Ministério do Turismo		Código UO: 54101		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	25.934.456,09	32.353.573,35	25.934.456,09	32.353.573,35	
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00	
c) Concorrência	7.479.035,52	0,00	7.479.035,52	0,00	
d) Pregão	18.455.420,57	32.353.573,35	18.455.420,57	32.353.573,35	
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	

g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	6.543.639,96	5.726.182,42	6.543.639,96	5.726.182,42
h) Dispensa	6.099.007,33	5.589.135,46	6.099.007,33	5.589.135,46
i) Inexigibilidade	444.632,63	137.046,96	444.632,63	137.046,96
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	30.309.922,74	30.726.058,60	30.309.922,74	30.726.058,60
k) Pagamento em Folha	30.062.386,44	30.500.063,74	30.062.386,44	30.500.063,74
l) Diárias	247.536,30	225.994,86	247.536,30	225.994,86
5. Outros	4.108.155,40	0,00	4.108.155,40	0,00
6. Total (1+2+3+4+5)	66.896.174,19	74.531.996,79	66.896.174,19	74.531.996,79

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP/ TESOIRO GERENCIAL

QUADRO 4.3.7. B – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – SNPTUR

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	13.615.741,74	27.913.374,70	13.615.741,74	27.913.374,70
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	13.290.721,45	27.460.386,09	13.290.721,45	27.460.386,09
d) Pregão	325.020,29	452.988,61	325.020,29	452.988,61
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	11.578.822,75	13.481.131,40	11.578.822,75	13.481.131,40
h) Dispensa	4.369.737,30	6.620.621,30	4.369.737,30	6.620.621,30
i) Inexigibilidade	7.209.085,45	6.860.510,10	7.209.085,45	6.860.510,10
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	97.905,85	210.708,67	97.905,85	210.708,67
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	97.905,85	210.708,67	97.905,85	210.708,67
5. Outros	125,00	3.591.703,30	125,00	3.591.703,30
6. Total (1+2+3+4+5)	25.292.595,34	45.196.918,07	25.292.595,34	45.196.918,07

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP/ TESOIRO GERENCIAL

QUADRO 4.3.7. C – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – SNPDTUR

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	168.183,23	216.025,15	168.183,23	216.025,15
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	168.183,23	216.025,15	168.183,23	216.025,15
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	0,00	39.228,46	0,00	39.228,46
h) Dispensa	0,00	39.228,46	0,00	39.228,46
i) Inexigibilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	117.974,03	160.937,09	117.974,03	160.937,09

k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	117.974,03	160.937,09	117.974,03	160.937,09
5. Outros	160,00	14.202.195,05	160,00	14.202.195,05
6. Total (1+2+3+4+5)	286.317,26	14.618.385,75	286.317,26	14.618.385,75

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP/ TESOIRO GERENCIAL

4.3.7.D – DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO - SE

Valores em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: Ministério do Turismo					Código UO: 54101		UGO:	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	23.930.860,94	21.451.517,94	23.930.860,94	21.451.517,94	0,00	0,00	23.930.860,94	21.451.517,94
OBRIGACOES PATRONAIS	4.242.965,99	3.713.075,05	4.242.965,99	3.713.075,05	0,00	0,0	4.242.965,99	3.713.075,05
CONTRATACAO P/TEMPO DET. (2014) RESSARCIMENTO PESSOAL REQ. (2015)	1.857.765,81	1.960.144,57	1.299.550,03	1.960.144,57	558.215,78	0,00	1.299.550,03	1.960.144,57
Demais elementos do grupo	589.009,48	1.875.661,48	589.009,48	1.604.491,46	0,00	271.170,02	589.009,48	1.604.491,46
3. Outras Despesas Correntes								
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PJ	21.930.831,69	25.606.163,94	15.511.986,37	22.467.062,25	6.418.845,32	3.139.101,69	15.511.986,37	22.467.062,25
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA (2014) SERVICOS DE CONSULTORIA (2015)	8.892.186,44	7.982.936,24	7.855.601,34	7.353.794,32	1.036.585,10	629.141,92	7.855.601,34	7.353.794,32
SERVICOS DE CONSULTORIA (2014) INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES (2015)	1.457.825,14	1.679.765,76	1.288.568,86	1.043.384,47	169.256,28	636.381,29	1.288.568,86	1.043.384,47
Demais elementos do grupo	3.152.455,09	4.681.350,42	2.895.813,53	4.409.488,70	256.641,56	271.861,72	2.895.813,53	4.409.488,70
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
EQUIPAMENTOS E MAT. PERMAN. (2014) OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PJ (2015)	1.222.300,00	6.153.708,06	1.220.500,00	5.873.953,35	1.800,00	279.754,71	1.220.500,00	5.873.953,35
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PJ (2014) EQUIPAMENTOS E MAT. PERMAN. (2015)	133.806,91	536.540,00	126.581,91	0,00	7.225,00	536.540,00	126.581,91	0,00
OBRAS E INSTALACOES		0,00		0,00		0,00		0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP/ TESOURO GERENCIAL

QUADRO 4.3.7.E – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - SNPTUR

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Outros Serviços de Terceiros - PJ	43.235.503,46	44.303.334,60	25.047.022,42	33.801.435,53	18.188.481,04	10.501.899,07	25.047.022,42	33.801.435,53
Contribuições – Fundo a Fundo	13.257.681,94	10.986.469,72	4.989.515,00	3.413.455,88	8.268.166,94	7.573.013,84	4.989.515,00	3.413.455,88
Serviços de Consultoria (2014)								
Passagens e desp. Loc. (2015)	277.412,71	7.897.516,35	255.542,07	7.170.720,63	21.870,64	726.795,72	255.542,07	7.170.720,63
Demais elementos do grupo	212.023,14	878.380,52	206.245,14	813.306,03	5.778,00	67.074,49	206.245,14	813.306,03

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP/ TESOIRO GERENCIAL

QUADRO 4.3.7.B – DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO – SNPDTUR

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
2. Juros e Encargos da Dívida	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Outros Enc. Sob. Dívida por Contrato. (2014) Juros Sobre Dívida por Cont. (2015)	39.385,78	51.209,39	39.385,78	50.367,60	0,00	841,79	39.385,78	50.367,60
Juros Sobre Dívida por Contr. (2014) Outros Enc. Sob. Dívida por Contrato.(2015)	24.325,07	25.826,67	24.325,07	25.516,89	0,00	309,78	24.325,07	25.516,89
3. Outras Despesas Correntes								
Outros Serv. PJ (2014) Passagens e desp. Loc. (2015)	154.213,52	4.898.189,31	154.213,52	671.904,54	0,00	4.226.284,77	154.213,52	671.904,54
Contribuições-Fundo a Fundo (2014) Diárias pessoal civil (2015)	117.974,03	2.791.698,85	117.974,03	0,00	0,00	2.791.698,85	117.974,03	0,00
Despesas de Exercícios Ant. (2014) Indenizações (2015)	160,00	2.194.932,24	160,00	2.194.932,34	0,00	0,00	160,00	2.194.932,24
Demais elementos do grupo	128,80	483.301,25	128,80	448.590,25	0,00	34.711,00	128,80	448.590,25
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Contribuições Fundo a Fundo	362.688.726,74	531.138.972,30	292.500,00	5.121.875,00	362.396.226,74	526.017.097,30	292.500,00	5.121.875,00
Despesas de Exerc. Anteriores (2014) Outros Serv. Terceiros PJ (2015)	7.875.410,30	8.059.114,72	0,00	5.794.821,71	7.875.410,30	2.264.293,01	0,00	5.794.821,71
Outros Serv. Terceiros PJ	0,00	4.153.201,66	0,00	0,00	0,00	4.153.201,66	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
Principal Corrigido Dívida Contratual	221.171,20	129.253,46	221.171,20	128.661,46	0,00	592,00	221.171,20	128.661,46

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP/ TESOURO GERENCIAL

4.3.7.1 Análise crítica da realização da despesa

4.3.7.1.1 Contratos celebrados em 2015

No exercício de 2015, foram formalizados 35 (trinta e cinco) Contratos Administrativos e 01 (um) Termo de Compromisso, sendo: 09 (nove) oriundos de pregões eletrônicos realizados pelo órgão, 03 (três) oriundos de Dispensa de Licitação, 19 (dezenove) provenientes de Inexigibilidade de Licitação e 05 (cinco) originados de adesões a atas de registro de preços, conforme demonstrado no quadro “Contratos Celebrados em 2015” (Anexo VII).

A) Aquisições/Serviços formalizadas por Dispensa de Licitação

Em 2015, foram realizadas 146 aquisições/serviços por meio de Dispensa de Licitação. Desse total, 143 foram realizadas com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, bem como foram celebrados diretamente 02 (dois) contratos administrativos fundamentados no inciso XIII e 01 (um) com fundamento no inciso XI do Art. 24 da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

QUADRO 4.3.7.1.1 A – AQUISIÇÕES/SERVIÇOS FORMALIZADAS POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Contrato	Fundamento Legal	Contratada	Valor Total
006/2015	Art.24, inciso XI	UNIQUE RENT A CAR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA	R\$ 664.430,00
034/2015	Art. 24, inciso XIII	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV	R\$ 1.076.000,00
035/2015	Art. 24, inciso XIII	FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE	R\$ 4.187.451,00

Fonte: CGRL/SPOA

B) Aquisições/Serviços formalizadas por Inexigibilidade de Licitação

No exercício, foram realizadas 19 aquisições/serviços por Inexigibilidade de Licitação com fulcro no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93. Desse total, foram gerados 01 (um) Termo de Compromisso, firmado com a Imprensa Nacional, 01 (um) contrato firmado com a Caixa Econômica Federal, e 17 (dezesete) contratos destinados ao estande institucional do MTur em eventos turísticos atrelados à finalidade institucional do órgão, em atendimento às solicitações da Coordenação-Geral de Eventos, conforme quadro “Inexigibilidades de Licitação 2015” (Anexo VIII).

C) Contratos e Atas de Registro de Preços Vigentes no exercício

Além das contratações firmadas no exercício de 2015, no total de 35 (trinta e cinco) contratos e 01 (um) Termo de Compromisso, houve prorrogação de vigência dos Contratos celebrados em exercícios anteriores, totalizando 33 (trinta e três) contratos, conforme demonstrado no Quadro “Contratos Prorrogados/Vigentes em 2015” (Anexo IX).

Durante o exercício vigeram, ainda, atas de registro de preços para fornecimento de material de expediente, conforme quadro “Atas de Registro de Preços em 2015” (Anexo X).

D) Controle de Compras

É responsabilidade da Área de Compras as Dispensas e as Inexigibilidades de Licitação.

As Dispensas de Licitação com valor igual ou menor a R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e que não gerarem contrato, dispensam prévia manifestação jurídica conforme PARECER/CONJUR/MTUR/Nº 001/2003, segundo o qual “é dispensado prévia manifestação jurídica nas contratações diretas, de valor restrito, fundamentadas nos incisos I e II do Art. 24 da Lei nº 8.666/93”. As demais Dispensas e as Inexigibilidades terão que ser instruídas e encaminhadas à Consultoria Jurídica, para manifestação quanto aos aspectos legais da contratação, juntamente com a minuta de contrato.

Em 2015 foram firmadas 165 dispensas, conforme o quadro a seguir:

QUADRO 4.3.7.1.4 – DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES FIRMADAS EM 2015

Modalidade	Quantidade	Valor (R\$)
Dispensa de Licitação	146	6.357.360,50
Inexigibilidade	19	8.117.476,70
Total		14.474.837,20

Fonte: CAM/CGRL/SPOA

E) Redução de Gastos

A Presidência da República, por meio dos Decretos nº 8.540, de 9 de outubro de 2015, e nº 8.541, de 13 de outubro de 2015, estabeleceu, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços e na utilização de telefones celulares corporativos e outros dispositivos, bem como medidas de racionalização do gasto público no uso de veículos oficiais e nas compras de passagens aéreas para viagens a serviço.

Assim, com objetivo de reduzir o gasto público, procedeu-se à avaliação dos contratos e dos instrumentos congêneres relativos à aquisição de bens e à prestação de serviços, tendo em vista a meta de redução de vinte por cento sobre o valor total dos contratos e instrumentos congêneres.

Embora a referida redução tenha se iniciado ainda no exercício de 2015, deu-se o término no início do exercício de 2016, tendo em vista as formalidades legais e os trâmites processuais necessários para a conclusão dos processos.

Por fim, encaminhou-se à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio eletrônico, relatório de despesas e de redução de gastos do MTur, em atendimento ao art. 5º do Decreto nº 8.540/2015, cuja cópia consta anexa a este relatório (Anexo XI).

F) Almoxarifado – Material de Expediente

No ano de 2014 foi realizado um grande pregão para aquisição de material de expediente. Esse pregão possui o valor de R\$ 364.709,80 e tem como finalidade manter o almoxarifado suprido durante o ano de 2014 até o primeiro semestre de 2015.

Ao comparar o ano de 2014 com o ano de 2015, houve um crescimento de 15 novos itens de material de consumo ao portfólio de produtos estocados em nosso almoxarifado, objetivando proporcionar um melhor atendimento e variedade aos nossos usuários. Esse crescimento representou um aumento de 2,51% no número de itens disponíveis.

Total de itens em 2014: 597 itens diferentes

Total de itens em 2015: 612 itens diferentes

Até o final de dezembro de 2015, o almoxarifado contava com o valor absoluto de R\$ 243.357,83 em itens de material de consumo. Esse valor encontra-se distribuído da seguinte maneira:

QUADRO 4.3.7.1.6 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ABSOLUTO EM MATERIAIS EM DEZEMBRO/2015

GRUPO	SALDO FINANCEIRO ATUAL (Em R\$)
33.390.30.16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	134.423,97
33.390.30.17 - MATERIAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	65.068,27
33.390.30.19 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	8.394,03
33.390.30.21 - MATERIAL DE COPA E COZINHA	10.713,89
33.390.30.22 - MATERIAL DE LIMP. E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	1.597,68
33.390.30.24 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00
33.390.30.25 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MOVEIS	0,00
33.390.30.26 - MATERIAL ELETRICO E ELETRÔNICO	8.787,56
33.390.30.28 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	0,00
33.390.30.29 - MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1.016,60
33.390.30.35 - MATERIAL LABORATORIAL	0,00
33.390.30.39 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEICULOS	7.069,86
33.390.30.42 – FERRAMENTAS	0,00
33.390.30.43 - MATERIAL PARA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	0,00
33.390.30.44 - MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E OUTROS	6.285,97
33.390.30.46 - MATERIAL BIBLIOGRÁFICO	0,00
TOTAL	243.357,83

Fonte: CGRL/SPOA

No ano de 2015 foram atendidas um total de 964 requisições. Sendo assim, foi mantida uma média aproximada de 80 requisições por mês.

4.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Não houve do Suprimento de fundos no exercício de 2015.

4.4 Renúncia de receitas

Não houve ocorrência de renúncias de receitas durante o exercício de 2015.

4.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Existe um grau de satisfação pré-definido no Sistema de Monitoramento (Quadro 4.5 A), utilizado pelo MTur, que indica os resultados de desempenho das iniciativas. Caso seja observada execução insatisfatória, no mês de referência, o responsável expõe os motivos, bem como as ações corretivas a serem implementadas para que não haja comprometimento da meta.

QUADRO 4.5 A – GRAU DE SATISFAÇÃO PRÉ-DEFINIDO NO SISTEMA DE MONITORAMENTO

Grau de Satisfação	Avaliação do Resultado	Cor de identificação
Abaixo de 65%	Insatisfatório	 Vermelho
De 65% a 90%	Merece atenção	 Amarelo
Acima de 91%	Satisfatório	 Verde
-	Sem meta prevista para o período	 Cinza

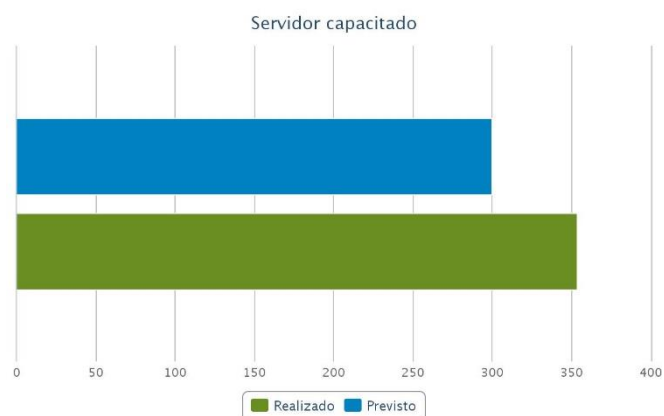
Em setembro de 2015, foi realizada uma reunião de avaliação estratégica, na qual foram tratadas questões relacionadas ao andamento das iniciativas, identificação de riscos na gestão e a busca de alternativas para a mitigação de dificuldades de execução. Daquela participaram todos os responsáveis pela execução das iniciativas juntamente com a alta cúpula da organização (Ministro e Secretários Nacionais).

A seguir apresenta-se o resultado dos objetivos fixados para o exercício:

Foco: Gestão estratégica de pessoas

Objetivo Estratégico: Desenvolver competências técnicas e gerenciais			
Iniciativa	Indicador	Meta 2015	Unidade
Capacitar os servidores do Ministério do Turismo	Servidor capacitado	300	COGEP/ SPOA

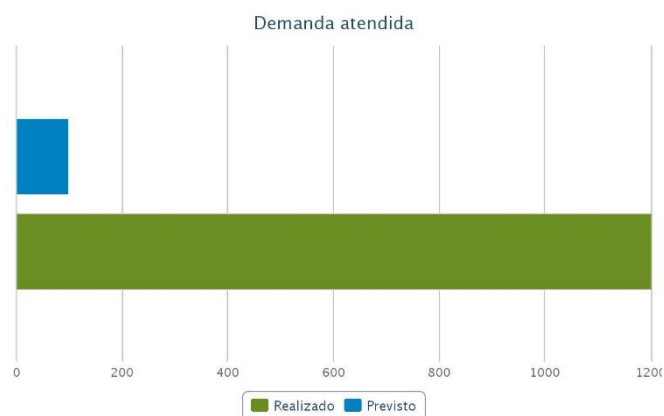
GRÁFICO 4.5.1 – DESENVOLVER COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E GERENCIAIS



Avaliação final: As principais dificuldades encontradas na execução do Plano Anual de Capacitação foram: 1) Desinteresse de alguns servidores e, em alguns casos, de setores inteiros pelos cursos oferecidos pela COGEP; 2) Dificuldades na contratação, provenientes, principalmente, de limitações orçamentárias. Para solucionar esses problemas nos próximos Planos de Capacitação, a COGEP está buscando outras formas de contratação que permitam a escolha de cursos com maior qualidade e mais adequados aos interesses dos servidores do MTur.

Objetivo Estratégico: Instituir a cultura voltada para os valores, os resultados e a responsabilidade socioambiental			
Iniciativa	Indicador	Meta 2015	Unidade
Dar tratamento a 100% das demandas encaminhadas ao Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, abrangidas pela Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011.	Demanda atendida	100%	OUVIDORIA

GRÁFICO 4.5.2 – TRATAMENTO ÀS DEMANDAS ENCAMINHADAS AO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC



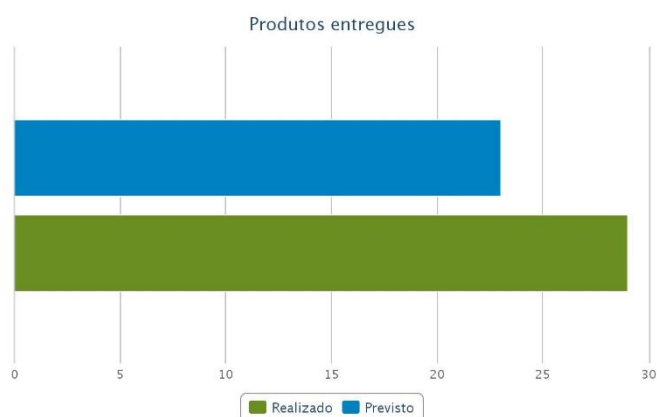
Avaliação final: A meta foi plenamente realizada, atingindo 100% de execução. Um fator que contribuiu para o bom desempenho foi o sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV), disponibilizado pela CGU, que facilitou o trabalho na tramitação das

respostas. Como fator negativo, aponta-se a ausência de um sistema interno de tramitação no Ministério do Turismo.

Foco: Efetividade na Aplicação de Recursos

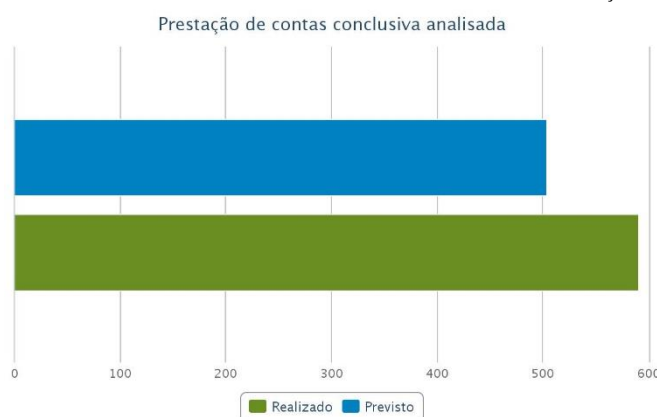
Objetivo Estratégico: Garantir a eficiência, efetividade e transparência na aplicação de recursos			
Iniciativa	Indicador	Meta 2015	Unidade
Executar 100% dos contratos formalizados até 31/12/14 no âmbito do Contrato de Empréstimo BID 2229/OC-BR	Produtos entregues	23	UCP/SE
Analisar conclusivamente (aprovar/reprovar) os processos de prestação de contas	Prestação de contas conclusiva analisada	504	CPC/SE

GRÁFICO 4.5.3 – EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FORMALIZADOS ATÉ 31/12/2014 NO ÂMBITO DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BID Nº 2229/OC-BR



Avaliação final: Todos os Contratos de Prestação de Serviços de Consultorias Especializadas celebrados no âmbito do Contrato de Empréstimo BID nº 2229/OC-BR foram concluídos com sucesso. Do montante de produtos previstos para os efetivamente apresentados houve um aumento de 6 produtos em virtude de aditivos celebrados durante o exercício de 2015. Para o atingimento desta meta, cabe destacar positivamente a capacidade técnica das áreas finalísticas na gestão dos Contratos celebrados e da equipe da UCP/SE, no monitoramento e acompanhamento do desenvolvimento dos produtos previstos a serem entregues.

GRÁFICO 4.5.4 – ANÁLISE CONCLUSIVA DOS PROCESSOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS



Avaliação final: A Coordenação Geral de Convênios – CGCV estabeleceu como meta de desempenho para o exercício 2015 no Plano de Ação do Ministério do Turismo, conforme descrito na Portaria SE/MTur nº 57/2015, de 16/04/2015: “Analisar conclusivamente (aprovar/reprovar) 1.600 processos de prestação de contas”.

Posteriormente, em agosto de 2015, a meta foi revista para “Analisar conclusivamente (aprovar/reprovar) 504 prestações de contas”, conforme Portaria GM/MTur nº 146/2015, de 31/08/2015, cujo alcance é demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 4.5 B – ANÁLISES CONCLUSIVAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015 – JAN A DEZ

2015												Total
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
63	57	10	37	156	52	58	45	34	21	17	23	588

QUADRO 4.5 C – COMPARATIVO DE PRODUÇÃO DE ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS NA CGCV

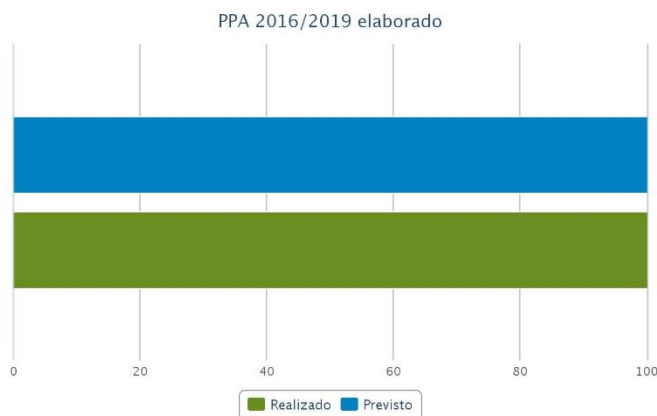
Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2014	65	66	73	50	79	37	35	58	83	73	80	60	759
2015	63	57	10	37	156	52	58	45	34	21	17	23	588

Portanto, levando em consideração a meta revisada, há de se avaliar que o resultado foi atingido (116,66%). As contingências que forçaram o ajuste da meta ao longo do exercício estão relacionadas ao número de analistas abaixo do necessário para fazer frente ao estoque de prestação de contas pendentes de análise, à falta de capacitação adequada, e a ausência de manuais de procedimento ou outros instrumentos de suporte à atuação.

Foco: Excelência administrativa

Objetivo Estratégico: Fortalecer os processos de gestão estratégica e comunicação integrada			
Iniciativa	Indicador	Meta 2015	Unidade
Elaboração do PPA 2016/2019	PPA 2016/2019 elaborado	100%	DP

GRÁFICO 4.5.5 – ELABORAÇÃO DO PPA 2016/2019



Avaliação final: A elaboração do PPA 2016-2019 ocorreu de forma participativa, sendo que todas as áreas do MTur, bem como da entidade vinculada, puderam enviar propostas e participar das oficinas conduzidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento

e Gestão. Notou-se grande esforço da Secretaria de Planejamento e Investimento (SPI) no sentido de viabilizar a construção de iniciativas transversais, contudo a efetividade e a execução dessas iniciativas ainda são bastante limitadas. Por fim, cabe notar que os objetivos, metas e iniciativas do PPA ainda têm pouco reflexo no planejamento financeiro e orçamentário do MTur, o que, por vezes, representa um grande desafio na realização do Plano.

Objetivo Estratégico: Simplificar e uniformizar normas, processos e procedimentos			
Iniciativa	Indicador	Meta 2015	Unidade
Elaborar Programa de Gestão do Conhecimento	Programa elaborado	100%	DP

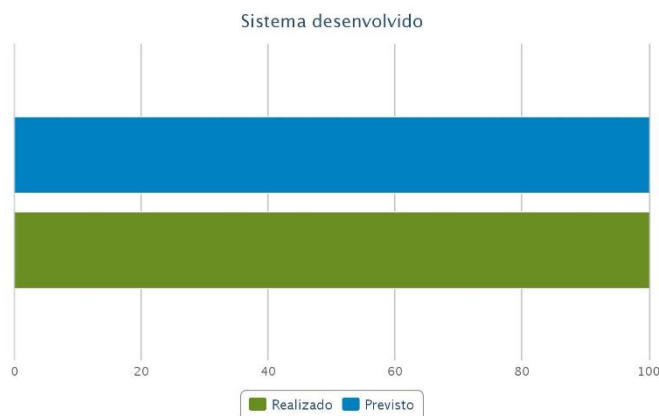
GRÁFICO 4.5.6 – ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO DO CONHECIMENTO



Avaliação final: O programa de Gestão do Conhecimento é de muita importância para o Ministério do Turismo, pois complementa vários outros projetos, como o de mapeamento de processos e o plano anual de capacitação. Em 2015, foram realizadas várias reuniões de planejamento, treinamentos e ficou definido o escopo para a implantação do programa. O principal entrave para a continuidade do processo foi a lista de prioridades da área, que contemplou o mapeamento dos procedimentos da CGCV e da UCP, bem como da instalação, configuração e parametrização do Projeto do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Em 2016, o programa terá continuidade e a ideia é que esteja institucionalizado até término da vigência do atual PPA, em 2019.

Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar o controle interno, a gestão de riscos e a segurança institucional			
Iniciativa	Indicador	Meta 2015	Unidade
Desenvolver sistema integrado de apoio ao controle interno, envolvendo os subsistemas SCDE, PPP e TCU	Sistema desenvolvido	100%	AECI

GRÁFICO 4.5.7 – DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA INTEGRADO DE APOIO AO CONTROLE INTERNO

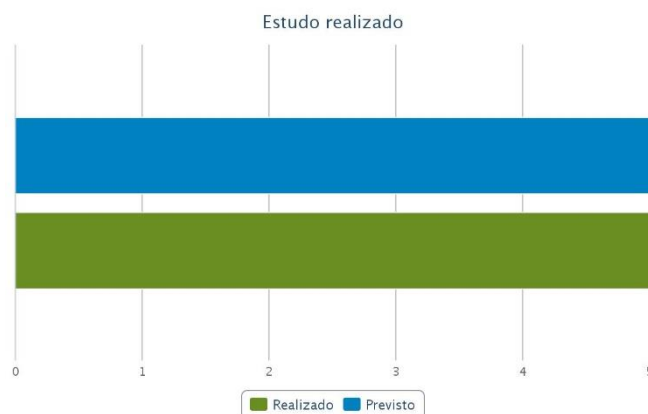


Avaliação final: A conclusão do Sistema Apolo foi realizada no mês de abril de 2015, de forma satisfatória. O referido Sistema funciona de modo a servir como instrumento gerencial, com vistas a ser utilizado pela AECI e pelas Unidades do MTur, no atendimento tempestivo das demandas de órgãos de controle. Pontos fortes: Considerando a efetividade, a praticidade e a agilidade do Sistema, atualmente, existem outros órgãos públicos utilizando desse instrumento de controle para monitorar as suas demandas. Dificuldade: Ressalta-se que técnicos do MTur e da CGU tentam realizar, desde agosto de 2015, a interface entre o Sistema Apolo e o Sistema Monitor Web - da CGU, no sentido de monitorar as recomendações emanadas por essa Controladoria.

Foco: Estruturação, fomento e produção

Objetivo Estratégico: Conhecer o turista, o mercado e o território			
Iniciativa	Indicador	Meta 2015	Unidade
Realizar estudos e pesquisas que contribuam para a estruturação do Sistema Nacional de Estatísticas de Turismo	Estudo realizado	5	DEPES
Realizar pesquisa sobre o perfil do turista	Pesquisa realizada	100%	DPMKN
Elaborar Metodologia de Categorização de Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro	Metodologia elaborada	100%	DEPROD
Elaborar Cartilha Explicativa do Processo de Categorização de Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro	Cartilha elaborada	100%	DEPROD
Elaborar Minuta de Portaria instituindo a Categorização de Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro	Minuta de Portaria elaborada	100%	DEPROD

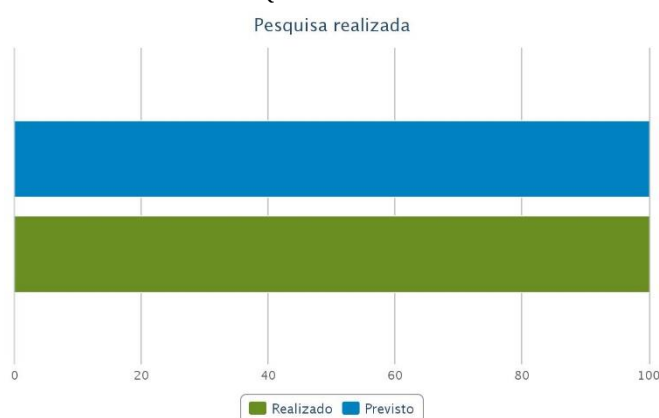
GRÁFICO 4.5.8 – REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS QUE CONTRIBUAM PARA A ESTRUTURAÇÃO DO



SISTEMA NACIONAL DE ESTATÍSTICAS DE TURISMO.

Avaliação final: A meta estabelecida de realização de 5 (cinco) estudos foi cumprida em totalidade. Foram executadas todas as etapas de coleta de dados das pesquisas de demanda internacional, sondagem mensal de consumidor - intenção de viagem, boletim trimestral de desempenho econômico do turismo, pesquisa anual de desempenho econômico do turismo e do estudo de competitividade. A divulgação dos respectivos relatórios de resultados foi feita no portal institucional do Ministério do Turismo. Entre os pontos fortes destaca-se o interesse tanto da sociedade, quanto das organizações da área pública e privada pelos dados e informações gerados pelos estudos. Observa-se, em há grande interesse da área privada, já que utiliza os estudos como referência e subsídio para auxiliar na tomada de decisão. Quanto aos entraves, as restrições orçamentárias e financeiras dificultaram a supervisão em campo da execução das etapas, em especial da demanda internacional, que foi realizada em 16 aeroportos internacionais distribuídos pelo país e 10 fronteiras terrestres.

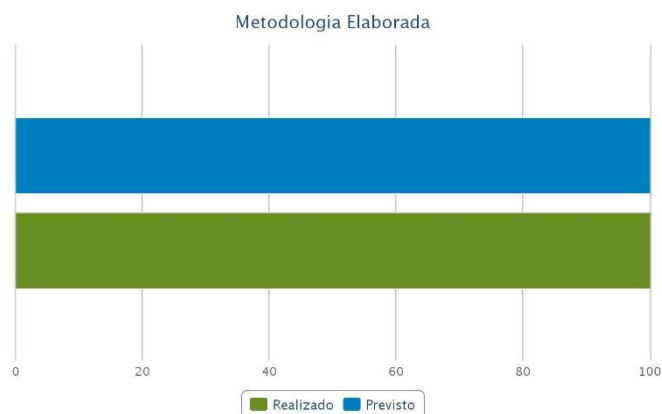
GRÁFICO 4.5.9 – PESQUISA SOBRE O PERFIL DO TURISTA



Avaliação final: A pesquisa foi concluída no mês de junho de 2015. Os dados obtidos por meio da pesquisa sobre perfil do turista auxiliaram o Departamento de Marketing a compreender melhor o comportamento do público consumidor do produto turístico brasileiro, assim como seus hábitos de consumo e seu perfil socioeconômico. A pesquisa serviu como insumo para o planejamento das ações de marketing e campanhas publicitárias do setor. Para otimizar o nível de confiança dos dados da pesquisa, é necessário ampliar o espaço amostral no recolhimento dos dados, e, para isso, faz-se necessária a ampliação no

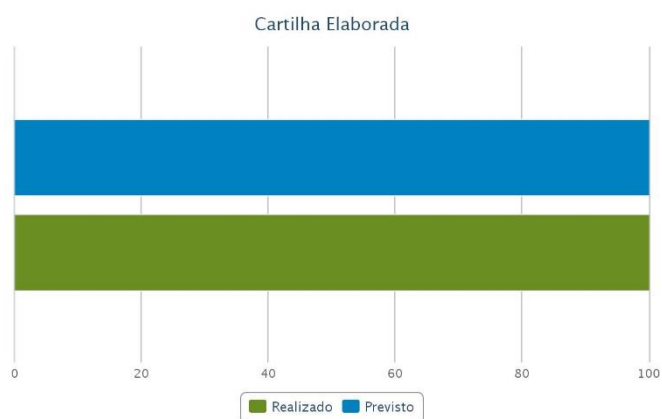
orçamento da área, pois, quanto maior o público entrevistado, maiores os custos envolvidos no estudo.

GRÁFICO 4.5.10 – ELABORAÇÃO DA METODOLOGIA DE CATEGORIZAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO



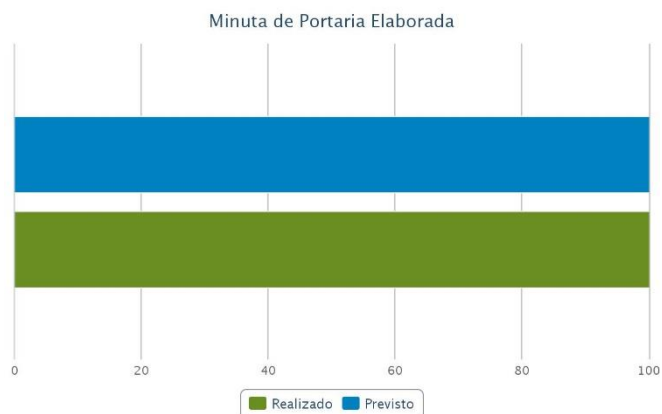
Avaliação final: A meta foi cumprida, de modo que a categorização foi instituída pela Portaria GM/MTur nº 144, de 27 de agosto de 2015. Os critérios do Mapa do Turismo Brasileiro foram definidos de forma participativa com os Estados e, para tanto, foram realizadas duas reuniões/oficinas com os interlocutores do programa de regionalização das secretarias estaduais.

GRÁFICO 4.5.11 – ELABORAÇÃO DE CARTILHA EXPLICATIVA DO PROCESSO DE CATEGORIZAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO



Avaliação final: O conteúdo da cartilha foi produzido e a diagramação finalizada. A impressão do material e o envio às Unidades Federativa ocorreu em janeiro de 2016.

GRÁFICO 4.5.12 – MINUTA DA PORTARIA QUE INSTITUI A CATEGORIZAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO.

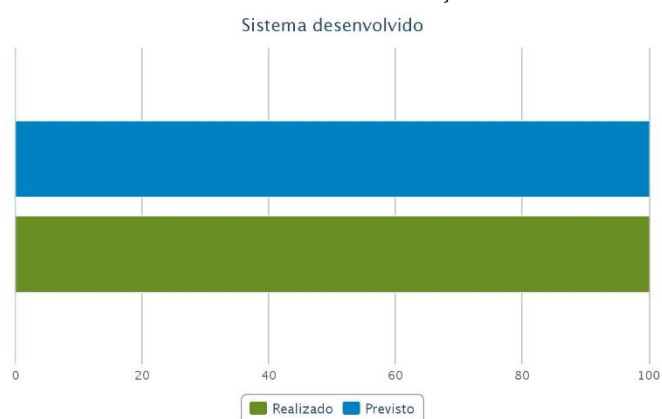


Avaliação final: Os trabalhos de elaboração da minuta foram concluídos no mês de julho. A publicação da portaria ocorreu em 27 de agosto de 2015 (Portaria GM/MTur nº 144, de 27 de agosto de 2015).

Objetivo Estratégico: Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos			
Iniciativa	Indicador	Meta 2015	Unidade
Desenvolver Sistema de Informação ao Investidor	Sistema desenvolvido	100%	DFPIT
Realização e/ou participação em eventos para atração de investimentos no setor de turismo.	Realização e/ou participação em eventos para atração de investimentos no setor de turismo	4	DFPIT
Celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Turismo e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio para ingresso do MTur na RENAI, Rede Nacional de Informações ao Investidor	Acordo de Cooperação formalizado	100%	DFPIT
Incrementar as linhas de financiamento à iniciativa privada	Financiamentos concedidos por bancos públicos federais	R\$ 9.800.000,00	DFPIT
Fomentar e qualificar os serviços turísticos.	Financiamento concedido	R\$ 15.000.000,00	DFPIT Fungetur
Definir e publicar as novas condições do Fungetur	Portaria encaminhada	1	DFPIT Fungetur
Promover ações de qualificação profissional para o setor de turismo	Profissional qualificado	25.000 (PRONATEC) 7.000	DCPAT
Promover ações de formação para os gestores públicos.	Gestor Público formado	27	DCPAT
Promover a elaboração da Política Nacional para Qualificação em Turismo – Fase 1	Política Nacional de Qualificação Elaborada	100%	DCPAT
Promover a valorização da gastronomia regional como fator diferencial de competitividade dos destinos turísticos – Chamada Pública 001/2015	Projeto apoiado	10	DCPAT

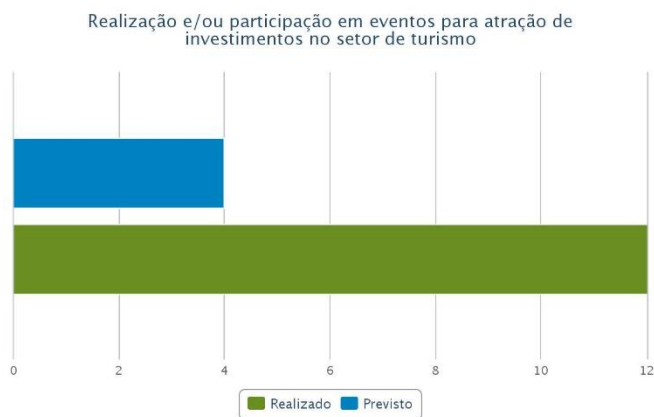
Celebrar Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no âmbito Programa Brasil Orgânico e Sustentável.	Acordo de Cooperação Técnica celebrado	1	DCPAT
Revisar a Lei Geral do Turismo e submeter o Projeto de Lei à Câmara dos Deputados.	Projeto de Lei submetido	100%	DEPROD
Atualizar a Portaria GM/MTur nº 112, de 24 de maio de 2013	Normativo atualizado	100%	DEPROD
Analisar e avaliar o ciclo de vida de projetos pontuais	Projetos avaliados	4	DEPROD

GRÁFICO 4.5.12 – SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO INVESTIDOR



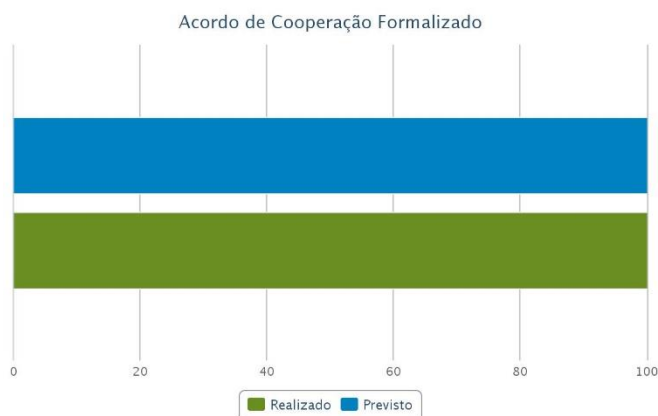
Avaliação final: Pontos fortes: Internamente, a iniciativa viabilizou a integração entre as equipes da Coordenação de Atração de Investimentos, CGTI e ASCOM, fortalecendo a cultura institucional de cooperação, o que possibilitou a otimização de recurso público na elaboração da infraestrutura do site, bem como promoveu a unicidade de discurso e dados direcionados ao público externo. Externamente, a iniciativa propiciou o aprofundamento da gestão descentralizada do turismo por meio de espaços disponibilizados para que os estados possam disseminar suas informações e dados para atração de investimentos privados no turismo. Outro ponto forte a ser considerado é o fato de que a iniciativa resultou em um produto (site) inovador no âmbito do turismo, bem como oferecendo aos estados, municípios e ao setor privado um “locus” para a promoção de projetos e a atração de investimentos. Dificuldades: A maior dificuldade foi a limitação/redução do quantitativo de servidores disponíveis para a execução e manutenção da iniciativa, restringindo assim o objetivo da iniciativa, o que resulta em uma possível subutilização da ferramenta. Falta de estruturas de atração de investimento em turismo nas esferas estadual e municipal, bem como a ausência de uma cultura de busca de investimentos privados.

GRÁFICO 4.5.13 – REALIZAÇÃO E/OU PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS PARA ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS NO SETOR DE TURISMO



Avaliação final: Pontos fortes: Os eventos para atração de investimentos privados em turismo têm como ponto forte o favorecimento da realização de negócios, resultando no desenvolvimento das regiões por meio de aquisição de novas tecnologias pelo mercado nacional, inovação em modelos de gestão, geração de empregos, renda e divisas e ampliação do número de turistas internacionais em nosso país. **Dificuldades:** Restrições orçamentárias para a realização de eventos e equipe reduzida.

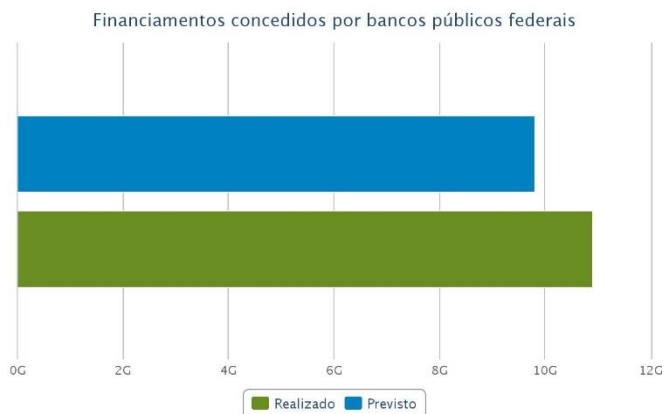
GRÁFICO 4.5.14 – CELEBRAÇÃO DO ACORDO TÉCNICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O MINISTÉRIO DO TURISMO E O MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC)



Avaliação final: Acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Turismo e o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) assinado em 31/07/15 e publicado no DOU em 03/08/15. O referido Acordo visa Consolidação da mútua cooperação entre os Partícipes, com vistas a promover um maior intercâmbio de informações e articular ações de facilitação de investimentos produtivos no País, por meio da Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (Renai). **Pontos fortes:** Entre os principais, encontram-se o recebimento semestral de informações sobre anúncios de investimentos no turismo; a possibilidade de divulgação dos eventos para atração de investimentos organizados pelo Ministério do Turismo para todos os membros da Rede, e a participação dos servidores do MTur em eventos de capacitação em atração de investimentos. **Ações de networking e participação de eventos de capacitação proporcionam uma maior inserção do turismo na pauta econômica dos estados e municípios.** **Dificuldades:** Falta de uma cultura nos estados e municípios que priorize a atração de investimentos privados e que apoie o setor

privado local na busca de investidores. Baixo número na RENAI de projetos voltados para os segmentos turísticos.

GRÁFICO 4.5.15 – FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS POR BANCOS PÚBLICOS FEDERAIS



Avaliação final: Mesmo diante do cenário de instabilidade política e econômica em 2015, a meta prevista para o exercício foi cumprida (proporcionalmente, pois ainda não estão disponíveis todos os dados relativos aos dois últimos meses do ano). Como já previsto na definição da meta, em relação aos anos anteriores, houve certa retração do nível de investimentos por parte das empresas, além de uma postura mais rígida das instituições financeiras no que diz respeito às políticas de risco e de crédito para o mercado, o que, no entanto, não impediu que bons projetos dispusessem de recursos para seu desenvolvimento.

GRÁFICO 4.5.16 – FINANCIAMENTO CONCEDIDO



Avaliação final: O Ministério do Turismo liderou o esforço em promover as alterações indispensáveis nas condições estruturais da linha de crédito organizada com recursos do Fundo Geral de Turismo – Fungetur. A edição da Portaria GM/MTur nº 75/2015 renovou normas e critérios de aplicação dos recursos, com capacidade de imprimir competitividade à linha diante das demais opções de crédito público em geral. A forte desaceleração da economia brasileira atingiu o setor de serviços, inclusive a cadeia produtiva do turismo, cujos reflexos negativos podem ser percebidos no adiamento dos investimentos em projetos turísticos, tomadores de recursos públicos, entretanto, o Fundo Geral de Turismo atingiu plenamente sua meta para 2015. O modelo de estímulo à oferta por produtos e

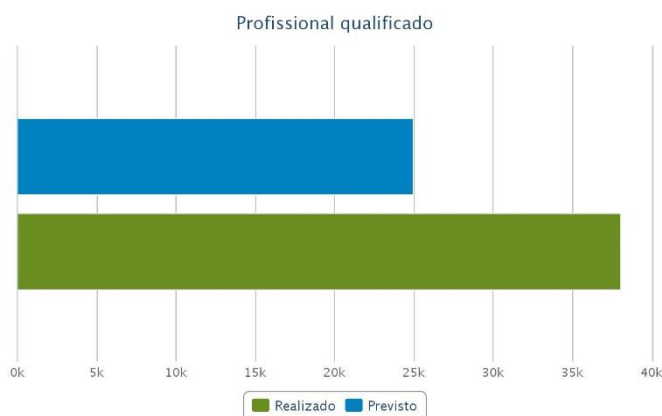
serviços turísticos vem dando sinais de exaustão, prejudicando sobremaneira o desempenho dessa linha de crédito em 2015.

GRÁFICO 4.5.17 – PORTARIA ENCAMINHADA



Avaliação final: O Normativo estabeleceu condições favoráveis de acesso ao crédito público dentro dos parâmetros da macroeconomia do país, imprimindo uma linha de crédito estruturada com recursos do Fungetur, de forma competitiva diante das demais opções de crédito.

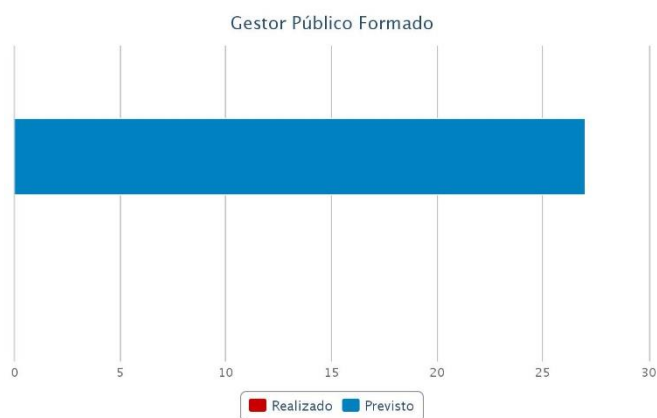
GRÁFICO 4.5.18 – PROFISSIONAL QUALIFICADO



Avaliação final: PRONATEC TURISMO. Pontos Fortes: - Qualificação de mão de obra para o setor de turismo nos destinos turísticos; -Facilidade de comunicação entre MTur e Demandantes Adjuntos; -Alunos satisfeitos com os cursos; -Estímulo aos profissionais de turismo como crescimento pessoal e profissional; -Procura de novos cursos por egressos do PRONATEC; -Grande envolvimento dos órgãos de turismo para viabilizar a execução dos cursos; - Auxílio financeiro estudantil; - Cursos no município e no próprio local de trabalho; - Oferta dos cursos por instituições renomadas; - Manual para o empregador; Acesso e canal de comunicação entre os demandantes nacionais e adjuntos às equipes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC/MEC; - Articulação junto aos órgãos do MEC, objetivando a priorização em adequar o programa às necessidades dos setores envolvidos; Pontos Fracos - Criação e publicação da turma como preferencial; - Oferta compartilhada de idiomas no Instituto Federal de Brasília; - Equipe PRONATEC TURISMO

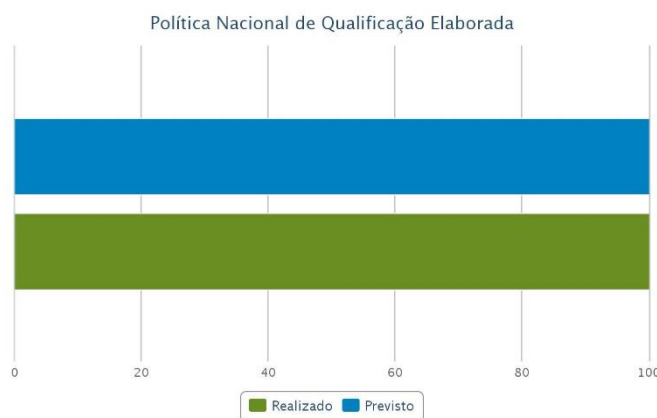
reduzida para atendimento das demandas do programa; - Ausência de repasse de recursos para demandantes adjuntos a fim de subsidiar as ações do Programa; - Ausência de material de divulgação; - Atraso no cronograma de pactuação e das fases de execução do Programa, ocasionando desistência dos alunos; -Falta de docentes para atender cursos pactuados; -Falta de transparência e de disponibilização de informações pelo ofertante do acompanhamento das turmas; -Carência de Informações da oferta e demanda turística (inventários e pesquisas); Demora na resolução de problemas operacionais do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC; -Prejuízos para candidatos que não conseguem se inscrever ou confirmar matrícula em função de problemas relacionados ao SISTEC; - Dificuldades no atendimento das demandas identificadas, devido ao limite orçamentário disponibilizado para o Programa. - Dificuldade no atendimento pelos ofertantes em municípios que não possuem representação da Instituição de Ensino.

GRÁFICO 4.5.19 – GESTOR PÚBLICO FORMADO



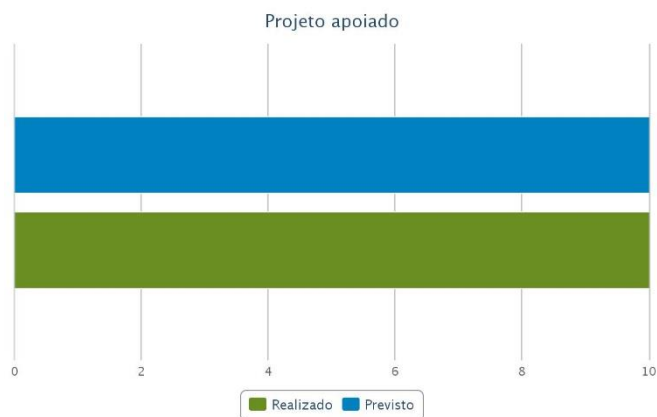
Avaliação final: A meta não foi alcançada. Ocorreu o cancelamento do TED nº 01/2015, em decorrência de entraves administrativos, antes do seu cumprimento total. Assim, a atividade precisou ser remodelada e um novo TED com a ENAP foi proposto. Porém, devido ao curto período para a elaboração e celebração do plano de trabalho até o encerramento orçamentário da Instituição, a parceria não pode ser celebrada.

GRÁFICO 4.5.20 - POLÍTICA NACIONAL ELABORADA



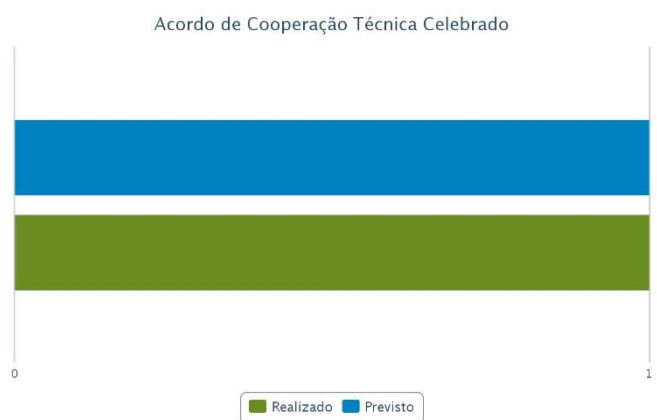
Avaliação final: A meta foi cumprida, apesar da demora no repasse de recursos que ocasionou atraso no plano de trabalho. Como ponto forte deste processo, destaca-se o planejamento da área técnica, que foi decisivo para cumprir as atividades conforme estabelecido.

GRÁFICO 4.5.21 – PROJETO APOIADO



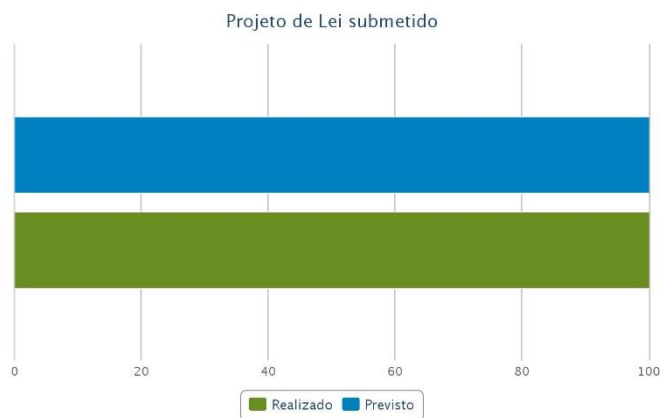
Avaliação final: No sentido de viabilizar a Chamada Pública, via SICONV, os procedimentos necessários foram distribuídos, de acordo com o perfil, entre os servidores do departamento (DCPAT) promovendo um grande envolvimento da equipe que atuou com comprometimento e dedicação. Dificuldades: Em função da limitação de recursos, apesar de solicitado à COGEP, não foi possível realizar treinamento prévio específico relacionado aos procedimentos realizados no SICONV a todos os servidores envolvidos na ação para a análise e aprovação das propostas; o prazo disponível para conclusão da chamada e celebração dos instrumentos foi bem reduzido em função da morosidade na aprovação do orçamento e disponibilidade dos recursos para início da ação; capacidade técnica de alguns proponentes relacionada a elaboração de projetos e operacionalização do SICONV que demandou uma assistência maior da equipe e dificultou o processo de análise e readequação das propostas apresentadas.

GRÁFICO 4.5.22 – ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CELEBRADO



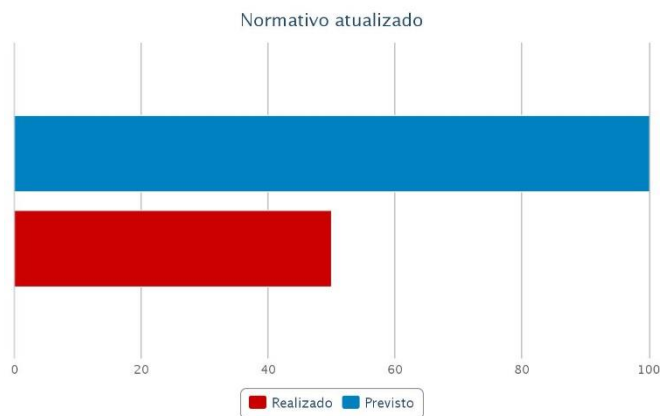
Avaliação final: Pontos fortes: Desenvolvimento de ações com a mesma temática em parceria com demais órgãos do Governo Federal no sentido de otimizar recursos e maximizar a ação. Dificuldade: A escassez de recursos orçamentários inviabilizou a participação de representantes do Ministério do Turismo em atividades de planejamento e lançamento do Programa Brasil Saudável e Sustentável na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

GRÁFICO 4.5.23 – PROJETO DE LEI DE REVISÃO DA LEI GERAL DO TURISMO SUBMETIDO



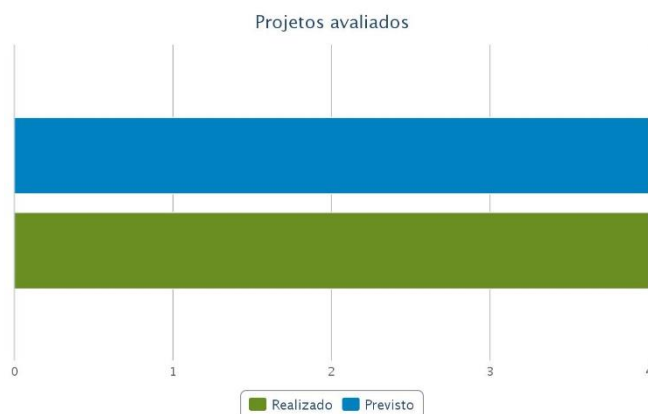
Avaliação final: A revisão da lei geral foi 100% concluída pela área técnica, contendo proposta de medida provisória. Todo o processo da referida revisão tem como Protocolo nº 72031.006056/2014-25. Vale ressaltar que a submissão do processo à Câmara dos Deputados não pode ser proposta pelo MTur, pois a competência é dada à deputados e senadores. Portanto, conclui-se que a ação foi completada.

GRÁFICO 4.5.24 – NORMATIVO ATUALIZADO



Avaliação final: A minuta de atualização da portaria foi elaborada e aguarda análise da SNPDTur.

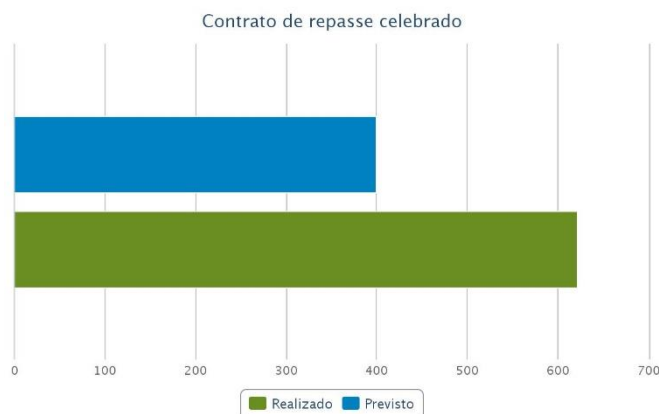
GRÁFICO 4.5.25 – PROJETOS AVALIADOS



Avaliação final: A meta foi cumprida em sua totalidade, tendo como resultado a entrega das análises situacionais dos projetos à gestão superior.

Objetivo Estratégico: Estruturar os destinos turísticos			
Iniciativa	Indicador	Meta 2015	Unidade
Melhorar a infraestrutura nas regiões turísticas	Contrato de repasse celebrado	400	DIETU
	Banco de Projetos implementado	100%	DIETU
Apoiar a elaboração de planos nos polos turísticos priorizados	Planos elaborados	07	DPRDT

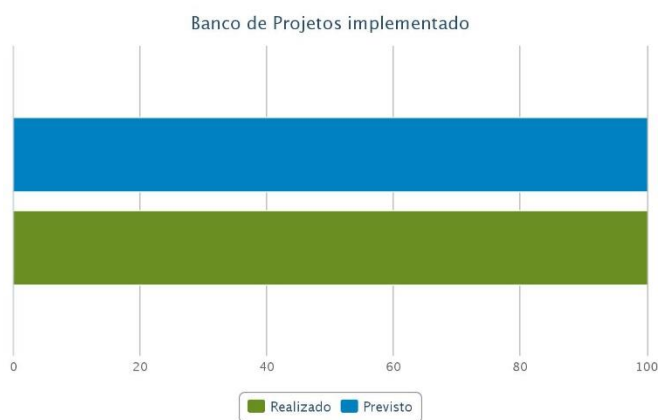
GRÁFICO 4.5.26 – CONTRATO DE REPASSE CELEBRADO



Avaliação final: A concentração dos empenhos se concentrou no último trimestre do exercício de 2015 e se deve principalmente à liberação centralizada de recursos no período, o que também explica a superação da meta estabelecida inicialmente de 400 contratos de repasse. No exercício de 2015, quase todas as Unidades de Federação receberam recursos para infraestrutura turística. No total foram apoiados 622 projetos novos e ocorreu reforço de empenho de 11 projetos de exercícios anteriores, perfazendo um total aproximado de R\$ 364 milhões. 63% dos recursos apoiados são provenientes de emendas, 9% de Medida Provisória e 28% de recursos da programação (Ação 10V0 e 14TJ). Os principais objetos apoiados foram: centros de eventos, centros de convenções, centros culturais e centros de atendimento ao turista, sinalização Turística, portais e pórticos, infraestrutura urbanística

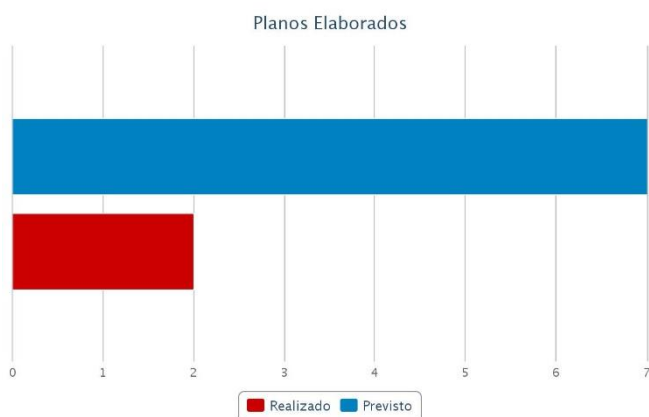
diretamente ligada ao turismo, orlas lacustres, fluviais e marítimas e construção/reforma de praças.

GRÁFICO 4.5.27 – BANCO DE PROJETOS IMPLEMENTADO



Avaliação final: O Departamento de Infraestrutura conta com um banco de 10.853 projetos cadastrados nos programas disponibilizados para Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística no Sistema de Convênios do Governo Federal – SICONV.

GRÁFICO 4.5.28 – ELABORAÇÃO DE PLANOS NOS POLOS TURÍSTICOS PRIORIZADOS



Avaliação final: Preliminarmente, destaca-se que a iniciativa 4.2.2 – apoiar a elaboração de planos nos polos turísticos priorizados, inicialmente prevista para compor o Plano Tático da SNPDTur, foi direcionada para o Plano Estratégico, em julho de 2015, a partir da demanda gerada pelo Memorando Circular nº 12/SE, de 13 de julho de 2015, em razão da revisão do Plano de Ação Estratégico do Ministério do Turismo para o exercício de 2015.

Em agosto de 2015, o Gabinete do Ministro publicou a Portaria Nº 146, de 31 de agosto de 2015, a qual altera o Anexo da Portaria nº 57, de 14 de abril de 2015, que aprova o Plano de Ação Estratégico do Ministério do Turismo para o exercício de 2015.

Dessa foram, ao DPRDT, coube:

Iniciativa	Indicador	Classificação	Meta	Finalidade
Apoiar a elaboração de planos nos polos turísticos priorizados	Número de planos elaborados	Eficácia	07	Aferir a quantidade de planos concluídos que visem ao desenvolvimento turístico dos polos no âmbito do PRODETUR Nacional.

Ressalta-se que os referidos indicadores, desenvolvidos com base em números absolutos, em conformidade com o conceito definido pela Portaria SEGECEX/TCU nº. 33/2010, encontram-se alinhados ao Plano de Ação, sendo, portanto, acompanhados por intermédio do Sistema de Monitoramento do Plano de Ação 2015, coordenado pela Secretaria-Executiva do MTur, no qual é informado mensalmente números absolutos alcançados bem como é realizada uma avaliação qualitativa da execução.

Dos 14 planos em execução, previa-se a conclusão dos seguintes no exercício de 2015: i) Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Estado do Rio Grande do Sul no Polo Corredor Turístico Grande Porto Alegre – Serra Gaúcha (1 plano); ii) Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável dos Polos Jalapão, Cantão e Palmas/TO (3 planos); iii) Plano de Fortalecimento Institucional da Gestão do Turismo do Estado de Goiás (1 plano); iv) Anexos do Manual Operativo do Programa PRODETUR BA (3 planos).

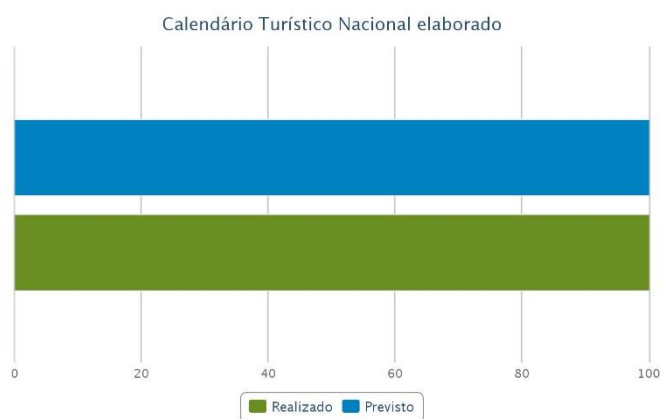
No decorrer do ano, diante das dificuldades de execução e adequação dos produtos previstos enfrentadas pelos Convenientes, bem como da falta de limite financeiro para pagamento de parcelas previstas em Cronograma de Desembolso, houve atraso na execução dos convênios em andamento prejudicando sua conclusão ainda em 2015, sendo, portanto, concluídos e aprovados em 2015, 2 (dois) dos 7 (sete) planos previstos.

Apesar de não concluídos no exercício em referência, não houve prejuízo sob o ponto de vista do apoio às novas operações de crédito, pois tais planos se referem a Estados cujas cartas-consulta encontram-se vencidas junto à SEAIN/MP e dependem de nova apresentação para serem novamente analisadas pela Comissão de Financiamento Externo – COFIEX, com exceção do Estado da Bahia, cujo contrato encontra-se assinado e em execução.

Evidencia-se que cabe aos Governos de Estado a elaboração e apresentação de novas cartas-consulta a fim de pleitear novas operações de crédito externo no âmbito do PRODETUR Nacional, no entanto, tais planos são importantes instrumentos de planejamento e podem ser utilizados como ferramentas de gestão independente da formalização de contratos de empréstimo.

Objetivo Estratégico: Promover os produtos turísticos			
Iniciativa	Indicador	Meta 2015	Unidade
Promover os produtos turísticos brasileiros para os brasileiros	Calendário Turístico Nacional elaborado	100%	DPMKN
	Campanhas promocionais realizadas	3	
	Banco de Imagens produzido	100%	
Promover o Brasil no exterior	Evento de divulgação no mercado internacional realizado	100	EMBRATUR
	Participação em feiras internacionais realizadas	15	
	Jornalista internacional participante de <i>presstrip</i>	45	
	Matéria publicada no exterior	3030	
	País abrangido nas campanhas de divulgação do turismo no mercado internacional	9	

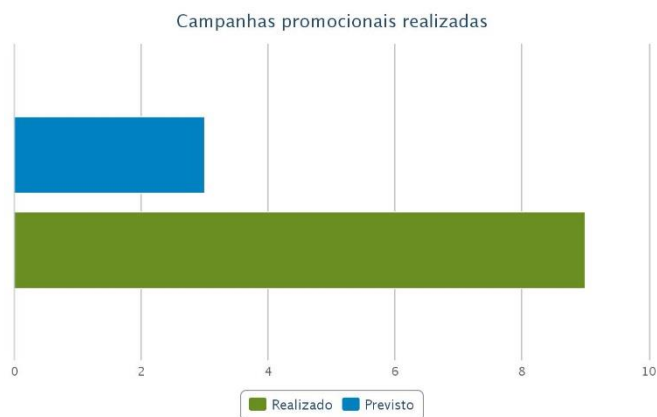
GRÁFICO 4.5.29 – CALENDÁRIO TURÍSTICO NACIONAL ELABORADO



Avaliação final: O calendário nacional busca gerar informações de confiança e relevantes ao público brasileiro e promover os eventos turísticos nacionais. Esses podem se constituir como uma das principais motivações de viagens para os destinos brasileiros, gerando atratividade para períodos específicos e contribuindo para a diminuição da sazonalidade. Com o calendário elaborado, a nova etapa será a disponibilização deste ao turista, por meio de portal eletrônico. Entre as maiores dificuldades para a elaboração e disponibilização destas informações aos turistas, estão: 1. Falta de envolvimento das Secretarias de Turismo com a ação do Ministério do Turismo, pois apenas 16 de 27 Unidades Federativas enviaram e validaram dados sobre os eventos. 2. Falta de informação de qualidade sobre os eventos turísticos por parte das Secretarias de Estado do Turismo. 3. Dificuldade de contato com as Secretarias de Estado do Turismo para recolhimento de informações. 4. Dificuldades das Secretarias de Estado do Turismo com informática e consequentemente com o preenchimento das planilhas sobre os eventos. 5. Falta de corpo técnico na área de marketing para trabalhar na análise e edição dos textos recebidos. O

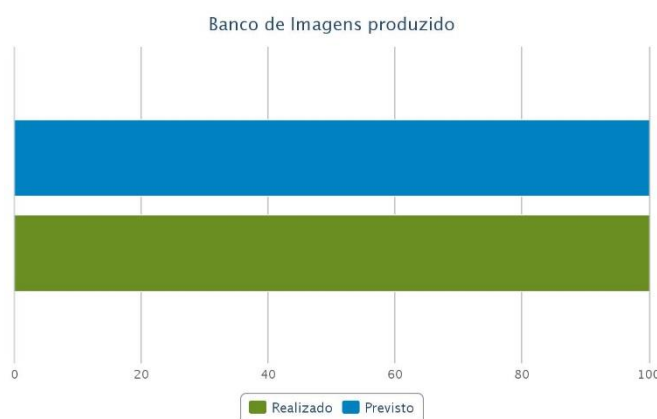
calendário em questão, é mais um produto de incentivo e promoção de produtos turísticos desenvolvido pela CGMP e não se confunde com o calendário de participação em feiras institucionais, que é atribuição da CGEV.

GRÁFICO 4.5.30 – CAMPANHAS PROMOCIONAIS REALIZADAS



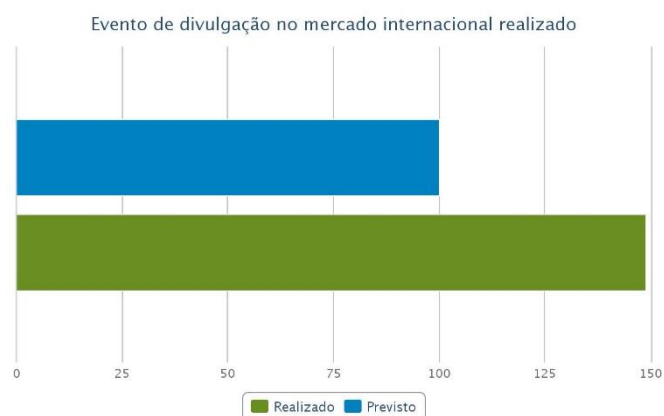
Avaliação final: Para o ano de 2015, estavam previstas a produção e veiculação de três campanhas publicitárias visando o incentivo ao turismo interno. No entanto, foram realizadas oito campanhas (2 novas e 6 continuações), além da veiculação de uma Campanha contra a Microcefalia para o Ministério da Saúde, excedendo as expectativas para o ano em questão. As campanhas publicitárias do MTur têm a função de informar e incentivar os brasileiros a conhecerem seu país, objetivando a ampliação do consumo do turismo interno. A importância desse incentivo se dá pelo papel fundamental que o turismo tem no crescimento econômico do Brasil. Vale salientar que o alcance desse quantitativo de campanhas só se deu pela sobrecarga de trabalho dos técnicos do setor, o qual está com déficit de pessoal no momento, dada a quantidade de ações demandadas ao Departamento de Marketing. Como principal dificuldade encontrada para melhoria das campanhas promocionais é a falta de orçamento, pois para ampliar o período e praças de veiculação das campanhas são necessários maiores gastos na área de publicidade, sendo ambos fundamentais para melhorar o alcance e eficácia dessas campanhas.

GRÁFICO 4.5.31 – BANCO DE IMAGENS PRODUZIDO



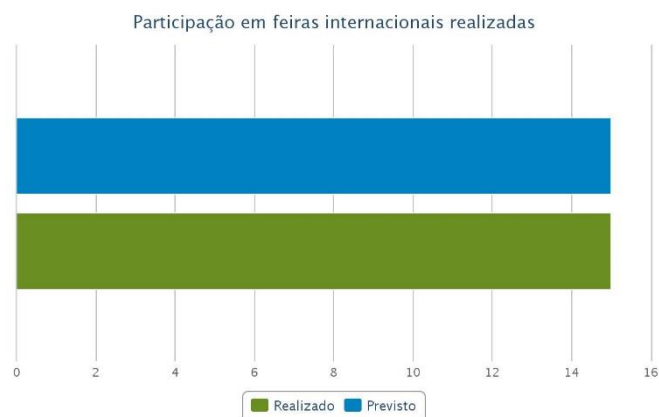
Avaliação final: banco de imagens foi adquirido visando suprir uma carência imediata no banco do Ministério do Turismo e tem sido utilizado para solicitações esporádicas. Além disso, o Departamento de Marketing já está providenciando nova contratação de imagens que retratem as experiências turísticas nos destinos brasileiros. Segundo estudos do Departamento, as imagens contemplativas e belezas naturais dos locais turísticos já não mais impactam o público-final de maneira apropriada, sendo necessário agora mostrar as experiências turísticas que podem ser vividas na ocasião de uma viagem. A principal dificuldade nessas aquisições é a falta de orçamento, pois um país de dimensões continentais como o Brasil e com um litoral de grande extensão faz com que os custos para produzir imagens das localidades turísticas sejam altos.

GRÁFICO 4.5.32 – EVENTO DE DIVULGAÇÃO NO MERCADO INTERNACIONAL REALIZADO



Avaliação final: O cenário de contingenciamento orçamentário de 2015 ocasionou a revisão do planejamento inicialmente proposto, impactando diretamente na redução dos eventos. No intuito de reverter esse quadro, houve um grande esforço na negociação de diversas parcerias com o trade internacional e nacional, fomentando, assim, o número e a qualidade das ações realizadas no exterior bem como potencializando a realização destas em diversas cidades. Desta forma, as metas previstas foram superadas.

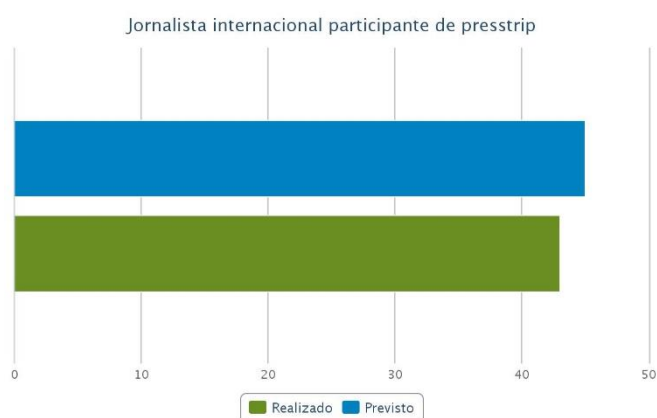
GRÁFICO 4.5.33 – PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS INTERNACIONAIS REALIZADAS



Avaliação final: Principais resultados: Realização de mais de mais de 13.000 contatos entre 457 coexpositores brasileiros e público estratégico nos mercados de realização

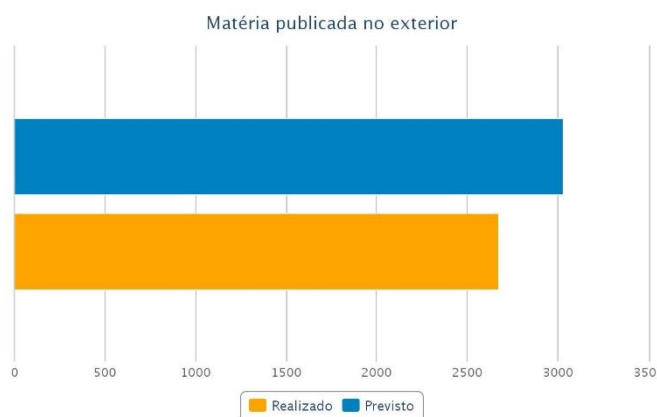
das ações, com geração de expectativa de negócios superior a USD 60 milhões para os próximos doze meses resultado da participação nas 15 feiras e/ou exposições de turismo de 2015. Principais problemas: O contingenciamento orçamentário impactou diretamente no Calendário de Feiras de 2015 ocasionando a readequação dos espaços nas feiras, o que provocou a redução da metragem dos pisos previstos no planejamento. A morosidade na liberação de recursos ocasionada pelo cronograma de desembolso orçamentário e financeiro também impactou a organização/participação nas feiras gerando atrasos e problemas de relacionamento junto às organizadoras das feiras.

GRÁFICO 4.5.34 – JORNALISTA INTERNACIONAL PARTICIPANTE DE *PRESS TRIP*



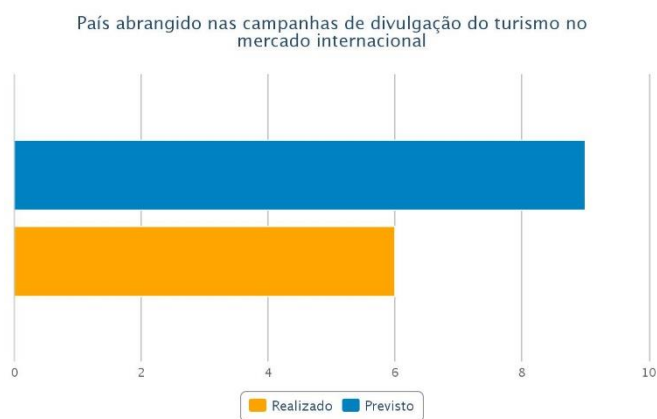
Avaliação final: Considera-se positivo o atingimento de 95,55% da meta proposta - “Realizar *Press Trip* com imprensa internacional”; pois o contingenciamento orçamentário ocasionou o replanejamento das ações, impactando diretamente em redução quantitativa das mesmas. Optou-se, portanto, pelas *Press Trips* no formato de “parceria” para maximizar os resultados, participando de parte do projeto com outros interessados. Desta forma, conseguiu-se trazer um número significativo de jornalistas pelo “Programa de *Press Trips*”, já que a Autarquia não dispunha de recursos para arcar com todos os custos envolvidos nas viagens em 2015.

GRÁFICO 4.5.35 – MATÉRIA PUBLICADA NO EXTERIOR



Avaliação final: Considera-se positivo o atingimento de 88,18% da meta proposta- “Divulgar no exterior pauta de interesse do turismo brasileiro”; pois o contingenciamento orçamentário ocasionou o replanejamento das ações, impactando diretamente em redução quantitativa das mesmas. Ao longo do ano verificou-se também perda de espaço (pontualmente) por ocasião de acontecimentos globais, que acabaram por alterar o foco dos grandes veículos de comunicação.

GRÁFICO 4.5.36 – PAÍS ABRANGIDO NAS CAMPANHAS DE DIVULGAÇÃO DO TURISMO NO MERCADO INTERNACIONAL

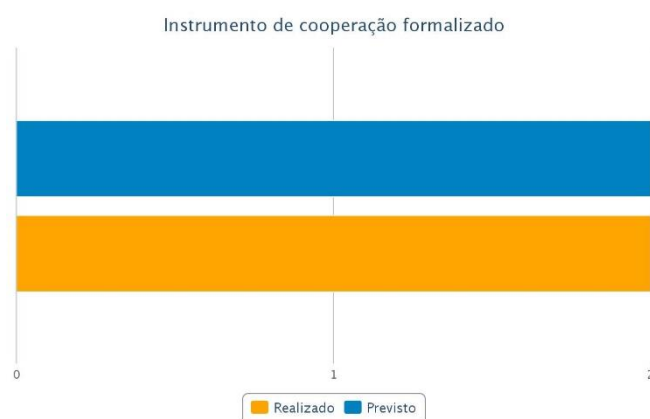


Avaliação final: O resultado deste indicador foi impactado diretamente pelo contingenciamento orçamentário de 2015, ocasionando revisão do planejamento inicialmente proposto; tendo como consequência a concentração das ações em mercados com maior poder de resposta de investimento a curto prazo. Desta forma, a campanha publicitária programada para ser executada em 9 mercados foi concentrada em 6 países da América Latina, por terem proximidade com o Brasil e, por isso, possuindo rápida resposta aos estímulos de campanhas. Ressalta-se que os demais mercados prioritários (em especial - Reino Unido, Alemanha e Estados Unidos) tiveram investimento de mídia (anúncios em mídia impressa, mídia de bordo e internet) apesar de não contemplados com campanha publicitária.

Objetivo Estratégico: Fortalecer a gestão descentralizada, as parcerias e a participação social			
Iniciativa	Indicador	Meta 2015	Unidade
Fortalecer e ampliar a cooperação internacional	Instrumento de cooperação formalizado	2	AERI
	Missão internacional realizada	12	
	Projeto de cooperação implementado	1	
Gerenciar as ações, projetos e programas relacionados aos Jogos Olímpicos Rio 2016 por meio do GT Turismo	Execução das ações, projetos e programas gerenciados	100%	DP
Reestruturar o modelo de atuação do CNT	Atuação do CNT reestruturada	100%	DEPROD
	Sistema de monitoramento implementado	100%	ASPAR

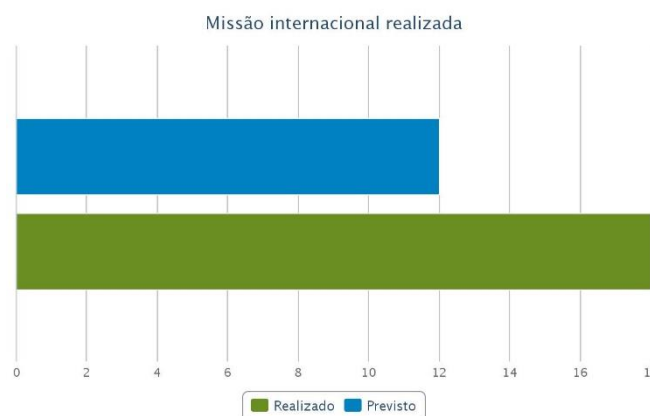
Gerenciamento integrado da agenda legislativa do MTur	Agenda legislativa integrada	100%	
Elaborar e executar o Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Pesca - MPA	Acordo assinado	1	DEPROD
	Plano de Ação elaborado	100%	

GRÁFICO 4.5.37 – INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO FORMALIZADO



Avaliação final: As ações ocorreram conforme o planejado, no entanto, houve adiamento de assinatura do Memorando com a Tunísia porque a missão do chanceler brasileiro àquele país foi cancelada.

GRÁFICO 4.5.38 – MISSÃO INTERNACIONAL REALIZADA



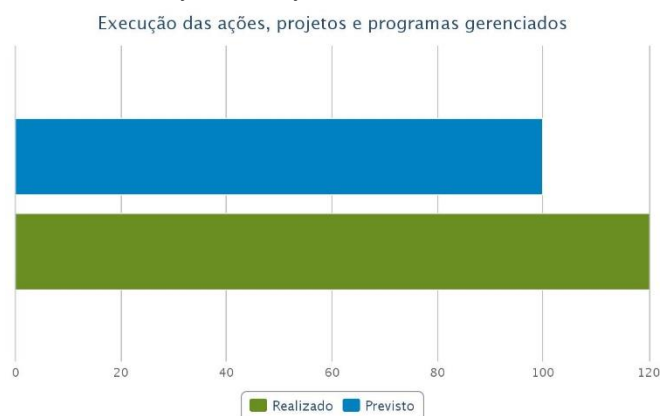
Avaliação final: A mudança de Ministro em abril de 2015 afetou o calendário de missões internacionais planejado, tendo em vista que o atual Ministro prioriza a maior participação do Brasil nos foros internacionais e o fortalecimento dos laços de cooperação internacional. A nova política externa para o turismo resultou na realização de 6 missões além do previsto.

GRÁFICO 4.5.39 – PROJETO DE COOPERAÇÃO IMPLEMENTADO



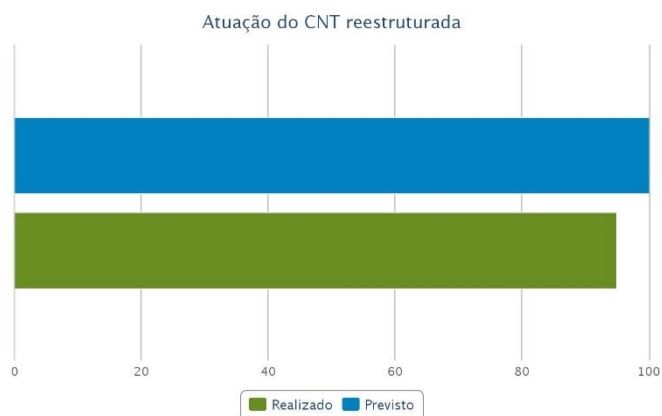
Avaliação final: Os projetos desta Assessoria previstos para 2015 não puderam ser realizados devido ao contingenciamento orçamentário.

GRÁFICO 4.5.40 – EXECUÇÃO DAS AÇÕES, PROJETOS E PROGRAMA GERENCIADOS



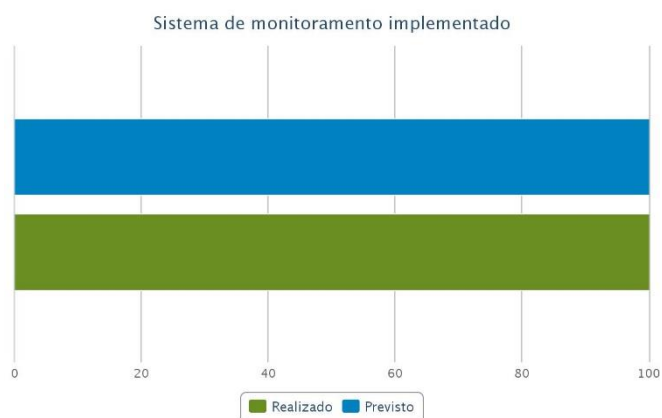
Avaliação final: Com participação ativa no Geolimpíadas, na Câmara Temática de Cultura, Turismo e Imagem do Brasil e no Grupo Operacional de Turismo, o planejamento das ações em apoio à organização dos Jogos Rio 2016 avançou de forma consistente. Dentre os principais projetos, destacam-se: Casa Brasil (espaço de degustação da cultura, turismo, esportes, negócios do Brasil); Qualificação (previsão de qualificar até 9.000 profissionais do setor turístico); facilitação de viagens (liberação da necessidade de visto para japoneses, americanos, canadenses e australianos); revezamento da tocha (apoio à organização do revezamento da Tocha); dentre outros.

GRÁFICO 4.5.41 – ATUAÇÃO DO CNT REESTRUTURADA



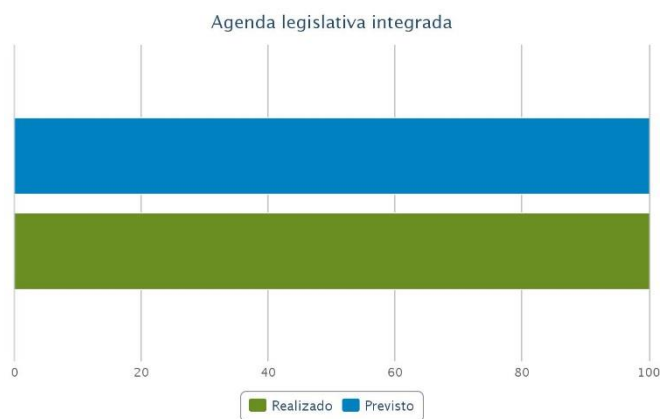
Avaliação final: A reestruturação do Conselho Nacional de Turismo avançou com a elaboração da proposta, em 2015, oportunidade em que foi apresentada em reuniões com os membros desse Colegiado para levantamento de sugestões e validação. Houve consenso geral sobre a necessidade de aprimorar o modelo de atuação no sentido de tornar as reuniões mais objetivas e agilizar os encaminhamentos resultantes. Atualmente com 71 integrantes, o Conselho requer maior atenção não só quanto as questões de ordem operacionais, mas também estratégicas para que cumpra efetivamente o seu papel de assessoramento ao Ministério do Turismo na formulação e execução da Política Nacional de Turismo.

GRÁFICO 4.5.42 – SISTEMA DE MONITORAMENTO IMPLEMENTADO



Avaliação final: As ferramentas se mostraram adequadas e o monitoramento foi executado com sucesso.

GRÁFICO 4.5.43 – AGENDA LEGISLATIVA INTEGRADA



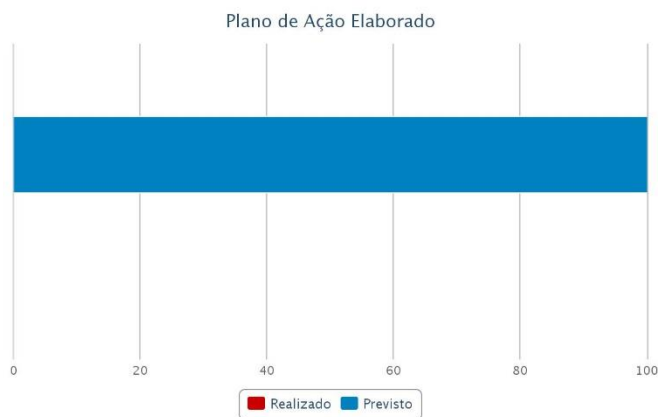
Avaliação final: A agenda foi implementada e os projetos definidos como prioritários foram identificados e avançaram em sua tramitação. Todos os projetos de leis de interesse tiveram solicitação de pareceres técnicos pela ASPAR.

GRÁFICO 4.5.44 – ACORDO ASSINADO



Avaliação final: Após assinado o Acordo de Cooperação entre MTur e MPA, identificou-se a necessidade de se elaborar um aditivo incluindo o Ministério do Esporte, o que atrasou a nomeação de uma comissão para elaboração do plano de ação. Soma-se a isso a extinção subsequente do Ministério da Pesca, que, por sua vez, protelou novamente a nomeação da referida comissão.

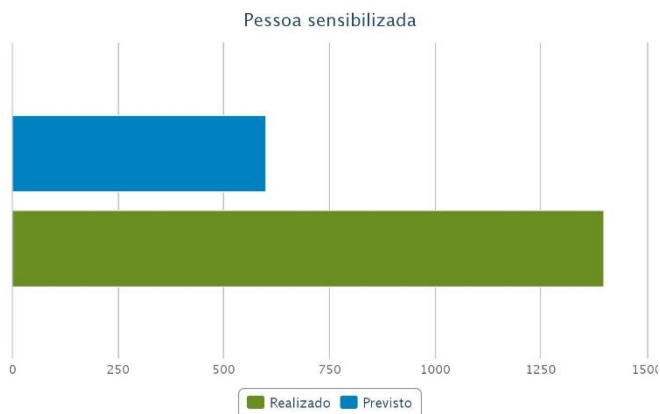
GRÁFICO 4.5.45 – PLANO DE AÇÃO ELABORADO



Avaliação final: Apesar de o Termo Aditivo ao acordo ter sido assinado no final de setembro de 2015, ainda não foi nomeada comissão que irá elaborar o plano de ação, o que ainda não foi feito em razão das mudanças no MPA (Ministério foi abarcado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

Objetivo Estratégico: Estimular o desenvolvimento sustentável da atividade turística			
Iniciativa	Indicador	Meta 2015	Unidade
Estimular o desenvolvimento sustentável da atividade turística	Pessoa sensibilizada	600	CGPI

GRÁFICO 4.5.46 – PESSOA SENSIBILIZADA



Avaliação final: Ocorreram dificuldades, no início do ano, relacionadas ao orçamento, porém superadas, sendo a CGPI capaz de desempenhar suas atribuições no decorrer do ano. As questões que dizem respeito ao abuso de crianças e adolescentes vem sendo enfrentadas de forma integrada, por meio da Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes que, articuladamente, informa, sugere e apoia ações, em consonância com o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. No Ministério do Turismo, as ações baseiam-se em: Campanhas publicitárias focadas na temática, em grandes eventos e feiras regionais; Seminários de

Sensibilização dirigidos a empresários e profissionais da cadeia produtiva do Turismo; Formação de Multiplicadores locais; Projetos de Inclusão Sócio - produtiva com capacitação profissional junto aos jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social.

A Síntese do Desempenho (Quadros 4.5 D e 4.5 E) do Plano de Ação 2015, relaciona as Iniciativas /Ações segundo o resultado alcançado pelas diversas Unidades do MTur. No resumo, 87,5% das ações tiveram desempenho acima de 55% de execução e 12,5% tiveram desempenho aquém do previsto. Houve um declínio em relação a 2014, quando 88% das ações tiveram desempenho acima de 90% de execução e 12% tiveram desempenho insatisfatório. Acredita-se que o resultado decorre, em grande parte, das dificuldades relacionadas ao ambiente orçamentário do exercício de 2015.

QUADRO 4.5 D – SÍNTESE DO DESEMPENHO DO PLANO DE AÇÃO 2015

Unidade	Quantidade de Indicadores	Acima de 90%	De 55% a 90%	Abaixo de 65%
SE	6	6	0	0
GM	7	5	1	1
SNPTur	15	13	0	2
SNPDTur	15	12	0	3
Embratur	5	3	2	0
Total	48	39	3	6
(%)	100	81,25	6,25	12,5

QUADRO 4.5 E – SÍNTESE DAS INFORMAÇÕES DOS INDICADORES DO PLANO DE AÇÃO 2015

Denominação	Classificação	Índice de Referência*	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Servidor capacitado	Eficácia	255	300	354	Mensal	Número absoluto
Demanda atendida	Eficácia	100%	100%	100%	Mensal	$\frac{\text{Demandas atendidas no prazo}}{\text{Demandas totais}} \times 100$
Produtos entregues	Eficácia	-	23	29	Mensal	Número absoluto
Prestação de contas conclusiva analisada	Eficácia	638	504		Mensal	Número absoluto
PPA 2016/2019 elaborado	Eficácia	-	100%	100%	Mensal	$\frac{\text{Ações executadas}}{\text{Número total de ações}} \times 100$
Programa Elaborado	Eficácia	-	100%	100%	Mensal	$\frac{\text{Ações executadas}}{\text{Número total de ações}} \times 100$
Sistema desenvolvido (AECI)	Eficácia	-	100%	100%	Mensal	$\frac{\text{Ações executadas}}{\text{Número total de ações}} \times 100$
Estudo realizado	Eficácia	4	5	5	Mensal	Número absoluto
Pesquisa realizada	Economicidade	-	100%	100%	Mensal	$\frac{\text{Ações executadas}}{\text{Número total de ações}} \times 100$
Metodologia elaborada	Eficácia	-	100%	100%	Mensal	$\frac{\text{Ações executadas}}{\text{Número total de ações}} \times 100$
Cartilha elaborada	Eficácia	-	100%	100%	Mensal	$\frac{\text{Ações executadas}}{\text{Número total de ações}} \times 100$
Minuta de portaria elaborada	Eficácia	-	100%	100%	Mensal	$\frac{\text{Ações executadas}}{\text{Número total de ações}} \times 100$
Sistema desenvolvido (DFPIT)	Eficácia	-	100%	100%	Mensal	$\frac{\text{Ações executadas}}{\text{Número total de ações}} \times 100$
Realização e/ou participação em eventos para atração de investimentos no setor de turismo	Eficácia	-	4	12	Mensal	Número Absoluto
Acordo de cooperação formalizado	Efetividade	-	100%	100%	Mensal	$\frac{\text{Ações executadas}}{\text{Número total de ações}} \times 100$
Financiamentos concedidos por bancos públicos federais	Eficácia		R\$ 9.800.000,00	R\$ 10.912.795.000	Mensal	Σ (desembolsos mensais realizados)

Financiamento concedido	Eficácia	-	1	1	Mensal	Número absoluto
Portaria encaminhada	Efetividade	-	1	1	Mensal	Número absoluto
Profissional qualificado (PRONATEC)	Eficácia	-	25.000	38.057	Mensal	Número absoluto
Profissional qualificado	Eficácia	-	7.000	0	Mensal	Número absoluto
Gestor público formado	Eficácia	-	27	0	Mensal	Número absoluto
Política Nacional de qualificação elaborada	Eficácia	-	100%	100%	Mensal	$\frac{\text{Ações executadas}}{\text{Número total de ações}} \times 100$
Projeto apoiado	Eficácia	-	10	10	Mensal	Número absoluto
Acordo de cooperação técnica elaborado	Eficácia	-	1	1	Mensal	Número absoluto
Projeto de lei submetido	Eficácia	-	100%	100%	Mensal	$\frac{\text{Ações executadas}}{\text{Número total de ações}} \times 100$
Normativo atualizado	Eficácia	-	100%	100%	Mensal	$\frac{\text{Ações executadas}}{\text{Número total de ações}} \times 100$
Projetos avaliados	Eficácia	-	4	4	Mensal	Número absoluto
Contrato de repasse celebrado	Eficácia	1.012	400	622	Mensal	Número absoluto
Banco de projetos implementado	Eficácia	-	100%	0	Mensal	$\frac{\text{Ações executadas}}{\text{Número total de ações}} \times 100$
Planos elaborados	Eficácia	6	7	2	Mensal	Número absoluto
Calendário turístico nacional elaborado	Eficácia	-	100%	100%	Mensal	$\frac{\text{Ações executadas}}{\text{Número total de ações}} \times 100$
Campanhas promocionais realizadas	Eficácia	3	3	9	Mensal	Número absoluto
Banco de imagens produzido	Eficácia	-	100%	100%	Mensal	$\frac{\text{Ações executadas}}{\text{Número total de ações}} \times 100$
Evento de divulgação no mercado internacional realizado	Eficácia	130	100	149	Mensal	Número absoluto
Participação em feiras internacionais realizadas	Eficácia	19	15	15	Mensal	Número absoluto
Jornalista internacional participante de <i>presstrip</i>	Eficácia	43	45	43	Mensal	Número absoluto
Matéria publicada no exterior	Eficácia	5.442	3030	2.672	Mensal	Número absoluto

Pais abrangido nas campanhas de divulgação do turismo no mercado internacional	Eficácia	15	9	6	Mensal	Número absoluto
Instrumento de cooperação formalizado	Eficácia	4	2	2	Mensal	Número absoluto
Missão internacional realizada	Eficácia	13	12	18	Mensal	Número absoluto
Projeto de cooperação implementado	Eficácia	2	1	0	Mensal	Número absoluto
Execução das ações, projetos e programas gerenciados	Eficácia	-	100%	100%	Mensal	$\frac{\text{Ações executadas}}{\text{Número total de ações}} \times 100$
Atuação do CNT reestruturada	Efetividade	-	100%	95%	Mensal	$\frac{\text{Ações executadas}}{\text{Número total de ações}} \times 100$
Sistema de monitoramento implementado	Eficácia	-	100%	100%	Mensal	$\frac{\text{Ações executadas}}{\text{Número total de ações}} \times 100$
Agenda legislativa	Eficácia	-	100%	100%	Mensal	$\frac{\text{Ações executadas}}{\text{Número total de ações}} \times 100$
Acordo assinado	Eficácia	-	1	1	Mensal	Número absoluto
Plano de ação elaborado	Eficácia	-	100%	0%	Mensal	$\frac{\text{Ações executadas}}{\text{Número total de ações}} \times 100$
Pessoa sensibilizada	Eficácia	2.013	600	1.400	Mensal	Número absoluto

A apuração foi realizada em janeiro de 2016 e retrata a execução realizada ao longo do ano de 2015. Alguns indicadores foram instituídos ou modificados e, portanto, não apresentam índice de referência. Destaca-se que o índice de referência diz respeito aos valores de execução apurados em dezembro de 2014.

4.6 Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao Programa de Qualificação Profissional

4.6.1 Desenvolvimento e Capacitação de Pessoas

Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

Na análise da qualificação da força de trabalho em 2015, verificou-se que 71,39% dos servidores possuíam nível superior e 28,61% nível médio.

O quadro abaixo apresenta a distribuição dos servidores em termos de escolaridade, de acordo com a tipologia de cargos:

QUADRO 4.6.1 A – DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES DO MTur CONFORME ESCOLARIDADE E TIPOLOGIA DE CARGOS (*)

Tipologias dos Cargos	Escolaridade	
	Nível Médio	Nível Superior
1. Servidores de Carreira (1.1)	62	171
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	62	171
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	61	144
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	5
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	22
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	33	66
4. Total de Servidores (1+2+3)	95	237

Fonte: SIAPE

(*) **Observações:** Nesse quantitativo deve-se considerar que os servidores participam em mais de um evento de capacitação, por isso o número de pessoas capacitadas ultrapassa o número de servidores do MTur

Como não foi desenvolvido o trabalho de mapeamento de processos e competências em 2015, não é possível disponibilizar dados que permitam o cotejo entre a qualificação do pessoal disponível e as competências necessárias ao desenvolvimento das atividades da unidade, notadamente as concernentes aos macroprocessos finalísticos do MTur.

Em 2015, as ações de capacitação para desenvolvimento técnico e gerencial dos servidores foram desenvolvidas seguindo o Plano Anual de Capacitação, alinhado com as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico do MTur, elaborado por meio de Levantamento de Necessidade de Capacitação realizado com as chefias das áreas, que identificaram os servidores a serem capacitados e a área temática a ser oferecida em cursos diversos.

No quadro a seguir é possível identificar todos os cursos e treinamentos ofertados à força de trabalho no decorrer do exercício de 2015, com dados do nível de escolaridade dos contemplados.

QUADRO 4.6.1 B – TREINAMENTOS OFERTADOS À FORÇA DE TRABALHO DO MTur NO EXERCÍCIO DE 2015

CURSO	QT DE PARTICIPANTES POR UNIDADE				NÍVEL DE ESCOLARIDADE		QT TOTAL DE PARTICIPANTES
	GM	SE	SNPDTur	SNPTur	Médio	Superior	
JAN		3				3	3
Access 2010		2				2	2
Gestão de Pessoas		1				1	1
FEV	4	1	6	25	5	31	36
Curso de Oratória	4		6	25	5	30	35
Curso Novo Tesouro Gerencial - Sistemas de Consultas Financeiras do Governo		1				1	1
MAR	13	20	31	24	12	76	88
Análise de Regularizações Contábeis no Novo SIAFI		3				3	3
Cadastro de Pessoal e SIAPE - Folha		2			1	1	2
Curso - Desenvolvimento de Equipes	4	8	12	7	1	30	31
Curso - Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional			1			1	1
Curso - Introdução à Gestão de Projetos - Turma 1/2015			1			1	1
Curso - M&A Módulo 1 - Modelagem de Indicadores na Administração Pública			2	1	1	2	3
Curso de Cerimonial, Protocolo e Organização de Eventos	3	1	1	5	2	8	10
Curso de Liderança e Coaching	6	3	12	11	7	25	32
Curso Falhas e Irregularidades nos Convênios			2			2	2
Gestão de Pessoas: fundamentos e tendências		2				2	2
Gestão por Competências		1				1	1
ABR	2	7	29	24	4	58	62
Curso de Sistema de Gestão de Convênios SICONV				1		1	1
Curso do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV			1			1	1
Elaboração e Análise de Prestação de Contas de Convênios				2		2	2
Elaboração e Análise de Termos de Execução Descentralizada, de Parceria e de Convênios			1			1	1
Fiscalização e Acompanhamento de Convênios			3			3	3
Gestão da Estratégia com uso do BSC		2				2	2
Gestão da Estratégia com o uso do BSC			1			1	1
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos			1			1	1
I Fórum de Governança de TI				1		1	1
Jurisprudência de Convênios- Visão do TCU				2		2	2
Licitação, Contratação e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia			2			2	2
Licitações e Contratos - Visão do TCU			1		1		1
M&A Módulo 2) Sistemáticas de Monitoramento e Avaliação na Administração Pública			2	1	1	2	3
Novo SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens do Governo Federal (Nova Versão) com prática no Computador		1				1	1
SICONV- Ordem Bancária de Transferência Voluntária			1			1	1
Sistema de Gestão de Convênios SICONV			3			3	3
Workshop - Os desafios da Inovação no setor de Turismo	2	4	13	17	2	34	36
MAI	2	5	8	5	5	15	20
Curso de Word Avançado 2010	2	1	6	5	4	10	14
Curso Entendendo a Nova Legislação de Convênios			1		1		1
Divulgação de Compras		2				2	2
Orçamento Público: Conceitos Básicos		2				2	2
Sistema de Gestão de Convênios SICONV			1			1	1

CURSO	QT DE PARTICIPANTES POR UNIDADE				NÍVEL DE ESCOLARIDADE		QT TOTAL DE PARTICIPANTES
	GM	SE	SNPD	Tur SNPT	Médio	Superior	
JUN		6	2	3	4	7	11
Curso Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos		2			2		2
Fiscalização e Acompanhamento de Convênios				1		1	1
Gestão de Processos no Setor Público			1			1	1
I Seminário Técnico - Plano Nacional Estratégico de Estatísticas Turísticas - Brasil/2016-2021		2				2	2
Orçamento Público: Conceitos Básicos				1		1	1
Seminário de Sanções Administrativas Aplicáveis às Modalidades da Lei nº 8666/93 e Pregão na Administração Pública		1			1		1
Treinamento de Competências Interpessoais		1	1	1	1	2	3
JUL	9	14	22	6	16	35	51
Elaboração de acordos de níveis de serviço para contratos de serviços terceirizados		3			3		3
Ética e Serviço Público		1				1	1
Excel 2010	3	5	9	2	6	13	19
Gestão de Convênios e Termos de Parceria			1			1	1
Gestão Orçamentária e Financeira	6	5	10	4	7	18	25
Seminário de Sustentabilidade do Projeto de dinamização do Turismo no Baixo São Francisco			1			1	1
Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV			1			1	1
AGO	9		3	1	3	10	13
Curso de Cooperação Técnica Internacional	8				2	6	8
Curso de Gestão e Apuração da Ética Pública - 2015			1			1	1
Curso de PAD - Formação para membros de Comissões/2015			1			1	1
Introdução à Gestão de Projetos - Turma 4/2015	1					1	1
Orçamento Público: Conceitos Básicos			1			1	1
PAD - Formação para Membros de Comissões/2015				1	1		1
SET		6	2		2	6	8
Curso PAD - Formação para membros de Comissões/2015		1			1		1
Curso Turma 2/2015 - Orçamento Público: conceitos básicos			1			1	1
Curso Web Standard e Design Responsivo			1			1	1
Encontro sobre Normas de Encerramento do Exercício de 2014 e abertura do Exercício de 2015		2				2	2
III Encontro de Gestão de Custos do Setor Público		2				2	2
O novo Regime de Previdência Complementar para o Servidor Público Federal e a Funpresp-Exe		1			1		1
OUT	3	11	18	13	7	38	45
Curso de Capacitação para a Rede Nacional de Certificadores		2	1			3	3
Curso Liderança Dinâmica no Serviço Público	2	3	3	5	3	10	13
Oficina de Formação Básica de Facilitadores em Processos Participativos		1	11	8	4	16	20
PAD - Formação para Membros de Comissões/2015	1					1	1
Seminário Internacional Papel do Estado no Século XXI: Desafios para a gestão pública			2			2	2
VIII Curso Tesouro Gerencial - Sistema de Consultas Financeiras do Governo e Noções do Tesouro Gerencial		5	1			6	6
NOV	3	1	2	1		7	7
Encontro da RedeSIC	2					2	2
Lei de Acesso à Informação	1					1	1
Modelagem de Indicadores na Administração Pública		1				1	1
Plano Nacional Estratégico de Estatísticas de Turismo				1		1	1
Seminário de Licenciamento Ambiental: Realidade e Perspectivas			1			1	1
Tesouro Gerencial			1			1	1
DEZ	1	9			6	4	10
Oficina de Desenvolvimento de Equipes	1	8			6	3	9
XII Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas		1				1	1
Total Geral	46	83	123	102	64	290	354

Fonte: COGEP/MTur

Além disso, foi disponibilizado para os servidores o Programa de Incentivo Educacional em Língua Estrangeira – PIELE, instituído pela Portaria GM/MTur nº 52, de 7 de abril de 2015, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço de 15 de abril de 2016. Trata-se concessão de incentivo a estudo, por meio de reembolso de mensalidade de cursos de

línguas estrangeiras, com o intuito de estimular e ampliar a capacidade de atuação profissional dos servidores do MTur, visando ao fortalecimento do índice de proficiência, qualificação e o comprometimento dos integrantes do quadro de pessoal. Para a concessão do benefício, foi lançado o Edital COGEP MTur nº 1, de 8 de junho de 2015, que aprovou 54 servidores aptos a receberem o reembolso.

As atividades do Plano Anual de Capacitação do Ministério do Turismo objetivam promover a qualificação dos servidores, por meio da participação em cursos abertos (cursos diversos, seminários, congressos, simpósios promovidos e realizados por instituições privadas ou públicas de ensino abertos ao público em geral) e cursos fechados (cursos realizados por instituições de ensino público ou privadas com turmas exclusivas para servidores do MTur).

QUADRO 4.6.1 C – CURSOS OFERECIDOS EM TURMAS FECHADAS NO ANO DE 2015

Nº	CURSOS E PALESTRAS FECHADOS	QTD SERV.
1	Oratória	35
2	Liderança e Coaching	32
3	Cerimonial, Protocolo e Organização de Eventos	10
4	Desenvolvimento de Equipes	31
5	Workshop - Os desafios da Inovação no setor de Turismo	36
6	Word Avançado 2010	14
7	Excel 2010	19
8	Gestão Orçamentária e Financeira	25
9	Cooperação Técnica Internacional	8
10	Liderança Dinâmica no Serviço Público	13
11	Oficina de Formação Básica de Facilitadores em Processos Participativos	20
12	Oficina de Desenvolvimento de Equipes	9
	TOTAL	252

Fonte: Controle Interno COGEP

QUADRO 4.6.1 D – PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES EM CURSOS DE CAPACITAÇÃO EM 2015

N.º	Cursos Abertos	QTD SERV.
1	Gestão de Pessoas	1
2	Access 2010	2
3	Curso Novo Tesouro Gerencial - Sistemas de Consultas Financeiras do Governo	1
4	Gestão de Pessoas: fundamentos e tendências	2
5	M&A Módulo 1 - Modelagem de Indicadores na Administração Pública	2
6	Gestão por Competências	1
7	Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional	1
8	Introdução à Gestão de Projetos - Turma 1/2015	1
9	Falhas e Irregularidades nos Convênios	2
10	Cadastro de Pessoal e SIAPE - Folha	2
11	Análise de Regularizações Contábeis no Novo SIAFI	3

12	Fiscalização e Acompanhamento de Convênios	1
13	SICONV- Ordem Bancária de Transferência Voluntária	1
14	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	1
15	Fiscalização e Acompanhamento de Convênios	2
16	Gestão da Estratégia com uso do BSC	3
17	Licitação, Contratação e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia	2
18	Sistema de Gestão de Convênios SICONV	7
19	I Fórum de Governança de TI	1
20	Novo SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens do Governo Federal (Nova Versão) com prática no Computador	1
21	Licitações e Contratos - Visão do TCU	1
22	Elaboração e Análise de Prestação de Contas de Convênios	1
23	Jurisprudência de Convênios- Visão do TCU	2
24	M&A Módulo 2 - Sistemáticas de Monitoramento e Avaliação na Administração Pública	3
25	Elaboração e Análise de Prestação de Contas de Convênios	1
26	Elaboração e Análise de Termos de Execução Descentralizada, de Parceria e de Convênios	1
27	Orçamento Público: Conceitos Básicos	5
28	Divulgação de Compras	2
29	Entendendo a Nova Legislação de Convênios	1
30	Treinamento de Competências Interpessoais	3
31	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	2
32	Seminário de sanções Administrativas Aplicáveis às Modalidades da lei 8666/93 e Pregão na Administração Pública	1
33	I Seminário Técnico - Plano Nacional Estratégico de Estatísticas Turísticas - Brasil/2016-2021	2
34	Fiscalização e Acompanhamento de Convênios	1
35	Gestão de Processos no Setor Público	1
36	Elaboração de Acordos de Níveis de Serviço (SLA) Para Contratos de Serviços Terceirizados	3
37	Seminário de Sustentabilidade do Projeto de Dinamização do Turismo no Baixo São Francisco	1
38	Gestão de Convênios e Termos de Parceria	1
39	Ética e Serviço Público	1
40	PAD - Formação para Membros de Comissões/2015	4
41	Gestão e Apuração da Ética Pública - 2015	1
42	Gestão de Projetos - Turma 4/2015	1
43	O novo Regime de Previdência Complementar para o Servidor Público Federal e a Funpresp-Exe	1
44	Encontro sobre Normas de Encerramento do Exercício de 2014 e abertura do Exercício de 2015	1
45	III Encontro de Gestão de Custos do Setor Público	2
46	Curso Web Standard e Design Responsivo	1
47	Capacitação para a Rede Nacional de Certificadores	3
48	Seminário Internacional Papel do Estado no Século XXI: Desafios para a gestão pública	2

49	VIII Curso Tesouro Gerencial - Sistema de Consultas Financeiras do Governo e Noções do Tesouro Gerencial	6
50	Encontro Rede SIC	2
51	Lei de Acesso à Informação	1
52	Plano Nacional Estratégico de Estatísticas de Turismo	1
53	Tesouro Gerencial	1
54	Seminário de Licenciamento Ambiental: Realidade e Perspectivas	1
55	Modelagem de Indicadores na Administração Pública	1
56	XII Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas	1
	TOTAL	102

Fonte: Controle Interno COGEP

QUADRO 4.6.1 E – TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS EM 2015

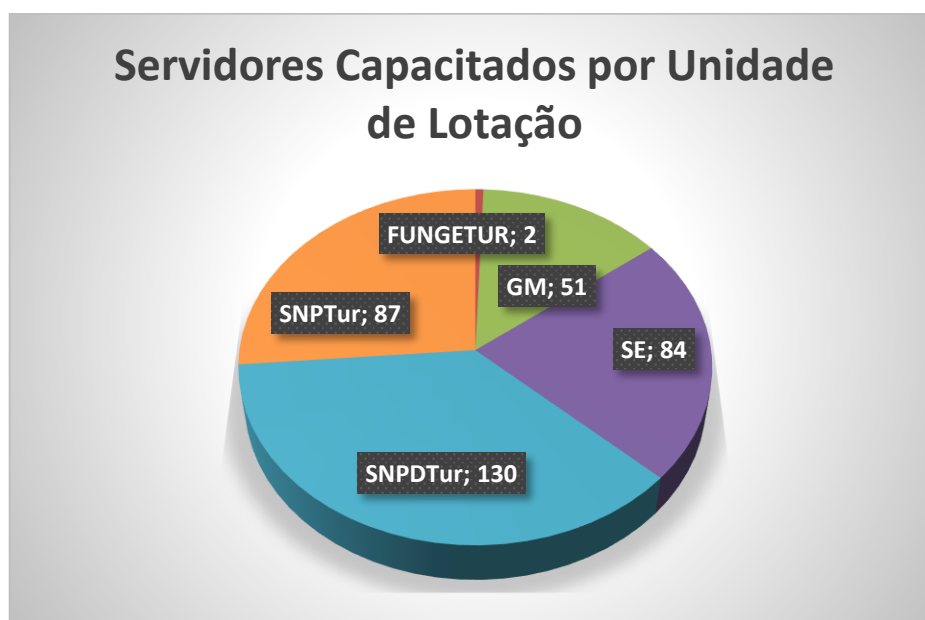
TIPO DE CURSOS	TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS EM 2015
Cursos Abertos	252
Cursos Fechados	102
TOTAL GERAL	354

Fonte: Controle Interno COGEP

Observações:

1. Nesse quantitativo deve-se considerar que os servidores participam em mais de um evento de capacitação, por isso o número de pessoas capacitadas ultrapassa o número de servidores do MTur.

QUADRO 4.6.1 F – GRÁFICO DE CAPACITAÇÕES POR LOTAÇÃO EM 2015



Fonte: Controle Interno COGEP

5 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

5.1 Estrutura de Governança

O Ministério do Turismo possui estrutura de governança típica da administração direta, ou seja, a fiscalização de seus atos administrativos está sujeita aos órgãos de auditoria interna – Controladoria Geral da União/CGU – e externa – Tribunal de Contas da União/TCU. Já o desenvolvimento de políticas públicas segue as diretrizes dos órgãos planejadores e normatizadores de governo, como o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda e a Casa Civil. Já a sociedade civil e o setor produtivo são representados pelo Conselho Nacional de Turismo.

Vale ressaltar que, com o desenvolvimento dos instrumentos de planejamento, como o planejamento estratégico, o plano de ação e outros esforços, amplia-se a base interna de participação nas instâncias da estrutura de governança, a saber:

- 1) Assessoria Especial de Controle Interno (AECI): unidade de controle interno que compõe a estrutura do Gabinete do Ministro do MTur. Tem como principais atribuições: assessorar o Ministro de Estado do Turismo nos assuntos de competência do controle interno; orientar os administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas; submeter à apreciação do Ministro de Estado os processos de tomada e prestação de contas, para o fim previsto no art. 52 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992; auxiliar os trabalhos de elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República; acompanhar a implementação, pelos órgãos e pelas unidades, das recomendações do Sistema de Controle Interno e do Tribunal de Contas da União; e, coletar informações dos órgãos da jurisdição, para inclusão de ações de controle nos planos e programas do órgão central do Sistema, com vistas a atender às necessidades do Ministério. Tais atribuições estão previstas no Decreto nº 3.591, de 6 de setembro 2000, bem como na Portaria GM/MTur nº 86, de 5 de fevereiro de 2016, que aprova o Regimento Interno do Ministério do Turismo.
- 2) Comissão Permanente de Correição - CPC: instância que compõe a estrutura da Secretaria-Executiva, instituída pela Portaria-GM nº 284, de 28/08/2012, tendo como finalidade a apuração de responsabilidade disciplinar de servidor público do Ministério do Turismo ou a ele cedido, por prática de infração funcional. A CPC foi criada a fim de cumprir o que estabelece o Decreto nº 5.480, de 30/06/2006, que dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. As atividades da CPC são normatizadas por meio de seu Regimento Interno, em que são estabelecidas suas finalidades, atuação, composição, atribuições e estrutura. O Decreto nº 8.627, de 30/12/2015, que aprovou a nova estrutura regimental do Ministério do Turismo, entre outros atos, criou uma Unidade de Corregedoria, vinculada à Secretaria-Executiva, em cumprimento as diretrizes emanadas pela Controladoria-Geral da União. Essa Unidade tem suas

competências previstas no art. 22 do Regimento do Ministério do Turismo, aprovado pela Portaria Portaria-GM nº 86, de 05/02/2016.

- 3) Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação: instituído pela Portaria GM/MTur nº 343, de 26 de outubro de 2012, apresenta as seguintes competências: promover o alinhamento entre as ações de TI e as iniciativas estratégicas do Ministério do Turismo; determinar as prioridades de investimento e alocação de recursos nos projetos e ações de TI ; aprovar e publicar o Plano Estratégico de TI ; aprovar e publicar o Plano Diretor de TI ; autorizar ações estratégicas não previstas no Plano Diretor de TI ; instituir Grupos de Trabalho visando à elaboração de Políticas e Planos, bem como designar gerentes de projeto ou gestores para as operações decorrentes de suas atividades; monitorar os projetos relacionados à TI ; e monitorar níveis de serviço prestados e suas melhorias.
- 4) Comitê de Segurança da Informação e Comunicações: instituído pela Portaria GM/MTur nº 344, de 26 de outubro de 2012, o comitê possui as seguintes competências: deliberar sobre a implementação das ações de Segurança da Informação e Comunicações no âmbito do Ministério do Turismo; constituir grupos de trabalho para tratar de temas e propor soluções específicas sobre Segurança da Informação e Comunicações; elaborar e propor alterações na Política de Segurança da Informação e Comunicações; submeter, para aprovação do Ministro de Estado do Turismo, a Política de Segurança da Informação e Comunicações; propor normas relativas à Segurança da Informação e Comunicações; designar o Gestor de Segurança da Informação e Comunicações; e solicitar apurações quando da suspeita de ocorrências de quebras de Segurança da Informação e Comunicações.
- 5) Comitê de Capacitação: instituído pela Portaria SE/MTur nº 28, de 3 de maio de 2013, possui as seguintes competências: analisar, discutir e propor os procedimentos e normas complementares referentes às atividades de formação e capacitação dos servidores do MTur; aprovar o Plano Anual de Capacitação dos servidores do MTur e acompanhar a sua execução; propor, anualmente, o quantitativo de servidores, por Unidade, que poderão afastar-se para participar de programas de formação e capacitação, nas modalidades de Pós-Graduação *Lato Sensu*/Especialização ou Pós-Graduação *Strito Sensu*; analisar os pedidos de participação em programas de formação nas modalidades de Pós-Graduação *Lato Sensu*/Especialização ou Pós-Graduação *Strito Sensu* e instituição de ensino no país ou no exterior, com ou sem afastamento do servidor; analisar os pedidos de renovação ou prorrogação de participação em programas, nas modalidades de Pós-Graduação *Lato Sensu*/Especialização ou Pós-Graduação *Strito Sensu* em instituição de ensino no país ou no exterior, com ou sem afastamento do servidor; analisar os pedidos de licença para capacitação dos servidores do MTur; proceder à seleção de candidatos para realizar a indicação de servidor que poderá participar de programas de capacitação e/ou formação oferecidos por Organismos

Internacionais, com ou sem bolsa de estudo; e apreciar os pedidos de desistência, interrupção ou cancelamento de inscrição de servidores em cursos de Pós-Graduação na modalidade *Lato Sensu* ou *Stricto Sensu*.

5.2 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

O Ministério do Turismo, em atendimento ao Decreto nº 5.480, de 30/06/2006, instituiu a Comissão Permanente de Correição - CPC no 2º semestre de 2012, por meio da Portaria-GM nº 284, de 28/08/2012, tendo como objetivo estruturar os meios de apuração de possíveis atos infracionais praticados no âmbito do MTur. Os membros da CPC foram substituídos por meio da Portaria SE/MTur nº 42, de 17/06/2015.

A CPC encontra-se vinculada à Secretaria-Executiva e tem suas atribuições, estrutura e competências previstas em Regimento Interno próprio, também aprovado pela Portaria-GM nº 284/2012. Essa Comissão conta com um Coordenador, cujas principais competências são a de coordenar e supervisionar os trabalhos da Comissão Disciplinar Permanente e das Comissões Disciplinares, bem como a de desenvolver iniciativas de prevenção ao cometimento de infrações disciplinares.

Com o objetivo de atender ao disposto no Decreto nº 7.128/2010, foi criado o setor de Corregedoria no âmbito Ministério do Turismo por meio do Decreto nº 8.627, de 30/12/2015, tendo suas atribuições estabelecidas no art. 22 do Anexo da Portaria GM/MTur nº 86, de 05/02/2016, que aprova o Regimento Interno do MTur.

As atividades de correição no âmbito do MTur desenvolvidas nos últimos 04 anos vêm tendo como ponto focal atender às recomendações de instauração de procedimentos administrativos apontados no Relatório de Auditoria Especial nº 00190.020860/2011-31, cujo escopo contemplou a execução de convênios e contratos firmados pelo MTur, encaminhada por intermédio do. Aviso nº 082/2011/GM/MTur, de 09/08/2011.

A supracitada Auditoria Especial foi realizada pela Controladoria-Geral da União – CGU, em atendimento à determinação da Presidência da República e à solicitação do MTur, dirigida à CGU, bem como de trabalho investigativo realizado pelo Departamento de Polícia Federal, recebendo a denominação de “Operação Voucher”. No contexto de apurações disciplinares, esse trabalho ensejou a instauração de procedimentos para apurar supostas infrações cometidas por servidores do MTur na gestão de convênios e contratos vinculados principalmente ao Programa 1166 – Turismo Social no Brasil.

No exercício de 2015, foram instaurados 02 (dois) processos administrativos disciplinares e 09 (nove) processos de sindicância, em cumprimento às recomendações da CGU apresentadas por meio do Aviso nº 246/2013/GM/CGU-PR, de 25/04/2013, em face da Auditoria Especial mencionada. Além desses, foram instaurados 02 (dois) processos administrativos disciplinares relacionados a denúncias internas e 01 (um) processo de sindicância acusatória para apurar fatos apontados no Relatório de Auditoria da CGU nº 201108637, cujas supostas infrações estão relacionadas à gestão de contratos, totalizando, assim, 14 processos.

No que tange à política de uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, conforme previsto na Portaria-CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, o MTur possui servidores cadastrados para os registros das informações dos processos disciplinares.

5.3 Gestão de Riscos e Controles Internos

A seguir, apresenta-se a consolidação da análise do funcionamento dos controles internos administrativos:

QUADRO 5.3 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					
Análise crítica e comentários relevantes: A alta administração do Ministério do Turismo tem constatado a relevância do aprimoramento em sua gestão dos controles internos, da gestão de riscos e da segurança institucional na consecução dos objetivos da Pasta. Sendo assim, a Secretaria-Executiva em conjunto com outras Unidades do Ministério tem desenvolvido Sistemas informatizados, elaborado documentos oficiais e adotado outras medidas gerenciais, para auxiliar os servidores, colaboradores e parceiros externos do MTur na realização dos distintos procedimentos que impactam o alcance das metas estratégicas desta Pasta. Frequentemente, encaminham-se informativos e boletins aos servidores e funcionários dos diversos níveis hierárquicos deste Ministério via e-mail institucional, publicam-se notícias na intranet, e, anexam-se cartazes nos murais de avisos visivelmente localizados nos corredores dos prédios sede e anexo. Pretende-se, principalmente, comunicar sobre os ambientes e procedimentos de controle disponíveis, e, por vezes, requisitar a colaboração deles para contribuir na construção de padrões adequados à realidade dos setores. Existem atualmente diversos Sistemas de Monitoramento e Gestão, desenvolvidos e monitorados pela Secretaria-Executiva que auxiliam a aprimorar o controle interno dessa e de outras Unidades do Ministério, tais como: Sistema de monitoramento do Plano Plurianual, Sistema de apresentação e suporte do Planejamento Estratégico 2012-2015 do Ministério do Turismo, Sistema de monitoramento da execução orçamentária do Ministério do Turismo, Sistema de monitoramento do Plano Nacional de Turismo 2013-2016, Sistema de monitoramento do Plano de Ação anual e o Sistema de monitoramento e avaliação da GDPGPE/GDACE – Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder					

Executivo. Adicionalmente, ainda trabalha com o Sistema de Monitoramento das Ações em Turismo dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, cujo propósito é monitorar internamente as atividades relacionadas a esses megaeventos.

Da mesma forma, quando se identificam lacunas nas instruções de procedimentos para executar atividades operacionais e ausência de padronização desses, os gestores buscam mitigá-los com a elaboração de documentos oficiais, como, por exemplo, o Manual Digital de Convênios, repositório de informações que os servidores podem consultar sobre a melhor maneira de realizar procedimentos relacionados a convênios no âmbito do MTur; e, o Manual de Instruções para Contratação e Execução de Contratos de Repasse, que regula a operacionalização dos Contratos de Repasse celebrados entre a União e os entes federados para a implementação de infraestrutura turística.

Outro exemplo, refere-se aos procedimentos executados pela CGTI/MTur para aprimorar os controles internos administrativos, principalmente, dos processos de planejamento e de gestão de contrato. Para isso, tem-se realizado reuniões de pontos de controle do Núcleo de Contratações de TI e, com a finalidade de padronizar as contratações de TI no MTur, criaram-se fluxos dos processos de planejamento da contratação e de gestão do contrato, baseados no “Guia Prático para Contratação de Soluções de TI” da SLTI/MP.

Em 2015, iniciou-se o processo de mudanças na Coordenação-Geral de Convênios (CGCV), devido ao diagnóstico de entraves que influenciavam na produção e resultados do setor. Um dos principais gargalos era a demora na análise de prestações de contas e a quantidade de técnicos capacitados para essa atividade. No que pese esse contexto, percebeu-se que, no levantamento situacional em busca de fatores que poderiam atenuar e até extinguir as problemáticas, era preciso remodelar a gestão e reestruturar o setor, recrutando novos servidores, bem como capacitando antiga e nova força de trabalho lotada nessa Coordenação.

Entre outras iniciativas, a nova gestão da CGCV instigou a discussão para agilizar a análise dos processos, categorizando-os por tipologia conforme as principais irregularidades e falhas, sem perder as especificidades e as peculiaridades de cada caso. Para isso, a CGCV e a CTCE, com apoio da AECI e da Consultoria Jurídica, têm se reunido com a proposta de elaborar Notas de Procedimentos de Análise Financeira, que possam auxiliar os técnicos nas ponderações mais corriqueiras nos documentos de transferências voluntárias, principalmente, na modalidade convênio. Todavia, ainda há a ausência de uma sistematização das informações sobre transferências voluntárias que seja continuamente atualizado e, portanto, apresentem dados fidedignos aos documentos físicos dos respectivos processos.

No que concerne à área de Correição, apesar da prática de instaurar procedimentos disciplinares nos processos internos ao identificar a ocorrência de fraudes e perdas ao Erário, verifica-se a presença de falhas no seguimento das apurações que se delongam por períodos extensos. Por outro lado, como atuação preventiva às ocorrências de irregularidades resultantes da conduta dos agentes, foi instaurada uma nova gestão da Comissão de Ética do MTur que se propôs a reunir esforços para disseminar os cumprimentos das normas éticas e representar o Ministério na Rede de Ética do Poder Executivo, bem como funcionar como canal de informações e de denúncias ou representações contra o servidor que descumprir as normas de Ética da Administração Pública. Até o momento, não há código ética ou de conduta publicado pelo Ministério, porém, ressalta-se que o Ministério segue o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Os objetivos e metas, após publicados no Diário Oficial da União, são inseridos no Sistema de Monitoramento do Plano de Ação Estratégico para formalizar e facilitar a avaliação contínua da execução desses. Observa-se que o aperfeiçoamento das ferramentas de controle interno, de gestão de riscos e de segurança institucional mencionados otimizam o cumprimento das atividades operacionais, contribuindo para melhoria do desempenho operacional, tático e estratégico, de forma tempestiva e mais precisa.

O quadro foi respondido a partir da consolidação das respostas do Diretor de Programa; do Diretor de Administração; do Coordenador-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Turismo e do Assessor Especial de Controle Interno. Destaca-se que os cargos mencionados fazem parte da estrutura do MTur publicada por meio do Decreto nº 8.627, de 31 de dezembro de 2015.

6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de Acesso do Cidadão

A Ouvidoria do Ministério do Turismo recebeu, de janeiro a dezembro de 2015, 1.664 demandas de cidadãos, todas encaminhadas por meio do e-mail institucional e do sistema e-ouv. Desse total, 1086 foram respondidas diretamente pela equipe, visto que os assuntos constavam em banco de dados da área, e 578 e-mails foram encaminhados às áreas responsáveis do Ministério do Turismo (GM, SE, SNPDtur, SNPtur), para que fossem dados os esclarecimentos específicos. Assim, diretamente respondidas pela equipe ou descentralizadas para as áreas técnicas, a Ouvidoria deu o devido tratamento a todas as solicitações.

A tabela a seguir, ordenada por quantidade de demandas (num total de 1307 demandas), representa os assuntos recorrentes no ano de 2015, recebidas através do e-mail institucional:

QUADRO 6.1.1 – QUANTIDADE DE DEMANDAS POR ASSUNTO

1. Cadastro (Cadastur)	255
2. Reclamações	244
3. Convênios/Contratos de Repasse	200
4. Programas	82
5. Dados e Fatos	64
6. Solicitações	74
7. Idoneidade de Empresas Prestadoras de Serviços Turísticos	52
8. Cursos	32
9. Legislação Relacionada ao Setor de Turismo	34
10. Embratur	11
11. Guia de Turismo	16
12. Trabalho no Ministério do Turismo	13
13. Financiamentos/Linhas de Crédito	9
14. Destinos Turísticos	12
15. Classificação Hoteleira	4
16. Estágio no Ministério do Turismo	4
17. Abertura de Empresas Prestadoras de Serviços Turísticos	4
18. Outros	147
19. Assuntos Diversos Relacionados ao Ministério do Turismo	50
Total	1.307

Fonte: Ouvidoria/MTur

a) Cadastur: a maior parte dos e-mails 255 recebidos pela Ouvidoria, no ano de 2015, teve como objeto o Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos do Ministério do Turismo – Cadastur. Os assuntos mais frequentes, relativos ao Cadastro, versaram sobre:

- ✓ Empresas Prestadoras de Serviços Turísticos;
- ✓ Guias de Turismo;
- ✓ Agências de Viagens;
- ✓ Hotéis/Pousadas;
- ✓ Veículos.

b) Reclamações: As reclamações representaram o segundo lugar no número de demandas. A Ouvidoria recebeu 244 queixas. Os assuntos mais frequentes foram:

b.1) Agências de Turismo: normalmente, o descumprimento dos contratos, a cobrança de multas e taxas indevidas, o não ressarcimento de valores relativos a cancelamentos e a não realização de passeios agendados são as principais queixas.

b.2) Meios de Hospedagem (hotel/pousada): em relação aos meios de hospedagem, hotéis e pousadas, os demandantes queixaram-se das condições físicas, qualidade de serviços oferecidos, a classificação (estrelas) das pousadas e hotéis, o cancelamento de reservas e a recusa de reembolso de valores pagos foram assuntos recorrentes.

Ressaltamos que, tanto nas reclamações relativas às agências, quanto naquelas direcionadas aos meios de hospedagem, o cidadão questionou seus direitos e a legislação pertinente ao assunto. Em todos os casos, e segundo o Decreto nº 7.381/2010, esses cidadãos foram orientados a recorrer aos órgãos de proteção ao consumidor, uma vez que não existe, ainda, legislação de turismo própria para os casos de relação de consumo de produtos e serviços turísticos, obedecendo-se, nesses casos, ao disposto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). Outra orientação dada pela equipe foi a formalização da reclamação junto à Secretaria de Turismo da UF correspondente.

b.3) Sites de Compras: esse tipo de queixa, normalmente, diz respeito a sites que comercializam serviços turísticos, mas descumprem contratos, ou mesmo praticam fraudes em meio virtual.

b.4) Guia de Turismo: alguns cidadãos procuraram a Ouvidoria para reclamar da atuação irregular/indevida de guias de turismo. Informamos que o órgão responsável por apurar ação dos profissionais de turismo é a Secretaria Estadual de Turismo, devendo o demandante entrar em contato diretamente com os órgãos delegados.

b.5) Outros Assuntos: as demais queixas tratavam de assuntos que não tinham relação com as competências do MTur. Nesses casos, como sugestão, foram indicados os órgãos responsáveis pelos assuntos.

c) Convênios/Contratos de Repasse: sobre os convênios/contratos de repasse, os demandantes ora eram cidadãos comuns, que procuravam informações ou denunciavam irregularidades no andamento de obras ou eventos realizados em suas regiões, ora eram solicitações dos próprios convenientes ou de empresas por eles contratadas. Os pedidos de informações foram encaminhados para as áreas técnicas responsáveis.

d) Programas: os cidadãos procuram saber quais os programas existentes, como o Pronatec ou o Viaja Mais Melhor Idade, e de que forma podem se beneficiar dos mesmos. A equipe sugere, para esclarecimentos de tais dúvidas, o acesso aos portais correspondentes.

e) Dados e Fatos: as demandas se referiam aos estudos, pesquisas ou outros dados sobre o setor de turismo. A equipe indicou a aba “Dados e Fatos”, no site do Ministério, ou, quando se tratava de assunto específico não publicado, encaminhou para a área técnica.

f) Solicitações:

f.1) Kit Embratur: Pedidos de kits de materiais fornecidos pela EMBRATUR, destinados àqueles usuários que desejam divulgar o Brasil no exterior no período de seu intercâmbio, foram recorrentes. Como o material é cedido pela autarquia, e segundo orientações da mesma, foram indicados os procedimentos a serem seguidos para a requisição.

f.2) Materiais de Divulgação: Algumas pessoas solicitaram materiais de divulgação, feitos por agências de viagens ou pessoas interessadas em imagens do Brasil para divulgação comercial. A essas demandas, sugeriu-se a busca no Youtube, onde o Ministério disponibiliza tais materiais. Outra sugestão foi enviar e-mail para bancodefoto@turismo.gov.br, pois a cessão de imagens é gratuita, sendo apenas necessária a assinatura de um termo de responsabilidade, já que as imagens não podem ser utilizadas para fins comerciais, somente para fins de divulgação dos destinos turísticos brasileiros.

f.3) Publicações: Aos demandantes que solicitaram publicações do MTur, a equipe orientou-os a fazer o download dos documentos por meio do site, no endereço www.turismo.gov.br > O Ministério > Publicações.

g) Idoneidade de Empresas Prestadoras de Serviços Turísticos: Aos pedidos de informações sobre a idoneidade de empresas prestadoras de serviços turísticos, a equipe da Ouvidoria sugeriu a consulta ao Cadastur, para que o cidadão se certifique de que a empresa está funcionando dentro da legalidade em relação ao cadastro no MTur (Cadastur). No entanto, foi sugerida também a busca por informações junto aos órgãos de defesa do consumidor – Procon's.

h) Cursos:

h.1) Guia de Turismo: a equipe orientou os cidadãos a procurar uma instituição de ensino autorizada a ministrar o curso de Guia de Turismo junto à Secretaria de Turismo do estado correspondente.

h.2) Cursos de Capacitação: cursos oferecidos por instituições em parceria com o MTur. Normalmente, as informações solicitadas são referentes ao “Pronatec”, parceria do MTur com o Ministério da Educação. Nestes casos, conforme orientações da área técnica, sugerimos ao cidadão acessar o portal <http://pronateccopa.turismo.gov.br>, mandar e-mail com as dúvidas para pronateccopa@turismo.gov.br, ou ainda ligar para 0800 606 8484.

i) Legislação Relacionada ao Setor de Turismo: As consultas se referiam, frequentemente, à existência de lei específica sobre regulamentação de diárias em meios de hospedagem, casos nos quais a área técnica também orientou o cidadão a atentar-se ao contrato e recorrer, caso constatada a irregularidade, aos Procon's. Em outros assuntos, referentes às leis relacionadas à área de turismo, sugeriu-se ao interessado o acesso à aba “Legislação” no site do Ministério.

j) Embratur: Algumas demandas encaminhadas à Ouvidoria tratavam de assuntos da competência da Embratur. Nestes casos, a equipe esclareceu que o Órgão é uma autarquia, vinculada ao MTur, responsável pela promoção do Brasil no exterior. Assim, para pedir informações, esclarecer dúvidas ou fazer reclamações, os interessados foram orientados a entrar em contato diretamente com o órgão, em seus canais de comunicação.

k) Guia de Turismo: a maior parte da demanda se referia às reclamações sobre a atuação irregular ou imprópria dos profissionais. A equipe orientou o demandante a procurar a Secretarias de Estado de Turismo para registrar as reclamações e esclarecer as dúvidas.

l) Trabalho no Ministério do Turismo: os demandantes procuram saber de que forma o órgão contrata seus servidores e/ou pretendiam encaminhar seus currículos. Esclareceu-se

que os servidores em caráter efetivo são contratados por meio de concurso público, amplamente divulgado nos meios de comunicação.

m) Financiamento/Linhas de Crédito: Aos interessados em apresentar projetos para captação de recursos junto ao MTur – financiamentos/linhas de crédito, informamos que o Ministério do Turismo possui programas e financiamentos em diversas áreas relacionadas o setor de turismo. Sugerimos que acesse o site www.turismo.gov.br > Convênios > Projetos Apoiados pelo Ministério do Turismo. Acrescentamos que a apresentação de projetos junto ao MTur deve ser formalizada segundo as orientações constantes na página institucional www.turismo.gov.br > convênios.

n) Destinos Turísticos: Aos Cidadãos que procuravam informações sobre destinos turísticos do Brasil. Neste caso, foi indicado o site institucional, www.turismo.gov.br > aba “Destinos”.

o) Classificação Hoteleira: àqueles interessados em informações sobre a classificação em estrelas dos meios de hospedagem, a equipe esclareceu que o Sistema Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem é uma iniciativa recente do Ministério do Turismo. Sendo assim, as antigas nomenclaturas utilizadas pelos prestadores de serviços não tinham a chancela do órgão. Foi indicado o hotsite www.classificacao.turismo.gov.br para maiores informações.

p) Estágio no Ministério do Turismo: a orientação dada aos estudantes interessados em estágio foi que o MTur possui parceria com o Instituto Blaise Pascal www.institutopascal.org.br, contratando seus estagiários por intermédio dessa associação. Assim, os estudantes devem efetuar o cadastro junto ao Instituto.

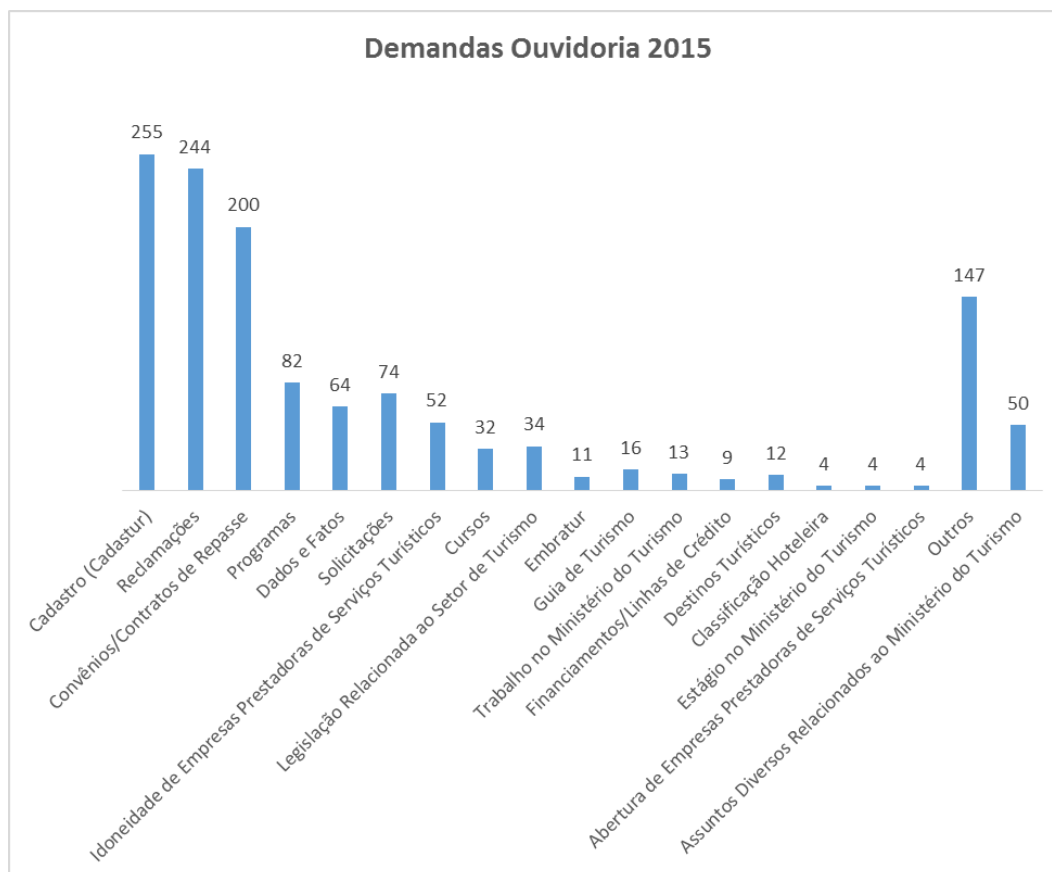
q) Abertura de Empresas Prestadoras de Serviços Turísticos: aos questionamentos sobre a abertura de empresas, a Ouvidoria orientou o cidadão quanto ao objeto social, indicou associações, bem como alertou/sugeriu sobre a necessidade do cadastro junto ao MTur (Cadastur).

r) Outros: algumas manifestações e pedidos de informações, não tinham nenhuma relação com as competências do Ministério do Turismo. Dessa forma, nos casos em que a equipe soube identificar o órgão competente, o cidadão foi orientado a procurá-lo.

s) Assuntos Diversos: tratavam de vários temas que são de competência do Órgão, mas que aparecem esporadicamente; ou seja, não são recorrentes. Exemplos de assuntos classificados como “Assuntos Diversos”: convite para o Ministro; agradecimento ao Ministro; site MTur; Inventário da Oferta Turística, aviso de falência de empresa do setor, etc.

As 357 demandas restantes foram recebidas através do sistema e-ouv e estão demonstradas através do gráfico:

QUADRO 6.1.3 – DEMANDAS E-OUV



Fonte: Ouvidoria/MTur

Em março de 2015, a CGU instalou o novo sistema de atendimento ao cidadão, o E-ouv. A partir dessa data a Ouvidoria do Ministério do Turismo recebeu, de março a dezembro de 2015, 357 demandas de cidadãos, todas encaminhadas pelo sistema. Desse total, 149 foram respondidas diretamente pela equipe, visto que os assuntos constavam em banco de dados da área, e 208 demandas foram encaminhados às áreas responsáveis do Ministério do Turismo (GM, SE, SNPDtur, SNPtur), para que fossem dados os esclarecimentos específicos. Assim, diretamente respondidas pela equipe ou descentralizadas para as áreas técnicas, a Ouvidoria deu o devido tratamento a todas as solicitações.

Em relação ao ano de 2014, houve uma diminuição no número de demandas dada a substantiva melhoria na transparência ativa do Ministério do Turismo. Além deste canal, o Departamento de Produtos e Destinos, vinculado à SNPTur, disponibiliza canais secundários de acesso ao cidadão e aos clientes internos do MTur. Dentre os quais, pode-se citar os endereços regionalizacao@turismo.gov.br (para as demandas pertinentes ao Programa de Regionalização do Turismo – PRT e ações pertinentes a implementação e consolidação do mesmo), cgst2@turismo.gov.br (para as demandas pertinentes a serviços turísticos como um todo, incluindo CADASTUR – cadastramento prestadores e empreendimentos turísticos, SBclass – Sistema Brasileiro de Classificação de meios de hospedagem, SNRHos - Sistema Nacional de Registro de Hóspedes e a FNRH - Ficha Nacional de Registro de Hóspedes), viajamais@turismo.gov.br (para as demandas pertinentes ao programa) e acessibilidade@turismo.gov.br (demandas pertinentes à atividades do Programa Turismo Acessível); rural@turismo.gov.br (para atividades

relacionadas ao segmento rural); cultura@turismo.gov.br (para atividades relacionadas ao turismo cultural); nautico@turismo.gov.br (para atividades relacionadas ao Turismo Náutico); intercambio@turismo.gov.br (para atividades relacionadas ao Turismo de Estudos e Intercâmbio); pesca@turismo.gov.br (para atividades relacionadas ao Turismo de Pesca); solepraia@turismo.gov.br (para atividades relacionadas ao Turismo de Sol e Praia); aventura@turismo.gov.br (para atividades relacionada ao Turismo de Aventura); ecoturismo@turismo.gov.br (para atividades relacionadas ao segmento de Ecoturismo).

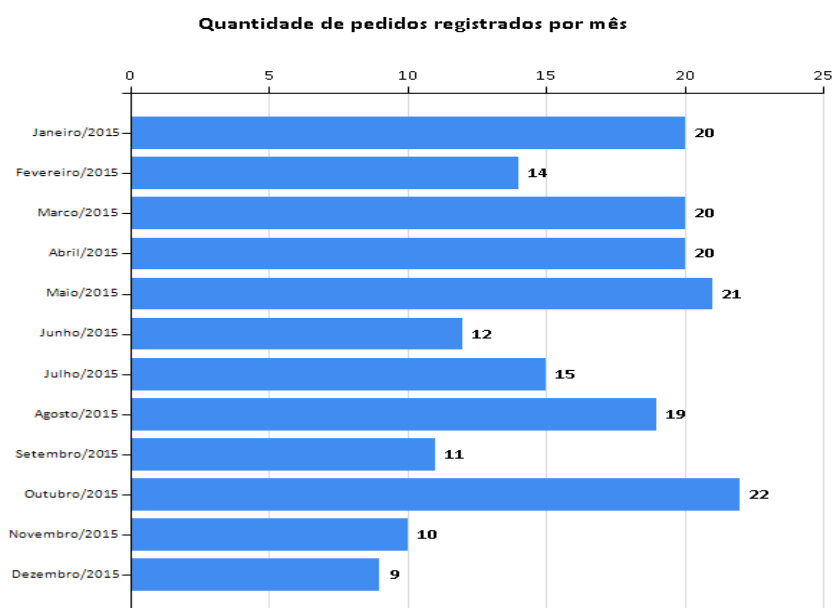
Cabe ressaltar que estes canais são divulgados e utilizados preferencialmente por integrantes da cadeia turística nos âmbitos regional, estadual e municipal, como parte da estratégia de comunicação e informação entre os entes que fazem parte da Gestão Descentralizada do Turismo no País.

Além desses canais, o MTur se utiliza de interlocutores em órgãos estaduais de turismo responsáveis pela comunicação entre MTur, os próprios órgãos, as regiões turísticas e os municípios, como é o caso dos 27 interlocutores do Programa de Regionalização do Turismo. Esses também atendem o cidadão em suas UF's, podendo ser considerados canais de acesso.

6.1.1 SIC

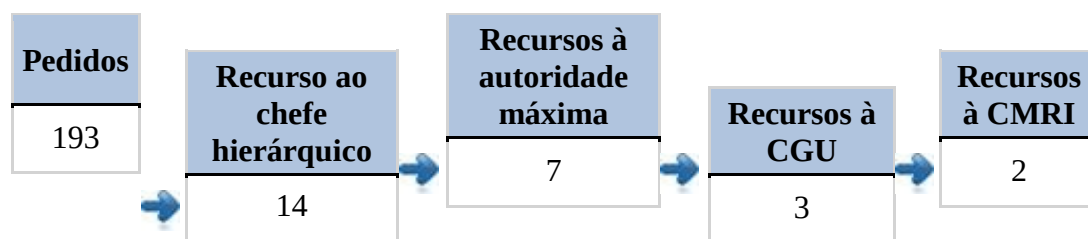
No ano de 2015, com a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso à informação pública, o Ministério do Turismo registrou, por meio do Sistema e-SIC, 193 pedidos de informações de janeiro a dezembro de 2015. Desse total, houve 14 recursos em primeira instância. As áreas técnicas do Ministério indeferiram 02 pedidos e deferiram 12. Houve 7 recursos em segunda instância; 3 recursos foram direcionados à CGU e, por fim, 2 recursos foram encaminhados pela CGU à Comissão Mista de Reavaliação de Informações.

QUADRO 6.1.1.1 – QUANTIDADE DE PEDIDOS REGISTRADOS POR MÊS



Fonte: Ouvidoria/MTur

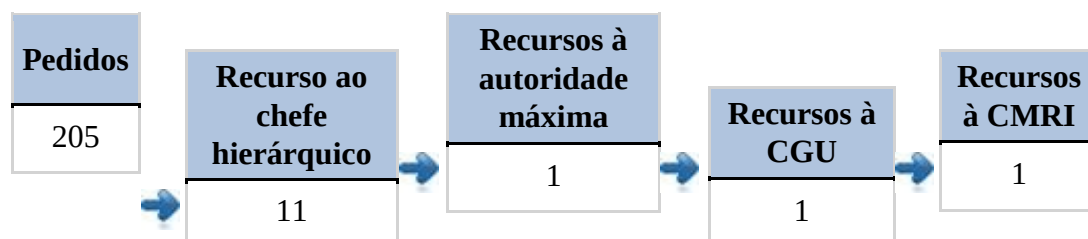
QUADRO 6.1.1.2 – QUADRO GERAL DOS RECURSOS



Fonte: Ouvidoria/MTur

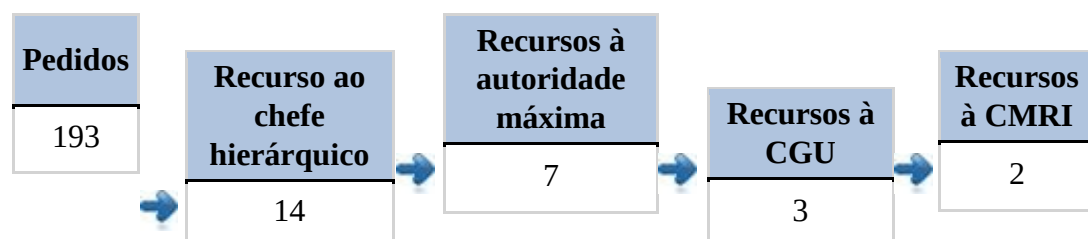
Quanto ao Sic, também houve uma diminuição no número de pedidos de acesso à informação, o que evidencia uma melhora efetiva de transparência do Ministério do Turismo.

QUADRO 6.1.1.3 – QUADRO GERAL DOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO EM 2014



Fonte: Ouvidoria/MTur

QUADRO 6.1.1.4 – QUADRO GERAL DOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO EM 2015



Fonte: Ouvidoria/MTur

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Catálogo de Serviços prestados à Sociedade

O projeto Catálogo de Serviços prestados à Sociedade do Ministério do Turismo será conduzido pela Coordenação Geral de TI, em conformidade com a Estratégia de Governança Digital- EGD (2016-2019) do SISP e com o Plano de Trabalho firmado entre o Ministério

do Turismo e o Ministério do Planejamento para alocação de Analista de Tecnologia da Informação neste Órgão(assinado em 08/01/2016), e terá como principal meta cadastrar 100% dos serviços prestados à sociedade no Portal de Serviços (www.servicos.gov.br) até junho de 2016. O objetivo desse projeto é facilitar e ampliar o acesso do cidadão aos serviços prestados pelo MTur, induzindo-o ao controle social e promovendo a melhoria da qualidade do atendimento prestado. Dessa maneira, o relacionamento entre o cidadão e o órgão se dará de forma transparente permitindo que a sociedade fiscalize e controle seus serviços por meio de um monitoramento periódico.

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

No caso dos canais secundários relacionados ao Programa de Regionalização do Turismo e aos Segmentos Turísticos, não é realizada a medição de um “grau de satisfação dos cidadãos-usuários”. Esse monitoramento é feito de outra maneira. As demandas que chegam aos e-mails são prontamente respondidas por servidores do MTur. Casos específicos, como os de insatisfação, são encaminhados à Coordenação-Geral de Regionalização, que avalia a melhor medida a adotar (resposta por escrito ou chamada telefônica ao solicitante). No caso dos interlocutores do Programa de Regionalização do Turismo, o MTur os reúne periodicamente para alinhamentos e discussões, além de manter contatos frequentes com eles por e-mail, telefone ou mesmo pessoalmente.

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

- ✓ Divulgação das principais ações e atividades por meio de mídia impressa e mídias sociais (interna e externa) e portal do MTur.
- ✓ Divulgação de pagamentos das agências no *site* conforme Lei nº 12.232/10. Além de prestação de contas mensal à SECOM.
- ✓ Divulgação dos relatórios de pesquisa pelo portal do Turismo - Canal Dados e Fatos e mídias impressas sociais (interna e externa), por meio de *releases* elaborados e distribuídos pela ASCOM.
- ✓ Divulgação ativa dos Relatórios de Gestão das Unidades componentes do Ministério do Turismo, bem como dos resultados de auditoria anual de contas provenientes da CGU, efetuados por meio de Relatórios, Certificados e Pareceres Anuais de Contas. Adicionalmente o site do MTur apresenta a situação do julgamento de cada uma das contas anuais analisadas, inclusive evidenciam os Acórdãos do TCU concernentes.
- ✓ Divulgação dos principais normativos que regulam o funcionamento do MTur.

6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Para assegurar que as vantagens e os descontos oferecidos ao público do Viaja Mais Melhor Idade sejam ofertas reais e exclusivas, o Ministério do Turismo tem assinado acordos de cooperação com entidades representativas de empresas do setor de turismo. Esses acordos

também são uma forma de garantir a qualidade dos produtos, uma vez que tais entidades se comprometem a monitorar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelos seus associados no âmbito do programa.

O portal possui, ainda, uma seção de atendimento, na qual comunicações, sugestões, críticas ou elogios ao Viaja Mais Melhor Idade poderão ser formalizados. Caso o usuário prefira, esse contato poderá ser feito pela Central de Atendimento ao Usuário, mediante ligação gratuita para o telefone 0800 606 8484.

Infelizmente ainda não há um mecanismo específico para a mensuração da satisfação do consumidor. O projeto inicial previa uma maior interatividade no portal, de forma a possibilitar um “controle social” dos consumidores, para que fosse possível um monitoramento e acompanhamento do cumprimento e da qualidade dos produtos e serviços ofertados. Como não haviam recursos suficientes para a implementação destas funcionalidades no portal (www.viajamais.gov.br), não é possível medir a satisfação dos turistas para com as ofertas do programa.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Tratamento Contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O Ministério do Turismo, desde 2011, adota os critérios e os procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo segue a tabela padrão definida pela Macrofunção 020330 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que padroniza os critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, para a geração de dados consistentes e comparáveis. Essa padronização viabiliza a divulgação nas notas explicativas do Balanço Geral da União dos critérios adotados para depreciação. Do mesmo modo, as taxas utilizadas para os cálculos dos valores residuais também é padronizada e segue o estabelecido nesta mesma norma da STN.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado foi o das quotas constantes (ou seja, método linear), conforme definido na Macrofunção 020330, e são compatíveis com a vida útil econômica do ativo e aplicados uniformemente. As variações dos valores dos bens e da depreciação encontradas no SIAFI são referentes às doações que aconteceram durante o exercício financeiro.

O cálculo da depreciação no Ministério do Turismo é realizado pelo PGTUR – Plataforma de Gestão do Turismo, sistema desenvolvido para o Órgão que contém entre outros um módulo de controle patrimonial.

A metodologia adotada para realizar a avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais segue o estabelecido pelas Normas Brasileiras de Contabilidade e as normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O valor total dos bens móveis do Ministério do Turismo, em 2015, somava R\$ 17.709.639,39. A depreciação acumulada, conforme os critérios adotados, teve um impacto na ordem de R\$ 7.287.695,95. A despesa de depreciação do exercício foi de R\$ 1.853.599,55.

QUADRO 7.1 SITUAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS E DESPESA DE DEPRECIÇÃO DE 2015

Conta Contábil	Termo do Título	Valor (R\$)	Depreciação Acumulada (R\$) 12.381.01.00	Depreciação do Exercício (R\$) 33.311.01.00
12.311.01.01	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	3.274,21	888,09	254,52
12.311.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	625.643,20	266.073,94	24.181,70
12.311.01.04	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ ESPORTES E DIVERSOES	199,92	0,00	0,00
12.311.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	4.903,12	4.000,91	738,32
12.311.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	111.992,73	57.413,79	10.355,95
12.311.01.08	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	11.471,64	4.947,76	1.214,40
12.311.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	1.310,19	713,36	125,54
12.311.01.12	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	3.057,00	1.697,13	550,44
12.311.01.25	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	33.540,69	8.942,13	3.030,90
12.311.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	10.604.352,80	4.938.347,83	1.412.413,69
12.311.03.01	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	154.004,14	74.933,05	13.488,31
12.311.03.02	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	17.603,43	9.663,18	1.803,57
12.311.03.03	MOBILIARIO EM GERAL	3.153.907,68	1.611.088,57	310.334,95
12.311.04.02	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	12.538,72	7.500,60	1.560,83
12.311.04.05	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	114.183,49	45.960,36	8.286,24
12.311.05.01	VEICULOS EM GERAL	9.534,42	2.754,50	644,39
12.311.05.03	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	904.145,81	252.770,75	64.615,80
12.311.99.02	BENS EM PODER DE OUTRA UNIDADE OU TERCEIROS	1.931.019,20	0,00	0,00
12.311.99.07	BENS NAO LOCALIZADOS	12.536,00	0,00	0,00
12.311.99.10	MATERIAL DE USO DURADOURO	421,00	0,00	0,00
	Total	17.709.639,39	7.287.695,95	1.853.599,55

Fonte: SIAFI

7.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O Ministério do Turismo instituiu Comitê Setorial de Análise e Avaliação das Informações de Custos no ano de 2011 para validação das informações de custos contidas no Sistema de Informações de Custos – SIC, objetivando contribuir para a melhoria da gestão de custos do órgão. Contudo, em razão do afastamento de vários dos membros do Comitê não foi possível evoluir com os trabalhos concernentes à avaliação de custos do MTur.

O órgão pretende designar novos servidores para participarem do Comitê de Custos e assim retomar a apuração e análise dos custos dos programas e dos serviços prestados pelo Ministério do Turismo no exercício de 2016.

7.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Conforme orientações constantes no e-Contas relativas às Demonstrações Contábeis e às notas explicativas do Ministério do Turismo – MTur são apresentadas no Anexo XII deste Relatório.

8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 Gestão de Pessoas

Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

No ano de 2015, a COGEP procurou desenvolver as suas atribuições com eficiência, utilizando de forma racional os recursos disponíveis, eficácia e efetividade para atingir com qualidade os resultados esperados das ações previstas no Plano de Ação do MTur, promovendo uma atuação mais estratégica da área de gestão de pessoas, voltada para o alcance dos resultados organizacionais.

Além da atuação rotineira de atendimento às solicitações das demandas dos servidores e demais unidades do Ministério relativas a cadastro e pagamento de pessoal, trabalhou-se em parceria com a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração e Diretoria de Programa da Secretaria-Executiva de forma a viabilizar ações de desenvolvimento dos servidores, relacionadas à capacitação, qualidade de vida e saúde do servidor.

Em termos de aprimoramento do trabalho interno, a COGEP continua atuando em parceria com a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, de forma a aprimorar sistema informatizado que possibilite aprimorar controles internos, a fim de trazer mais agilidade e segurança aos processos de trabalho interno. Além disso, procurou-se promover a constante atualização dos servidores sobre novos conteúdos, por meio da participação em eventos de capacitação promovidos pela Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Administração e outras instituições de ensino.

Enquanto responsável pela gestão de pessoas do Ministério do Turismo, esta Coordenação-Geral contou com o engajamento de sua equipe para desenvolver atividades das áreas de: administração de pessoas (cadastro e pagamento de pessoal), benefícios, desenvolvimento, capacitação, avaliação de desempenho, qualidade de vida e saúde do servidor.

No intuito de prestar maiores informações referentes à Gestão de Pessoas do MTur, apresenta-se no decorrer do presente relatório informações consolidadas em planilhas e gráficos sobre as atividades desenvolvidas pelas diferentes áreas de atuação.

A) FORÇA DE TRABALHO

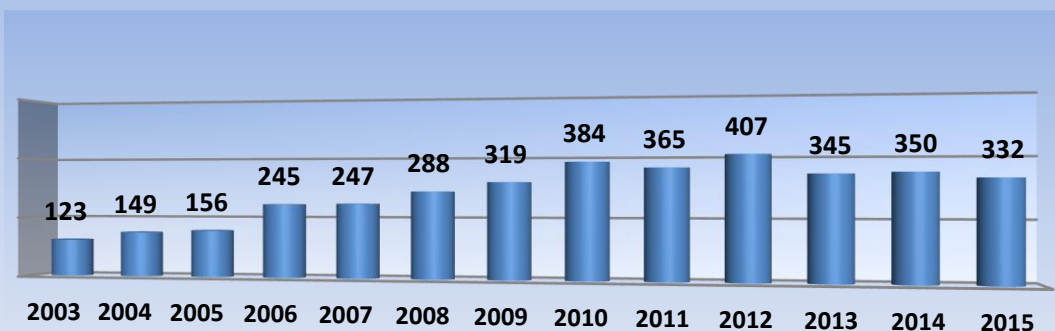
a) Levantamentos da Força de Trabalho

Com o objetivo de fornecer informações sobre a força de trabalho do MTur no ano de 2015 (dados extraídos no mês de dezembro como referência), apresentam-se os gráficos a seguir que incluem servidores em todas as situações funcionais, exceto estagiários.

O gráfico a seguir demonstra a composição da Força de Trabalho do MTur e a sua evolução desde 2003 até 2015.

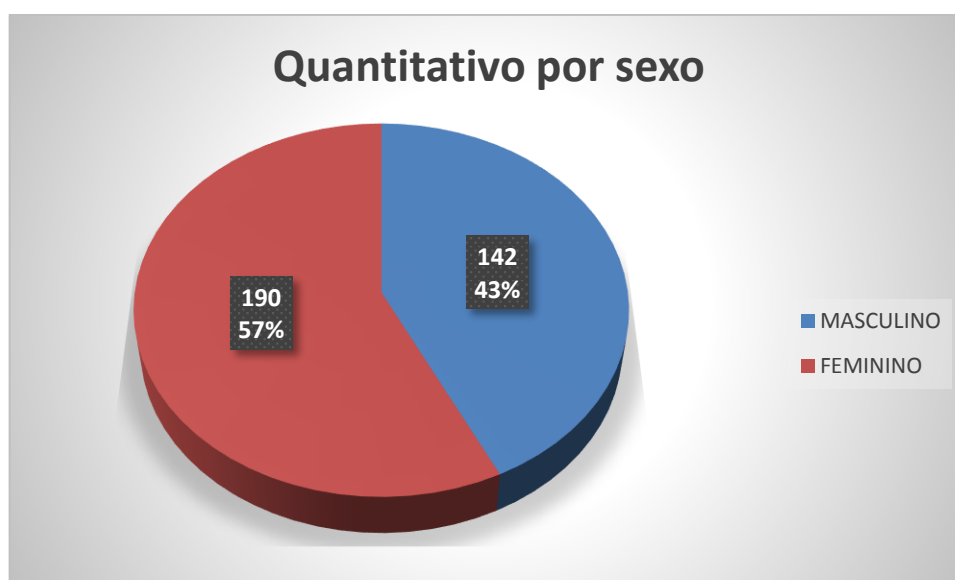
QUADRO 8.1 A – FORÇA DE TRABALHO DO MTUR E A SUA EVOLUÇÃO DESDE 2003 ATÉ 2015

MINISTÉRIO DO TURISMO - FORÇA DE TRABALHO



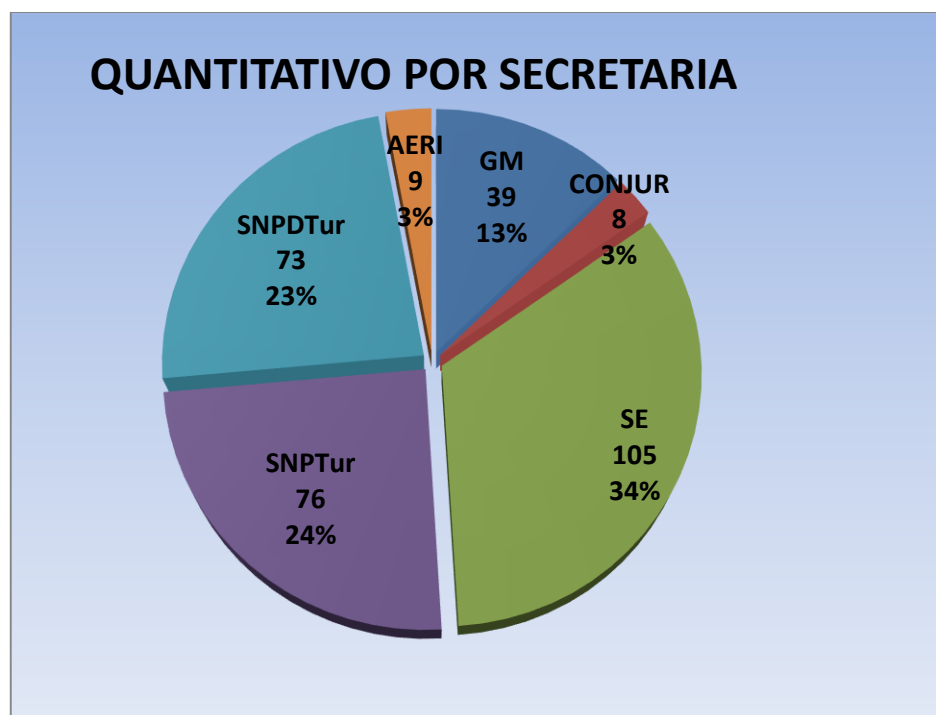
Fonte: SIAPE/SIAPENET

QUADRO 8.1 B – GRÁFICO SOBRE A COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR GÊNERO: (57% DA FORÇA DE TRABALHO DO MTUR COMPOSTA POR MULHERES).



Fonte: SIAPE/SIAPENET

QUADRO 8.1 C – GRÁFICO DE DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DO MTur POR UNIDADE ADMINISTRATIVA:



Fonte: SIAPE/SIAPENET

QUADRO 8.1 D – QUADRO DA COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E A SUA DISTRIBUIÇÃO POR UNIDADE ADMINISTRATIVA:

(mês de referência dezembro/2015).

UORG	EFETIVOS	TEMPORÁRIOS	NOMEADOS	REQUISITADOS	REQUISITADOS DE OUTRAS ESFERAS	EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO CARREIRA	CNE*	TOTAL POR SETOR
GM	13	0	21	3	1	0	1	39
CONJUR	2	0	2	0	0	4	0	8
SE	80	0	14	7	1	2	1	105
SNPTur	47	0	26	1	2	0	0	76
SNPDTur	36	0	31	6	0	0	0	73
AERI	5	0	3	1	0	0	0	9
CEDIDOS	17	0	0	0	0	0	0	17
EX. PROVISÓRIO	0	0	0	0	0	0	0	
OUTROS ¹	5	0	0	0	0	0	0	5
TOTAL	205		97	18	4	6	2	332

Fonte: SIAPE/SIAPENET

¹Refere-se aos servidores em licença para acompanhar cônjuge e tratar de interesses particulares, bem como em afastamento para a realização de estudos de Doutorado.

*CNE – Cargo de Natureza Especial

I. Cadastro de Pessoal

QUADRO 8.1 E – QUADRO DEMONSTRATIVO DA MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL EM 2015

CONTROLE DAS OPERAÇÕES FUNCIONAIS DE CADASTRO E PAGAMENTO DA FOLHA 2015														
COD	OPERAÇÕES FUNCIONAIS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1	NOMEAÇÃO DAS	6	2	5	3	5	5	8	2	3	1	2	1	43
2	EXONERAÇÃO DAS	7	1	3	2	10	6	7	3	5	3	2	0	49
3	TROCA DE DAS	0	0	3	1	5	0	1	0	1	0	1	0	12
4	VACÂNCIA DE DAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	TORNAR SEM EFEITO NOMEAÇÃO DE DAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6	DESTITUIÇÃO DE DAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	CONVERSÃO DE EXONERAÇÃO EM DESTITUIÇÃO	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
8	NOMEAÇÃO EFETIVO	1	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	5
9	VACÂNCIA SEM DIREITO À RECONDUÇÃO	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	4
10	VACÂNCIA COM DIREITO À RECONDUÇÃO	0	0	1	1	0	2	1	0	1	0	0	2	8
11	TORNAR SEM EFEITO NOMEAÇÃO CARGO EFETIVO	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3
12	EXONERAÇÃO EFETIVO	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	3
13	RECONDUÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
14	FALECIMENTO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15	DEMISSÃO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
16	APOSENTADORIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
17	DESIGNAÇÃO DE FCT-5	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2
18	DISPENSA DE FCT-5	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	4
19	DESIGNAÇÃO DE FG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20	DISPENSA DE FG	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	3
21	TROCA DE FG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
22	REDISTRIBUIÇÃO (SAÍDA DO QUADRO)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
23	REDISTRIBUIÇÃO (ENTRADA DO QUADRO)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
24	CESSÃO	0	0	1	0	0	0	2	1	1	1	0	0	6
25	RETORNO DE CESSÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
26	CONTRATO TEMPORÁRIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
27	DISTRATO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
28	PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
29	FIM DO CONTRATO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2
30	EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
31	DESLIGAMENTO DO EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	0	0	3
32	OUTROS	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	2
33	CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO	0	0	0	1	0	0	3	0	2	0	0	0	6
34	DISPENSA DE GRATIFICAÇÃO	0	0	0	1	0	2	3	0	1	1	0	6	14
35	TROCA DE GRATIFICAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
36	RETORNO AO ÓRGÃO DE ORIGEM	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	TOTAL MENSAL	20	5	20	11	21	18	26	8	18	10	5	14	176

Fonte: SIAPE/SIAPENET

Observação: esclarece-se que no decorrer do ano de 2015 foram finalizados os últimos 2 contratos temporários remanescentes, os quais já haviam sido prorrogados por um ano, conforme constam nos respectivos extratos de termos aditivos.

II. Concursos realizados e/ou em andamento:

QUADRO 8.1 F – HISTÓRICO DO QUANTITATIVO DE VAGAS DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROVIMENTOS DE CARGOS EFETIVOS:

HISTÓRICO QUANTITATIVO DE VAGAS DOS CONCURSOS PÚBLICOS 2006 A 2015											
CARGO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
Contador	2	-	-	-	4	-	-	-	3	-	9
Administrador	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	7
Engenheiro	10	-	-	-	2	-	-	-	10	-	22
Técnico de Nível Superior	28	-	14	-	-	-	-	-	-	-	42
Agente Administrativo	60	-	30	-	99	-	-	-	-	-	189
Analista Técnico-Administrativo	-	-	-	-	-	-	-	-	37	-	37
Estatístico	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Total	100	0	44	0	112	0	0	0	52	0	308

Fonte: Editais de concurso público MTur

QUADRO 8.1 G – CONTROLE DAS PUBLICAÇÕES DE ATOS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO EM 2015

CONTROLE DAS PUBLICAÇÕES NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO 2015														
COD	DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO 2015	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1	NOMEAÇÃO DE EFETIVO	2	0	1	1	0	1	0	0	1	0	0	0	6
2	EXONERAÇÃO DE EFETIVO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	EXONERAÇÃO A PEDIDO DE EFETIVO	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
4	VACÂNCIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	VACÂNCIA POR POSSE EM CARGO INACUMULÁVEL	1	0	0	1	1	1	1	0	2	0	2	0	9
6	VACÂNCIA COM DIREITO À RECONDUÇÃO	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3
7	CANCELAMENTO DE NOMEAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	TORNAR SEM EFEITO A NOMEAÇÃO	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3
9	NOMEAÇÃO DAS	8	1	6	3	8	6	6	2	0	2	2	0	44
10	EXONERAÇÃO DAS	4	0	1	2	5	4	5	2	0	4	0	0	27
11	EXONERAÇÃO A PEDIDO DAS	4	1	2	1	7	1	1	1	3	0	1	0	22
12	TROCA DE DAS	0	1	2	0	5	1	0	0	1	1	0	1	12
13	EXTRATO DE CONTRATO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
14	DISTRATO DE CONTRATO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15	CESSÃO DE SERVIDOR (SAÍDA DO QUADRO)	0	1	0	0	0	1	2	1	1	0	0	1	7
16	CESSÃO DE SERVIDOR ENTRADA (REQUISITADO)	0	0	0	1	2	0	1	0	0	0	0	0	4
17	REDISTRIBUIÇÃO (SAÍDA DO MTUR)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18	REDISTRIBUIÇÃO (ENTRADA NO MTUR)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19	DESIGNAÇÃO GERAL	1	0	0	1	0	0	0	2	2	0	5	1	12
20	DESIGNAÇÃO SUBSTITUIÇÃO	5	1	1	2	1	9	5	3	4	5	2	4	42
21	DESIGNAÇÃO SUBSTITUIÇÃO POR PERÍODO	2	1	0	2	2	3	5	3	9	6	6	1	49
22	DESIGNAÇÃO FG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
23	DISPENSA DE FG	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	2

24	DESIGNAÇÃO FCT	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2
25	DISPENSA DE FCT-5	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2
26	DESIGNAÇÃO EM COMISSÃO FORA DO MTUR	1	0	2	2	1	0	2	2	1	2	4	1	18
27	DESIGNAÇÃO EM COMISSÃO DENTRO DO MTUR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	3
28	AFASTAMENTO DO PAÍS	0	3	4	0	4	4	1	8	1	2	6	4	46
29	EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30	CANCELAMENTO DE AFASTAMENTO	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	3
31	ORIENTAÇÃO NORMATIVA	0	2	0	2	0	1	0	0	0	0	1	1	7
32	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	4
33	PUBLICAÇÃO GERAL SOBRE GESTÃO DE PESSOAS	2	1	2	1	1	0	0	0	0	0	1	0	8
34	PUBLICAÇÃO DA SEÇÃO 1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	3	0	0	4
35	PUBLICAÇÃO DA SEÇÃO 2	1	0	0	0	0	2	1	0	4	0	2	0	10
36	PUBLICAÇÃO DA SEÇÃO 3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
37	PUBLICAÇÃO SISAC	0	0	0	2	2	2	6	2	2	0	0	0	16
38	PUBLICAÇÃO EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
39	RETIFICAÇÃO	2	0	3	0	2	1	3	2	8	5	1	1	28
40	REPUBLICAÇÃO	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	3
41	OUTROS	3	5	2	4	1	1	0	3	3	2	2	5	31
42	PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
43	VACÂNCIA DAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
44	REVOGAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL MENSAL		3	1	3	2	4	4	4	3	5	4	3	2	430
		9	9	0	6	2	2	2	1	5	2	6	6	

Fonte: Diário Oficial da União

QUADRO 8.1 H – OCORRÊNCIAS DE AFASTAMENTOS EM 2015

CONTROLE DOS AFASTAMENTOS 2015														
COD	MOTIVO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1	AFASTAMENTOS FORA DO PAÍS	0	3	3	1	4	3	1	3	12	8	5	0	43
2	CASAMENTO	0	0	2	0	1	0	1	2	0	1	0	2	9
3	DISPOSIÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4	FALECIMENTO PESSOA NA FAMÍLIA	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	3
5	LICENÇA-PATERNIDADE	2	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	4
6	JÚRI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	DOAÇÃO DE SANGUE	0	6	0	1	1	0	1	0	0	0	2	0	11
8	OUTROS	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	5
9	AFASTAMENTOS TEMPORÁRIOS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
10	LICENÇA PARA TRATAR ASSUNTOS PARTICULARES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	JORNADA REDUZIDA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
12	HORÁRIO ESPECIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13	FALTA JUSTIFICADA	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
14	FALTA NÃO JUSTIFICADA	1	0	3	0	0	0	1	0	0	0	0	0	5
15	AUSÊNCIA PREVISTA ART. 15, LEI nº 8.868/94	1	3	2	0	0	2	1	0	1	2	0	0	12
16	FALTA POR MOTIVO DE GREVE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL MENSAL		4	13	11	3	8	6	7	5	16	12	8	3	96

Fonte: planilha de controle interno COGEP

(*) Este quadro refere-se aos servidores que iniciaram seus respectivos afastamentos em 2015.

- a) Horário Especial:
- Não houve.
- b) Licença para tratar de interesse particular: 02 servidores
- 1 servidor desde 20/10/2014;
 - 1 servidor desde 12/9/2014
- c) Licença para acompanhar cônjuge (sem remuneração e por tempo indeterminado): 02 servidores
- 1 servidor desde 27/12/2013;
 - 1 servidor desde 18/6/2014;
- d) Jornada de trabalho reduzida: 03 servidores;
- 1servidor desde 4/2/2015,
 - 1 servidor desde 11/6/2014
 - 1 servidor desde 24/7/2013.
- e) Afastamento, com ônus limitado, para realização de estudos de Doutorado no país:
- 1 servidor no período de 1º/4/2015 a 31/3/2017.

QUADRO 8.1 I – Ocorrências de Férias

CONTROLE DE FÉRIAS MENSAL USUFRUTO EM 2015														
COD	OPERAÇÕES FUNCIONAIS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1	PRIMEIRA PARCELA DE FÉRIAS	59	36	14	18	19	8	36	24	22	8	15	7	266
2	SEGUNDA PARCELA DE FÉRIAS	21	8	11	15	9	11	41	33	28	32	18	27	254
3	TERCEIRA PARCELA DE FÉRIAS	17	16	1	7	3	6	9	9	12	16	33	21	150
4	PARCELA ÚNICA	4	2	2	1	0	0	2	1	2	1	0	4	19
5	REPROGRAMADAS	6	1	0	9	2	0	1	0	0	6	8	8	41
6	PERDA DE USUFRUTO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
7	CANCELADAS	0	1	0	1	0	0	0	0	3	5	1	0	11
8	INTERROMPIDAS	4	2	0	2	2	0	6	0	0	1	3	2	22
9	PARCELA DE INTERRUPÇÃO	6	4	0	1	1	2	1	1	1	1	1	6	25
TOTAL MENSAL		117	70	28	54	36	27	96	68	68	70	79	78	791

Fonte: controle interno COGEP

QUADRO 8.1 J – Controle de Frequência de Servidores

DEMONSTRATIVO DE FOLHAS DE PONTO DE 2015													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
FOLHAS DE PONTO	277	277	276	273	267	264	266	262	253	253	254	251	3173

Fonte: Controle Interno de Folhas de Frequência

Análise de 3.173 folhas de ponto em 2015 permitiu o controle de frequência de servidores e contratados temporários do Ministério do Turismo. A frequência dos servidores

requisitados de outros órgãos ou exercícios descentralizados de carreira foi informada por meio de ofício, e-mail, ou sistema online.

QUADRO 8.1 K – BOLETIM DE PESSOAL E SERVIÇO – PUBLICAÇÃO EM 2015

BOLETIM DE PESSOAL E SERVIÇO	
Boletim de Pessoal e Serviço	12
Boletim de Pessoal e Serviço – Edição Especial	108
Republicações de Boletim de Pessoal e Serviço	6

Fonte: COGEP/MTur

III. Sistema de Avaliação de Atos de Admissão do Tribunal de Contas da União - SISAC

No ano de 2015, ocorreu a inclusão de 5 atos de admissão no Sistema de Avaliação de Atos de Admissão do Tribunal de Contas da União e a exclusão de 18 atos por motivo de vacância, exoneração, desligamento ou término de contrato, conforme demonstrado na relação abaixo:

QUADRO 8.1 L – ATOS DE ADMISSÃO E VACÂNCIA

ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADAS NO EXERCÍCIO DE 2015.		
ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC
ADMISSÃO	5	5
DESLIGAMENTO	18	18
CANCELAMENTO DE DESLIGAMENTO	0	0
APOSENTADORIA	0	0
PENSÃO	0	0

Fonte: SISACNET/TCU

IV. Consultas para provimento de função no SIORG

- ✓ 23 consultas realizadas em 2015 ao Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal - SIORG para o provimento de cargos em comissão.

QUADRO 8.1 M - PROGRAMAS E SISTEMAS OPERACIONALIZADOS DIARIAMENTE PELOS SERVIDORES LOTADOS NA COGEP.

Nº.	DESCRIÇÃO
01	Inclusão dos Atos de Admissão no SISAC (Sistema de Avaliação de Atos de Admissão e Concessão)
02	Inclusão das Informações Financeiras de Pessoal para a geração da Declaração do Imposto de Renda DIRF/GOV
03	Inclusão dos Dados Funcionais dos Servidores na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais)
04	Confecção e Elaboração da GFIP (Guia de Recolhimento e Informações à Previdência Social). GFIP é um programa de Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, compreendendo o conjunto de informações destinadas ao FGTS e à Previdência Social Para a Previdência Social, a GFIP é o conjunto de informações cadastrais, de fatos geradores e outros dados de interesse da Previdência e do INSS, que constam do arquivo SEFIPCR. SFP e de outros documentos que devem ser impressos pela empresa após o fechamento do movimento no SEFIP. Devem recolher e informar a GFIP/SEFIP as pessoas físicas ou jurídicas e os contribuintes equiparados a empresa sujeitos ao recolhimento do FGTS, conforme estabelece a Lei nº 8.036, de 11/05/1990, e legislação posterior, bem como à prestação de informações à Previdência Social, conforme disposto na Lei nº 8.212, de 24/07/1991, e alterações posteriores. Ainda que não haja recolhimento para o FGTS, é necessária a informação de todos os dados cadastrais e financeiros para a Previdência Social e para o FGTS.
05	Acompanhamento e Alimentação de Dados Referente ao Plano de Saúde dos Servidores do MTur – GEAP
06	SIASG – Sistema Integrado de Serviços Gerais.
07	SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
08	SIAPE e SIAPENET – Sistema Integrado de Administração de Pessoal
09	INCOM – Sistema para envio e consulta de matérias para publicação no Diário Oficial da União
10	SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal, contém informações organizacionais do Poder Executivo Federal, (Administração Direta, Autarquias e Fundações), utilizado para efetuar as consultas para provimento de cargo em comissão de servidores sem vínculo.

B) PAGAMENTO DE PESSOAL

QUADRO 8.1 N – CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO PARA DESPESAS COM PESSOAL EM 2015.

(Em R\$)

Ação	Dotação Inicial	Lei + Crédito	Executado até Dezembro/2015
20TP -Pagamento de Pessoal	30.555.627,00		27.531.905,82
2000- Ajuda de Custo / Indenização de Transporte	115.669,34		115.669,34
2000 - Administração da Unidade/Auxílio Moradia	459.946,89		459.946,89
2000 - Administração da Unidade/Estagiários	368.482,48		368.482,48
200 - Administração da Unidade/Capacitação de Servidores*	954.400,00		252.774,64
2012 - Auxílio Alimentação	1.440.000,00		1.360.246,20
2011- Auxílio Transporte	240.000,00		191.201,96
2010 - Assistência Pré-Escolar	72.000,00		57.641,25
2128 - Auxílio-Funeral e Natalidade de Cíveis	21.204,00		5.321,88
2004 - Assistência Médica/ Odontológica/	498.120,00	528.120,00	435.414,74
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	2.715.831,00	2.715.831,00	2.530.480,62

*Destaque orçamentário capacitação

Fonte: SIAFI

QUADRO 8.1 O – VALORES REPRESENTAM OS GASTOS MENSAL COM A FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES DO MTUR, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015.

(Em R\$)

Valor/Quant	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Valor Bruto	2.244.205,62	2.168.313,52	2.173.210,46	2.145.035,62	2.233.151,42	2.873.992,02	2.153.046,99	2.176.671,85	2.080.476,67	2.092.771,74	3.877.220,71	2.384.747,02	28.602.843,64
Valor Líquido	1.662.997,44	1.585.962,82	1.597.339,29	1.585.424,98	1.616.539,47	2.284.857,30	1.552.468,12	1.578.546,92	1.496.098,69	1.505.472,23	2.152.020,93	1.794.483,59	20.412.211,78
QUANT SERVIDOR	407	401	402	399	401	396	392	393	388	387	384	382	

Auxílio-Moradia

O quadro abaixo demonstra os valores pagos a título de auxílio-moradia no exercício de 2015, amparados conforme prevê o Decreto nº. 1.840 de 20/03/96, com as alterações pelo Decreto nº. 4.040 de 03/12/01, discriminados por valor e unidade de lotação.

QUADRO 8.1 P – DEMONSTRATIVO DE RECEBIMENTO DE AUXÍLIO MORADIA

(Em R\$)

UG	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
GM - 540002	2.607,41	2.362,04	5.562,74	2.705,02	2.705,02	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	68.442,23
SE - 540003	4.592,78	4.888,68	7.027,36	7.027,36	7.027,36	7.027,36	7.027,36	4.947,43	5.215,46	7.756,18	7.114,58	5.617,50	75.269,41
SNPDTUR - 540005	3.822,92	3.800,00	4.138,68	4.138,00	4.138,00	4.138,00	4.138,00	4.138,00	4.277,20	3.998,80	4.138,00	4.138,00	49.003,60
SNPTUR -540006	29.712,49	24.557,02	29.489,72	30.859,32	24.617,02	19.719,10	16.264,72	17.576,04	19.714,04	18.071,46	19.075,36	17.575,36	267.231,65
Total Geral	40.735,60	35.607,74	46.218,50	44.729,70	38.487,40	38.384,46	34.930,08	34.161,47	36.706,70	37.326,44	37.827,94	34.830,86	459.946,89

FONTE: Dados extraídos do SIAPE

Ressarcimento de Salário

O quadro demonstra os servidores requisitados referentes aos quais foi efetivado em 2015 o reembolso de salário aos órgãos de origem, conforme prevê o Decreto nº 4.493 de 3 de dezembro de 2002, e instruções contidas no item 2 do Ofício nº 3144/2005 da SRH/MP.

QUADRO 8.1 Q – RESSARCIMENTO SALÁRIO

(Em R\$)

GABINETE													
Mês de Referência													
Órgão Origem	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Banco do Brasil	57.475,39	57.432,27	57.607,85	57.535,27	57.535,27	57.535,27	57.535,27	57.535,27	57.535,27	57.535,27	57.535,25	73.357,62	706.155,27
Total Geral	57.475,39	57.432,27	57.607,85	57.535,27	57.535,27	57.535,27	57.535,27	57.535,27	57.535,27	57.535,27	57.535,25	73.357,62	706.155,27

SNPDTUR													
Mês de Referência													
Órgão Origem	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
CEF	52.220,36	56.548,45	56.548,45	67.431,66	56.548,45	54.688,61	-	-	-	-	-	-	343.985,98
Total Geral	52.220,36	56.548,45	56.548,45	67.431,66	56.548,45	54.688,61	-	-	-	-	-	-	343.985,98

SNPTUR													
Mês de Referência													
Órgão Origem	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
TC Santa Catarina	37.811,95	19.484,69	19.484,69	19.790,47	19.790,47	19.790,47	21.935,03	-	-	-	-	-	158.087,77
Sec.Esp e Turism PR	-	-	-	-	-	-	-	90.389,88	-	30.572,62	13.554,78	43.583,12	178.100,40
Sec.Com.Social TO	-	-	-	-	-	-	-	10.924,04	10.924,04	10.924,04	11.361,37	11.361,37	55.494,86
Total Geral	37.811,95	19.484,69	19.484,69	19.790,47	19.790,47	19.790,47	21.935,03	101.313,92	10.924,04	41.496,66	24.916,15	54.944,49	391.683,03
Inscrito em Rap	109.695,75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	109.695,75
Total Geral	147.507,70	133.465,41	133.640,99	144.757,40	133.874,19	132.014,35	79.470,30	158.849,19	68.459,31	99.031,93	82.451,40	128.302,11	1.441.824,28

FONTE: Dados extraídos do SIAFI

QUADRO 8.1 R – AJUDA DE CUSTO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE EM 2015

(Em R\$)

MÊS	Valor
Janeiro	-
Fevereiro	11.848,20
Março	-
Abril	-
Maio	30.934,70
Junho	22.470,00
Julho	8.384,52
Agosto	
Setembro	22.242,22
Outubro	19.789,70
Novembro	-
Dezembro	-
Total Geral	115.669,34

FONTE: Dados extraídos do SIAFI

C) BENEFÍCIOS

QUADRO 8.1 S – DEMONSTRATIVO DE VALORES GASTOS COM BENEFÍCIOS DOS SERVIDORES DO MTUR DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015.

(Em R\$)

Benefícios	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Auxílio-Alimentação	115.799,51	117.240,68	113.917,58	115.053,56	111.849,12	113.527,64	114.510,99	113.459,83	112.917,28	110.391,05	111.035,32	110.543,64	1.360.246,20
Auxílio-Transporte	13.294,70	15.476,40	15.816,41	15.381,30	15.901,14	16.289,94	14.743,31	14.112,41	14.930,94	16.091,62	20.516,26	18.647,53	191.201,96
Auxílio Pré-Escolar	4.778,50	4.954,25	4.954,25	4.783,25	4.702,50	4.522,00	4.702,50	4.783,25	4.783,25	4.868,75	4.859,25	4.949,50	57.641,25
Auxílio-Natalidade	591,32	-	-	591,32	591,32	-	591,32	591,32	-	591,32	591,32	1.182,64	5.321,88
Total Geral	133.872,71	137.671,33	134.688,24	135.218,11	132.452,76	134.339,58	133.956,80	132.355,49	132.631,47	131.351,42	136.410,83	134.140,67	1.614.411,29

Fonte: SIAPE

- **Auxílio-Transporte** é pago em pecúnia diretamente no contracheque, conforme prevê a Medida Provisória nº 1.783 de 14 de dezembro de 1998. Sobre ele não incidem o imposto de renda nem o Plano de Seguridade Social -PSS e será calculado a partir da diferença entre as despesas realizadas com transporte coletivo e o desconto de 6% (parcela do servidor), tomando por base 22 dias úteis.
- **Auxílio-Alimentação** é concedido em pecúnia a todos os servidores independentemente da jornada de trabalho, desde que efetivamente em exercício nas atividades do cargo. O auxílio alimentação destina-se a subsidiar as despesas com a refeição do servidor, sendo-lhe pago em pecúnia diretamente no contracheque, conforme disposto no art. 22 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, com redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997.
- **Auxílio Pré-Escolar** é concedido ao servidor para auxiliar nas despesas pré-escolares de filhos ou dependentes, conforme estabelecido com o Decreto nº. 977, de 10 de novembro 1993. O limite de idade dos dependentes que têm direito ao benefício é concedido até 5 anos, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional nº 53, de dezembro de 2006, que diminuiu a idade escolar, que até então era até 7 anos de idade. O valor do auxílio em Brasília era de R\$ 95,00 em 2015. O auxílio-creche é custeado pelo órgão e pelo

servidor que é responsável pelo pagamento de 5 a 25% do auxílio definido pela faixa salarial em que está inserido.

Saúde Suplementar em 2015

QUADRO 8.1 T – DEMONSTRATIVO DO VALOR GASTO COM A GEAP RELATIVO AO CONVÊNIO DE ADESÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO (POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO) E A FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL – GEAP, BEM COMO INDENIZAÇÃO DE PER CAPITA DE OUTROS PLANOS DE SAÚDE.

(Em R\$)

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
GEAP	23.160,66	23.725,69	23.885,97	24.211,98	23.557,22	23.727,23	23.188,32	23.100,40	22.595,87		45.968,70	23.200,85	280.322,89
Indenização PER CAPITA													
Outros Planos	12.974,44	14.605,27	13.223,39	13.269,18	13.789,19	13.117,41	13.600,07	12.980,02	11.609,70	11.784,20	12.464,40	11.674,58	155.091,85
TOTAL	36.135,10	38.330,96	37.109,36	37.481,16	37.346,41	36.844,64	36.788,39	36.080,42	34.205,57	11.784,20	58.433,10	34.875,43	435.414,74

Fonte: SIAPE

D) PROGRAMA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO EM 2015

Ações de Qualidade de Vida e de Saúde

As ações desenvolvidas de qualidade de vida no trabalho no MTur têm como objetivo uma organização mais humanizada, que possa proporcionar condições de desenvolvimento pessoal aos servidores, criando um ambiente de integração deles com chefias, colegas de trabalho e o próprio ambiente de trabalho, mantendo sempre a preocupação com dois aspectos importantes que é o bem-estar do servidor e a eficácia organizacional.

As ações de saúde do servidor visam ao desenvolvimento de práticas de gestão, de atitudes e de comportamentos que contribuam para a proteção da saúde do servidor no âmbito individual e no ambiente de trabalho.

No ano de 2015, a COGEP promoveu os seguintes eventos de qualidade de vida:

1. Em fevereiro, os seguintes eventos foram realizados: (i) palestra “**Como Prevenir DSTs e AIDS**” com a participação de cerca de 50 servidores; (ii) **Campanha sobre o Uso Consciente de Água e Energia**, com intervenções nas salas e enquete na Intranet para a escolha das melhores frases sobre o tema, com o envolvimento de todas as unidades; (iii) **Campanha de Doação de Sangue**, com a participação de 21 servidores que se voluntariaram perante o Hemocentro de Brasília; palestra “**Terapias Complementares**”, para aproximadamente 20 pessoas, que divulgou o serviço de Quick Massage para todos os servidores do Shopping ID e da Esplanada;
2. Em março, ocorreram os seguintes eventos: (i) **Campanha para o Bom Uso dos Banheiros**, em que foram criadas novas identificações visuais para todos os banheiros do Ministério; (ii) sensibilização dos servidores para a realização dos **exames médicos periódicos**; (iii) em celebração do Dia Internacional da Mulher, realizou-se palestra “**Saúde dos Olhos – Um novo olhar**” e orientações sobre a saúde da mulher;
3. Em abril, foi realizada a **Campanha de Páscoa**, que contou com oficina sobre turismo e gastronomia, em que os participantes doaram chocolate para instituição de caridade;
4. Em maio, 130 servidoras participaram das comemorações do **Dia das Mães**, quando foi promovido o “bazar do desapega” e workshop sobre moda e estilo; ocorreu também a

Campanha do Agasalho, com a participação do MTur e do MME, que conseguiu arrecadar 648 peças de roupa para a Comunidade Santos Carentes, na Samambaia Norte;

5. Em junho, ocorreu o “**Arraiá do MTur**”, evento festivo promovido com a colaboração dos servidores que trouxeram os quitutes juninos;
6. Em agosto, marcou-se o **Dia dos Pais** com Missa em homenagem a todos os pais do MTur e do MME, na Paróquia Santíssima Trindade, do Guará II; além disso, houve o evento “Nossos pais Super Estrelas”, com apresentações de servidores;
7. Em setembro, comemorou-se o **Dia da Secretária**, com ação na Intranet reunindo depoimentos de secretários do Ministério com o objetivo de enaltecer e valorizar o trabalho dos 57 profissionais de ambas as sedes
8. No mês de outubro, houve ação do **Dia das Crianças**, que teve como principal objetivo presentear os filhos de servidores e colaboradores do MTur por meio de brincadeira do jogo da memória de destinos turísticos nacionais, com a participação de mais de 50 pessoas; na comemoração do **Dia do Servidor Público**, promoveu-se ação na Intranet de reconhecimento da importância do trabalho do servidor, com divulgação de depoimentos de servidores que relataram sua experiência na carreira, e exposição de fotos;
9. Em novembro, o MTur aderiu à campanha **Novembro Azul**, sobre a importância da prevenção do câncer de próstata, com distribuição de informativos e dando orientações sobre a doença, além de disponibilizar diversos exames e aferições médicas por meio da GEAP-Saúde;
10. Em dezembro, promoveu-se a campanha **Natal Solidário**, para a arrecadação de cestas básicas, roupas e brinquedos, que foram entregues às famílias dos catadores da Recicla Brasília.

QUADRO 8.1 Y – CONTROLE DE ATESTADOS MÉDICOS RECEBIDOS PELA COGEP E ENCAMINHADOS PARA PERÍCIA E HOMOLOGAÇÃO DE LICENÇAS PELA UNIDADE SIASS-MDIC EM 2015

TIPO DE LICENÇA MÊS	LICENÇA-SAÚDE	LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA	LICENÇA-GESTANTE	PRORROGAÇÃO DE LICENÇA-GESTANTE
JAN	14	02	01	01
FEV	17	01		01
MAR	26	04	01	
ABR	20	01		
MAI	30	08		
JUN	31	06		01
JUL	21	02	01	01
AGO	18	03	01	
SET	23	05	01	
OUT	23			
NOV	19	06	02	02
DEZ	24	05	01	
TOTAL	266	43	08	06

Fonte: SIAPE/SIASS

E) PROGRAMA DE ESTÁGIO EM 2015

O MTur mantém contrato administrativo com o Instituto Blaise Pascal como Agente de Integração para viabilizar, por intermédio da realização de estágios, oportunidades de aperfeiçoamento profissional a alunos de instituições de ensino médio e superior públicas ou privadas.

A partir da publicação da Orientação Normativa nº 07, de 30 de outubro de 2008, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que fixou em R\$ 6,00 por dia efetivamente estagiado o valor do auxílio-transporte a ser concedido em pecúnia aos estagiários, conforme estabelecido na Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, o MTur começou a pagar os valores devidos de auxílio-transporte aos estagiários.

QUADRO 8.1 Z – QUANTITATIVO AUTORIZADO DE ESTAGIÁRIOS POR LOTAÇÃO

UNIDADE	NÍVEL MÉDIO	NÍVEL SUPERIOR	TOTAL
Gabinete do Ministro	03	11	14
Secretaria Executiva - incluindo (DGE+DGI)	06	15	21
SNPDTur	08	07	15
SNPTur	09	13	22
TOTAL	26	46	72

Fonte: COGEP/MTur (Referência – Dezembro /2015).

QUADRO 8.1 A.A – BOLSA AUXÍLIO DE ESTÁGIO – VALORES PAGOS EM 2015

MÊS	QTDE. NM/NS *	Bolsa Auxílio	Auxílio Transporte	Recesso Remunerado	Empresa	Total Geral
Janeiro	60	R\$ 23.416,83	R\$ 5.634,00	R\$ 915,95	R\$ 496,00	R\$ 30.462,78
Fevereiro	60	R\$ 25.090,64	R\$ 7.950,00	R\$ 675,87	R\$ 441,75	R\$ 34.158,26
Março	57	R\$ 24.224,52	R\$ 6.906,00	R\$ 647,67	R\$ 472,75	R\$ 32.250,94
Abril	59	R\$ 25.384,21	R\$ 6.744,00	R\$ 467,39	R\$ 441,75	R\$ 33.037,35
Maiο	60	R\$ 23.791,78	R\$ 6.594,00	R\$ 1.050,13	R\$ 472,75	R\$ 31.908,66
Junho	60	R\$ 23.794,99	R\$ 8.166,00	R\$ 1.672,94	R\$ 434,00	R\$ 34.067,93
Julho	55	R\$ 23.548,66	R\$ 6.972,00	R\$ 425,87	R\$ 472,75	R\$ 31.419,28
Agosto	56	R\$ 23.176,66	R\$ 7.302,00	R\$ 732,16	R\$ 441,75	R\$ 31.652,57
Setembro	56	R\$ 23.948,33	R\$ 7.074,00	R\$ 735,71	R\$ 441,75	R\$ 32.199,79
Outubro	56	R\$ 23.212,33	R\$ 7.080,00	R\$ 368,33	R\$ 449,50	R\$ 31.110,16
Novembro	56	R\$ 24.606,00	R\$ 7.512,00	R\$ 485,33	R\$ 441,75	R\$ 33.045,08
Dezembro	55	R\$ 23.860,67	R\$ 5.280,00	R\$ 968,96	R\$ 449,50	R\$ 30.559,13
TOTAL DE GRU EMITIDAS						R\$ 2.830,53
TOTAL						R\$ 388.702,46

Fonte: COGEP/MTur *NM: Nível Médio e NS: Nível Superior

F) AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Estágio Probatório

Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório, por um período de três anos, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo.

A avaliação do desempenho do servidor durante o estágio probatório deverá ser realizada semestralmente, sendo que a primeira é aferida após seis meses de efetivo exercício e as demais no 12º mês, 18º mês, 24º mês e 30º mês. Quatro meses antes de final do período do estágio probatório, o resultado final das avaliações de desempenho será submetido à homologação da autoridade máxima do órgão.

No ano de 2015, foram realizadas 95 avaliações de estágio probatório (07 de servidores do cargo de nível médio e 88 de servidores de nível superior).

Progressão Funcional

A progressão funcional e a promoção de servidores do MTur estão previstas na Lei nº. 11.357, de 19 de outubro de 2006, e pelo Decreto 84.669, de 29 de abril de 1980.

A progressão funcional é o crescimento funcional do servidor estável no exercício do cargo público de provimento efetivo, para o padrão de vencimento imediatamente superior, dentro da mesma classe, e a promoção é a passagem do servidor do último padrão de vencimento de uma classe, para o primeiro padrão da classe imediatamente superior estabelecido na tabela salarial do órgão, fundamentado na qualificação e no desempenho profissional.

No ano de 2015, a progressão funcional dos servidores do MTur apresentou os seguintes resultados:

- 116 (cento e dezessete) Agentes Administrativos que completaram interstício para progressão funcional/promoção, desse total 107 (cento e sete) servidores foram avaliados para progressão funcional/promoção, e 54 fizeram jus à progressão por mérito.
 - 1 Agente Administrativo não foi avaliado por já se encontrar na última classe/padrão da carreira;
 - 5 Agentes Administrativos não foram avaliados por estarem cumprindo o interstício de 18 (dezoito) meses entre àquela e a próxima progressão, em função do conceito 2 obtido na oportunidade, conforme item I do Art. 2º do Portaria SE/MTur nº 38 e o Art. 6º do Decreto nº 84.669, de 29/04/1980;
 - 3 Agentes Administrativos não foram avaliados pois já seriam progredidos/promovidos em setembro de 2015, conforme a Portaria GM/MTur nº 56, de 08 de setembro de 2014, pois terminaram de cumprir o interstício de 18 (dezoito) meses a eles imposto, em função do conceito 2 obtido em avaliação anterior.
- 34 (trinta e quatro) Técnicos de Nível Superior completaram o interstício para fins de progressão funcional, desse total foram avaliados 30 servidores e 15 servidores fizeram jus à progressão funcional por merecimento.
 - 3 Técnicos de Nível Superior não foram avaliados por encontrarem-se em licença sem remuneração.
 - 1 Técnico de Nível Superior não foi avaliado ao foi atribuído o mesmo número de pontos obtido na avaliação anterior, observada a regra contida no item 5 da ficha de avaliação de desempenho, por enquadrar-se na

hipótese do Parágrafo único do Art. 16 do Decreto Nº 84.669, de 29 de abril de 1980.

- 4 (quatro) Engenheiros completaram o interstício para fins de progressão funcional, desse total 2 servidores fizeram jus à progressão funcional a partir de setembro/2015.
- 2 (dois) Contadores completaram o interstício para fins de progressão funcional, desse total 1 servidor fez jus à progressão funcional a partir de setembro/2015.
- 7 (sete) administradores completaram o interstício para fins de progressão funcional, desse total 6 foram avaliados, sendo que 3 foram promovidos por mérito em setembro/2015.
 - 1 Administradora não foi avaliada por já se encontrar na última classe/padrão da carreira.

Avaliação da GDPGPE

A Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – GDPGPE está prevista na Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, na Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008 e no Decreto 7.133, de 19 de março de 2010.

A Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – GDPGPE é devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de nível superior e intermediário do Ministério do Turismo e tem por finalidade estimular e dar suporte ao desenvolvimento profissional dos servidores que colaboram com o crescimento, aprimoramento e resultados do MTur. A GDPGPE será paga de acordo com os resultados das avaliações de desempenho individual e do alcance das metas de desempenho institucional.

Em 2015, no sexto ciclo de avaliação (01 de outubro de 2014 a 30 de setembro de 2015), foram avaliados 187 servidores.

Avaliação da GDACE

A Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos - GDACE é devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de nível superior optantes pela Estrutura Especial de Remuneração, prevista na Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, no Decreto nº 7.849, de 23 de novembro de 2012, e na Portaria GM/MTur nº 31, de 19 de março de 2013, e tem por finalidade estimular e dar suporte ao desenvolvimento profissional dos servidores que colaboram com o crescimento, aprimoramento e resultados do MTur.

Em 2015, no terceiro ciclo de avaliação (01 de outubro de 2014 a 30 de setembro de 2015), foram avaliados 10 servidores.

G) PLANO DE AÇÃO

Resultado da atuação na COGEP para cumprimento das metas em 2015:

Foco: 1. Gestão estratégica de pessoas

Objetivo: 1.1. Desenvolver competências técnicas e gerenciais

Ação/Iniciativa/Projeto Indicador Meta Unidade Programa PPA PLOA

1.1.1. Capacitar os servidores do Ministério do Turismo

Indicador = servidor capacitado; meta 2015= 300; área SPOA; PPA 2128; LOA 2000

Resultado em 31/12/2015= 354 servidores capacitados.

Esta Coordenação-Geral tem pautado seu trabalho não apenas na realização e controle de atividades operacionais rotineiras da área de recursos humanos, mas tem trabalhado em sintonia com as diretrizes da política de gestão de pessoas estabelecidas pela Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e também atuar de forma estratégica em parceria com outras unidades do MTur de modo a possibilitar o alcance das metas estabelecidas no Plano de Ação Anual e obter os resultados institucionais esperados.

A COGEP entende que para alcançar uma administração de excelência, é de suma importância que a sua atuação seja facilitadora entre os gestores e os servidores. Entende-se que a gestão de pessoas precisa integrar todas as áreas da administração, visando a auxiliar no desenvolvimento das competências, além do constante aprimoramento do conhecimento, da habilidade e da valorização do servidor.

8.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

O perfil do quadro de servidores ativos do MTur encontra-se demonstrado por meio dos quadros detalhados nos sub tópicos a seguir:

QUADRO 8.1.1 A – FORÇA DE TRABALHO DO MTur EM 31/12/2015(*)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício* *	Egressos no Exercício **
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	308	234	13	35
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	1	1	1
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	308	233	12	34
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	205	5 ****	21 ****
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	6	2	5
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	22	5	8
2. Servidores com Contratos Temporários	100	0 *****	0	2
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	164	98 *****	24 *****	25 *****
4. Total de Servidores (1+2+3)	164	332	37 *****	62 *****

Fonte: SIAPE

(*) As vagas para provimento dos cargos em comissão de servidores sem Vínculo com a Administração Pública são autorizadas pelo Decreto nº 8.102, de 6/9/2013, DOU 9/9/2013. Foi considerado o cargo de Secretário-Executivo, o qual é cargo de Natureza Especial sem vínculo com a Administração Pública.

(**) Para fins de Ingressos e Egressos no exercício não estão sendo considerados os servidores efetivos que porventura tenha sido nomeados e/ou exonerados dos cargos em comissão na UPC.

(****) Para fins de Ingresso, foram considerados também os retornos de cessão; e para fins de Egressos, foram considerados também os casos de cessão dos servidores do MTur para outros órgãos.

(*****) O Secretário-Executivo é cargo de Natureza Especial sem vínculo com a Administração Pública e, portanto, também, foi aqui inserido.

(*****) Para fins de Ingresso e Egresso, foram consideradas aqui eventuais alterações nos cargos de cargo de natureza especial sem vínculo com a administração pública.

(*****) Em 31/12/2015, não havia pessoal contratado temporariamente no MTur, após término do prazo de vigência dos contratos.

QUADRO 8.1.1 B – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio ****	Área Fim *****
1. Servidores de Carreira (1.1)	113	98
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	113	98
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	95	88
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	6	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	12	10
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública*	38	60
4. Total de Servidores (1+2+3) ***	151 **	158

Fonte: SIAPE

(*) O Secretário-Executivo é cargo de Natureza Especial sem vínculo com a Administração Pública e, portanto, também, foi aqui inserido.

(**) O Quadro 8.1.1 B não considera os membros de poder e agentes políticos, isto é, o Ministro de Estado

(***) Não foram considerados os servidores cedidos e nem os servidores em licenças diversas.

(****) Foram consideradas as seguintes unidades organizacionais: GM, CONJUR e SE

(*****) Foram consideradas as seguintes unidades organizacionais: SNPTur, SNPDTur e AERI

QUADRO 8.1.1 C – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DO MTUR

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício**	Egressos no Exercício**
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	164	153	48	55
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	163	152	48	55
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	29	12	14
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	4	2	3
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	22	10	13
1.2.4. Sem Vínculo	163	97	24	25
1.2.5. Aposentados	Não há	0	0	0
2. Funções Gratificadas*	12	9	0	3
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	8	0	3
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	1	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	176	162	48	58

Fonte: SIAPE

(*) Não foram consideradas as funções comissionadas técnicas.

(**) Para fins de Ingressos e Egressos, foram computadas as trocas de função sem perda do vínculo, isto é, o servidor foi exonerado de uma função e imediatamente nomeado para outra função.

Análise Crítica

A partir de julho/2014, com o ingresso de novos servidores de nível superior aprovados no concurso público de 2013 foi possível substituir somente os profissionais especializados que saíram do MTur em função do término de seus contratos temporários, porém este quantitativo não supre a necessidade de pessoal, principalmente nas unidades que tem por responsabilidade a análise de convênios e de prestação de contas de convênios, e de pesquisa em turismo, fiscalização de obras, entre outras áreas que desenvolvem atividades finalísticas do Ministério.

Esclarece-se que este MTur solicitou 164 cargos de nível superior para o concurso público MTur 2013, porém o quantitativo autorizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foi de somente 52 cargos de nível superior para todo o Ministério, deste total permanecem até 31/12/2015 quarenta e seis servidores de nível superior (Analistas Técnicos Administrativos, Contadores, Engenheiros e Estatísticos).

O MTur formalizou em maio/2014 por meio de processo o pedido de provimento adicional de 50% de cargos de nível superior do concurso público de 2013 para o ano de 2015, porém o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP informou que o processo não foi contemplado no planejamento orçamentário de 2015. Como o prazo de validade do referido concurso público termina no dia 24/03/2016, não foi possível viabilizar para 2016, outro pedido de provimento adicional de 50% junto ao MP.

Considerando a notícia do MP de que não há previsão orçamentária na Lei Orçamentária Anual de 2016 para realização de concursos públicos e com a publicação do Decreto nº 8.627, de 30/12/2015, que aprova a nova estrutura regimental e o quadro demonstrativo de cargos em comissão e das funções gratificadas do MTur, a partir de 14/01/2016, o Ministério pretende promover no decorrer do ano de 2016 um Estudo sobre a Força de Trabalho, após a realização dos ajustes necessários para readequar o quadro de pessoal a nova estrutura regimental autorizada, o que poderá subsidiar novo pedido de concurso público para 2017.

Com o ingresso dos servidores de nível superior no Concurso Público de 2013 foi possível diminuir a diferença na proporção entre servidores ocupantes de cargos de nível médio e superior, porém os Agentes Administrativos ainda representam 55% dos servidores do Quadro de Pessoal do MTur.

Como a faixa etária dos servidores em média está entre 25 a 35 anos de idade, e muitos ingressaram no MTur como primeiro emprego, não haverá a longo prazo expectativa de aposentadoria de servidores que venha a trazer um impacto significativo na força de trabalho. Esclarece-se que até 31/12/2015 foi verificada a existência de somente um servidor com idade e tempo de serviço para aposentadoria, que está recebendo abono de permanência.

Em 31/12/2015, dezessete servidores encontravam-se cedidos, dos quais 07 de nível médio e 10 de nível superior, além de 04 servidores afastados por licença não remunerada e um servidor afastado para concluir Doutorado. Este número é compensado pelos 23 servidores cedidos de outros órgãos lotados no MTur em 31/12/2015.

Com a publicação do Decreto nº 8.627, em 31/12/2015, que aprovou a nova Estrutura Regimental e o novo Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Turismo, e produziu efeitos a partir de 14/01/2016, houve a diminuição de 24 cargos em comissão de Direção e Assessoramento Superior – DAS,

reduzindo em 14,63% para 2016 o quantitativo de servidores citado no Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.

8.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

A composição do quadro de custos de pessoal do Ministério do Turismo deverá ser demonstrada por meio do **Quadro 8.1.2 A** a seguir.

QUADRO 8.1.2 A – DESPESAS DO PESSOAL

(Em R\$)

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	371.216,40	0,00	33.512,60	0,00	44.683,46	7.500,00	0,00	0,00	0,00	85.696,06
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	5.372.136	125.939,56	7.871.467,57	379.989,41	29.629,31	1.393.467,40	188.203,83	0,00	0,00	15.368.743,92
	2014	4.945.515,24	0,00	6.751.411,29	334.213,24	40.246,77	1.311.071,03	133.720,31	0,00	0,00	13.516.177,88
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	76.992,30	1.207.380,44	245.626,26	8.676.878,31	70.690,21	165.219,91	31.030,42	0,00	0,00	10.473.817,85
	2014	1.466.114,10	0,00	102.477,83	43.824,95	21254,65	81.333,73	70.072,46	0,00	0,00	1.785.077,22
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	6.615.258,59	0,00	556.141,67	162.137,25	201.286,83	934.851,26	174.490,70	0,00	0,00	8.644.166,30
	2014	6.611.699,32	0,00	724.596,66	143.767,98	244.269,44	762.468,73	154.493,49	0,00	0,00	8.641.295,82
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	274.943,57	0,00	432.862,96	1266,66	2.007,43	86.811,65	0,00	0,00	0,00	104.343,54
	2014	207.669,38	0,00	268.234,32	6.389,76	0,00	72.281,17	0,00	0,00	0,00	554.754,63
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	99.791,00	0,00	12.760,17	1.266,66	14.303,33	76087,00	0,00	0,00	0,00	142.297,16
	2014	1.311.35,00	0,00	94.770,00	32.117,92	228.815,77	122.329,00	0,00	0,00	0,00	1.790.397,69

8.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

No exercício de 2015, apesar da política de gestão de pessoas estar alinhada com a gestão estratégica do MTur e em conformidade com os normativos emitidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os riscos identificados referem-se principalmente à redução da força de trabalho em função do fator salarial.

Como a faixa etária da maioria dos servidores está entre 25 a 35 anos de idade, e muitos ingressarem no MTur como primeiro emprego, este público está à procura de melhores salários, por isso as vacâncias e exonerações de servidores são motivadas em 100% dos casos motivados por aprovação em concurso público de cargo com vencimento superior ao do MTur. Embora tenha ocorrido uma diminuição em 50% de desligamentos de servidores em relação ao ano 2014, este número é bastante significativo em 2015, pois desse quantitativo somente foi possível repor 20% da força de trabalho perdida, já que 80% referiam-se a vagas de pessoal de concursos públicos já encerrados. É importante registrar que a grande maioria dos servidores desligados possuía pelo menos 4 anos de experiência no Ministério.

A redução da força de trabalho pode gerar uma descontinuidade na gestão, diante da dificuldade em reter os talentos necessários para o cumprimento das metas estabelecidas, assim como de promover cultura orientada a resultados.

Irregularidades na área de pessoal

Não foram verificadas irregularidades relacionadas a pessoal, tendo em vista os controles internos preventivos realizados pela COGEP, além das verificações realizadas pela Controladoria-Geral da União - CGU por meio do Sistema de Trilhas de Auditoria de Pessoal e também pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no acompanhamento e auditoria do Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE.

Não há ocorrência de acumulação remunerada irregular de cargos e funções em 2015, considerando o controle realizado pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas citado no item 7.1.4.1. Não há ocorrência de acumulação remunerada irregular de cargos e funções em 2014, considerando o controle realizado pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas citado no item 7.1.4.1.

Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Quanto às providências adotadas pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, temos a informar o seguinte:

- a) Ao ingressar no MTur, todo servidor deve apresentar ficha cadastral preenchida onde consta em seus itens 8 e 9 a Declaração de Não Acumulação de Cargos e a Declaração de Não Participação em Sociedade Privada, com o texto citado abaixo:

Declaração de Não Acumulação de Cargos

DECLARO, sob as penas da Lei, para os devidos fins previstos no Decreto nº 97.595, de março de 1989, - dispõe sobre a acumulação de cargos, empregos ou funções na Administração Federal - que:

☐ Não detenho cargo, emprego ou função em qualquer Órgão da Administração Direta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem assim de suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e autarquias em regime especial.

☐ Detenho o que determina o art. 1º, § 2º do mencionado Decreto:

Título/Cargo:

Órgão:

Integrante da: ☐ Adm Federal Direta ☐ Adm Federal Indireta ☐ Distrito Federal ☐ Estadual ☐ Municipal ☐ Outros Poderes

DECLARO, nos termos do Art. 118, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que não detenho cargo, emprego e função em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios desde a minha posse no cargo comissionado ☐ e / ou no cargo efetivo ☐ que exerço neste Ministério.

Declaração de Não Participação em Sociedade Privada

DECLARO, nos termos do art.117, inciso X da Lei Nº 8.112/90 **NÃO** “participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário; (Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008)”, desde a minha posse no cargo comissionado ☐, cargo efetivo ☐, que exerço neste Ministério, sob pena prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro conforme abaixo:

“Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.”

Declaro sob minha responsabilidade, serem exatas e verdadeiras as informações aqui prestadas.

Brasília, / /

Nome e CPF

- b)** Além disso, o servidor deve apresentar junto com os demais documentos pessoais, uma Declaração de Desligamento de Órgãos, Empresas Públicas ou não, às quais esteve vinculado, ou Cópia do requerimento solicitando a exoneração (para quem possui cargo em comissão); ou Cópia da primeira (referente aos dados) e da última folha da carteira de trabalho na qual consta a baixa.
- c)** A documentação referida anteriormente fica arquivada em pasta individual para cada servidor e constitui o seu assentamento funcional.
- d)** Com relação à utilização de sistemas informatizados, o controle para detecção de possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos é realizado pela Auditoria da Secretaria de Gestão Pública – SEGEP do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, por meio do Sistema de Tratamento de Indícios e Irregularidades

- STII, que tem a possibilidade de acessar as bases de dados de recursos humanos de Órgãos de outros Poderes e Esferas; caso seja identificada possível acumulação de cargos, a SEGEP faz a comunicação ao MTur;
- e) No âmbito do MTur, o controle para detecção de possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos por meio de sistema informatizado é realizado pelas críticas do Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE (quando é necessário realizar a nomeação de novo servidor, o SIAPE não permite fazer o seu registro caso já tenha outro vínculo funcional na administração pública federal e apresenta mensagem informando essa situação);
- f) No período em questão não foi identificado servidor no MTur em situação de acumulação de cargo, função ou emprego público.

Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Indicador de Doenças Ocupacionais:

A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP realizou o acompanhamento mensal de doenças ocupacionais no ano de 2015 por meio dos dados epidemiológicos obtidos no Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS, gerenciado pela Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cujas informações foram atualizadas pela Unidade SIASS do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que atende ao Ministério do Turismo, conforme Acordo de Cooperação Técnica e registra os atestados médicos e as perícias médicas dos servidores.

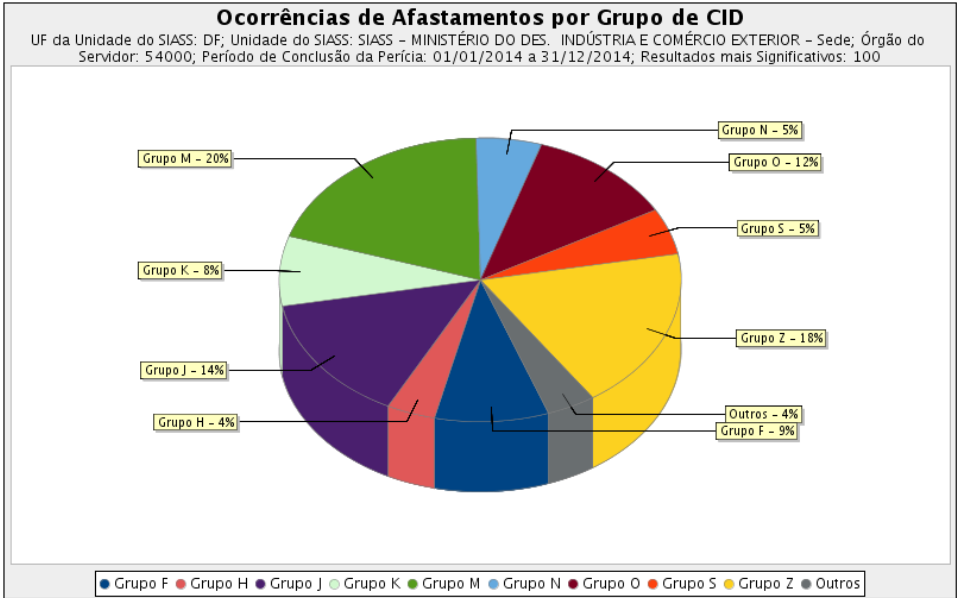
Dados epidemiológicos analisados no período de 01/01 a 31/12/2015 e comparados ao período de 01/01 a 31/12/2014:

Os dados epidemiológicos obtidos no SIASS referem-se às doenças segundo CID (Código Internacional de Doenças) citadas nos atestados médicos apresentados pelos servidores do MTur para concessão de licença para tratamento de saúde, licença para acompanhamento de pessoa doente em família e licença gestante. A análise desse dados teve como objetivo subsidiar a COGEP no desenvolvimento de ações voltadas à Política de Atenção à Saúde do servidor público federal no âmbito do MTur, com medidas para promoção de saúde e qualidade de vida dos servidores.

Gráficos analisados:

- Gráfico 1a x 1b – Ocorrências de Afastamentos por Grupo de CID (ano 2014 x ano 2015);
- Gráfico 2a x 2b – Número de Dias de Afastamento por Grupo de CID (ano 2014 x ano 2015);
- Gráfico 3a x 3b - Quantidade de Servidores por Grupo de CID (ano 2014 x ano 2015).

Gráfico 1a – Ocorrências de Afastamentos por Grupo de CID (ano 2014)

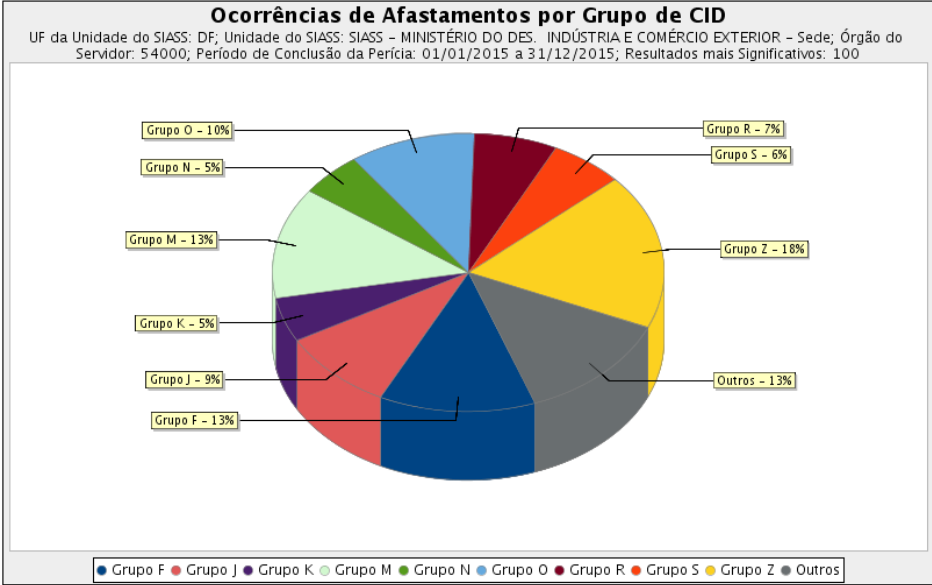


GRUPO	DOENÇAS
F	Transtornos mentais e comportamentais
H	Doenças do olho e anexos, e ouvidos
J	Doenças do aparelho respiratório
K	Doenças do aparelho digestivo
M	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo
N	Doenças glomerulares e doenças renais túbulo-intersticiais
O	Gravidez, parto e puerpério
S	Traumatismos, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas.
Z	Convalescença após cirurgia, outros problemas relacionados com o grupo primário de apoio (situação familiar).

Fontes: Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS e CID-10

A partir da análise do Gráfico 1a – *Ocorrências de Afastamentos por Grupo de CID* verificou-se que em 2014 as principais causas de afastamento por licença médica referem-se aos seguintes grupos de doenças: (20%) grupo M – doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo; (18%) grupo Z - convalescença após cirurgia e acompanhamento de pessoa da família doente; (14%) grupo J – doenças do aparelho respiratório; e (12%) grupo O – gravidez, parto e puerpério.

Gráfico 1b – Ocorrências de Afastamentos por Grupo de CID (ano 2015)

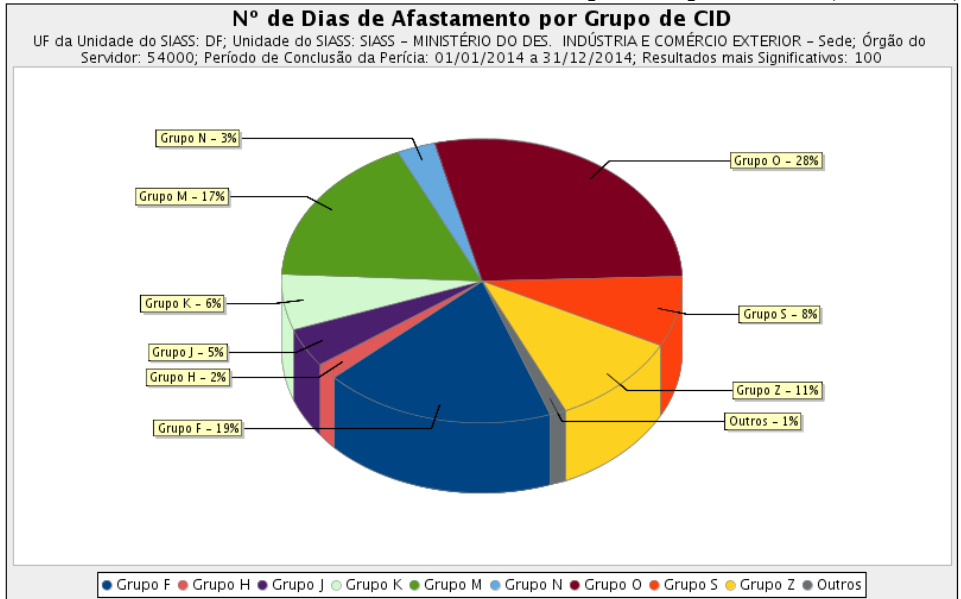


GRUPO	DOENÇAS
F	Transtornos mentais e comportamentais
J	Doenças do aparelho respiratório
K	Doenças do aparelho digestivo
M	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo
N	Doenças glomerulares e doenças renais túbulo-intersticiais
O	Gravidez, parto e puerpério
R	Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte
S	Traumatismos, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas.
Z	Convalescença após cirurgia, outros problemas relacionados com o grupo primário de apoio (situação familiar).

Fontes: Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS e CID-10

A partir da análise do Gráfico 1b – *Ocorrências de Afastamentos por Grupo de CID* verificou-se que em 2015 as principais causas de afastamento por licença médica referem-se aos seguintes grupos de doenças: (18%) grupo Z – Convalescença após cirurgia, outros problemas relacionados com o grupo primário de apoio (situação familiar); (13%) grupo M - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo; e (13%) grupo F - transtornos mentais e comportamentais.

Gráfico 2a – Número de Dias de Afastamento por Grupo de CID (ano 2014)

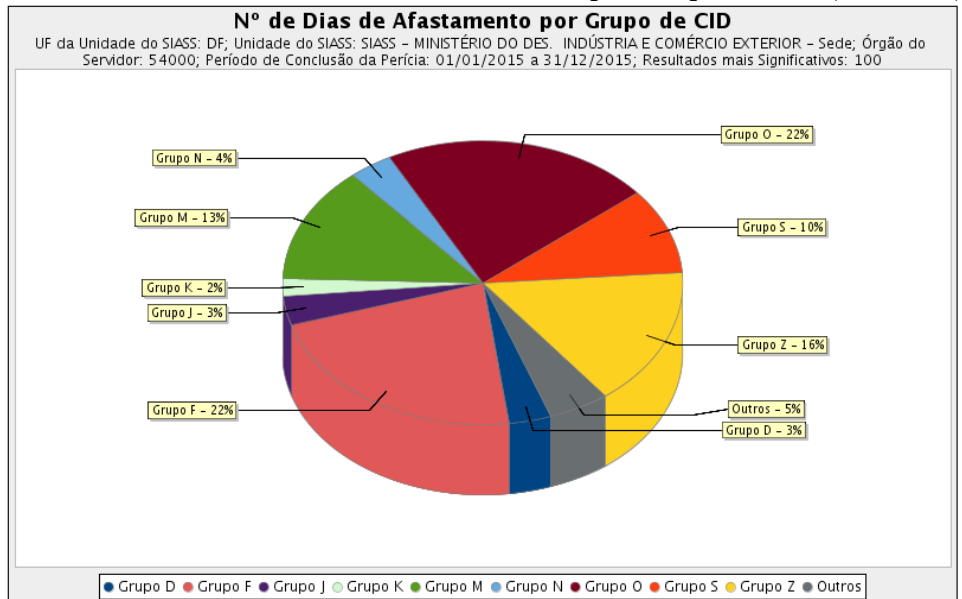


GRUPO	DOENÇAS
F	Transtornos mentais e comportamentais
H	Doenças do olho e anexos, e ouvidos
J	Doenças do aparelho respiratório
K	Doenças do aparelho digestivo
M	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo
N	Doenças glomerulares e doenças renais túbulo-intersticiais
O	Gravidez, parto e puerpério
S	Traumatismos, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas.
Z	Convalescença após cirurgia, outros problemas relacionados com o grupo primário de apoio (situação familiar).

Fontes: Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS e CID-10

Na análise do Gráfico 2a – *Número de Dias de Afastamento por Grupo de CID* referente ao ano de 2014, os maiores períodos de afastamentos de servidores em licença médica têm como causa os seguintes grupos de doenças: (28%) grupo O - gravidez, parto e pós-parto, (19%) grupo F – transtornos mentais e comportamentais; (17%) grupo M – doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo; e (11%) grupo Z – convalescença após cirurgia, outros problemas relacionados com o grupo primário de apoio (situação familiar).

Gráfico 2b – Número de Dias de Afastamento por Grupo de CID (ano 2015)

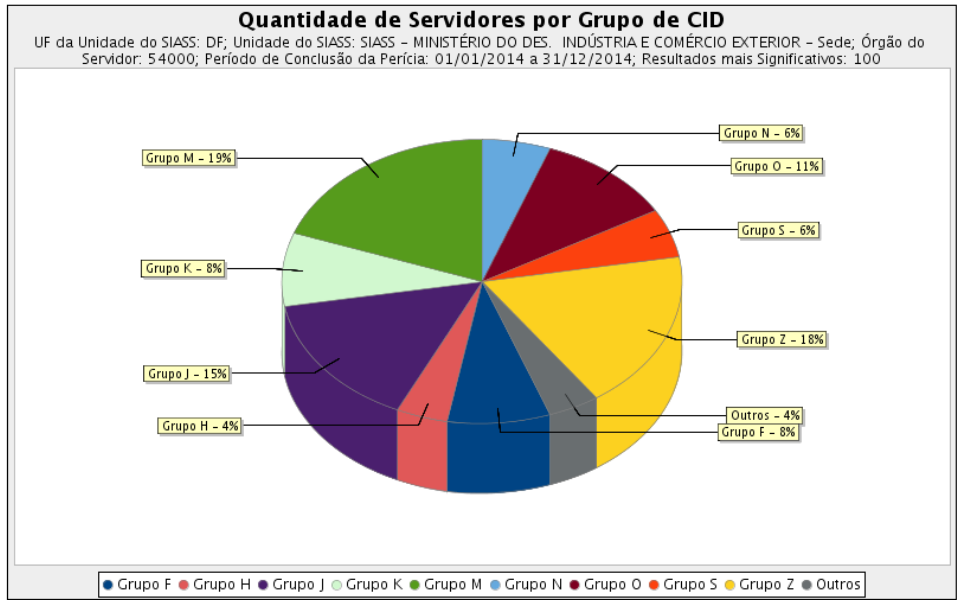


GRUPO	DOENÇAS
D	Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários
F	Transtornos mentais e comportamentais
J	Doenças do aparelho respiratório
K	Doenças do aparelho digestivo
M	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo
N	Doenças glomerulares e doenças renais túbulo-intersticiais
O	Gravidez, parto e puerpério
S	Traumatismos, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas.
Z	Convalescença após cirurgia, outros problemas relacionados com o grupo primário de apoio (situação familiar).

Fontes: Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS e CID-10

Na análise do Gráfico 2b – *Número de Dias de Afastamento por Grupo de CID* referente ao ano de 2015, os maiores períodos de afastamentos de servidores em licença médica têm como causa os seguintes grupos de doenças: (22%) grupo O - gravidez, parto e pós-parto, (22%) grupo F – transtornos mentais e comportamentais e (16%) grupo Z - Convalescença após cirurgia, outros problemas relacionados com o grupo primário de apoio (situação familiar).

Gráfico 3a – Quantidade de Servidores por Grupo de CID (ano 2014)

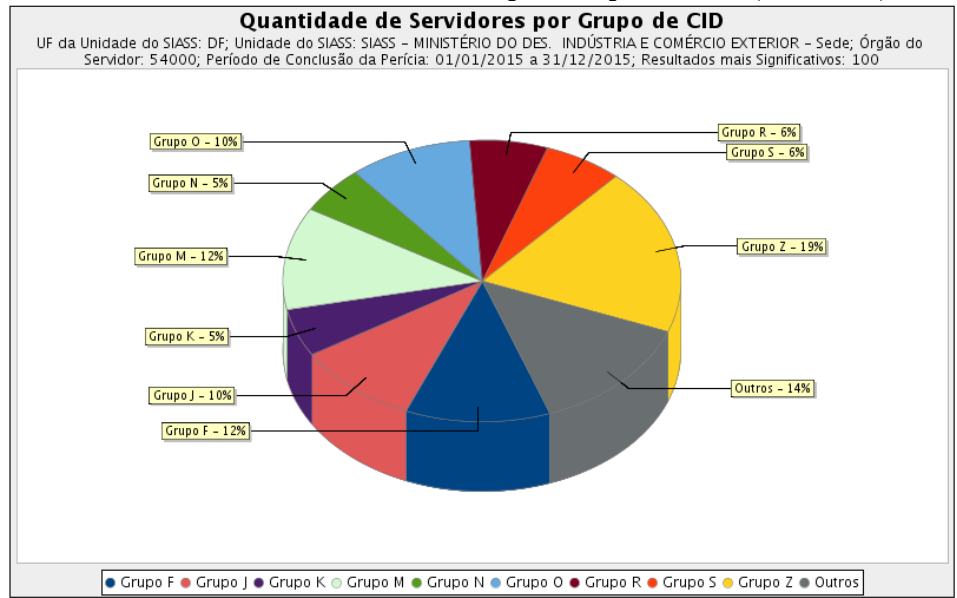


GRUPO	DOENÇAS
F	Transtornos mentais e comportamentais
H	Doenças do olho e anexos, e ouvidos
J	Doenças do aparelho respiratório
K	Doenças do aparelho digestivo
M	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo
N	Doenças glomerulares e doenças renais túbulo-intersticiais
O	Gravidez, parto e puerpério
S	Traumatismos, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas.
Z	Convalescença após cirurgia, outros problemas relacionados com o grupo primário de apoio (situação familiar)

Fontes: Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS e CID-10

Após a análise dos dados do ano de 2014 do Gráfico 3a – *Quantidade de Servidores por Grupo de CID* foi possível identificar que o maior número de servidores do MTur afastados em licença médica foi motivado inicialmente pelo grupo M (19%) - doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, seguido do grupo Z (18%) - convalescença após cirurgia e acompanhamento de pessoa da família doente, seguido pelo grupo J (15%) – doenças do aparelho respiratório.

Gráfico 3b – Quantidade de Servidores por Grupo de CID (ano 2015)



GRUPO	DOENÇAS
F	Transtornos mentais e comportamentais
J	Doenças do aparelho respiratório
K	Doenças do aparelho digestivo
M	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo
N	Doenças glomerulares e doenças renais túbulo-intersticiais
O	Gravidez, parto e puerpério
R	Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte
S	Traumatismos, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas.
Z	Convalescença após cirurgia, outros problemas relacionados com o grupo primário de apoio (situação familiar).

Fontes: Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS e CID-10

Após a análise dos dados do ano de 2015 do Gráfico 3b – *Quantidade de Servidores por Grupo de CID* foi possível identificar que o maior número de servidores do MTur afastados em licença médica foi motivado pelo grupo Z (19%) - convalescença após cirurgia e acompanhamento de pessoa da família doente, seguido de (12%) grupo M - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo e pelo grupo F (12%) – transtornos mentais e comportamentais.

Considerando os resultados obtidos nos seis gráficos citados anteriormente, foram identificadas as patologias que não dependiam de fatores externos ou eram causadas por acidentes fortuitos, para realizar o planejamento das ações de promoção de saúde e qualidade de vida para 2015, que estão citadas no Relatório de Gestão Interno da COGEP 2015.

Um pequeno aumento de 1% no percentual de servidores em licença para acompanhar pessoa da família doente e motivadas por convalescença após cirurgia foi identificado no comparativo dos dados entre 2014 e 2015, porém não é possível realizar uma ação direta de promoção de saúde por envolver patologias de familiares e não de servidores e, além disso, como o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS permite somente a inclusão de um CID por licença, os atestados são registrados pelo CID referente ao procedimento cirúrgico e não consta o CID adicional com a especificação da patologia que causou a cirurgia.

Apesar do aumento no percentual de servidores em licença causada por transtornos mentais e comportamentais em 2015, foi observado um aumento de somente 4%, devido à atuação da COGEP realizando eventos culturais e campanhas de saúde com o objetivo de promover uma maior integração dos servidores e melhorar o clima organizacional. Além destas ações, houve uma atuação específica da COGEP na capacitação de gestores sobre a temática “Liderança” e na capacitação de servidores na temática de “Desenvolvimento de Equipes”. Estes cursos ocorreram no decorrer do ano de 2015:

- “Liderança e *Coaching*”, em fevereiro, para 32 gestores;
- Liderança Dinâmica no Serviço Público, no mês de março, para 13 gestores;
- Desenvolvimento de Equipe, no mês de março, para 31 servidores;
- Desenvolvimento de Equipe, em novembro, para 9 servidores.

A principal ação de promoção de saúde oferecida em 2015 foi viabilizada com a assinatura de Convênio de Adesão nº 01/2014, em 18/12/2014, com a GEAP Auto-Gestão em Saúde para a realização de exame médico ocupacional dos servidores do MTur. Nesse ano, foram convidados 337 (trezentos e trinta e sete) servidores para realizar este exame, com exceção dos servidores que ingressaram no MTur após junho/2014 por terem se submetido a exame médico admissional previamente ao seu ingresso no MTur. No final do ano, 59 (cinquenta e nove) servidores completaram sua avaliação médica para obter o Atestado de Saúde Ocupacional.

Embora somente 17,50% dos servidores convocados completaram os procedimentos de exame médico admissional, esta ação mostrou a sua efetividade na medida em que foi possível observar uma diminuição dos percentuais de ocorrência de algumas patologias entre os servidores do MTur, tais como doenças do sistema osteomuscular, do aparelho digestivo e do aparelho respiratório.

8.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

O Quadro 8.1.4 A abaixo visa a demonstrar a composição do quadro de estagiários da UJ e somente foi preenchido pelas UJ que detenham entre as suas unidades administrativas aquela responsável pela gestão do cadastro de estagiários. O Quadro A.7.2.4 abaixo contempla os quantitativos trimestrais de contratos de estágio vigentes, discriminando-os de acordo com o nível de escolaridade exigido e com a alocação dos estagiários na estrutura da UJ (na área fim ou na área meio).

QUADRO 8.1.4 A – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DO MTUR EM 2015

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	38	41	37	35	RS 94.885,98
1.1 Área Fim	11	18	13	11	RS 35.251,38
1.2 Área Meio	27	23	24	24	RS 59.634,60
2. Nível Médio	21	19	19	20	RS 32.393,81
2.1 Área Fim	12	14	14	15	RS 23.632,24
2.2 Área Meio	9	05	05	05	RS 8.761,57
3. Total (1+2)	59	60	56	55	RS 127.279,79
Análise Crítica - O Agente de Integração INTITUTO BLAISE PASCAL é responsável pelo recrutamento e pré-seleção dos estudantes, assim como pela celebração de Termo de Acordo de Cooperação com as Instituições de Ensino e emissão de Termo de Compromisso de Estágio a ser celebrado com os estagiários. - O Ministério do Turismo realiza o processo de seleção de estagiários, o acompanhamento das atividades desenvolvidas, controle de frequência, pagamento e demais atividades administrativas relacionadas ao estágio. - Quanto à distribuição de estagiários entre as áreas meio e fim do órgão, os resultados são positivos, já que o MTur possui em seus quadros estudantes cuja formação possui afinidade com a respectiva atribuição de cada setor.					

Fonte: COGEP/MTur

8.1.5 Contratação de Consultores com Base em Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Foram firmados, em 2015, 86 ACT com estados e municípios em todo país, tendo como objeto a promoção da qualificação de pessoas para o segmento turístico no âmbito das ações PRONATEC Turismo Cidadão e PRONATEC Turismo Desenvolvimento Local e PRONATEC Turismo na Empresa.

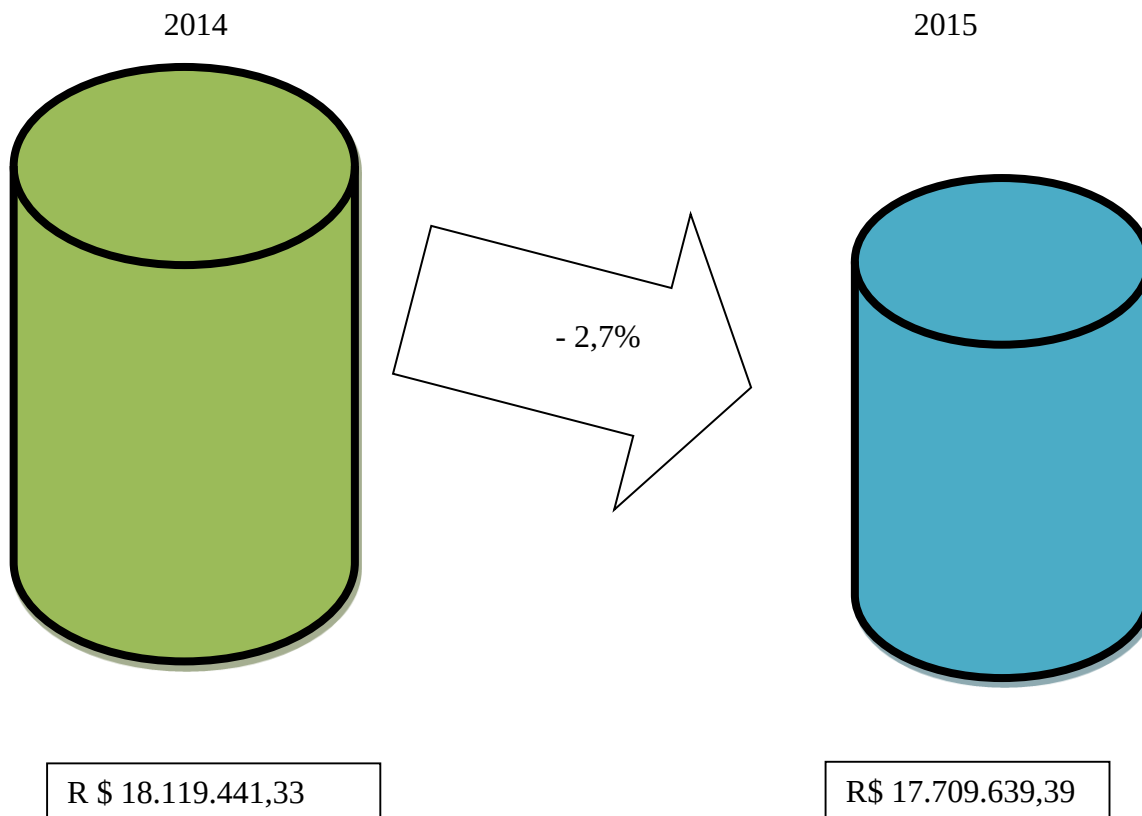
Os acordos não envolvem recursos financeiros, somente obrigações recíprocas entre os participantes.

8.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

Do fim de 2014 até o final de 2015 houve uma redução patrimonial no valor de R\$ 409.801,94, haja vista o número de doações realizadas nesse período.

Ao comparar o valor total de bens patrimoniais no final de 2014 com o total encontrado no final de 2015, obtivemos uma redução de 2,7% conforme demonstrado no gráfico a seguir:

QUADRO 8.2 A – SITUAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS ADQUIRIDOS PELO MINISTÉRIO DO TURISMO



No final de 2014 havia um total de 14.068 de bens patrimoniais no Ministério do Turismo. Atualmente esse número cresceu aproximadamente 1,04% totalizando 14.217 bens patrimoniais.

Até o final de dezembro de 2015, a situação dos bens patrimoniais adquiridos pelo Ministério do Turismo pode ser representada da seguinte maneira:

QUADRO 8.2 B – SITUAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS ADQUIRIDOS PELO MINISTÉRIO DO TURISMO

CONTA	VALOR (R\$)
04- APARELHO DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	3.274,21
06- APARELHO E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	625.643,20
10- APARELHO E EQUIP. P/ ESPORTES E DIVERSÕES	199,92
12- APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	154.004,14
18- COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	12.538,72
24- EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	4.903,12
30- MAQUINA E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	111.992,73
32- MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	11.471,64

33- EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	114.183,49
34- MAQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	33.540,69
35- EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	10.604.352,80
36- MAQUINAS, INSTAL. E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIOS	17.603,43
38- MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	1.310,19
42- MOBILIÁRIO EM GERAL	3.153.907,68
48- VEÍCULOS DIVERSOS	9.534,42
52- VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	904.145,81
57- ACESSÓRIOS PARA AUTOMOVEIS	3.057,00
87- MATERIAL DE USO DURADOURO	421,00
90- BENS EM PROCESSO DE LOCALIZACAO	12.536,00
92- BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS	-
93- BENS EM PODER DE OUTRA UNIDADE OU TERCEIROS	1.931.019,20
TOTAL	17.709.639,39

Fonte: CGRL/ MTur

Metas e Necessidades para 2016

- Proceder a doação de bens patrimoniais inservíveis armazenados no depósito do Ministério;
- Providenciar espaço físico na Esplanada para armazenamento de bens patrimoniais em bom estado de uso.

8.2.1 Gestão de Frota de Veículos

Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

No que concerne à gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros, a legislação que regula o assunto no âmbito do Ministério do Turismo é a Instrução Normativa SE nº 01/2013, a qual encontra-se em revisão, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015.

O quadro apresentado adiante, informa a quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade do MTur, conforme segue:

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC: Cumpre as necessidades inerentes de transportes de Pessoas e Cargas para o Ministério do Turismo.

QUADRO 8.2.1 A – QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO OU NA RESPONSABILIDADE DO MTUR

Tipo	Veículo	Marca	Placa	
Veículos de Representação	Ômega CD	General Motors	JFP6545	
	Fusion V6	Ford	JJL 1450	
Subtotal				02
Veículos de Transporte Institucional	Astra Sedan Advantage	General Motors	JJE 4887	
	Astra Sedan Advantage	General Motors	JJE 4987	
	Astra Sedan Advantage	General Motors	JJE 4897	
	Vectra	General Motors	JFO 2829	
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL 1440	
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL 1460	
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL 1470	
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL 1480	

	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL 1490	
<i>Subtotal</i>				09
Veículos de Serviços Comuns	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJL 1629	
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJL 1639	
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJL 1649	
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJU 6488	
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJU 6498	
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJU 6508	
	Master bus 16 DCI	Renault	JJQ 1183	
	Sprinter 313 CDI	Mercedes Benz	JJU 3231	
<i>Subtotal</i>				08
Total de veículos MTur				19

Fonte: Transporte/CSG/CGRL/SPOA

Segundo a classificação contida no Quadro anterior, por grupo de veículos, segue a média anual de quilômetros rodados:

QUADRO 8.2.1 B – MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS POR GRUPO DE VEÍCULOS

Tipo	Quilometragem somatória
Veículos de Representação	15.480
Veículos de Transporte Institucional	133.300
Veículos de Serviços Comuns	88.000
Total de quilometragem	236.780
Média de quilometragem	78.926,66

Fonte: Transporte/CSG/CGRL/SPOA

QUADRO 8.2.1 C – IDADE MÉDIA DA FROTA, POR GRUPO DE VEÍCULOS

Veículo	Placa	Classificação	Ano de Fabricação
Ômega CD	JFP6545	Representação	2002/2002
Fusion V6	JJL 1450	Representação	2011/2012
Astra Sedan Advantage	JJE 4887	Institucional	2007/2007
Astra Sedan Advantage	JJE 4987	Institucional	2007/2007
Astra Sedan Advantage	JJE 4897	Institucional	2007/2007
Vectra	JFO 2829	Institucional	1997/1997
Focus 2L FC Flex	JJL 1440	Institucional	2011/2012
Focus 2L FC Flex	JJL 1460	Institucional	2011/2012
Focus 2L FC Flex	JJL 1470	Institucional	2011/2012
Focus 2L FC Flex	JJL 1480	Institucional	2011/2012
Focus 2L FC Flex	JJL 1490	Institucional	2011/2012
Fiesta Sedan 1.6 Flex	JJL 1629	Serviços Comuns	2012/2013
Fiesta Sedan 1.6 Flex	JJL 1639	Serviços Comuns	2012/2013
Fiesta Sedan 1.6 Flex	JJL 1649	Serviços Comuns	2012/2013
Fiesta Sedan 1.6 Flex	JJU 6488	Serviços Comuns	2012/2013
Fiesta Sedan 1.6 Flex	JJU 6498	Serviços Comuns	2012/2013
Fiesta Sedan 1.6 Flex	JJU 6508	Serviços Comuns	2012/2013
Master bus 16 DCI	JJQ 1183	Serviços Comuns	2007/2007
Sprinter 313 CDI	JJU 3231	Serviços Comuns	2009/2010

Fonte: Transporte/CSG/CGRL/SPOA

QUADRO 8.2.1 D – DESPESAS ASSOCIADAS À MANUTENÇÃO DA FROTA

Frota MTur	Valor em peças (R\$)	Valor em serviços (R\$)
19 veículos	66.525,34	22.681,62
TOTAL GERAL: 89.206,96		

Fonte: Transporte/CSG/CGRL/SPOA

8.2.1.1 Plano de substituição da frota

Não há qualquer plano no momento para a substituição de frota, devido às restrições orçamentárias impostas pela política de redução de gastos do Governo Federal.

8.2.1.2 Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

A razão que motivou a aquisição em detrimento da locação foi a redução de custos.

8.2.1.3 Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

O MTur utiliza do Sistema PGTUR (Plataforma de Gestão do Turismo) para realizar o controle de solicitações, quilometragem, combustível e manutenção da frota de veículos.

8.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A destinação de veículos inservíveis ou fora de uso é feita por meio de doação. Desse modo, será realizada a doação dos veículos oficiais Ômega CD (Placa JFP 6545) e Vectra (Placa JFO 2829), considerados inservíveis para a Administração, prevista para maio/2016.

8.2.3 Gestão do Patrimônio imobiliário da União

As informações relacionadas a esse item constam nos Quadros A.8.2.3.1 e A.8.2.3.2.

8.2.3.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

O Ministério do Turismo está localizado no Bloco U da Esplanada dos Ministérios. O MTur ocupa 2 andares do edifício, em condomínio com o Ministério de Minas e Energia.

QUADRO .8.2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	DISTRITO FEDERAL	01	01
	BRASÍLIA	01	01
	Obs.: O MTur utiliza 2 andares (2º e 3º) localizados na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”		
Subtotal Brasil			
EXTERIOR		NÃO SE APLICA	
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)			

Fonte: CSG/CGRL/SPOA

O Ministério do Turismo não possui bens móveis de Uso Especial no Exterior.

8.2.3.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Por se tratar de imóvel funcional sob a responsabilidade do Ministério de Minas e Energia, as informações do SPIUNET referentes ao imóvel de RIP 9701.16936-500-1 foram alimentadas por aquela UJ. Os valores das despesas com manutenção do imóvel foram apurados tendo por base os contratos de manutenção predial celebrados pelo Ministério de Minas e Energia.

QUADRO A.8.2.3.2 – IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL (Em R\$)

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
320004	9701.16936-500-1	21	2	Informação inexistente no SPIUNET	13/12/2014	53.852.534,08	349.299,11	1.975.054,94
Total							-	

Fonte: MME

Regime:

1 – Aquicultura

12 – Em regularização – Outros

- 2 – Arrendamento
- 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta
- 4 – Cessão – Outros
- 5 – Cessão – Prefeitura e Estados
- 6 – Cessão Onerosa
- 7 – Comodato
- 8 – Disponível para Alienação
- 9 – Em processo de Alienação
- 10 – Em regularização – Cessão
- 11 – Em regularização – Entrega

- 13 – Entrega – Adm. Federal Direta
- 14 – Esbulhado (Invadido)
- 15 – Imóvel Funcional (não deve ser objeto do Quadro)
- 16 – Irregular – Cessão
- 17 – Irregular – Entrega
- 18 – Irregular – Outros
- 20 – Locação para Terceiros
- 21 – Uso em Serviço Público
- 22 – Usufruto Indígena
- 23 – Vago para Uso

Estado de Conservação:

- 1 – Novo
- 2 – Muito Bom
- 3 – Bom
- 4 – Regular
- 5 – Reparos Importantes
- 6 – Ruim
- 7 – Muito Ruim (valor residual)
- 8 – Sem Valor

8.2.3.3 Análise Crítica

A Secretaria Executiva/ Ministério do Turismo não possui Imóveis Funcionais da União sob sua responsabilidade.

8.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas

O Ministério do Turismo não cede espaços físicos e/ou imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas.

8.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

QUADRO A.8.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	DISTRITO FEDERAL	01	01
	BRASÍLIA	01	01
	Obs.: O MTur utiliza 3 andares (10º, 11º e 12º) localizados na Torre A, no Shopping ID, Anexo ID, SCN Quadra 6, Bloco A.		
Subtotal Brasil			
EXTERIOR		NÃO SE APLICA	
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)			

Fonte: CSG/CGRL/SPOA

Análise Crítica:

Há necessidade de locação de imóveis de terceiros já que o espaço da União cedido (2 andares no Edifício Sede do Bloco U) não comporta a estrutura atual do Ministério. Não houve gastos significativos com reformas no ano de 2015.

8.3 Gestão da Tecnologia da Informação

8.3.1 Principais sistemas de informações

a) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC (unidade prestadora de contas), especificando, pelo menos, seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

O Anexo XIII apresenta as informações solicitadas referentes a alguns dos principais sistemas de informação do órgão.

8.3.2 Informações sobre Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

A Coordenação Geral de Tecnologia da Informação do Ministério do Turismo possui ambos os planos, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação. O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) faz referência ao Plano Estratégico Institucional (PEI), detalhando o objetivo estratégico institucional de referência “*Prover soluções integradas de tecnologia e comunicação, seguras e de alto desempenho*”. Dessa forma, o PEI apresenta um objetivo abrangente que serve como diretriz para o desdobramento e elaboração do PETI.

O PETI foi elaborado em 2012 com vigência até o final de 2015. Em linhas gerais, o plano apresenta o contexto da CGTI e o seu referencial estratégico, ou seja, definição de missão, visão e os valores da Coordenação-Geral. Além disso, também é apresentada a análise SWOT, a qual tem por objetivo identificar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. O plano também apresenta o mapa estratégico que consolida, de forma visual, os principais objetivos estratégicos definidos para a Coordenação, os indicadores e as metas estabelecidas para a concretização do Plano Estratégico.

Enquanto o PETI possui uma característica mais estratégica e abrangente, o PDTI possui uma visão tática-operacional, analisando as questões de TI de uma forma mais específica. O PDTI possui uma vigência menor, 2015 a 2016, e detalha minuciosamente diversos aspectos da CGTI do Ministério do Turismo.

No PDTI é planejada a operacionalização dos objetivos descritos no PETI, assim como, a consolidação de diversos planos operacionais da área de TI como, por exemplo, o plano orçamentário de TI, o levantamento de necessidades de TI, o plano de capacitação de TI, a proposta orçamentária de TI, o planejamento de contratações futuras e o plano de metas e ações. Dessa forma, enquanto o Plano Estratégico Institucional e o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação fornecem um direcionamento a ser seguido pela área de TI, o PDTI, por outro lado, demonstra como os objetivos estratégicos apresentados nestes planos serão alcançados.

Por sua vez, o alinhamento do PDTI com o PEI pode ser observado no levantamento das necessidades de tecnologia da informação realizado pela Coordenação-Geral junto às áreas do Ministério do Turismo, no qual foi identificado o alinhamento estratégico entre a necessidade levantada e o Plano Estratégico Institucional. Este alinhamento encontra-se registrado no PDTI no item referente ao Inventário de Necessidades.

O PDTI 2015-2016 encontra-se publicado na intranet do Ministério do Turismo, no endereço http://intranet.MTur.gov.br/images/pdf/CGTI/PDTI_MTur_2015_2016_APROVADO_CETI.pdf.

O PETI está apresentado no Anexo XIV.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

A Portaria GM/MTur nº 343 do Gabinete do Ministro, de 26 de outubro de 2012, institui o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) do Ministério do Turismo. Em seu artigo segundo, a referida Portaria estabelece a composição do Comitê Estratégico de TI, conforme descrição a seguir:

- I – Secretário Executivo (presidente do Comitê);
- II – Chefe de Gabinete do Ministro;
- III – Secretário Nacional de Políticas de Turismo;
- IV – Secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo;
- V – Diretor de Gestão Estratégica;
- VI – Diretor de Gestão Interna; e
- VII – Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação.

A Portaria nº 343 dispõe, em seu artigo terceiro, acerca das principais competências do Comitê Estratégico, quais sejam:

- I – Promover o alinhamento entre as ações de TI e as iniciativas estratégicas do Ministério do Turismo;
- II – Determinar as prioridades de investimento e alocação de recursos nos projetos e ações de TI;
- III – Aprovar e publicar o Plano Estratégico de TI;
- IV – Aprovar e publicar o Plano Diretor de TI;
- V – Autorizar ações estratégicas não previstas no Plano Diretor de TI;
- VI – Instituir Grupos de Trabalho visando à elaboração de Políticas e Planos, bem como designar gerentes de projeto ou gestores para as operações decorrentes de suas atividades;
- VII – Monitorar os projetos relacionados à TI; e
- VIII – Monitorar níveis de serviço prestados e suas melhorias.

O conteúdo completo da portaria que institui o CETI do Ministério do Turismo está disponível em: <http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=157>.

A Resolução nº 01, do CETI, de 13 de novembro de 2012, que aprova o Regimento Interno do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do Ministério do Turismo, também dispõe sobre diversas outras atribuições do Comitê de TI.

No exercício de 2015 ocorreram duas reuniões do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação. A primeira reunião ordinária do Comitê ocorreu no dia 3 de setembro de 2015, e a segunda, no dia 30 de setembro de 2015. Dentre as principais decisões tomadas, estão a aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2015-2016 e diversas deliberações estratégicas acerca das contratações de prestação dos serviços de sustentação do ambiente de infraestrutura tecnológica do MTur e serviços de manutenção e desenvolvimento de sistemas do MTur.

c) Descrição do Plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Ministério do Turismo realizou em 2013 no projeto de Mapeamento de Competências e Proposição do Cargo de Analista de Tecnologia da Informação para o MTur. O projeto resultou na elaboração do mapa de competências de TI a serem desenvolvidas na Coordenação e numa proposta de cursos e ações para o desenvolvimento dessas competências mapeadas. Adicionalmente, com base nos resultados do referido projeto foi elaborado o Plano de Capacitação como parte integrante do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI para o período de 2015 a 2016. Nele estão elencadas as principais capacitações necessárias para elevar o nível de maturidade dos servidores desta Coordenação no período, bem como para desenvolver as competências mapeadas. Os quadros abaixo demonstram resumidamente os cursos constantes do Plano de Capacitação do PDTI do MTur e os cursos realizados pelos servidores da CGTI no ano de 2015, exclusivamente.

QUADRO 8.3.2 A – ÁREA DE CAPACITAÇÃO/CURSOS PREVISTOS DENTRO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO – PDTI 2015- 2016

Área de capacitação/cursos previstos dentro do plano de capacitação – PDTI 2015- 2016
Gerenciamento de portfólio de projetos
Gerenciamento de Projetos - PMBok
Capacitação em desenvolvimento e gestão de projetos usando metodologia Ágil
Capacitação em métricas de <i>software</i>
Definição e monitoramento dos níveis de serviços de TI
Indicadores e Métricas em TI
Ferramenta de gerenciamento de projetos - MS Project
Gestão de Serviços de TI - ITIL
Gestão de Segurança da Informação
Requisitos de <i>Software</i> – Levantamento, Análise e Gestão
Governança de TI - COBIT
Gestão de Processos
Contratações de TI – Instrução Normativa SLTI/MP nº 04/2014

Fonte: CGTI/MTur

Cursos efetivamente realizados em 2015 por área de capacitação	
Área de capacitação	Cursos realizados
Gerenciamento de portfólio de projetos	Nenhum curso relacionado a essa área de conhecimento foi realizado no exercício de 2015.
Gerenciamento de Projetos – PMBok	- Curso de Gerenciamento de projetos; e, - Introdução à gestão de projetos.
Capacitação em desenvolvimento e gestão de projetos usando metodologia Ágil	Nenhum curso relacionado a essa área de conhecimento foi realizado no exercício de 2015.
Capacitação em métricas de software	Nenhum curso relacionado a essa área de conhecimento foi realizado no exercício de 2015.
Definição e monitoramento dos níveis de serviços em TI	- Curso de Elaboração de Acordos de Níveis de Serviço (SLA) para contratos de serviços terceirizados.
Indicadores e Métricas em TI	- Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional.
Ferramenta de gerenciamento de projetos - MS Project	Nenhum curso relacionado a essa área de conhecimento foi realizado no exercício de 2015.
Gestão de TI - ITIL	Nenhum curso relacionado a essa área de conhecimento foi realizado no exercício de 2015.
Gestão de Segurança da Informação	- 1ª Oficina de segurança da informação e comunicações - Tema: Metodologia de gestão de segurança da informação e comunicações; - 1º Colóquio técnico de 2015 sobre o tema "Tendência de ataques e vulnerabilidades recentes - impacto no tratamento de incidentes; - 3ª Oficina de segurança da informação e comunicações - Tema: Inventário e mapeamento de ativos de informação; - 4ª Oficina de segurança da informação e comunicações - tema: Avaliação de conformidade nos aspectos relacionados à SIC; - 5ª Oficina de segurança da informação e comunicações - Tema: Uso de dispositivos móveis nos aspectos referentes à SIC; - 1º Colóquio Técnico CTIR Gov 2015; - Congresso <i>Security Leaders</i> - O novo cenário de ataques e defesa cibernética; e, - Oficina de Segurança da Informação e Comunicação (SIC).
Requisitos de Software – Levantamento, Análise e Gestão	Nenhum curso relacionado a essa área de conhecimento foi realizado no exercício de 2015.
Governança de TI - COBIT	- Fórum de Governança de TI; - Fundamentos de Governança de TI; e, - Curso Governança em TI.
Gestão de Processos	- Introdução à Gestão de Processos; e, - Análise e Melhoria de Processos -Metodologia MASP.
Contratações de TI – Instrução Normativa SLTI/MP nº 04/2014	- Seminário 04 anos de RDC; - Curso de Gestão de contratos de TI - Curso à distância; - PCTI - Planejamento da Contratação de TI; - Gestão de contratos de tecnologia da informação; - Seminário controle externo em ação: presente e futuro da fiscalização de TI; - Seminário de sanções administrativas Aplicáveis às Modalidades da Lei nº 8.666 e Pregão na Administração Pública; - Seleção de Fornecedores de TI; e, - Seminário de Boas Práticas em Licitações de TI.

Cursos realizados que não se relacionam diretamente com as áreas levantadas no PDTI:	- Curso planejamento governamental e gestão orçamentária e financeira, ministrado na modalidade a distância; - Comunicação Assertiva e Criatividade; - Seminário: Como fiscalizar contratos de compras e serviços na Administração Pública, Melhores Práticas; - Curso prestação de contas anual ao tribunal de contas da união; - Seminário do Planejamento ao Resultado - Uma ferramenta de transparência da Administração Pública; - Seminário Digital de Dados Abertos; e, - Gestão da estratégia com o uso do BSC.

Fonte: CGTI/MTur

e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

O Ministério do Turismo não possui servidores/empregados efetivos da carreira de TI por não possuir carreira própria de TI, dessa forma, todos os servidores que estão alocados na Coordenação estão enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE.

No que se refere aos servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade e aos servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, o quadro abaixo apresenta as informações solicitadas:

QUADRO 8.3.2 C – SERVIDORES/EMPREGADOS EFETIVOS DE OUTRAS CARREIRAS DA UNIDADE E AOS SERVIDORES/EMPREGADOS EFETIVOS DA CARREIRA DE TI DE OUTROS ÓRGÃOS/ENTIDADES

Tipo	Quantidade
Servidor do órgão (outras carreiras da unidade)	10
Servidor de carreira cedido de outros órgãos (Analista de Tecnologia da Informação - ATI do Ministério do Planejamento)	1
Quantitativo total em Dezembro/2015 (servidores do órgão e servidores cedidos)	11

Fonte: CGTI/MTur

Com relação ao número de estagiários e terceirizados, a tabela a seguir demonstra o quantitativo de pessoal terceirizado auxiliou a força de trabalho, atuando presencialmente nas dependências do Ministério no exercício de 2015:

QUADRO 8.3.2 D – QUANTITATIVO DE PESSOAL TERCEIRIZADO AUXILIAR À FORÇA DE TRABALHO

Estagiários	0
Profissionais do Contrato Administrativo nº 22/2010 - CTIS	29
Profissionais do Contrato	10

Administrativo nº 35/2014 - Tellus	
Quantitativo total de profissionais terceirizados em Dezembro/2015	39

Fonte: CGTI/MTur

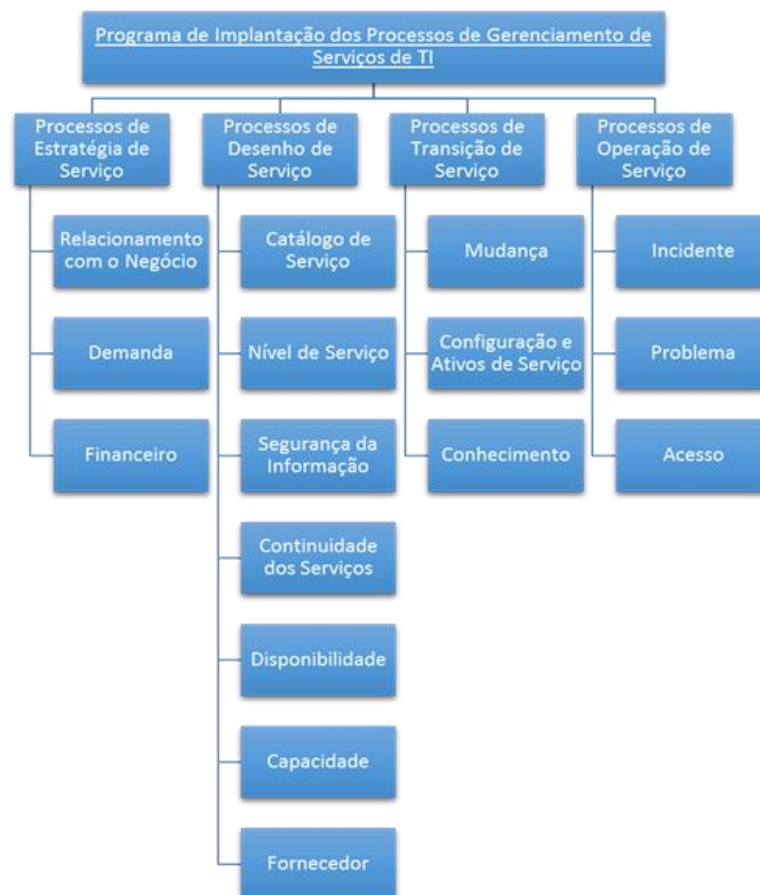
f) Descrição sucinta dos processos de gerenciamento de serviços de TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

Os processos de gerenciamento de serviços de TI do Ministério do Turismo são baseados na Biblioteca de Infraestrutura de Tecnologia da Informação – ITIL. Ela possui um conjunto de diretrizes e boas práticas recomendadas, que definem uma abordagem integrada baseada no processo de gerenciamento de serviços de TI.

Em agosto de 2014, iniciou-se o programa “Implantação dos processos de gerenciamento de TI – ITIL”, que tem por objetivo a implantação dos processos de gerenciamento de serviços de TI, na Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) do Ministério do Turismo, em conformidade com as melhores práticas da Biblioteca de Infraestrutura de TI (ITIL), contribuindo assim para o aumento do nível de maturidade dos processos de TI do Ministério do Turismo e permitindo a entrega de melhores resultados pela CGTI.

O programa vem sendo executado conforme demonstrado na estrutura abaixo:

QUADRO 8.3.2 E – EAP – ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCESSOS ITIL



Fonte: CGTI/MTur

Até o momento, foram efetivamente concluídos os projetos de Implantação do Processo de Gerenciamento do Catálogo de Serviços de TI, de Gerenciamento da Segurança da Informação e de Gerenciamento de Incidentes. A descrição de cada processo implantado será detalhada abaixo.

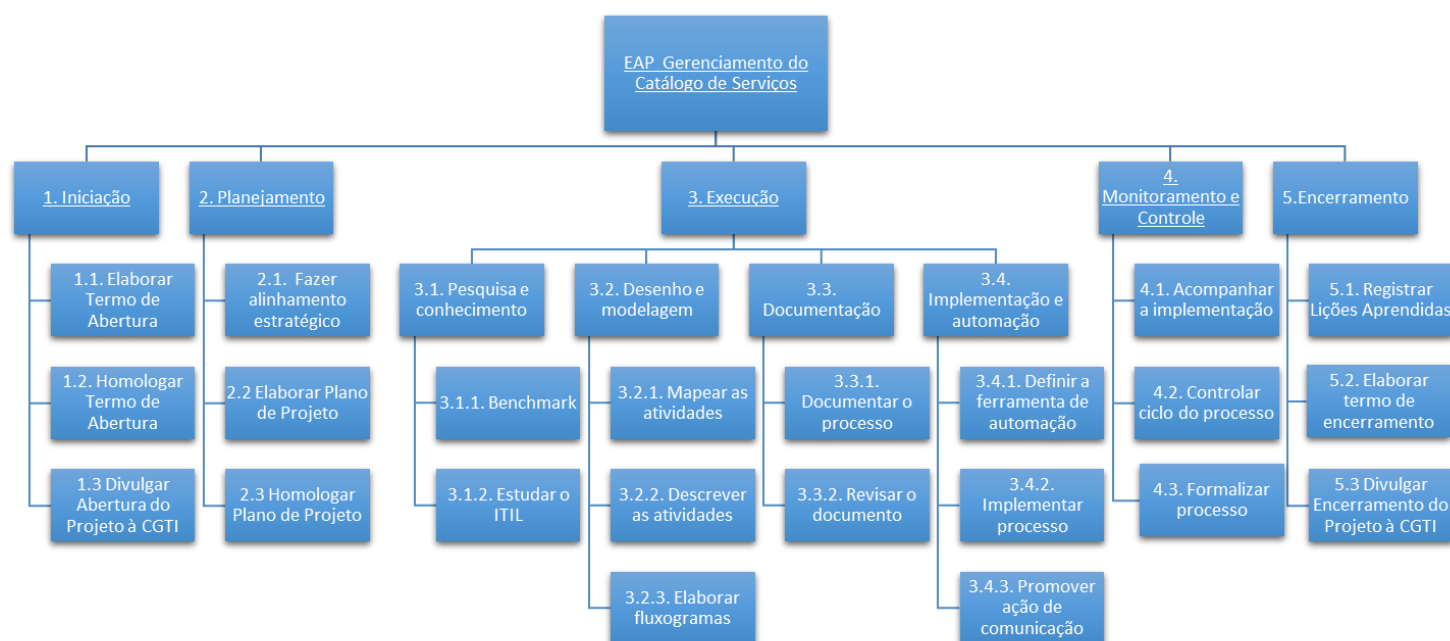
Processo de Gerenciamento do Catálogo de Serviços:

O projeto executado teve como objetivo a implantação do processo de gerenciamento do Catálogo de Serviços de TI na Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) do MTur, em conformidade com as melhores práticas da Biblioteca de Infraestrutura de TI (ITIL).

A execução do projeto possibilitou a disponibilização de uma ferramenta que provê uma fonte central de informações contendo todos os serviços oferecidos e disponibilizados pela Coordenação-Geral de TI, ou seja, permite conhecer todo o repertório de ferramentas, soluções e sistemas e serviços que a TI disponibiliza aos usuários do MTur.

O projeto foi executado conforme demonstrado na estrutura abaixo:

QUADRO 8.3.2 F – EAP – ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO – CATÁLOGO DE SERVIÇOS



Fonte: CGTI/MTur

A estrutura dos serviços apresentados no Catálogo está distribuída conforme os tópicos a seguir:

- ✓ **Help Desk** – Serviços de suporte ao usuário em problemas de microinformática em geral. Como exemplo de serviços contidos nessa categoria há serviços de suporte aos usuários, suporte à impressoras e configuração de equipamentos, *tablets* e telefones corporativos.
- ✓ **Serviços de Infraestrutura** – Serviços prestados aos usuários do MTur que envolvam o uso da infraestrutura tecnológica ou a intervenção de analistas de TI. Enquanto os serviços de *helpdesk* atuam com a microinformática, fazendo intervenções locais nos equipamentos dos usuários, os serviços de infraestrutura atuam na rede do Ministério ou em configurações de equipamentos alocados no datacenter do órgão. Como exemplo de serviços de infraestrutura cita-se o fornecimento de internet, criação de contas de usuário, acesso ao e-mail, backup corporativo, instalação de pontos de rede etc.

- ✓ **PGTUR** – A Plataforma de Gestão de Turismo é composta por vários módulos que têm por finalidade apoiar as ações internas do Ministério do Turismo. A PGTUR é a plataforma de ERP (*enterprise resource planning*) utilizada pelo MTur, dessa forma, as atividades meio realizadas pelo órgão são automatizadas por módulos da PGTUR. São exemplos de atividades geridas por meio da PGTur, aquelas relacionadas ao almoxarifado, transporte, convênios, arquivo, protocolo, tomada de contas especiais, contratos etc.
- ✓ **Sistemas em outras plataformas** – Enquanto a PGTur sustenta os sistemas das áreas meio do MTur, sistemas em outras plataformas como, por exemplo, Java e PHP, sustentam as atividades finalísticas do órgão. Dessa forma, o catálogo de serviços contempla os sistemas ativos e o suporte fornecido para cada um desses. Como exemplo de sistemas em outras plataformas cita-se o Cadastur, o SNHRos, o Turismo Acessível, etc.
- ✓ **Sites e portais** – Além dos sistemas, o catálogo de serviços possui o registro dos sites e portais que o Ministério do Turismo mantém *online*.
- ✓ **Telefonia** – Contempla os serviços relacionados à utilização e configuração dos aparelhos telefônicos do órgão. Como exemplo de serviços de telefonia cita-se a solicitação e alteração de ramal, a programação do aparelho telefônico, e demais serviços de suporte ao usuário.
- ✓ O projeto de Catálogo de Serviços teve como base a metodologia PDCA (*Plan-Do-Check-Act*) como forma de garantir a melhoria contínua na divulgação dos serviços prestados pela área de Tecnologia da Informação.

Implantação do Processo de Gerenciamento da Segurança da Informação:

O Processo de Gerenciamento de Segurança da Informação foi baseado na norma ISO/IEC 27001 e assume uma abordagem modificada da estrutura PDCA (*Plan-Do-Check-Act*) para o gerenciamento da segurança da informação que utiliza a seguinte terminologia CPIAM, conforme demonstrado na figura abaixo:

✓ **Estrutura para gerenciar a segurança de TI**

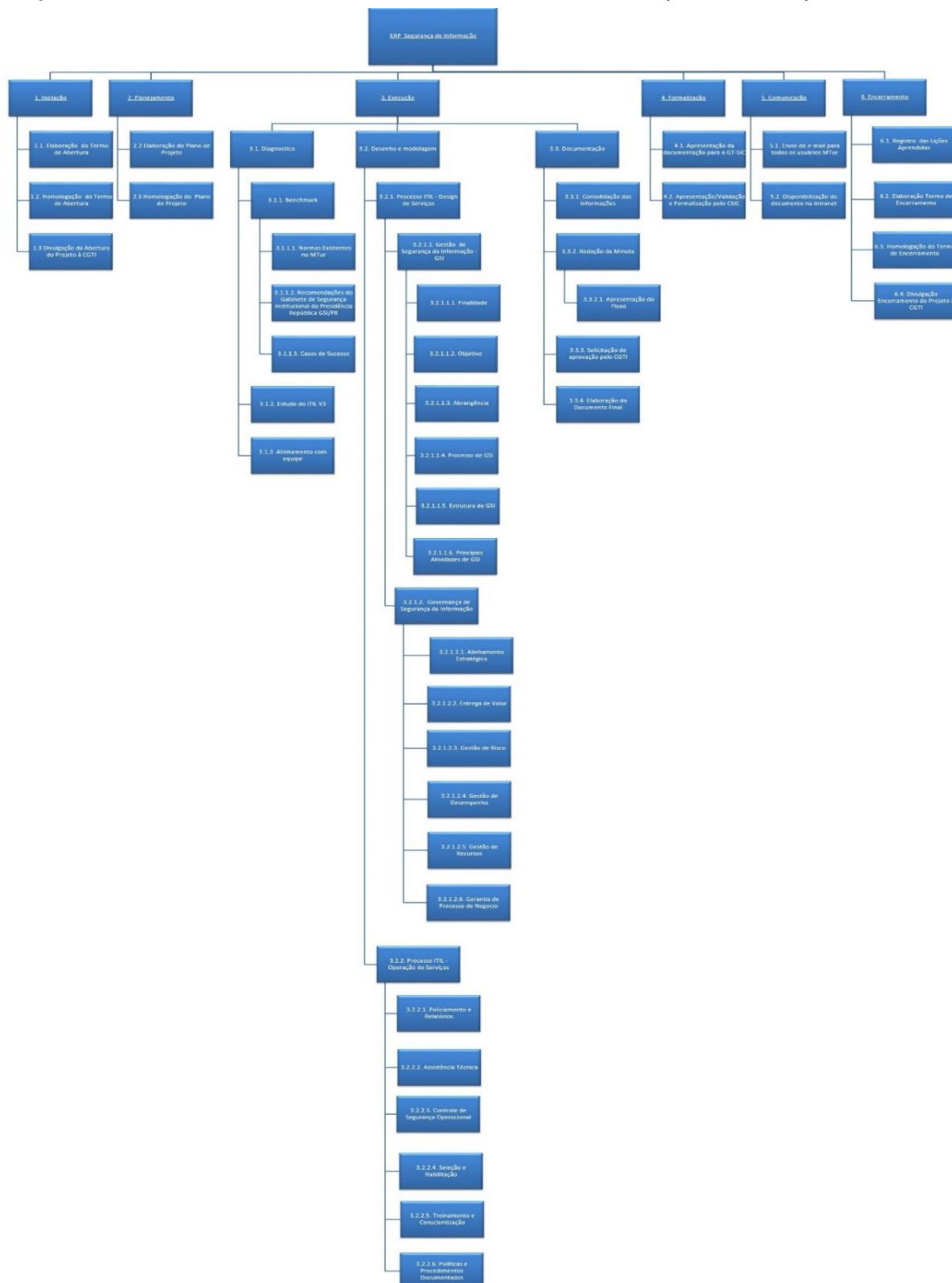


Segundo a Biblioteca ITIL, dentre os objetivos do gerenciamento de segurança da informação pode-se mencionar:

- ✓ Assegurar que as informações estejam disponíveis quando forem necessárias, além de que os sistemas estejam preparados para resistir a ataques ou falhas de segurança, garantindo sua disponibilidade;
- ✓ Garantir que a informação somente seja acessada ou divulgada para pessoas autorizadas, assegurando sua confidencialidade;
- ✓ Garantir que as informações estão completas, precisas e protegidas contra modificações não autorizadas, assegurando sua integridade;
- ✓ Garantir que as transações de negócio e a troca de informações entre as empresas e parceiros seja realizada de maneira confiável, assegurando a autenticidade e o não repúdio.

O projeto foi executado conforme demonstrado na estrutura a seguir:

QUADRO 8.3.2 G – EAP – ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO– SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO



Fonte: CGTI/MTur

Implantação do Processo de Gerenciamento de Incidentes:

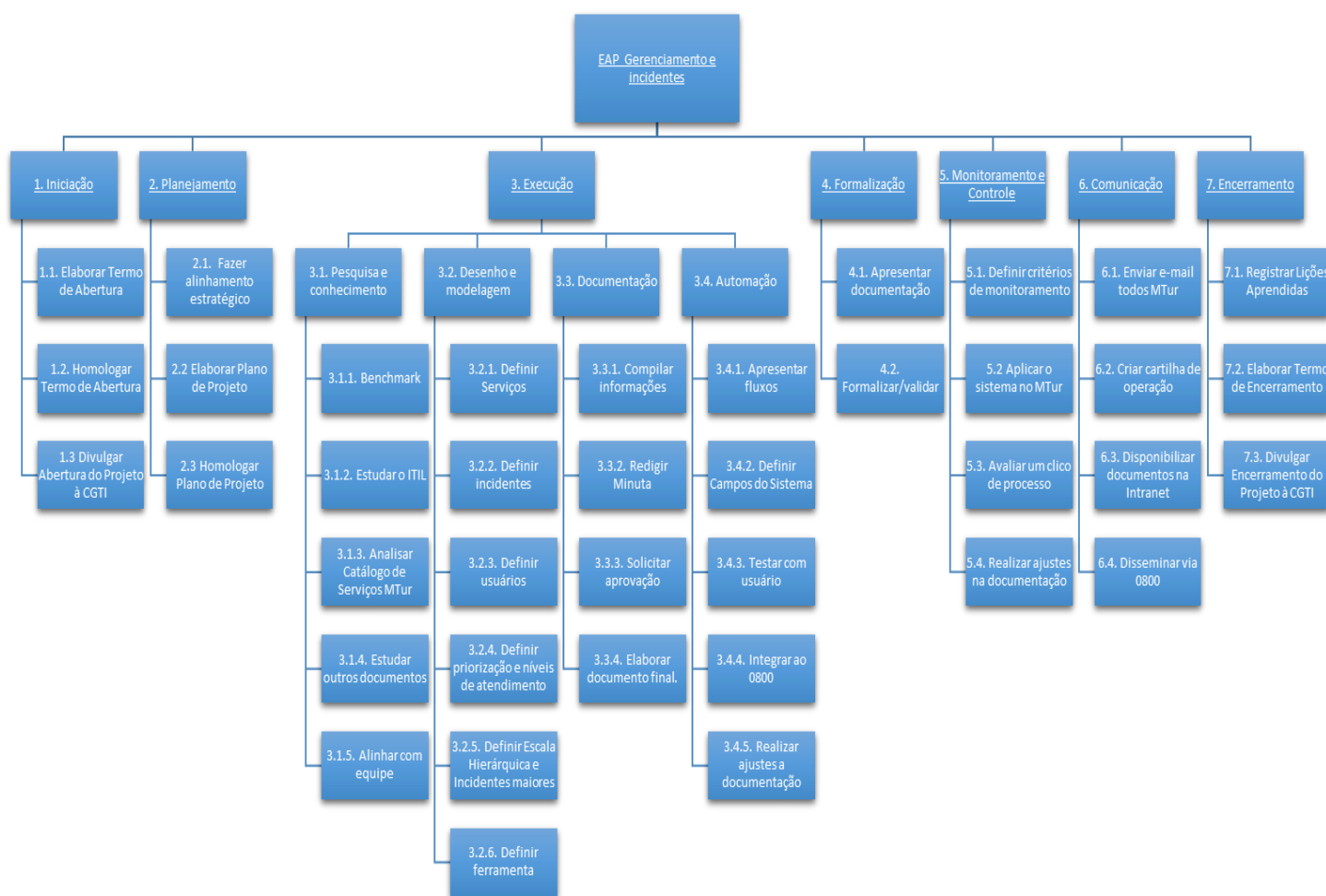
O projeto executado teve como objetivo a implantação do processo de Gerenciamento de Incidentes de TI na Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) do Ministério do Turismo em aderência às melhores práticas recomendadas pela biblioteca ITIL.

Assim como nos demais, o projeto de implantação do processo de gerenciamento de incidentes de TI também aplicou a metodologia PDCA (*Plan-Do-Check-Act*) como forma de garantir a melhoria contínua dos serviços prestados pela área de Tecnologia da Informação.

Concluído em 2015, o Gerenciamento de Incidentes foi totalmente reformulado, gerando dados importantes para gestão de TIC, além de pesquisa direta de satisfação dos usuários e divisão do suporte de infraestrutura em dois níveis principais: o de atendimento ao usuário (equivalente ao primeiro e segundo nível da biblioteca ITIL) e o de sustentação de infraestrutura. Essa mudança aproximou a CGTI dos usuários, gerando maior credibilidade e menos impessoalidade do serviço prestado.

O projeto foi executado conforme demonstrado na estrutura a seguir:

QUADRO 8.3.2 H – EAP – ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO – INCIDENTES DE TI



Fonte: CGTI/MTur

Por fim, em continuidade ao programa, foram iniciados os projetos de implantação dos processos de gerenciamento de acesso, de gerenciamento de nível de serviço e de gerenciamento de problemas, os quais estão sendo acompanhados pelo Escritório de Projetos da CGTI.

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

O quadro do Anexo XV consolida os principais projetos executados no exercício de 2015. Estão sendo considerados projetos iniciados em 2014 e prorrogados até 2015, bem como projetos que iniciados em 2015, mas com conclusão prevista para os exercícios futuros.

Ressalta-se que o Escritório de Gerenciamento de Projetos da CGTI tem trabalhado para difundir a cultura das melhores práticas de gerenciamento de projetos no âmbito da Coordenação. No entanto, a unidade ainda não evoluiu em maturidade para realizar um gerenciamento de custos adequado. Tendo em vista esse contexto, ressalta-se que alguns projetos não tiveram seus valores previstos.

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

O Ministério do Turismo tem adotado diferentes estratégias no intuito de evitar a dependência tecnológica de empresas terceirizadas prestadoras de serviços de TI.

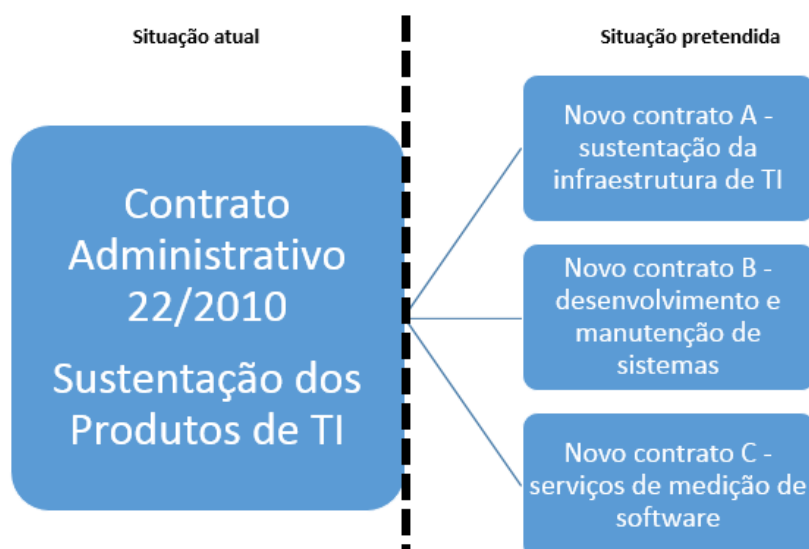
Dentre essas estratégias, pode-se mencionar a estruturação do Escritório de Planejamento e Gestão de TI (E-PGTI), que possui como membros todos os servidores da Coordenação. Com o Escritório de Planejamento e Gestão foi estabelecido o acompanhamento por parte dos servidores para cada uma das áreas de atuação da CGTI. Atualmente a CGTI possui cinco áreas de atuação, quais sejam: Coordenação de Administração de Recursos de TI, Coordenação de Planejamento e Gestão de TI, Coordenação de Segurança da Informação e Comunicações, Coordenação de Sistemas e Coordenação de Infraestrutura de TI. Cada uma dessas áreas possui servidores responsáveis pela coordenação e gestão das atividades, de forma que os serviços terceirizados eventualmente prestados em cada área sejam acompanhados.

Adicionalmente, a Coordenação-Geral de TI estabeleceu também em sua estrutura o Núcleo de Contratações de TI (NCTI). Dentre diversas outras atribuições, o NCTI realiza o acompanhamento, monitoramento e fiscalização das contratações tanto na fase de planejamento quanto de gestão, consolidando um ambiente em que todas as iniciativas possam ser amplamente difundidas e conhecidas por todos os servidores, permitindo um acompanhamento mais preventivo das contratações vigentes e futuras da CGTI, buscando maior aderência às boas práticas e à legislação e evitando-se aspectos negativos, a exemplo do estabelecimento de dependências entre o órgão e as empresas contratadas.

Além disso, ao contratar soluções de TI, a CGTI tem buscado utilizar tecnologias amplamente aceitas no mercado, de modo que não seja necessária a criação de um vínculo de dependência exclusiva com os serviços de um terceiro. Em conformidade com a IN nº 04/2014/STI/MP, sempre que possível é avaliada a preferência por soluções não proprietárias e mais amplamente utilizadas no mercado. De modo geral, as soluções adotadas possuem boa aceitação de mercado e os atuais prestadores de serviço podem ser substituídos por outros sem maiores dificuldades.

Ainda com relação aos contratos administrativos, no exercício de 2015, foi feito o planejamento das contratações de sustentação da infraestrutura de TI e do desenvolvimento e manutenção de sistemas. Até o presente momento, uma única empresa era responsável pela sustentação da infraestrutura e, também, por toda as atividades de manutenção de sistemas. Com a elaboração deste planejamento e após a licitação, será possível fragmentar um único contrato em três contratos menores. Dessa forma, reduz-se a dependência de um fornecedor exclusivo para sustentação dos produtos e serviços de TI.

QUADRO 8.3.2 I – SUSTENTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TI



Fonte: CGTI/MTur

Nesta fase de transição contratual, a Coordenação tem realizado o repasse de conhecimento para os servidores da casa, consolidando documentos contendo os procedimentos utilizados pela equipe terceirizada atual, a disposição dos equipamentos no datacenter do MTur, a atualização de informações dos inventários de aplicações e ativos de tecnologia da informação, o detalhamento do ambiente virtualizado, as senhas para acesso, e os históricos de negociações e diversas outras informações.

Por fim, as estruturas de gestão mencionadas, com a participação de servidores, as mudanças contratuais referidas e uma série de outras medidas pontuais, a exemplo de capacitações, conscientizações, busca de utilização das melhores práticas, tanto em contratações quanto em atividades de gestão, são medidas que permitem mitigar e evitar o surgimento de dependências tecnológicas de empresas prestadoras de serviços.

8.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

8.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Apresentam-se, a seguir, os principais aspectos da gestão ambiental e da adoção de critérios de garantia da sustentabilidade ambiental na atuação do MTur, especialmente na aquisição de bens e serviços.

QUADRO 8.4.1 – ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	

3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?		X
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual o plano pode ser acessado.		
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais Com referência ao item 2. O Ministério do Turismo mantém parceria com o Ministério de Minas e Energia, num acordo de partilha dos resíduos reciclados descartado tendo sido selecionados as seguintes cooperativa/associações: 1 – ACOPLANO – Associação de Catadores de Papéis do Plano Piloto; 2 – RECICLABRASÍLIA – Associação dos Catadores de Recicláveis do DISTRITO FEDERAL; 3 – RECICLO – Cooperativa de coleta seletiva de materiais recicláveis e resíduos sólidos; e 4 – RECICLE A VIDA – Associação Recicle a vida.			

8.5 Gestão de Fundos e de Programas

8.5.1 Identificação e informações dos fundos na unidade

a) Identificação, natureza, legislação aplicável ao fundo (criação, objetivos e finalidades)

QUADRO 8.5.1 A – IDENTIFICAÇÃO DO FUNDO

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Turismo			Código SIORG: 72084
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundo Geral de Turismo			
Denominação abreviada: FUNGETUR			
Código SIORG: 79237	Código LOA: 74908		Código SIAFI: 187002
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundo especial de financiamento			
Principal Atividade: Fomento			Código CNAE: 8412-4/0
Telefones/Fax de contato:	(61) 2023-8010	(61) 2023-8020	(61) 2023-7698
Endereço eletrônico: Fungetur@turismo.gov.br			
Página da Internet: http://www.turismo.gov.br			
Endereço Postal: SCN Quadra 06, Conjunto “A”, Bloco “A”, Sala 1105 – 11º Andar – Edif. Venâncio 3000 – Shopping Id CEP: 70.716-900			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			

Decreto-Lei nº 1.191, de 27/10/1971 / Decreto-Lei nº 1.439, de 30/12/1975 / Lei nº 8.181, de 28/03/1991 / Lei nº 10.683, de 28/05/2003 / Lei nº 11.771, de 17/09/2008
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada
Portaria MTur nº 75, de 20/05/2015
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada
Não há.

O Fundo Geral de Turismo – Fungetur, criado pelo Decreto-Lei n. 1.191, de 27 de outubro de 1971, alterado pelo Decreto-Lei nº 1.439, de 30 de dezembro de 1975, e ratificado pela Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, tem a finalidade de prover recursos para o financiamento de empreendimentos, obras e serviços considerados de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional, de acordo com o parágrafo único do art. 19 do Decreto-Lei n. 55, de 18 de novembro de 1966.

O Fungetur foi o responsável pelo financiamento de boa parte da atual infraestrutura turística existente no País. Esse fundo público de financiamento teve sua gestão, durante alguns anos, a cargo do EMBRATUR – Instituto Brasileiro do Turismo, tendo sua operação regulamentada pela Resolução do Banco Central do Brasil nº 365, de 07 de abril de 1976, consideradas as linhas gerais e o plano de ação aprovado pelo Conselho Nacional do Turismo – CNTur.

A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, criou o Ministério do Turismo - MTur e transferiu para esta Pasta, nos termos da alínea “e” do inciso XXIII do art. 27, dessa lei, a gestão do Fundo Geral de Turismo.

Sob a égide deste Ministério, houve a necessidade da retomada das operações de financiamento mediante a linha de crédito estruturada com recursos do Fundo Geral de Turismo, no intuito de propiciar a expansão do crédito de longo prazo, concernentes aos investimentos em infraestrutura turística.

Nesse sentido, o MTur regulamentou a forma de operação e funcionamento desse fundo federal, ratificando o processo de construção e regulamentação das atividades específicas do fundo no âmbito do fomento às atividades turísticas, para a consecução efetiva das operações de crédito.

A Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, denominada Lei Geral do Turismo, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, notadamente, o segmento do fomento à atividade turística, em seus artigos 18, 19 e 20, que cuida do Fundo Geral de Turismo-Fungetur.

A Lei Geral do Turismo amplia o objeto desse fundo público quando, além das operações de crédito mediante a concessão de financiamento, acrescenta o apoio ou a participação financeira em planos, projetos, ações e empreendimentos reconhecidos pelo Ministério do Turismo como de interesse turístico, os quais deverão estar abrangidos nos objetivos e metas traçados no Plano Nacional de Turismo-PNT.

O Ministério do Turismo, mediante atuação da Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo (ex-Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo – SNPDTur), exerce a coordenação e supervisão dos recursos próprios provenientes das operações de financiamento, e busca a consolidação dos processos de reestruturação desse fundo público. O Fungetur consiste em mecanismo de crédito essencial ao fomento do turismo como negócio e estratégia para o desenvolvimento social e econômico – geração de emprego e renda, inclusão social e melhoria da qualidade de vida.

As normas gerais e critérios de aplicação em linha de crédito dos recursos desse fundo público estão disciplinados na Portaria GM nº 75, de 20 de maio de 2015, do Ministro do Turismo. Essa portaria enumera as condições gerais de financiamento, junto às pessoas jurídicas de direito privado, norteadas pelos pressupostos da atratividade e da competitividade, concorrendo com as demais linhas de créditos colocadas à disposição do setor.

b) Objetivos e desempenho do fundo (se atingiu os objetivos total ou parcialmente)

O Fundo Geral de Turismo – Fungetur, por definição legal, tem por objeto o financiamento, o apoio ou a participação financeira em planos, projetos, ações e empreendimentos reconhecidos pelo Ministério do Turismo como de interesse turístico, os quais deverão estar abrangidos nos objetivos e metas traçados no Plano Nacional de Turismo-PNT. (Art. 18 e 19, da Lei nº 11.771, de 17 de outubro de 2008)

Suas atividades específicas, concentradas no fomento e provisão de recursos para financiamento de empreendimentos turísticos, estão circunscritas à Ação Orçamentária 0454 – Financiamento da Infraestrutura Nacional. Os recursos desse fundo representam ingressos adicionais ao fluxo financeiro do poder público.

O Plano de Ação 2015 ressalta que as atividades desse fundo inserem-se e encontram-se retratadas especificamente nas iniciativas 4.3.3. Fomentar e qualificar os serviços turísticos e 4.3.4. Definir e publicar as novas condições do Fungetur, alinhadas ao Objetivo Estratégico – 4.3. Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos.

O Fungetur está desprovido de um plano estratégico próprio, mas faz parte do planejamento mais abrangente do Ministério do Turismo, exercendo um papel relevante no que tange ao desenvolvimento de políticas públicas de fomento ao turismo.

Os recursos oriundos do Fungetur são alocados às atividades produtivas por meio de linhas de crédito operadas pelas instituições financeiras federais.

A Ação Orçamentária 0454 apoia projetos ou programas considerados de elevado interesse para o desenvolvimento do turismo no País. Os recursos alocados a essa ação destinam-se a implantação, expansão e modernização de empreendimentos com fins turísticos, abrangendo todos os segmentos envolvidos no setor, tais como: hotéis e outros meios de hospedagem, centro de convenções, empreendimentos de entretenimento e lazer, transportadoras turísticas, agências de turismo e terminais de turismo e lazer.

A ilustração a seguir resume a vinculação existente entre o Plano de Ação 2015, o Plano Plurianual da União e a Lei de Orçamento Anual.

QUADRO 8.5.1 B – PLANO DE AÇÃO 2015 E AS ATIVIDADES ESPECÍFICAS DO FUNGETUR

ESTRUTURAÇÃO, FOMENTO E PROMOÇÃO					
Objetivo estratégico: Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos					
Ação/Iniciativa/Projeto	Indicador	Meta	Unidade	Programa	PLOA
Fomentar e qualificar os serviços turísticos	Financiamento concedido	1	DFPIT Fungetur	02VF	454
Definir e publicar as novas condições do Fungetur	Portaria encaminhada	1	DFPIT Fungetur	02VF	454

Fonte: Portaria GM/MTur nº 57, de 14 de abril de 2015, alterada pela Portaria GM/MTur nº 146, de 31 de agosto de 2015

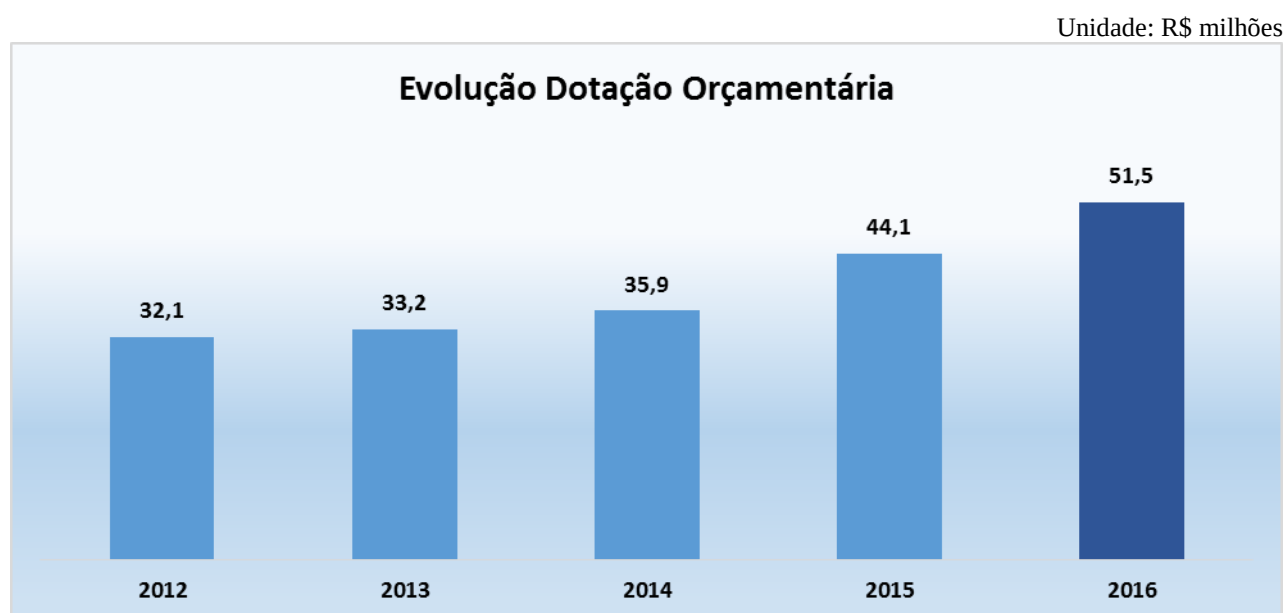
A Coordenação-Geral do Fundo Geral de Turismo é competente para preparar e submeter, anualmente, à Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo a proposta orçamentária do Fungetur, para inclusão no projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), a que se refere o § 5º do artigo 165 da Constituição Federal de 1988, observados os objetivos definidos nas políticas de desenvolvimento turístico fixadas pelo Plano Nacional de Turismo – PNT.

Essa Unidade Administrativa atenta às metas e diretrizes, definidas no Plano Nacional de Turismo e no Plano de Ações, instrumentos de planejamento do Ministério do Turismo, e vinculadas ao Plano Plurianual – PPA e à Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, realiza o monitoramento da execução orçamentária do Fungetur, em especial quanto aos aspectos da receita e despesa.

Em razão dessa atribuição, a Coordenação-Geral do Fundo Geral de Turismo, Unidade Administrativa, integrante da Estrutura Organizacional do Ministério do Turismo, acompanha a evolução da receita auferida pelo Fundo Geral de Turismo, a qual é utilizada como parâmetro na determinação da estimativa da receita financeira desse fundo especial, após análise e avaliação do comportamento dos ingressos financeiros deste fundo.

O gráfico a seguir retrata as dotações orçamentárias do Fungetur 2012-2016.

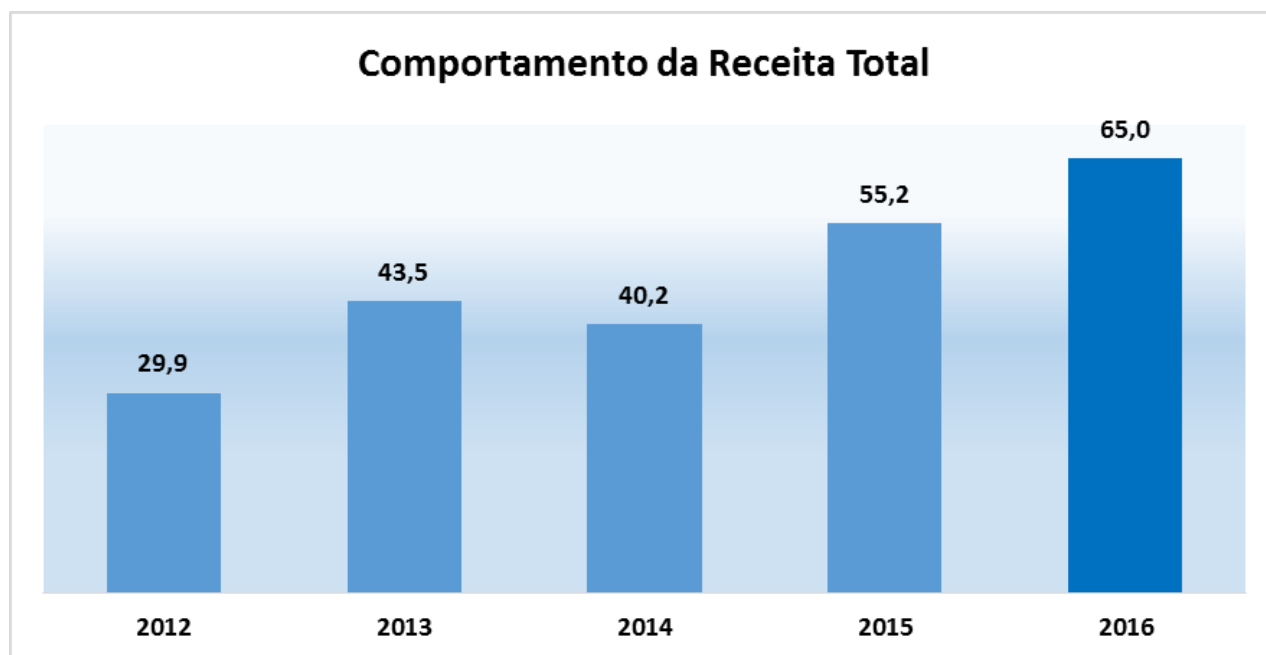
QUADRO 8.5.1 C – SÉRIE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2012-2016



Fonte: Lei Orçamentária Anual

As dotações orçamentárias são definidas tendo como parâmetro o comportamento das receitas pertencentes a esse fundo especial, que decorrem preferencialmente das operações de financiamento. Examinado o conjunto de ingressos financeiros, o Ministério do Turismo e a Secretaria de Orçamento Federal – SOF avaliam as perspectivas de arrecadação do exercício que sofrerá procedimentos de reestimativa de valores, com vistas a projetar a dotação orçamentária que será autorizada em lei.

A seguir gráfico demonstrativo da evolução da receita total.



Fonte: Fungetur (*) Previsão de receita 2016

O Fungetur patrocina, com recursos financeiros próprios, operações de financiamento mediante a intermediação de agente financeiro, com base nas previsões normativas da Portaria MTur nº 75, de 20 de maio de 2015, que estabelece atualmente as condições de operacionalização dos recursos desse fundo.

Esse fundo de financiamento, em relação às fontes de recursos, é suprido essencialmente pelo reembolso das operações de crédito realizadas a título de financiamento reembolsável e pelo resultado das aplicações em títulos públicos federais.

Os financiamentos concebidos, sob a regência das normas constantes da citada portaria, vêm se mostrando fonte primordial de receita financeira. Esse normativo representa as premissas básicas voltadas à definição das condições de operação e funcionamento deste fundo especial, vindo a propiciar ao Fungetur as condições mínimas de ingressos financeiros.

Os financiamentos, em vigor, patrocinados pelo Fungetur, são os constantes do quadro a seguir, destacando-se os valores efetivamente contratados até 31/12/2015:

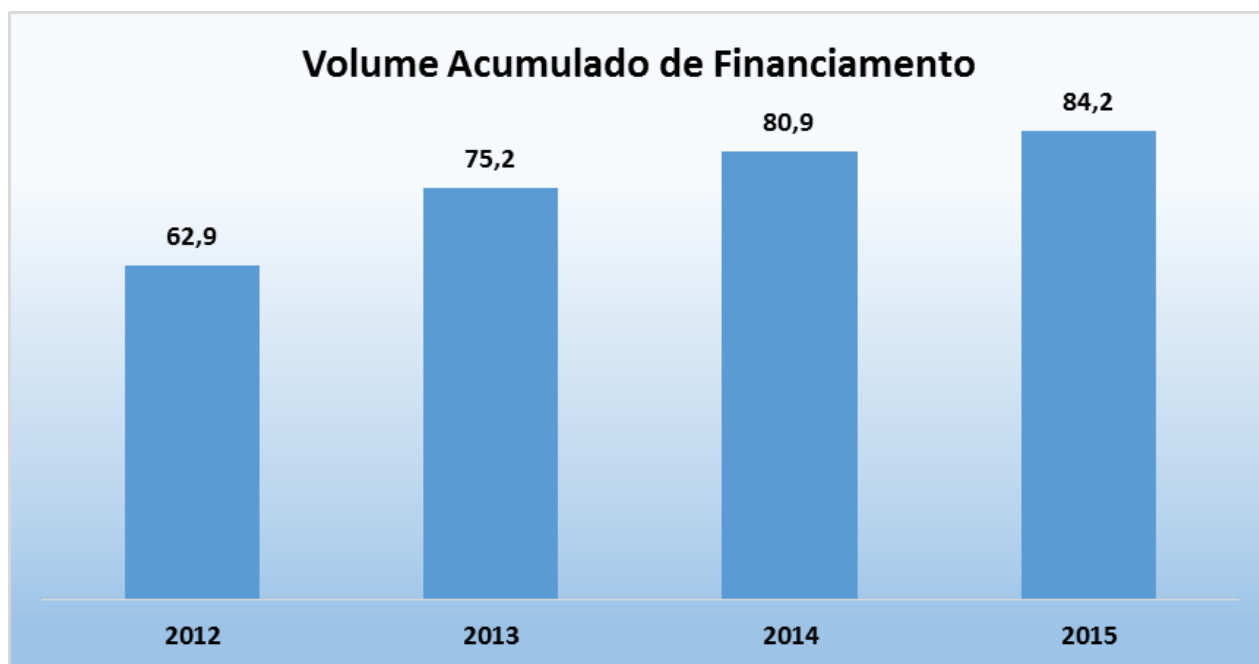
QUADRO 8.5.1 E – COMPORTAMENTO DOS VALORES FINANCIADOS

Valores em R\$ 1,00

Agente	Mutuário Final	Cidade / Estado	Parcela FUNGETUR		Valor Liberado	Saldo a Liberar 03/2015
			R\$	(%)		
CAIXA	Fund. Parque Ev. Des. Bento Gonçalves	Bento Gonçalves - RS	4.888.797,00	80	4.888.797,00	-
	Companhia Thermas do Rio Quente	Goiânia - GO	10.000.000,00	80	10.000.000,00	-
	Estância Hidromineral Verê Ltda	Cascável - PR	2.266.831,00	80	2.266.831,00	-
	Antoniolli Hotéis e Turismo Ltda	Lupicínio Rodrigues - RS	1.634.146,00	80	1.634.146,00	-
	Pousada Vila Passaredo Ltda	Curitiba - PR	1.287.903,00	80	1.253.620,83	34.282,17
	S. Lewin e Cia Ltda	Porto Alegre - RS	752.792,00	80	752.792,00	-
	Pousada Pedra da Ilha	Penha - SC	2.252.326,00	80	2.252.326,00	-
	Irmãos Cantelle Cia. Ltda	Frederico Westphalen - SC	400.000,00	80	400.000,00	-
	JB Word S/A	Penha - SC	3.000.000,00	80	3.000.000,00	-
	Contagem Centro Hotel	Contagem - MG	900.000,00	80	869.237,03	30.762,97
	Free Time Turismo	Belo Horizonte - MG	667.779,00	80	667.779,00	-
	Copa Sul	Rio de Janeiro - RJ	438.252,00	80	438.252,00	-
	Vital Pereira Emp. Imobiliários Ltda	Canoinhas - RS	1.500.000,00	80	1.500.000,00	-
	A A S Queiroz - ME	Cruzeiro do Sul - AC	1.470.392,00	80	1.470.392,00	-
	Serra Azul Water Park S/A	Itupeva - SP	6.800.000,00	80	6.591.950,38	208.049,62
	Vila Ventura Hotéis Ltda	Porto Alegre - RS	6.880.000,00	80	4.501.962,68	2.378.037,32
	CVS Hotel e Turismo Ltda	Porto Alegre - RS	1.700.000,00	80	1.671.933,24	28.066,76
	Grande Hotel Poncinho do Rio Verde	Poços de Caldas - MG	2.940.042,00	80	2.940.042,00	-
	Hotelar - Hotel e Turismo Ltda	Santa Cruz do Sul - RS	2.060.648,00	80	1.981.928,00	78.720,00
	Antonio Marcos F. Viana	Jaguarão - RS	1.000.000,00	80	900.556,88	99.443,12
	Hotel Garibaldi - Tricia Abensur	Porto Alegre - RS	617.568,00	80	501.054,72	116.513,28
	Hotel Amantikir	Itajubá - MG	4.789.153,00	80	4.789.153,00	-
	Hotelar - Hotel e Turismo Ltda	Santa Cruz do Sul - RS	869.950,00	80	810.254,72	59.695,28
	Terras Altas Empreendimentos Imobiliários de Hotelaria e Lazer Ltda	Itapeverica da Serra - SP	4.100.000,00	80	3.761.990,00	338.010,00
	Actual Hotel e Eventos Ltda	Contagem - MG	7.555.993,00	80	7.118.501,70	437.491,30
	Foz Presidente Hotel Ltda	Foz do Iguaçu - PR	1.600.293,00	80	1.600.293,00	-
	Hotel Hetropolis Ltda EPP	São Bernardo do Campo - SP	1.979.546,00	80	1.979.546,00	-
	Pousada Relíquias do Tempo	Diamantina - MG	640.000,00	80	608.064,00	31.936,00
	Hotel JM Ferreira Ltda	Caeté - MG	480.000,00	80	480.000,00	-
	Gasperin Filho e Cia Ltda	São José do Cedro - SC	647.522,00	80	647.522,00	-
	Org. Santamariense de Hotéis S/A	Santa Maria - RS	1.510.000,00	80	1.510.000,00	-
	Bontur S/A - Bondinhos Aéreos	Balneário Camboriú - SC	3.600.000,00	80	3.600.000,00	-
	JC Empreendimentos Ltda	Palmas - TO	6.240.449,00	80	5.065.905,16	1.174.543,84
	Hotel Vila Germânica Ltda EPP	Piratuba - SC	5.000.000,00	80	1.244.589,00	3.755.411,00
Total Geral			92.470.382,00		83.699.419,34	8.770.962,66

Fonte: Fungetur - CAIXA

A carteira de financiamentos está avaliada em R\$ 83.699.419,34 (oitenta e três milhões, seiscentos e noventa e nove mil, quatrocentos e dezenove reais e trinta e quatro centavos), atualizada em dezembro de 2015. Ela cresceu 3,2% (três vírgula dois por cento) com relação ao ano anterior.



Fonte: Fungetur

No tocante à arrecadação, a receita total alcançada foi da ordem de R\$ 55,2 milhões, conforme dados extraídos do SIAFI.

O total compreende as parcelas de amortização e juros, oriundas de financiamentos concedidos, somadas aos rendimentos da aplicação na Conta Única do Tesouro Nacional, acrescidas das parcelas de dividendos, decorrentes da participação acionária do fundo em diversas empresas.

Outro aspecto relevante da gestão desse fundo se refere à participação acionária.

Numa visão analítica dessas participações acionárias, a situação atual está destacada, segundo informações disponíveis em 31/12/2015, nos quadros a seguir, os quais identificam as diversas participações por nome, tipo de empresa, tipo de ações integralizadas (representadas por ON – ações ordinárias nominativas e PN – ações preferenciais nominativas), quantidade de ações, recursos (liberados e atualizados) e percentual da participação do fundo em cada um dos empreendimentos.

QUADRO 8.5.1 G – PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS DO FUNGETUR – CONTROLE PÚBLICO

Referência: data do balanço patrimonial disponível												
EMPRESA	DATA	QUANTIDADE DE AÇÕES DA SOCIEDADE			QUANTIDADE DE AÇÕES DO FUNGETUR			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	RECURSOS LIBERADOS		POSIÇÃO DO INVESTIMENTO	
		ON	PN	TOTAL SOCIEDADE	ON	PN	TOTAL FUNGETUR		EM BTN's	VALOR INVESTIDO ATUALIZADO	VALOR ATUAL	LUCRO OU PREJUÍZO
				(A)			(B)	(C)			(E) = (B:A) X (C)	(E) - (D)
ANHEMBI	31/12/14	5.064.624	114.095	5.178.719	22.588	0	22.588	R\$ 88.459.000,00	274.098,1687	441.736,61	385.831,30	(R\$ 55.905,31)
BAHIATURSA	31/12/14	76.286.104	961.431	77.247.535	1.274.645	276.725	1.551.370	(R\$ 43.420.262,00)	9.663.787,4959	15.574.159,93	-	(R\$ 15.574.159,93)
CODECE	31/12/14	15.203.295	286.133	15.489.428	29.151	0	29.151	R\$ 22.049.000,00	86.775,7438	139.847,79	41.496,07	(R\$ 98.351,72)
CURITIBA	31/12/14	10.149.927	0	10.149.927	1.710.259	0	1.710.259	R\$ 4.668.000,00	1.500.813,6301	2.418.711,25	786.556,30	(R\$ 1.632.154,95)
DATANORTE	31/12/08	1.954.853	0	1.954.853	327	0	327	(R\$ 24.658.739,00)	215.838,1847	347.844,82	-	(R\$ 347.844,82)
EMPETUR	31/12/14	32.382.637.267	15.227.278.478	47.609.915.745	0	15.227.278.262	15.227.278.262	R\$ 41.259.156,00	7.741.227,3189	12.475.761,95	13.196.088,24	R\$ 720.326,29
EMSETUR	31/12/14	3.077.556	0	3.077.556	47.719	0	47.719	R\$ 12.109.013,77	309.468,0039	498.738,64	187.756,14	(R\$ 310.982,50)
FENAC	31/12/14	2.781	671	3.452	0	131	131	R\$ 31.361.628,60	73.202,3902	117.972,97	1.190.142,92	R\$ 1.072.169,94
FESTA DA UVA	31/12/14	11.306.083	0	11.306.083	81.790	0	81.790	R\$ 11.805.062,83	65.127,7283	104.959,85	85.399,70	(R\$ 19.560,15)
FOZ DO IGUAÇU	31/12/14	32.725.126	0	32.725.126	2.241.798	0	2.241.798	R\$ 14.221.808,37	3.198.131,3925	5.154.108,55	974.249,01	(R\$ 4.179.859,54)
PROMINAS	31/12/14	47.062.283	0	47.062.283	2.847.072	0	2.847.072	R\$ 76.416.268,00	3.241.370,0429	5.223.791,96	4.622.865,77	(R\$ 600.926,19)
RIOCENTRO	31/12/14	61.660.357	17.635.487	79.295.844	0	7.329.208	7.329.208	(R\$ 3.046.741,38)	3.989.346,0316	6.429.230,06	-	(R\$ 6.429.230,06)
SANTUR	31/12/14	3.391.511	137.160	3.528.671	103.777	0	103.777	R\$ 2.378.392,25	84.871,6818	136.779,20	69.947,70	(R\$ 66.831,50)
SELTUR	31/12/14	57.175.369	0	57.175.369	737.621	0	737.621	R\$ 6.481.090,99	1.076.898,3448	1.735.529,37	83.612,73	(R\$ 1.651.916,64)
SENETUR	31/12/13	65.444.816	0	65.444.816	15.166.205	0	15.166.205	R\$ 7.246.181,78	1.147.617,3895	1.849.500,18	1.679.232,75	(R\$ 170.267,43)
RIMO	31/12/99	7.356.704	0	7.356.704	318.561	0	318.561	R\$ 9.115.027,00	246.182,2571	396.747,33	-	(R\$ 396.747,33)
CAIOBÁ	31/12/94	11.459.156	0	11.459.156	3.729.699	0	3.729.699	R\$ 1.045.947,00	422.145,3340	680.329,42	-	(R\$ 680.329,42)
CONCLAVE	31/12/90	759.333	0	759.333	36.045	0	36.045	R\$ 34.168.764,73	254.102,6584	409.511,84	-	(R\$ 409.511,84)
TOTAIS									33.591.003,7971	54.135.261,72	23.303.178,62	(R\$ 30.832.083,10)

Nota 1: Valor do Investimento atualizado pela BTNF - 1,6116, de 31/12/2015.

QUADRO 8.5.1 H – PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS DO FUNGETUR – CONTROLE PRIVADO

Referência: data do balanço patrimonial disponível												
EMPRESA	DATA	QUANTIDADE DE AÇÕES DA SOCIEDADE			QUANTIDADE DE AÇÕES DO FUNGETUR			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	RECURSOS LIBERADOS		POSIÇÃO DO INVESTIMENTO	
		ON	PN	TOTAL SOCIEDADE	ON	PN	TOTAL FUNGETUR		EM BTN's	VALOR INVESTIDO ATUALIZADO	VALOR ATUAL	LUCRO OU PREJUÍZO
				(A)			(B)	(C)				
CIA PERNAMBUCANA	31/12/14	3.520.754	1.565.027	5.085.781	274.935	0	274.935	R\$ 353.723,63	148.098,8802	238.676,1553	19.122,14	(R\$ 219.554,02)
COPACABANA RIO	31/12/09	9.775.006	0	9.775.006	2.010.410	0	2.010.410	R\$ 2.685.326,37	852.338,9874	1.373.629,5121	552.286,82	(R\$ 821.342,69)
LAJE DE PEDRA	31/12/14	6.949.961	3.603.887	10.553.848	63.465	0	63.465	R\$ 19.040.900,00	1.027.596,4905	1.656.074,5041	114.501,43	(R\$ 1.541.573,07)
SANTAMARIENSE	31/12/14	3.528.606	24.272	3.552.878	640.073	0	640.073	R\$ 4.370.882,32	280.870,4445	452.650,8084	787.441,55	R\$ 334.790,74
HOTELEIRA	31/12/13	1.982.371.912	6.700.320	1.989.072.232	45.948.473	0	45.948.473	R\$ 149.284,85	173.408,2221	279.464,6907	3.448,55	(R\$ 276.016,14)
SISAL BAHIA	31/12/05	420.699	514.072	934.771	0	89.339	89.339	(R\$ 6.030.407,97)	1.632.582,0000	2.631.069,1512	-	(R\$ 2.631.069,15)
SISAL RIO	31/12/05	625.447.115	508.024.481	1.133.471.596	0	48.450.133	48.450.133	R\$ 22.038.854,46	252.069,9926	406.236,0001	942.048,69	R\$ 535.812,69
PORTOBELLO	31/12/11	7.160	399	7.559	375	0	375	R\$ 62.087.067,93	2.828.149,7990	4.557.846,2161	3.080.123,09	(R\$ 1.477.723,12)
GAMASA	31/12/06	234.779	33.327	268.106	20.633	0	20.633	R\$ 3.053.852,00	86.673,4200	139.682,8837	235.019,46	R\$ 95.336,58
NOVA LINDÓIA	31/12/11	2.658.124	1.170.195	3.828.319	0	652.589	652.589	(R\$ 6.183.191,00)	908.903,2559	1.464.788,4872	-	(R\$ 1.464.788,49)
SALVADOR PRAIA	31/12/00	111.336.198	33.248.560	144.584.758	0	17.857.142	17.857.142	R\$ 4.825.253,00	484.392,6639	780.647,2171	595.949,60	(R\$ 184.697,62)
MARINA PORTO BÚZIOS	31/12/09	219.831.085	0	219.831.085	48.744.971	0	48.744.971	R\$ 140.000,00	1.084.961,9631	1.748.524,6997	31.043,36	(R\$ 1.717.481,34)
BAPA	31/12/98	6.461.908	1.769.113	8.231.021	1.521.059	0	1.521.059	R\$ 19.404.924,83	3.167.394,5163	5.104.573,0025	3.585.950,70	(R\$ 1.518.622,30)
TAMENGO	31/12/94	2.610.293	96.066	2.706.359	1.035.753	0	1.035.753	R\$ 3.547.000,00	1.369.715,8256	2.207.434,0245	1.357.475,4462	(R\$ 849.958,58)
TROPICANA	31/12/92	5.399.056	4.064.764	9.463.820	0	1.334.680	1.334.680	R\$ 4.606,94	89.606,5398	144.409,8995	649,7155	(R\$ 143.760,18)
ENTRE RIOS	31/12/91	2.305.134	113.995.775	116.300.909	378.512	0	378.512	R\$ 2.586,18	808.857,5400	1.303.554,8115	8,4170	(R\$ 1.303.546,39)
IRSA	31/12/91	70.948.698	37.048.666	107.997.364	11.146.092	0	11.146.092	R\$ 225,09	202.716,4692	326.697,8618	23,2309	(R\$ 326.674,63)
NOVOS HOTÉIS DE BRASÍLIA	31/12/87	2.496.151.627	2.804.564.250	5.300.715.877	0	845.363.631	845.363.631	R\$ 77,20	277.945,0735	447.936,2805	12,3119	(R\$ 447.923,97)
TOTAIS									15.676.282,0836	25.263.896,21	11.305.104,52	(R\$ 13.958.791,69)

Nota 1: Valor do Investimento atualizado pela BTNF - 1,6116, de 31/12/2015.

Nota 2: No relatório de gestão de 2014, o patrimônio líquido das empresas Tropicana, Entre Rios, Irsa e Novo hotéis estava expresso em cruzeiro (CR\$). Foi realizada conversão de moeda, utilizando o site: <http://www.igf.com.br/calculadoras/conversor/conversor.htm>.

Essas participações representaram meio de descentralização de recursos com o objetivo de ampliar a oferta turística nacional, mediante a implementação de empreendimentos hoteleiros, terminais turísticos e centros de convenções, assim como o saneamento financeiro. As participações acionárias do Fungetur foram aplicadas nos empreendimentos a seguir discriminados.

QUADRO 8.5.1 I – RELAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS CONCEBIDOS COM RECURSOS DO FUNGETUR

CENTRO DE CONVENÇÕES	EMPREENDIMENTOS
Anhembi - Tur. E Ev. Da Cidade De São Paulo S/A	Parque De Exposições Anhembi - SP
Bahiatursa - Emp. De Tur. Da Bahia S/A	Centro De Conv. De Salvador - BA
Centro De Convenções De Curitiba S/A	Centro De Conv. De Curitiba - PR
Centro De Convenções De Foz Do Iguaçu S/A	Centro De Conv. De Foz Do Iguaçu - PR
Centro De Convenções De Caiobá S/A	Centro De Conv. De Caiobá - PR
Centro Internacional Riotur S/A - Riocentro	Riocentro
Cia. De Desenv. Do Ceará S/A - Codece	Centro De Conv. Do Ceará - CE
Emp. De Tur. De Pernambuco S/A - Empetur	Centro De Conv. De Pernambuco - PE
Cia. Mineira De Promoções S/A - Prominas	Centro De Conv. Israel Pinheiro; Museu De Mineralogia; E Centro De Apoio Turístico Tancredo Neves - MG
Fenuva - Festa Nac. Da Uva Tur. E Empreem. S/A	Parque De Exposições Fenuva - RS
Fenac – Feiras E Empreem. Turísticos S/A	Parque De Exposições Fenac
Conclave - Empreem. Turísticos E Culturais S/A	Centro De Conv. De Teresina - PI
Terminais Turísticos	Empreendimentos
Cia Praiagrandense De Turismo - Cipratur	Terminal Turístico De Praia Grande
Emsetur - Empresa Sergipana De Turismo S/A	Complexo Balneário De Salgado - SE
Santur – Santa Catarina Turismo S/A	Parque Balneário Camburiú - SC
Seltur - Sete Lagoas, Turismo, Lazer E Cultura S/A	Anfiteatro Parque Da Cascata; Gruta Do Rei Do Mato; E Centro De Apoio Turístico
Redes Estatais De Hotéis	Empreendimentos Hoteleiros
Emprotur - Empresa De Prom. E Desen. Tur. Rn	Hotel Barreira Roxa - RN
Rimo - Rede Integr. De Hotéis E Pousadas Do Piauí	Rede De Hotéis - PI
Senetur - Serra Negra Empresa De Turismo S/A	Grande Hotel Serra Negra - SP

Empresas Hoteleiras	Empreendimentos Hoteleiros
Búzios Palace Hotel S/A	Búzios Palace Hotel - RJ
Caetés Hotéis E Tur. S/A	Hotel Porto De Bocaína - SP
Capital Center Hotéis S/A	Holiday Inn Crowne Plaza - SP
Cia. Pernambucana De Hotéis E Turismo	Hotel Jangadeiro - PE
Copacabana Rio S/A	Hotel Copacabana - RJ
Empreen. Hoteleiros, Participações Bapa S/A	Complexo Porto Bracuhí - RJ
Empreen. Hoteleiros Entre Rios S/A	Hotel Coxim - MS
Gamasa Hotéis E Turismo S/A	Marina Sul Hotel - SC
Hotel Laje De Pedra S/A	Hotel Laje De Pedra - RS
Hotel Portobello S/A	Hotel Portobello - RJ
Hotel Tropicana S/A	Hotel Tropicana - PB
Irsa - Hotéis E Turismo S/A	Ducal Palace Hotel - RJ
Marina Porto Búzios Hotéis E Turismo S/A	Marina Porto Búzios Hotel - RJ
Nova Lindóia Hotéis E Turismo S/A	Vacance Hotel - SP
Novos Hotéis De Brasília S/A	Paranoá Park Hotel - DF
Organização Santamariense De Hotéis S/A	Itambé Palace Hotel - RS
Salvador Praia Hotel S/A	Salvador Praia Hotel - BA
Sisal Bahia Hotéis E Turismo S/A	Hotel Meridien Bahia - BA
Sisal Rio Hotéis E Turismo S/A	Hotel Meridien Rio - RJ
Soprac Hotéis S/A	São Lourenço Park Hotel - SP
Tamengo Empreen. Hoteleiros S/A	Solar Do Pantanal Hotel De Lazer - MS
Hoteleira Investimentos E Participações S/A	Hotel Solar Da Barra - RS

Fontes: 1) Fungetur – Embratur: Relatório GT-96, de 20 de dezembro de 2004, pp. 8 e 9.

2) Documentos diversos.

As informações a seguir discriminam o montante de recursos liberados pelo FUNGETUR, atualizados em 31/12/2015, de acordo com o valor da BTN de R\$ 1,6116, extraído do site da STN – Secretaria Nacional do Tesouro.

QUADRO 8.5.1 J – DEMONSTRATIVO DOS VALORES LIBERADOS PELO FUNGETUR – EMP. PÚBLICAS

Data referência: 31/12/2015

Valores em reais

SOCIEDADE SOB CONTROLE PÚBLICO	EM BTNs	VALOR ATUALIZADO	VALOR ATUALIZADO
		31/12/2015	31/12/2014
		BTN 1,6116	BTN 1,585
São Paulo Turismo S/A- ANHEMBI	274.098,1687	441.736,61	434.445,60
BAHIATURSA - Empresa de Turismo da Bahia S/A	9.663.787,4959	15.574.159,93	15.317.103,18
CONCLAVE – Empreendimentos Turísticos e Culturais S/A/Piauí Turismo	254.102,6584	409.511,84	402.752,71
Companhia de Desenvolvimento do Ceará – CODECE	86.775,7438	139.847,79	137.539,55
Centro de Convenções de Curitiba S/A - CURITIBA	1.500.813,6301	2.418.711,25	2.378.789,60
DATANORTE – Cia. De Processamento de Dados do Rio Grande do Norte	215.838,1847	347.844,82	342.103,52
EMPETUR - Empresa de Turismo de Pernambuco S/A	7.741.227,3189	12.475.761,95	12.269.845,30
EMSETUR - Empresa Sergipana de Turismo S/A	309.468,0039	498.738,64	490.506,79
FENAC – Feiras e Empreendimentos Turísticos	73.202,3902	117.972,97	116.025,79
Festa Nacional da Uva Turismo e Empreendimentos S/A - FESTA DA UVA	65.127,7283	104.959,85	103.227,45
Centro de Convenções de Foz do Iguaçu S/A - FOZ DO IGUAÇU	3.198.131,3925	5.154.108,55	5.069.038,26
Companhia Mineira de Promoções - PROMINAS	3.241.370,0429	5.223.791,96	5.137.571,52
RIOCENTRO – Centro de Feiras, Exposições e Congressos do Rio de Janeiro	3.989.346,0316	6.429.230,06	6.323.113,46
SANTUR – Santa Catarina Turismo S/A	84.871,6818	136.779,20	134.521,62
SELTUR – Sete Lagoas Turismo, Lazer e Cultura S/A	1.076.898,3448	1.735.529,37	1.706.883,88
SENETUR – Serra Negra Empresa de Turismo S/A	1.147.617,3895	1.849.500,18	1.818.973,56
RIMO – Rede Integrada de Hotéis e Pousadas do Piauí S/A Piauí Turismo	246.182,2571	396.747,33	390.198,88
Centro de Convenções de Caiobá S/A	422.145,3340	680.329,42	669.100,35
Total	33.591.003,7971	54.135.261,72	53.241.741,02

Fonte: FUNGETUR

QUADRO 8.5.1 K – DEMONSTRATIVO DOS VALORES LIBERADOS PELO FUNGETUR – EMP.PRIVADAS
Data referência: 31/12/2015

SOCIEDADE SOB CONTROLE PRIVADO	EM BTNs	VALOR ATUALIZADO	VALOR ATUALIZADO
		31/12/2015	31/12/2014
		BTN 1,6116	BTN 1,585
Cia. Pernambucana de Hotéis e Turismo	148.098,8802	238.676,16	234.736,73
Copacabana Rio Hotel S/A	852.338,9874	1.373.629,51	1.350.957,30
Hotel Laje de Pedra S/A	1.027.596,4905	1.656.074,50	1.628.740,44
Organização Santamariense de Hotéis S/A	280.870,4445	452.650,81	445.179,65
Hoteleira – Investimentos e Participações S/A	173.408,2221	279.464,69	274.852,03
Sisal Bahia Hotéis e Turismo S/A	1.632.582,0000	2.631.069,15	2.587.642,47
Sisal Rio Hotéis e Turismo S/A	252.069,9926	406.236,00	399.530,94
Hotel Portobello S/A	2.828.149,7990	4.557.846,22	4.482.617,43
Gamasa Hotéis Reunidos S/A	86.673,4200	139.682,88	137.377,37
Nova Lindóia Hotéis e Turismo S/A	908.903,2559	1.464.788,49	1.440.611,66
Salvador Praia Hotel S/A	484.392,6639	780.647,22	767.762,37
Marina Porto Búzios Hotéis e Turismo S/A	1.084.961,9631	1.748.524,70	1.719.664,71
Empreendimentos Hoteleiros e Participações BAPAS/A	3.167.394,5163	5.104.573,00	5.020.320,31
Tamengo Empreendimentos Hoteleiros S/A	1.369.715,8256	2.207.434,02	2.170.999,58
Hotel Tropicana S/A	89.606,5398	144.409,90	142.026,37
Empreendimentos Hoteleiros Entre Rios S/A	808.857,5400	1.303.554,81	1.282.039,20
IRSA Hotéis e Turismo S.A	202.716,4692	326.697,86	321.305,60
Novos Hotéis de Brasília S/A - EBEG Engenharia	277.945,0735	447.936,28	440.542,94
Total	15.676.282,0836	25.263.896,21	24.846.907,10

Fonte: FUNGETUR

O montante liberado de recursos pelo Fungetur foi de R\$ 79.399.157,93 (setenta e nove milhões, trezentos e noventa e nove mil, cento e cinquenta e sete reais e noventa e três centavos), atualizados em 31/12/2015, cuja aplicação se deu sob a forma de participação acionária em empresas do setor público e privado.

As participações acionárias do Fungetur totalizam R\$ 32.608.283,14 (trinta e dois milhões, seiscentos e oito mil e duzentos e oitenta e três reais e quatorze centavos); distribuídas em R\$ 23.303.178,62 (vinte e três milhões, trezentos e três mil cento e setenta e

oito reais e sessenta e dois centavos), provenientes de empresas públicas; e R\$ 11.305.104,52 (onze milhões, trezentos e cinco, cento e quatro reais e cinquenta e dois centavos), de empresas privadas, representando um deságio de R\$ 44.790.874,79 (quarenta e quatro milhões, setecentos e noventa mil, oitocentos e setenta e quatro reais e setenta e nove centavos). Ou seja, de cada R\$ 1,00 (um real) investido em ações de empresas públicas e privadas, há uma perspectiva de retorno desse investimento da ordem de R\$ 0,45 (quarenta e cinco centavos).

c) Informações ou relatórios contábeis, financeiros e orçamentários demonstrando a origem dos ingressos dos recursos, sua aplicação no exercício e os saldos acumulados

Dada a similaridade dos dados e informações, alusivas aos itens “c” e “e”, apresentamos em sequência as Demonstrações contábeis e notas explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.

d) Relacionamento dos recursos do fundo com a atuação da unidade no desempenho de suas funções

Os esclarecimentos e justificativas relacionadas a este item estão contemplados no item “b” deste documento.

e) Demonstrações contábeis do fundo, que podem constar do anexo do relatório de gestão, fazendo-se referência a elas no texto deste item

Dada a similaridade dos dados e informações, alusivas aos itens “c” e “e”, apresentamos em sequência as Demonstrações contábeis e notas explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.

QUADRO 8.5.1 L – DECLARAÇÃO COM RESSALVA SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

DECLARAÇÃO DO CONTADOR											
DECLARAÇÃO COM RESSALVA											
Denominação completa:			Código da UG:								
Fundo Geral de Turismo - Fungetur			187002								
De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e de Mutação do Patrimônio Líquido), regidos pela lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2015, dos órgãos subordinados relacionados abaixo, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, EXCETO no tocante a ressalva apresentada abaixo: Ressalvas: <table border="1"> <thead> <tr> <th>Restrição</th> <th>Equação</th> <th>Nome da equação</th> <th>Regularizada ao longo do exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>315</td> <td>-</td> <td>Falta de Conformidade de Registro de Gestão</td> <td>Não se aplica</td> </tr> </tbody> </table> Conforme Macrofunção 020314 - Conformidade de Registro de Gestão, a referida conformidade deverá ser registrada em até 3 dias úteis, a contar da data do registro da operação no SIAFI. Após este período não se aplica regularizar a restrição posteriormente.				Restrição	Equação	Nome da equação	Regularizada ao longo do exercício	315	-	Falta de Conformidade de Registro de Gestão	Não se aplica
Restrição	Equação	Nome da equação	Regularizada ao longo do exercício								
315	-	Falta de Conformidade de Registro de Gestão	Não se aplica								
Local	Brasília-DF	Data	25 de fevereiro de 2016								
Contador Responsável	Hugo Araújo Lucena	CRC nº	DF 023.095/O-4								



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 01/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ÓRGÃO SUPERIOR	54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	55.210.400,23	-	Despesas Orçamentárias	44.081.358,00	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	-	-
Vinculadas	55.210.400,23	-	Vinculadas	44.081.358,00	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Excoeto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Excoeto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	957.187,00	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	55.210.400,23	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	43.124.171,00	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	7.242.185,28	-	Transferências Financeiras Concedidas	7.242.185,28	-
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	-	-	Repasse Concedido	-	-
Sub-repasse Recebido	-	-	Sub-repasse Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-	Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	7.242.185,28	-	Independentes da Execução Orçamentária	7.242.185,28	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	-	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Recebidas	-	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	7.242.185,28	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	7.242.185,28	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	44.081.358,00	-	Despesas Extraorçamentárias	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	44.081.358,00	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-78.402,72	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	78.402,72	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
CANCELAMENTO DE OBRIGAÇÕES DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	CANCELAMENTO DE DIREITOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO 01/02/2016 PÁGINA 2

SUBTÍTULO 187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR

ÓRGÃO SUPERIOR 54001 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade		-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Varição Cambial		-	Varição Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	78.402,72	-			-
Saldo do Exercício Anterior	222.879.584,95	-	Saldo para o Exercício Seguinte	278.089.985,18	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	222.879.584,95	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	278.089.985,18	-
TOTAL	329.413.528,46	-	TOTAL	329.413.528,46	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR

ÓRGÃO SUPERIOR 54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

EMISSION
01/02/2016

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	38.018.928,00	38.018.928,00	47.968.214,95	9.949.286,95
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	23.086.320,00	23.086.320,00	31.257.708,70	8.171.388,70
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	23.086.320,00	23.086.320,00	31.257.708,70	8.171.388,70
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	14.932.608,00	14.932.608,00	16.710.506,25	1.777.898,25
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	6.062.430,00	6.062.430,00	7.242.185,28	1.179.755,28



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

EMISSION
01/02/2016

PAGINA
2

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ORGAO SUPERIOR	54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	957.187,00	957.187,00	-	-957.187,00
Alienação de Bens Móveis	957.187,00	957.187,00	-	-957.187,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	5.105.243,00	5.105.243,00	7.242.185,28	2.136.942,28
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	44.081.358,00	44.081.358,00	55.210.400,23	11.129.042,23
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	44.081.358,00	44.081.358,00	55.210.400,23	11.129.042,23
TOTAL	44.081.358,00	44.081.358,00	55.210.400,23	11.129.042,23
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

EMISSION 01/02/2016 PAGINA 3

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ORGAO SUPERIOR	54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	44.081.358,00	44.081.358,00	44.081.358,00	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	44.081.358,00	44.081.358,00	44.081.358,00	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	44.081.358,00	44.081.358,00	44.081.358,00	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	44.081.358,00	44.081.358,00	44.081.358,00	-	-	-
SUPERÁVIT	-	-	11.129.042,23	-	-	-11.129.042,23
TOTAL	44.081.358,00	44.081.358,00	55.210.400,23	-	-	-11.129.042,23

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	35.915.302,00	-	-	-	35.915.302,00
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	35.915.302,00	-	-	-	35.915.302,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	35.915.302,00	-	-	-	35.915.302,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
01/02/2016

PÁGINA
4

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ÓRGÃO SUPERIOR	54001 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSION 01/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ORGAO SUPERIOR	54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	279.333.223,03	-	PASSIVO CIRCULANTE	640.211,99	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	278.089.985,18	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Cientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	640.211,99	-
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.243.237,85	-			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	194.833.497,81	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	141.325.798,49	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	141.325.798,49	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Cientes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	141.325.798,49	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	640.211,99	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-			
Estoques	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
Investimentos	53.507.699,32	-			
Participações Permanentes	53.507.699,32	-			
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	25.378.173,02	-			
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	28.129.526,30	-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 01/02/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ÓRGÃO SUPERIOR	54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	-	-			
Bens Móveis	-	-			
Bens Móveis	-	-			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	474.166.720,84		TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	474.166.720,84	-

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	278.089.985,18		PASSIVO FINANCEIRO	80.636.871,99	-
ATIVO PERMANENTE	196.076.735,66		PASSIVO PERMANENTE	-	-
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL	393.529.848,85	-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-		SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
01/02/2016

PÁGINA
3

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ÓRGÃO SUPERIOR	54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	197.453.113,19
Alienação de Bens e Direitos	-957.187,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	198.488.702,91
Demais Recursos	-78.402,72
TOTAL	197.453.113,19



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

EMIÇÃO
01/02/2016

PÁGINA
1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ORGAO SUPERIOR	54001 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	47.968.214,95	-
INGRESSOS	55.210.400,23	-
Receitas Derivadas e Originárias	47.968.214,95	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	66.834,52	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	16.710.506,25	-
Remuneração das Disponibilidades	31.190.874,18	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e do Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	7.242.185,28	-
Ingressos Extraorçamentários	-78.402,72	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	7.242.185,28	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Varição Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	78.402,72	-
DESEMBOLSOS	-7.242.185,28	-
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ORGAO SUPERIOR	54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 01/02/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-7.242.185,28	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-7.242.185,28	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	7.242.185,28	-
INGRESSOS	7.242.185,28	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	7.242.185,28	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
01/02/2016

PÁGINA
3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ÓRGÃO SUPERIOR	54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	55.210.400,23	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	222.879.584,95	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	278.089.985,18	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 19/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ÓRGÃO SUPERIOR	54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	55.210.400,23	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	47.901.380,43	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	16.710.506,25	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	31.190.874,18	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	7.242.185,28	-
Transferências Intragovernamentais	7.242.185,28	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	66.834,52	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	66.834,52	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR

ÓRGÃO SUPERIOR 54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

EMIÇÃO
19/02/2016

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	7.803.994,55	-
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	7.242.185,28	-
Transferências Intragovernamentais	7.242.185,28	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	561.809,27	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	561.809,27	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

EMIÇÃO
19/02/2016

PÁGINA
3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ÓRGÃO SUPERIOR	54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	-	-
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	47.406.405,68	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014

8.5.1.1 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Fungetur em 31 de Dezembro de 2015

a) Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da Lei nº 6.404/1976, atualizados pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.949/2009, e da Lei nº 4.320/1964, que define as normas de direito financeiro e orçamentário da União.

b) Balanço Orçamentário

O orçamento aprovado para o exercício de 2015 foi de R\$ 44.081.358,00 (Quarenta e quatro milhões, oitenta e um mil, trezentos e cinquenta e oito reais), o que gerou um acréscimo de 22% em relação ao exercício anterior.

A arrecadação da receita corrente foi de R\$ 47.968.214,95 (Quarenta e sete milhões, novecentos e sessenta e oito mil, duzentos e quatorze reais e noventa e cinco centavos).

A arrecadação da receita de capital foi de R\$ 7.242.185,28 (Sete milhões, duzentos e quarenta e dois mil, cento e oitenta e cinco reais e vinte e oito centavos).

c) Balanço Financeiro

Receitas Patrimoniais montam R\$ 31.257.708,70 (Trinta e um milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, setecentos e oito reais e setenta centavos), referem-se:

- Rendimentos sobre aplicações da Conta Única do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 31.190.874,18 (Trinta e um milhões, cento e noventa mil, oitocentos e setenta e quatro reais e dezoito centavos), e
- Dividendos recebidos no valor de R\$ 66.834,52 (Sessenta e seis mil, oitocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

Receitas de Serviços no total de R\$ 16.710.506,25 (Dezesseis milhões, setecentos e dez mil, quinhentos e seis reais e vinte e cinco centavos) referem-se à remuneração dos juros cobrados dos Mutuários em relação aos financiamentos concedidos pelos Agentes Financeiros, com recursos pertencentes ao FUNGETUR.

Amortização de Empréstimos/Financiamentos no total de R\$ 7.242.185,28 (Sete milhões, duzentos e quarenta e dois mil, cento e oitenta e cinco reais e vinte e oito centavos) refere-se aos recursos financeiros recolhidos pelos Agentes Financeiros, relativos à amortização de dívida proveniente de operações de créditos com recursos do FUNGETUR.

Disponibilidade para o exercício seguinte monta em R\$ 278.089.985,18 (Duzentos e setenta e oito milhões, oitenta e nove mil, novecentos e oitenta e cinco reais e dezoito centavos).

d) Balanço Patrimonial

Empréstimos e Financiamentos, o saldo de R\$ 148.567.983,77 (Cento e quarenta e oito milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, novecentos e oitenta e três reais e setenta e sete centavos), esses recursos são disponibilizados à Caixa Econômica Federal para financiamentos de empreendimentos, obras e serviços considerados de interesse para o desenvolvimento do

turismo nacional, de acordo com o parágrafo único do art. 19 do Decreto-lei n. 55, de 18 de novembro de 1966.

Contas Patrimoniais:

A Conta 1.1.2.2.9.08.00 – Diversos Responsáveis, constitui direito do Fungetur em relação aos processos de Tomadas de Contas Especiais, oriundos dos convênios não aprovados. Atualmente, a conta apresenta a monta de R\$ 944.602,77 (Novecentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e dois reais e setenta e sete centavos).

A Conta 1.2.2.1.1.01.01 – Participações em empresas (MEP), representa os investimentos em que o Fungetur tem influência significativa, a conta apresenta o montante de R\$ 25.378.173,02 (Vinte e cinco milhões, trezentos e setenta e oito mil, cento e setenta e três reais e dois centavos).

A Conta 1.2.2.1.1.02.01 – Participações em empresas (CUSTOS), representa as demais participações do Fungetur, em que o investimento não tem influência significativa, a conta apresenta a monta de R\$ 28.129.526,30 (Vinte e oito milhões, cento e vinte e nove mil, quinhentos e vinte e seis reais e trinta centavos).

A conta Adiantamento para aumento de Capital no valor de R\$ 54.046,67 (cinquenta e quatro mil, quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos) foi baixada, segundo documentação acostada aos autos do Processo nº 72031.002251/2013-03.

e) Demonstração das Variações Patrimoniais

Este demonstrativo pode ser comparado à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) exigida pela Lei nº 6.404/1976, considerando que nessa demonstração calcula-se a apuração do resultado.

O resultado patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 demonstra um resultado superavitário em R\$ 47.406.405,68 (Quarenta e sete milhões, quatrocentos e seis mil, quatrocentos e cinco reais e sessenta e oito centavos).

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDA DOS ÓRGÃO DE CONTROLE

9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

A Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério do Turismo é o setor responsável pelo tratamento e gerenciamento do atendimento às deliberações advindas do Tribunal de Contas da União relativas a esta Pasta. Após o recebimento da comunicação oficial sobre a deliberação, esta é encaminhada ao setor do Ministério responsável pela sua implementação e/ou atendimento. Na etapa final do trâmite, cabe à AECI intermediar a entrega da documentação ao Órgão de Controle com posicionamento do setor, realizando antes a verificação da completude dos itens solicitados.

O Ministério possui um sistema informatizado próprio de controle e monitoramento das demandas oriundas dos diversos órgãos de controle (SCDE), além de estar em fase de implantação um sistema próprio para monitoramento específico das deliberações e recomendações oriundas do TCU.

Ainda sobre o controle e o monitoramento das aludidas deliberações e recomendações, existe no âmbito da Assessoria Especial de Controle Interno, rotinas de acompanhamento diário das publicações do TCU sobre o MTur no Diário Oficial da União (DOU). Essa estratégia visa a garantir maior eficácia ao monitoramento das deliberações relativas ao MTur nas sessões de julgamento do TCU, além de propiciar a esta Pasta o conhecimento prévio das matérias que serão objeto de julgamento nas sessões vindouras publicadas na pauta do TCU no D.O.U.

No exercício de 2015, o Ministério do Turismo identificou 14 recomendações e determinações, relacionadas a diversos acórdãos, encaminhadas pelo TCU a este Ministério. Sendo que desse total, 9 foram atendidas, 2 foram parcialmente atendidas e 3 não são aplicáveis no exercício, conforme os quadros apresentados a seguir, com as devidas justificativas das áreas técnicas destinatárias das deliberações do Órgão de Controle Externo. Ressalta-se, que não foram contabilizados nesses registros aqueles acórdãos que não constavam recomendações e/ou determinações específicas ao Ministério, como aqueles acórdãos para conhecimento.

Em relação às deliberações do TCU pendentes de atendimento no final do exercício de 2014, citados nos Relatórios de Gestão 2014 das Unidades do Ministério do Turismo, do total de 10 determinações e recomendações emanadas, constatou-se que 2 foram atendidas e 8 estão na situação de parcialmente atendidas, de acordo com as justificativas apresentadas pelos setores competentes.

Apresentam-se, a seguir, quadros pontuais que evidenciam a situação atual de pendência das recomendações e das determinações proferidas pelo TCU ao MTur, proferidas no exercício de 2015, bem como aquelas que estão pendentes no final do exercício de 2014, que foram apontadas no Relatório de Gestão das Unidades deste Ministério.

Deliberações do TCU, direcionadas ao MTur, na situação “Parcialmente Atendidas” no Exercício

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Itens	Comunicação Expedida	Data de Ciência
025.926/2010-1 (SIGILOSO)	Acórdão nº 1820/2011-TCU-Plenário	9.3	Aviso nº 1024-Seses-TCU-Plenário	27/07/2011
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Fundo Geral de Turismo (Fungetur)/ SNPDTur				
Descrição da determinação/recomendação				
9.3. [...]				
Situação atualizada da determinação/recomendação				
() Atendida				
(X) Parcialmente atendida				
() Não atendida				
Justificativas e medidas adotadas no caso do cumprimento parcial ou do não cumprimento da determinação/recomendação do TCU.				
Como o Tribunal de Contas da União classificou o Processo TC nº 025.926/2010 como sigiloso, não serão publicados neste Relatório as justificativas e as medidas que foram adotadas, até o momento, pela Coordenação-Geral do Fungetur, com vistas a não contrariar a decisão de classificação proferida.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data de Ciência
003.065/2015-4	Acórdão nº 2218/2013-TCU-Plenário	9.3	Ofício nº 0128/2015-TCU/SECEX-PR	03/03/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenação-Geral de Pessoas (COGEP)/ SE				
Descrição da determinação/recomendação				
9.3. determinar ao Ministério do Turismo, com base no art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992, que, caso não atendidas as notificações dispostas nos itens 9.1. e 9.2. deste acórdão, providencie o desconto, integral ou parcelado, da remuneração dos Srs. F. S. C., L. L. C. e E. C. A., observado o limite previsto no art. 46,§ 1º, da Lei 8.112/1990.				
Situação atualizada da determinação/recomendação				
() Atendida				
(X) Parcialmente atendida				
() Não atendida				
Justificativas e medidas adotadas no caso do cumprimento parcial ou do não cumprimento da determinação/recomendação do TCU.				
Não foi possível realizar desconto na remuneração do Sr. F. S. C., tendo em vista que o mesmo foi exonerado a pedido do cargo de Secretário-Executivo deste Ministério, conforme Decreto de 18/08/2011, publicado no Diário Oficial da União da mesma data.				
Informamos que o servidor E. C. A. apresentou comprovante anexo de quitação total do valor da multa e a servidora L. L. C. teve o recurso acolhido pelo TCU a fim de lhe afastar a multa anteriormente aplicada, de acordo com o teor do Acórdão TCU nº 2806-14-P.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU							
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data de Ciência			
033.370/2013-3	Acórdão nº 4580/2014 - TCU – 2ª Câmara	1.7.1	Ofício nº 0905-2014-TCU-Secex-PR	18/09/2014			
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação							
Comissão de Tomada de Contas Especial (CTCE) e Coordenação-Geral de Convênios (CGCV)/SE							
Descrição da determinação/recomendação							
1.7.1. determinar que o Ministério do Turismo envie a este Tribunal, em 180(cento e oitenta) dias, as tomadas de contas especiais dos seguintes convênios:							
1 Entidade beneficiada	2 Nº Conv Siconv	3 Objeto	4 Valor do Repasse	5 Datas de Realização do Evento	6 - Data da OB de Repasse	7 - Fase da Análise no MTur	8.Proposta de encaminhamento
Associação hotéis ABIH	755150/2010	Ajuda Proj Qualific oferta turism no PR	696.000,00	01/01 a 31/12/2011	09/06/2011	Inadimplente	Aguardar TCE MTur
Mun Wenceslau Braz	708619/2009	I Feira Cult Integr entre Povos	100.000,00	26/11 a 29/11/2009	04/02/2010	Inadimplente	Aguardar TCE MTur
Instituto Origem	734064/2010	Fest Gastronômico Arapongas	100.000,00	02/06 a 06/06/2010	17/06/2010	Inadimplente	Aguardar TCE MTur
Situação atualizada da determinação/recomendação							
☐ Atendida ☒ Parcialmente atendida ☐ Não atendida							
Justificativas e medidas adotadas no caso do cumprimento parcial ou do não cumprimento da determinação/recomendação do TCU.							
CTCE 1. Quanto ao convênio nº 755150/2010, houve instauração de sua TCE em 07/02/2012. No entanto, os autos de prestação de contas foram solicitados por outros setores deste Ministério para análise de documentação complementar apresentada pelo conveniente, não retornando a esta CTCE até o momento. Determinação não atendida por ausência de esgotamento das medidas administrativas. 2. Quanto ao convênio nº 708619/2009, não houve instauração de TCE, tendo em vista a solicitação pelo conveniente de quitação por parcelamento de débito, começando em dezembro de 2014 e com previsão para o seu término em novembro de 2016. Determinação não atendida por ausência de esgotamento das medidas administrativas com a finalidade de ressarcir o Erário. 3. Quanto ao convênio nº 734064/2010, o Tribunal de Contas da União - TCU encaminhou a este Ministério o Ofício nº 867/2015-TCU/SECEX-PR, de 4/8/2015, com as informações necessárias para o registro de inclusão de nomes de responsáveis condenados pelo próprio TCU no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), sendo esta determinação atendida. O acórdão condenatório foi o de nº 7127/2014 – Primeira Câmara. Determinação não atendida tendo em vista que o processo por representação TC nº 037.591/2011-8 já teve seu objeto julgado e foi encerrado.							
CGCV Demanda atendida através dos Memorandos nºs 151 e 415/ADOC/SPOA/SE-MTur. - Memorando 151/2015							
OF.905/2014/TCU/PR – Acórdão nº 4580/2014-2ª Câmara – Item 1.7.1 – Enviar a TCE ao TCU em 180 dias							
Nº Interno	Nº Siconv	Conveniente	Situação no PGTur				
CV 1568/2010	755150	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HOTÉIS DO PARANÁ	TCE instaurada				
CV 1238/2009	708619	PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU BRAZ/PR	Parcelamento				
CV 0349/2010	734064	ORIGEM-INSTITUTO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO E CULTURA	Inscrito no CADIN				
- Memorando 415/2015 - Informamos que os seguintes convênios 734064, 701075, 702778, 703171, 703214, 703266, 703573 e 706595, foram reprovados.							

Caracterização da determinação/recomendação do TCU							
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data de Ciência			
033.370/2013-3	Acórdão nº 4580/2014-TCU-2ª Câmara	1.7.2	Ofício nº 0905/2014/TCU/SECEX-PR	18/09/2014			
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação							
Comissão de Tomada de Contas Especial (CTCE) e Coordenação-Geral de Convênios (CGCV)/SE							
Descrição da determinação/recomendação							
1.7.2. determinar ao Ministério do Turismo que instaure e envie, para julgamento desta Corte, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, tomada de contas especial relativas aos seguintes convênios:							
1 Entidade beneficiada	2 N Conv Siconv	3 Objeto	4 Valor do Repasse	5 Datas de Realização do Evento	6 - Data da OB de Repasse	7 - Fase da Análise no MTur	8. Proposta de encaminhamento
Município Borrazópolis	701075/2008	Festa das Nações	100.000,00	11/12 a 14/12/2008	10/03/2009	Concluído	Determin inst. TCE
Município de Pitanga	702778/2008	Festival de Música	200.000,00	23/01 a 28/01/2009	28/02/2009	Concluído	Determin inst. TCE
Soc Rural Umuarama	703171/2009	35ª Exposição Umuarama	96.000,00	12/03 a 22/03/2009	08/07/2009	Concluído	Determin inst. TCE
Município de Guaira	703214/2009	33ª Festas das Nações	90.000,00	01/05 a 04/05/2009	05/06/2009	Concluído	Determin inst. TCE
Instituto Maringá	703266/2009	Concurso Miss Itália Brasil 2009	90.000,00	02/05/2009	01/06/2009	Concluído	Determin inst. TCE
Instituto Polo Inter Ig	703573/2009	Festival de Turismo Cataratas do Iguaçu	80.000,00	17/06 a 19/06/2009	23/07/2009	Concluído	Determin inst. TCE
Município de Marialva	716153/2009	17ª Festa da Uva Fina de Marialva	90.000,00	02/12 a 06/12/2009	08/01/2010	Concluído	Determin inst. TCE
Município de Rolândia	706595/2009	22ª ktoberfest de Rolândia	100.000,00	09/10 a 18/10/2009	25/11/2009	Aguardando PC	Determin inst. TCE
Situação atualizada da determinação/recomendação							
() Atendida							
(X) Parcialmente atendida							
() Não atendida							
Justificativas e medidas adotadas no caso do cumprimento parcial ou do não cumprimento da determinação/recomendação do TCU.							
CTCE - Quanto ao convênio nº 701075/2008, o seu processo de TCE foi encaminhado ao TCU em 16/02/2016, por meio do Ofício nº 176/2016/AECI/MTur. Determinação atendida. - Quanto ao convênio nº 702778/2008, o seu processo de TCE foi instaurado em 14/10/2010. No entanto, por encaminhamento de documentação complementar, ainda se encontra em análise de prestação de contas. Determinação não atendida pela ausência de esgotamento das medidas administrativas. - Quanto ao convênio nº 703171/2009, não houve instauração de TCE. O seu processo de prestação de contas ainda se encontra em análise. Determinação não atendida pela ausência de esgotamento das medidas administrativas. - Quanto ao convênio nº 703214/2009, o seu processo de TCE foi encaminhado ao TCU em 16/02/2016, por meio do Ofício nº 170/2016/AECI/MTur. Determinação atendida. - Quanto ao convênio nº 703266/2009, o seu processo de TCE foi encaminhado ao TCU em 16/02/2016, por meio do Ofício nº 181/2016/AECI/MTur. Determinação atendida. - Quanto ao convênio nº 703573/2009, o seu processo de TCE foi encaminhado à CGU para Certificado de Auditoria em 16/12/2015, por meio do Ofício nº 379/2015/CTCE/SPOA/SE/MTur, de 11/12/2015. Determinação não atendida pela ausência de esgotamento das medidas administrativas de controle interno. - Quanto ao convênio nº 716153/2009, não houve instauração de TCE devido à aprovação da prestação de contas. Houve devolução de recursos ao Erário. Determinação não atendida por ausência de dano ao Erário. - Quanto ao convênio nº 706595, o seu processo de TCE foi encaminhado à CGU para Certificado de Auditoria em 26/02/2015, por meio do Ofício nº 18/2016/CTCE/SPOA/SE/MTur, de 25/02/2016. Determinação parcialmente atendida pela ausência de esgotamento das medidas administrativas de controle interno.							

CGCV

Demanda atendida através dos Memorandos nºs 151 e 415/ADOC/SPOA/SE-MTur.

- Memorando 151/2015

OF.905/2014/TCU/PR – Acórdão nº 4580/2014-2ª Câmara – Item 1.7.2 – Instaurar e enviar a TCE ao TCU em 180 dias			
Nº Interno	Nº Siconv	Conveniente	Situação no PGTur
CV 1373/2008	701075	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAZÓPOLIS/PR	TCE enviada ao TCU
CV 1660/2008	702778	PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA/PR	Reprovado
CV 0093/2009	703171	SOCIEDADE RURAL DE UMUARAMA/PR	Reprovado
CV 0141/2009	703214	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA/PR	TCE enviada ao TCU em 17/02/2016
CV 0179/2009	703266	INSTITUTO MARINGÁ DE TURISMO E EVENTOS	TCE enviada ao TCU em 17/02/2016
CV 0358/2009	703573	INSTITUTO POLO INTERNACIONAL IGUASSU - POLOIGUASSU	TCE Aguardando retorno da CGU
CV 1368/2009	716153	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA/PR	Aprovada com ressalvas em razão da devolução de recursos
CV 1164/2009	706595	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA/PR	Reprovado

- O restante dos convênios encontram-se concluídos no SIAFI.

- Memorando 415/2015

- Informamos que os seguintes convênios 734064, 701075, 702778, 703171, 703214, 703266, 703573 e 706595, foram reprovados.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Itens	Comunicação Expedida	Data de Ciência
041.711/2012-2	Acórdão nº 199/2014-TCU-2ª Câmara	1.4.1 e 1.4.2	Ofício nº 0146/2014-TCU/SecexDesen	25/02/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Fundo Geral de Turismo (Fungetur)/SNPDtur				
Descrição da determinação/recomendação				
1.4.1. recomendar ao Ministério do Turismo – MTur que: a) indique os nomes dos gestores responsáveis pelos cargos constantes de sua estrutura organizacional e encaminhar para nomeação pela autoridade competente, a fim de evitar a ocorrência de períodos de gestão sem responsáveis nos respectivos cargos, como ocorreu no exercício de 2011; b) promova estudos para a adoção de indicadores de desempenho específicos que demonstrem, de forma clara, os impactos das ações do Fungetur nos resultados obtidos na condução dos objetivos sobre sua responsabilidade, para avaliação da eficiência, eficácia e efetividade de sua atuação, de forma a fortalecer sua governança e a prestação de contas de suas ações à sociedade. 1.4.2. dê ciência ao Fundo Geral de Turismo (Fungetur/MTur) de que: a) não foram apresentadas junto ao Relatório de Gestão as Demonstrações contábeis previstas na Lei 4.320/1964, incluindo as notas explicativas, contrariando a parte B, item 2, do Anexo II da DN-TCU 108, de 24/11/2010, e o item 18 da Portaria-TCU 123, de 12/5/2011, que dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto ao preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2011.				
Situação atualizada da determinação/recomendação				
() Atendida				
(X) Parcialmente atendida				

() Não atendida
Justificativas e medidas adotadas no caso do cumprimento parcial ou do não cumprimento da determinação/recomendação do TCU.
Recomendação Acórdão nº 199/2014 – 2ª Câmara “1.4.1. recomendar ao Ministério do Turismo - MTur que: a) indique os nomes dos gestores responsáveis pelos cargos constantes de sua estrutura organizacional e encaminhar para nomeação pela autoridade competente, a fim de evitar a ocorrência de períodos de gestão sem responsáveis nos respectivos cargos, como ocorreu no exercício de 2011;” A natureza jurídica do Fundo Geral de Turismo consiste em fundo especial¹, regido pelas normas gerais de direito financeiro, sem personalidade jurídica, criado por lei (Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971), vinculado ao Ministério do Turismo (Lei nº 10.683/2003), com orçamento específico, dispondo de patrimônio próprio e de autonomia orçamentária e financeira, cuja finalidade é fomentar e prover recursos para o financiamento de empreendimentos – obras e serviços –, além de o apoio ou a participação financeira em planos, projetos e ações considerados de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional (Lei Geral do Turismo). Os autos do Processo TC 041.711/2013-2 cuidam das contas anuais deste fundo público relativas ao exercício de 2011. No exame técnico efetuado nesse processo, ganhou ênfase na análise das contas, dentre outros aspectos considerados relevantes, a constituição do Rol dos Responsáveis e a vacância de gestores responsáveis pela gestão desta Unidade Jurisdicionada – UJ. Segundo análise do TCU, com relação aos cargos e respectivos períodos de gestão previstos no Rol de Responsáveis, constatou-se <i>“haver períodos vazios, em que não foram nomeados gestores para os respectivos cargos, durante o exercício de 2011.”</i> (g.n.) E, nesse sentido, o TCU recomenda ao Ministério do Turismo que <i>“não deixe de indicar os nomes dos gestores responsáveis pelos cargos constantes de sua estrutura organizacional e encaminhar para nomeação pela autoridade competente, a fim de evitar a ocorrência de períodos de gestão sem responsáveis nos respectivos cargos, como ocorreu no exercício de 2011.”</i> (g.n.) Convém esclarecer que o Fundo Geral do Turismo carece de uma estrutura organizacional bem delineada com identificação de cargos, funções e responsabilidades definidas. E, portanto, inexistente o Quadro Demonstrativo de Cargos e de Funções do Fundo Geral de Turismo propriamente dito. Logo, não há cargos vagos, sem serem ocupados, durante o exercício de 2011, constantes de uma eventual estrutura organizacional desta Unidade Jurisdicionada, como afirma aquela E. Corte de Contas. Todavia, a gestão dos recursos, por força da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, é responsabilidade do Ministério do Turismo - MTur. É competência desta Pasta Ministerial, na figura do senhor Ministro do Turismo, a prática dos atos de gestão – orçamentária, financeira e patrimonial – inerentes às atividades específicas do Fundo Geral de Turismo, incluindo a ordenação de despesas, decorrente da Lei 10.683/2003. O Ministro do Turismo é o gestor originário dos recursos provenientes das atividades do Fungetur. À autoridade máxima do Ministério do Turismo, é facultado exercício da prerrogativa do instituto da delegação administrativa de competência. No caso específico, o Ministro do Turismo, além das atribuições de natureza constitucionais, usou as disposições legais previstas, especialmente, nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200/67, para delegar ao Secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo – SNPDTur as competências que originariamente lhe competiam, no âmbito da Unidade Gestora 187002 – Fundo Geral de Turismo. Por seu turno, o SNPDTur designou o Coordenador-Geral do Fundo Geral de Turismo, da Coordenação-Geral do Fundo Geral de Turismo, e o Diretor do Departamento de Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo, do Departamento de Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo, para atuarem, respectivamente, como Ordenador de Despesas – Substituto e Gestor Financeiro, no âmbito da Unidade Gestora 187002 – Fundo Geral de Turismo. É válido ressaltar que, tanto o Departamento de Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo como a Coordenação-Geral do Fundo Geral de Turismo, são unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental do Ministério do Turismo. Concluindo, não há que se falar em cargos sem provimento constantes da estrutura organizacional do Fundo Geral de Turismo, pois, é legalmente inexistente a estrutura organizacional desse fundo especial; restam assim

¹ Definido pelo artigo 71 do Decreto nº 93.872/86 como “a modalidade de gestão de parcela de recursos do Tesouro Nacional, vinculado por lei à realização de determinados objetivos de política econômica, social ou administrativa do Governo”.

os encargos específicos do fundo, relacionados aos atos de sua gestão, os quais são atribuídos, por delegação administrativa de competência, a agentes públicos lotados em cargos da Estrutura Regimental do MTur.

É importante sublinhar que são situações distintas. Não há vacância de cargos pertencentes a estrutura do Fungetur, pelo simples fato deles não terem sido legalmente criados e inexistir essa estrutura. Há evidentemente vacância de cargos da estrutura do MTur.

Ademais, a ocorrência de períodos de gestão sem responsáveis não se configura, por se tratar de ato de delegação administrativa e uma vez esse ato revogado os encargos atribuídos aos agentes retornam à autoridade delegante; no caso particular, há uma faculdade do uso desse poder na figura do senhor Ministro do Turismo, gestor originário do Fundo Geral de Turismo legalmente constituído.

O quadro demonstrativo em sequência mostra essa situação descrita.

ESTRUTURA REGIMENTAL MTUR - DEC 6546/2008			RESPONSÁVEIS POR ATOS DE GESTÃO D FUNGETUR - DEC-LEI 1191/71
UNIDADE ADMINISTRATIVA	CARGO	DAS	FUNÇÃO
SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	SECRETÁRIO	101.6	GESTOR E ORDENADOR DE DESPESAS
DEPARTAMENTO DE FINANCIAMENTO E PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS NO TURISMO	DIRETOR	101.5	GESTOR FINANCEIRO
COORDENAÇÃO-GERAL DO FUNDO GERAL DE TURISMO	COORDENADOR-GERAL	101.4	ORDENADOR DE DESPESAS - SUBSTITUTO
	ASSISTENTE	102.1	CONFORMIDADE DE REGISTRO

Fonte: Fungetur

Com efeito, observa-se a partir do quadro acima que o Secretário exerce a função de gestor e ordenador de despesas; o Diretor, a função de gestor financeiro; o Coordenador-Geral, a função de ordenador de despesas – substituto; e, por último, o Assistente da Coordenação-Geral é responsável pela conformidade de registros contábeis, todas essas atribuições exercidas no âmbito da Unidade Gestora 187002 – Fundo Geral de Turismo.

Recomendação Acórdão nº 199/2014 – 2ª Câmara

“1.4.1. recomendar ao Ministério do Turismo - MTur que:

(...)

b) promova estudos para a adoção de indicadores de desempenho específicos que demonstrem, de forma clara, os impactos das ações do Fungetur nos resultados obtidos na condução dos objetivos sobre sua responsabilidade, para avaliação da eficiência, eficácia e efetividade de sua atuação, de forma a fortalecer sua governança e a prestação de contas de suas ações à sociedade;”

A Coordenação-Geral do Fundo Geral de Turismo, atendendo orientação do Departamento de Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo, reúne no documento intitulado “*Diretrizes para desenvolvimento de estudos técnicos destinados à estruturação de indicadores de desempenho institucionais*” conjunto de informações destinadas à estruturação de indicadores de desempenho específicos, que demonstrem os impactos das ações inerentes às atribuições e competências do Fundo Geral de Turismo – Fungetur, no âmbito dos Planos e dos Programas Estratégicos, instituídos pelo Ministério do Turismo, que, em síntese, redundam no desenvolvimento da Política Nacional do Turismo.

Tais estudos encontram justificação na indispensável construção de um modelo de gestão das ações do fundo, que, minimamente, garanta governança sobre os recursos associados, e que esse modelo, objetivamente, estabeleça processos de controle e avaliação das ações, mediante seleção de indicadores – quantitativos ou qualitativos – que permitam expressar, nos níveis de eficiência, eficácia e efetividade, os impactos relevantes provenientes dessas ações, na ótica da implantação e desenvolvimento de políticas públicas previstas no Plano Nacional de Turismo.

O mencionado documento será submetido ao Departamento de Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo, responsável pela elaboração de estudos com vistas à uniformização de normas e procedimentos operacionais do Fundo Geral de Turismo, a fim de que esse Departamento se manifeste com relação à existência dos recursos, destinados à implantação do modelo de gestão a ser proposto, avaliando a necessidade de contratação ou não de equipe externa, tanto para atender em caráter consultivo quanto para execução dos trabalhos propriamente dito.

Após a referida apreciação, haverá os procedimentos de homologação pela Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo.

Recomendação Acórdão nº 199/2014 – 2ª Câmara

“1.4.2. dê ciência ao Fundo Geral de Turismo (Fungetur/MTur) de que:

a) não foram apresentadas junto ao Relatório de Gestão as Demonstrações contábeis previstas na Lei 4.320/1964, incluindo as notas explicativas, contrariando a parte B, item 2, do Anexo II da DN-TCU 108, de 24/11/2010, e o item 18 da Portaria-TCU 123, de 12/5/2011, que dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto ao preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2011.”

Sobre essa recomendação, a Coordenação-Geral do Fundo Geral de Turismo encarregou-se nos termos do Ofício nº 02/2014 – Fungetur, de 18 de fevereiro de 2014, de apresentar as Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, acompanhadas das Notas Explicativas correspondentes, que complementam o Relatório de Gestão deste fundo federal, conforme destaca o item 1.4.2. do Acórdão nº 199/2014-TCU, o que confere ao processo de prestação de contas maior grau de transparência às informações ali contidas.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data de Ciência
014.605/2014-7	Acórdão nº 3558/2014 - TCU - Plenário	9.1	Ofício nº 0925-2014-TCU-SecexDesen	19/12/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Diretoria de Programa/SE e Departamento de Infraestrutura Turística (DIETU)/SNPDTur				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1 recomendar ao Ministério do Turismo (MTur), com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias:				
9.1.1 além dos indicadores de desempenho ligados à dimensão da efetividade presentes no Programa Turismo do Plano Plurianual (PPA 2012-2015), construa novos indicadores, para o referido programa, relacionados às dimensões de eficiência, de eficácia e de economicidade, a fim de cumprir a missão precípua do PPA de orientar o Estado e a sociedade no sentido de viabilizar os objetivos fundamentais da República, bem como obter informações gerenciais que apoiem e sustentem adequadamente a tomada de decisão por parte dos gestores do programa, em consonância com os princípios da transparência e da publicidade; e				
9.1.2 promova estudos no sentido de viabilizar medidas para resolver os problemas detectados na aprovação e na execução dos projetos de apoio a obras de infraestrutura turística, em especial os relativos à ausência ou à demora na apresentação de projeto engenharia; à pendência técnica nos projetos apresentados; à ausência ou à demora na comprovação da titularidade de área e na apresentação de licença ambiental, de modo a evitar desperdício de recursos públicos e alcançar as metas propostas pela pasta, e sobretudo entregar as obras de forma eficiente e efetiva à sociedade.				
Situação atualizada da determinação/recomendação				
() Atendida				
(X) Parcialmente atendida				
() Não atendida				
Justificativas e medidas adotadas no caso do cumprimento parcial ou do não cumprimento da determinação/recomendação do TCU.				
Em relação ao item 9.1.1, a demanda foi atendida com a construção dos novos indicadores de desempenho do PPA 2016-2019. Os critérios utilizados para a seleção dos indicadores foram máxima clareza e objetividade.				
Em relação ao item 9.1.2, onde o tribunal recomenda a promoção de estudos para viabilizar medidas para resolver os problemas relacionados ao cumprimento da cláusula suspensiva por parte do tomadores, que constitui a apresentação de documentação referente à titularidade de área de intervenção, licença ambiental e projetos, a portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, trouxe em seu texto, regulamentação referente às atribuições e responsabilidades de cada ente no processo de transferência voluntária.				
Assim, verifica-se disposto na legislação citada, em seu artigo 6º, inciso III, que a atribuição de promover a elaboração dos projetos técnicos, reunir documentação de titularidade de área, licenças e aprovação de projetos, bem como, o licenciamento ambiental é integralmente do conveniente, cabendo ao MTur o acompanhamento e gestão da execução do objeto do convênio/contrato de repasse.				
Ressaltamos que, há ainda a participação de outros entes envolvidos nesse processo de concessão de licenças e aprovação de projetos, que acaba por atrasar o início da execução do empreendimento, como é o caso do				

licenciamento ambiental, que é concedido pelos órgãos ambientais, e que demanda toda uma análise dos projetos envolvidos, além de outras regras restritivas a depender do local onde será executado o empreendimento.

O processo de cumprimento da cláusula suspensiva envolve ainda a participação e aprovação dos projetos pelo corpo de bombeiros, defesa civil etc, a depender do tipo do empreendimento. Há também a comprovação de titularidade da área de intervenção, que muitas vezes é fruto de desapropriação ou que encontra-se em fase de regularização junto ao cartório de imóveis local, o que acaba por consumir excessiva quantidade de tempo para resolução.

O MTur, através da Caixa Econômica Federal, que atua como mandatária da União na operacionalização dos contratos de repasse, forte modalidade na transferência voluntária de recursos da União, faz o acompanhamento do contrato de repasse desde sua celebração, auxiliando em todo o processo de execução do objeto do contrato. Ocorre que, constata-se que as condicionantes impostas pela cláusula suspensiva estão além da vontade e possibilidade de gestão do ministério gestor, uma vez que, como já citado anteriormente, existem agentes externos envolvidos no processo, muitas vezes inviabilizando qualquer tipo de gestão, uma vez que são entes que possuem autonomia própria, seguem normas e prazos específicos, acabando por gerar entraves alheios à vontade do conveniente e do gestor.

Outro ponto importante que deve ser levado em consideração nesse processo é o prazo estabelecido pela Portaria nº 507/2011 para o cumprimento da cláusula suspensiva. De acordo com o artigo 37, §§ 2º e 3º, esse prazo não poderá ultrapassar 18 (dezoito) meses, tornando-se sem efeito o termo de contrato caso não haja a entrega da documentação pertinente, inviabilizando a continuidade da execução, muitas vezes, por conta da necessidade de intervenção dos agentes externos ao processo, já mencionados acima.

Assim, verificamos que, até o presente momento, mostrou-se inviável qualquer tipo de intervenção do ministério gestor no auxílio aos tomadores no cumprimento das condicionantes impostas pela cláusula suspensiva.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data de Ciência
027.917/2011-8	Acórdão nº 4428/2014 - TCU – 2ª Câmara	1.7.1	Ofício nº 0610-2014-TCU-SecexDesen	09/09/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Corregedoria e Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL)/SE				
Descrição da determinação/recomendação				
1.7.1. à Secretaria Executiva do Ministério do Turismo que:				
1.7.1.1. conclua, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a apuração de responsabilidades pelas falhas registradas nas constatações 3.1.1.1, 3.1.2.1 e 3.1.2.2 do Relatório de Auditoria de Gestão (Peça nº 6), adotando as providências cabíveis para ressarcimento ao erário quanto aos prejuízos apurados e encaminhando a documentação comprobatória ao TCU;				
1.7.1.2. abstenha-se de incorrer na seguinte impropriedade constatada no Contrato nº 6/2010: ausência de pesquisas de preços para justificar o preço praticado na dispensa de licitação respectiva, não se tornando possível comprovar a compatibilidade dos preços praticados com os de mercado, contrariando o inciso XIII, parágrafo único, do art. 26 da Lei nº 8.666/1993, bem como a Súmula TCU nº 250/2007.				
Situação atualizada da determinação/recomendação				
() Atendida				
(x) Parcialmente atendida				
() Não atendida				
Justificativas e medidas adotadas no caso do cumprimento parcial ou do não cumprimento da determinação/recomendação do TCU.				
CORREGEDORIA				
Conforme resposta encaminhada ao TCU em 04 de março de 2015 por meio do Ofício 13/2015/SE/MTur, após constatadas falhas processuais em processo conduzido por comissão de sindicância acusatória foi constituída nova comissão com a mesma finalidade por meio da Portaria – SE nº 11/2015 de 04 de março de 2015.				
Tal portaria veio a ser revogada pela Portaria - SE nº 14, de 11 de março de 2015, a qual constituiu nova comissão em virtude da necessidade de mudança em sua composição.				
Para a escolha dos membros designados pela Portaria nº 14, houve a preocupação em compor a comissão com um membro de larga experiência no serviço público, para atuar como presidente, um membro com formação jurídica e um membro com conhecimento profundo na área de Tecnologia da Informação, objeto principal das apurações.				

Tal comissão desenvolveu diversas ações, inclusive diligências junto a outros órgãos, entretanto, encontrou dificuldade para notificar um dos ex-servidores indiciados, o qual não se encontrava em território nacional por estar, segundo informações obtidas pela comissão, trabalhando em empresa fora do país.

Em 10 de agosto de 2015 foi nomeada nova comissão pela Portaria – SE nº 55/2015, mantendo um dos membros a fim de aproveitar muitas das informações já apuradas e manter uma linha de ação já iniciada. Para presidir a nova comissão foi designado advogado da União lotado no órgão com vasta experiência em matéria disciplinar e uma servidora concursada lotada na CGTI de forma a manter o elo técnico no desenvolvimento dos trabalhos. A designação desta nova comissão tornou-se necessária em função da acumulação de novas atribuições por parte da sua antiga presidente, que assumira interinamente a COGEP e o iminente desligamento do então Coordenador Geral de Tecnologia da Informação, a ser nomeado em outro órgão, cuja substituta também compunha aquela primeira comissão.

Em dezembro/2015, com o apoio da CGU e da Polícia Federal, a atual comissão conseguiu, finalmente, efetuar a notificação que estava pendente ao ter notícia da entrada no país por parte do ex-servidor.

Na presente data, o presidente da comissão encontra-se no gozo de férias e um dos membros, o qual possui conhecimento técnico em TI, se desligou do órgão em virtude aprovação em concurso público de outro órgão, motivo pelo qual deverá ser indicado novo servidor com perfil semelhante para substituí-lo em tal atribuição.

Em contato com o terceiro membro da comissão, obtivemos informações de que os trabalhos estão bem adiantados e a previsão para conclusão dos mesmos é de, aproximadamente, dois meses.

CGRL

Referente ao item 1.7.1.1 - Foi encaminhado ao TCU, por meio da Assessoria Especial de Controle Interno, Ofício nº 93/2016/AECI/MTur de 28.01.2016, que encaminha em anexo o Memorando nº 22/SE de 22 de janeiro de 2016, informando da nova Comissão de Sindicância instaurada por meio da Portaria - SE nº 55/2015,

Referente ao item 1.7.1.2 – O Ministério do Turismo já realiza pesquisa de preços nas contratações originadas por Dispensa de Licitação e Inexigibilidade.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data de Ciência
026.242/2011-7	Acórdão nº 1938/2015 - TCU - Plenário	9.3	Aviso nº 573-Seses-TCU-Plenário	14/08/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Comissão de Tomada de Contas Especial (CTCE) e Coordenação-Geral de Convênios (CGCV)/SE				
Descrição da determinação/recomendação				
9.3. determinar ao Ministério do Turismo, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, que:				
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, remeta, se ainda não o fez, a tomada de contas especial relativa ao Convênio 734709, firmado com a Associação de Expositores Agropecuários, Industriais e Comerciais da Região de Fernandópolis, caso já esgotadas as medidas administrativas a seu alcance, nos termos do art. 197, §2º, do Regimento Interno;				
9.3.2. atualize, no prazo de 15 (quinze) dias, os dados inseridos no Siconv, relativos ao Convênio 734709;				
9.3.3. exija a assinatura do termo de compromisso previsto no art. 58, inciso VII, da Portaria Interministerial nº 127/2008, sempre que firmar convênios com entes públicos e privados.				
Situação atualizada da determinação/recomendação				
() Atendida				
(x) Parcialmente atendida				
() Não atendida				
Justificativas e medidas adotadas no caso do cumprimento parcial ou do não cumprimento da determinação/recomendação do TCU.				
CTCE				
Item 9.3.1.: os autos de prestação de contas encontram-se ainda pendentes de análise conclusiva. Determinação não atendida pela ausência de esgotamento das medidas administrativas.				
Item 9.3.2.: deverá ser respondido pela área competente.				
Item 9.3.3.: deverá ser respondido pela área competente.				
CGCV				
Demanda atendida através do Mem. nº 0863/2015/ADOC/SPOA/SE/MTur, de 08 de dezembro de 2015.				

A prestação de contas, quanto à execução física foi REPROVADA, conforme Nota Técnica de Reanálise nº 1066/2013/CGMC, e seria emitida Nota Técnica Financeira, apenas para quantificar o dano. Após isso, o conveniente apresentou pedido de reconsideração, o qual ainda encontra-se pendente de análise.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data de Ciência
014.496/2014-3	Acórdão nº 2963/2015 - TCU - 2ª Câmara	1.7 e 1.7.1	Ofício nº 1344-2015-TCU/SECEX-CE	23/06/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenação-Geral de Convênios (CGCV)/SE				
Descrição da determinação/recomendação				
1.7. Determinar:				
1.7.1. ao Ministério do Turismo (MTur) que informe o TCU, no prazo de 90 (noventa) dias, sobre o resultado final da análise do Convênio nº 755714/2011.				
Situação atualizada da determinação/recomendação				
() Atendida				
(x) Parcialmente atendida				
() Não atendida				
Justificativas e medidas adotadas no caso do cumprimento parcial ou do não cumprimento da determinação/recomendação do TCU.				
Demanda parcialmente atendida, conforme Mem. nº 0735/2015/ADOC/SPOA/SE/MTur, de 20 de outubro de 2015.				
1. Convênio nº 755714/2011, celebrado com a Prefeitura Municipal de Camocim/CE, informamos que a prestação de contas foi APROVADA EM PARTE no que tange ao aspecto técnico, conforme Nota Técnica de Reanálise nº 86/2015/CGMC, e na situação de DILIGENCIADO , quanto ao aspecto financeiro, conforme Nota Técnica de Análise Financeira Complementar nº 382/2015.				
2. Enviado Ofício nº 408/2015/CEPC/SPOA/SE/MTur, ao conveniente, para no prazo regimental, atenda as diligências solicitadas, sob pena de inclusão de inadimplência nos sistemas, órgãos e entidades competentes, bem como Instauração de Tomada de Contas Especial – TCE.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data de Ciência
029.595/2014-2	Acórdão nº 7604/2014 - TCU – 1ª Câmara	1.7.1 e 1.7.1.1	Ofício nº 0906-2014-TCU-Secex	16/12/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Comissão de Tomada de Contas Especial (CTCE), Coordenação-Geral de Convênios (CGCV)/SE e Departamento de Marketing Nacional (DPMKN)/SNPTur				
Descrição da determinação/recomendação				
1.7.1 determinar à Secretaria Executiva do Ministério do Turismo que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, encaminhe ao Tribunal a seguinte documentação:				
1.7.1.1 cópia das notas técnicas conclusivas de análise ou de reanálise das prestações de contas e, quando for o caso, cópia de documento que comprove a instauração de tomada de contas especial, relativamente aos convênios elencados no Anexo 1 da peça 22 do TC 009.143/2012-2, referentes ao subitem 1.7.1.1 do Acórdão 6.282/2013-TCU-1ª Câmara (excetuando-se os Convênios 623731, 700147, 720996, 704849 e 747954).				
Situação atualizada da determinação/recomendação				
() Atendida				
(X) Parcialmente atendida				
() Não atendida				
Justificativas e medidas adotadas no caso do cumprimento parcial ou do não cumprimento da determinação/recomendação do TCU.				
CTCE				

1. Apresentamos lista dos convênios relacionados no Anexo 1 da peça 22 do TC 009.143/2012-2, referentes ao subitem 1.7.1.1 do Acórdão 6.282/2013-TCU-1ª Câmara (excetuando-se os Convênios 623731, 700147, 720996, 704849 e 747954), bem como a sua situação atual quanto à instauração da tomada de contas especial.

Convênio	Processo de TCE	Situação Atual	Observação
501340	72000.001949/2007-12	Enviado ao TCU	Em consulta ao site do TCU é possível observar que o processo em referência, TC 018.380/2008-3, já foi julgado e encerrado.
507851	-	Não há TCE	-
564195	-	Não há TCE	-
567440	-	Não há TCE	-
569107	-	Não há TCE	-
592054	72031.001084/2014-39	Enviado ao TCU	Ofício nº 771/2015/AECI/MTur
623731	72031.008827/2013-38	Enviado ao TCU	Ofício nº 771/2015/AECI/MTur
628169	72031.008543/2013-41	Enviado ao TCU	Ofício nº 1125/2015/AECI/MTur
629051	-	Não há TCE	-
629083	72031.000314/2016-21	Enviado à CGU	Ofício nº 28/2016/CTCE/DIRAD/SE/MTur
629361	72031.006806/2010-35	Enviado ao TCU	Ofício nº 1946/2014/AECI/MTur
629477	-	Não há TCE	-
629771	-	Não há TCE	-
629878	72031.006918/2014-10	Enviado ao TCU	Ofício nº 1132/2015/AECI/MTur
629921	72031.006322/2014-10	Enviado ao TCU	Ofício nº 798/2015/AECI/MTur
630516	-	Não há TCE	-
632139	-	Não há TCE	-
633559	-	Não há TCE	-
633651	72031.003304/2015-67	Enviado ao TCU	Ofício nº 175/2016/AECI/MTur
636667 ou 700050	72031.007045/2013-81	Em prestação de contas	Aguarda resposta do setor competente de prestação de contas para, se for o caso, prosseguimento da TCE.
650691 ou 703030	-	Não há TCE	-
651772 ou 702144	72031.000214/2014-33	Enviado ao TCU	Ofício nº 1107/2015/AECI/MTur
700002	72031.009840/2013-12	Enviado ao TCU	Ofício nº 795/2014/AECI/MTur
700036	-	Não há TCE	-
700147	72031.004409/2015-33	Enviado à CGU	Ofício nº 384/2015/CTCE/SPOA/SE/MTur
701745	72031.001487/2010-71	Em parcelamento de débito	Aguarda conclusão de medidas administrativas com a finalidade de quitação de débito.
702284	-	Não há TCE	-
702306	72031.004523/2015-63	Enviado à CGU	Ofício nº 390/2015/CTCE/SPOA/SE/MTur
702395	72031.008760/2013-31	Enviado ao TCU	Ofício nº 1571/2014/AECI/MTur
702536	-	Não há TCE	-
702558	72031.008752/2013-95	Enviado ao TCU	Ofício nº 2182/2014/AECI/MTur
702675	-	Não há TCE	-
702717	-	Não há TCE	-
702800	72031.000113/2016-24	Enviado à CGU	Ofício nº 07/2016/CTCE/SPOA/SE/MTur
703082	72031.008305/2011-74	Em parcelamento de débito	Aguarda conclusão de medidas administrativas com a finalidade de quitação de débito.
703186	-	Não há TCE	-
703514	-	Não há TCE	-
703678	72031.007209/2013-71	Enviado ao TCU	Ofício nº 184/2015/AECI/MTur
703736	72031.013157/2010-29	Enviado ao TCU	Ofício nº 276/2014/AECI/MTur
703824	72031.000872/2015-14	Enviado ao TCU	Ofício nº 1545/2015/AECI/MTur
703856	72031.000319/2014-92	Enviado ao TCU	Ofício nº 133/2015/AECI/MTur

704010	72031.000444/2014-01	Enviado ao TCU	Ofício nº 139/2015/AECI/MTur
704034	72031.000372/2014-93	Enviado ao TCU	Ofício nº 129/2015/AECI/MTur
704094	-	Não há TCE	-
704540	-	Não há TCE	-
704849	-	Não há TCE	-
705070	72031.003631/2014-38	Enviado ao TCU	Ofício nº 827/2015/AECI/MTur
708657	72031.000743/2012-75	Enviado ao TCU	Ofício nº 499/2015/AECI/MTur
708669	72031.007354/2011-90	Enviado à CGU	Ofício nº 24/2016/CTCE/DIRAD/SE/MTur
700996	-	Não há TCE	-
721530	-	Não há TCE	-
725596	-	Não há TCE	-
728341	72031.007211/2013-40	Enviado ao TCU	Ofício nº 1728/2014/AECI/MTur
730728	-	Não há TCE	-
736129	72031.000836/2014-61	Enviado ao TCU	Ofício nº 1115/2015/AECI/MTur
737542	-	Não há TCE	-
742115	72031.002158/2015-52	Enviado ao TCU	Ofício nº 2007/2015/AECI/MTur
742228	72031.008756/2013-73	Enviado ao TCU	Ofício nº 2016/2014/AECI/MTur
744144	72031.000653/2012-84	Enviado à CGU	Ofício nº 382/2015/CTCE/SPOA/SE/MTur
747124	72031.000654/2012-29	Enviado à CGU	Ofício nº 22/2016/CTCE/DIRAD/SE/MTur
747278	72031.000297/2015-41	Enviado ao TCU	Ofício nº 177/2016/AECI/MTur
747795	-	Não há TCE	-
747954	-	Não há TCE	-
754621	72031.000662/2012-75	Enviado à CGU	Ofício nº 381/2015/CTCE/SPOA/SE/MTur
730607	-	Não há TCE	-
731981	-	Não há TCE	-

CGCV

Demandas atendidas conforme os Memorandos nºs 406, 492 e 497/2015/ADOC/SPOA/SE-MTur.

Convênio	Resultado da PC	Providências
744144	Reprovado	Enviado à CGU, conforme Ofício nº 382/2015/CTCE/SPOA/SE/MTur
702306	Reprovado	Enviado à CGU, conforme Ofício nº 390/2015/CTCE/SPOA/SE/MTur
702800	Reprovado	Enviado à CGU, conforme Ofício nº 07/2016/CTCE/SPOA/SE/MTur
708669	Reprovado	Enviado à CGU, conforme Ofício nº 24/2016/CTCE/DIRAD/SE/MTur
704540	Reprovado	O conveniente será notificado da reprovação.
564195	Aprovado	A PC foi aprovada e o convênio concluído.
703514	Reprovado	O conveniente foi notificado e caso os valores não sejam restituídos será instaurada TCE.
629051	Reprovado	O conveniente será notificado da reprovação.
629083	Reprovado	Enviado à CGU, conforme Ofício nº 28/2016/CTCE/DIRAD/SE/MTur
633651	Reprovado	TCE entregue ao TCU em 17/02/2016 (Of. 175/2016)
629771	Reprovado	O conveniente será notificado da reprovação.
703186	Reprovado	O conveniente foi notificado e caso os valores não sejam restituídos será instaurada TCE.
507851	Reprovado	O conveniente será notificado da reprovação.
567440	Aprovado com ressalvas	O conveniente será notificado e o convênio será concluído.
725596	Aprovado com ressalvas	O conveniente foi notificado.
737542	Aprovado com ressalvas	O conveniente será notificado e o convênio será concluído.

730728	Reprovado	O conveniente será notificado da reprovação.
633559	Aprovação Parcial	O conveniente foi notificado para restituir os valores reprovados.
629477	Aprovado com ressalvas	O conveniente foi notificado e o convênio será concluído.
592054	Reprovado	Já foi encaminhado ao TCU, conforme Ofício nº 771/2015/AECI/MTur.
708657	Reprovado	Já foi encaminhado ao TCU, conforme Ofício nº 499/2015/AECI/MTur.
703678	Reprovado	Já foi encaminhado ao TCU, conforme Ofício nº 184/2015/AECI/MTur.
629921	Reprovado	Já foi encaminhado ao TCU, conforme Ofício nº 798/2015/AECI/MTur.
736129	Reprovado	TCE entregue ao TCU em 3/08/2015 (Of. 1115/2015).
628169	Reprovado	TCE entregue ao TCU em 3/08/2015 (Of. 1125/2015).
700036	Aprovado em Parte	Inscrição dos responsáveis no Cadin.
701745	Reprovado	Celebrado termo de parcelamento, estando o conveniente adimplente, conforme extratos em anexo.
703082	Reprovado	Celebrado termo de parcelamento, estando o conveniente adimplente, conforme extratos em anexo.
747795	Pendente de análise conclusiva	O convênio estava em sindicância e foi solicitado o encaminhamento prioritário à CEPC, para análise.
742228	Reprovado	Instaurada TCE, inclusive já encaminhada ao TCU.
650691/703030	Reprovado	Celebrado termo de parcelamento, estando o conveniente adimplente, conforme extratos em anexo.
703572	Reprovado	Já foi encaminhado ao TCU, conforme Ofício nº 1897/2014/AECI/MTur.
702736	Pendente de análise conclusiva	O processo encontra-se na CGCV, pendente de análise conclusiva.
702284	Pendente de análise conclusiva	Está em prestação de contas.

DPMKN

O Convênio nº 389/2006 (Siconv nº 569107), celebrado entre o Ministério do Turismo e a Associação de Mulheres de Negócios Profissionais de Cuiabá, cujo objeto era EDIÇÃO DO LIVRO E DO DOCUMENTÁRIO DA GASTRONOMIA DE MATO GROSSO - SABORES DO MATO GROSSO, teve sua prestação de contas analisada pela primeira vez em outubro/2007 onde a Coordenação-Geral de Eventos aprovou a referida prestação de contas. Devido à auditoria feita no convênio, o MTur revogou a aprovação da prestação de contas, informando inclusive a conveniente do ocorrido, e pôs em análise novamente a prestação de contas. Em fevereiro/2015, a Coordenação –Geral de Marketing e Publicidade, embora à época não tenha emitido parecer técnico de aprovação da proposta de convênio, procedeu com a análise da prestação de contas, estritamente aos itens relativos à edição do livro. Em seu parecer técnico, a Coordenação–Geral de Marketing e Publicidade aprovou a prestação de contas, novamente do ponto de vista restrito à edição do livro. O processo, então, seguiu à Coordenação-Geral de Eventos para analisar a parte da prestação de contas que lhe cabia. Em julho/2015, aquela área técnica emitiu parecer conclusivo aprovando em partes a prestação de contas, inclusive recomendando a devolução do valor de R\$ 4.890,00. Atualmente, o processo encontra-se sob análise financeira. Portanto as áreas técnicas da Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo concluíram as atividades referentes a prestação de contas do supracitado convênio que eram de sua responsabilidade.

O Convênio nº 725596/2009, celebrado entre o Ministério do Turismo e o Instituto Brasileiro de Hospedagem, cujo objeto era DIVULGAR E PROMOVER A OFERTA HOTELEIRA, DOS MEIOS DE HOSPEDAGENS, COM ESPECIAL DESTAQUE PARA OS 65 DESTINOS INDUTORES CONSTANTES DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO, NOS PRINCIPAIS AEROPORTOS BRASILEIROS, teve sua prestação de contas analisada pela primeira vez em março/2011 onde a Coordenação-Geral de Marketing e Publicidade solicitou complementação da documentação enviada quando da prestação de contas. Em abril/2011, esta área técnica emitiu parecer conclusivo aprovando a

prestação de contas. A Coordenação –Geral de Convênios, responsável pela análise financeira da prestação de contas, emitiu dois pareceres técnicos, um em novembro/2011 solicitando informações adicionais do conveniente, e outro em março/2015 aprovando com ressalvas a prestação de contas do ponto de vista financeiro. Atualmente, o processo encontra-se arquivado.

O Convênio nº 737542/2010, celebrado entre o Ministério do Turismo e a Fundação Assis Chateaubriand, cujo objeto era DESENVOLVIMENTO E VEICULAÇÃO DE SUPLEMENTOS, APARTIR DE CONTEUDO GERADO EM DISCUSSÕES COM ESPECIALISTAS, SOBRE O POTENCIAL TURISTICO BRASILEIRO VISANDO A COPA DE 2014 E OS JOGOS OLÍMPICOS DE 2016, teve sua prestação de contas analisada em DEZEMBRO/2010 onde a então Coordenação-Geral de Promoção e Marketing aprovou a referida prestação de contas. Atualmente, o processo encontra-se sob análise financeira na Coordenação-Geral de Convênios. Portanto a área técnica da Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo concluiu as atividades referentes a prestação de contas do supracitado convênio que era de sua responsabilidade. Anexo, segue o parecer técnico emitido no âmbito da prestação de contas.

Deliberações do TCU, direcionadas ao MTur, não aplicáveis no Exercício

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data de Ciência
034.062/2011-4	Acórdão nº 1176/2015 – TCU – Plenário	9.2	Ofício nº 6361/2015-TCU/SEFIP	02/06/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenação-Geral de Pessoas (COGEP)/ SE				
Descrição da determinação/recomendação				
9.2. determinar a todos os órgãos, autarquias e fundações autárquicas da administração pública federal que, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da ciência desta deliberação, quando dos cálculos dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo, concedida com fundamento no art. 40, § 3º, da Constituição Federal (redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003) e no art. 2º dessa mesma Emenda, a partir da vigência da Medida Provisória nº 167, de 2004, convertida na Lei nº 10.887, de 2004, passem a observar os seguintes critérios e procedimentos: 9.2.1. no cálculo dos proventos de aposentadoria pela média das maiores remunerações, compute as seguintes parcelas: 9.2.1.1. as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência (art. 1º da Lei nº 10.887, de 2004); 9.2.1.2. a remuneração do servidor no cargo efetivo nas competências a partir de julho de 1994 em que não tenha havido contribuição para regime próprio (art. 1º, § 2º, da Lei nº 10.887, de 2004); 9.2.2. no cálculo dos proventos de aposentadoria pela média das maiores remunerações, compute: as parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho ou do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40 da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição Federal, desde que o servidor opte por incluí-las na sua base de contribuição (art. 4º, § 2º, da Lei nº 10.887, de 2004, com nova redação dada pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012); 9.2.3. no cálculo dos proventos de aposentadoria pela média das maiores remunerações, não compute a seguinte parcela: 9.2.3.1. o adicional de férias, por não fazer parte da base de contribuição, conforme o art. 4º da Lei nº 10.887, de 2004; 9.2.4. no cálculo do valor inicial dos proventos relativos à aposentadoria proporcional, o valor resultante do cálculo pela média deve ser previamente confrontado com o limite de remuneração do cargo efetivo previsto no § 5º, do art. 1º, da Lei nº 10.887, de 2004, promovendo-se, posteriormente, a aplicação da fração correspondente, segundo o disposto no art. 62, § 1º, da Orientação Normativa MPS/SPS nº 2, de 31 de março de 2009.				
Situação atualizada da determinação/recomendação				
() Atendida				

() Parcialmente atendida
() Não atendida (X) Não se aplica no momento
Justificativas e medidas adotadas no caso do cumprimento parcial ou do não cumprimento da determinação/recomendação do TCU.
O Ministério do Turismo não tem servidores inativos até a presente data, portanto não há pagamento de proventos de aposentadoria.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data de Ciência
034.062/2011-4	Acórdão nº 1176/2015 – TCU – Plenário	9.3	Ofício nº 6361/2015-TCU/SEFIP	02/06/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenação-Geral de Pessoas (COGEP)/ SE				
Descrição da determinação/recomendação				
9.3. determinar a todos os órgãos, autarquias e fundações autárquicas da administração pública federal que observem as seguintes orientações: 9.3.1. quaisquer vantagens pessoais que serviram de base de cálculo para o pagamento de contribuição previdenciária devem ser consideradas no cálculo da média das maiores remunerações e não somadas, ao final, à média obtida, sob pena de violar não só o disposto na Lei nº 10.887, de 2004, mas também o princípio da contributividade previdenciária insculpido no art. 40 da CF88, excluídas as vantagens expressamente previstas no § 1º, do art. 4º, da Lei 10.887/2004; 9.3.2. a inclusão de parcelas de planos econômicos (Plano Collor, URV, URP e outros) no cálculo da média das remunerações de contribuição depende da existência de sentenças judiciais que lhes deem suporte jurídico, devendo ser considerado apenas o período em que foram legalmente recebidas, uma vez que parcelas indevidas não podem compor essa média, independentemente de o servidor ter eventualmente contribuído sobre elas, sem prejuízo de que, nos termos da lei, o interessado possa buscar a devida repetição desse indébito; e 9.3.3. as diferenças remuneratórias devidas em razão de pagamentos de atrasados ou de adiantamentos concedidos devem ser consideradas no cálculo dos proventos de aposentadoria, segundo o art. 40 da CF88 (média das remunerações), nos respectivos meses de competência.				
Situação atualizada da determinação/recomendação				
() Atendida				
() Parcialmente atendida				
() Não atendida (X) Não se aplica no momento				
Justificativas e medidas adotadas no caso do cumprimento parcial ou do não cumprimento da determinação/recomendação do TCU.				
O Ministério do Turismo não tem servidores inativos até a presente data, portanto não há pagamento de proventos de aposentadoria.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data de Ciência
034.062/2011-4	Acórdão nº 1176/2015 – TCU – Plenário	9.4	Ofício nº 6361/2015-TCU/SEFIP	02/06/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenação-Geral de Pessoas (COGEP)/ SE				
Descrição da determinação/recomendação				
9.4. determinar a todos os órgãos, autarquias e fundações autárquicas da administração pública federal que, nos casos em que os proventos de aposentadoria não estejam sendo pagos de acordo com as regras indicadas nos itens deste Acórdão, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência desta deliberação, adotem as providências cabíveis para a efetiva regularização desses pagamentos, com a observância, se necessário, do contraditório e da ampla defesa, informando o TCU sobre o resultado dessas providências em item específico do correspondente relatório de gestão nas respectivas tomadas ou prestações de contas anuais, observadas as seguintes regras: 9.4.1. aplicar o disposto no presente item para as aposentadorias ainda não encaminhadas ao TCU, desde que sua concessão tenha ocorrido em prazo inferior a cinco anos; 9.4.2. no caso de a aposentadoria ainda não ter sido enviada ao TCU, concedida a mais de cinco anos, enviar o ato de aposentadoria original e respectivo ato de alteração, com expressa menção ao presente acórdão;				

9.4.3. no caso de a aposentadoria já tiver sido encaminhada ao TCU, ainda não apreciada e tendo ela prazo inferior a cinco anos contados de sua concessão, solicitar o retorno do respectivo ato ao órgão concedente, ajustar o pagamento e proceder à alteração devida no ato com posterior reenvio a este Tribunal, via controle interno;
9.4.4. no caso de a aposentadoria já tiver sido encaminhada ao TCU, ainda não apreciada e tendo ela prazo superior a cinco anos contados de sua concessão, encaminhar ato de alteração com a especificação completa da alteração realizada, fazendo expressa menção ao presente acórdão;
9.4.5. no caso de a aposentadoria já tiver sido registrada pelo TCU nos últimos cinco anos, enviar expediente a esta Corte dando conta da necessidade de revisão dos pagamentos, para fins de o TCU adotar as providências internas cabíveis.
Situação atualizada da determinação/recomendação
() Atendida
() Parcialmente atendida
() Não atendida (X) Não se aplica no momento
Justificativas e medidas adotadas no caso do cumprimento parcial ou do não cumprimento da determinação/recomendação do TCU.
O Ministério do Turismo não tem servidores inativos até a presente data, portanto não há pagamento de proventos de aposentadoria.

Por fim, ressalta-se que os memorandos encaminhados pelas áreas técnicas do MTur à AECI foram as fontes de informações para preenchimento dos quadros de tratamento de determinações e recomendações do TCU. Assim, a classificação de atendimento (atendida, parcialmente atendida ou não atendida) dessas recomendações e/ou determinações foi realizada pelas próprias áreas técnicas responsáveis desta Pasta. No entanto, informa-se que foram efetuadas algumas atualizações esparsas pela AECI, com a finalidade de apresentar dados mais fidedignos e completos.

9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Os documentos que são encaminhados ao Ministério do Turismo, originários de Órgãos de Controle, como CGU e TCU, devem ser direcionados à AECI, para consolidação, conhecimento e adoção das medidas cabíveis, como previsto na Portaria GM/MTur nº 211, de 14 agosto de 2013, que estabelece, dentre outros procedimentos, a tramitação de documentos originários dos Órgãos de Controle, Ministério Público e órgãos assemelhados.

Atualmente, o MTur usa o Sistema Apolo como plataforma eletrônica integradora de autenticação de três ferramentas de controle, sendo estas: o Sistema de Controle de Demandas Externas (SCDE); o Sistema de Monitoramento do Plano de Providências Permanente (SMPPP), das recomendações emanadas pela CGU; e, o Processo Eletrônico de Monitoramento das Deliberações do TCU (e-Deliberações). Todos esses Sistemas foram desenvolvidos em conjunto pelas equipes da AECI e da SE do MTur, a partir de *softwares* livres, não sendo solicitados recursos orçamentários e financeiros adicionais.

O SCDE foi implementado em 2013, com o objetivo de aprimorar os mecanismos de controle interno, por meio da celeridade e da precisão na execução dos processos de trabalho da AECI. Por exemplo, para agilizar o trâmite das demandas, diferentes setores do Ministério podem cadastrar os documentos originários dos Órgãos de Controle no SCDE. No entanto, de

modo a concentrar a responsabilidade na AECI em acompanhar e monitorar as respostas, assim como controlar os prazos para atendimento, somente essa Assessoria pode incluir as unidades técnicas responsáveis pelo atendimento da demanda e concluí-las no Sistema.

Já o Sistema e-Deliberações visa a monitorar os prazos, os responsáveis e as respostas quanto ao mérito das determinações, das recomendações, dos alertas das ciências direcionadas ao MTur pelo TCU. O e-Deliberações é o sistema mais novo do Sistema Apolo e, por isso, encontra-se na fase de adaptação e ajustes, principalmente, devido à complexidade, às especificidades e à quantidade de acórdãos direcionados ao MTur.

O SMPPP é o sistema capaz de monitorar os prazos e os responsáveis no cumprimento das recomendações identificadas e enviadas ao MTur pela CGU. Em 2015, iniciou-se a discussão sobre a viabilidade de interligá-lo ao Sistema Monitor da CGU, criando um banco de dados único, contendo informações sobre as constatações, recomendações e providências registrados em documentos elaborados pela CGU, tais como: Sorteios Públicos, Relatórios de Demandas Externas, Relatórios de Auditoria de Contas Anuais e Relatórios de Recursos Externos.

Nesse contexto, a AECI expede as recomendações advindas da CGU às Unidades do MTur responsáveis por intermédio do SCDE, monitorando o seu prazo de atendimento, bem como a pertinência e a completude das respostas apresentadas pelas áreas técnicas responsáveis do MTur. Contudo, ressalta-se que a responsabilidade pelo conteúdo final das respostas apresentadas é das áreas técnicas responsáveis, uma vez que o controle interno primário pela verificação de atendimento das recomendações é dessas áreas.

Quanto ao monitoramento das recomendações expedidas, verifica-se que esse é realizado pela AECI por meio de contatos e reuniões com as unidades responsáveis do Ministério do Turismo, ou seja, com a Secretaria-Executiva e as atuais Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo e a Secretaria de Qualificação e Promoção do Turismo, antigas Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento Turístico e a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, respectivamente, e suas subunidades.

As recomendações advindas da CGU, normalmente, constam dos seguintes tipos de instrumentos: Relatórios de Auditoria Anual de Contas, Relatório de Recursos Externos, Notas de Auditoria, Relatórios de Sorteio e Relatórios de Demandas Externas (RDE). Esses dois primeiros tipos de relatórios são monitorados pelas áreas responsáveis, bem como pela AECI, por intermédio do SMPPP. Assim, esse Sistema visa monitorar de forma contínua as recomendações expedidas, com vistas a apresentar à CGU o Plano de Providências Permanente das recomendações emanadas por esse Órgão de Controle Interno, de cada relatório, de forma completa e atualizada.

Com a previsão da interligação entre o Sistema Monitor, da CGU, e o SMPPP, do MTur, a ser realizada o mais breve possível, intenta-se efetuar o controle contínuo de recomendações advindas de outros instrumentais publicados pela Controladoria-Geral da União mencionados anteriormente, por meio de troca de informações atualizadas e sinérgicas entre a CGU e o MTur, possibilitando, assim, o aprimoramento do controle gerencial do atendimento dessas recomendações.

Tratamento das recomendações expedidas pela CGU, durante o exercício de 2015, no que tange à gestão de 2014 das Unidades do MTur

No Processo de Contas Anual das Unidades integrantes do Ministério do Turismo, referentes à análise da gestão do exercício de 2014, a Controladoria-Geral da União expediu 17 recomendações, por intermédio dos Relatórios de Auditoria Anual de Contas nº 201503435 e nº 201503436, resultantes das auditorias das contas da Secretaria-Executiva (SE) e da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (SNPDTur), respectivamente.

Com o objetivo de avaliar se as Unidades mantêm rotinas de acompanhamento e de atendimento das recomendações expedidas pela CGU, os gestores das Unidades devem inserir, como já informado neste Relatório de Gestão, informações e dados sobre as providências adotadas no Sistema SMPPP. De acordo com o quadro abaixo, extraído do SMPPP, foram identificadas 17 recomendações emitidas por ocasião da Auditoria de Contas realizada em 2015, referente à análise da gestão 2014 das unidades citadas. Desse total, verificou-se que 11 recomendações foram atendidas e 6 recomendações estão em monitoramento.

QUADRO 9.2 - QUANTITATIVO E SITUAÇÃO ATUALIZADA DAS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELA CGU EM 2015 NO RELATÓRIOS DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS CGU Nº 201503435 E Nº 201503436.

Nº do Relatório	Unidade	Quantidade de Recomendações Emitidas em 2014	Quantidade de Recomendações Atendidas	Quantidade de Recomendações em Monitoramento	% de Recomendações Atendidas por Recomendações emitidas em 2014
201503435	SE	6	4	2	66,66
201503436	SNPDTur	11	7	4	63,63
TOTAL		17	11	6	64,7

Fonte: SMPPP/MTur, bem como informações adicionais atualizadas apresentadas pelas áreas técnicas. Acessado em 12 de fevereiro de 2016.

A CGU avaliou essas unidades em relação às suas gestões no período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 e, como resultado, apresentou o Certificado de Auditoria referente ao exercício de 2014, contendo as constatações com ressalvas, decorrentes de falhas, insuficiência ou deficiência na gestão que, segundo essa Controladoria, provocaram maior impacto na atuação do Ministério.

Entre as recomendações relacionadas a essas constatações, destacam-se aquelas relacionadas ao aprimoramento das rotinas e dos controles internos administrativos no âmbito da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI)/SE, tratado no Item 1.1.1.3 do Relatório nº 201503435; e, sobre a necessidade de a SNPDTur adotar providências para viabilizar a conclusão dos empreendimentos relacionados à Ação de Governo 14KP, implementar rotinas e procedimentos para adequação do monitoramento e supervisão quanto à atuação da Caixa Econômica Federal (Caixa), como mandatária da União, bem como formalizar sistemáticas de supervisão dos contratos de repasse. Tais temas estão dispostos nos Itens 1.1.1.1, 1.2.1.6 e 1.2.1.7 do Relatório nº 201503436.

No que se refere às recomendações direcionadas à SE no que concerne ao aprimoramento dos controles internos administrativos no âmbito da CGTI, informa-se que está sendo realizado

o monitoramento dos processos de planejamento e de gestão de contratos, por meio de reuniões de pontos de controle do Núcleo de Contratações de TI, nas quais são informados os detalhes de cada processo de contratação e também as atividades de gestão e fiscalização de cada contrato vigente.

Foi estabelecido no âmbito da CGTI o uso dos fluxos dos processos de planejamento da contratação e de gestão do contrato retirados e adaptados do “Guia Prático para Contratação de Soluções de TI”, publicado pela SLTI/MP, a fim de padronizar as contratações de TI no MTur. Nesses processos são contempladas todas as etapas do Planejamento da Contratação previsto no Art. nº 9 da Instrução Normativa SLTI/MP nº 4, de 11 de setembro de 2014, bem como de todas as atividades da Gestão do Contrato prevista na Seção III da referida norma.

As principais constatações feitas para a SNPDTur referem-se à Ação do Governo 14KP – Adequação da Infraestrutura Turística Pública para os Grandes Eventos Esportivos, e, ao monitoramento e supervisão da SNPDTur sobre a atuação da Caixa, como mandatária da União, em relação às transferências voluntárias, na modalidade de contrato de repasses.

O DIETU avaliou os contratos de repasse vinculados à Ação do Governo 14KP e identificou aqueles que poderiam ser encerrados devido à ausência de execução física das obras contratadas, analisando os aspectos de economicidade e de efetividade dessa política pública. Além disso, dos contratos remanescentes do processo de análise, processamento e deliberações sobre a manutenção ou encerramento das operações dessa Ação do Governo, têm sido acompanhados, periodicamente, pelos técnicos do DIETU por meio de fluxograma do processo de acompanhamento.

Com o objetivo de formalizar as rotinas e os fluxos de realização das atividades relacionadas à supervisão e monitoramento da atuação da Caixa, a SNPDTur, junto à SE, solicitou alterações no Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse (SIACOR) com vista a utilizá-lo como ferramenta de acompanhamento de todas as etapas de execução dessa modalidade e também publicou a Portaria SNPDTur/MTur nº 15, de 29 de dezembro de 2015, que aprovou o Manual de Instruções para Contratação e Execução de Contratos de Repasse, que regula a operacionalização dos Contratos de Repasse celebrados entre a União e os entes federados para a implementação de infraestrutura turística (disponível no link <http://www.turismo.gov.br/manualdeinstrucoescontratosderepasse.pdf>).

Dessa forma, analisando a relevância do impacto das providências adotadas pelas unidades deste Ministério, como o aprimoramento dos controles internos, a elaboração do Manual de Instrução e da regulação dos sistemas de informação, percebe-se que, juntamente com os Órgãos de Controle, o Ministério tem se empenhado na tentativa de alinhar as suas práticas e rotinas com vista a cumprir a sua missão da melhor forma possível, prestar serviços e entregar produtos adequados e com qualidade aos cidadãos.

9.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

O quadro 9.3 - **Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário** tem por objetivo quantificar os casos de danos, objeto de medidas internas administrativas adotadas pela Unidade Jurisdicionada, bem como, ante a não reparação do dano, o número de tomadas de contas especiais instauradas e remetidas ao TCU. Tal quadro atende ao disposto no art. 18 da IN TCU 71/2012.

QUADRO 9.3 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2015

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
	25	0	0	7	0	0	239	943

Fonte: CTCE/MTur

Obs. 1: Das 239 TCE não enviadas até o fim do ano de 2015, 55 encontravam-se enviadas à CGU até o fechamento deste relatório. As demais aguardam o esgotamento das medidas administrativas para, no caso de conclusão pelo dano ao erário, prosseguirem em TCE.

Obs. 2: Foram celebrados 40 termos de parcelamento de débito no ano de 2015, e concluídos 125 no mesmo ano.

Obs. 3: Foram dispensadas as instaurações de TCE em 25 casos, considerando o valor de alçada previsto na Instrução Normativa TCU nº 71/2012, os quais, juntamente com as determinações do TCU, somam 70 casos de inscrição no CADIN.

Obs. 4: Foram solicitadas as baixas de TCE de 7 convênios por quitação de débito ou aprovação das contas.

9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Em relação aos pagamentos das obrigações contraídas (contratos administrativos), o MTur estabeleceu um cronograma que contempla a efetivação dos pagamentos, que tem os seus vencimentos em datas distintas e de acordo com a realização dos serviços em cada período (mês), em até 03 (três) dias úteis após o cumprimento de todos os procedimentos necessários, quais sejam: apresentação da nota fiscal; liquidação da despesa; disponibilização dos recursos financeiros correspondentes e liquidação da despesa.

9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

A desoneração da folha de pagamento, promovida pela Lei nº 12.546/2011, estabeleceu a alteração da forma de apuração da contribuição previdenciária devida pelas empresas classificadas nos arts. 7º e 8º da referida Lei, pela qual essas empresas deixaram de contribuir

sobre a folha de pagamento e passaram a contribuir sobre o valor da receita bruta em alíquotas fixadas conforme o setor de atuação.

Em 31 de agosto de 2015, foi publicada a Lei nº 13.161, que estabeleceu novas regras relativas à desoneração da folha de pagamento, com vigência a partir de 1º de dezembro de 2015. Assim, as alíquotas da contribuição à Previdência Social passaram de 2% sobre a receita bruta para 4,5%, respectivamente. Ainda, por força da referida Lei, a aplicação da desoneração tornou-se facultativa, ou seja, o contribuinte pode optar pelo modo de contribuição.

Dentre os contratos firmados pelo MTur, cujas empresas são alcançadas pela desoneração da folha de pagamento, estão os Contratos Administrativos nº 020/2010, firmado com a empresa CTIS TECNOLOGIA S/A, e o Contrato Administrativo nº 016/2015, firmado com a empresa AMERICA GLOBAL COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA, ambas não optantes pela desoneração da folha. Ainda, o Contrato Administrativo nº 034/2015, celebrado com a empresa TELLUS S/A, INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES, optante pela nova regra, porém a desoneração foi considerada no momento da elaboração da proposta apresentada à época da licitação da qual a empresa restou vencedora, não havendo necessidade de revisão do contrato.

9.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

O Plano Orçamentário 0002, vinculado à Ação Orçamentária 20Y3, é destinado principalmente à realização de campanhas para promoção do turismo no mercado nacional. São campanhas que têm como objeto as ações de Publicidade e *Marketing* relacionadas à promoção, articulação ou ainda à comercialização de destinos e roteiros turísticos, de maneira a motivar a população brasileira a viajar pelo Brasil, aumentando o fluxo do turismo doméstico.

Quanto às tipologias de ações de publicidade, informa-se que o Ministério do Turismo realiza unicamente campanhas de utilidade pública que buscam promover os destinos e roteiros turísticos, além de informar, alertar ou ainda prevenir a população quanto às normas, informações ou leis específicas do setor turístico. Em 2015, este Ministério, por meio da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, contava com uma disponibilidade de verba destinada a contratos de publicidade no valor total de R\$ 30 milhões, divididos entre duas agências: Artplan Comunicação e Bees Publicidade. No ano de 2015, foram empenhados para as ações de publicidade o montante de R\$ 30.015.848,39 de resultado de recursos orçamentários da própria área e de recursos sublocados para o atendimento de demandas provenientes de outros departamentos. Em função do contingenciamento realizado, a área teve seu orçamento anual reduzido, tendo que acomodar todo seu planejamento para a nova realidade orçamentária e financeira. Assim, algumas ações tiveram seus orçamentos reduzidos, outras foram paralisadas ou ainda excluídas. Há de se destacar que, ainda no mesmo ano, atendendo a uma solicitação do Ministério da Saúde em conjunto com a Secretaria de comunicação da Presidência da República, o Ministério realizou uma ação publicitária de Utilidade Pública sobre o combate à dengue, zica e febre Chikungunya, no valor de R\$ 5.700.000,00.

Para o ano de 2015, estavam previstas a produção e veiculação de três campanhas publicitárias visando o incentivo ao turismo interno.

No entanto, foram realizadas oito campanhas (2 novas e 6 continuações): Continuação da Campanha “#PartiuBrasil” - Turismo Interno, para incentivar os brasileiros a conhecerem o seu país e convencer os brasileiros a optarem pelas viagens internas, que estimulam a qualidade dos serviços de turismo e promovem o crescimento econômico; Continuação da Campanha “#PartiuBrasil” - Ação de Grafiteagem na cidade do Recife/PE. Ação de Publicidade conhecida como “*Making Places*”; Continuação da Campanha “#PartiuBrasil” - Veiculação da campanhas em revistas, jornais e internet, objetivando maior alcance para o público alvo; Continuação da Campanha “#PartiuBrasil” -Veiculação da campanha no evento da Associação Brasileira de Agências de Viagens - ABAV, assim como produção de materiais para o referido evento; Continuação da Campanha “#PartiuBrasil” - Veiculação da campanha especificamente na Região Nordeste, importante pólo turístico brasileiro, objetivando o incentivo ao turismo regional; Campanha “#VivadePerto” - Turismo Interno, para incentivar os brasileiros a conhecerem o seu país, gerando o sentimento de pertencimento e instigando o turista a viver as experiências de viagens; Continuação da Campanha “#VivadePerto” - plano complementar para a campanha #VivadePerto; Nova Edição da Campanha Turismo Acessível - publicidade de utilidade pública para divulgar o site do Turismo Acessível. Além das 8 campanhas mencionadas, houve ainda a veiculação da Campanha contra a Microcefalia para o Ministério da Saúde.

QUADRO 9.6 – DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA

(Em R\$)

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	2015 / 23.695.2076.20Y3.0001	30.015.848,39	13.328.683,18
Legal	-	0,00	0,00
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	23.131.2062.4641.0001	50.000,00	48.108,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP

10. ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I – Contratações/Aquisições em 2015- CGRL

QUADRO ANEXO I – CONTRATAÇÕES/AQUISIÇÕES EM 2015

CONTRATAÇÕES/AQUISIÇÕES VIGENTES EM 2015				
Além dos Contratos que foram celebrados em 2015, vigeram, nesse período, os seguintes:				
FAVORECIDO	CNPJ	VIGÊNCIA	VALOR (R\$)	OBJETO
LIGA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	26.972.885/0001-84	21/06/2015	206.898,12	Prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva do sistema de ar condicionado dos Blocos “U” do Ministério do Turismo, localizada na Esplanada dos Ministérios, bloco U, 2º e 3º andares, em Brasília/DF, consoante especificações descritas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 018/ANA/2009 e seu respectivo Anexo II.
CTIS - INFORMÁTICA LTDA.	01.644.731/0001-32	01/12/2016	12.923.126,25	Prestação de serviços de Assessoria Técnica e Sustentação de Produtos e serviços de Tecnologia da Informação (TI) do Ministério do Turismo.
PANACOPY COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA	37.165.529/0001-75	09/05/2016	679.500,00	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de cópias e impressão monocromáticas e policromáticas, plastificação, encadernação e acabamento, incluindo fornecimento de mão de obra, para operação dos equipamentos, e de todos os insumos necessários à execução dos serviços, inclusive papel e transparências, mediante a instalação de Centrais Reprográficas.
FSB COMUNICAÇÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO LTDA	03.585.183/0004-95	07/12/2016	8.125.000,00	Prestação dos serviços de Comunicação Institucional e de Relações Públicas, para prestar serviços de consultoria, análise, planejamento estratégico, assessoria de comunicações e relações públicas de acordo com as condições e especificações constantes deste Instrumento e do Projeto Básico - Anexo I, do Edital de Concorrência nº 01/2011
CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.	07.522.669/0001-92	07/09/2016	387.775,76	Fornecimento de energia elétrica para a extensão do Ministério do Turismo, situado no Shopping ID, Torre A - SCN 06, Bloco A, 10º, 11º e 12º andares, em Brasília/DF.
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00.360.305/0001-04	31/08/2015	8.000.000,00	Prestação de serviços pela CONTRATADA, na operacionalização dos Programas e das Ações geridos pelo CONTRATANTE, lastreados com recursos de investimentos, consignados no Orçamento Geral da União, a título de transferências voluntárias, na forma do disposto em instrumentos a serem editados pelo CONTRATANTE.
FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA	03.470.727/0016-07	14/03/2015	245.237,50	Fornecimento ao CONTRATANTE, pela CONTRATADA, de 5 (cinco) veículos
PRISMA SYS INFORMÁTICA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	38.068.664/0001-65	02/05/2016	9.000,00	Aquisição de 02 (duas) licenças de <i>software</i> de consulta, extração de dados e relatórios do SIAFI que possibilite facilitar o planejamento e a análise de execução orçamentária e financeira, atendendo a demanda dos setores que promovem a administração financeira do CONTRATANTE, além de prover a transparência e otimização das ações orçamentárias.

3R LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E TURISMO LTDA -ME	10.660.342/0001-91	21/05/2016	1.261.215,60	Prestação de serviços de Atividades Complementares, por demanda, de forma contínua, sendo Motorista Executivo e Motorista de Carro Leve, objetivando suprir as necessidades da CONTRATANTE, relativas ao desenvolvimento de suas atividades, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.
WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA.	06.091.637/0001-17	11/06/2016	263.095,68	Prestação de serviços de Atividades Complementares, por demanda, de forma contínua, Carregador, objetivando suprir as necessidades da CONTRATANTE, relativas ao desenvolvimento de suas atividades, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.
NCT INFORMÁTICA LTDA.	03.017.428/0001-35	14/08/2015	284.000,00	Firewall - contratação de Solução de Segurança de Redes, composta de equipamento do tipo Appliance e Gerenciamento Centralizado, incluindo serviços de instalação, transferência de tecnologia, suporte, assistência técnica, manutenção e garantia.
INSTITUTO BLAISE PASCAL	07.787.415/0001-04	31/07/2016	6.698,00	Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços, por Agente de Integração, para fins de execução do estágio no âmbito do CONTRATANTE, com a atribuição de intermediar, junto às instituições de ensino médio e superior, a celebração de Termo de Compromisso com estudantes interessados em estágios.
SÂMIO BANDEIRA ME	14.860.358/0001-07	16/10/2016	40.125,00	Prestação de serviços no fornecimento e entrega diária de jornais e revistas, bem como o fornecimento das senhas de acesso <i>on line</i> de todos os periódicos que disponibilizem esse serviço, conforme quantidade e especificações descritas no Edital e seus Anexos, a ser prestado para o CONTRATANTE.
EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC	09.168.704/0001-42	06/12/2016	112.500,00	Distribuição, pela CONTRATADA, da publicidade legal de interesse do CONTRATANTE nos Jornais de Circulação Nacional, excluindo-se a distribuição de publicidade legal feita nos órgãos ou veículos de divulgação oficiais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
UNITECH RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	32.578.387/0001-54	27/06/2017	122.100,00	Fornecimento de soluções automatizadas de backup e cartuchos de fita magnética Ultrium padrão LTO-5, compreendendo serviços de treinamento, instalação, configuração, migração de dados e suporte técnico on-site durante o período de garantia de 60 (sessenta) meses.
ARTPLAN COMUNICAÇÃO S/A	33.673.286/0004-78	05/03/2016	40.000.000,00	Prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, bem como promover a venda de bens ou serviços, difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou informar o público em geral.
BEEES PUBLICIDADE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA	06.326.015/0001-20	05/03/2016		Prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, bem como promover a venda de bens ou serviços, difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou informar o público em geral.
ESPAÇO & FORMA MÓVEIS E DIVISÓRIAS LTDA	37.977.691/0007-83	21/02/2016	757.940,00	Contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, de serviços de instalação e manutenção, por demanda, de painéis, divisórias, portas e complementos, forros e

				luminárias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e em seu apêndice, para uso nas instalações do CONTRATANTE.
ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA	00.710.799/0001-00	27/05/2015	1.775.000,00	Cessão de direito de uso de licenças de softwares da plataforma Microsoft, na modalidade <i>Enterprise Agreement Subscription</i> (EAS) anual, com os benefícios do <i>Software Assurance</i> (SA), para as estações de trabalho e para os equipamentos servidores, em atendimento às necessidades do Ministério do Turismo e da Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo, conforme especificações contidas no Termo de Referência anexo I do Edital.
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA	00.360.305/0001-04	28/05/2016	697.000.000,00	Prestação de serviços pela Contratada, consistentes na operacionalização de Projetos de Infraestrutura Turística apoiados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, enquadrados na Ação "Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística", gerida pelo CONTRATANTE, lastreados com recursos consignados no Orçamento Geral da União, a título de transferência obrigatória, na forma do disposto em instrumentos a serem editados pela Contratante.
LAICOM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME	00.850.172/0001-54	13/07/2016	59.945,00	Prestação de serviços continuados de manutenção de veículos automotores, por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais, compreendendo mecânica e elétrica, lanternagem e pintura, balanceamento de roda e alinhamento de direção, assistência de socorro mecânico, capotaria e tapeçaria, troca de óleo e lubrificante, reparo e troca de pneu/roda (borracharia), ar condicionado, substituição de vidro e película de controle solar, serviço acessório de som veicular, e serviços de manutenção/revisão de veículos cobertos pela garantia de fábrica nas oficinas das empresas concessionárias do (s) fabricante (s) dos veículos, nas viaturas de propriedade do Ministério do Turismo, conforme especificações descritas no Edital e seus Anexos.
POSITIVO INFORMÁTICA S/A	81.243.735/0001-48	23/07/2016	649.988,20	Aquisição de 340 microcomputadores (<i>desktops</i>), conforme condições e especificações constantes no Edital e em seus Anexos.
PETROCCHI CONSULTORIA - MARKETING	04.813.197/0001-39	12/01/2015	1.366.400,00	Contratação de consultoria especializada para desenvolver a atividade "Diagnóstico e Plano Estratégico de Marketing Turístico do Brasil.
ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	34.028.316/0007-07	09/12/2016	800.000,00	Prestação de Serviços de Correios e Telégrafos.
CLARO S/A	40.432.544/0001-47	30/12/2016	R\$ 450.555,05	Prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal – SMP, para comunicação de voz e dados, com fornecimento de aparelho em regime de comodato, por demanda, conforme condições e especificações presentes no edital e seus anexos, para o perfil de tráfego estimado.
CLARO S/A	40.432.544/0001-47	30/12/2016	R\$ 94.123,40	Prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal – SMP, para comunicação de voz e dados, por demanda, conforme condições e especificações presentes no edital e seus anexos, para o perfil de tráfego estimado.

FIPE - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS	43.942.358/0001-46	16/11/2015	4.546.709,00	Prestação de serviços pela CONTRATADA para realização de pesquisa sobre a "Caracterização e Dimensionamento do Turismo Internacional no Brasil, receptivo e emissivo, e sobre a contagem do fluxo turístico aéreo receptivo e emissivo no Brasil, para o ano de 2014".
FGV	33.641.663/0001-44	15/12/2015	1.941.000,00	Sondagens de Expectativas Empresariais.
PETROCCHI CONSULTORIA - SERRAS GAÚCHAS	04.813.197/0001-39	30/04/2015	1.160.000,00	Contratação de Instituição Especializada para Elaboração de Plano para a Região Turística: Serras Gaúcha e Catarinense.", prevista na Matriz de Investimento do Programa. - Contrato nº 2229/OC-BR – BID.
NCT INFORMÁTICA LTDA.	03.017.428/0001-35	29/12/2016	R\$ 313.750,00	Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamento de firewall do tipo Appliance incluindo a atualização tecnológica, suporte técnico e garantia para atender as necessidades do MTur, conforme condições e especificações técnicas descritas no Edital e seus anexos.
ANTONIO VENÂNCIO DA SILVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	00.320.523/0001-15	14/01/2017	3.456.862,44	Contrato a locação de imóvel de propriedade da LOCADORA, localizado no SCN – Setor Comercial Norte, Quadra 06, Conjunto A, Bloco "A", 10º, 11º e 12º Pavimentos, Edifício Super Center Venâncio 3000, Asa Norte - Brasília/DF, descritos e caracterizados na Escritura Pública expedida pelo Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal.
IMPrensa NACIONAL	04.196.645/0001-00	13/08/2015	250.000,00	Prestação de serviços de publicação de matérias de caráter oficial, nas edições normais, extras e suplementares do Diário Oficial da União.
BANCO DO BRASIL	00.000.000/0001-91	14/08/2019	NÃO TEM VALOR	Regulamentar o estabelecimento, pelo BANCO, dos critérios para abertura de Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação, destinado a abrigar os recursos provisionados de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, bem como viabilizar o acesso da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aos saldos e extratos de todos os "Eventos".
WORK LINK INFORMÁTICA LTDA	04.610.386/0001-04	07/01/2017	3.027.336,00	Aquisição de ativos de rede abrangendo a instalação e a garantia on-site visando atender as demandas do órgão, conforme condições e especificações técnicas descritas no Edital e em seus Anexos.
APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA-EPP	26.423.228/0001-88	05/03/2016	1.800.304,00	Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens que compreende os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como a emissão de Seguro Internacional de Saúde (Seguro Viagem), para atender às necessidades de deslocamentos dos servidores, convidados e colaboradores eventuais do Órgão quando em viagem a serviço, por meio de posto de atendimento da CONTRATADA a ser instalado na CONTRATANTE.
LEVIT COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS TECNOLÓGICOS LTDA - ME	11.994.821/0001-07	06/04/2016	43.500,00	Prestação de serviço de confecção e emissão de Crachás de Identificação de Guia de turismo para atender as necessidades do CONTRATANTE em âmbito nacional, de forma continuada e por demanda.
SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA	01.608.603/0001-33	12/07/2016	3.218.314,80	Prestação de serviços de Secretariado, por demanda, de forma contínua, objetivando suprir as necessidades do Ministério do Turismo, em Brasília/DF, conforme condições e especificações constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2010 e seus Anexos.

VIP SERVICE CLUB LOCADORA E SERVIÇOS LTDA	02.605.452/0001-22	17/06/2016	117.800,00	Prestação de serviços de locação de veículos, para transporte de pessoal, com motorista, combustível e seguro total (sem franquia), de forma continuada, por demanda, para atender às necessidades do CONTRATANTE na Região Centro – Oeste – Grupo 02, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.
JJ E SILVA - EPP	69.607.729/0001-27	02/09/2015	294.150,00	Prestação de serviços de locação de veículos, para transporte de pessoal, com motorista, combustível e seguro total (sem franquia), de forma continuada, por demanda, para atender às necessidades do CONTRATANTE na Região Nordeste – Grupo 01, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.
UNIFY – SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	67.071.001/0003-60	18/12/2016	536.540,00	Prestação de serviços de ampliação, atualização, virtualização e suporte técnico da solução de Telefonia VoIP do CONTRATANTE, conforme especificações técnicas descritas no Edital e seus anexos.
G.L. TRANSPORTADORA E SERVIÇOS LTDA - EPP	08.295.197/0001-45	02/09/2015	618.357,40	Prestação de serviços de locação de veículos, para transporte de pessoal, com motorista, combustível e seguro total (sem franquia), de forma continuada, por demanda, para atender às necessidades do CONTRATANTE na Região Sudeste – Grupo 03, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.
UNIQUE RENT A CAR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA	06.320.095/0001-07	02/09/2016	134.948,50	Prestação de serviços de locação de veículos, para transporte de pessoal, com motorista, combustível e seguro total (sem franquia), de forma continuada, por demanda, para atender às necessidades do CONTRATANTE na Região Sul – Grupo 04, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.
ENGEMIL – ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA	04.768.702/0001-70	17/06/2015	749.999,00	Prestação de serviços de manutenção predial, com fornecimento de insumo, descrito nas composições das tabelas SINAPI, SICRO E TCPO, a ser executado nas instalações do Ministério do Turismo.
HP-HEWLETT PACKARD BRASIL LTDA.	61.797.924/0001-55	27/01/2015	626.223,90	Aquisição de 17 (dezesete) equipamentos servidores TIPO4, incluindo serviços de instalação e configuração, para o Ministério do Turismo, com garantia técnica de 48 (quarenta e oito) meses, de acordo com as especificações e prazos constantes do Edital de Licitação TSE nº 03/2014, seu Anexo I, e proposta da CONTRATADA.
MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	04.198.254/0001-17	17/07/2015	69.990,00	Licença de uso do pacote de softwares <i>Adobe Creative Suite Master Collection CS6</i> , para Windows em Português.
NIVA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA-ME	09.053.350/0001-90	27/07/2016	2.166.000,00	Contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para fornecimento e implantação de solução de armazenamento e cópia de segurança de dados, com garantia (suporte e manutenção) da solução de 48 (quarenta e oito) meses, incluindo serviço de instalação e configuração e serviço de transferência de conhecimento, para o Ministério do Turismo – MTur. (STORAGE)
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	33.683.111/0001-07	27/07/2016	6.000,00	Prestação de serviços de processamento de dados para prover informações do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF e do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ por meio de acesso ao serviço via WEB – INFOCONV.
CONSÓRCIO FGV/FIPE - CONTRATO BID 2229/OC-BR (EMPRESA LÍDER: FGV)	33.641.663/0001-44/43.942.358/0001-46	30/12/2015	4.449.850,00	Processo de Seleção para Contratação de Empresa para Elaboração do Diagnóstico e Plano Estratégico de Estatísticas Turísticas Nacionais
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	33.683.111/0001-07	21/08/2016	417.600,00	Prestação de serviços especializados de tecnologia da informação e gerenciamento de conexões à INFOVIA Brasília.

ASC SERVICE SEGURANÇA	08.875.253/0001-10	30/09/2016	1.013.699,77	Prestação de serviços de apoio as atividades administrativas de vigilância armada e desarmada, por demanda, a serem executados de forma contínua, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.
CLÁUDIO JOSÉ DA SILVA JUNIOR	780.799.694-34	06/01/2015	55.000,00	Locação de espaço de 72m² e a prestação de serviço de montagem e desmontagem do estande institucional do Ministério do Turismo no 4º Festival de Turismo de João Pessoa, que será realizado na cidade de João Pessoa - PB, entre os dias 17 a 18 de outubro de 2014.
CLARO S/A	40.432.544/0001-47	16/11/2016	208.838,94	Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (fixo-fixo e fixo-móvel), Longa Distância Nacional e Internacional e Discagem Direta Gratuita: Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na Modalidade Local a partir da cidade de Brasília através de entroncamento digital; Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na Modalidade Longa Distância Nacional e Internacional a partir da cidade de Brasília e Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na Modalidade Discagem Direta Gratuita (DDG), utilizando o prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa.
APECÊ - SERVIÇOS GERAIS LTDA	00.087.163/0001-53	17/11/2016	748.211,88	Prestação de serviços de limpeza, conservação e asseio, incluindo-se o fornecimento de todo o material de consumo e demais equipamentos necessários, por demanda, à execução adequada dos serviços no âmbito do Ministério do Turismo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE EVENTOS – ABEOC BRASIL	44.313.666/0001-75	25/02/2015	80.000,00	Locação de estande de 347,83 m² no 26º Congresso Brasileiro de Empresas e Profissionais de Eventos - EVENTOS BRASIL que será realizada na cidade de São Paulo/SP, durante os dias 07 e 08 de dezembro de 2014.
ROSSI E ZORZANELLO LTDA - EPP	92.081.926/0001-77	03/02/2015	422.608,00	Locação de espaço e montagem de 120m² destinados ao estande Institucional do Ministério do Turismo, locação de espaço e montagem de 78m² destinados ao estande de Turismo Responsável e cenografia do Ministério do Turismo no 26º Festival de Turismo de Gramado, a realizar-se de 6 a 9 de novembro de 2014, nas dependências do Centro de Eventos Serra Park, na cidade de Gramado/RS.
TELLUS S/A INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES	24.935.454/0001-12	10/12/2016	6.036.366,34	Central de Atendimento MTur.
FIPE - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS	43.942.358/0001-46	10/08/2016	3.828.784,00	Realização de pesquisa econômica estrutural sobre a caracterização e dimensionamento do turismo internacional no Brasil – receptivo e emissivo e contagem do fluxo turístico receptivo e emissivo aéreo no Brasil, em 2015.
FAST FLEET GESTÃO DE FROTAS LTDA - EPP	16.734.029/0001-37	31/12/2015	139.858,06	Fornecimento por empresa distribuidora, administradora, ou do comércio varejista de combustíveis, de: Item 01) diesel, Item 02) etanol e Item 03) gasolina comum; para abastecimento dos Veículos Oficiais e do Grupo Gerador de Energia Elétrica Emergencial do Ministério do Turismo, por demanda, conforme quantidades e especificações descritas no Edital e seus Anexos, a ser prestado para o CONTRATANTE.
FGV - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS	33.641.663/0001-44	10/12/2015	1.980.000,00	Estudo Índice de Competitividade do Turismo Nacional 2014/2015.



1. Atos da Secretaria-Executiva

1.1. Portarias da Secretaria-Executiva

Portaria nº 12, de 4 de março de 2015

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria nº 58, de 27 de abril de 2011, e

CONSIDERANDO o elevado número de processos de prestação de contas em poder da Coordenação-Geral de Convênios;

CONSIDERANDO o reduzido número de servidores lotados naquela Coordenação-Geral dedicados à análise de prestação de contas de convênios nos prazos legais; e

CONSIDERANDO a necessidade de atendimento às deliberações dos órgãos de controle em processos de auditorias,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída Comissão Especial de Prestação de Contas - CEPC, subordinada à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, com o objetivo de realizar análise financeira das prestações de contas dos convênios celebrados no âmbito do Ministério do Turismo.

§ 1º O Secretário-Executivo designará, mediante portaria, o presidente, seu substituto e os membros para, em regime de dedicação exclusiva, integrarem a CEPC.

§ 2º Poderá ser realizado o remanejamento de gratificações para atender aos servidores que vierem a ser designados para compor a CEPC.

Art. 2º Compete à Comissão Especial de Prestação de Contas - CEPC:

I - Elaborar plano de ação e propor metodologia de trabalho, objetivando estabelecer melhor dimensionamento dos resultados das ações a serem desenvolvidas;

II - Apresentar cronograma de trabalho com definição de metas individuais de análise;

3

1. Atos da Secretaria-Executiva

1.1. Portarias da Secretaria-Executiva

Portaria nº 12, de 4 de março de 2015

III - Diligenciar e concluir as análises, nos termos do art. 87 da Portaria MTur nº 112, de 24 de maio de 2013;

IV - Solicitar esclarecimentos e instruções adicionais às Secretarias finalísticas sobre assuntos pertinentes às suas atribuições;

V - Encaminhar os processos de convênios, conforme o caso, à Coordenação-Geral de Convênios - CGCV para providenciar os registros pertinentes no SIAFI e SICONV;

VI - Encaminhar os processos com prestações de contas reprovadas à Comissão de Tomada de Contas Especial - CTCE para providências de instauração de processos de TCE;

VII - Apresentar, por meio de seu Presidente, ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, Relatório quinzenal de produtividade individual e consolidado; e

VIII - Apresentar, por meio de seu Presidente, ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, Relatório detalhado da evolução das atividades da Comissão, no qual fiquem explicitadas as seguintes informações consolidadas, quanto ao número de processos, no mês e acumulado:

- a. Contas aprovadas;
- b. Tomadas de Contas Especial instauradas;
- c. Total de processos concluídos ("a" + "b");
- d. Processos em diligência;
- e. Processos em análise;
- f. Processos aguardando análise ou análise complementar; e

1. Atos da Secretaria-Executiva

1.1. Portarias da Secretaria-Executiva

Portaria nº 12, de 4 de março de 2015

g. Total de processos a concluir ("d" + "e" + "f").

Art. 3º A Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo e a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo deverão priorizar a análise das demandas da CEPC.

Art. 4º Deverá ser observado, na realização dos trabalhos, o disposto nos arts. 85 a 91 da Portaria MTur nº 112, de 24 de maio de 2013.

Art. 5º A Comissão de que trata esta Portaria deverá concluir os trabalhos até 31 de março de 2016.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ALVES



1. Atos da Secretaria-Executiva

1.1. Portarias da Secretaria-Executiva

Portaria nº 13, de 5 de março de 2015

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria nº 58, de 27 de abril de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes membros para compor a Comissão Especial de Prestação de Contas – CEPC instituída pela Portaria/SE/MTur Nº 12, de 04 de março de 2015, com o objetivo de realizar análise financeira das prestações de contas dos convênios celebrados no âmbito do Ministério do Turismo:

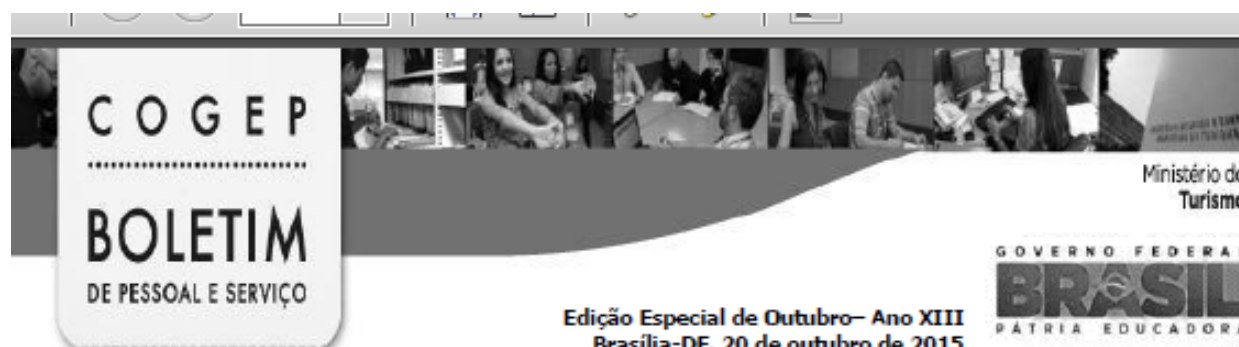
- I. Eugenio da Costa Arsky – SIAPE nº 1540818, que a presidirá;
- II. Andrea Mroginski Ribeiro – SIAPE nº 1890936;
- III. Camila Cysneiros Canavarro – SIAPE nº 1551073;
- IV. Camila de Sousa Nolasco – SIAPE nº 1627556;
- V. Ianê de Andrade Azevedo – SIAPE nº 1587044;
- VI. João Pita de Freitas – SIAPE nº 1944953;
- VII. José Ivo Rolim Bezerra Junior – SIAPE nº 1920315;
- VIII. Ludmila Rodrigues Pereira Machado – SIAPE nº 1543392;
- IX. Luziane Barros dos Santos – SIAPE nº 1923530;
- X. Paula Moraes Niquini – SIAPE nº 1705421;
- XI. Rafael Xavier da Silva – SIAPE nº 2067051;
- XII. Renata de Faria – SIAPE nº 1541824;
- XIII. Valquiria Salgado Quilici – SIAPE nº 1923640;
- XIV. Yvelise Bleyer Martins Costa – SIAPE nº 678597;

§ 1º O Presidente da Comissão será substituído, em suas ausências e impedimentos, pela servidora Yvelise Bleyer Martins Costa;

§ 2º Havendo necessidade, poderão ser requisitados servidores de outras unidades administrativas deste Ministério do Turismo para composição da referida Comissão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ALVES



1. Atos da Secretaria-Executiva

1.1. Portarias da Secretaria-Executiva

Portaria nº 88, de 20 de outubro de 2015

Institui a Comissão Especial de Análise de Prestação de Contas - CEAPC, com o objetivo de analisar a execução financeira do passivo de prestações de contas.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MTur nº 170, de 5 de outubro de 2015, e

CONSIDERANDO a necessidade de dar celeridade na redução do estoque de prestações de contas pendentes de análise financeira, sem prejuízo às análises e demais providências relativas aos convênios em execução ou celebração;

CONSIDERANDO a necessidade de atendimento às deliberações dos órgãos de controle, em especial às determinações do Acórdão nº 1.702/2014-TCU-1ª Câmara e às recomendações constantes do Ofício-Circular nº 16/2015/SEGEP-MP, de 17 de junho de 2015, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que orienta o Ministério do Turismo ao cumprimento das determinações de que tratam o Acórdão nº 2.927/2013-TCU-Plenário; e

CONSIDERANDO a necessidade de harmonizar as competências da Comissão Especial de Prestação de Contas - CEPC instituída pela Portaria SE/MTur nº 12, de 4 de março de 2015, às competências da Coordenação-Geral de Convênios - CGCV previstas nos arts. 38 a 40 do Anexo da Portaria MTur nº 64, de 29 de abril de 2015, que aprova o Regimento Interno deste Ministério, especialmente no que se refere à análise de prestação de contas,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial de Análise de Prestação de Contas - CEAPC, subordinada à Coordenação-Geral de Convênios - CGCV, com o objetivo de realizar análise financeira da prestação de contas dos convênios celebrados pelo Ministério do Turismo até 31 de dezembro de 2010.

1. Atos da Secretaria-Executiva

1.1. Portarias da Secretaria-Executiva

Portaria nº 88, de 20 de outubro de 2015

§ 1º A CEAPC terá duração de um ano, podendo ser prorrogada por igual período.

§ 2º Os membros da Comissão Especial de Prestação de Contas - CEPC ficam integrados à CGCV.

§ 3º O Secretário-Executivo designará, mediante Portaria, os membros integrantes da CEAPC.

§ 4º O Secretário-Executivo poderá convocar, temporariamente, servidores de outras unidades do Ministério para compor a CEAPC, caso haja necessidade de ampliação do volume de análise de prestação de contas.

§ 5º Os membros da CEAPC poderão desempenhar, temporariamente, outras atribuições na CGCV, desde que justificada a necessidade.

§ 6º Os membros da CEAPC somente poderão ser remanejados da CGCV para outras unidades do Ministério, inclusive para as unidades de origem, com a expressa autorização do Secretário-Executivo.

Art. 2º A CGCV, com vistas ao cumprimento das determinações e recomendações de que tratam os Acórdãos nº 2.927/2013-TCU/Plenário, de 30 de outubro de 2013, e nº 1.702/2014-TCU-1ª Câmara, de 06 de maio de 2014, apresentará ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, o seguinte:

I - no prazo de até cinco dias úteis:

- a) plano de ação para atuação nas demandas de sua competência, em especial no tocante ao passivo de convênios, estabelecendo metas e prazos, inclusive no que tange à delimitação aproximada de produtividade individual mensal de cada servidor alocado em sua área;
- b) distribuição dos Servidores, segundo as demandas de sua competência;

1. Atos da Secretaria-Executiva

1.1. Portarias da Secretaria-Executiva

Portaria nº 88, de 20 de outubro de 2015

- c) proposta de Nota Modelo de relatório de análise financeira da prestação de contas, evidenciando a fundamentação legal por item analisado, bem como a respectiva tipificação para possíveis inconsistências identificadas; e
- d) proposta de modelo de documento a ser adotado na formalização de entendimento a ser aplicado nas execução das atividades de competência da CGCV.

II - no prazo de até noventa dias, minuta de manual de análise financeira de prestação de contas, consolidando os entendimentos firmados.

Art. 3º Para fins de monitoramento, a CGCV emitirá, semanalmente, relatórios com as seguintes informações atualizadas:

I - produtividade de análise total mensal, nos últimos doze meses, e semanal, referente às quatro últimas semanas, especificando os respectivos resultados;

II - produtividade de análise média per capita, relativa aos doze últimos meses e às quatro últimas semanas;

III - demonstrativo situacional com, no mínimo, as seguintes informações quantitativas de:

- a) convênio com prestação de contas aprovada;
- b) convênio com tomada de contas especial instaurada;
- c) total de convênio com análise de prestação de contas concluída ("a" + "b");
- d) convênio com prestação de contas em diligência;
- e) convênio com prestação de contas em análise;
- f) convênio com prestação de contas aguardando análise ou análise complementar; e

1. Atos da Secretaria-Executiva

1.1. Portarias da Secretaria-Executiva

Portaria nº 88, de 20 de outubro de 2015

g) total de convênio com prestação de contas a concluir ("d" + "e" + "f").

IV - demonstrativo situacional de providências, destacando informações quantitativas e qualitativas relacionadas a:

- a) prestação de contas aprovada pela correta aplicação dos recursos e pela devolução do valor glosado;
- b) convênio concluído no SIAFI ou no SICONV;
- c) convênio com prestação de contas aprovada e pendente de conclusão no SIAFI ou no SICONV;
- d) convênio com prestação de contas reprovada ou aprovada parcialmente aguardando cumprimento de prazo;
- e) convênio em parcelamento de débito;
- f) convênio em processo de instauração de TCE ou registro no CADIN;
- g) convênio aguardando relatório de TCE ou de registro no CADIN;
- h) convênio enviado à CGU;
- i) convênio registrado no CADIN;
- j) empenho emitido e pagamento realizado;
- k) convênio cancelado; e
- l) convênio vigente, identificando conveniente, objeto, vigência, valor total, valor de repasse, valor repassado e valor do saldo de empenho.

§ 1º A CGCV, com apoio técnico da CGTI, disponibilizará sistema informatizado para fins de controle interno da situação dos convênios celebrados pelo Ministério do Turismo, bem como providenciará a emissão de relatórios gerenciais destinados ao contínuo monitoramento e adoção de providências.

1. Atos da Secretaria-Executiva

1.1. Portarias da Secretaria-Executiva

Portaria nº 88, de 20 de outubro de 2015

§ 2º O sistema de controle interno será composto de aplicativos de armazenamento de documentos e de informações relativas aos convênios, em todas as suas fases, e, também, de atos normativos e orientativos.

§ 3º Sem prejuízo dos relatórios e do prazo de que trata o **caput**, a CGCV deverá emitir esses relatórios ou outros instrumentos de monitoramento de gestão sempre que houver necessidade.

Art. 4º Com a finalidade de dar fluidez à análise de prestação de contas e à emissão de relatórios de processos de tomada de contas especial, o Coordenador-Geral de Convênios e o Presidente da Comissão de Tomada de Contas Especial, em comum acordo, poderão disponibilizar servidores para que, de forma recíproca, possam realizar atribuições de competência de uma ou de outra unidade.

Art. 5º As disposições desta Portaria aplicam-se também aos Termos de Parceria firmados no âmbito do Ministério do Turismo.

Art. 6º Ficam revogadas as Portarias SE/MTur nº 12, de 4 de março de 2015, e nº 13, de 5 de março de 2015.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ALVES



1. Atos da Secretaria-Executiva

1.1. Portarias da Secretaria-Executiva

Portaria nº 89, de 21 de outubro de 2015

Designa os membros para compor a Comissão Especial de Análise de Prestação de Contas - CEAPC, instituída pela Portaria SE/MTur nº 88, de 20 de outubro de 2015.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MTur nº 170, de 5 de outubro de 2015, e

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os Servidores abaixo relacionados para compor a Comissão Especial de Análise de Prestação de Contas - CEAPC instituída pela Portaria SE/MTur nº 88, de 20 de outubro de 2015, com o objetivo de realizar análise financeira da prestação de contas dos convênios celebrados pelo Ministério do Turismo até 31 de dezembro de 2010:

Servidor	Matrícula SIAPE
Camila Cysneiros Canavarro	1551073
Camila de Sousa Nolasco	1627556
Ianê de Andrade Azevedo	1587044
José Ivo Rolim Bezerra Junior	1920315
Paula Moraes Niquini	1705421
Paulo Roberto de Lima Telles	1549650
Valquíria Salgado Quilici	1923640

Parágrafo único. A CEAPC será coordenada pelas Servidoras Valquíria Salgado Quilici e Camila Cysneiros Canavarro, que atuarão como titular e suplente, respectivamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



1. Atos da Secretaria-Executiva

1.1. Portarias da Secretaria-Executiva

Portaria nº 105, de 03 de dezembro de 2015

Extingue a Comissão Especial de Análise de Prestação de Contas - CEAPC instituída pela Portaria SE/MTur nº 88, de 20 de outubro de 2015.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria GM/MTur nº 170, de 5 de outubro de 2015,

CONSIDERANDO as competências da Coordenação-Geral de Convênios - CGCV estabelecidas no art. 38 do Regimento Interno do Ministério do Turismo, aprovado pela Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica extinta a Comissão Especial de Análise de Prestação de Contas - CEAPC, instituída pela Portaria SE/MTur nº 88, de 20 de outubro de 2015, com o objetivo de realizar análise financeira da prestação de contas dos convênios celebrados pelo Ministério do Turismo até 31 de dezembro de 2010, ficando esta atribuição restituída à CGCV.

Art. 2º Os membros da CEAPC, ora destituída, deverão apresentar-se imediatamente à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP, para retorno às Unidades de origem ou nova lotação a critério da Administração.

Art. 3º Ficam revogadas as Portarias SE/MTur nº 88, de 20 de outubro de 2015, e nº 89, de 21 de outubro de 2015, ambas publicadas no Boletim de Pessoal e Serviço dos dias subsequentes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

2

ALBERTO ALVES

ANEXO VII – Contratos Celebrados em 2015 - CGRL

QUADRO ANEXO VIII – CONTRATOS CELEBRADOS EM 2015

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2015								
CT	Modalidade de Contratação	Favorecido	CNPJ	Data da Assinatura	Vigência	Valor Contratado	Objeto	Status
001/2015	Adesão à Ata de Registro de Preços nº-03/2014 - TCU	GARTNER DO BRASIL SERVIÇOS DE PESQUISAS LTDA	02.593.165/00001-40	02/01/2015	01/01/2017	R\$ 245.500,00	Prestação de serviços técnicos especializados de pesquisa e aconselhamento imparcial em tecnologia da informação conforme especificações do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 05/2014.	VIGENTE
002/2015	Pregão Eletrônico nº 13/2014	DMSS SOFTWARE LTDA.	02.552.009/0001-30	30/01/2015	29/01/2017	R\$ 278.320,70	Contratação de serviços de atualização (upgrade) das licenças da atual solução dos módulos do <i>software</i> estatístico IBM-SPSS, além do direito de atualização da ferramenta e suporte técnico, conforme especificações descritas no Edital e seus anexos.	VIGENTE
003/2015	Inexigibilidade de Licitação nº 015/2014	ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE GESTORES DE EVENTOS E VIAGENS CORPORATIVAS	05.671.251/0001-11	13/02/2015	14/05/2015	R\$ 99.250,00	Locação de espaço de 75m² e a prestação de serviço de montagem e desmontagem do estande institucional do Ministério do Turismo no “10º LACTE – <i>Latin American Corporate Travel Experience</i> ”, que será realizado na cidade de São Paulo – SP, entre os dias 22 a 24 de fevereiro de 2015.	ENCERRADO
004/2015	Inexigibilidade de Licitação nº 016/2014	ASSOCIAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE VIAGENS INDEPENDENTES DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO – AVIESP	47.745.351/0001-95	23/02/2015	22/05/2015	R\$ 120.000,00	Locação de espaço de 84 m² e a prestação de serviço de montagem e desmontagem do estande institucional do Ministério do Turismo na 38ª AVIESP – Expo de Negócios em Turismo 2015, que será realizado na cidade de Campinas - SP, entre os dias 10 a 11 de abril de 2015.	ENCERRADO
005/2015	Pregão Eletrônico nº 01/2015	NETSAFE CORP LTDA.	03.476.184/0001-59	12/03/2015	13/03/2016	R\$ 333.000,00	Contratação de serviços de atualização de licenças incluindo assistência técnica, para solução integrada de segurança McAfee, conforme especificações descritas no Edital e seus anexos.	VIGENTE
006/2015	Dispensa de Licitação nº 068/2015	UNIQUE RENT A CAR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA	06.320.095/0001-07	27/02/2015	02/09/2016	R\$ 664.430,00	Prestação de serviços de locação de veículos, para transporte de pessoal, com motorista, combustível e seguro total (sem franquia), de forma continuada, por demanda, para atender às necessidades do CONTRATANTE na Região Sudeste – Grupo 03, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.	VIGENTE
007/2015	Inexigibilidade de Licitação nº 002/2015	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS	00.287.519/0001-00	17/03/2015	15/06/2015	R\$ 24.999,20	Locação de espaço e montagem especial de 30m² no VIII Encontro Comercial Rio de Janeiro – BRAZTOA, que será	ENCERRADO

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2015								
CT	Modalidade de Contratação	Favorecido	CNPJ	Data da Assinatura	Vigência	Valor Contratado	Objeto	Status
		OPERADORAS DE TURISMO - BRAZTOA					realizado na cidade do Rio de Janeiro-RJ, no dia 19 de março de 2015.	
008/2015	Pregão Eletrônico nº 02/2015	CLIP & CLIPPING COMUNICAÇÃO LTDA – EPP	01.658.889/0001-61	23/03/2015	22/03/2016	R\$ 94.500,00	Contratação de empresa especializada em Clipping de Vídeo para a prestação dos serviços de fornecimento de assinatura de um Banco de Dados atualizado diariamente, contendo imagens, som e textos, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos.	VIGENTE
009/2015	Inexigibilidade de Licitação nº 003/2015	PANROTAS EDITORA LTDA.	46.375.531/0001-60	23/03/2015	20/06/2015	R\$ 200.000,00	Locação de espaço e montagem especial de 97m2 no Fórum PANROTAS – Tendências do Turismo 2015, que acontecerá entre os dias 24 e 25 de março de 2015, no WTC Events Center, em São Paulo-SP.	ENCERRADO
010/2015	Pregão Eletrônico nº 12/2014	ASC SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA.	02.961.711/0001-58	01/04/2015	31/03/2016	R\$ 1.294.354,00	Prestação de serviços de apoio às atividades administrativas, por demanda, a serem executados de forma contínua, no âmbito do Ministério do Turismo, de copeiras, garçons e encarregado geral, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.	VIGENTE
011/2015	Pregão Eletrônico nº 12/2014	VISÃO ADMINISTRAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.	01.708.458/0001-62	01/04/2015	31/03/2016	R\$ 1.440.000,00	Prestação de serviços de apoio às atividades administrativas, por demanda, a serem executados de forma contínua, no âmbito do Ministério do Turismo, de recepcionistas, Office Boy/Contínuo e encarregado geral conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.	VIGENTE

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2015								
CT	Modalidade de Contratação	Favorecido	CNPJ	Data da Assinatura	Vigência	Valor Contratado	Objeto	Status
012/2015	Pregão Eletrônico nº 05/2015	DF TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA –ME	07.832.586/0001-08	01/04/2015	31/12/2015	R\$ 78.450,00	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização de eventos, envolvendo as etapas correlacionadas de planejamento, coordenação, organização e suporte à execução das Reuniões do Conselho Nacional de Turismo, a serem realizadas em datas que serão agendadas no decorrer do ano de 2015 e previamente comunicadas à empresa para providências quanto ao devido atendimento aos itens priorizados, conforme Edital e seus Anexos.	ENCERRADO
013/2015	Inexigibilidade de Licitação nº 004/2015	REED EXHIBITIONS ALCANTARA MACHADO LTDA.	02.162.646/0001-09	20/04/2015	18/07/2015	R\$ 1.488.000,00	Locação de espaço de 940m², sendo 235m² para o estande institucional do Ministério do Turismo, 625m² para o estande dos 25 Estados participantes, 40m² para o estande Café Braztoa e 40m² para a cidade de São Paulo, com a prestação de serviço de montagem e desmontagem, no “WTM – World Travel Market Latin America”, que será realizado na cidade de São Paulo – SP, entre os dias 22 e 24 de abril de 2015.	ENCERRADO
014/2015	Pregão Eletrônico nº 004/2015	TTI INFORMÁTICA REPRESENTAÇÕES E CONSULTORIA LTDA - ME	08.437917/0001-60	05/05/2015	04/05/2016	R\$ 1.220.500,00	Contratação de solução em proteção contra ataques de negação de serviço distribuído – DDoS, incluindo instalação, configuração e suporte técnico, conforme especificações descritas no Edital e seus anexos.	VIGENTE
015/2015	Inexigibilidade de Licitação nº 011/2015	UNICOM COMUNICAÇÃO E PROMOÇÃO EIRELI	05.326.677/0001-38	28/05/2015	25/08/2015	R\$ 300.000,00	Locação de espaço e montagem de estande institucional de 295 m² na 24ª BNTM – Brazil National Tourism Mart – que será realizada na cidade de Fortaleza – CE, durante os dias 28 a 31 de maio de 2015	ENCERRADO
016/2015	Adesão à Ata de Registro de Preços nº 35/2014 – ITI	AMERICA GLOBAL COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA.	32.915.001/0001-52	11/06/2015	10/06/2016	R\$ 114.110,00	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte rodoviário local, estadual e interestadual de mobílias, bagagens e volumes em geral, destinado a mudança de domicílio de servidores e seus dependentes e deslocamentos de bens móveis deste Órgão.	VIGENTE
017/2015	Inexigibilidade de Licitação nº 007/2015	SINDICATO DOS GUIAS DE TURISMO DE MATO GROSSO	37.499.589/0001-24	01/06/2015	29/08/2015	R\$ 30.000,00	Locação de um estande institucional de 20 m², incluindo piso e montagem, no XXXV Congresso Brasileiro de Guias de Turismo que será realizado na cidade de Cuiabá - MT, durante os dias 03 a 07 de junho de 2015.	ENCERRADO
018/2015	Inexigibilidade de Licitação nº 009/2015	PROMO INTELIGENCIA TURISTICA - EIRELI	10.460.019/0001-74	28/05/2015	25/08/2015	R\$ 953.197,25	Locação de espaço e montagem de 600m2 e cenografia na Mostra Viajar 2015, que será realizada no Pavilhão das Culturas Brasileiras, Parque Ibirapuera, na cidade de São Paulo/SP, entre os dias 29 a 31 de maio de 2015.	ENCERRADO

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2015								
CT	Modalidade de Contratação	Favorecido	CNPJ	Data da Assinatura	Vigência	Valor Contratado	Objeto	Status
019/2015	Inexigibilidade de Licitação nº 006/2015	DE ANGELI FEIRAS E EVENTOS LTDA.	10.231.492/0001-80	16/06/2015	16/09/2015	R\$ 120.000,00	Locação de estande de 48m² no Festival de Turismo das Cataratas do Iguaçu que será realizado na cidade de Foz do Iguaçu – Paraná, durante os dias 17 a 19 de junho de 2015.	ENCERRADO
020/2015	Inexigibilidade de Licitação nº 005/2015	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE EVENTOS – ABEOC BRASIL	44.313.666/0001-75	08/06/2015	06/09/2015	R\$ 120.000,00	Locação de espaço e montagem especial de 100m2 no Seminário de Qualificação ABEOC Brasil 2015, que será realizado na cidade de Florianópolis/SC, no dia 16 de junho de 2015, no Costão do Santinho Resort e Spa.	ENCERRADO
021/2015	Inexigibilidade de Licitação nº 008/2015	GBTA DO BRASIL ORGANIZAÇÃO DE CONFERÊNCIAS LTDA.	15.479.222/0001-06	19/06/2015	16/09/2015	R\$ 1.332,00	Locação de estande institucional de 6m², incluindo montagem e desmontagem, na Conferência Latinoamericana GBTA que acontecerá de 21 a 23 de junho de 2015, em São Paulo, SP.	ENCERRADO
022/2015	Inexigibilidade de Licitação nº 010/2015	VISUAL TURISMO LTDA.	55.541.841/0001-06	26/06/2015	26/09/2015	R\$ 88.000,00	Locação de 4 Business Suítes no 5º Workshop Visual – que será realizado em Itaparica -BA, durante os dias 27 a 30 de junho de 2015.	ENCERRADO
024/2015	Inexigibilidade de Licitação nº 015/2015	ASSOCIAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE VIAGEM DE RIBEIRÃO PRETO	01.868.035/0001-00	13/08/2015	13/11/2015	R\$ 120.000,00	Locação de espaço e montagem de estande de 128 m2 na 19ª AVIRRP 2015 – que será realizada na cidade de Ribeirão Preto/SP, durante os dias 14 e 15 de agosto de 2015.	ENCERRADO
025/2015	Adesão à Ata de Registro de Preços nº 04/2015 – MEC	LOGCON LTDA - ME	10.293.076/0001-06	21/08/2015	20/08/2016	R\$ 197.585,00	Prestação de serviços continuados de locação de veículos, na Região Nordeste, para o transporte de autoridades e grupo de trabalho, em serviço, incluindo combustível e motorista devidamente habilitado, sem franquia de quilometragem, com vistas a atender às necessidades do Ministério do Turismo - MTur, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência e seus Encartes, Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 052/2014 e Proposta da CONTRATADA, partes integrantes deste instrumento, como se nele transcrito estivessem.	VIGENTE
026/2015	Inexigibilidade de Licitação nº 016/2015	NATAL CONVENTION & VISITORS BUREAU	03.694.140/0001-03	27/08/2015	25/11/2015	R\$ 200.000,00	Locação de espaço e montagem de 300 m2 no 4th ICCA Latin American Meeting & 9th Client Supplier Business – que será realizado na cidade de Natal/RN, durante os dias 01 e 04 de setembro de 2015.	ENCERRADO
027/2015	Adesão à Ata de Registro de Preços nº 002/ANA/2015	LIGA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	26.972.885/0001-84	02/09/2015	01/09/2016	R\$ 331.931,76	Prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva do sistema de ar condicionado nas dependências do Ministério do Turismo, com fornecimento de todos os materiais de consumo, peças de reposição e mão-de-obra, com utilização de peças, insumos e componentes genuínos dos respectivos fabricantes, consoante condições,	VIGENTE

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2015								
CT	Modalidade de Contratação	Favorecido	CNPJ	Data da Assinatura	Vigência	Valor Contratado	Objeto	Status
							especificações e exigências descritas no Pregão Eletrônico nº 001/ANA/2015 e respectivos anexos.	
028/2015	Inexigibilidade de Licitação nº 017/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA	03.360.305/0001-04	09/09/2015	31/03/2016	R\$ 725.641,25	Prestação de serviços pela CONTRATADA, na operacionalização dos Programas e das Ações geridos pelo CONTRATANTE, lastreados com recursos de investimentos, consignados no Orçamento Geral da União, a título de transferências voluntárias, na forma do disposto em instrumentos a serem editados pelo CONTRATANTE, conforme obrigações estabelecidas na Cláusula Segunda.	VIGENTE
029/2015	Inexigibilidade de Licitação nº 018/2015	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE VIAGENS - ABAV	27.287.283/0001-50	22/09/2015	20/12/2015	R\$ 3.099.076,00	Locação de espaço e montagem de 1958m², sendo 1300m² destinados aos Estados, 300m² destinados ao estande institucional do MTur, 50m² para a sala de capacitação da Vila do Saber, 76m² para o estande corporativo, 60m² para o Café Brasil na área da Braztoa, 102m² para o Café na área Brasil e 70m² para a Sala Vip dos agentes de viagens na 43ª edição da ABAV – Expo Internacional de Turismo, a realizar-se entre os dias 24 e 26 de setembro de 2015, no Anhembi Parque, em São Paulo-SP.	ENCERRADO
030/2015	Pregão Eletrônico nº 07/2015	EVIDENCE LOCAÇÕES E EVENTOS LTDA - EPP	11.582.094/0001-70	22/09/2015	20/12/2015	R\$ 35.978,22	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização de eventos, envolvendo as etapas correlacionadas de planejamento, coordenação, organização e suporte à execução do evento “Ano Olímpico para o Turismo”, a ser realizado no centro de Convenções Ulysses Guimarães, na Cidade de Brasília/DF, conforme Edital e seus Anexos.	ENCERRADO
031/2015	Adesão à Ata de Registro de Preços nº 02/2015-FUNASA	GIOM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE MÓVEIS LTDA	05.500.641/0001-29	29/09/2015	28/09/2016	R\$ 105.000,00	Aquisição de 150 (cento e cinquenta) poltronas operacionais com tela e braços reguláveis (item 48), conforme especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 26/2014/Funasa, com a finalidade de atender às necessidades do Ministério do Turismo.	VIGENTE
032/2015	Inexigibilidade de Licitação nº 019/2015	CLÁUDIO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR	13.916.553/0001-30	15/10/2015	12/01/2016	R\$ 80.000,00	Locação de <i>Lounge</i> Institucional de 80m² no 5º Festival de Turismo de João Pessoa, a realizar-se entre os dias 16 e 17 de outubro de 2015, em João Pessoa/PB.	ENCERRADO
033/2015	Inexigibilidade de Licitação nº 022/2015	ROSSI E ZORZANELLO LTDA -EPP	92.081.926/0001-77	05/11/2015	03/02/2016	R\$ 165.231,00	Locação de espaço e montagem de 96m² destinados ao estande Institucional do Ministério do Turismo no 27º Festival de Turismo de Gramado, a realizar-se de 5 a 8 de	ENCERRADO

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2015								
CT	Modalidade de Contratação	Favorecido	CNPJ	Data da Assinatura	Vigência	Valor Contratado	Objeto	Status
							novembro de 2015, nas dependências do Centro de Eventos Serra Park, na cidade de Gramado/RS.	
034/2015	Dispensa de Licitação nº 186/2015 - inciso XIII	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV	33.641.663/0001-44	28/12/2015	27/12/2016	R\$ 1.076.000,00	Contratação de serviços técnicos especializados para a realização de Sondagens de Expectativas do Consumidor – Intenção de Viagem, bem como as Sondagens Empresariais Boletim de Desempenho Econômico do Turismo – BDET e Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo - PACET.	VIGENTE
035/2015	Dispensa de Licitação nº 195/2015 – INCISO XIII	FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE	43.942.358/0001-46	22/12/2015	21/08/2017	R\$ 4.187.451,00	Realização de pesquisa econômica estrutural sobre a caracterização e dimensionamento do turismo internacional no Brasil – receptivo e emissivo e contagem do fluxo turístico receptivo e emissivo aéreo no Brasil, em 2016.	VIGENTE
036/2015	Pregão Eletrônico nº 08/2015	BRASAL COMBUSTÍVEIS LTDA	00.097.626/0001-68	31/12/2015	31/12/2016	R\$ 110.013,00	Fornecimento de combustíveis, por demanda, para abastecimento dos veículos oficiais e do Grupo Gerador de Energia Elétrica Emergencial do Ministério do Turismo, em Brasília/DF, conforme quantidades e especificações gerais constantes do Termo de Referência Anexo I do Edital.	VIGENTE
TC nº 001/2015	Inexigibilidade de Licitação nº 013/2015	IMPrensa Nacional	04.196.645/0001-00	25/08/2015	24/08/2016	R\$ 250.000,00	Prestação de serviços de publicação de matérias de caráter oficial, nas edições normais, extras e suplementares do Diário Oficial da União.	VIGENTE

ANEXO VIII - Contratos firmados com Inexigibilidade de Licitação - CGRL

QUADRO ANEXO IX – CONTRATOS FIRMADOS COM INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO EM 2015				
Inex.	Contratado	CNPJ	Valor	Objeto
001/2015	CIPA FIERA MILANO PUBLICAÇÕES E EVENTOS LTDA	12.591.077/0001-62	R\$ 44.000,00	Locação de espaço de 50 m² e a prestação de serviço de montagem e desmontagem do estande institucional do Ministério do Turismo na <i>Food Hospitality World</i> – Feira Profissional de Alimentação/CONOTEL 2015, que será realizado na cidade de São Paulo/SP, entre os dias 16 a 18 de março de 2015.
002/2015	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS OPERADORAS DE TURISMO - BRAZTOA	00.287.519/0001-00	R\$ 24.999,20	Locação de espaço e montagem especial de 30m² no VIII Encontro Comercial Rio de Janeiro – BRAZTOA, que será realizado na cidade do Rio de Janeiro-RJ, no dia 19 de março de 2015.
003/2015	PANROTAS EDITORA LTDA.	46.375.531/0001-60	R\$ 200.000,00	Locação de espaço e montagem especial de 97m2 no Fórum PANROTAS – Tendências do Turismo 2015, que acontecerá entre os dias 24 e 25 de março de 2015, no <i>WTC Events Center</i> , em São Paulo-SP.
004/2015	REED EXHIBITIONS ALCANTARA MACHADO LTDA.	02.162.646/0001-09	R\$ 1.488.000,00	Locação de espaço de 940m², sendo 235m² para o estande institucional do Ministério do Turismo, 625m² para o estande dos 25 Estados participantes, 40m² para o estande Café Braztoa e 40m² para a cidade de São Paulo, com a prestação de serviço de montagem e desmontagem, no “ <i>WTM – World Travel Market Latin America</i> ”, que será realizado na cidade de São Paulo – SP, entre os dias 22 e 24 de abril de 2015.
005/2015	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE EVENTOS – ABEOC BRASIL	44.313.666/0001-75	R\$ 120.000,00	Locação de espaço e montagem especial de 100m2 no Seminário de Qualificação ABEOC Brasil 2015, que será realizado na cidade de Florianópolis/SC, no dia 16 de junho de 2015, no Costão do Santinho Resort e Spa.
006/2015	DE ANGELI FEIRAS E EVENTOS LTDA.	10.231.492/0001-80	R\$ 120.000,00	Locação de estande de 48m² no Festival de Turismo das Cataratas do Iguaçu que será realizado na cidade de Foz do Iguaçu – Paraná, durante os dias 17 a 19 de junho de 2015.
007/2015	SINDICATO DOS GUIAS DE TURISMO DE MATO GROSSO	37.499.589/0001-24	R\$ 30.000,00	Locação de um estande institucional de 20 m², incluindo piso e montagem, no XXXV Congresso Brasileiro de Guias de Turismo que será realizado na cidade de Cuiabá - MT, durante os dias 03 a 07 de junho de 2015.
008/2015	GBTA DO BRASIL ORGANIZAÇÃO DE CONFERÊNCIAS LTDA.	15.479.222/0001-06	R\$ 1.332,00	Locação de estande institucional de 6m², incluindo montagem e desmontagem, na Conferência Latinoamericana GBTA que acontecerá de 21 a 23 de junho de 2015, em São Paulo, SP.
009/2015	PROMO INTELIGENCIA TURISTICA - EIRELI	10.460.019/0001-74	R\$ 953.197,25	Locação de espaço e montagem de 600m2 e cenografia na Mostra Viajar 2015, que será realizada no Pavilhão das Culturas Brasileiras, Parque Ibirapuera, na cidade de São Paulo/SP, entre os dias 29 a 31 de maio de 2015.
010/2015	VISUAL TURISMO LTDA.	55.541.841/0001-06	R\$ 88.000,00	Locação de 4 Business Suítes no 5º <i>Workshop</i> Visual – que será realizado em Itaparica -BA, durante os dias 27 a 30 de junho de 2015.

011/2015	UNICOM COMUNICAÇÃO E PROMOÇÃO EIRELI	05.326.677/0001-38	R\$ 300.000,00	Locação de espaço e montagem de estande institucional de 295 m² na 24ª BNTM – <i>Brazil National Tourism Mart</i> – que será realizada na cidade de Fortaleza – CE, durante os dias 28 a 31 de maio de 2015
013/2015	IMPrensa Nacional	04.196.645/0001-00	R\$ 250.000,00	Prestação de serviços de publicação de matérias de caráter oficial, nas edições normais, extras e suplementares do Diário Oficial da União.
014/2015	V & J TURISMO E EVENTOS LTDA - ME	40.810.350/0001-38	R\$ 108.000,00	Locação de espaço totalizados 240 m² e montagem de estande institucional de 48 m² no 2º Salão de Turismo Rota 101 Nordeste – que será realizada na cidade de Olinda – PE, durante os dias 06 a 08 de agosto de 2015.
015/2015	ASSOCIAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE VIAGEM DE RIBEIRÃO PRETO	01.868.035/0001-00	R\$ 120.000,00	Locação de espaço e montagem de estande de 128 m² na 19ª AVIRRP 2015 – que será realizada na cidade de Ribeirão Preto/SP, durante os dias 14 e 15 de agosto de 2015.
016/2015	NATAL CONVENTION & VISITORS BUREAU	03.694.140/0001-03	R\$ 200.000,00	Locação de espaço e montagem de 300 m² no 4th ICCA Latin American Meeting & 9th Client Supplier Business – que será realizado na cidade de Natal/RN, durante os dias 01 e 04 de setembro de 2015.
017/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA	03.360.305/0001-04	R\$ 725.641,25	Prestação de serviços pela CONTRATADA, na operacionalização dos Programas e das Ações geridos pelo CONTRATANTE, lastreados com recursos de investimentos, consignados no Orçamento Geral da União, a título de transferências voluntárias, na forma do disposto em instrumentos a serem editados pelo CONTRATANTE, conforme obrigações estabelecidas na Cláusula Segunda.
018/2015	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE VIAGENS - ABAV	27.287.283/0001-50	R\$ 3.099.076,00	Locação de espaço e montagem de 1958m², sendo 1300m² destinados aos Estados, 300m² destinados ao estande institucional do MTur, 50m² para a sala de capacitação da Vila do Saber, 76m² para o estande corporativo, 60m² para o Café Brasil na área da Braztoa, 102m² para o Café na área Brasil e 70m² para a Sala Vip dos agentes de viagens na 43ª edição da ABAV – Expo Internacional de Turismo, a realizar-se entre os dias 24 e 26 de setembro de 2015, no Anhembi Parque, em São Paulo-SP.
019/2015	CLÁUDIO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR	13.916.553/0001-30	R\$ 80.000,00	Locação de Lounge Institucional de 80m² no 5º Festival de Turismo de João Pessoa, a realizar-se entre os dias 16 e 17 de outubro de 2015, em João Pessoa/PB.
022/2015	ROSSI E ZORZANELLO LTDA - EPP	92.081.926/0001-77	R\$ 165.231,00	Locação de espaço e montagem de 96m² destinados ao estande Institucional do Ministério do Turismo no 27º Festival de Turismo de Gramado, a realizar-se de 5 a 8 de novembro de 2015, nas dependências do Centro de Eventos Serra Park, na cidade de Gramado/RS.

ANEXO IX – Contratos prorrogados/vigentes em 2015 - CGRL

QUADRO ANEXO X – CONTRATOS PRORROGADOS/VIGENTES EM 2015

CONTRATOS PRORROGADOS/VIGENTES EM 2015				
FAVORECIDO	CNPJ	VIGÊNCIA	VALOR (R\$)	OBJETO
CTIS - INFORMÁTICA LTDA.	01.644.731/0001-32	01/12/2016	9.692.344,60	Prestação de serviços de Assessoria Técnica e Sustentação de Produtos e serviços de Tecnologia da Informação (TI) do Ministério do Turismo.
PANACOPY COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA	37.165.529/0001-75	09/05/2016	679.500,00	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de cópias e impressão monocromáticas e policromáticas, plastificação, encadernação e acabamento, incluindo fornecimento de mão de obra, para operação dos equipamentos, e de todos os insumos necessários à execução dos serviços, inclusive papel e transparências, mediante a instalação de Centrais Reprográficas.
FSB COMUNICAÇÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO LTDA	03.585.183/0004-95	07/12/2016	8.125.000,00	Prestação dos serviços de Comunicação Institucional e de Relações Públicas, para prestar serviços de consultoria, análise, planejamento estratégico, assessoria de comunicações e relações públicas de acordo com as condições e especificações constantes deste Instrumento e do Projeto Básico - Anexo I, do Edital de Concorrência nº 01/2011.
CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.	07.522.669/0001-92	07/09/2016	387.775,76	Fornecimento de energia elétrica para a extensão do Ministério do Turismo, situado no Shopping ID, Torre A - SCN 06, Bloco A, 10º, 11º e 12º andares, em Brasília/DF.
PRISMA SYS INFORMÁTICA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	38.068.664/0001-65	02/05/2016	9.000,00	Aquisição de 02 (duas) licenças de <i>software</i> de consulta, extração de dados e relatórios do SIAFI que possibilite facilitar o planejamento e a análise de execução orçamentária e financeira, atendendo a demanda dos setores que promovem a administração financeira do CONTRATANTE, além de prover a transparência e otimização das ações orçamentárias.
3R LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E TURISMO LTDA -ME	10.660.342/0001-91	21/05/2016	1.261.215,60	Prestação de serviços de Atividades Complementares, por demanda, de forma contínua, sendo Motorista Executivo e Motorista de Carro Leve, objetivando suprir as necessidades da CONTRATANTE, relativas ao desenvolvimento de suas atividades, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.

WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA.	06.091.637/0001-17	11/06/2016	263.095,68	Prestação de serviços de Atividades Complementares, por demanda, de forma contínua, Carregador, objetivando suprir as necessidades da CONTRATANTE, relativas ao desenvolvimento de suas atividades, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.
INSTITUTO BLAISE PASCAL	07.787.415/0001-04	31/07/2016	6.698,00	Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços, por Agente de Integração, para fins de execução do estágio no âmbito do CONTRATANTE, com a atribuição de intermediar, junto às instituições de ensino médio e superior, a celebração de Termo de Compromisso com estudantes interessados em estágios.
SÂMIO BANDEIRA ME	14.860.358/0001-07	16/10/2016	53.500,00	Prestação de serviços no fornecimento e entrega diária de jornais e revistas, bem como o fornecimento das senhas de acesso <i>on line</i> de todos os periódicos que disponibilizem esse serviço, conforme quantidade e especificações descritas no Edital e seus Anexos, a ser prestado para o CONTRATANTE.
EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC	09.168.704/0001-42	06/12/2016	112.500,00	Distribuição, pela CONTRATADA, da publicidade legal de interesse do CONTRATANTE nos Jornais de Circulação Nacional, excluindo-se a distribuição de publicidade legal feita nos órgãos ou veículos de divulgação oficiais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
ARTPLAN COMUNICAÇÃO S/A	33.673.286/0004-78	05/03/2016	40.000.000,00	Prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, bem como promover a venda de bens ou serviços, difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou informar o público em geral.
BEES PUBLICIDADE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA	06.326.015/0001-20	05/03/2016		Prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, bem como promover a venda de bens ou serviços, difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou informar o público em geral.
ESPAÇO & FORMA MÓVEIS E DIVISÓRIAS LTDA	37.977.691/0007-83	21/02/2017	757.940,00	Contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, de serviços de instalação e manutenção, por demanda, de painéis, divisórias, portas e complementos, forros e luminárias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e em seu apêndice, para uso nas instalações do CONTRATANTE
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA	00.360.305/0001-04	28/05/2016	697.000.000,00	Prestação de serviços pela Contratada, consistentes na operacionalização de Projetos de Infraestrutura Turística apoiados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, enquadrados na Ação "Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística", gerida pelo CONTRATANTE, lastreados com recursos consignados no Orçamento Geral da União, a

				título de transferência obrigatória, na forma do disposto em instrumentos a serem editados pela Contratante
LAICOM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME	00.850.172/0001-54	13/07/2016	59.945,00	Prestação de serviços continuados de manutenção de veículos automotores, por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais, compreendendo mecânica e elétrica, lanternagem e pintura, balanceamento de roda e alinhamento de direção, assistência de socorro mecânico, capotaria e tapeçaria, troca de óleo e lubrificante, reparo e troca de pneu/roda (borracharia), ar condicionado, substituição de vidro e película de controle solar, serviço acessório de som veicular, e serviços de manutenção/revisão de veículos cobertos pela garantia de fábrica nas oficinas das empresas concessionárias do (s) fabricante (s) dos veículos, nas viaturas de propriedade do Ministério do Turismo, conforme especificações descritas no Edital e seus Anexos
ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	34.028.316/0007-07	09/12/2016	800.000,00	Prestação de Serviços de Correios e Telégrafos
CLARO S/A	40.432.544/0001-47	30/12/2016	R\$ 450.555,05	Prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal – SMP, para comunicação de voz e dados, com fornecimento de aparelho em regime de comodato, por demanda, conforme condições e especificações presentes no edital e seus anexos, para o perfil de tráfego estimado.
CLARO S/A	40.432.544/0001-47	30/12/2016	R\$ 94.123,40	Prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal – SMP, para comunicação de voz e dados, por demanda, conforme condições e especificações presentes no edital e seus anexos, para o perfil de tráfego estimado.
FIPE - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS	43.942.358/0001-46	16/11/2015	4.546.709,00	Prestação de serviços pela CONTRATADA para realização de pesquisa sobre a “Caracterização e Dimensionamento do Turismo Internacional no Brasil, receptivo e emissivo, e sobre a contagem do fluxo turístico aéreo receptivo e emissivo no Brasil, para o ano de 2014”.
ANTONIO VENÂNCIO DA SILVA EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	00.320.523/0001-15	14/01/2017	3.127.857,24	Contrato a locação de imóvel de propriedade da LOCADORA, localizado no SCN – Setor Comercial Norte, Quadra 06, Conjunto A, Bloco “A”, 10º, 11º e 12º Pavimentos, Edifício Super Center Venâncio 3000, Asa Norte - Brasília/DF, descritos e caracterizados na Escritura Pública expedida pelo Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal.

APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA-EPP	26.423.228/0001-88	05/03/2016	1.780.000,00	Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens que compreende os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como a emissão de Seguro Internacional de Saúde (Seguro Viagem), para atender às necessidades de deslocamentos dos servidores, convidados e colaboradores eventuais do Órgão quando em viagem a serviço, por meio de posto de atendimento da CONTRATADA a ser instalado na CONTRATANTE.
LEVIT COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS TECNOLÓGICOS LTDA - ME	11.994.821/0001-07	06/04/2016	43.500,00	Prestação de serviço de confecção e emissão de Crachás de Identificação de Guia de turismo para atender as necessidades do CONTRATANTE em âmbito nacional, de forma continuada e por demanda.
SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA	01.608.603/0001-33	12/07/2016	3.218.314,80	Prestação de serviços de Secretariado, por demanda, de forma contínua, objetivando suprir as necessidades do Ministério do Turismo, em Brasília/DF, conforme condições e especificações constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2010 e seus Anexos.
VIP SERVICE CLUB LOCADORA E SERVIÇOS LTDA	02.605.452/0001-22	17/06/2016	117.800,00	Prestação de serviços de locação de veículos, para transporte de pessoal, com motorista, combustível e seguro total (sem franquia), de forma continuada, por demanda, para atender às necessidades do CONTRATANTE na Região Centro – Oeste – Grupo 02, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.
UNIFY – SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	67.071.001/0003-60	18/12/2016	88.739,64	Prestação de serviços de ampliação, atualização, virtualização e suporte técnico da solução de Telefonia VoIP do CONTRATANTE, conforme especificações técnicas descritas no Edital e seus anexos.
UNIQUE RENT A CAR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA	06.320.095/0001-07	02/09/2016	134.948,50	Prestação de serviços de locação de veículos, para transporte de pessoal, com motorista, combustível e seguro total (sem franquia), de forma continuada, por demanda, para atender às necessidades do CONTRATANTE na Região Sul – Grupo 04, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.
NIVA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA-ME	09.053.350/0001-90	27/07/2016	66.000,00	Contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para fornecimento e implantação de solução de armazenamento e cópia de segurança de dados, com garantia (suporte e manutenção) da solução de 48 (quarenta e oito) meses, incluindo serviço de instalação e configuração e serviço de transferência de conhecimento, para o Ministério do Turismo – MTur. (STORAGE)
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	33.683.111/0001-07	27/07/2016	6.000,00	Prestação de serviços de processamento de dados para prover informações do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF e do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ por meio de acesso ao serviço via WEB – INFOCONV.
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	33.683.111/0001-07	21/08/2016	417.600,00	Prestação de serviços especializados de tecnologia da informação e gerenciamento de conexões à INFOVIA Brasília.
ASC SERVICE SEGURANÇA	08.875.253/0001-10	30/09/2016	1.436.938,80	Prestação de serviços de apoio as atividades administrativas de vigilância armada e desarmada, por demanda, a serem executados de forma contínua, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.

CLARO S/A	40.432.544/0001-47	16/11/2016	208.838,94	Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (fixo-fixo e fixo-móvel), Longa Distância Nacional e Internacional e Discagem Direta Gratuita: Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na Modalidade Local a partir da cidade de Brasília através de entroncamento digital; Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na Modalidade Longa Distância Nacional e Internacional a partir da cidade de Brasília e Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na Modalidade Discagem Direta Gratuita (DDG), utilizando o prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa.
APECÊ - SERVIÇOS GERAIS LTDA	00.087.163/0001-53	17/11/2016	748.211,88	Prestação de serviços de limpeza, conservação e asseio, incluindo-se o fornecimento de todo o material de consumo e demais equipamentos necessários, por demanda, à execução adequada dos serviços no âmbito do Ministério do Turismo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.
TELLUS S/A INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES	24.935.454/0001-12	10/12/2016	6.036.366,34	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de gestão, operação, administração, projeto, implementação, implantação, treinamento, suporte técnico e operacional aos servidores e colaboradores da instituição, atendimento a turistas e cidadãos em geral, através de atendimento receptivo e ativo da Central de Atendimento do Ministério do Turismo – MTur nas formas eletrônica e humana, assim como serviços especializados por demanda, abrangendo instalações físicas, infraestrutura de engenharia de redes locais de computadores e rede interna (elétrica e cabeamento estruturado), disponibilização e sustentação dos sistemas informatizados para gestão dos atendimentos, adequações ambientais, engenharia de telecomunicações (equipamentos da plataforma de comunicação de voz e integração CTI - <i>Computer Telephony Integration</i>), equipamentos, aplicativos (hardware e software), mobiliário, recursos humanos e demais recursos necessários à prestação dos serviços, de acordo com as condições expressas no Edital e em seus anexos, visando atender as demandas do MTur.

ANEXO X – Atas de Registros de Preços realizadas em 2015 - CGRL

QUADRO ANEXO XI – ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS REALIZADAS EM 2015

ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS EM 2015						
Ata nº 001/2015	NOGUEIRA NOBRE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME	05.383.313/0001-90	31/03/2015	30/03/2016	R\$ 208.240,80	Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Consumo, para atender as necessidades do Ministério do Turismo, conforme condições e especificações constantes dos Grupos 1 e 9 do Anexo I do Edital.
Ata nº 002/2015	GLOBAL COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA - ME	07.522.273/0001-45	31/03/2015	30/03/2016	R\$ 31.118,50	Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Consumo, para atender as necessidades do Ministério do Turismo, conforme condições e especificações constantes dos Grupos 2, 3, 7 e item 78 do Anexo I do Edital.
Ata nº 003/2015	TOTAL DISTRIBUIDORA E ATACADISTA LTDA - EPP	10.986.234/0001-03	31/03/2015	30/03/2016	R\$ 46.640,00	Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Consumo, para atender as necessidades do Ministério do Turismo, conforme condições e especificações constantes do Grupo 5 do Anexo I do Edital.
Ata nº 004/2015	PROGRAF PRODUTOS GRÁFICOS LTDA - EPP	00.446.039/0001-37	31/03/2015	30/03/2016	R\$ 26.001,50	Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Consumo, para atender as necessidades do Ministério do Turismo, conforme condições e especificações constantes do Grupo 6 do Anexo I do Edital.
Ata nº 005/2015	LINHA BRASIL PLÁSTICOS EIRELI - ME	03.890.611/0001-40	31/03/2015	30/03/2016	R\$ 52.709,00	Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Consumo, para atender as necessidades do Ministério do Turismo, conforme condições e especificações constantes do Grupo 8 do Anexo I do Edital.

Anexo XI - Relatório de despesas e de redução de gastos do MTur

ANEXO XII /CGRL														
Percent. Redução (%)	Valor Final Após Redução	Observações / Justificativa	Nº do Contrato	Ano do Contrato	Valor Inicial	Valor Final	Modalidade	Data de Assinatura	Início da Vigência	Fim da Vigência	Fim da Vigência do Último Aditivo	Quant. de Termos Aditivos	Forma de Compra	Objeto
25%	R\$ 9.692.344,69	Embora a prestação de serviços de informática não conste da relação de bens e serviços do Decreto nº 8.540/2015, houve esforços para a redução no contrato com vistas a reduzir o gasto público.	22	2010	R\$ 8.017.027,20	R\$ 12.923.126,25	50 - Contrato	02/12/2010	02/12/2010	01/12/2011	01/12/2016	5	SISPP	Prestação de serviços de Assessoria Técnica e Sustentação de Produtos e serviços de Tecnologia da Informação (TI) do Ministério do Turismo.
0%	R\$ 679.500,00	Os serviços contratados atendem ao MTur e MME, estando a execução contratual no limite do valor contratado.	6	2011	R\$ 543.600,00	R\$ 679.500,00	50 - Contrato	10/05/2011	10/05/2011	09/05/2012	09/05/2016	4	SISPP	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de cópias e impressão monocromáticas e policromáticas, plastificação, encadernação e acabamento, incluindo fornecimento de mão de obra, para operação dos equipamentos, e de todos os insumos necessários à execução dos serviços, inclusive papel e transparências, mediante a instalação de Centrais Reprográficas.
0%	R\$ 8.125.000,00	A não redução do contrato justifica-se em razão da necessidade de se manter os serviços de relações públicas para o ano de 2016, ano considerado como um dos mais importantes em termos de visibilidade para o país como destino turístico, tendo em vista a realização do Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016. Estes eventos são vistos como oportunidade importante para se trabalhar a imagem do Brasil, impulsionando o fluxo de turistas.	11	2011	R\$ 6.500.000,00	R\$ 8.125.000,00	50 - Contrato	08/12/2011	08/12/2011	07/12/2012	07/12/2016	6	SISPP	Prestação dos serviços de Comunicação Institucional e de Relações Públicas, para prestar serviços de consultoria, análise, planejamento estratégico, assessoria de comunicações e relações públicas de acordo com as condições e especificações constantes deste Instrumento e do Projeto Básico - Anexo I, do Edital de Concorrência nº 01/2011.
0%	R\$ 264.000,00	Está em análise a adequação da demanda contratada, bem como a implementação de ações com o objetivo de reduzir o consumo mensal de energia elétrica. Ademais, a execução contratual encontra-se no limite do valor contratado, em razão dos aumentos das tarifas no decorrer do exercício.	12	2011	R\$ 264.000,00	R\$ 264.000,00	50 - Contrato	08/09/2011	08/09/2011	07/09/2012	07/09/2016	4	SISPP	Regular, exclusivamente, segundo estrutura da tarifa de Baixa Tensão, o fornecimento de energia elétrica ao CONTRATANTE, pela CONTRATADA, necessária ao funcionamento de sua instalação localizada(s) em diversos pontos do Distrito Federal, sob sua responsabilidade, com exceção da Iluminação Pública.
37,43%	R\$ 789.142,60		6	2012	R\$ 685.980,00	R\$ 1.261.215,60	50 - Contrato	22/05/2012	22/05/2012	21/05/2013	21/05/2016	3	SISPP	Prestação de serviços de Atividades Complementares, por demanda, de forma contínua, sendo Motorista Executivo e Motorista de Carro Leve, objetivando suprir

														as necessidades da CONTRATANTE, relativas ao desenvolvimento de suas atividades, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.
37,50%	R\$ 164.434,80		7	2012	R\$ 179.450,00	R\$ 263.095,68	50 - Contrato	12/06/2012	12/06/2012	11/06/2013	11/06/2016	3	SISPP	Prestação de serviços de Atividades Complementares, por demanda, de forma contínua, Carregador, objetivando suprir as necessidades da CONTRATANTE, relativas ao desenvolvimento de suas atividades, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.
0%	R\$ 6.698,00	Trata-se de prestação de serviço de agenciamento de estagiários, por demanda. Com a nova estrutura do MTur, está em análise uma possível redução.	10	2012	R\$ 6.698,00	R\$ 6.698,00	50 - Contrato	01/08/2012	01/08/2012	31/07/2013	31/07/2016	3	SISPP	Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços, por Agente de Integração, para fins de execução do estágio no âmbito do CONTRATANTE, com a atribuição de intermediar, junto às instituições de ensino médio e superior, a celebração de Termo de Compromisso com estudantes interessados em estágios.
25%	R\$ 40.125,00		19	2012	R\$ 42.800,00	R\$ 53.500,00	50 - Contrato	17/10/2012	17/12/2012	16/10/2013	16/10/2016	3	SISPP	Prestação de serviços no fornecimento e entrega diária de jornais e revistas, bem como o fornecimento das senhas de acesso <i>on line</i> de todos os periódicos que disponibilizem esse serviço, conforme quantidade e especificações descritas no Edital e seus Anexos, a ser prestado para o CONTRATANTE.
25%	R\$ 112.500,00		29	2012	R\$ 300.000,00	R\$ 150.000,00	50 - Contrato	07/12/2012	07/12/2012	06/12/2013	06/12/2016	3	SISPP	Distribuição, pela CONTRATADA, da publicidade legal de interesse do CONTRATANTE nos Jornais de Circulação Nacional, excluindo-se a distribuição de publicidade legal feita nos órgãos ou veículos de divulgação oficiais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
25%	R\$ 568.455,00		3	2013	R\$ 757.940,00	R\$ 757.940,00	50 - Contrato	22/02/2013	22/02/2013	21/02/2014	21/02/2016	2	SISPP	Contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, de serviços de instalação e manutenção, por demanda, de painéis, divisórias, portas e complementos, forros e luminárias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e em seu apêndice, para uso nas instalações do CONTRATANTE.
0%	R\$ 59.945,00	A frota de veículos oficiais do MTur é composta por veículos com longo tempo de uso, alguns superiores a 5 anos, o que requer manutenção constante. Assim, não há a possibilidade de redução do referido contrato.	16	2013	R\$ 59.945,00	R\$ 59.945,00	50 - Contrato	12/07/2013	12/07/2013	11/07/2014	13/07/2016	2	SISPP	Prestação de serviços continuados de manutenção de veículos automotores, por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais, compreendendo mecânica e elétrica, lanternagem e pintura, balanceamento de roda e alinhamento de direção, assistência de socorro mecânico, capotaria e tapeçaria, troca de óleo e lubrificante, reparo e troca de pneu/roda (borracharia), ar condicionado, substituição de vidro e película de controle solar, serviço acessório de som veicular, e serviços de manutenção/revisão de veículos cobertos pela garantia de fábrica nas oficinas das empresas concessionárias do (s) fabricante (s) dos veículos, nas viaturas de propriedade do Ministério do Turismo, conforme especificações descritas no Edital e seus Anexos.
25%	R\$ 600.000,00		24	2013	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00	50 - Contrato	10/12/2013	10/12/2013	09/12/2014	09/12/2016	2	SISPP	Prestação de Serviços de Correios e Telégrafos.
50%	R\$ 450.555,05		26	2013	R\$ 1.005.385,30	R\$ 901.110,10	50 - Contrato	31/12/2013	31/12/2013	30/12/2014	30/12/2016	2	SISPP	Prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal – SMP, para comunicação de voz e dados, com fornecimento de aparelho em regime de comodato, por demanda, conforme condições e especificações presentes no edital e seus anexos, para o perfil de tráfego estimado.
50%	R\$ 94.123,40		27	2013	R\$ 188.246,80	R\$ 188.246,80	50 - Contrato	31/12/2013	31/12/2013	30/12/2018	30/12/2016	3	SISPP	Prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal – SMP, para comunicação de voz e dados, por demanda, conforme condições e especificações presentes no edital e seus anexos, para o perfil de tráfego estimado.
0%	R\$ 1.941.000,00	Contrato encerrado.	29	2013	R\$ 1.941.000,00	R\$ 1.941.000,00	50 - Contrato	16/12/2013	16/12/2013	10/12/2015	10/12/2015	0	SISPP	Prestação de serviços pela CONTRATADA para realização de estudo técnico especializados em "Pesquisas de

														Sondagens de Expectativas Empresariais e do Consumidor do Setor de Turismo".
0%	R\$ 3.127.857,24	Com a nova estrutura do MTur, está em análise a devolução de 1 (um) andar do Shopping ID, o que refletirá na redução de aproximadamente 33% do valor do Contrato Administrativo nº 001/2014, no qual estão incluídos os valores do aluguel, IPTU e taxa de condomínio.	1	2014	R\$ 2.969.660,00	R\$ 3.127.857,24	50 - Contrato	15/01/2014	15/01/2014	14/01/2015	14/01/2017	2	SISPP	Contrato a locação de imóvel de propriedade da LOCADORA, localizado no SCN – Setor Comercial Norte, Quadra 06, Conjunto A, Bloco "A", 10º, 11º e 12º Pavimentos, Edifício Super Center Venâncio 3000, Asa Norte - Brasília/DF, descritos e caracterizados na Escritura Pública expedida pelo Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal.
30%	R\$ 1.246.560,00		3	2014	R\$ 1.800.304,00	R\$ 1.780.800,00	50 - Contrato	06/03/2014	06/03/2014	05/03/2015	05/03/2016	1	SISPP	Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens que compreende os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como a emissão de Seguro Internacional de Saúde (Seguro Viagem), para atender às necessidades de deslocamentos dos servidores, convidados e colaboradores eventuais do Órgão quando em viagem a serviço, por meio de posto de atendimento da CONTRATADA a ser instalado na CONTRATANTE.
0%	R\$ 43.500,00	A prestação do serviço não está contemplada nas atividades relacionadas no Anexo do decreto nº 8.540/2015.	4	2014	R\$ 43.500,00	R\$ 43.500,00	50 - Contrato	07/04/2014	07/04/2014	06/04/2015	06/04/2016	1	SISPP	Prestação de serviço de confecção e emissão de Crachás de Identificação de Guia de turismo para atender as necessidades do CONTRATANTE em âmbito nacional, de forma continuada e por demanda.
0%	R\$ 3.218.314,80	A redução do contrato está em análise, tendo em vista a nova estrutura regimental do MTur aprovada por meio do Decreto nº 8.627, de 30 de dezembro de 2015.	12	2014	R\$ 2.922.320,40	R\$ 3.218.314,80	50 - Contrato	20/05/2014	20/05/2014	19/05/2015	12/07/2016	2	SISPP	Prestação de serviços de Secretariado, por demanda, de forma contínua, objetivando suprir as necessidades do Ministério do Turismo, em Brasília/DF, conforme condições e especificações constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2010 e seus Anexos.
24,5%	R\$ 88.939,00		14	2014	R\$ 117.800,00	R\$ 117.800,00	50 - Contrato	18/06/2014	18/06/2014	17/06/2015	17/06/2016	1	SISPP	Prestação de serviços de locação de veículos, para transporte de pessoal, com motorista, combustível e seguro total (sem franquia), de forma continuada, por demanda, para atender às necessidades do CONTRATANTE na Região Centro – Oeste – Grupo 02, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.
24,6%	R\$ 101.751,17		18	2014	R\$ 134.948,50	R\$ 134.948,50	50 - Contrato	03/09/2014	03/09/2014	02/09/2015	02/09/2016	1	SISPP	Prestação de serviços de locação de veículos, para transporte de pessoal, com motorista, combustível e seguro total (sem franquia), de forma continuada, por demanda, para atender às necessidades do CONTRATANTE na Região Sul – Grupo 04, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.
22,76%	R\$ 1.013.699,37		29	2014	R\$ 1.205.480,16	R\$ 1.312.402,08	50 - Contrato	01/10/2014	01/10/2014	30/09/2015	30/09/2016	1	SISPP	Prestação de serviços de apoio as atividades administrativas de vigilância armada e desarmada, por demanda, a serem executados de forma contínua.
0%	R\$ 208.838,94	Serviços executados por demanda. A execução do contrato encontra-se no limite do valor contratado.	31	2014	R\$ 208.838,94	R\$ 208.838,94	50 - Contrato	17/11/2014	17/11/2014	16/11/2015	16/11/2016	2	SISPP	Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (fixo-fixo e fixo-móvel), Longa Distância Nacional e Internacional e Discagem Direta Gratuita: Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na Modalidade Local a partir da cidade de Brasília através de entroncamento digital; Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na Modalidade Longa Distância Nacional e Internacional a partir da cidade de Brasília e Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na Modalidade Discagem Direta Gratuita (DDG), utilizando o prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa.
0%	R\$ 748.211,88	O dimensionamento da mão de obra contratada para os serviços de limpeza	32	2014	R\$ 675.600,00	R\$ 748.211,88	50 - Contrato	06/11/2014	17/11/2014	16/11/2015	16/11/2016	1	SISPP	Prestação de serviços de limpeza, conservação e asseio, incluindo-se o fornecimento de todo o material de consumo e demais equipamentos necessários, por

		e conservação baseou-se na área física a ser limpa, observando-se a metodologia de referência estabelecida na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008.												demanda, à execução adequada dos serviços no âmbito do Ministério do Turismo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.
35%	R\$ 6.036.366,34	Embora a prestação de serviços de informática não conste da relação de bens e serviços do Decreto nº 8.540/2015, houve esforços para a redução no contrato com vistas a reduzir o gasto público.	35	2014	R\$ 9.286.717,44	R\$ 9.286.717,44	50 - Contrato	11/12/2014	11/12/2014	10/12/2015	10/12/2016	1	SISPP	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de gestão, operação, administração, projeto, implementação, implantação, treinamento, suporte técnico e operacional aos servidores e colaboradores da instituição, atendimento a turistas e cidadãos em geral, através de atendimento receptivo e ativo da Central de Atendimento do Ministério do Turismo – MTur nas formas eletrônica e humana, assim como serviços especializados por demanda, abrangendo instalações físicas, infraestrutura de engenharia de redes locais de computadores e rede interna (elétrica e cabeamento estruturado), disponibilização e sustentação dos sistemas informatizados para gestão dos atendimentos, adequações ambientais, engenharia de telecomunicações (equipamentos da plataforma de comunicação de voz e integração CTI - Computer Telephony Integration), equipamentos, aplicativos (hardware e software), mobiliário, recursos humanos e demais recursos necessários à prestação dos serviços, de acordo com as condições expressas no Edital e em seus anexos, visando atender as demandas do MTur.
0%	R\$ 3.828.784,00	Por se tratar de pesquisa econômica estrutural sobre a caracterização e direcionamento do turismo, com etapas pré-fixadas, a redução do contrato ocasionaria prejuízo aos resultados das pesquisas.	36	2014	R\$ 3.828.784,00	R\$ 3.828.784,00	50 - Contrato	11/12/2014	11/12/2014	10/08/2016	10/08/2016	0	SISPP	Realização de pesquisa econômica estrutural sobre a caracterização e dimensionamento do turismo internacional no Brasil – receptivo e emissivo e contagem do fluxo turístico receptivo e emissivo aéreo no Brasil, em 2015.
0%	R\$ 139.858,06	Contrato encerrado	37	2014	R\$ 139.858,06	R\$ 139.858,06	50 - Contrato	02/01/2015	02/01/2014	31/12/2015	31/12/2015	0	SISPP	Fornecimento por empresa distribuidora, administradora, ou do comércio varejista de combustíveis, de: Item 01) diesel, Item 02) etanol e Item 03) gasolina comum; para abastecimento dos Veículos Oficiais e do Grupo Gerador de Energia Elétrica Emergencial do Ministério do Turismo, por demanda, conforme quantidades e especificações descritas no Edital e seus Anexos, a ser prestado para o CONTRATANTE.
24,3%	R\$ 502.973,51		6	2015	R\$ 664.430,00	R\$ 664.430,00	50 - Contrato	27/02/2015	27/02/2015	02/09/2025	02/09/2016	1	SISPP	Prestação de serviços de locação de veículos, para transporte de pessoal, com motorista, combustível e seguro total (sem franquia), de forma continuada, por demanda, para atender às necessidades do CONTRATANTE na Região Sul – Grupo 04, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.
0%	R\$ 94.500,00	A execução do contrato encontra-se no limite do valor contratado.	8	2015	R\$ 94.500,00	R\$ 94.500,00	50 - Contrato	23/03/2015	23/03/2015	22/03/2016	22/03/2016	0	SISPP	Contratação de empresa especializada em Clipping de Vídeo para a prestação dos serviços de fornecimento de assinatura de um Banco de Dados atualizado diariamente, contendo imagens, som e textos, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos.
41,3%	R\$ 843.483,08		10	2015	R\$ 1.294.354,00	R\$ 1.436.938,80	50 - Contrato	01/04/2015	01/04/2015	31/03/2016	31/03/2016	0	SISPP	Prestação de serviços de apoio às atividades administrativas, por demanda, a serem executados de forma contínua, no âmbito do Ministério do Turismo, de copeiras, garçons e encarregado geral, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.

20,3%	R\$ 1.291.502,76		11	2015	R\$ 1.585.565,04	R\$ 1.620.455,16	50 - Contrato	01/04/2015	01/04/2015	31/03/2016	31/03/2016	0	SISPP	Prestação de serviços de apoio às atividades administrativas, por demanda, a serem executados de forma contínua, no âmbito do Ministério do Turismo, de recepcionistas, Office Boy/Contínuo e encarregado geral conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.
0%	R\$ 114.110,00	Contrato com prestação de serviços por demanda.	16	2015	R\$ 114.110,00	R\$ 114.110,00	50 - Contrato	11/06/2015	11/06/2015	10/06/2016	10/06/2016	0	SISPP	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte rodoviário local, estadual e interestadual de mobílias, bagagens e volumes em geral, destinado a mudança de domicílio de servidores e seus dependentes e deslocamentos de bens móveis deste Órgão.
25%	R\$ 148.188,75		25	2015	R\$ 197.585,00	R\$ 197.585,00	50 - Contrato	21/08/2015	21/08/2015	20/08/2026	20/08/2016	0	SISPP	Prestação de serviços continuados de locação de veículos, na Região Nordeste, para o transporte de autoridades e grupo de trabalho, em serviço, incluindo combustível e motorista devidamente habilitado, sem franquias de quilometragem, com vistas a atender às necessidades do Ministério do Turismo - MTur.
7,73%	R\$ 306.273,43		27	2015	R\$ 331.931,76	R\$ 331.931,76	50 - Contrato	02/09/2015	02/09/2015	01/09/2016	01/09/2016	0	SISPP	Prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva do sistema de ar condicionado nas dependências do Ministério do Turismo, com fornecimento de todos os materiais de consumo, peças de reposição e mão-de-obra, com utilização de peças, insumos e componentes genuínos dos respectivos fabricantes, consoante condições, especificações e exigências descritas no Pregão Eletrônico nº 001/ANA/2015 e respectivos anexos.
0%	R\$ 1.076.000,00	A estimativa da contratação considerou a redução de 44% sobre o valor do contrato anterior (029/2013).	34	2015	R\$ 1.076.000,00	R\$ 1.076.000,00	50 - Contrato	28/12/2015	28/12/2015	27/12/2016	27/12/2016	0	SISPP	Contratação de serviços técnicos especializados para a realização de Sondagens de Expectativas do Consumidor – Intenção de Viagem, bem como as Sondagens Empresariais Boletim de Desempenho Econômico do Turismo – BDET e Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo - PACET.
0%	R\$ 4.187.451,00	Por se tratar de pesquisa econômica estrutural sobre a caracterização e direcionamento do turismo, com etapas pré-estabelecidas, a redução do contrato ocasionaria prejuízo aos resultados das pesquisas, que englobam a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016, essenciais para a análise dos fluxos turísticos do país nesse ano.	35	2015	R\$ 4.187.451,00	R\$ 4.187.451,00	50 - Contrato	22/12/2015	22/12/2015	21/08/2017	21/08/2017	0	SISPP	Realização de pesquisa econômica estrutural sobre a caracterização e dimensionamento do turismo internacional no Brasil – receptivo e emissivo e contagem do fluxo turístico receptivo e emissivo aéreo no Brasil, em 2016.
20%	R\$ 88.010,40	O quantitativo de consumo estimado para a contratação considerou a redução de 20% sobre o valor do contrato anterior (037/2014).	36	2015	R\$ 110.013,00	R\$ 110.013,00	50 - Contrato	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2016	0	SISPP	Fornecimento de combustíveis, por demanda, para abastecimento dos veículos oficiais e do Grupo Gerador de Energia Elétrica Emergencial do Ministério do Turismo, em Brasília/DF, conforme quantidades e especificações gerais constantes do Termo de Referência Anexo I do Edital.
25%	R\$ 187.500,00		1	2014	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	Termo de Compromisso	25/08/2015	25/08/2015	24/08/2016	24/08/2016	0	SISPP	Prestação de serviços de publicação de matérias de caráter oficial, nas edições normais, extras e suplementares do Diário Oficial da União

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 62.405.825,09
VALOR TOTAL PÓS REDUÇÃO: R\$ 52.230.497,26
PERCENTUAL: 16,31%

Anexo XII - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64

QUADRO ANEXO XIII A – BALANÇO FINANCEIRO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	54000 - MINISTERIO DO TURISMO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSION 22/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	124.795.633,58		Despesas Orçamentárias	510.245.741,41	
Ordinárias	124.837.355,37		Ordinárias	474.729.358,51	
Vinculadas	2.544.268,36		Vinculadas	35.516.382,90	
Educação			Educação		
Seguridade Social (Exceto RGPS)			Seguridade Social (Exceto RGPS)		
Operação de Crédito	2.544.268,36		Operação de Crédito	35.516.382,90	
Alienação de Bens e Direitos			Alienação de Bens e Direitos		
Transferências Constitucionais e Legais			Transferências Constitucionais e Legais		
Previdência Social (RGPS)			Previdência Social (RGPS)		
Doações			Doações		
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		
Outros Recursos Vinculados a Fundos			Outros Recursos Vinculados a Fundos		
Demais Recursos			Demais Recursos		
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-2.586.590,15				
Transferências Financeiras Recebidas	1.606.626.253,16		Transferências Financeiras Concedidas	1.031.980.081,45	
Resultantes da Execução Orçamentária	288.385.755,53		Resultantes da Execução Orçamentária	198.579.058,23	
Cota Recebida	188.540.310,70		Cota Concedida		
Repasso Recebido			Repasso Concedido	98.733.613,40	
Sub-repasso Recebido	99.845.444,83		Sub-repasso Concedido	99.845.444,83	
Recursos Arrecados - Recebidos			Recursos Arrecados - Concedidos		
Valores Diferidos - Baixa			Valores Diferidos - Baixa		
Valores Diferidos - Inscrição			Valores Diferidos - Inscrição		
Correspondência de Débitos			Correspondências de Créditos		
Cota Devolvida			Cota Devolvida		
Repasso Devolvido			Repasso Devolvido		
Sub-repasso Devolvido			Sub-repasso Devolvido		
Independentes da Execução Orçamentária	1.318.240.497,63		Independentes da Execução Orçamentária	833.401.023,22	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.314.855.265,67		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	705.141.402,65	
Demais Transferências Recebidas	798.641,81		Demais Transferências Concedidas	446.621,69	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.586.590,15		Movimento de Saldos Patrimoniais	127.812.998,88	
Movimentações para Incorporação de Saldos			Movimentações para Incorporação de Saldos		
Aporte ao RPPS	-		Aporte ao RPPS	-	
Aporte ao RGPS	-		Aporte ao RGPS	-	
Recebimentos Extraorçamentários	412.683.674,43		Despesas Extraorçamentárias	681.818.794,47	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	157.118.707,38	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	412.189.939,62		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	517.181.913,63	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	238.967,44		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	239.212,97	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	254.767,37		Outros Pagamentos Extraorçamentários	7.278.960,49	
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		
Restituições a Pagar			Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		
Passivos Transferidos			Pagamento de Passivos Recebidos		
CANCELAMENTO DE OBRIGAÇÕES DO EXERCÍCIO ANTERIOR			CANCELAMENTO DE DIREITOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	7.278.960,49	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 22/02/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	54000 - MINISTERIO DO TURISMO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade		-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-	Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	254.767,37	-			
Saldo do Exercício Anterior	167.893.355,66	-	Saldo para o Exercício Seguinte	87.954.299,50	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	167.893.355,66	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	87.954.299,50	-
TOTAL	2.311.998.916,83	-	TOTAL	2.311.998.916,83	-

QUADRO ANEXO XIII B – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	54000 - MINISTÉRIO DO TURISMO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	EMISSION 22/02/2015	PÁGINA 1
ORGAO SUPERIOR		VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	5.000.000,00	5.000.000,00	122.251.365,22	117.251.365,22
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	9.754,62	9.754,62
Receitas Imobiliárias	-	-	9.754,62	9.754,62
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	5.000.000,00	5.000.000,00	-12.328,24	-5.012.328,24
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	122.253.938,84	122.253.938,84
Multas e Juros de Mora	-	-	833.261,99	833.261,99
Indenizações e Restituições	-	-	121.420.676,85	121.420.676,85
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	2.544.268,36	2.544.268,36



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	54000 - MINISTÉRIO DO TURISMO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 22/02/2015	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	2.544.268,36	2.544.268,36
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	2.544.268,36	2.544.268,36
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	5.000.000,00	5.000.000,00	124.795.633,58	119.795.633,58
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	5.000.000,00	5.000.000,00	124.795.633,58	119.795.633,58
DÉFICIT	-	-	385.450.107,83	385.450.107,83
TOTAL	5.000.000,00	5.000.000,00	510.245.741,41	505.245.741,41
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	195.840.000,00	195.840.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	97.920.000,00	97.920.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	97.920.000,00	97.920.000,00	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTARIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	54000 - MINISTERIO DO TURISMO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSION 22/02/2016	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTARIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	238.035.365,00	223.111.002,00	142.626.809,56	96.195.048,68	96.195.048,68	80.484.192,44
Pessoal e Encargos Sociais	33.349.458,00	33.349.458,00	30.620.602,22	30.062.386,44	30.062.386,44	2.728.855,78
Juros e Encargos da Dívida	278.075,00	63.712,00	63.710,85	63.710,85	63.710,85	1,15
Outras Despesas Correntes	204.407.832,00	189.697.832,00	111.942.496,49	66.068.951,39	66.068.951,39	77.755.335,51
DESPESAS DE CAPITAL	1.370.908.931,00	1.556.363.681,80	367.397.760,65	1.639.581,91	1.639.581,91	1.188.965.921,15
Investimentos	1.369.573.681,00	1.556.363.681,00	367.397.760,65	1.639.581,91	1.639.581,91	1.188.965.920,35
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	1.335.250,00	0,80	-	-	-	0,80
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.608.944.296,00	1.779.474.683,80	510.024.570,21	97.834.630,59	97.834.630,59	1.269.450.113,59
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	221.171,20	221.171,20	221.171,20	221.171,20	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	221.171,20	221.171,20	221.171,20	221.171,20	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	221.171,20	221.171,20	221.171,20	221.171,20	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.608.944.296,00	1.779.695.855,00	510.245.741,41	98.055.801,79	98.055.801,79	1.269.450.113,59
TOTAL	1.608.944.296,00	1.779.695.855,00	510.245.741,41	98.055.801,79	98.055.801,79	1.269.450.113,59

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTARIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	58.756.224,57	31.257.533,81	26.131.969,18	26.131.969,18	6.679.647,53	57.202.141,67
Pessoal e Encargos Sociais	125.083,87	271.170,02	246.524,62	246.524,62	-	149.729,27
Juros e Encargos da Dívida	221,63	1.151,57	-	-	-	1.373,20
Outras Despesas Correntes	58.630.919,07	30.985.212,22	25.885.444,56	25.885.444,56	6.679.647,53	57.051.039,20
DESPESAS DE CAPITAL	2.705.436.383,19	533.251.478,68	541.781.852,47	491.049.944,45	48.663.556,06	2.698.974.361,36
Investimentos	2.705.436.383,19	533.250.886,68	541.781.852,47	491.049.944,45	48.663.556,06	2.698.973.769,36
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	592,00	-	-	-	592,00
TOTAL	2.764.192.607,76	564.509.012,49	567.913.821,65	517.181.913,63	55.343.203,59	2.756.176.503,03

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTARIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	6.888.717,08	-	-	895.000,00	5.993.717,08
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	54000 - MINISTÉRIO DO TURISMO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 22/02/2015	PÁGINA 4
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	6.888.717,08	-	-	895.000,00	5.993.717,08
DESPESAS DE CAPITAL	263.177.752,47	411.379.104,34	157.118.707,38	3.578.528,88	513.859.620,55
Investimentos	263.177.752,47	411.379.104,34	157.118.707,38	3.578.528,88	513.859.620,55
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	270.066.469,55	411.379.104,34	157.118.707,38	4.473.528,88	519.853.337,63

QUADRO ANEXO XIII C – BALANÇO PATRIMONIAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	54000 - MINISTÉRIO DO TURISMO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 22/02/2015	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	6.241.757.793,91		PASSIVO CIRCULANTE	573.054.439,99	
Caixa e Equivalentes de Caixa	87.954.299,50		Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	125.971,46	
Créditos a Curto Prazo	-		Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	
Créditos Tributários a Receber	-		Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	
Cientes	-		Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	
Créditos de Transferências a Receber	-		Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-		Provisões de Curto Prazo	-	
Dívida Ativa Tributária	-		Demais Obrigações a Curto Prazo	572.928.468,53	
Dívida Ativa Não Tributária	-				
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-				
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	6.153.568.972,56				
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-				
Estoques	234.527,85				
VPDs Pagas Antecipadamente	-				
ATIVO NÃO CIRCULANTE	26.639.946,44		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.544.268,36	
Ativo Realizável a Longo Prazo	-		Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-		Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	2.544.268,36	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-		Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	
Estoques	-		Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	
VPDs Pagas Antecipadamente	-		Provisões de Longo Prazo	-	
Investimentos	-		Demais Obrigações a Longo Prazo	-	
Participações Permanentes	-		Resultado Diferido	-	
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-				
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-		TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	575.598.708,35	
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-				
Propriedades para Investimento	-				
Propriedades para Investimento	-				
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-				
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-				
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-				
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-				
Demais Investimentos Permanentes	-				
Demais Investimentos Permanentes	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-				
Imobilizado	26.577.378,75				
Bens Móveis	10.421.943,44				
Bens Móveis	17.709.639,39				
(-) Depreciação/Amortização/Exatidão Acum. de Bens Móveis	-7.287.695,95				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-				



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 22/02/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	54000 - MINISTÉRIO DO TURISMO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	16.155.435,31	-			
Bens Imóveis	16.155.435,31	-			
(-) Depreciação/Exatidão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	2.062.567,69	-			
Softwares	2.062.567,69	-			
Softwares	2.062.567,69	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	6.270.397.746,35	-	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.270.397.746,35	-

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	88.522.432,29	-	PASSIVO FINANCEIRO	3.690.563.003,16	-
ATIVO PERMANENTE	6.181.875.314,06	-	PASSIVO PERMANENTE	2.670.239,82	-
SALDO PATRIMONIAL	-	-	SALDO PATRIMONIAL	2.577.164.503,37	-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	22.217.190,54	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	4.965.171.314,42	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	22.217.190,54	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	4.965.171.314,42	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	19.672.922,18	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congen	4.010.500.587,73	-
Direitos Contratuais a Executar	2.544.268,36	-	Obrigações Contratuais a Executar	954.670.726,69	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	22.217.190,54	-	TOTAL	4.965.171.314,42	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO
22/02/2016

PÁGINA
3

SUBTÍTULO 54000 - MINISTÉRIO DO TURISMO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-2.867.958.923,32
Recursos Vinculados	-734.081.647,55
Seguridade Social (Exeto RGPS)	78.810,91
Operação de Crédito	-715.684.517,50
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-18.476.967,37
Demais Recursos	1.026,41
TOTAL	-3.602.040.570,87

QUADRO ANEXO XIII D – DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	54000 - MINISTÉRIO DO TURISMO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 22/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-67.799.660,41	-
INGRESSOS	1.729.371.353,19	-
Receitas Derivadas e Originárias	122.251.365,22	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	9.754,62	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-12.328,24	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	122.253.938,84	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	1.607.119.987,97	-
Ingressos Extraorçamentários	238.967,44	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	1.606.626.253,16	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOFEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	254.767,37	-
DESEMBOLSOS	-1.797.171.013,60	-
Pessoal e Demais Despesas	-105.281.009,58	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-60.877,19	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	54000 - MINISTERIO DO TURISMO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 22/02/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-105.220.132,39	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-63.710,85	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-39.385,78	-
Outros Encargos da Dívida	-24.325,07	-
Transferências Concedidas	-652.328.038,26	-
Intergovernamentais	-647.874.775,76	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-84.020.294,00	-
A Municípios	-563.854.481,76	-
Intragovernamentais	-4.453.262,50	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-1.039.438.254,91	-
Despêndios Extraorçamentários	-239.212,97	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-1.031.980.081,45	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-7.278.960,49	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-14.462.492,91	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO
22/02/2016

PÁGINA
3

SUBTÍTULO 54000 - MINISTÉRIO DO TURISMO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS	-14.462.492,91	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-126.581,91	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-14.335.911,00	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2.323.097,16	-
INGRESSOS	2.544.268,36	-
Operações de Crédito	2.544.268,36	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-221.171,20	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-221.171,20	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-79.939.056,16	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	167.893.355,66	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	87.954.299,50	-

QUADRO ANEXO XIII E – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – TODOS OS ORÇAMENTOS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ(Encerrado)

EMIÇÃO 22/02/2016 PAGINA 1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	54000 - MINISTERIO DO TURISMO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	-	-	-	-	4.964.749.366,95	-	-	4.964.749.366,95
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	730.049.671,05	-	-	730.049.671,05
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	-	-	-	5.694.799.038,00	-	-	5.694.799.038,00

Quadro Anexo XIII F – Demonstração das variações patrimoniais – Todos os orçamentos



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	54000 - MINISTERIO DO TURISMO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 22/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.059.691.719,2	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	917.117,81	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	825.806,08	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	91.311,73	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.607.281.684,6	-
Transferências Intragovernamentais	1.607.281.684,6	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	84.654.470,21	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	11.696.593,96	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	72.957.876,25	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	366.838.446,60	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	54000 - MINISTERIO DO TURISMO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSION 22/02/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	366.838.446,60	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.329.642.048,2	-
Pessoal e Encargos	32.831.066,90	-
Remuneração a Pessoal	24.430.935,08	-
Encargos Patronais	4.328.663,12	-
Benefícios a Pessoal	2.504.569,72	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.566.898,98	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.321,88	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.321,88	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	77.836.724,19	-
Uso de Material de Consumo	264.280,64	-
Serviços	75.718.844,00	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.853.599,55	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	11.984.683,96	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	102.770,47	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	11.881.913,49	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.142.821.786,2	-
Transferências Intragovernamentais	1.032.635.512,9	-
Transferências Intergovernamentais	109.649.889,41	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	536.383,85	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	25.244.298,67	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	16.646.376,49	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	54000 - MINISTÉRIO DO TURISMO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	EMIÇÃO 22/02/2016	PÁGINA 3
ÓRGÃO SUPERIOR		VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	8.597.922,18	-
Tributárias	1.488,54	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.488,54	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	38.916.677,88	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	38.916.677,88	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	730.049.671,05	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014

Nota explicativa das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Ministério do Turismo - MTur são extraídas diretamente do SIAFI-CPR, sistema 2015. Todas foram exportadas do sistema com a periodicidade anual, exceto a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, extraída com a periodicidade mensal (Dezembro Encerrado), devido à limitação do sistema.

As informações lançadas no relatório de tratamento contábil de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos - NBCT 16.9 e 16.10, acerca da depreciação de bens do MTur podem ser confirmadas por meio do Balanço Patrimonial - BP e Demonstração de Variação Patrimonial – DVP.

Para a granularidade, constam somente os dados do órgão Ministério do Turismo e desconsiderado os do órgão vinculado, Embratur.

ANEXO XIII – Descrição dos principais sistemas de informação da UPC

QUADRO 8.3.1 A - DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA UPC (UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS), ESPECIFICANDO, PELO MENOS, SEUS OBJETIVOS, PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES, RESPONSÁVEL TÉCNICO, RESPONSÁVEL DA ÁREA DE NEGÓCIO E CRITICIDADE PARA A UNIDADE.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO								
Nº	Aplicação	Descrição	Principais funcionalidades	Endereço	Tipo	Responsável Técnico	Responsável da Área de Negócio	Criticidade para Unidade
1	Turismo Acessível	Sistema para promover a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida à atividade turística, de modo a permitir o alcance e a utilização de serviços, edificações e equipamentos turísticos com segurança e autonomia, possibilitando a avaliação da Acessibilidade dos empreendimentos e atrativos turísticos.	Classificar e avaliar os empreendimentos turísticos conforme sua acessibilidade.	http://www.turismoacessivel.gov.br	Sistema	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Coordenação-Geral de Programas de Incentivo a Viagens - CGPIV	Alta
2	SIACOR - Sistema de Acompanhamento de Repasse	O SIACOR proporciona uma visão gerencial detalhada de todos os contratos de repasse firmados entre a Caixa Econômica Federal e demais ministérios incluindo o MTUR. Sistema praticamente igual ao REPASSE, porém com algumas alterações e disponibilizado para a Casa Civil.	Controle dos contratos de repasse.	http://siacor.turismo.gov.br	Sistema	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Secretaria Executiva - SE	Média
3	SIPROTUR – Sistema de Acompanhamento do PRONATEC Turismo	Sistema de comunicação entre as Secretarias Estaduais, Instituições de Ensino (SENAC, SENAI) e o Ministério do Turismo, objetivando a pactuação de vagas para o programa PRONATEC Turismo.	Cadastro de Secretarias e instituições de ensino com informação do quantitativo de vagas disponibilizadas para o Pronatec.	www.siprotur.turismo.gov.br	Sistema	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Departamento de Qualificação, Certificação e Produção Associada ao Turismo - DCPAT	Alta

4	Sistema Brasileiro de Classificação (SBClass)	O Sistema Brasileiro de Classificação é um instrumento reconhecido oficialmente para divulgar informações claras e objetivas sobre os meios de hospedagem sendo um importante mecanismo de comunicação com o mercado e o modo mais adequado para o consumidor escolher quais os meios de hospedagem que deseja utilizar. Para isso ele utiliza a representação de estrelas para diferenciar as categorias nas tipologias de meios de hospedagem (Hotel, Resort, Hotel Fazenda, Cama & Café, Hotel Histórico, Pousada, Flat/Apart-Hotel).	Classificação dos Meios de Hospedagem.	http://www.cadastur.turismo.gov.br/cadastur	Sistema	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Coordenação Geral de Competitividade e Inovação - CGCI	Média
5	PGTur (Turismo) – Plataforma de Gestão Integrada do Turismo	PGTur (Plataforma de Gestão do Turismo) tem como função realizar a gestão integrada e informatizada para apoio a administração, integrando o controle de informações de logística de operações, funções e programas, projetos, serviços e demandas em um único sistema, no âmbito do Ministério do Turismo.	Principal sistema meio do Ministério que controla almoxarifado, informações de convênios, solicitações de veículos, arquivo e etc.	http://pgtur.turismo.gov.br	Sistema	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI	Média
6	Cadastur	Cadastro de prestadores de Serviços Turísticos e Guias em Turismo. Sistema de cadastro via internet das empresas prestadoras de serviços turísticos.	Cadastro das empresas que prestam serviços turísticos. Emissão de Certificado de Cadastro no MTur.	http://www.cadastur.turismo.gov.br/cadastur	Sistema	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Coordenação Geral de Competitividade e Inovação - CGCI	Alta
7	CDE - Sistema de Controle das Demandas Externas	O CDE foi concebido com a intenção de prover a rastreabilidade das demandas oriundas de órgãos externos.	Controle das demandas oriundas do TCU e CGU principalmente.	http://cde.MTur.gov.br/	Sistema	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Gabinete do Ministro - GM	Alta
8	Monitoramento de desempenho	Portal de monitoramento de desempenho do MTur. O sistema é composto por seis módulos: Plano Plurianual, Plano Nacional de Turismo, Planejamento Estratégico, Plano de Ação Estratégico, Orçamento e GDPGE/GDACE.	Cadastro e acompanhamento das principais metas e ações que devem ser cumpridas.	http://monitoramento.MTur.gov.br	Sistema	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Secretaria Executiva - SE	Alta

9	Georreferenciamento Inteligente do Turismo - GIT	Monitora a execução de obras de infraestrutura plotadas no mapa do Brasil.	Controle das obras de infraestrutura realizada pelo Ministério do Turismo.	git.turismo.gov.br	Sistema	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Gabinete do Ministro - GM	Alta
10	Sistema de Acompanhamento de Colegiados (SAC)	O Sistema de Acompanhamento de Colegiados (SAC) é uma ferramenta desenvolvida no Ministério do Turismo com o objetivo de facilitar o acesso e controle das informações sobre a participação dos servidores nos diversos colegiados. A ferramenta foi instituída pela Portaria nº 40 e é de uso e preenchimento obrigatórios pelos servidores do MTur nomeados como titulares e suplentes nos referidos colegiados.	Cadastra servidores, áreas e colegiados que o Ministério participa e cadastra os compromissos assumidos em cada reunião com os colegiados.	http://sac.turismo.gov.br/	Sistema	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Gabinete do Ministro - GM	Baixa
11	Sistema Nacional de Registros de Hóspedes (SNRHos)	O Sistema Nacional de Registro de Hóspedes – SNRHos é o sistema criado pelo Ministério do Turismo – MTur, para informatizar a Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FNRH, facilitando o envio, pelos meios de hospedagem, permitindo que o Governo Federal realize o tratamento dessas informações identificando o perfil do turista e as taxas de ocupação hoteleira de cada região.	Preenchimento eletrônico da Ficha de Hóspedes.	www.hospedagem.turismo.gov.br	Sistema	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Coordenação Geral de Competitividade e Inovação - CGCI	Média
12	Artistas do Turismo	Sistema que garante transparência à contratação de artistas e bandas musicais por gestores públicos.	Cadastro das bandas que podem participar dos eventos patrocinados pelo MTur.	http://artistas.turismo.gov.br/	Sistema	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Coordenação Geral de Análise de Projetos - CGAP	Baixa

13	Mapa da Categorização	É um instrumento elaborado pelo MTur para identificar o desempenho da economia do setor nos municípios que constam no mapa do turismo brasileiro. Esse instrumento previsto como estratégia de implementação do programa de regionalização do turismo, fornece subsídios para a tomada de decisões estratégicas da gestão pública e orienta a elaboração e implementação de políticas específicas para cada categoria de municípios.	Categorização dos municípios com o intuito de verificar qual tipo de investimento aquele município necessita.	http://mapa.turismo.gov.br/	Sistema	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Secretaria Nacional de Políticas do Turismo - SNPTur	Alta
14	Dados e Fatos	Site que apresenta os estudos, pesquisas, dados estatísticos e análises sobre o desempenho da atividade turística no país.	Inserção de dados estatísticos elaborados pelo MTur.	www.dadosedatos.turismo.gov.br	Site	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Departamento de Estudos e Pesquisas - DEPEs	Alta
15	Portal Institucional do Ministério do Turismo	Portal oficial de divulgação das ações, programas, notícias, legislação, estrutura administrativa do MTur.	Portal de inserção de informações Institucionais.	www.turismo.gov.br	Site	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Assessoria de Comunicação - ASCOM	Alta
16	Hotsite SBClass	Divulgação do sistema de classificação dos Meios de Hospedagem.	Site com as informações sobre o processo de classificação hoteleira.	www.classificacao.turismo.gov.br	Site	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Coordenação Geral de Competitividade e Inovação - CGCI	Média
17	Pronatec Turismo	Site para repassar informações acerca do Programa Pronatec Turismo, Pronatec Social e Pronatec na Empresa.	Site contendo informações acerca do programa.	http://pronatec.turismo.gov.br/	Site	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Departamento de Qualificação, Certificação e Produção Associada ao Turismo -DCPAT	Alta

Fonte: CGTI/MTur



ANEXO XIV – PETI 2015-2016

Plano Estratégico de Tecnologia da Informação

Ministério do Turismo

Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação

Brasília – Junho de 2013



1. Apresentação

O presente documento contempla o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação do Ministério do Turismo para o período de 2012 a 2015.

Constitui o instrumento que representa, traduz e comunica a estratégia de atuação da área de tecnologia da informação na busca por resultados mais efetivos e no atendimento às expectativas do governo e da sociedade.

A estratégia adotada incorpora elementos que orientam suas atividades: o referencial estratégico (missão, visão e valores), a análise dos ambientes interno e externo, o alinhamento aos objetivos estratégicos, os indicadores de desempenho, as metas, e a adoção de modelos de referência em governança e gestão de TI contendo as melhores práticas desenvolvidas em organizações similares.

Por fim, o posicionamento estratégico da área de tecnologia da informação do Ministério do Turismo visa elevar o grau de maturidade do planejamento e da gestão, melhorando continuamente seus processos, demonstrando o valor que a TI agrega às iniciativas e ações institucionais, entregando resultados que apoiem a tomada de decisão através da gestão eficiente e eficaz de um dos mais valiosos ativos de qualquer organização: a informação.

2. Contexto Geral

a. Alinhamento Estratégico

Cada vez mais o alcance da missão institucional se apoia em ativos de Tecnologia da Informação (TI), tornando imprescindível o alinhamento entre a estratégia de TI e a estratégia institucional.

O Plano Estratégico Institucional (PEI) é a referência mais importante para a área de TI. O objetivo estratégico *“Prover soluções integradas de tecnologia e comunicação, seguras e de alto desempenho”*, contemplado na perspectiva Aprendizado e Inovação do Mapa Estratégico do Ministério do Turismo, serve como diretriz para o desdobramento do presente Plano Estratégico de TI (PETI).

Grande parte das iniciativas previstas no PEI do Ministério do Turismo está relacionada ou é dependente de ativos de TI, pois são estes que operacionalizam as ações delas decorrentes, desse modo, os ativos de TI são estratégicos para o Órgão. Dessa forma, é primordial para o planejamento da estratégia de TI do Órgão observar os objetivos e iniciativas estratégicas apresentadas no plano estratégico institucional.

A área de Tecnologia da Informação possui a responsabilidade de apoiar a tomada de decisão ao prover soluções tecnológicas que permitam a eficiente gestão da informação através de um conjunto de equipamentos, sistemas e processos.

A TI envolve um conjunto de atividades, disciplinas, técnicas e métodos que oferecem soluções aos processos organizacionais através de recursos computacionais que permitem o armazenamento, o acesso e o uso das informações de interesse da organização. Portanto, informação é um patrimônio, um bem que agrega valor e dispõe de sentido nas atividades que a utilizam. Por sua importância torna-se necessário fazer uso dos recursos de TI de modo adequado, utilizando infraestrutura, pessoas, ferramentas, sistemas e quaisquer meios que façam da informação um diferencial, que apoie o alcance dos objetivos estratégicos do Ministério do Turismo mediante custos aceitáveis e riscos mitigados.

Para que a área de TI seja bem sucedida em entregar os serviços requeridos, é recomendada a implementação de um sistema pelo qual o uso atual e futuro da TI seja dirigido e controlado. Neste sentido, em decorrência do Plano Estratégico Institucional estabeleceu-se que a iniciativa/ação associada ao objetivo estratégico endereçado à TI seja Implementar o Programa de Governança de TI.

Governança de TI está vinculada à Governança Corporativa, ao sistema pelo qual as organizações são dirigidas e controladas. Segundo o modelo de controle e boas práticas de governança de TI *Control Objectives for Information and related Technology (COBIT)* *“A governança de TI é de responsabilidade dos executivos e da alta direção, consistindo em aspectos de liderança, estrutura organizacional e processos que garantam que a área de TI da organização suporte e aprimore os objetivos e as estratégias da organização”*. Na mesma perspectiva, a norma brasileira ABNT NBR ISO/IEC 38500:2009 define que *“Governança Corporativa de Tecnologia da Informação significa avaliar e direcionar o uso da TI para dar suporte à organização e monitorar seu uso para realizar planos. Inclui a estratégia e as políticas de uso da TI dentro da organização”*.

Tanto do COBIT quanto a ISO 38500 são modelos das boas práticas de governança de TI utilizados por organizações de todo o mundo que inclusive referenciam os órgãos de controle em auditorias de TI. Portanto, por entender que a adoção de tais práticas irão ajudar a otimizar os investimentos em TI, assegurar a entrega dos serviços e prover métricas de avaliação, tais práticas serão institucionalizadas no Ministério do Turismo juntamente com modelos de boas práticas de outras disciplinas correlacionadas à Tecnologia da Informação, tais como, PmBok para o gerenciamento de projetos; BPM CBOK para gestão de processos; ISO 27000 para gestão da Segurança da Informação e Comunicações; ITIL para gestão das operações de TI; CMMI e/ou MPS.Br para o desenvolvimento de sistemas; BSC para gestão estratégica, etc.

O alinhamento estratégico é destaque em qualquer modelo de Governança de TI. O primeiro, do conjunto de trinta e quatro processos de TI do modelo COBIT, é o processo Definir um Plano Estratégico de TI, e contém a seguinte descrição:

“O planejamento estratégico de TI é necessário para gerenciar todos os recursos de TI em alinhamento com as prioridades e estratégias de negócio. A função de TI e as partes interessadas pelo negócio são responsáveis por garantir a otimização do valor a ser obtido do portfólio de projetos e serviços. O plano estratégico deve melhorar o entendimento das partes interessadas no que diz respeito a oportunidades e limitações da TI, avaliar o desempenho atual e esclarecer o nível de investimento requerido. A estratégia e as prioridades de negócio devem ser refletidas nos portfólios e executadas por meio de planos táticos de TI que estabeleçam objetivos concisos, tarefas e planos bem definidos e aceitos por ambos, negócio e TI.”

Visando atender a estas expectativas o Plano Estratégico de TI do Ministério do Turismo é apresentado a seguir. Porém, no contexto geral destacam-se ainda componentes externos que influenciam a elaboração de estratégias, tais como as crescentes demandas regulatórias e a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação do Governo Federal.

Por exemplo, o Tribunal de Conta da União, no Acórdão 2.308/2010 TCU-Plenário, item 9.1.1., recomenda expressamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, que oriente as unidades sob sua jurisdição, supervisão ou estrutura acerca da necessidade de estabelecer formalmente: (i) objetivos institucionais de TI alinhados às estratégias de negócio; (ii) indicadores para cada objetivo definido, preferencialmente em termos de benefícios para o negócio da instituição; (iii) metas para cada indicador definido; (iv) mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da TI da instituição.

Consoante, a SLTI/MPOG, coordenadora do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), instituído com o objetivo de organizar a operação, controle, supervisão e coordenação dos recursos de informação e informática da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal lançou a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI), documento balizador das diretrizes estratégicas e metas de aprimoramento institucional, visando orientar o aprimoramento da governança de Tecnologia da Informação de seus órgãos integrantes, entre os quais o Ministério do Turismo.

O alinhamento estratégico contextualizado acima se traduz na Arquitetura Corporativa de TI, nos processos de TI, na conjugação dos fatores informação, aplicativos, infraestrutura e pessoas.

b. Arquitetura Corporativa de TI

O COBIT recomenda que organizações satisfaçam os requisitos de qualidade, guarda e segurança de suas informações, bem como de todos seus bens. Para isto, os executivos devem também otimizar o uso dos recursos de TI disponíveis, incluindo as informações, aplicativos, infraestrutura e pessoas, ou seja, desenhar a Arquitetura Corporativa de TI. Desta forma, poderão cumprir suas responsabilidades bem como atingir seus objetivos. Os executivos devem, ainda, entender o estágio atual de sua arquitetura de TI e decidir que governança e controles ela deve prover.

Assim, no Ministério do Turismo, o desenho da Arquitetura Corporativa de TI inicia-se pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, que constitui a instância estratégica responsável por tratar e deliberar a respeito de temas na área de Tecnologia e Informação - no âmbito do MTur, excluindo sua autarquia vinculada, a EMBRATUR. O Comitê Gestor de TI é presidido pelo Secretário-Executivo e composto pelo Secretário Nacional de Políticas de Turismo, Secretário Nacional de Programas de

Desenvolvimento de Turismo, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado, Diretor de Gestão Estratégica, Diretor de Gestão Interna e Coordenador-Geral de TI. Visa, conforme preconizado pelas boas práticas, assegurar que a governança de TI seja devidamente considerada como parte da governança corporativa, aconselhando acerca do direcionamento estratégico e analisando os principais investimentos em nome de toda a direção. Acumula funções executivas a fim de determinar as prioridades dos programas de investimentos em TI em linha com as estratégias e prioridades do negócio, monitora o estado atual dos projetos e resolve conflitos de recursos, e ainda, monitora níveis de serviço e suas melhorias.

Apoiando o Comitê Gestor, e inclusive por força regimental, compete à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), dentre outras atividades, planejar, executar, coordenar e controlar as atividades relacionadas com o planejamento estratégico da informação e da tecnologia, o desenvolvimento de sistemas de informação, a administração de dados e de recursos de informática e a auditoria de sistemas no âmbito do Ministério; propor, acompanhar e controlar a execução de serviços contratados a terceiros na sua área de atuação.

O desenho completa-se internamente na CGTI ao organizar-se na forma de um Escritório de Governança de TI, adotando um modelo de operação que agrupa os conjuntos de atividades de natureza semelhante, conforme descrição a seguir:

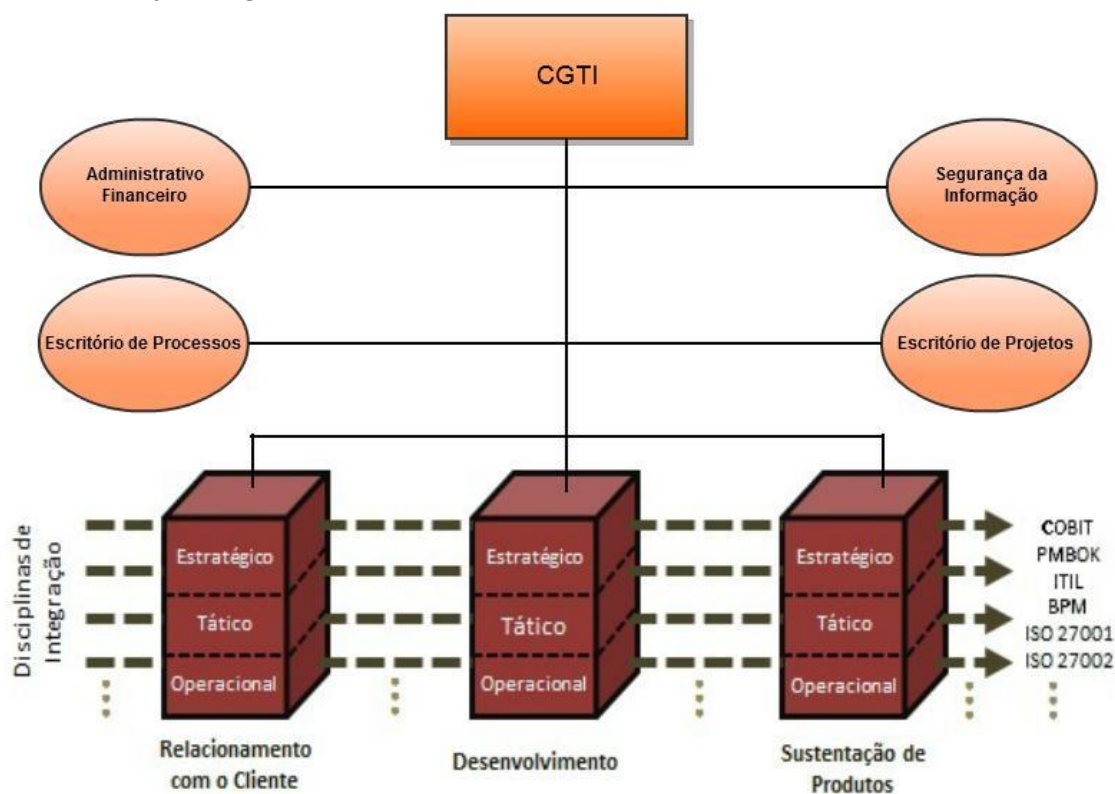


Figura 1 - Organização da CGTI/MTur

A Coordenação-Geral de TI é apoiada pelo Escritório de Governança de TI, composto pelas áreas Administrativo-Financeiro, Segurança da Informação, Escritório de Processos, Escritório de Projetos, Relacionamento com o Cliente, Desenvolvimento e Sustentação de Produtos e Serviços (subdividida em Infraestrutura, Manutenção de Sistemas e Suporte Técnico).

Cabe a servidores efetivos a liderança de cada uma dessas áreas, e dentre suas responsabilidades está o planejamento e a gestão dos processos de TI relacionados. Suas tarefas permeiam os níveis estratégico, tático e operacional, e utilizam disciplinas de integração referenciadas pelas boas práticas de governança e gestão de TI.

- **Administrativo-Financeiro:** responsável pela gestão dos contratos, gestão orçamentária, gestão de pessoal, relacionamento institucional, auditorias e conformidade legal;
- **Segurança da Informação e Comunicações:** responsável pela gestão do sistema de segurança da informação e comunicações, pela garantia da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações;
- **Escritório de Processos de TI:** responsável pelo mapeamento e melhoria dos processos de TI e tem o objetivo de implantar a gestão por processos, por meio do apoio técnico e metodológico no mapeamento, análise e melhoria dos processos organizacionais, vislumbrando a excelência na prestação de serviços e no alcance dos objetivos de negócio da instituição;
- **Escritório de Projetos de TI:** responsável por apoiar o desenvolvimento das práticas de gerenciamento dos projetos na CGTI. Ele fornece apoio às equipes de projeto e informações à coordenação de TI e demais partes interessadas nos projetos;
- **Relacionamento com o Cliente:** responsável pelas atividades relacionadas à interface da CGTI com as demais áreas do Ministério, gestão do atendimento das demandas, análises de requisitos de novos sistemas e análises do ambiente de negócio;
- **Desenvolvimento:** responsável pelo planejamento e gestão do desenvolvimento de sistemas e pela definição da metodologia de desenvolvimento, monitoramento do processo de desenvolvimento e certificação da aderência aos padrões estabelecidos;
- **Sustentação de Produtos e Serviços:** responsável pelas atividades que garantem a entrega de produtos e serviços de TI de acordo com os níveis exigidos. Subdivide-se em três áreas:
 - **Infraestrutura:** responsável pelas atividades relativas à sustentação do ambiente tecnológico propriamente dito - computadores servidores, ativos de rede, links de comunicação, equipamentos de backup, serviços de armazenamento e etc;
 - **Manutenção de Sistemas:** responsável pelas atividades relacionadas à realização de correções, adaptações e melhorias evolutivas dos sistemas em operação;
 - **Suporte Técnico:** responsável pelas atividades relativas ao cotidiano dos usuários - manutenção e movimentação de computadores, impressoras, suporte à utilização de software básico e etc.

Enfim, a Arquitetura Corporativa de TI – iniciando pelo Comitê Gestor de TI, passando pela Coordenação-Geral de TI, culminando no Escritório de Governança de TI – abarca em seu desenho os níveis estratégico, tático e operacional. Assim, os processos de TI serão capazes de prover a entrega de informações, processadas via aplicativos, dispondo do pessoal e da infraestrutura necessária.

O fio condutor da elaboração deste Plano Estratégico possui as seguintes ideias-chave: Resultado, Estratégia, Processos, Boas Práticas, Competências e Conformidade Legal.

Seu objetivo primário é apoiar a realização da missão institucional. A TI deve apresentar em seu resultado o seu valor agregado, e para tal, deverá adotar uma estratégia que viabilize essa mensuração. A estratégia escolhida é o aumento do grau de maturidade dos processos prioritários de TI. Assim, a governança de TI do Ministério do Turismo será orientada por processos e da mesma forma os objetivos estratégicos de TI serão suportados por processos de TI. Para executar os processos deve alavancar as competências necessárias aos servidores efetivos. Desse modo, será possível estabelecer o estado desejado de maturidade (meta), diagnosticar o estado atual, e estabelecer o plano de ações que conduzirá a área de TI. Neste caminho, a institucionalização das boas práticas de governança e gestão de TI oferecerão os marcos que estabelecem o grau de maturidade dos processos sem deixar de lado os marcos regulatórios que exigem conformidade legal.

Ao investir na melhoria dos processos de TI, de modo priorizado, utilizando como indicador o nível de maturidade referenciado pelas boas práticas, o Ministério do Turismo organiza e coordena seus melhores esforços para caminhar em direção a sua visão institucional, respeitando seus valores para realizar sua missão e alcançar seus objetivos estratégicos, entre os quais: *“Prover soluções integradas de tecnologia e comunicação, seguras e de alto desempenho”*.

3. Metodologia

A metodologia utilizada para elaboração do Plano Estratégico Institucional (PEI) foi o *Balanced Scorecard* (BSC), por ser uma ferramenta que materializa a visão estratégica do Órgão por meio de um mapa estratégico coerente com os objetivos e medidas de desempenho organizados segundo as suas perspectivas. Tais objetivos devem ser interligados para comunicar um pequeno número de temas estratégicos amplos, como o crescimento da organização, a redução de riscos ou o aumento de produtividade.

Por este motivo, a equipe de trabalho da CGTI adotou a mesma metodologia para a elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), mantendo dessa forma o alinhamento com o que foi adotado pela equipe da Secretaria Executiva (SE) na elaboração do PEI.

O processo para a elaboração do presente documento seguiu basicamente as seguintes fases:

I. Iniciação:

- a. Abertura do Projeto
- b. Designação da equipe do projeto
- c. Elaboração do Plano de Trabalho

II. Execução:

- a. Levantamento de literatura relacionada
- b. Benchmarking
- c. Alinhamento de conceitos
- d. Análise do PEI
- e. Análise do PNT
- f. Análises de ambiente interno e externo
- g. Discussão das declarações de Missão, Visão e Valores
- h. Definição do referencial estratégico
- i. Definição dos objetivos estratégicos de TI
- j. Definição do indicador e meta de desempenho
- k. Elaboração do Mapa Estratégico

III. Encerramento

- a. Redação do texto final da minuta do PETI
- b. Designer Gráfico do Mapa Estratégico
- c. Documentação do processo de elaboração do PETI
- d. Registro das lições aprendidas
- e. Validação da minuta do PETI na CGTI
- f. Envio da minuta do PETI ao Comitê Gestor de TI

4. Referencial Estratégico

Missão

É a declaração concisa da razão de ser, do propósito básico para o qual se direcionam as atividades e dos elementos essenciais de identidade institucional. A missão traduz a justificativa para todo e qualquer esforço individual ou coletivo no processo de implementação da estratégia, para o alcance da visão e para a atuação cotidiana.

Prover soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação necessárias ao cumprimento da missão institucional do MTur, por meio da adoção das melhores práticas de governança e gestão.

Visão

Expressa a direção que se pretende seguir, um contorno geral sobre o que deseja ser. Uma declaração de visão implica na imagem instigante do futuro desejado num determinado horizonte de tempo. Além disso, aponta um caminho para o futuro, em direção aos quais as ações deverão seguir.

Tornar-se modelo de referência em Governança e Gestão de TI no Governo Federal até 2022.

Valores

Valores são princípios, crenças que servem de guia ou critério para os comportamentos, atitudes e decisões de todas e quaisquer pessoas, que no exercício das suas responsabilidades e na busca dos seus objetivos, estejam executando a missão em direção à visão.

**Eficiência
Transparência
Integração
Conformidade
Sustentabilidade**

Eficiência - Entrega da informação de maneira mais produtiva e econômica no uso dos recursos.

Transparência - Postura transparente e íntegra em todas as ações executadas para os usuários e demais interessados.

Integração – Compartilhamento de experiências, conhecimento e ações que conduzam à formação de equipes orientadas para resultados comuns.

Conformidade - Atuar em conformidade com legislações e regulamentações vigentes.

Sustentabilidade - Conquistar e manter a excelência da gestão ao longo do tempo, de maneira que gere efeitos positivos para o MTur e a sociedade, com o menor impacto possível sobre o meio ambiente.

5. Análise SWOT

Uma das ferramentas de apoio utilizada para a formulação de estratégias foi a Análise SWOT, por promover a capacidade de confrontar as variáveis externas e internas, facilitando a geração de alternativas de escolhas estratégicas, bem como de possíveis linhas de ação.

Por meio desta ferramenta é possível sintetizar as informações diversificadas de qualidade e quantidade, proporcionando maiores benefícios, estimulando a colaboração interna das mais diferentes áreas, trocando informações, identificando a resolução de possíveis problemas e a realização de melhorias onde for necessário.

Segue abaixo o resultado da Análise SWOT realizado na Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.

	Fortes	Fracos
Ambiente Interno	• Instituição de um programa de governança de TI. • Existência de uma plataforma tecnológica de gestão integrada de ativos. • Entrosamento e comprometimento da força de trabalho. • Processos da TI mapeados e com pontos de melhoria identificados.	• Baixa maturidade em governança e gestão de TI em relação às boas práticas e modelos de referência. • Baixa maturidade na melhoria continua nos processos da TI. • Baixa capacitação dos servidores e ausência de gestão por competências. • Inexistência de processo maduro de comunicação. • Ausência de política e gestão de Segurança da Informação e Comunicações. • Ausência de Plano de Contingência da Infraestrutura de TI. • Baixa proatividade.

	Oportunidades	Ameaças
Ambiente Externo	- Retomada das deliberações por parte do Comitê Gestor de TI. - Existência do Plano Estratégico Institucional. - Possibilidade de aumento de investimentos decorrentes de grandes eventos (Copa do Mundo 2014, Copa das Confederações 2013, Jogos Olímpicos 2016).	- Contingenciamento orçamentário. - Descontinuidade dos planos de gestão estratégica. - Excesso de requisitos regulatórios a serem atendidos. - Atratividade de outras carreiras do serviço público. - Demandas externas não planejadas.

6. Mapa Estratégico

O Mapa Estratégico é uma representação gráfica que visa comunicar a estratégia. Nele estão descritos a missão, visão, valores e objetivos estratégicos. Possibilita descrever e ilustrar, em linguagem clara e geral, as conexões que direcionam a estratégia.

A tradução da estratégia por meio do mapa estratégico proporciona vários benefícios: cria um referencial de fácil compreensão para os servidores, permite a comunicação de forma transparente a todos os níveis da instituição, difunde o foco e a estratégia definida, de forma que todos tomem consciência de como suas ações impactam no alcance dos resultados desejados, e ainda permite direcionar a alocação de esforços e evitar a dispersão de ações e de recursos.

O Mapa Estratégico de TI foi estruturado a partir dos objetivos estratégicos dispostos em três perspectivas:

- Pessoas e Tecnologia** - apresenta objetivos de TI com relação à gestão de pessoas, sistemas de informação e comportamento organizacional necessários para o crescimento e o aprimoramento contínuo. Reflete como pessoas, tecnologia e clima organizacional se conjugam para fornecer a base da estratégia.
- Processos** - apresenta objetivos estratégicos associados a processos internos nos quais a TI pretende buscar excelência e concentrar esforços a fim de potencializar seus resultados. Define o modo de operação para implementação da estratégia.
- Resultado** - demonstra os resultados dos objetivos que a área de TI pretende estrategicamente alcançar a fim de cumprir sua missão e apoiar o cumprimento da



missão institucional, atendendo às expectativas internas, das áreas de negócio, dos gestores públicos, dos órgãos de controle e de qualquer interessado.

A estratégia de TI do Ministério do Turismo está representada de forma lógica e estruturada no Mapa Estratégico a seguir:

Resultados

Área de
Negócio

Área de TI

Missão

Prover soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação necessárias ao cumprimento da missão institucional do MTur, por meio da adoção das melhores práticas de governança e gestão

Visão

Tornar-se modelo de referência em governança e gestão de TI no Governo Federal até 2022

Garantir o alinhamento da área de TI aos objetivos de negócio

Aprimorar a comunicação e o atendimento das necessidades de informação

Assegurar o alinhamento do MTur à Estratégia Geral de TI do Governo Federal

Monitorar, avaliar e gerir políticas, planos e desempenho de TI

Alavancar os recursos da plataforma de gestão integrada de ativos

Excelência em Governança e Gestão de TI

Definir e gerenciar níveis de serviço

Aprimorar o processo de gestão do desenvolvimento e manutenção de sistemas

Implantar ciclo de melhoria contínua de processos

Otimizar o gerenciamento de projetos

Aperfeiçoar o processo de gestão de contratos de TI

Garantir a aderência aos marcos regulatórios

Implantar o sistema de gestão da segurança da informação

Processos

Pessoas e Tecnologia

Gestão Estratégica de Pessoas

Desenvolver competências técnicas e gerenciais

Implantar e difundir a cultura de melhores práticas nos processos estratégicos, táticos e operacionais

Garantir a adequação dos quadros de pessoal e estrutura funcional

Valores

Eficiência
Transparência
Integração
Conformidade
Sustentabilidade

Infraestrutura e Tecnologia

Prover soluções de alto desempenho

Promover integração de soluções de TI e comunicação

7. Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas

O Mapa Estratégico apresentado possui um conjunto de Objetivos Estratégicos de TI. Tais objetivos foram selecionados como indispensáveis ao cumprimento da missão e ao alcance da visão de futuro para 2022.

As boas práticas de gestão estratégica recomendam que para cada objetivo estratégico seja associado um indicador e uma meta, ou conjunto de indicadores e metas.

Assim, mantendo a coerência lógica com o Programa de Governança de TI instituído como iniciativa estratégica do PEI, em fase de inicial de implementação, o indicador de cada objetivo estratégico do PETI será o nível de maturidade do processo de TI associado.

Dentre outras, a vantagem deste método está na identificação do estágio atual da organização (responde à pergunta: onde estamos?); na identificação do estágio de maturidade de organizações similares (responde à pergunta: como estamos em relação aos demais órgãos de porte semelhante?); identifica a meta de aprimoramento da organização (responde à pergunta: onde o órgão quer estar?); e traça o caminho de crescimento entre o “como está” e o “como será”.

Por ser um modelo de Governança de TI orientado aos negócios, o modelo COBIT foi adotado como referência de boas práticas, pois conecta objetivos de negócios a objetivos de TI, provê métricas e modelos de maturidade para medir a sua eficácia e identifica responsabilidades relacionadas aos gestores dos processos de negócios e de TI. Seu foco em processos é ilustrado por um modelo de processos de TI subdividido em quatro domínios e 34 processos em linha com as áreas responsáveis por planejar e organizar; adquirir e implementar; entregar e suportar; e monitorar e avaliar; provendo assim uma visão total da área de TI.

Por isso, para cada objetivo estratégico do PETI, será associado um dos processos do COBIT ou de outra melhor prática que melhor se adequar ao objetivo.

O modelo de maturidade COBIT para o gerenciamento e controle dos processos de TI é baseado num método de avaliar a organização, permitindo que ela seja pontuada de um nível de maturidade variando entre (0) não existente a (5) otimizado. O modelo de maturidade genérico apresenta-se assim:

Nível		Descrição
00	Inexistente	Completa falta de um processo reconhecido. A organização nem mesmo reconheceu que existe uma questão a ser trabalhada.
11	Inicial / Ad hoc	Existem evidências que a organização reconheceu que existem questões que precisam ser trabalhadas. No entanto, não existe processo padronizado, ao contrário, existem enfoques <i>Ad Hoc</i> que tendem a ser aplicados individualmente ou caso-a-caso. O enfoque geral de gerenciamento é desorganizado.
22	Repetível, porém Intuitivo	Os processos evoluíram para um estágio onde procedimentos similares são seguidos por diferentes pessoas fazendo a mesma tarefa. Não existe um treinamento formal ou uma comunicação dos procedimentos padronizados e a responsabilidade é deixada com o indivíduo. Há um alto grau de confiança no conhecimento dos indivíduos e conseqüentemente erros podem ocorrer.
33	Processo Definido	Procedimentos foram padronizados, documentados e comunicados através de treinamento. É mandatório que esses processos sejam seguidos; no entanto, possivelmente desvios não serão detectados. Os procedimentos não são sofisticados, mas existe a formalização das práticas existentes.
44	Gerenciado e Mensurável	A gerência monitora e mede a aderência aos procedimentos e adota ações onde os processos parecem não estar funcionando muito bem. Os processos estão debaixo de um constante aprimoramento e fornecem boas práticas. Automação e ferramentas são utilizadas de uma maneira limitada ou fragmentada.

55	Otimizado	Os processos foram refinados a um nível de boas práticas, baseado no resultado de um contínuo aprimoramento e modelagem da maturidade como outras organizações. TI é utilizada como um caminho integrado para automatizar o fluxo de trabalho, provendo ferramentas para aprimorar a qualidade e efetividade, tornando a organização rápida em adaptar-se.

O Programa de Governança de TI instituiu como meta alcançar até 2015 a média de maturidade Nível 3 (Processos Definidos) nos dez processos prioritários de TI.

Nessa direção, o PETI, ao estabelecer os objetivos estratégicos, estabelece ao menos um processo COBIT associado, salvo exceção concedida ao objetivo relacionado à melhoria contínua de processos, que utiliza o BPM. Esse relacionamento permitirá que o indicador dos objetivos estratégicos seja o Nível de Maturidade do processo de TI associado, e, pela estrutura possibilitada pela implantação do Escritório de Governança de TI, a meta será o nível 3 de maturidade.

O Programa de Governança de TI prevê ciclos anuais de avaliação nos quais planeja-se elevar a Média de Maturidade dos dez processos prioritários progressivamente:

Ano	Meta Média de Maturidade
2012	1,5
2013	2,0
2014	2,5
2015	3,0

Por tudo isso, ao orientar os esforços da área de TI para a entrega de serviços que agreguem valor às atividades do Ministério do Turismo, torna-se essencial promover o aumento do grau de maturidade dos processos de governança e gestão de TI relacionados aos objetivos estratégicos.

1. Perspectiva: Pessoas e Tecnologias.

1.1. Objetivo: Desenvolver competências técnicas e gerenciais.

Processo: Gerenciar os Recursos Humanos de TI

Descrição: Adquirir, manter e motivar uma força de trabalho competente para criar e entregar serviços de TI para o negócio. Isso é alcançado seguindo práticas definidas e acordadas de recrutamento, treinamento, avaliação de desempenho, promoção e desligamento. Esse processo é crítico porque as pessoas são ativos importantes e a governança e o ambiente de controle de dados são altamente dependentes da motivação e da competência dessas pessoas.

Indicador: Nível de maturidade do processo

Nível de Maturidade Atual, conforme Avaliação SISP 2012: 1 - Inicial

Meta: Nível 3 - Existe um processo definido e documentado para o gerenciamento dos recursos humanos de TI. Há um plano de gerenciamento de recursos humanos de TI. Existe uma abordagem estratégica para admissão e gerenciamento do pessoal de TI. Um plano de treinamento formal é projetado para atender às necessidades dos recursos humanos de TI. É estabelecido um programa de reciclagem visando expandir as habilidades técnicas e de gerenciamento de negócio.

Processo: Educar e Treinar os Usuários

Descrição: A educação efetiva de todos os usuários de sistemas de TI, inclusive daqueles dentro da própria TI, requer a identificação das necessidades de treinamento de cada grupo de usuário. Como complemento à identificação dessas necessidades, esse processo compreende a definição e a execução de uma estratégia eficaz de treinamento e medição dos resultados. Um programa de treinamento eficaz aumenta o uso efetivo da tecnologia através da redução dos erros de usuário, aumento da produtividade e aumento da conformidade com os controles principais (como as medidas de segurança do usuário).

Indicador: Nível de maturidade do processo

Nível de Maturidade Atual, conforme Avaliação SISP 2012: Não avaliado

Meta: Nível 3 - O programa de ensino e treinamento foi institucionalizado e comunicado, os gerentes e funcionários identificam e documentam as necessidades de treinamento. Os processos de ensino e treinamento são padronizados e documentados. Os orçamentos, recursos, instalações e instrutores são bem coordenados para suportar o programa de ensino e treinamento. São ministradas aulas formais aos funcionários sobre conduta ética, conscientização e práticas de segurança de sistema. A maioria dos processos de ensino e treinamento é monitorada, porém nem todas as divergências são detectadas pelo gerenciamento. Análises dos problemas de ensino e treinamento são feitas apenas ocasionalmente.

1.2. Objetivo: Implantar e difundir a cultura de melhores práticas nos processos estratégicos, táticos e operacionais.

Processo: Prover Governança de TI

Descrição: O estabelecimento de uma efetiva estrutura de governança envolve a definição das estruturas organizacionais, dos processos, da liderança, dos papéis e respectivas responsabilidades para assegurar que os investimentos corporativos em TI estejam alinhados e sejam entregues em conformidade com as estratégias e os objetivos da organização.

Indicador: Nível de maturidade do processo

Nível de Maturidade Atual, conforme Avaliação SISP 2012: 1 - Inicial

Meta: Nível 3 - A importância da necessidade da governança de TI é entendida pela Direção e comunicada à organização. É desenvolvido um conjunto básico de parâmetros para os indicadores de governança de TI em que as correlações entre as medições de resultado e os indicadores de desempenho são definidos e documentados. Os procedimentos têm sido padronizados e documentados. A Direção comunicou procedimentos padrão, e o treinamento é estabelecido. Ferramentas têm sido identificadas para auxiliar na supervisão da governança de TI. Painéis de controle (*dashboards*) têm sido definidos como parte do *balanced scorecard* de TI. Contudo, é deixado a cargo de o indivíduo fazer treinamento, seguir e aplicar os padrões. Os processos podem ser monitorados, porém os desvios que continuam sendo tratados pelas iniciativas de cada indivíduo provavelmente não são detectados pela Direção.

1.3. Objetivo: Garantir a adequação dos quadros de pessoal e estrutura funcional.

Processo: Definir os Processos, Organização e Relacionamentos de TI

Descrição: Uma organização de TI é definida considerando os requisitos de pessoal, habilidades, funções, autoridade, papéis e responsabilidades, rastreabilidade e supervisão. Essa organização deve fazer parte de uma estrutura de processos de TI que assegure transparência e controle, assim como o envolvimento de executivos sênior e a Direção do negócio. Um comitê estratégico deve assegurar a supervisão da Direção de TI, e um ou mais comitês dos quais as áreas de negócio e TI participem devem definir a priorização dos recursos de TI em linha com as necessidades do negócio. Os processos, as políticas administrativas e os procedimentos precisam estar estabelecidos para todas as funções, com especial atenção às de controle, garantia da qualidade, gestão de risco, segurança da informação, propriedade de sistemas e dados e segregação de funções. Para assegurar o rápido atendimento das exigências do negócio, a TI deve ser envolvida nos processos de decisão relevantes.

Indicador: Nível de maturidade do processo

Nível de Maturidade Atual, conforme Avaliação SISP 2012: 2 – Repetível e intuitivo

Meta: Nível 3 - Existem definições de papéis e responsabilidades da organização de TI e de terceiros. A organização de TI é desenvolvida, documentada, comunicada e alinhada com a estratégia de TI. O ambiente de controle interno é definido. Há formalização dos relacionamentos com outras partes, incluindo comitês executivos, auditoria interna e gerenciamento de fornecedores. A organização de TI é funcionalmente completa. Há definições das funções a serem desempenhadas pelo pessoal de TI e daquelas a serem desempenhadas pelos usuários. Os requisitos e habilidades essenciais do pessoal de TI são definidos e atendidos. Há uma definição formal dos relacionamentos com usuários e terceiros. A segregação de papéis e responsabilidades é definida e implementada.

1.4. Objetivo: Prover soluções de alto desempenho.

Processo: Gerenciar o Desempenho e a Capacidade

Descrição: A necessidade de gerenciar o desempenho e a capacidade dos recursos de TI requer um processo que realize análises críticas periódicas do desempenho e da capacidade atuais dos recursos de TI. Esse processo inclui a previsão de necessidades futuras com base em requisitos de carga de trabalho, armazenamento e contingência. Esse processo assegura que os recursos de informação que suportam os requisitos do negócio estejam sempre disponíveis.

Indicador: Nível de maturidade do processo

Nível de Maturidade Atual, conforme Avaliação SISP 2012: 1 - Inicial

Meta: Nível 3 - Os requisitos de desempenho e capacidade são definidos ao longo do ciclo de vida do sistema. Existem requisitos e métricas de nível de serviço definidos que podem ser utilizados para medir o desempenho operacional. Requisitos futuros de desempenho e capacidade são modelados seguindo um processo definido. Os relatórios são elaborados fornecendo estatísticas de desempenho. Problemas relativos a desempenho e capacidade ainda podem ocorrer e demandarão tempo para serem corrigidos. Apesar dos níveis de serviço divulgados, os usuários e clientes podem se sentir céticos no tocante à capacidade de serviço.

Processo: Gerenciar o Ambiente Físico

Descrição: A proteção de pessoas e equipamento de informática requer instalações físicas bem planejadas e gerenciadas. O processo de gerenciamento do ambiente físico inclui a definição dos requisitos do local físico, a escolha de instalações apropriadas, o projeto de processos eficazes de monitoramento dos fatores ambientais e o gerenciamento de acessos físicos. O gerenciamento eficaz do ambiente físico reduz as interrupções nos negócios provocadas por danos causados a equipamentos ou pessoas.

Indicador: Nível de maturidade do processo

Nível de Maturidade Atual, conforme Avaliação SISP 2012: 1 - Inicial

Meta: Nível 3 - A necessidade de controlar um ambiente de computação é compreendida e aceita dentro da organização. Os controles ambientais, a manutenção preventiva e a segurança física são itens orçados, aprovados e acompanhados pela Direção. Restrições de acesso são aplicadas e apenas o pessoal aprovado tem acesso autorizado às instalações computacionais. Os visitantes são registrados e acompanhados sob a responsabilidade de alguém. As instalações físicas são discretas e não são facilmente identificáveis. As autoridades civis monitoram a conformidade com as regulamentações de segurança e de saúde. Os riscos são considerados de mínimo valor otimizando os custos de seguros.

1.5. Objetivo: Promover integração de soluções de TI e comunicação.

Processo: Integrar Soluções de TI

Descrição: Desenvolver um processo de integração de dados que interligue bases de informações heterogêneas e que foram desenvolvidas isoladamente criando uma interface única e formal para divulgação das informações.

Indicador: Nível de maturidade do processo genérico

Nível de Maturidade Atual, conforme Avaliação SISP 2012: Não avaliado

Meta: Nível 3 - Procedimentos foram padronizados, documentados e comunicados através de treinamento. É mandatório que esses processos sejam seguidos; no entanto, possivelmente desvios não serão detectados. Os procedimentos não são sofisticados, mas existe a formalização das práticas existentes.

2. Perspectiva: Processos.

2.1. Objetivo: Definir e gerenciar níveis de serviço.

Processo: Definir e Gerenciar Níveis de Serviço

Descrição: A comunicação eficaz entre a Direção de TI e os clientes de negócio sobre os serviços necessários é possibilitada por um acordo definido e documentado que aborda os serviços de TI e os níveis de serviço esperados. Este processo também inclui monitoramento e relatório oportuno às partes interessadas quanto ao atendimento dos níveis de serviço. Este processo permite o alinhamento entre os serviços de TI e os respectivos requisitos do negócio.

Indicador: Nível de maturidade do processo

Nível de Maturidade Atual, conforme Avaliação SISP 2012: 1 - Inicial

Meta: Nível 3 - As responsabilidades são bem definidas, porém com autoridade baseada em julgamento individual. O processo de desenvolvimento de acordos de nível de serviço é estabelecido com pontos de verificação para reavaliação dos níveis de serviço e satisfação do cliente. Serviços e níveis de serviço são definidos, documentados e acordados seguindo um processo padrão. Níveis de serviço incompletos são identificados, contudo os procedimentos para resolver essas deficiências são informais. Existe uma clara ligação entre o alcance dos níveis de serviço esperados e o capital alocado. Os níveis de serviço são acordados, mas podem não atender às necessidades do negócio.

2.2. Objetivo: Implantar ciclo de melhoria contínua de processos.

Processo: Executar ciclo PDCA.

Descrição: Executar a Gestão de Processos de Negócio unindo a gestão de negócios e tecnologia da informação com foco na otimização dos resultados das organizações através da melhoria dos processos de negócio. São utilizados métodos, técnicas e ferramentas para analisar, modelar, publicar, otimizar e controlar processos envolvendo recursos humanos, aplicações, documentos e outras fontes de informação.

Indicador: Nível de Maturidade em BPM

Nível de Maturidade, conforme Avaliação SISP 2012: Não avaliado

Meta: Nível 3 - A organização com maturidade de BPM no nível 3 terá progredido passando pelas primeiras experiências de BPM e começará a construir a capacidade de BPM e aumentar o número de pessoas que avaliam a organização sob a perspectiva de processos. Tipicamente tal organização mostrará uma combinação das seguintes características: Foco no gerenciamento das fases iniciais do estilo de vida do processo; Uso de ferramentas elaboradas (por exemplo, modelagem dinâmica, base de aplicativos, usuários múltiplos e variados); Combinação de diferentes métodos de gerenciamento de processos e ferramentas (por exemplo, redesenho de processos, gerenciamento de workflow, processos baseados em gerenciamento de riscos); Maior utilização de tecnologia de entrega e comunicação de BPM (por exemplo, disponibilização dos processos desenhados na intranet); Treinamento de BPM abrangente e formal; Menor dependência de expertise externa.

2.3. Objetivo: Aprimorar o processo de gestão do desenvolvimento e manutenção de sistemas.

Processo: Adquirir e Manter Software Aplicativo

Descrição: As aplicações devem ser disponibilizadas em alinhamento com os requisitos do negócio. Este processo contempla o projeto das aplicações, a inclusão de controles e requisitos de segurança apropriados, o desenvolvimento e a configuração de acordo com padrões. Isso permite às organizações apoiarem de forma adequada as operações do negócio com as aplicações corretas.

Indicador: Nível de maturidade do processo

Nível de Maturidade Atual, conforme Avaliação SISP 2012: 1 - inicial

Meta: Nível 3 - Existe um processo claro, definido e geralmente bem entendido de aquisição e manutenção de software aplicativo. Esse processo está em alinhamento com as estratégias de TI e negócio. Existem tentativas de aplicação de processos documentados de forma consistente em projetos e aplicações. As metodologias geralmente são inflexíveis e de difícil aplicação geral, por isso alguns passos provavelmente são pulados. Atividades de manutenção são planejadas, agendadas e coordenadas.

2.4. Objetivo: Otimizar o gerenciamento de projetos.

Processo: Gerenciar Projetos

Descrição: Estabelecer um programa e uma estrutura de gestão de projeto para o gerenciamento de todos os projetos de TI. Essa estrutura deve assegurar a correta priorização e a coordenação de todos os projetos. A estrutura deve incluir um plano mestre, atribuição de recursos, definição dos resultados a serem entregues, aprovação dos usuários, uma divisão por fases de entrega, garantia da qualidade, um plano de teste formal e uma revisão pós-implementação para assegurar a gestão de risco do projeto e a entrega de valor para o negócio. Esta abordagem reduz o risco de custos inesperados e de cancelamentos de projeto, aperfeiçoa a comunicação, melhora o envolvimento das áreas de negócio e dos usuários finais, assegura o valor e a qualidade dos resultados do projeto e maximiza a contribuição para os programas de investimentos em TI.

Indicador: Nível de maturidade do processo

Nível de Maturidade Atual, conforme Avaliação SISP 2012: 1 - inicial

Meta: Nível 3 - O processo e a metodologia de gestão de projeto foram estabelecidos e comunicados. Os projetos de TI são definidos com objetivos técnicos e de negócio apropriados. Os gestores de TI e de negócio estão começando a se envolver e comprometer com a gestão dos projetos de TI. Uma estrutura de gestão de projetos está estabelecida dentro da TI, com papéis e responsabilidades iniciais definidos. Os projetos de TI são monitorados com marcos, cronograma, orçamento e medidas de desempenho definidos e atualizados. Há um treinamento em gestão de projetos disponível. Esse treinamento é principalmente o resultado de iniciativas individuais da equipe. Procedimentos de garantia da qualidade e atividades de pós-implementação foram definidos, mas não estão sendo amplamente aplicados pelos gerentes de TI. Os projetos estão começando a ser gerenciados como portfólios.

2.5. Objetivo: Aperfeiçoar o processo de gestão de contratos.

Processo: Gerenciar Serviços Terceirizados

Descrição: A necessidade de assegurar que os serviços prestados por fornecedores satisfaçam aos requisitos do negócio requer um processo efetivo de gestão da terceirização. Esse processo é realizado definindo-se claramente os papéis, responsabilidades e expectativas nos acordos de terceirização bem como revisando e monitorando tais acordos quanto à efetividade e à conformidade. A gestão eficaz dos serviços terceirizados minimiza os riscos de negócio associados aos fornecedores que não cumprem seu papel.

Indicador: Nível de maturidade do processo

Nível de Maturidade Atual, conforme Avaliação SISP 2012: 1 – inicial.

Meta: Nível 3 - Procedimentos bem documentados são implantados para governar os serviços terceirizados, com processos claros para examinar cuidadosamente e negociar com os prestadores. Quando um acordo de prestação de serviços é realizado, o relacionamento com o terceiro é puramente contratual. A natureza dos serviços a serem prestados é detalhada no contrato e contempla as exigências operacionais, legais e de controle. A responsabilidade pela supervisão dos serviços terceirizados é definida. Os termos contratuais são baseados em modelos padronizados. O risco para o negócio associado aos serviços terceirizados é avaliado e relatado.

Processo: Gerenciar o Investimento de TI

Descrição: Estabelecer e manter uma estrutura para gerenciar os programas de investimentos em TI que contemple custos, benefícios, prioridade dentro do orçamento, um processo formal de definição orçamentária e gerenciamento de acordo com o orçamento. As partes interessadas são consultadas para identificar e controlar os custos totais e os benefícios dentro dos contextos estratégicos e táticos da TI e iniciar ações de correção quando necessário. O processo promove a parceria entre a TI e as partes interessadas do negócio; permite o uso eficaz e eficiente dos recursos de TI, provê transparência, atribui responsabilidade pelo custo total de propriedade (*TCO, Total Cost of Ownership*), realização dos benefícios do negócio e do retorno sobre os investimentos em TI.

Indicador: Nível de maturidade do processo

Nível de Maturidade Atual, conforme Avaliação SISP 2012: 0 - inexistente.

Meta: Nível 3 - As políticas e os processos de investimento e orçamento são definidos, documentados e comunicados e contemplam aspectos tecnológicos e de negócio fundamentais. O orçamento de TI está alinhado aos planos de negócio e à estratégia de TI. Os processos de orçamento e seleção de investimentos de TI são formalizados, documentados e comunicados. Estão surgindo treinamentos formais, mas ainda são baseados fundamentalmente em iniciativas individuais. A aprovação formal das seleções de investimentos e orçamento de TI é estabelecida. A equipe de TI tem habilidades e experiência necessárias para elaborar o orçamento de TI e recomendar investimentos em TI apropriados.

2.6. Objetivo: Implantar o sistema de gestão da segurança da informação.

Processo: Avaliar e Gerenciar os Riscos de TI

Descrição: Criar e manter uma estrutura de gestão de risco. Esta estrutura documenta um nível comum e acordado de riscos de TI, estratégias de mitigação e riscos residuais. Qualquer impacto em potencial nos objetivos da empresa causado por um evento não planejado deve ser identificado, analisado e avaliado. Estratégias de mitigação de risco devem ser adotadas para minimizar o risco residual a níveis aceitáveis. O resultado da avaliação deve ser entendido pelas partes interessadas e expresso em termos financeiros para permitir que as partes interessadas alinhem o risco a níveis de tolerância aceitáveis.

Indicador: Nível de maturidade do processo

Nível de Maturidade Atual, conforme Avaliação SISP 2012: 0 - inexistente.

Meta: Nível 3 - Uma política corporativa de gestão de risco define onde e como conduzir as avaliações de risco. A gestão de risco segue um processo definido e documentado. Há treinamento em gestão de risco disponível para todo o pessoal. Decisões de seguir o processo de gestão de risco e receber treinamento são deixadas a critério de cada indivíduo. A metodologia de avaliação de risco é convincente, robusta e assegura a identificação dos riscos-chave para o negócio. Um processo para mitigar os riscos-chave é implementado após a identificação dos riscos. As responsabilidades pela gestão de riscos estão definidas nas descrições de cargo.

Processo: Assegurar a Continuidade dos Serviços

Descrição: Prover a continuidade dos serviços de TI requer o desenvolvimento, manutenção e teste de um plano de continuidade de TI, armazenamento de cópias de segurança (*backup*) em instalações remotas (*offsite*) e realizar treinamentos periódicos do plano de continuidade. Um processo eficaz de continuidade de serviços minimiza a probabilidade e o impacto de uma interrupção de um serviço chave de TI nas funções e processos críticos de negócio.

Indicador: Nível de maturidade do processo

Nível de Maturidade Atual, conforme Avaliação SISP 2012: 0 - inexistente.

Meta: Nível 3 - A responsabilidade solidária pelo gerenciamento da continuidade dos serviços está clara. A responsabilidade pelo planejamento e pelos testes da continuidade dos serviços é claramente definida e atribuída. O plano de continuidade de TI é documentado e baseia-se na importância do sistema e no impacto nos negócios. Há relatos periódicos dos testes de continuidade de serviços. As pessoas tomam a iniciativa de seguir padrões e recebem treinamento para lidar com a maioria dos incidentes ou desastres. A Direção comunica consistentemente a necessidade do plano de assegurar a continuidade de serviço. Componentes de alta disponibilidade e redundância de sistema estão sendo aplicados. É mantido um inventário sobre os componentes e sistemas críticos.

2.7. Objetivo: Garantir a aderência aos marcos regulatórios.

Processo: Assegurar a Conformidade com Requisitos Externos

Descrição: A supervisão eficaz da conformidade requer o estabelecimento de um processo de revisão para assegurar a conformidade com as leis e regulamentações e os requisitos contratuais. Esse processo inclui identificar os requisitos de conformidade, otimizar e avaliar a resposta, assegurar que os requisitos sejam atendidos e integrar os relatórios de conformidade de TI com os das áreas de negócios.

Indicador: Nível de maturidade do processo

Nível de Maturidade Atual, conforme Avaliação SISP 2012: 1 – inicial.

Meta: Nível 3 - Políticas, procedimentos e processos foram desenvolvidos, documentados e comunicados para assegurar a conformidade com as obrigações legais, contratuais e regulatórias, porém nem sempre podem ser cumpridos integralmente e podem estar desatualizados ou ser inviáveis. Há pouco monitoramento, e existem requisitos de conformidades que não foram tratados. É fornecido treinamento sobre os requisitos legais e regulatórios externos que afetam a organização e os processos de conformidade definidos. Existem contratos *pro forma* e processos de cunho legal padronizados que visam minimizar os riscos associados às responsabilidades contratuais.

3. Perspectiva: Resultados.

3.1. Objetivo: Monitorar, avaliar e gerir políticas, planos e desempenho de TI.

Processo: Monitorar e Avaliar o Desempenho de TI

Descrição: A gestão eficaz de desempenho de TI exige um processo de monitoramento. Esse processo inclui a definição de indicadores de desempenho relevantes, informes de desempenho sistemáticos e oportunos e uma pronta ação em relação aos desvios encontrados. O monitoramento é necessário para assegurar que as atividades corretas estejam sendo feitas e que estejam em alinhamento com as políticas e diretrizes estabelecidas.

Indicador: Nível de maturidade do processo

Nível de Maturidade Atual, conforme Avaliação SISP 2012: 1 - inicial.

Meta: Nível 3 - A Direção comunicou e institucionalizou processos padrão de monitoramento. Programas de educação e treinamento em monitoramento foram implementados. Foi desenvolvida uma base de conhecimento formalizada contendo informações históricas de desempenho. As avaliações ainda são executadas em alguns processos e projetos de TI e não estão integradas entre todos os processos. Ferramentas para monitorar os processos e níveis de serviço de TI foram definidas. Métricas da contribuição da área de TI para o desempenho da organização foram definidas com base em critérios operacionais e financeiros tradicionais. Métricas de desempenho específicas para TI, métricas não financeiras, métricas estratégicas, métricas sobre satisfação do cliente e de níveis de serviço estão definidas. Uma estrutura para avaliar o desempenho foi definida.

3.2. Objetivo: Alavancar os recursos da plataforma de gestão integrada de ativos.

Processo: Identificar Soluções Automatizadas

Descrição: A necessidade de uma nova aplicação ou função requer uma análise prévia à aquisição ou ao desenvolvimento para assegurar que os requisitos de negócio sejam atendidos através de uma abordagem eficaz e eficiente. Este processo contempla a definição das necessidades, considera fontes alternativas, a

revisão de viabilidade econômica e tecnológica, a execução das análises de risco e de custo-benefício e a obtenção de uma decisão final por “desenvolver” **(preferencialmente sobre a plataforma de gestão integrada de ativos do MTur)** ou “comprar”. Todos esses passos permitem às organizações minimizar os custos de aquisição e implementação de soluções e permitem ao negócio alcançar seus objetivos.

Indicador: Nível de maturidade do processo

Nível de Maturidade Atual, conforme Avaliação SISP 2012: 1 - inicial.

Meta: Nível 3 - Existem métodos claros e estruturados para determinar as soluções de TI. As abordagens para determinar as soluções de TI requerem que alternativas sejam avaliadas com base em requisitos de negócio e do usuário, oportunidades tecnológicas, viabilidade econômica, avaliação dos riscos e outros fatores. O processo para determinar as soluções de TI é aplicado a alguns projetos baseado em fatores como as decisões tomadas pelos indivíduos, o tempo de gerenciamento comprometido ou o tamanho e a prioridade dos requisitos de negócios originais. Métodos estruturados são utilizados para definir requisitos e identificar soluções de TI.

3.3. Objetivo: Aprimorar a comunicação e o atendimento das necessidades de informação.

Processo: Comunicar Metas e Diretrizes Gerenciais

Descrição: A Direção deve desenvolver uma estrutura de controle de TI corporativo e definir e comunicar políticas. Um programa de comunicação contínuo aprovado e apoiado pela Direção deve ser implementado para articular missão, metas, políticas, procedimentos etc. A comunicação apoia o alcance dos objetivos de TI e assegura a consciência e o entendimento dos negócios, dos riscos de TI, dos objetivos e das diretrizes. O processo deve assegurar conformidade com leis e regulamentos relevantes.

Indicador: Nível de maturidade do processo

Nível de Maturidade Atual, conforme Avaliação SISP 2012: 1 - inicial.

Meta: Um ambiente completo de gestão da qualidade e controle da informação é desenvolvido, documentado e comunicado pela Direção, o qual inclui uma estrutura de políticas, padrões e procedimentos. O processo de desenvolvimento de política é estruturado, mantido e conhecido pelas equipes, e as políticas, os padrões e os procedimentos existentes são razoavelmente divulgados e cobrem temas-chave. A Direção considera a importância da consciência da segurança de TI e inicia programas de conscientização. Há treinamento formal disponível para apoiar o ambiente de controle da informação, mas não é rigorosamente aplicado. Embora exista uma estrutura de desenvolvimento completa para o controle de políticas e padrões, há um monitoramento inconsistente da conformidade. Existe uma estrutura de desenvolvimento geral. As técnicas para promover a conscientização de segurança têm sido padronizadas e formalizadas.

Processo: Gerenciar a Central de Serviço e os Incidentes

Descrição: A resposta efetiva e em tempo adequado a dúvidas e problemas dos usuários de TI requer uma central de serviço (*service desk*) e processos de gerenciamento de incidentes bem projetados e implementados. Esse processo inclui a implementação de uma central de serviços capacitada para o tratamento de incidentes, incluindo registro, encaminhamento, análise de tendências, análise de causa-raiz e resolução. Os benefícios ao negócio incluem aumento de produtividade por meio de resolução rápida dos chamados dos usuários. Complementarmente, as áreas de negócio podem tratar as causas-raiz (como treinamento deficiente de usuário), através de relatórios efetivos.

Indicador: Nível de maturidade do processo

Nível de Maturidade Atual, conforme Avaliação SISP 2012: 3 – processo definido.

Meta: Nível 3 - A necessidade de uma central de serviço e um processo de gerenciamento de incidente é reconhecida e aceita. Os procedimentos foram padronizados e documentados e ocorrem treinamentos informais. Entretanto, fica a cargo das pessoas obter treinamento e seguir padrões. Consolidação de perguntas frequentes (FAQs) e diretrizes de usuários são desenvolvidas, mas as pessoas devem procurá-las e podem não segui-las. Chamados e incidentes são rastreados manualmente e monitorados individualmente, porém não existe um sistema de reporte formal. A resposta em tempo adequado aos chamados e incidentes não é medida e os incidentes podem continuar sem solução. Os usuários foram claramente comunicados sobre onde e como registrar os problemas e incidentes.

3.4. **Objetivo: Assegurar o alinhamento do MTur à Estratégia Geral de TI do Governo Federal.**

Processo: O modelo COBIT associa este tipo de objetivo ao processo ME3 Assegurar a Conformidade Regulatória, todavia, o objetivo de destacar esta conformidade se deve ao fato de que há um Plano de Metas estabelecido na Estratégia Geral de TI (EGTI).

Descrição: A Direção acompanha o Plano de Ação do SISP. Envida esforços para o alcance do Plano de Metas da EGTI. Participa dos fóruns de decisão e dos comitês técnicos. Participa das licitações conjuntas, eventos e treinamentos realizados pelo SISP. Promove a adesão de seus produtos e serviços aos padrões estabelecidos para a Administração Pública Federal. Trabalha de forma colaborativa visando o fortalecimento do SISP.

Indicador: Percentual de metas alcançadas

Nível de Maturidade Atual no processo ME3, conforme Avaliação SISP 2012: 1 – inicial.

Meta: Execução Integral do Plano de Metas da EGTI

3.5. **Objetivo: Garantir o alinhamento da área de TI aos objetivos de negócio.**

Processo: Definir um Plano Estratégico de TI

Descrição: O planejamento estratégico de TI é necessário para gerenciar todos os recursos de TI em alinhamento com as prioridades e estratégias de negócio. A função de TI e as partes interessadas pelo negócio são responsáveis por garantir a otimização do valor a ser obtido do portfólio de projetos e serviços. O plano estratégico deve melhorar o entendimento das partes interessadas no que diz respeito a oportunidades e limitações da TI, avaliar o desempenho atual e esclarecer o nível de investimento requerido. A estratégia e as prioridades de negócio devem ser refletidas nos portfólios e executadas por meio de planos táticos de TI que estabeleçam objetivos concisos, tarefas e planos bem definidos e aceitos por ambos, negócio e TI.

Indicador: Nível de maturidade do processo

Nível de Maturidade Atual, conforme Avaliação SISP 2012: 1 - inicial.

Meta: Nível 3 - Uma política define quando e como realizar um planejamento estratégico de TI. O planejamento estratégico de TI segue uma abordagem estruturada, que é documentada e conhecida por todo o pessoal envolvido. O processo do planejamento de TI é razoavelmente discutido e assegura que um planejamento adequado seja realizado. Entretanto, a implementação do processo fica a critério de cada Direção e não há procedimentos para examinar o processo. A estratégia geral de TI inclui uma definição consistente dos riscos que a organização aceita correr por ser inovadora ou por seguir tendências. As estratégias de recursos financeiros, técnicos e humanos influenciam cada vez mais na aquisição de novos produtos e tecnologias. O planejamento estratégico de TI é discutido nas reuniões de gerenciamento do negócio.

8. Glossário

Termo	Definição
ABNT NBR ISO/IEC 27001:2006	Norma usada para implantar um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI) no âmbito de uma organização. É uma especificação, ou seja, um documento utilizado para a realização de auditorias e consequente certificação de um SGSI.
ABNT NBR ISO/IEC 27002:2006	Fornecer as melhores práticas e recomendações sobre o gerenciamento da segurança da informação aos responsáveis por iniciar, implementar e manter um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI).
ABNT NBR ISO/IEC 38500:2009	Norma que oferece uma estrutura de princípios para os dirigentes usarem na avaliação, gerenciamento e monitoramento do uso da tecnologia da informação (TI) em suas organizações.
BPM	Business Process Management (BPM) ou Gerenciamento de Processos de Negócio é um conceito que une gestão de negócios e tecnologia da informação com foco na otimização dos resultados das organizações através da melhoria dos processos de negócio. São utilizados métodos, técnicas e ferramentas para analisar, modelar, publicar, otimizar e controlar processos envolvendo recursos humanos, aplicações, documentos e outras fontes de informação.
BPM CBOK	Guia que descreve os conhecimentos comuns da prática de gerenciamento de processos de negócio, descrevendo suas áreas de conhecimento, princípios, técnicas, tecnologias, atividades e o código de ética profissional. Trata dos conhecimentos necessários para a execução do ciclo de vida gerenciamento de processos de negócio, tratando desde o alinhamento estratégico, a orientação a clientes, o entendimento, modelagem, transformação de processos, alocação de pessoas e ferramentas, e da definição das estruturas necessárias para a gestão corporativa por processos.
BSC	Balanced Scorecard (BSC) é um conjunto coerente de métricas de performance organizadas em quatro categorias. Inclui as métricas financeiras tradicionais, além das perspectivas de clientes, processos internos de negócios, aprendizagem e crescimento.

CMMI	Capability Maturity Model Integration (CMMI) é um guia para a melhoria de processos em um projeto, departamento ou em toda a organização. A CMMI ajuda a integrar funções organizacionais tradicionalmente separadas, define metas e prioridades para a melhoria de processo, provê orientações para processos de qualidade e também um ponto de referência para a avaliação dos processos atuais.
COBIT	Control Objectives for Information and related Technology (COBIT) modelo de controle e boas práticas de governança de TI. Provê recomendações e melhores práticas para o gerenciamento de processos de TI.
ITIL	Refere-se à Biblioteca de Infraestrutura de TI (IT Infrastructure Library) criada pelo UK Office of Government Commerce (OGC); conjunto de diretrizes de gerenciamento e procedimentos operacionais de serviços de TI.
MPS.BR	Melhoria de Processos do Software Brasileiro, é um modelo de qualidade de processo voltada para a realidade do mercado de pequenas e médias empresas de desenvolvimento de software no Brasil.
PMBOK	Project Management Body of Knowledge – Um padrão de gerenciamento de projetos desenvolvido pelo Project Management Institute (PMI).
SWOT	Uma técnica que revisa e analisa as fortalezas e fraquezas internas de uma organização e as oportunidades e ameaças externas que enfrenta. SWOT é a sigla para Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats.
TI	Tecnologia da informação - Refere-se ao hardware, software, comunicação e outras facilidades usadas para entrada de dados, armazenagem, processamento, transmissão e saída de dados de qualquer forma.

9. Referências Bibliográficas

KAPLAN, Robert & NORTON, David, **A Execução Premium**, 2º edição Editora Campus.

KAPLAN, Robert & NORTON, David, **Mapas Estratégicos: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

REZENDE, Denis Alcides. **Tecnologia da informação: integrada à inteligência empresarial: Alinhamento estratégico e análise da prática nas organizações.** São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Gestão Estratégica no Ministério da Justiça 2009.** Brasília, 2009.

MAGALHÃES, Ivan Luizio; PINHEIRO, Walfrido Brito. **Gerenciamento de Serviços de TI na Prática: Uma abordagem com base na ITIL®.** São Paulo: Ed. Novatec, 20

ANEXO XV – Principais projetos de TI Executados em 2015

QUADRO ANEXO XV - EAP – CONSOLIDAÇÃO OS PRINCIPAIS PROJETOS EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2015

Descrição do Projeto	Resultados esperados	Alinhamento com Planejamento Estratégico e com o PDTI	Valores orçados (previstos)	Valores despendidos	Prazos de conclusão
Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, período 2015 e 2016	A elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação permitirá que o MTur identifique suas necessidades de informação e que o atendimento dessas necessidades, por meio do planejamento, esteja voltado ao alcance dos objetivos estratégicos da organização.	A elaboração do PDTI possibilita a conformidade do MTur com a Instrução Normativa nº 04/2010/SLTI/MPOG e demais exigências dos órgãos de controle no que se refere à obrigatoriedade de que todas as contratações de TI sejam precedidas de planejamento e estejam em harmonia com o Planejamento Estratégico da instituição (PEI) e seu Plano Diretor de TI (PDTI).	Não se aplica - realizado exclusivamente por servidores da casa	Não se aplica	10/09/2015 Status: Concluído
Programa de Implementação dos Processos de Gerenciamento de Serviços de TI - ITIL	A implantação dos processos de gerenciamento de serviços de TI conforme a Biblioteca ITIL irá contribuir para o aumento do nível de maturidade dos processos de TI do Ministério do Turismo, permitindo a entrega de melhores resultados pela CGTI.	O projeto está alinhado com o objetivo 1.2 do PETI – Implantar e difundir a cultura de melhores práticas nos processos estratégicos, táticos e operacionais.	Não se aplica - será realizado exclusivamente por servidores da casa	Não se aplica	05/06/2018 Status: Em andamento
Implantação do processo de Gerenciamento de Segurança da Informação - (projeto do programa de implementação do ITIL)	A implantação do Processo de Gerenciamento de Segurança da Informação conforme a Biblioteca ITIL irá contribuir para o aumento do nível de maturidade dos processos de TI do Ministério do Turismo - MTur, permitindo a entrega de melhores resultados pela CGTI e colaborando para a efetiva Gestão de Segurança da Informação e Comunicações no MTur.	O projeto está alinhado com o objetivo 1.2 do PETI – Implantar e difundir a cultura de melhores práticas nos processos estratégicos, táticos e operacionais.	Não se aplica - realizado exclusivamente por servidores da casa	Não se aplica	28/07/2015 Status: Concluído

Descrição do Projeto	Resultados esperados	Alinhamento com Planejamento Estratégico e com o PDTI	Valores orçados (previstos)	Valores despendidos	Prazos de conclusão
SCIENT – Controle de Instituições de Ensino Superior 2ª Entrega	Implantação de um sistema que mantenha dados de Instituições de Ensino Superior, Docentes e Cursos na área de turismo, com o intuito de manter uma base de dados atualizada para envio de e-mails aos envolvidos acerca de informações turísticas. Esta primeira etapa (entrega) do projeto consiste nas funcionalidades básicas de cadastro e emissão de listagem de e-mails do sistema.	Alinhamento com o PEI: 4.3.4 Promover ações de qualificação profissional para o setor de turismo. 4.6.2 Fortalecer e ampliar a Cooperação Internacional. Previsto no PDTI 2015-2016 por meio da Necessidade 32	Não estimado	Não calculado	15/10/2015 Status: Concluído
Implantação do processo de Gerenciamento de Nível de Serviço (projeto do programa de implementação do ITIL)	Propiciar que os serviços de TI sejam prestados com qualidade e da melhor maneira possível; Prover e melhorar o relacionamento e comunicação da CGTI com a área de negócio; Conhecer melhor, por meio das metas específicas e mensuráveis, os níveis dos serviços de TI atualmente prestados e propiciar sua melhoria; Melhorar a satisfação dos clientes; Garantir expectativas corretas sobre serviços.	O projeto está alinhado ao PEI – objetivo: prover soluções integradas de tecnologia e comunicação seguras e de alto desempenho. O projeto está alinhado ao PETI - o objetivo 2.1: Definir e gerenciar níveis de serviço.	Não se aplica - será feito exclusivamente por servidores da casa	Não se aplica	22/08/2015 Status - suspenso temporariamente
Implantação do Processo de Gerenciamento de Acesso (projeto do programa de implementação do ITIL)	Proporcionar as orientações necessárias para o gerenciamento de acesso lógico aos sistemas do MTur; Proporcionar as orientações necessárias para a definição, criação, manutenção e exclusão de usuários (login) pelas unidades gestoras; Melhoria na rotina de trabalho; Fluxo dos processos de gerenciamento de acesso definidos; Diretrizes de gerenciamento de acesso lógico no MTur e no sistema SEI definidas; Proporcionar as orientações necessárias para a atualização dos usuários no Active Directory - AD; Melhor gestão no gerenciamento de acesso lógico do MTur.	O projeto está alinhado com o objetivo 1.2 do PETI – Implantar e difundir a cultura de melhores práticas nos processos estratégicos, táticos e operacionais.	Não se aplica - será feito exclusivamente por servidores da casa	Não se aplica	05/06/2018 Status: Em andamento

Descrição do Projeto	Resultados esperados	Alinhamento com Planejamento Estratégico e com o PDTI	Valores orçados (previstos)	Valores despendidos	Prazos de conclusão
Desenvolvimento do App Brasil (aplicativo com a proposta de mostrar pontos de interesse para os turistas, baseando-se na localização presente do turista)	O aplicativo móvel foi planejado para prover suporte ao turista nacional e estrangeiro. Ele trará informações sobre proximidades, agenda cultural, meios de hospedagem, telefones e endereços para emergências, além de possibilitar uma agilidade no processo de check-in dos hóspedes em meios de hospedagens pelo Brasil.	Alinhamento com o PEI: 4.4. Promover os produtos turísticos. 4.4.5. Promover a oferta de produtos turísticos aos públicos priorizados. Não foi previsto no PDTI 2015-2016.	Não estimado	Não calculado	Status: em andamento
Sistema de Gerenciamento de Acesso (sistema para gerenciamento de contas de acesso, liberação de permissões e etc.)	O sistema de gestão do controle de acesso proporcionará os seguintes benefícios: Gestão unificada dos chamados de criação e exclusão de contas de usuários; Geração de relatórios gerenciais relacionados ao controle de acesso; Adesão a normas de segurança de controle de acesso; Adequação da estrutura de usuários para utilização do Sistema Eletrônico de Informações – SEI no MTur.	O projeto está alinhado com o objetivo 1.2 do PETI – Implantar e difundir a cultura de melhores práticas nos processos estratégicos, táticos e operacionais.	Não estimado	-	Status: em andamento
Elaboração do planejamento da contratação da solução de balanceamento de cargas	Aquisição de solução de balanceador de carga capaz de equilibrar e distribuir uniformemente as demandas externas e internas do MTur (carga de trabalho) para as aplicações, serviços, portais e equipamentos deste Ministério.	PEI - Objetivo Estratégico 2.2: “Prover soluções integradas de tecnologia e comunicações seguras e de alto desempenho” PETI – objetivo 1.4 - Prover soluções de alto desempenho PDTI Necessidade N5 – Oferecer a infraestrutura de TI necessária à realização de atividades do Ambiente Central.	Não se aplica - será feito exclusivamente por servidores da casa	Não se aplica	31/03/2016 Status: Em andamento

Descrição do Projeto	Resultados esperados	Alinhamento com Planejamento Estratégico e com o PDTI	Valores orçados (previstos)	Valores despendidos	Prazos de conclusão
Elaboração do planejamento da contratação de serviços de manutenção e desenvolvimento de sistemas do MTur e dos serviços de medição de software	Contratação dos serviços de desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informação do Ministério do Turismo e dos serviços de medição de software.	PEI: Objetivo 2.2 - Prover soluções integradas de tecnologia e comunicação, seguras e de alto desempenho PETI: Objetivo 1.4: Prover soluções de alto desempenho. Objetivo 2.3: Aprimorar o processo de gestão do desenvolvimento e manutenção de sistemas PDTI 2015-2016:N6 - Dispor de fábrica de software para desenvolvimento de diversos sistemas e implantação de novas funcionalidades.	Não se aplica - realizado exclusivamente por servidores da casa	Não se aplica	06/11/2015 Status: Concluído
Elaboração do planejamento da contratação dos serviços de sustentação da infraestrutura de TI do Ministério do Turismo	Contratação dos serviços de sustentação da infraestrutura de TI do Ministério do Turismo	PEI: Objetivo 2.2 - Prover soluções integradas de tecnologia e comunicação, seguras e de alto desempenho PETI: Objetivo 1.4: Prover soluções de alto desempenho. Objetivo 2.3: Aprimorar o processo de gestão do desenvolvimento e manutenção de sistemas PDTI 2015-2016: N7 Oferecer a infraestrutura de TI necessária à realização das atividades do Ambiente Central	Não se aplica - realizado exclusivamente por servidores da casa	Não se aplica	26/10/2015 Status: Concluído

Descrição do Projeto	Resultados esperados	Alinhamento com Planejamento Estratégico e com o PDTI	Valores orçados (previstos)	Valores despendidos	Prazos de conclusão
Elaboração do planejamento da aquisição de MacBooks	Aquisição de computadores Apple - Macbooks	PEI: Objetivo 2.2 - Prover soluções integradas de tecnologia e comunicação, seguras e de alto desempenho PETI: Objetivo 1.4: Prover soluções de alto desempenho. Objetivo 2.3: Aprimorar o processo de gestão do desenvolvimento e manutenção de sistemas PDTI 2015-2016: N4: Oferecer a infraestrutura de TI necessária à realização das atividades do Ambiente Distribuído.	Não se aplica - realizado exclusivamente por servidores da casa	Não se aplica	24/04/2015 Projeto cancelado
Elaboração do planejamento da contratação de subscrição/aquisição de licenças Microsoft	Aquisição/Subscrição de licenças Microsoft	PEI - Objetivo Estratégico 2.2: “Prover soluções integradas de tecnologia e comunicações seguras e de alto desempenho” PETI – objetivo 1.4 - Prover soluções de alto desempenho PDTI Necessidade N5 – Oferecer a infraestrutura de TI necessária à realização de atividades do Ambiente Central.	Não se aplica - será feito exclusivamente por servidores da casa	Não se aplica	15/05/2015 Status - concluído, porém a contratação não foi realizada devido ao contingenciamento financeiro. Projeto reiniciado para revisão.

Descrição do Projeto	Resultados esperados	Alinhamento com Planejamento Estratégico e com o PDTI	Valores orçados (previstos)	Valores despendidos	Prazos de conclusão
Cadastur Super Simples, tem como objetivo simplificar o processo de cadastro das empresas do setor turístico.	Prover uma maior agilidade no processo de cadastramento dos atores envolvidos no setor turístico do Brasil. O processo de adesão a este sistema seria simplificado, pelo acordo de parceria firmado entre o MTur e a Secretaria da Micro e Pequena Empresa.	Alinhamento com o PEI: 4.3.1. Cadastrar os prestadores de serviços turísticos. Alinhamento com o PDTI 2015-2016 por meio da necessidade 10	Não calculado	Não calculado	14/01/2015 Status: cancelado
SGRH Embratur - projeto de adequação e implantação do sistema de gestão de RH da Embratur no ambiente do MTur.	Possibilitar um maior controle dos processos inerentes a área de RH do MTur.	Previsto na necessidade 48 do PDTI 2015-2016	Não estimado	Não calculado	18/03/2015 Status: cancelado
Implantação do Processo de Gerenciamento de Incidentes - GERINC (projeto do programa de implementação do ITIL)	A implantação do Processo de Gestão de Incidentes de TI conforme a Biblioteca ITIL irá contribuir para o aumento do nível de maturidade dos processos de TI do Ministério do Turismo, permitindo a entrega de melhores resultados pela CGTI.	O projeto está alinhado com o objetivo 1.2 do PETI – Implantar e difundir a cultura de melhores práticas nos processos estratégicos, táticos e operacionais.	Não se aplica - realizado exclusivamente por servidores da casa	Não se aplica	03/06/2015 Status: Concluído
Implantação do Processo de Gerenciamento do Catálogo de Serviços (projeto do programa de implementação do ITIL)	A implantação do processo de gerenciamento do catálogo de serviços de TI conforme a Biblioteca ITIL irá contribuir para o aumento do nível de maturidade dos processos de TI do Ministério do Turismo, permitindo a entrega de melhores resultados pela CGTI.	O projeto está alinhado com o objetivo 1.2 do PETI – Implantar e difundir a cultura de melhores práticas nos processos estratégicos, táticos e operacionais.	Não se aplica - realizado exclusivamente por servidores da casa	Não se aplica	27/02/2015 Status: Concluído

Descrição do Projeto	Resultados esperados	Alinhamento com Planejamento Estratégico e com o PDTI	Valores orçados (previstos)	Valores despendidos	Prazos de conclusão
Desenvolvimento de sistema para automatizar a Agenda Treinamento SEI	Facilitar a gestão dos envolvidos no treinamento do SEI (Sistema Eletrônico de Informações). Possibilitar a emissão de ata de participação nos treinamentos.	Alinhamento com o PEI: 2.2. Prover soluções integradas de tecnologia e comunicação seguras e de alto desempenho. Alinhamento com o PDTI 2015-2016 por meio da necessidade 9	Não estimado	Não calculado	31/03/2015 Status: concluído
Sistema de Acompanhamento de Colegiados (SAC) ferramenta desenvolvida no Ministério do Turismo com o objetivo de facilitar o acesso e controle das informações sobre a participação dos servidores nos diversos colegiados.	O SAC é uma ferramenta de uso e preenchimento obrigatórios pelos servidores do MTur nomeados como titulares e suplentes nos colegiados federais, indicados pelos gestores do Ministério do Turismo. Tem como resultado esperado: Automatizar e organizar as reuniões de colegiados federais. Perpetuar as deliberações (acordos, reuniões) das ações de cada Colegiado.	Alinhamento com o PEI: 4.6.1. Realizar reuniões do Conselho Nacional de Turismo. Alinhado com a necessidade 28 do PDTI 2015-2016	Não estimado	Não calculado	25/05/2015 Status: concluído
Desenvolvimento de sistema interno de Aniversariantes - sistema que manda mensagens automáticas de parabéns aos servidores do órgão	Automatizar a mensagem de parabéns enviada aos servidores em seus aniversários	Não possui alinhamento direto com o planejamento estratégico e não foi previsto no PDTI	Não estimado	Não calculado	21/01/2015 Status: concluído
Artistas do Turismo é um sistema de controle do processo de contratação de cantores, atrações culturais e grupos musicais por gestores públicos. O Ministério do Turismo investe em eventos como forma de estimular a movimentação turística.	Trata-se de uma ferramenta que busca garantir transparência à contratação de artistas e bandas musicais por gestores públicos.	Alinhamento com o PEI: 4.3.1. Cadastrar os prestadores de serviços turísticos. 2.1. Garantir a eficiência, efetividade e transparência na aplicação dos recursos. Não está expressamente alinhado ao PDTI 2015-2016	Não estimado	Não calculado	27/01/2015 previsto Status: em andamento

Descrição do Projeto	Resultados esperados	Alinhamento com Planejamento Estratégico e com o PDTI	Valores orçados (previstos)	Valores despendidos	Prazos de conclusão
Invest In Tourism Brazil - ITB tem como objetivo divulgar as oportunidades, segmentos e as principais linhas de financiamento federais para projetos ligados ao turismo	Alguns indicadores refletem a força do nosso mercado interno turístico e este é um dos objetivos deste projeto, que é divulgar os projetos ligados ao Turismo no Brasil. Na página do Invest In Tourism Brazil é possível acompanhar os segmentos do turismo que podem gerar parcerias e promover novos negócios para desenvolver o setor.	Alinhamento com o PEI: 4.3.7. Alterar as condições de operação e funcionamento do Fundo Geral de Turismo. 4.3.5. Incrementar as linhas de financiamento à iniciativa privada. 4.3.6. Divulgar oportunidades de investimento no turismo brasileiro. Necessidade nº 17 do PDTI 2015-2016	Não estimado	Não calculado	15/04/2015 previsto Status: concluído
Novo Portal Institucional foi feito para adequar a estrutura (layout), unificando a identidade visual entre os sites da Esplanada	Padronização da experiência de navegação dos usuários	Alinhamento com o PEI: 4.4. Promover os produtos turísticos. 4.4.5. Promover a oferta de produtos turísticos aos públicos priorizados. Necessidade nº16 do PDTI 2015-2016	Não estimado	Não calculado	19/06/2015 previsto Status: concluído
Piloto SEI - Sistema Eletrônico de Informações	Implantar o sistema SEI - Sistema Eletrônico de Informações com objetivo de melhorar o desempenho dos processos, oferecer maior agilidade, produtividade, redução de custos e aumento da transparência.	Alinhamento com o PEI: 2.2. Prover soluções integradas de tecnologia e comunicação seguras e de alto desempenho. Alinhamento com o PDTI 2015-2016 por meio da necessidade 9	Não estimado	Não se aplica	05/05/2015 Status: cancelado e absorvido por um projeto maior no âmbito do MTur
O projeto ADS China tem a finalidade de credenciar as agências de viagem interessadas na recepção de turistas chineses.	O MTur é o único órgão responsável pelo processo de credenciamento anual no âmbito do ADS (Status de Destino Aprovado). O sistema tem como objetivo permitir o cadastro de empresas somente do tipo Agências de Viagens em situação regular dentro do sistema Cadastur. Com isto, espera-se habilitar as agências de viagem e turismo brasileiras a atuarem no receptivo de turistas chineses no Brasil.	Alinhamento com o PEI: 4.3.1. Cadastrar os prestadores de serviços turísticos. Resultado Estratégico 3: Incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas internacionais. Necessidade nº 22 do PDTI 2015-2016	Não estimado	-	15/11/2015 Status: em andamento

Descrição do Projeto	Resultados esperados	Alinhamento com Planejamento Estratégico e com o PDTI	Valores orçados (previstos)	Valores despendidos	Prazos de conclusão
Projeto Mapa de Qualificação	Realizar a gestão e o controle dos cursos realizados pelos integrantes do projeto de qualificação nacional do MTur	Alinhamento com o PEI: 4.2.8. Apoiar ações de promoção e incentivo a comercialização de produtos associados ao turismo. 4.3.4. Promover ações de qualificação profissional para o setor de turismo. Alinhamento com o PDTI 2015-2016 por meio da necessidade 37	Não estimado	Não calculado	05/02/2016 Status: em andamento
Projeto Cadastur 3.0	Com este novo projeto, espera-se que o Cadastur se torne mais ágil e moderno, possibilitando a extração de informações para que se tenha uma visão ampla dos setores turísticos no Brasil.	Alinhamento com o PEI: 4.3.1. Cadastrar os prestadores de serviços turísticos. Não foi previsto no PDTI 2015-2016.	Não estimado	Não calculado	Sem prazo definido Status: em andamento
Calendário de Eventos do Marketing	Possibilitar a centralização dos eventos no Brasil. Por meio deste sistema, será possível pesquisar os eventos realizados no Brasil em determinado período ou por tipo de evento	Alinhamento com o PEI: 4.4. Promover os produtos turísticos. 4.4.5. Promover a oferta de produtos turísticos aos públicos priorizados. Alinhamento com a necessidade 16 do PDTI 2015-2016	Não estimado	Não calculado	11/03/2016 Status: em andamento
Implantação do Sistema CAU, cedido pela Embratur, que tem por objetivo realizar a gestão de chamados	Permitir a adoção de um sistema já consolidado e operacional em outras instituições, economizando tempo e custo na gestão de demandas de usuários	Não possui alinhamento direto com o planejamento estratégico e não foi previsto no PDTI	Não estimado	Não calculado	31/03/2016 Status: suspenso
SICAR - Sistema de Gestão de Usuários, tem por objetivo, operar somente dentro da coordenação CGTI, otimizando a inclusão de novos usuários	Otimizar a gestão (inclusão, alteração e exclusão) de permissões de acesso dos usuários do Ministério do Turismo	Não possui alinhamento direto com o planejamento estratégico e não foi previsto no PDTI	Não estimado 0	Não calculado	26/06/2015 Status: concluído

Descrição do Projeto	Resultados esperados	Alinhamento com Planejamento Estratégico e com o PDTI	Valores orçados (previstos)	Valores despendidos	Prazos de conclusão
O Mapa da Categorização é um instrumento elaborado pelo MTur para identificar o desempenho da economia do setor nos municípios que constam no mapa do turismo brasileiro.	Esse instrumento previsto como uma estratégia de implementação do programa de regionalização do turismo, fornece subsídios para a tomada de decisões estratégicas da gestão pública e orienta a implementação de políticas específicas para cada categoria de municípios de modo a atender suas especificidades.	Alinhamento com o PEI: 4.3. Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos. 4.3.1. Cadastrar os prestadores de serviços turísticos. Alinhado com a necessidade 21 do PDTI 2015-2016	Não estimado	Não calculado	16/01/2015 Status: concluído
Blog do turismo	Evolução visual do blog	Não possui alinhamento direto com o planejamento estratégico e não foi previsto no PDTI	Não estimado	Não calculado	Status: concluído
O sistema e-Deliberações foi concebido com a intenção de prover o monitoramento das Deliberações do Tribunal de contas da União – TCU.	Possibilitar a visualização de acórdãos cadastrados, visualizar as deliberações e as providências.	Não possui alinhamento direto com o planejamento estratégico e não foi previsto no PDTI	Não estimado	Não calculado	22/01/2015 Status: concluído
O sistema Olimpíadas, foi concebido para atuar no acompanhamento e monitoramento dos assuntos relativos a Olimpíada	Com este sistema, é possível perpetuar o conhecimento adquirido em reuniões, documentos, agenda de contatos e relatórios diversos	Não possui alinhamento direto com o planejamento estratégico e não foi previsto no PDTI	Não estimado	Não calculado	13/07/2015 Status: concluído

Fonte: CGTI/MTur